HISTÓRIA DAS CRUZADAS

volume III

STEVEN RUNCIMAN

O REINO DE ACRE E AS ÚLTIMAS CRUZADAS

IMAGO

História das Cruzadas

VOLUME III

O REINO DE ACRE
E AS ÚLTIMAS CRUZADAS

Steven Runciman

As Cruzadas, consideradas como a mais romântica das expedições cristãs ou como a última das invasões bárbaras, continuam como uma das mais excitantes e coloridas aventuras da história.

Um exército de cavaleiros, viajando com camponeses, mercadores e artesãos, enfrentou a viagem em território hostil, encontrando antagonismo inesperado, o calor do deserto e o desafio constante de alimentar e oferecer água às tropas e aos cavalos.

Movidos pelo desejo de penitência e de conhecer os locais sagrados, ou pela sede de poder e pelas vantagens encontradas no Oriente, os cruzados foram estimulados em direção ao prêmio, espiritual ou não, da Cidade Santa de Jerusalém.

A culminância espetacular dessa jornada foi o longo cerco a Jerusalém, ao final do qual os cruzados, através de uma manobra tática espetacular, conseguiram romper as defesas e se precipitaram dentro da cidade, o que causou um sangrento massacre.

Este terceiro, e último, volume pretende cobrir a história de Outremer e das Guerras Santas desde o renascimento do reino franco, na época da Terceira Cruzada, até seu colapso um século depois, com um epílogo sobre as derradeiras manifestações do espírito cruzado.

Nessa história, vários temas se entrelaçam. O declínio de Outremer, com suas pequenas mas complexas tragédias, era periodicamente interrompido por gran-

HISTÓRIA DAS CRUZADAS

STEVEN RUNCIMAN

VOLUME III

O REINO DE ACRE
e as Últimas Cruzadas

Tradução
Cristiana de Assis Serra

IMAGO

Título Original:
A History of the Crusades — Volume III — The Kingdom of Acre and the Later Cruzades

Copyright © 1951 by Steven Runciman

Tradução:
Cristiana de Assis Serra

Capa:
Luciana Mello e Monika Meyer

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

R982h Runciman, Steven, Sir, 1903-2000
v. 3 História das cruzadas, volume III: o Reino de Acre e as últimas cruzadas / Steven Runciman; tradução: Cristiana de Assis Serra. — Rio de Janeiro: Imago, 2003.
468 pp.

Tradução de: A history of the crusades, volume III: the kingdom of Acre and the later cruzades.
Apêndices
Inclui bibliografia
ISBN 85-312-0896-3

1. Cruzadas. 2. Cruzadas — História. 3. Jerusalém — História — Reino Antigo, 1099-1244. I. Título. II. Título: O Reino de Acre e as Últimas Cruzadas.

03-1630. CDD — 940.18
CDU — 94(4)"1100/1299"

Reservados todos os direitos. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida por fotocópia, microfilme, processo fotomecânico ou eletrônico sem permissão expressa da Editora.

2003

IMAGO EDITORA
Rua da Quitanda, 52/8º andar — Centro
20011-030 — Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (21) 2242-0627 — Fax: (21) 2224-8359
E-mail: imago@imagoeditora.com.br
www.imagoeditora.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Para

KATHARINE FARRER

Sumário

Lista de Mapas 9
Prefácio 11

LIVRO I
A TERCEIRA CRUZADA

Capítulo I A Consciência Ocidental 15
II Acre 28
III Coração-de-Leão 42
IV O Segundo Reino 77

LIVRO II
CRUZADAS EQUIVOCADAS

Capítulo I A Cruzada contra Cristãos 103
II A Quinta Cruzada 124
III O Imperador Frederico 157
IV Anarquia Legalizada 185

LIVRO III
OS MONGÓIS E OS MAMELUCOS

Capítulo I O Advento dos Mongóis 213
II São Luís 228
III Os Mongóis na Síria 260
IV O Sultão Baibars 278

LIVRO IV
O FIM DE OUTREMER

Capítulo I O Comércio de Outremer 309
II Arquitetura e Artes em Outremer 322
III A Queda de Acre 339

LIVRO V
EPÍLOGO

Capítulo I	As Últimas Cruzadas	371
II	Retrospectiva	406
Apêndice I	Principais Fontes da História das Últimas Cruzadas	417
II	A Vida Intelectual em Outremer	424
III	Árvores Genealógicas	428
	1. Casas Reais de Jerusalém e Chipre, e Casa de Ibelin	428
	2. Casa dos Príncipes de Antióquia	429
	3. Casa de Embriaco	429
	4. Casa Real da Armênia	429
	5. Casa Aiúbida	430
	6. Casa de Gêngis Khan	430

BIBLIOGRAFIA

I. FONTES ORIGINAIS	431
II. OBRAS MODERNAS	436
Índice	441

Lista de Mapas

1. Arredores de Acre em 1189 33

2. O Delta do Nilo na época da Quinta Cruzada
e da Cruzada de S. Luís 141

3. Outremer no século XIII 192

4. O Império mongol sob Gêngis Khan e seus sucessores 215

5. Acre em 1291 362

Prefácio

O presente volume pretende cobrir a história de Outremer e das Guerras Santas desde o renascimento do reino franco, na época da Terceira Cruzada, até seu colapso um século depois, com um epílogo sobre as derradeiras manifestações do espírito cruzado. Nessa história, vários temas se entrelaçam. O declínio de Outremer, com suas pequenas mas complexas tragédias, era periodicamente interrompido por grandes Cruzadas — todas as quais, depois da Terceira, acabaram desviando-se de seu objetivo inicial ou terminaram em desastre. Na Europa, embora ainda fosse hábito de todos os potentados tecer loas exageradas ao movimento cruzado, nem a fervorosa piedade de S. Luís pôde impedir sua decadência, enquanto a crescente desavença entre a cristandade oriental e a ocidental chegou ao auge na maior tragédia da Idade Média, a destruição da Civilização Bizantina em nome de Cristo. No mundo islâmico, o estímulo constante da Guerra Santa levou à substituição dos generosos e cultos aiúbidas pelos mais eficientes e menos simpáticos mamelucos, cujos sultões varreriam do mapa a Síria franca. Por fim, houve a arbitrária irrupção dos mongóis, cuja chegada a princípio pareceu acenar com o resgate da cristandade oriental; sua influência, entretanto, acabou tendo efeitos apenas destrutivos, graças à falta de habilidade e aos mal-entendidos de seus potenciais aliados. No cômputo geral, trata-se de uma história de fé e tolice, coragem e cobiça, esperança e desilusão.

Incluí breves capítulos sobre o comércio e as artes em Outremer. O tratamento é necessariamente perfunctório, visto que nem a história comercial nem a artística de um Estado colonial como Outremer podem ser separadas da história geral do comércio e civilização medievais. Assim sendo, procurei ater-me aos limites estritamente relevantes para a compreensão de Outremer.

A história das Cruzadas é um assunto amplo, com fronteiras indefinidas; a abordagem por que optei representa minha escolha pessoal. Se os leitores julgarem equivocada a ênfase que dou a cada um de seus vários aspectos,

tudo o que posso alegar é que o autor deve produzir seu livro à sua própria maneira. Não faz sentido que os críticos o acusem de não ter escrito a obra do modo como eles mesmos o teriam feito caso decidissem abordar o tema. De qualquer forma, espero não haver omitido nada que seja essencial para sua compreensão.

As imensas dívidas que tenho para com muitos estudiosos, vivos e mortos, estão, creio eu, patentes em minhas notas de rodapé. A grande história de Chipre de *Sir* George Hill e a meticulosa história das Últimas Cruzadas do Professor Atiya são ambas indispensáveis para o estudo do período; ademais, os estudantes devem ser eternamente gratos ao Professor Claude Cahen pelas eruditas informações contidas em suas obras. Devo mencionar com pesar o falecimento de M. Grousset, cuja visão ampla e estilo vigoroso tanto ajudaram a elucidar a política de Outremer e o contexto asiático. Também me baseei amplamente no trabalho de acadêmicos americanos como o falecido Professor La Monte e o Sr. P. A. Throop.

Mais uma vez devo agradecer a meus amigos do Oriente Próximo, que tanto me ajudaram em minhas viagens à região, sobretudo a Iraq Petroleum Company; e aos Síndicos da Cambridge University Press pela generosidade.

STEVEN RUNCIMAN

Londres, 1954

LIVRO 1

A TERCEIRA CRUZADA

Capítulo 1

A Consciência Ocidental

"Não criam, os reis da terra e todos os habitantes do mundo, que entrassem o opressor e o inimigo pelas portas de Jerusalém." LAMENTAÇÕES 4, 12

As más notícias chegam rápido. Mal a Batalha de Hattin fora travada e perdida, mensageiros já corriam para o Ocidente a fim de informar os príncipes da Europa; logo seriam seguidos por outros contando da queda de Jerusalém. A cristandade ocidental tomou conhecimento dos desastres com consternação. A despeito de todos os apelos que partiram do reino de Jerusalém nos últimos anos, ninguém no Ocidente, exceto talvez pela corte papal, dera-se conta da urgência do perigo. Os cavaleiros e peregrinos que haviam ido ao Oriente encontraram nos Estados francos uma vida mais luxuosa e alegre que qualquer das que conheciam em suas terras natais. Ouviram histórias de façanhas militares, viram um comércio florescente. Não podiam compreender o quanto toda aquela prosperidade era precária. Agora, de repente, souberam que estava tudo terminado. O exército cristão fora destruído; a Santa Cruz, a mais sagrada das relíquias da cristandade, caíra nas mãos dos infiéis; a própria Jerusalém fora tomada. Num intervalo de poucos meses, todo o edifício do Oriente franco ruíra — e, se havia ainda algo a resgatar dos destroços, era preciso enviar socorro, e depressa.

Os refugiados que haviam sobrevivido ao desastre acotovelavam-se atrás das muralhas de Tiro. Sua coragem era sustentada pelo inabalável vigor de Conrado de Montferrat. A felicidade de sua chegada salvara a cidade da rendição, e um a um os nobres que escaparam das garras de Saladino juntaram-se a ele, aceitando de bom grado sua liderança. Entretanto, todos sabiam que, sem ajuda ocidental, as chances de manter Tiro eram reduzidas — e de recuperar as terras perdidas, nulas. Na calmaria que se seguiu ao primeiro ataque de Saladino a Tiro, quando ele seguiu adiante para conquistar o norte da Síria, os francos enviaram o mais reverenciado de seus homens, Josias, arcebispo da cidade, para transmitir pessoalmente ao papa e aos reis do Ocidente o grau de desespero de sua necessidade. Por volta da mesma época, os membros sobreviventes das Ordens Militares

elaboraram um documento contando aos seus irmãos ocidentais a mesma história ansiosa.[1]

O arcebispo deixou Tiro no fim do verão de 1187, chegando após uma rápida travessia à corte do Rei Guilherme II da Sicília. Encontrou-o profundamente aflito com os rumores do desastre. Ao tomar conhecimento do ocorrido em toda a sua extensão, Guilherme envergou um burel e partiu para um retiro de quatro dias. Em seguida, escreveu para os demais monarcas, instando-os a participarem numa cruzada, e deu início aos seus próprios preparativos acelerados para uma expedição ao Oriente. Tinha uma guerra com Bizâncio nas mãos. Em 1185, suas tropas haviam tentado capturar Tessalônica, sofrendo uma grave derrota, mas sua frota ainda singrava águas cipriotas, apoiando o usurpador senhor de Chipre, Isaac Comneno, em sua revolta contra o Imperador Isaac Ângelo. Firmou-se a paz às pressas com o imperador, e o almirante siciliano, Margarido de Brindisi, recebeu ordens de retornar para casa a fim de reparar seus navios e fazer-se à vela com trezentos cavaleiros rumo a Trípoli. Nesse ínterim, o Arcebispo Josias, com a escolta de uma embaixada siciliana, seguiu para Roma.[2]

Também lá a gravidade das notícias foi bem compreendida, pois os genoveses já haviam enviado um relatório à corte papal.[3] O velho papa, Urbano III, encontrava-se enfermo; o choque foi demais para ele, que morreu de desgosto em 20 de outubro.[4] Seu sucessor, Gregório VIII, no entanto, enviou imediatamente uma carta circular para todos os fiéis do Ocidente, contando a impressionante história da perda da Terra Santa e da Santa Cruz. Recordou a seus leitores o fato de que a perda de Edessa, quarenta anos antes, deveria ter sido um aviso. Agora, eram necessárias as mais vigorosas medidas. Que todos se arrependessem de seus pecados e tratassem de acumular tesouros nos céus assumindo a Cruz. Prometeu indulgência plenária a todos os cruzados, que desfrutariam da vida eterna no paraíso — enquanto, nesse meio tempo, seus bens na Terra ficassem sob a proteção da Santa Sé. A carta foi arrematada com a determinação de um jejum todas as sextas-feiras pelos próximos cinco anos, além de abstinência de carne às quartas-feiras e sábados. Sua própria família, bem como seus cardeais, também fariam jejum às segundas-feiras. Outras mensagens enviadas de Roma promoveram uma

---

1 Ernoul, pp. 247-8, sobre a viagem de Josias. O relatório do templário Terêncio aos seus irmãos é fornecido por Benedito de Peterborough, II, pp. 13-14; o dos hospitalários, por Ansberto, *Expeditio Friderici*, pp. 2-4. Terêncio escreveu também a Henrique II; Benedito de Peterborough, II, pp. 40-1.

2 Ernoul, *loc. cit.*

3 Benedito de Peterborough, II, pp. 11-13.

4 *Annales Romani in* Watterich, *Pontificum Romanorum Vitae*, II, pp. 682-3.

trégua de sete anos entre todos os príncipes da cristandade; divulgou-se também que todos os cardeais haviam jurado estar entre os primeiros a assumir a Cruz. Como pregadores mendicantes, incumbir-se-iam de liderar os combatentes cristãos à Palestina.[1]

O Papa Gregório não viu o resultado de seus esforços. Faleceu em Pisa a 17 de dezembro, após um pontificado de dois meses, deixando o trabalho para o Bispo de Praeneste, eleito dois dias depois como Clemente III. Enquanto Clemente apressava-se em entrar em contato com o maior potentado do Ocidente, o Imperador Frederico Barbarossa, o Arcebispo de Tiro atravessava os Alpes para encontrar-se com os reis da França e da Inglaterra.[2]

A notícia de sua missão o precedera. O idoso Patriarca de Antióquia, Aimery, escreveu em setembro ao Rei Henrique II falando-lhe das tribulações do Oriente. A carta foi enviada pessoalmente pelo Bispo de Banyas,[3] e, antes mesmo que Josias de Tiro pusesse os pés na França, o mais velho filho vivo de Henrique, Ricardo, Conde de Poitou, já assumira a Cruz.[4] Henrique, por sua vez, havia muitos anos travava uma guerra sem muito sentido com Filipe Augusto da França. Em janeiro de 1188, Josias encontrou os dois em Gisors, na fronteira entre a Normandia e os domínios franceses, onde se haviam reunido para discutir uma trégua. Sua eloqüência persuadiu-os a fazer as pazes e prometer que partiriam tão logo quanto possível na Cruzada. Filipe, Conde de Flandres, talvez envergonhado pelo fracasso da sua cruzada dez anos antes, correu a seguir seu exemplo; ademais, grande parte da alta nobreza dos dois reinos jurou acompanhar os reis. Decidiu-se que os exércitos marchariam juntos, as tropas francesas envergando cruzes vermelhas e as inglesas, o branco e verde flamengo. Para pagar pela expedição, os dois soberanos instituíram tributos especiais.[5] No fim de janeiro, o conselho do Rei Henrique reuniu-se em Le Mans para ordenar o pagamento do Dízimo de Saladino, um tributo de dez por cento sobre a renda e bens móveis a ser coletado de todos os súditos leigos do monarca, tanto na Inglaterra quanto na França. Em seguida, Henrique retornou à Inglaterra para tomar novas providências para a cruzada, pregada com fervor por Balduíno,

---

1 Benedito de Peterborough, II, pp. 15-19, fornece o texto das missivas do papa. Para o poeta provençal Giraut, porém, a atividade do papa foi insuficiente (ver Throop, *Criticism of the Crusades*, pp. 29-30).
2 *Annales Romani in* Watterich, *op. cit.* II, p. 692.
3 Benedito de Peterborough, II, pp. 36-8.
4 Ambrósio, *L' Estoire de la Guerre Sainte*, col. 3; *Itinerarium Regis Ricardi*, p. 32; Rigord, pp. 83-4.
5 Em termos políticos, a conferência de Gisors foi um fracasso. Benedito de Peterborough, II, p. 30; Ambrósio, cols. 3-4; *Itinerarium*, pp. 32-3.

Arcebispo de Cantuária. O Arcebispo de Tiro iniciou sua jornada de volta para casa cheio de esperanças.[1]

Logo após a conferência em Gisors, Henrique escreveu uma resposta ao Patriarca de Antióquia, informando-o de que a ajuda chegaria sem demora.[2] Seu otimismo não se justificava. O Dízimo de Saladino foi coletado satisfatoriamente, a despeito da tentativa de um cavaleiro templário, Gilberto de Hoxton, de usar o dinheiro que coletara em proveito próprio; ao passo que Guilherme, o Leão, rei da Escócia e vassalo de Henrique, não logrou convencer seus parcimoniosos barões a contribuir com um pêni sequer. Fizeram-se planos para o governo do país durante a ausência de Henrique e seu herdeiro;[3] muito antes que o exército pudesse reunir-se, porém, a guerra voltou a irromper na França. Alguns dos vassalos de Ricardo rebelaram-se contra ele em Poitou, e, em junho de 1188, ele se envolveu numa contenda com o Conde de Toulouse. O monarca francês, irritado com a agressão sofrida por seu vassalo, respondeu invadindo Berry. Henrique, por sua vez, invadiu territórios de Filipe, e o conflito arrastou-se por todo o verão e outono. Em janeiro de 1189, Ricardo, cuja lealdade filial era inconstante, juntou-se a Filipe numa ofensiva contra Henrique. Aquele pelejar sem fim horrorizou a maioria dos bons cristãos. Entre os vassalos de Filipe, os Condes de Flandres e Blois recusaram-se a pegar em armas enquanto a cruzada não fosse iniciada.[4] No outono de 1188, o papa enviara o Bispo de Albano e, após a morte do bispo, na primavera seguinte, o Cardeal João de Anagni, para mandar que os reis se reconciliassem — em vão. Nem Balduíno, Arcebispo de Cantuária, logrou melhor êxito. No início do verão, Filipe e Ricardo conseguiram penetrar nas possessões francesas de Henrique. Em 3 de julho, Filipe tomou a grande fortaleza de Tours; no dia seguinte, Henrique, então gravemente enfermo, concordou com termos de paz humilhantes. Dois dias depois, em 6 de julho, antes que pudessem ser ratificados, ele faleceu em Chinon.[5]

O desaparecimento do velho rei abrandou o problema. Não se sabe ao certo se ele algum dia acreditou mesmo que partiria para a cruzada. Entretanto, seu herdeiro, Ricardo, tencionava sinceramente cumprir seus votos; assim, embora — como era inevitável — ele tivesse herdado também a querela de seu pai com o Rei Filipe, estava disposto a fazer o acordo que fosse

---

1 Benedito de Peterborough, II, pp. 30-2.
2 *Ibid.* pp. 38-9.
3 *Ibid.* pp. 44, 47-8.
4 *Ibid.* pp. 34-6, 39-40, 44-9; Rigord, pp. 90-3.
5 Benedito de Peterborough, II, pp. 50-I, 59-61, 66-71; Rigord, pp. 94-7; Rogério de Wendover, I, pp. 154-60.

necessário para ficar livre para partir rumo ao Oriente, sobretudo se Filipe se juntasse à expedição. Filipe, de sua parte, temia menos a Ricardo que Henrique, e entendeu ser má política adiar a cruzada mais tempo. Firmou-se um tratado às pressas, e Ricardo seguiu para a Inglaterra a fim de ser coroado e assumir o governo.[1]

A coroação deu-se a 3 de setembro em Westminster, sendo seguida por uma vigorosa perseguição dos judeus em Londres e York. Os cidadãos invejavam o favor de que gozavam junto ao falecido rei — e o fervor cruzado sempre fora um bom pretexto para eliminar os inimigos de Deus. Ricardo puniu os insurgentes e permitiu que um judeu, que se convertera ao cristianismo para escapar da morte, retornasse à sua fé. Os cronistas ficaram chocados ao tomar conhecimento do comentário do Arcebispo Balduíno de que, se não fosse um homem de Deus, preferia ser do Diabo. O rei permaneceu na Inglaterra durante o outono, reorganizando sua administração. Episcopados vazios foram preenchidos. Após uma reestruturação preliminar, Guilherme Longchamp, Bispo de Ely, foi nomeado chanceler e *justiciar*[2] do sul da Inglaterra, enquanto Hugo, Bispo de Durham, foi designado para os cargos de *justiciar* do norte e comissário de Windsor. À Rainha-mãe, Eleonora, foram conferidos poderes de vice-rainha; ela, entretanto, não tinha a menor intenção de permanecer no país. O irmão de Ricardo, João, foi brindado com imensas propriedades no sudoeste, e a prudente proibição de sua entrada em território inglês por três anos foi rapidamente retirada. Venderam-se propriedades reais para levantar dinheiro — procedimentos que, junto com as doações e o Dízimo de Saladino, forneceram ao rei um vasto tesouro. Ademais, Guilherme da Escócia enviou dez mil libras em troca de sua liberdade da submissão à coroa inglesa e da restituição de suas cidades de Berwick e Roxburgh, por ele perdidas durante o reinado de Henrique.[3]

Em novembro, Rotrudo, Conde de Perche, veio da França com a notícia de que o Rei Filipe, cujos preparativos para a Cruzada estavam quase concluídos, desejava encontrar-se com Ricardo em Vezelay em 1º de abril, a fim de discutirem a partida conjunta.[4] No fim de 1188, chegara à corte francesa uma carta de seus agentes em Constantinopla revelando uma profecia do santo eremita Daniel segundo a qual os francos recuperariam a Terra Santa no ano em que a Festa da Anunciação caísse no Domingo de Páscoa. Tal conjunção ocorreria em 1190. O relatório acres-

---

1 Benedito de Peterborough, II, pp. 74-5; Rogério de Wendover, I, pp. 162-3.
2 Alto funcionário judicial na Inglaterra medieval. (N.T.)
3 Benedito de Peterborough, II, pp. 80-8, 97-101; Rogério de Wendover, I, pp. 164-7; Ambrósio, cols. 6-7.
4 Benedito de Peterborough, II, pp. 92-3.

centava ainda que Saladino vinha sendo importunado por querelas entre sua família e seus aliados, e que, apesar da ímpia ajuda que lhe vinha sendo prestada pelo Imperador Isaac, corriam rumores de que o próprio Saladino sofrera uma severa derrota nas proximidades de Antióquia.[1] As notícias recebidas na França no ano seguinte não foram tão otimistas, mas soube-se que, graças ao auxílio siciliano, os francos haviam começado a tomar a ofensiva.[2] Ademais, o imperador ocidental, Frederico Barbarossa, já se encontrava a caminho do Oriente.[3] Era tempo de os monarcas da França e da Inglaterra partirem.

Após conferenciar com seu conselho, o Rei Ricardo concordou com a reunião em Vezelay. No Natal, já havia retornado à Normandia, onde se preparou para partir para a Palestina no fim da primavera. No último momento, os planos tiveram de ser adiados em virtude da súbita morte da rainha da França, Isabela de Hainault, no início de março.[4] Só em 4 de julho os reis voltaram a encontrar-se em Vezelay, com seus cavaleiros e sua infantaria, prontos para partir em sua santa empresa.[5]

Já se haviam passado três anos desde o desastre do reino de Jerusalém em Hattin; teria sido melhor para os francos do Oriente se os demais cruzados não tivessem sido tão dilatórios. A presteza do socorro do Rei Guilherme da Sicília havia salvado Tiro e Trípoli para a cristandade; Guilherme, entretanto, falecera em 18 de novembro de 1189, e seu sucessor, Tancredo, tinha problemas a sanar em seu próprio reino.[6] Já em setembro, porém, uma armada de navios dinamarqueses e flamengos, estimada pelos esperançosos cronistas em quinhentos vasos, aproximou-se do litoral sírio; por volta da mesma época chegou Jaime, senhor de Avesnes, o mais bravo cavaleiro de Flandres.[7] Mesmo entre os ingleses houvera quem não se limitasse a esperar pela iniciativa do rei, e uma flotilha tripulada por londrinos deixou o Tâmisa em agosto e alcançou Portugal no mês seguinte — onde, como seus compatriotas quarenta anos antes, anuíram em prestar serviços temporários ao monarca português. Graças à sua ajuda, o Rei Sancho logrou capturar ao Islã a fortaleza de Silves, a leste do

1 *Ibid.* II, pp. 51-3.
2 *Ibid.* II, p. 93.
3 Ver a adiante, p. 21.
4 Benedito de Peterborough, II, p. 108; *Itinerarium*, p. 146; Rigord, pp. 97-8.
5 Benedito de Peterborough, II, p. 111; *Itinerarium*, pp. 147-9; Ambrósio, cols. 8-9; Rigord, pp. 98-9.
6 Ver Chalandon, *Domination Normande en Italie*, II, pp. 416-18. A morte de Guilherme é mencionada como um desastre em todas as crônicas anglo-normandas e francesas.
7 Benedito de Peterborough, II, p. 94; *Itinerarium*, p. 65; Ambrósio, cols. 77-8.

Cabo de S. Vicente. No dia da Festa de S. Miguel,[1] os londrinos atravessaram o Estreito de Gibraltar.[2]

A mais portentosa força que já estava a caminho da Terra Santa era o exército do Imperador Frederico Barbarossa.

Frederico havia ficado profundamente comovido ao tomar conhecimento da derrocada na Palestina. Desde que ele retornara, com seu tio Conrado, da malfadada Segunda Cruzada, ansiava por voltar a medir armas com os infiéis. Já estava idoso então, beirando os setenta anos, e governava a Alemanha havia 35 anos. A idade não lhe reduzira a galantaria nem o charme, mas muitas experiências negativas ensinaram-no a ser prudente. Não eram intensos seus vínculos pessoais com a Palestina; pouquíssimos dos colonos da região eram de origem germânica, e sua longa controvérsia com o papado intimidara o governo franco, impedindo-o de pedir-lhe ajuda. No entanto, a casa de Montferrat sempre estivera entre seus partidários, e a descrição da galante defesa de Tiro por Conrado talvez o tivesse instigado. O recente matrimônio de seu herdeiro, Henrique, com a princesa siciliana Constança estreitara seus laços com os normandos do sul. A morte do Papa Urbano III, no outono de 1187, permitiu sua reconciliação com Roma. Gregório VIII saudou com avidez tão valioso aliado para o resgate da cristandade, e Clemente III mostrou-se igualmente amigável.[3]

Frederico recebeu a Cruz em Mainz, em 27 de março de 1188, das mãos do Cardeal de Albano. Era o quarto domingo da Quaresma, conhecido como *Laetare Hierusalem*, devido ao intróito.[4] Entretanto, ainda se passaria um ano até que ele estivesse pronto a partir para o Oriente. A regência de seus domínios foi confiada a seu filho, o futuro Henrique VI. Seu grande rival na Alemanha, Henrique, o Leão da Saxônia, recebeu ordens de ou ceder seus direitos sobre parte de suas terras, ou acompanhar a cruzada por sua própria conta, ou partir para o exílio durante três anos — escolhendo a última alternativa e retirando-se para a corte de seu sogro, Henrique II da Inglaterra.[5] Graças à simpatia papal, a Igreja germânica foi pacificada após uma longa sucessão de contendas. A fronteira alemã ocidental foi reforçada com a cria-

---

1 Importante celebração para os ingleses, marca o dia da vitória de S. Miguel sobre o Demônio, em 29 de setembro. (N.T.)

2 Benedito de Peterborough, II, pp. 116-22; Ralph de Diceto, II, pp. 65-6; *Narratio Itineris Navalis ad Terram Sanctam*, *passim*.

3 A melhor biografia geral de Frederico I ainda é Prutz, *Kaiser Friedrich I*. Sua expedição ao Oriente é plenamente registrada por Ansberto, *Expeditio Friderici*, e pela *Historia Peregrinorum* e a *Epistola de Morte Friderici Imperatoris* (todas publicadas em Chroust, *Quellen zur Geschichte des Kreuzzüges Kaiser Friedrichs I*).

4 Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles*, V, 2, pp. 1143-4.

5 Benedito de Peterborough, II, pp. 55-6.

ção de um novo margraviato.[1] Enquanto montava seu exército, Frederico escreveu aos potentados cujos reinos atravessaria — o Rei da Hungria, o Imperador Isaac Ângelo e o sultão seljúcida Kilij Arslan; ademais, enviou um embaixador, Henrique de Dietz, com uma jactanciosa carta a Saladino, exigindo a restituição de toda a Palestina aos cristãos e desafiando-o para uma batalha no campo de Zoan, em novembro de 1189.[2] O monarca húngaro e o sultão seljúcida responderam com promessas de assistência. Uma embaixada bizantina atingiu Nuremberg no curso de 1188, a fim de combinar os detalhes da travessia do território de Isaac pelos cruzados.[3] A réplica de Saladino, contudo, embora cortês, foi altiva. Ele se ofereceu para libertar seus prisioneiros francos e restaurar as abadias latinas na Palestina aos seus proprietários, mas nada além disso. Do contrário, a guerra seria inevitável.

No princípio de maio de 1189, Frederico deixou Regensburg em companhia de seu segundo filho, Frederico da Suábia, e vários de seus maiores vassalos; seu exército, a maior força isolada a partir para uma cruzada até então, era bem armado e disciplinado.[4] O Rei Bela deu-lhe uma acolhida amigável e proporcionou-lhe todas as facilidades possíveis na transposição da Hungria. Em 23 de junho, Frederico cruzou o Danúbio em Belgrado, entrando em território bizantino.[5] A partir dali, começaram os desentendimentos. O Imperador Isaac Ângelo não era homem talhado para lidar com uma situação que requeria tato, paciência e coragem. Não passava de um cortesão irresoluto, ainda que inteligente, que ascendera ao trono por acidente e tinha uma permanente consciência dos muitos rivais em potencial existentes em seus domínios. Desconfiava de todos os funcionários mais graduados, mas não se atrevia a controlá-los com maior rigor. As forças armadas de seu império e suas finanças tampouco se haviam recuperado do desgaste imposto pelo vanglorioso reinado de Manuel Comneno. A tentativa do Imperador Andrônico de reformar a administração não sobrevivera à sua queda, e ela era agora corrupta como nunca. A pesada e injusta carga tributária estava causando problemas nos Bálcãs; Isaac Comneno encabeçava uma revolta em Chipre; a Cilícia fora perdida para os armênios; os turcos tomavam liberdades nas províncias imperiais do centro e sudoeste da Anatólia; e os normandos haviam

---

1 Hefele-Leclercq, *op. cit.* p. 1144, com referências.
2 Ansberto, *Expeditio Friderici*, p. 16. Uma versão da carta de Frederico a Saladino é fornecida em Benedito de Peterborough, II, pp. 62-3. É quase certo que seja espúria.
3 Ansberto, *Expeditio Friderici*, p. 15; Hefele-Leclercq, *loc. cit.*
4 Arnoldo de Lubeck estima que foi realizado um censo quando o exército cruzou o Sava, e que havia 50 mil cavaleiros e 100 mil peões (pp. 130-1). Os cronistas germânicos fornecem o número redondo de 100 mil homens para o exército como um todo.
5 Ansberto, *Expeditio Friderici*, p. 26.

empreendido um grande assalto a Épiro e à Macedônia. A derrota dos normandos foi o único triunfo militar do reinado de Isaac Ângelo. Para todo o resto, ele dependeu da diplomacia. Firmou uma aliança estreita com Saladino, para horror dos francos no Oriente. Seu motivo, porém, era não prejudicar os interesses destes, mas refrear o poderio dos seljúcidas; seu êxito incidental, porém, em conseguir que os Lugares Santos de Jerusalém fossem restituídos aos cuidados dos ortodoxos foi particularmente chocante para o Ocidente. Para fortalecer seu domínio dos Bálcãs, o imperador reforçou sua amizade com o Rei Bela da Hungria, cuja jovem filha, Margarida, foi por ele desposada em 1185. Os impostos extraordinários coletados por ocasião das bodas, todavia, constituíram a fagulha que faltava para atear a rebelião aberta dos descontentes sérvios e búlgaros. Apesar de alguns sucessos iniciais, seus generais não lograram esmagar os rebeldes. Quando Frederico alcançou Belgrado, já se formara um Estado sérvio independente nas colinas a noroeste da península, e, conquanto as forças bizantinas ainda detivessem as fortalezas ao longo da estrada principal para Constantinopla, saqueadores búlgaros eram os senhores das áreas rurais.[1]

Mal as tropas germânicas transpuseram o Danúbio, começaram os problemas. Bandoleiros, tanto sérvios quanto búlgaros, puseram-se a investir contra os extraviados, e a população local encontrava-se assustada e hostil. Os alemães imediatamente acusaram os bizantinos de instigar as agressões, recusando-se a reconhecer que Isaac não tinha condições de impedi-las. Frederico, sabiamente, procurou conquistar a amizade dos líderes rebeldes locais. Estêvão Nemanya, Príncipe da Sérvia, dirigiu-se a Nish acompanhado de seu irmão, Sracimir, a fim de saudar o monarca germânico em sua passagem pela cidade, em julho; os irmãos Vlach, Ivan Asen e Pedro, cabeças da insurreição búlgara, enviaram-lhe mensagens com promessas de assistência. A notícia de tais negociações provocou um alarme nada despropositado na corte de Constantinopla. Isaac já suspeitava das intenções de Frederico; seus ex-embaixadores na corte germânica, João Ducas e Constantino Cantacuzeno, haviam sido enviados para recepcionar Frederico ao adentrar território bizantino, e, para horror de seu velho amigo, o historiador Nicetas Choniates, aproveitaram sua missão para incitar Frederico contra Isaac, que não tardou a tomar conhecimento de suas intrigas. Embora a falta de confiança de Frederico em Bizâncio — que remontava às suas experiências durante a Segunda Cruzada — estivesse sendo insuflada pelos ardis de sua escolta

1 Sobre Isaac Ângelo, ver Cognasso, "Un Imperatore Bizantino della Decadenza, Isacco II Angelo", *in Bessarione*, vol. XXXI, pp. 29 ss., 246 ss. Carta de Frederico I a Henrique em Bohmer, *Acta Imperii Selecta*, p. 152.

bizantina, o bom senso de Isaac abandonou-o por completo. Até então, a disciplina das tropas germânicas e as providências adequadas tomadas pelas autoridades bizantinas para assegurar seu abastecimento haviam prevenido incidentes desagradáveis. Quando, porém, Frederico ocupou Filipópolis, de onde enviou emissários a Constantinopla a fim de combinar a passagem de suas tropas para a Ásia, Isaac atirou-os no cárcere, planejando mantê-los como reféns para garantir o comportamento pacífico de Frederico. Enganou-se redondamente em seu julgamento de Frederico, que sem titubear mandou seu filho, Frederico da Suábia, tomar a cidade de Didymotichum, na Trácia, como contra-refém, e escreveu para seu filho Henrique, ordenando-lhe que reunisse uma esquadra a ser lançada contra Bizâncio e obtivesse a bênção do papa para uma cruzada contra os gregos. Enquanto o estreito não fosse controlado pelos francos, alegou, o movimento cruzado jamais lograria êxito. Diante da perspectiva de um ataque a Constantinopla pelo exército germânico, apoiado por uma frota ocidental, Isaac ainda prevaricou por alguns meses, até por fim recuar e libertar os embaixadores alemães. A paz foi firmada em Adrianópolis. Isaac entregou os reféns a Frederico e prometeu fornecer-lhe navios (com a condição de que ele cruzasse os Dardanelos e não o Bósforo) e víveres em sua travessia da Anatólia. Como a intenção de Frederico era seguir para a Palestina, ele controlou sua irritação e aceitou a situação.

O exército alemão havia avançado muito lentamente pelos Bálcãs, e Frederico era demasiado cauteloso para arriscar-se a atravessar a Anatólia no inverno. Passou os meses de frio em Adrianópolis, enquanto os cidadãos de Constantinopla temiam que ele recusasse as desculpas de Isaac e marchasse contra sua cidade. Por fim, em março de 1190, sua expedição deslocou-se para Galípoli, nos Dardanelos, de onde, em transportes bizantinos, passou para a Ásia, para alívio de Isaac e seus súditos.[1]

Ao afastar-se da costa asiática dos Dardanelos, Frederico seguiu aproximadamente a mesma rota tomada por Alexandre, o Grande, quinze séculos antes, cruzando o Granico e o Rio Angelocomites, que havia subido e inundado suas margens, até atingir uma estrada bizantina pavimentada entre Miletópolis e a moderna Balikesir. Seguiu essa via, passando por Cálamo e Filadélfia (onde os habitantes, a princípio amistosos, tentaram roubar a retaguarda das tropas, sendo punidos por isso), e alcançou Laodicéia em 27 de abril, trinta dias após a travessia de Dardanelos. Dali, penetrou no continente pela estrada usada por Manuel em sua marcha fatal para Miriocéfalo,

1 Nicetas Choniates, pp. 525-37; Ansberto, *Expeditio Friderici*, pp. 27-66; *Gesta Federici in Expeditione Sacra*, pp. 80-4; Oto de St. Blaise, pp. 66-7; *Itinerarium*, pp. 47-9. Ver Hefele-Leclercq, *op. cit.* pp. 1147-9; Vasiliev, *História do Império Bizantino*, pp. 445-7.

e, em 3 de maio, após uma escaramuça com os turcos, passou pelo local da batalha, onde ainda se avistavam os ossos das vítimas. Encontrava-se agora em território controlado pelo sultão seljúcida; era óbvio que Kilij Arslan, a despeito de suas promessas, não tinha a menor intenção de permitir que os cruzados atravessassem pacificamente seus domínios. Não obstante, impressionado com o tamanho do exército, não tentou nada além de fustigá-lo pelas bordas, capturando extraviados e perturbando a busca de alimentos. Foi uma tática eficaz. A fome, a sede e as flechas turcas começaram a provocar baixas. Circundando a extremidade da cadeia do Sultan Dagh pela antiga estrada que deixava Filomélio rumo ao leste, Frederico chegou a Konya em 17 de maio, de onde o sultão e sua corte já se haviam retirado. Após uma encarniçada batalha contra o filho do sultão, Qutb ad-Din, Frederico conseguiu, no dia seguinte, forçar a entrada na cidade. Não permaneceu muito tempo dentro de seus muros, porém, embora permitisse que seus homens descansassem um pouco nos jardins de Meram, nos subúrbios ao sul. Seis dias depois, seguiu para Karaman, onde chegou no dia 30; dali liderou suas forças na travessia do Tauro sem oposição rumo a Selêucia, no litoral sul. O porto encontrava-se então sob domínio armênio, cujo católico apressou-se em enviar uma mensagem a Saladino. A estrada percorria um terreno acidentado, os suprimentos escasseavam e o calor de verão era intenso.[1]

Em 10 de junho, a grande hoste desceu para a planície de Selêucia e preparou-se para transpor o Rio Calicadno para entrar na cidade. O imperador seguiu à frente com sua guarda pessoal e aproximou-se do rio. O que se passou então é incerto. Ou ele saltou do cavalo a fim de refrescar-se na água fria e a corrente era mais forte do que ele pensava, ou seu corpo idoso não agüentou o choque súbito; é possível também que sua montaria tenha escorregado derrubando-o na água, e o peso de sua armadura afundou-o. Quando o exército alcançou o rio, seu corpo já fora resgatado e estava estendido na margem.[2]

O desaparecimento do grande imperador foi um duro golpe não só para seus próprios seguidores, mas para todo o mundo franco. A notícia de sua chegada à frente de um grande exército dera novo alento aos cavaleiros que lutavam na costa síria. Suas tropas pareciam suficientes para rechaçar os

---

1 Nicetas Choniates, pp. 538-44; Ansberto, *Expeditio Friderici*, pp. 67-90; *Gesta Federici*, pp. 84-97; *Epistola de Morte Friderici*, pp. 172-7; *Itinerarium*, pp. 49-53. A trajetória de Frederico é discutida por Ramsay, *Historical Geography of Asia Minor*, pp. 129-30. O pedido de socorro do católico armênio a Saladino é relatado por Beha ed-Din (*P.P.T.S.* pp. 185-9).

2 Nicetas Choniates, p. 545; Ansberto, *Expeditio Friderici*, pp. 90-2; *Epistola de Morte Friderici*, pp. 177-8; *Gesta Federici*, pp. 97-8; Oto de St. Blaise, p. 51; *Itinerarium*, pp. 54-5; Ibn al-Athir, II, p. 5; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 183-4.

muçulmanos, e, conjugadas aos exércitos dos reis da França e Inglaterra, cuja partida para o Oriente era prevista para breve, certamente recuperariam a Terra Santa para a cristandade. O próprio Saladino temia que a combinação o superasse. Ao saber que Frederico já estava na estrada para Constantinopla, enviou seu secretário e futuro biógrafo, Beha ed-Din, a Bagdá a fim de instar o Califa Nasr a reunir os fiéis para enfrentar o perigo, e convocou todos os seus vassalos para unirem forças com ele. Coletou informações acerca de cada estágio da marcha do exército germânico e acreditou, erroneamente, que Kilij Arslan estava ajudando os invasores em segredo. A súbita notícia da morte de Frederico pareceu aos muçulmanos um milagre que Deus fizera pela Fé. A hoste que Saladino reunira para fazer frente aos alemães no norte da Síria podia ser reduzida com segurança, enviando-se destacamentos para juntarem-se às suas forças no litoral palestino.[1]

O Islã havia corrido um grande perigo, e Saladino acertou ao enxergar, na morte do imperador, sua salvação. Embora muitos soldados germânicos tivessem perecido e parte do equipamento houvesse sido perdida durante a árdua travessia da Anatólia, o exército imperial ainda era formidável. Entretanto, os alemães, com seu estranho anelo por idolatrar seus líderes, geralmente ficam desmoralizados quando estes desaparecem. As tropas de Frederico perderam o alento. O Duque de Suábia assumiu o comando, mas, conquanto fosse galante o suficiente, faltava-lhe a personalidade do pai. Parte dos príncipes preferiu retornar à Europa com seus seguidores; outros embarcaram em Selêucia ou Tarso com destino a Tiro. O duque, com suas forças muito reduzidas, rojou-se pelo calor sufocante da planície ciliciense, levando consigo o corpo do imperador preservado em vinagre. Após uma certa hesitação, o príncipe armênio Leão fez uma visita respeitosa ao acampamento germânico. Os líderes ocidentais, porém, não conseguiram tomar providências adequadas para a subsistência de seus homens. Livres do controle do imperador, as tropas perderam a disciplina. Muitos estavam famintos e muitos eram os enfermos; a inquietação era generalizada. O próprio duque caiu gravemente enfermo e precisou permanecer na Cilícia. Seu exército prosseguiu sem ele, sofrendo um ataque com pesadas perdas ao transpor o Passo Sírio. Foi uma ralé lamentável que chegou a Antióquia em 21 de junho. Frederico seguiu ao cabo de alguns dias, recuperado.[2]

---

1 Ernoul, pp. 250-1; *Estoire d'Eracles*, II, p. 140; *Itinerarium*, pp. 56-7; Ambrósio, col. 87; Ibn al-Athir, *loc. cit.*; Abu Shama, pp. 34-5; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 189-91; Bar-Hebraeus, pp. 332-4.

2 Sicardo de Cremona, p. 610; Oto de St. Blaise, p. 52; Abu Shama, pp. 458-9; Beha ed-Din. *P.P.T.S.* pp. 207-9.

O Príncipe Boemundo de Antióquia deu aos germânicos uma generosa acolhida. Foi a ruína deles. Sem seu líder, haviam perdido o entusiasmo, e, após as privações da jornada, não tinham a menor intenção de abandonar os luxos de Antióquia. Por outro lado, os excessos a que se entregaram em nada contribuíram para melhorar-lhes a saúde. Frederico de Suábia, satisfeito com a homenagem que lhe fora prestada por Boemundo e encorajado por uma visita que lhe viera fazer seu primo, Conrado de Montferrat, proveniente de Tiro, ansiava por dar continuidade à viagem. Ao deixar Antióquia, porém, no fim de agosto, seu exército encontrava-se ainda mais reduzido. Seu esforço tampouco foi apreciado por muitos dos francos a quem ele viera ajudar. Todos os oponentes de Conrado, sabendo que Frederico era seu primo e amigo, murmuravam que Saladino pagara sessenta mil besantes a Conrado para afastá-lo de Antióquia, onde ele teria mais serventia à causa cristã. Com apósito simbolismo, o corpo do velho imperador se desintegrara. O vinagre fora inútil, e os restos putrefatos foram enterrados às pressas na Catedral de Antióquia. Alguns ossos, não obstante, foram retirados do corpo e levados com o exército, na vã esperança de que pelo menos parte de Frederico Barbarossa aguardasse o Dia do Juízo em Jerusalém.[1]

O soturno fiasco da Cruzada do imperador tornou mais urgente do que nunca a chegada dos reis da França e da Inglaterra ao Oriente, para tomarem parte da disputa penosa e fatal que era travada no litoral norte da Palestina.

1 Abu Shama, pp. 458-60; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 212-14; Ernoul, p. 259.

Capitulo 11

Acre

"Eis que vou fazer voltar as armas que estão em vossas mãos, com as quais combateis o rei da Babilônia e os caldeus, que vos cercam." JEREMIAS 21, 4

No momento do triunfo, Saladino cometera um grave erro quando se deixara intimidar pelas fortificações de Tiro. Se tivesse marchado contra a cidade imediatamente após a captura de Acre, em julho de 1187, ela teria caído em suas mãos. Entretanto, pensou que sua rendição estava garantida, e atrasou-se alguns dias. Ao chegar diante de Tiro, Conrado de Montferrat já se encontrava lá e recusou-se a considerar a capitulação. Saladino não dispunha, no momento, dos equipamentos necessários para empreender um sítio sistemático da cidade, e preferiu garantir conquistas mais fáceis. Só após a queda de Jerusalém, em outubro, ele realizaria sua segunda investida contra Tiro, com um vasto exército e todas as suas máquinas de cerco. Todavia, àquela altura as muralhas na outra extremidade do estreito istmo já haviam sido reforçadas por Conrado, que empregou o dinheiro que trouxera consigo de Constantinopla para incrementar todas as defesas. Quando suas máquinas provaram ser inúteis e sua frota acabou sendo destruída numa batalha na entrada do porto, Saladino mais uma vez levantou o cerco e dispensou a maior parte de suas tropas. Ao retornar para arrematar a conquista do litoral, a ajuda já teria chegado de além-mar.[1]

As forças enviadas por Guilherme II da Sicília no fim da primavera de 1188 não eram volumosas, mas consistiam numa esquadra bem armada, sob o comando do Almirante Margarido, e duzentos cavaleiros treinados. A presença desses reforços não só levou Saladino a erguer o cerco do Krak des Chevaliers em julho de 1188 como dissuadiu-o de atacar Trípoli.[2] Agora, ele se daria por satisfeito se lograsse negociar a paz. Havia um cavaleiro espanhol que chegara a Tiro a tempo de tomar parte na sua defesa. Seu nome é desconhecido, mas os homens chamavam-no de Cavaleiro Verde, em virtude

1 Ver vol. II, pp. 404-5.

2 *Itinerarium*, pp. 27-8; Benedito de Peterborough, II, p. 54; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 114, 119-20; Abu Shama, pp. 362-3; Ibn al-Athir, pp. 718, 720-1. Segundo *Eracles* e os autores islâmicos, Margarido teve uma entrevista com Saladino em Latáquia.

da cor da armadura que envergava. Seu valor e suas façanhas causaram viva impressão em Saladino, que o entrevistou perto de Trípoli no verão de 1188, na esperança de persuadi-lo a promover uma trégua e passar para o serviço dos sarracenos. O Cavaleiro Verde, no entanto, retrucou que os francos sequer levariam em consideração nada menos que a restituição de seu país, sobretudo porque a ajuda ocidental já estava a caminho. Se Saladino evacuasse a Palestina, teria nos francos os mais leais aliados.[1]

Embora a paz não viesse, Saladino demonstrou suas boas intenções libertando alguns de seus eminentes prisioneiros. Era seu hábito induzir os senhores francos cativos a conquistar a liberdade ordenando a rendição de seus castelos a ele — uma maneira fácil e barata de obter as fortalezas. Seu cavalheirismo foi ainda mais longe. Quando Estefânia, senhora da Oultrejourdain, não logrou convencer suas guarnições de Kerak e Montreal a se entregarem para garantir a libertação de seu filho, Humberto de Toron, Saladino devolveu-lho antes mesmo que os obstinados castelos fossem tomados de assalto. O preço da libertação do Rei Guy deveria ter sido Ascalão. Os cidadãos locais, contudo, envergonhados com o egoísmo de seu soberano, recusaram-se a honrar seu compromisso. Após a queda da cidade, a Rainha Sibila escreveu repetidas vezes a Saladino, implorando-lhe que lhe devolvesse o marido. Em julho de 1188, Saladino concedeu-lhe seu pedido. Depois de jurar solenemente que retornaria para o ultramar e jamais voltaria a pegar em armas contra o Islã, o Rei Guy, com dez distintos seguidores (entre os quais o Comissário Amalrico), foi enviado para junto de sua esposa, em Trípoli. Ao mesmo tempo, o idoso Marquês de Montferrat recebeu permissão para retornar para seu filho, em Tiro.[2]

A generosidade de Saladino alarmou seus compatriotas. Ele não só permitiu que os cidadãos francos de todas as cidades que se lhe renderam fossem juntar-se aos seus companheiros em Tiro ou Trípoli como dilatou ainda mais as guarnições desses últimos bastiões cristãos libertando muitos dos nobres cativos. No entanto, Saladino sabia o que estava fazendo. As disputas partidárias que vinham dilacerando o reino de Jerusalém ao longo dos últimos anos haviam sido sanadas pelo tato de Balian de Ibelin apenas algumas semanas antes da Batalha de Hattin, tendo voltado a irromper às vésperas

---

1 Ernoul, pp. 251-2.

2 Para o problema e o local e data exatos da libertação de Guy, ver vol. II, p. 397 n. 4, com referências. Ernoul (p. 253), *Eracles* (p. 121) e Beha-ed-Din (*P.P.T.S.* p. 143) referem-se ao juramento de Guy de jamais voltar a pegar em armas contra os muçulmanos. Segundo o *Itinerarium*, ele prometeu abandonar o reino (p. 25), e Ambrósio (col. 70) afirma que ele iria para o além-mar. Guy posteriormente diria que havia cumprido a promessa ao ir de Tortosa para a Ilha de Ruad (*Estoire d'Eracles*, II, p. 131).

do confronto. O desastre intensificou-as. Os simpatizantes dos Lusignans e Courtenays atribuíram a derrocada a Raimundo de Trípoli, cujos amigos (Ibelins e Garniers, bem como a maior parte da nobreza local), por sua vez, atribuíram-na — com mais razão — à fraqueza do Rei Guy e à influência dos templários e Reinaldo de Châtillon. Raimundo e Reinaldo já estavam mortos, mas os ressentimentos de parte a parte persistiam. Encurralados dentro das muralhas de Tiro, pouco mais restava aos nobres espoliados fazer que vociferar recriminações uns contra os outros. Balian e seus sequazes, que haviam escapado ao cativeiro, aceitaram Conrado de Montferrat como seu líder; tinham visto como ele fora o grande responsável por salvar Tiro. Os partidários de Guy, porém, que deixara a prisão depois que o pior da crise já tinha passado, consideravam-no um mero intruso, um potencial rival para seu rei. A libertação de Guy, muito longe de fortalecer os francos, levou a controvérsia ao auge.[1]

A Rainha Sibila, provavelmente para escapar da atmosfera hostil ao seu marido, refugiara-se em Trípoli. Por ocasião da morte de Raimundo, no outono de 1187, a cidade fora legada ao jovem filho de seu primo, Boemundo de Antióquia; este, em sua condescendência — e talvez gratidão por ver a guarnição de Trípoli reforçada —, não fez objeções a que os partidários de Lusignan lá se reunissem ao seu redor. Guy juntou-se a ela assim que foi libertado, e não foi difícil encontrar um clérigo que o libertasse de seu juramento a Saladino. Tendo sido feito por coação e perante um infiel, era, aos olhos da Igreja, inválido. Saladino enfureceu-se ao tomar conhecimento do ocorrido, mas não deve ter se surpreendido. Após visitar Antióquia, onde Boemundo fez-lhe uma vaga promessa de apoio, Guy seguiu com seus simpatizantes de Trípoli para Tiro, na intenção de assumir o domínio do que restava de seu antigo reino. Conrado fechou-lhe os portões na cara. Na opinião de seu partido, Guy perdera o direito ao reino em Hattin e durante seu cativeiro. Deixara-o sem um governo, e tudo estaria perdido não fosse pela intervenção de Conrado. À exigência de Guy de ser recebido como monarca, Conrado respondeu que controlava Tiro em nome dos reis cruzados que estavam a caminho para resgatar a Terra Santa. O Imperador Frederico e os reis da França e da Inglaterra é que decidiriam a quem o governo seria entregue, afinal.

Era uma reivindicação justa, que interessava a Conrado. Ricardo da Inglaterra, como suserano dos Lusignans em Guienne, talvez favorecesse a causa de Guy; o imperador e Filipe da França, porém, eram primos e amigos de Conrado. Guy retornou desconsolado com seu séquito para Trípoli.[2] Foi

1 Ibn-al-Athir, pp. 707-11, faz severas críticas à política de Saladino.
2 Ernoul, pp. 256-7; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 123-4; Ambrósio, cols. 71-3; *Itinerarium*, pp. 59-60.

um alívio para os francos que naquele momento Saladino, com seu exército parcialmente disperso, estivesse ocupado subjugando os castelos no norte da Síria, e que em janeiro de 1189 tenha enviado novos destacamentos para casa. Ele mesmo, depois de passar os primeiros meses do ano em Jerusalém e Acre, reorganizando a administração da Palestina, voltou para sua capital, Damasco, em março.[1]

Em abril, Guy mais uma vez dirigiu-se em companhia de Sibila para Tiro, onde voltou a exigir a entrega do controle da cidade. Encontrando Conrado tão obstinado quanto antes, montou acampamento diante de seus muros. Por volta da mesma época, chegaram inestimáveis reforços do Ocidente. Por ocasião da queda de Jerusalém, os pisanos e genoveses estavam ocupados em uma de suas guerras habituais; um dos triunfos do Papa Gregório VIII em seu breve pontificado, porém, foi a negociação de uma trégua entre eles e a promessa do envio de uma frota de Pisa para a cruzada. Os pisanos partiram à vela antes do fim do ano, mas passaram o inverno em Messina. Seus 52 navios assomaram no horizonte de Tiro em 6 de abril de 1189, sob o comando de seu arcebispo, Ubaldo. Logo depois, Ubaldo parece ter se desentendido com Conrado; assim, quando Guy chegou, os pisanos a ele se aliaram. Granjeou também o apoio dos sicilianos. Durante o princípio do verão, houve algumas escaramuças leves entre os francos e os muçulmanos, mas Saladino ainda desejava descansar seus exércitos, e os cristãos aguardavam mais ajuda ocidental. De repente, no fim de agosto, o Rei Guy levantou acampamento e marchou com seus correligionários para o sul, pela estrada litorânea, para atacar Acre, acompanhado dos navios pisanos e sicilianos.

Foi uma iniciativa de desesperada imprudência, decisão de um homem bravo, mas profundamente insensato. Frustrado em seu desejo de reinar em Tiro, Guy necessitava com urgência de uma cidade a partir da qual reconstituir seu reino. Conrado encontrava-se gravemente enfermo na época, e aquela pareceu a Guy uma ótima oportunidade de mostrar que era ele o líder ativo dos francos. O risco, porém, era imenso. A guarnição islâmica de Acre tinha mais que o dobro do tamanho de todo o exército de Guy, e as forças regulares de Saladino encontravam-se nas proximidades. Ninguém poderia prever o êxito da aventura. A história, todavia, tem suas surpresas; se a implacável energia de Conrado salvara o remanescente da Palestina para a cristandade, foi o galante disparate de Guy que virou o jogo e deu início à era da reconquista.[2]

---

1 Abu Shama, pp. 380-1; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 140-1.

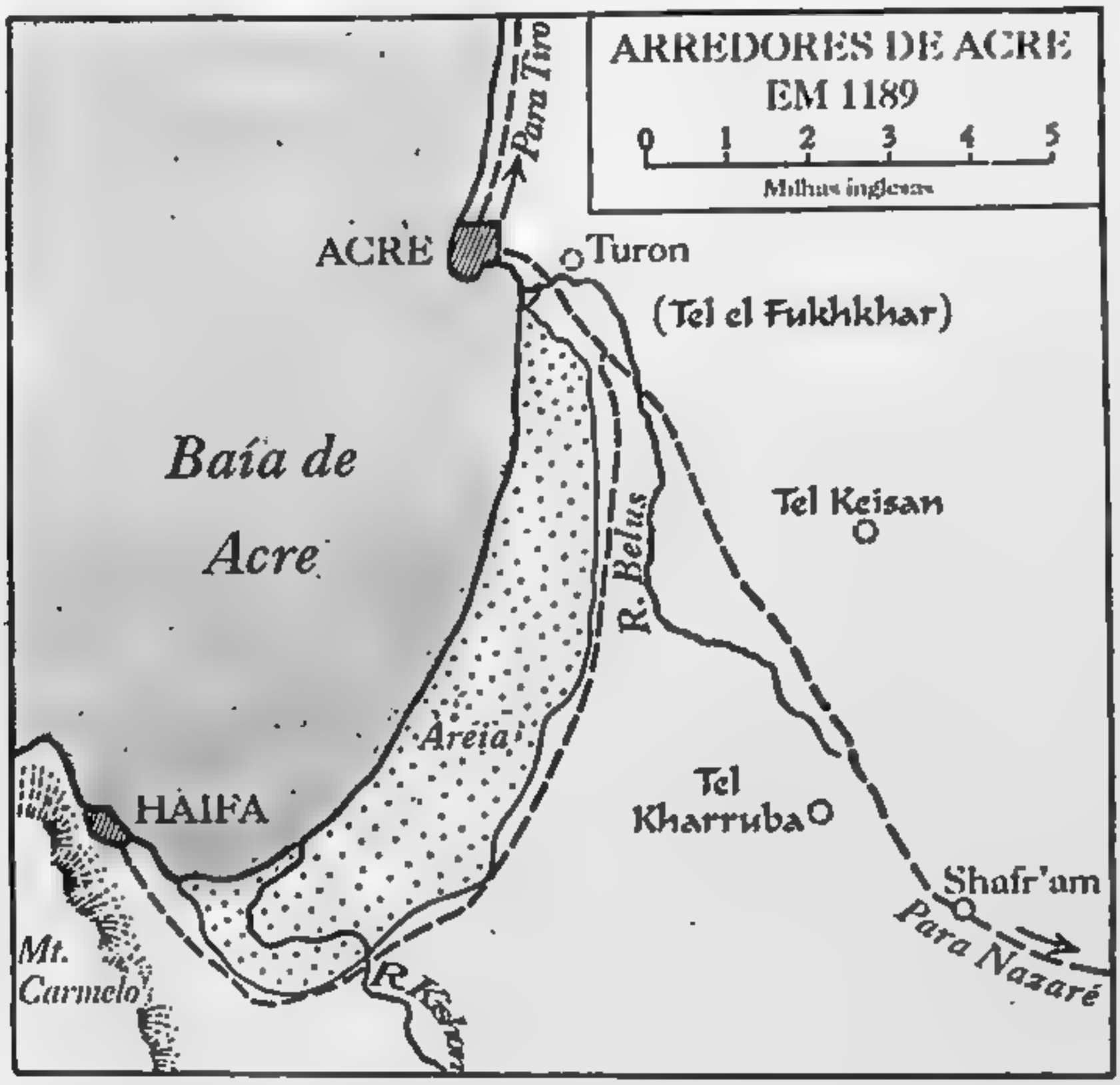
2 Ernoul, p. 257; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 124-5; Ambrósio, cols. 73-4; *Itinerarium*, pp. 60-2; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 143-4.

Ao tomar conhecimento da expedição de Guy, Saladino encontrava-se nas colinas além de Sídon, no cerco do castelo de Beaufort. A fortaleza, empoleirada no alto de um penhasco acima do Rio Litani, pertencia a Reinaldo de Sídon e fora até então preservada pela astúcia de seu senhor, que fora à corte de Saladino — onde o sultão e seu séquito encantaram-se com seu profundo conhecimento da literatura árabe e seu interesse pelo Islã — e acenara com a possibilidade de, dentro de pouco tempo, estabelecer-se como converso em Damasco. Os meses se passaram, porém, e nada aconteceu — exceto pelo reforço das fortificações de Beaufort. Por fim, no início de agosto, Saladino declarou que chegara o momento de a rendição de Beaufort servir de garantia das intenções de Reinaldo. Este foi levado sob escolta até o portão do castelo, onde ordenou ao comandante da guarnição, em árabe, que o entregasse — e, em francês, que resistisse. Os árabes perceberam a artimanha, mas não tinham condições de tomar o castelo de assalto. Enquanto Saladino levava suas forças para bloqueá-lo, Reinaldo foi atirado na prisão em Damasco.[1] Saladino a princípio pensou que Guy pretendia afastar o exército sarraceno de Beaufort, mas seus espiões não tardaram a revelar-lhe que o verdadeiro objetivo era Acre. O sultão cogitou então atacar os francos ao subirem a Escada de Tiro ou o promontório de Naqura. Seu conselho, porém, discordou, considerando melhor deixá-los atingir Acre — onde cairiam entre a guarnição da cidade e o corpo principal das tropas de Saladino. Este, que não se encontrava seguro na época, cedeu, debilmente.[2]

Guy alcançou o Acre em 28 de agosto e montou seu acampamento na colina de Turon, a atual Tel el-Fukhkhar, 1,5 quilômetro a leste da cidade, junto ao Belus, um riacho que fornecia água aos seus homens. Quando sua primeira tentativa de tomar a cidade de assalto fracassou, o monarca franco estabeleceu-se para aguardar reforços.[3] Acre erguia-se numa pequena península que se projetava para o sul no Golfo de Haifa. Pelos lados sul e oeste, era protegida pelo mar e por um firme quebra-mar. Um molhe corria para sudeste, até uma rocha coroada por um forte denominado Torre das Moscas. Atrás do molhe havia um porto, protegido contra tudo, exceto contra o vento. As faces norte e leste da cidade eram protegidas por grandes muralhas, que se encontravam em ângulo reto num forte conhecido como Torre Maldita, no canto nordeste. Os dois portões de terra localizavam-se em extremidades opostas dos muros, junto ao litoral. Um grande portão marítimo abria-se para o porto, e um segundo para um ancoradouro exposto ao

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 140-3, 150-3.
2 *Ibid.* pp. 154, 175; Ibn al-Athir, II, p. 6; Ambrósio, cols. 74-5.
3 Ernoul, pp. 358-9; *Estoire d'Eracles,* II, pp. 125-6.

vento oeste, o predominante na região. Sob os reis francos, Acre fora a mais próspera cidade do reino, e sua residência favorita. Saladino a visitara com freqüência durante os últimos meses e reparara cuidadosamente os danos causados por suas tropas ao capturá-la. Era agora uma fortaleza resistente, bem guarnecida e abastecida, capaz de opor uma longa resistência.[1]



Mapa 1. Arredores de Acre em 1189.

Os reforços começaram a chegar do Ocidente no início de setembro. Primeiro chegou uma vasta frota de dinamarqueses e frísios, soldados indisciplinados mas excelentes marinheiros, cujas galeras tiveram uma inestimável participação no bloqueio da cidade pelo mar, sobretudo quando a morte de Guilherme da Sicília, em novembro, teve por conseqüência a retirada da esquadra daquele reino.[2] Alguns dias mais tarde, navios procedentes da Itá-

1 Para um relato sobre Acre, ver Enlart, *Les Monuments des Croisés*, vol. II, pp. 2-9. O *Itinerarium*, pp. 75-6, fornece uma descrição da cidade.

2 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 127-8; Ambrósio, col. 77, menciona marinheiros de La Marche e Cornualha; *Itinerarium*, pp. 64-5. Ver Riant, *Expeditions des Scandinaves*, pp. 277-83.

lia trouxeram contingentes flamengos e franceses, liderados pelo galante cavaleiro Jaime de Avesnes,[1] os Condes de Bar, Brienne e Dreux, e Filipe, Bispo de Beauvais. Antes do fim do mês chegou um grupo germânico, sob o comando de Luís, Margrave da Turíngia, que preferiu viajar por mar com seus companheiros em vez de acompanhar seu imperador. Com ele estavam o Conde de Guelders e um grupo de italianos liderados por Gerardo, Arcebispo de Ravena, e pelo Bispo de Verona.

Sua chegada alarmou Saladino, que voltou a reunir seus vassalos e desceu com parte de seu exército de Beaufort, deixando um destacamento menor para levar a cabo a redução do castelo. Sua investida contra o acampamento de Guy, em 15 de setembro, fracassou, mas seu sobrinho Taki conseguiu romper as linhas francas e entrar em contato com o portão norte da cidade. Ele próprio estabeleceu seu acampamento próximo e a leste do dos cristãos. Não tardou que estes se sentissem capazes de partir para a ofensiva. Luís da Turíngia, ao passar por Tiro, logrou persuadir Conrado de Montferrat a juntar-se ao exército franco, desde que não tivesse de se submeter às ordens de Guy. Em 4 de outubro, após a fortificação do acampamento (que foi deixado sob o comando do irmão de Guy, Godofredo), os francos lançaram um grande ataque às linhas de Saladino. Foi uma batalha encarniçada. Taki, à direita das forças sarracenas, bateu em retirada para atrair os templários, que estavam à sua frente, mas o próprio Saladino deixou-se iludir pela manobra e enfraqueceu seu centro para resgatá-lo. Em conseqüência, tanto seu flanco direito quanto seu centro debandaram, com pesadas perdas; parte de suas tropas só foi parar ao chegar a Tiberíades. O Conde de Brienne chegou a penetrar na tenda do próprio sultão. A ala esquerda dos sarracenos, todavia, encontrava-se intacta, e, quando os cristãos romperam suas fileiras para partir ao encalço dos fugitivos, Saladino avançou à sua frente e rechaçou-os, levando-os a debandar para seu acampamento, naquele mesmo momento assaltado por uma incursão da guarnição de Acre. Godofredo de Lusignan resistiu, e logo a maior parte do exército cristão encontrava-se em segurança atrás de suas defesas, onde Saladino não se arriscou a atacá-los. Muitos cavaleiros francos caíram em campo, inclusive André de Brienne. As tropas germânicas entraram em pânico e sofreram severas perdas, que também foram elevadas entre os templários. Seu grão-mestre, Gerardo de Ridfort, que fora o gênio do mal do Rei Guy no período anterior a Hattin, foi capturado e pagou por seus desatinos com a vida.

---

1 Sobre Jaime de Avesnes, Ambrósio. *loc. cit.*: Benedito de Peterborough, II, pp. 94-5; *Itinerarium*, pp. 67-8, mencionando o Bispo de Beauvais e seus companheiros e o margrave, bem como (pp. 73-4) os italianos.

O próprio Conrado só escapou à captura graças à delicada intervenção de seu rival, o Rei Guy.[1]

A vitória estivera nas mãos dos muçulmanos, mas não foi uma vitória completa. Os cristãos não haviam sido desalojados, e, durante o outono, houve mais ajuda do Ocidente. A frota londrina chegou em novembro, encorajada por seu êxito em Portugal.[2] Os cronistas mencionam muitos outros cruzados provenientes das nobrezas da França, Flandres e Itália, e até da Hungria e da Dinamarca;[3] muitos cavaleiros ocidentais se haviam recusado a esperar por seus dilatórios monarcas. Graças aos novos reforços, os francos conseguiram concluir o bloqueio de Acre por terra. Também Saladino, entretanto, estava recebendo reforços. A notícia da jornada do Imperador Frederico, ao mesmo tempo que deu novo alento aos cristãos, induziu-o a convocar seus vassalos de toda a Ásia; o sultão chegou a escrever para os muçulmanos do Marrocos e da Espanha, argumentando que se a cristandade ocidental enviava seus cavaleiros para lutar pela Terra Santa, o Islã do Ocidente deveria fazer o mesmo. Recebeu respostas simpáticas, mas bem pouca ajuda positiva.[4] Não obstante, não demorou que seu exército crescesse o bastante para que ele, por sua vez, pudesse bloquear por completo os cristãos. Os sitiantes estavam, de fato, cercados. Em 3 de outubro, cinqüenta de suas galeras lograram passar pela frota franca, ainda que ao preço da perda de alguns navios, para levar víveres e munição ao Acre; em 26 de dezembro, uma armada egípcia ainda maior reabriu as comunicações com o porto.[5]

Durante todo o inverno, os exércitos se defrontaram, nenhum dos dois se aventurando a uma grande manobra. Houve escaramuças e duelos, mas ao mesmo tempo verificava-se uma crescente confraternização. Os cavaleiros dos dois lados começaram a conhecer-se e a se respeitar mutuamente. A luta podia ser interrompida enquanto os protagonistas travavam um diálogo amistoso. Soldados inimigos eram convidados a tomar parte em banquetes e entretenimentos dos dois lados. Um dia, os meninos que viviam no acampa-

---

1 Ambrósio, cols. 78-81; *Itinerarium*, pp. 68-72; Ralph de Diceto, II, p. 70; *Estoire d'Eracles*, II, p. 129; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 162-9, um relato muito vívido, visto que seu autor se encontrava presente. Ele não está plenamente de acordo com o relato do *Itinerarium*, já que não se refere a nenhuma incursão da guarnição. Descreve as escaramuças anteriores, pp. 154-62. Abu Shama, pp. 415-22.

2 *Itinerarium*, p. 65, fornece a data de setembro. Se as datas fornecidas por Benedito e Ralph de Diceto, porém, estiverem corretas (ver atrás, p. 21, n. 2), novembro é o mais cedo que os navios poderiam ter chegado à Síria.

3 *Itinerarium*, pp. 73-74; Ambrósio, col. 84. A data de cada chegada não é fornecida.

4 Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 171, 175-8; Abu Shama, pp. 497-506.

5 *Itinerarium*, pp. 77-9; Ambrósio, cols. 84-5; Abu Shama, pp. 430-1.

mento sarraceno desafiaram as crianças cristãs a um alegre combate simulado. O próprio Saladino distinguia-se pela bondade que demonstrava para com os prisioneiros cristãos e as mensagens e presentes corteses que enviava aos príncipes rivais. Seus seguidores mais fanáticos indagavam-se o que teria acontecido com a Guerra Santa que ele implorara que o califa pregasse; do mesmo modo, era difícil para os cavaleiros recém-chegados do Ocidente compreender a atmosfera que encontravam. Aparentemente, a ferocidade do conflito se esvaíra. Os dois lados, todavia, mantinham sua implacável determinação de vencer.[1]

A despeito de todas essas agradáveis cortesias, a vida no acampamento cristão foi muito dura naquele inverno. Os suprimentos escassearam, sobretudo porque os francos haviam perdido o domínio do mar. Com a aproximação do calor, a água tornou-se um problema, e o planejamento sanitário caiu por terra. As tropas foram assoladas por doenças. Penalizados com as dificuldades de seus homens, Guy e Conrado entraram em acordo. Conrado ficaria com Tiro, além de Beirute e Sídon quando fossem recuperadas, e reconheceria Guy como rei. Assim firmada a paz entre ambos, Conrado deixou o acampamento em março, retornando de Tiro no fim do mês com navios carregados de comida e armamentos. A frota de Saladino deixou o porto de Acre a fim de interceptá-lo; após um confronto feroz, porém, os navios sarracenos foram rechaçados — apesar de terem utilizado o fogo grego — e Conrado conseguiu desembarcar seus bens. Graças ao material recebido, os francos construíram torres de cerco de madeira, com as quais, em 5 de maio, tentaram assaltar a cidade. As torres, contudo, foram incendiadas.[2]

Logo a fome e as enfermidades ressurgiram no acampamento cristão, e era de pouco consolo saber que também em Acre a fome grassava, ainda que de tempos em tempos navios sarracenos lograssem abrir caminho à força e levar novas provisões até o porto.[3] Durante toda a primavera, foram chegando contingentes islâmicos para juntar-se ao exército de Saladino. Em 19 de maio, sábado de Pentecostes, ele desfechou um ataque ao acampamento que só seria repelido ao cabo de oito dias de luta.[4] O confronto em grande escala seguinte ocorreu no dia de S. Tiago, 25 de julho, quando os soldados francos, liderados por seus sargentos e contrariando a vontade de seus líderes, empreenderam um ousado ataque ao acampamento de Taki, à direita do de Saladino. Sofreram uma derrota atroz, na qual muitos pereceram. Um

1 Abu Shama, pp. 412, 433; Ibn al-Athir, II, pp. 6, 9.
2 *Itinerarium*, pp. 79-85; Ambrósio, cols. 85-92; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 178-80; Ibn al-Athir, II, pp. 18-21.
3 *Itinerarium*, pp. 85-6, 88; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 181-2.
4 *Itinerarium*, pp. 87-8.

distinto cruzado britânico, Ralph de Alta Ripa, Arcediago de Colchester, saiu para seu resgate e foi morto.[1]

Durante o verão, outros cruzados de nascimento elevado chegaram ao acampamento e receberam calorosa acolhida, ainda que cada novo soldado significasse uma nova boca para alimentar. Entre eles figuravam muitos dos maiores nobres franceses e burgúndios, que se haviam antecipado ao seu rei. Lá estavam Tibaldo, Conde de Blois, e seu irmão, Estêvão de Sancerre (no passado um relutante candidato à mão da Rainha Sibila), Ralph, Conde de Clermont, João, Conde de Fontigny, e Alan de Saint-Valéry, acompanhados do Arcebispo de Besançon e dos Bispos de Blois e Toul, além de outros eclesiásticos proeminentes. Seu líder era Henrique de Troyes, Conde de Champanhe — um jovem de grande distinção, visto que sua mãe, filha do casamento francês de Eleonora de Aquitânia, era meia-irmã tanto do Rei da Inglaterra quanto do da França; e seus dois tios tinham-no na mais alta conta. Foi imediatamente agraciado com uma posição especial de representante e precursor dos reis. Assumiu o comando das operações de sítio, até então conduzidas por Jaime de Avesnes e do Margrave da Turíngia;[2] este, que se encontrava enfermo havia algum tempo, provavelmente com malária, aproveitou sua chegada como pretexto para retornar à Europa.[3] Frederico da Suábia, à frente dos resquícios do exército de Barbarossa, atingiu Acre no início de outubro.[4] Alguns dias mais tarde, um contingente inglês desembarcou em Tiro e dirigiu-se para Acre. Era encabeçado por Balduíno, Arcebispo de Cantuária.[5]

Os confrontos desconexos estenderam-se por todo o verão, enquanto ambos os lados aguardavam os reforços que lhes permitiriam tomar a ofensiva. A queda de Beaufort, em julho, liberou homens para o exército de Saladino, mas este, a fim de interceptar Frederico Barbarossa, precisou enviar tropas para o norte que só retornaram no inverno. Nesse ínterim, as escaramuças alternavam-se com as confraternizações. Os cronistas cristãos registram com complacência uma série de incidentes em que, pelas mãos de

---

1 *Itinerarium*, pp. 89-91; Ambrósio, cols. 93-4, situando erroneamente a batalha no dia de S. João, em vez de no de S. Tiago; *Estoire d'Eracles*, II, p. 151; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 193-6.

2 *Itinerarium*, pp. 92-4; Ambrósio, col. 94; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* p. 197. Henrique era filho de Henrique I, Conde de Champanhe. Tibaldo de Blois e Estêvão de Sancerre eram os irmãos mais novos de seu pai. A irmã deste, Alice, fora a segunda esposa do Rei Luís VII e mãe do Rei Filipe, que era, assim, ao mesmo tempo seu meio-primo e seu meio-tio.

3 O Margrave viria a falecer a caminho de casa. Ralph de Diceto acusa-o de ter feito contato com o inimigo, de quem teria aceitado dinheiro (II, pp. 82-3).

4 Abu Shama, p. 474, situa o evento em 4 de outubro; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 209, 213; *Itinerarium*, pp. 94-5.

5 *Itinerarium*, p. 93.

Deus, os sarracenos foram repelidos e recompensado, o heroísmo cruzado; todas as tentativas de escalar os muros da cidade, entretanto, fracassavam. Frederico da Suábia lançou um ataque logo após sua chegada, e o Arcebispo de Besançon pouco depois experimentou alguns aríetes recém-manufaturados, mas as duas tentativas foram em vão.[1] Em novembro, os cruzados conseguiram desalojar Saladino de sua posição em Tel Keisan, a oito quilômetros da cidade. No entanto, ele se estabeleceu numa posição ainda mais forte, em Tel Kharruba, um pouco mais afastada — o que lhe permitiu alcançar Haifa numa expedição de pilhagem que proporcionou um ligeiro alívio à fome no acampamento. Todavia, tanto na cidade quanto nos dois acampamentos grassavam a fome e as enfermidades. Nenhum dos dois lados tinha condições de fazer um esforço supremo.[2]

Uma das vítimas que não resistiu às doenças naquele outono foi a Rainha Sibila. As duas menininhas que ela dera ao Rei Guy morreram alguns dias após a morte da mãe.[3] A herdeira do trono era agora a Princesa Isabela, e Guy viu sua coroa em perigo. Ele a conquistara como marido da rainha; será que seus direitos sobreviveriam à sua morte? Para os barões sobreviventes do reino, liderados por Balian de Ibelin, aquela pareceu ser uma oportunidade de ouro de livrar-se de seu fraco e infeliz reinado. Seu candidato ao trono era Conrado de Montferrat. Se desposasse Isabela, seu direito sobrepujaria o de Guy. Havia empecilhos a tal solução. Havia rumores de que Conrado teria uma esposa vivendo em Constantinopla e, possivelmente, outra na Itália, nunca tendo se dado ao trabalho de providenciar uma anulação ou divórcio. Constantinopla e a Itália, porém, estavam muito longe; se havia alguma dama abandonada em qualquer desses lugares, podiam ser esquecidas. Obstáculo mais premente era a existência do marido de Isabela, Humberto de Toron, que se encontrava não só vivo como presente no acampamento. Humberto era um jovem encantador, galante e culto; sua beleza, entretanto, era demasiado feminina para que ele se fizesse respeitar pelos empedernidos soldados que o cercavam. Tampouco os barões esqueciam como ele covardemente desertara sua causa em 1186, quando Guy obtivera

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 214-18; Abu Shama, pp. 480-1; *Itinerarium*, pp. 97-109 (diversos incidentes miraculosos), pp. 109-11 (ataque à Torre das Moscas), pp. 111-13 (o ataque do Arcebispo de Besançon); Ambrósio, cols. 98-104.

2 *Itinerarium*, pp. 115-19; Ambrósio, cols. 105-8; Abu Shama, pp. 513-14.

3 *Estoire d'Eracles*, II, p. 151 (segundo a qual os nomes das meninas seriam Alice e Maria); Ernoul, p. 267 (que diz que ela teve quatro filhos); Ambrósio, col. 104. Ambrósio situa sua morte no fim de agosto, ao passo que o manuscrito de Ernoul fala em 15 de julho. Ela é mencionada como estando viva num decreto promulgado em Acre em setembro de 1190, mas como morta numa carta de 21 de outubro (*Epistolae Cantuarenses*, pp. 228-9). Röhricht, *Regesta, Addimentum*, p. 67, afirma que ela morreu por volta de 1º de outubro de 1190.

a coroa a despeito dos termos do testamento de Balduíno IV. Decidiu-se, pois, que ele teria de se divorciar. O próprio Humberto foi facilmente persuadido a concordar. Não era talhado para a vida conjugal, e tinha verdadeiro pavor de qualquer responsabilidade política. Isabela, contudo, mostrou-se menos receptiva. Humberto sempre a tratara bem, e ela não tinha a menor intenção de trocá-lo por um impiedoso guerreiro de meia-idade. Tampouco acalentava ambições ao trono. Os barões depositaram o caso, então, nas competentes mãos de sua mãe, a Rainha Maria Comnena, esposa de Balian, que usou sua autoridade maternal para fazer com que a relutante princesa abandonasse Humberto. A matriarca em seguida argumentou, perante os bispos reunidos, que aquele matrimônio fora impingido à moça por seu tio, Balduíno IV, e que ela contava apenas oito anos quando a união fora arranjada. Em vista de sua extrema juventude e da conhecida afeminação de Humberto, o casamento deveria ser anulado. O Patriarca Heráclio, demasiado enfermo para comparecer à reunião, indicou o Arcebispo de Cantuária para representá-lo; este, sabendo da devoção de seu senhor, o Rei Ricardo, aos Lusignans, recusou-se a pronunciar a anulação. Referiu-se ao matrimônio anterior de Conrado e declarou que uma união entre ele e Isabela seria duplamente adúltera. O Arcebispo de Pisa, porém, que era legado papal, havia aderido à causa de Conrado — mediante a promessa, dizia-se, de concessões comerciais para seus compatriotas; e o Bispo de Beauvais, primo do Rei Filipe, valeu-se do apoio do legado para alcançar um acordo geral para o divórcio de Isabela, que ele pessoalmente casou com Conrado em 24 de novembro de 1190. Os partidários da casa de Lusignan ficaram furiosos com aquelas bodas, que aboliam o direito de Guy ao trono, e contaram com a total simpatia dos vassalos do Rei Ricardo provenientes da Inglaterra, Normandia e Guienne. Todavia, o Arcebispo Balduíno, seu principal porta-voz, após distribuir excomunhões entre todos os envolvidos no caso, morrera subitamente em 19 de novembro. Os cronistas ingleses fizeram tudo o que podiam para manchar a memória de Conrado, e o próprio Guy chegou ao ponto de desafiá-lo para um combate individual. Conrado, entretanto, sabendo que o direito legítimo estava agora do seu lado, recusou-se a admitir que os debates prosseguissem. Os Lusignans podiam acusá-lo de covardia; todos, porém, que tinham em mente o futuro do reino sabiam que, para a linha real ter continuidade, era preciso que Isabela se casasse novamente e tivesse filhos — e Conrado, o salvador de Tiro, era a escolha óbvia. Os recém-casados retiraram-se em Tiro, onde, no ano seguinte, Isabela deu à luz uma menina, que recebeu o nome de Maria em homenagem à avó bizantina. Conrado, corretamente, não pretendia ostentar o título de rei enquanto ele e sua esposa não fossem coroados, mas, como Guy recusava-se a abdi-

car de seus direitos, tampouco tencionava deixar Tiro e retornar ao acampamento.[1]

As tribulações dos cruzados perpetuaram-se por todo o inverno. Os reforços de Saladino haviam chegado do norte, e o acampamento franco encontrava-se agora sob cerco fechado. Não podia chegar nenhum alimento por terra — nem seria possível, nos meses frios, que alguma coisa fosse desembarcada na costa inóspita, ao passo que navios sarracenos conseguiam vez por outra abrir caminho até o abrigo do porto de Acre. Entre os nobres que não resistiram às doenças no acampamento estavam Tibaldo de Blois e seu irmão, Estêvão de Sancerre.[2] Em 20 de janeiro de 1191, foi a vez de Frederico de Suábia morrer, deixando os soldados germânicos sem um líder — a despeito dos esforços de seu primo, Leopoldo da Áustria, que chegou de Veneza no início da primavera, para reuni-los sob sua bandeira.[3] Henrique de Champanhe esteve por muitas semanas em estado tão grave que foi dado como perdido.[4] Muitos dos soldados, principalmente os ingleses, culpavam Conrado por seu infortúnio, porque divertia-se em Tiro e recusava-se a vir em seu socorro. No entanto, quaisquer que fossem seus motivos, é difícil imaginar o que mais ele poderia ter feito; o acampamento já estava abarrotado o suficiente sem ele.[5] Vez por outra, ensaiava-se escalar os muros, das quais a mais notável ocorreu em 31 de dezembro, quando o naufrágio de um navio de resgate sarraceno na entrada do porto distraiu a guarnição. A tentativa malogrou, do mesmo modo como os cruzados foram incapazes de tirar

---

1 Ernoul, pp. 267-8; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 151-4 (o relato mais completo, em tom imparcial); Ambrósio, cols. 110-12 e *Itinerarium*, pp. 119-24, ambos francamente hostis a Conrado, a Balian e à Rainha Maria Comnena. O *Itinerarium* atesta que Isabela consentiu de bom grado, ao passo que *Eracles* deixa claro que ela só assentiu por ser seu dever político. Humberto consentiu, segundo Ernoul, mediante suborno. Isabela devolveu-lhe o feudo de Toron, pertencente ao seu avô e anexado à coroa por Balduíno IV. A esposa italiana de Conrado sem dúvida morrera antes de seu casamento com a princesa bizantina Teodora Angelina (Nicetas Choniates, p. 497), e é provável, pelo tom da crônica de Nicetas, que também esta tivesse falecido (*ibid.* pp. 516-17). Guy de Senlis, o mordomo, que se ofereceu para desafiar Humberto para um duelo caso se opusesse ao divórcio, caiu prisioneiro dos sarracenos na noite das núpcias.

2 As mortes de Tibaldo e seu irmão são relatadas por Haymar Monachus, *De Expugnatione Acconis*, p. 38. Sobre as tribulações dos cruzados, ver *Itinerarium*, pp. 124-34, com um poema que amaldiçoa Conrado; Ambrósio, cols. 112-15, também o culpa. Beha ed-Din, *P.P.T.S.* p. 236, menciona o falecimento do Conde "Baliac" (Tibaldo).

3 A morte de Frederico da Suábia é relatada por Beha ed-Din, *P.P.T.S. loc. cit.* A chegada de Leopoldo da Áustria com um grupo de renanos de Veneza, após passar o inverno em Zara, é mencionada por Ansberto, *Expeditio Friderici*, pp. 96-7. Era filho do meio-irmão de Frederico Barbarossa, Henrique da Áustria, e Teodora Comnena.

4 Beha ed-Din, *loc. cit.*

5 *Itinerarium, loc. cit.*

proveito do colapso de parte das muralhas de terra, seis dias depois. Muitos bandearam-se para o lado dos muçulmanos. Graças à sua colaboração e à sua excelente estrutura de espionagem, Saladino pôde enviar uma força que rompeu as linhas cruzadas em 13 de fevereiro, com um comandante e uma guarnição descansados para proporcionar algum alívio aos exaustos defensores da cidade. Entretanto, ele por sua vez hesitou em empreender um ataque definitivo ao acampamento cruzado. Boa parte de seus soldados também estava desgastada, e quando chegavam reforços ele mandava destacamentos de volta para se recomporem. A penúria entre os cristãos parecia estar agindo em seu lugar.[1]

Em sua tolerância, o sultão mais uma vez foi imprudente. À medida que a Quaresma se aproximava, parecia que os francos não sobreviveriam por muito tempo. Em seu acampamento, um pêni de prata comprava apenas treze grãos de feijão ou um ovo, e um saco de trigo custava cem peças de ouro. Muitos dos melhores cavalos foram abatidos para servirem de alimento aos seus donos. Os soldados rasos comiam grama e roíam ossos. Os prelados tentavam organizar algum tipo de alívio, mas eram estorvados pela avareza dos pisanos, que controlavam a maior parte dos suprimentos. Em março, todavia, quando tudo parecia perdido, um navio carregado com trigo assomou no horizonte e conseguiu desembarcar sua carga — e, à medida que o tempo melhorava, outros se seguiram. Foram duplamente bem recebidos, pois traziam não só víveres mas também a notícia de que os reis da França e da Inglaterra haviam finalmente chegado às águas orientais.[2]

---

1 Abu Shama, pp. 517-18, 520; Ibn al-Athir, II, pp. 32-3.
2 *Itinerarium*, pp. 136-7; Ambrósio, cols. 119-120.

Capitulo III

Coração-de-Leão

"Porque eu trago uma desgraça do norte, uma enorme ruína. O leão subiu de seu covil, o destruidor das nações se pôs em marcha." JEREMIAS 4, 6-7

O Rei Filipe Augusto chegou ao acampamento diante de Acre em 20 de abril de 1191, no sábado após a Páscoa, e o Rei Ricardo, sete semanas mais tarde, no sábado após Pentecostes. Quase quatro anos se haviam passado desde a Batalha de Hattin e o desesperado apelo ao Ocidente. Os exaustos soldados que combatiam no litoral palestino estavam tão felizes ao acolher os monarcas que perdoaram ou esqueceram o grande atraso. Para o historiador moderno, porém, há algo de frívolo na pachorra e belicosidade demonstradas por Ricardo em sua jornada até o campo de batalha onde dele se necessitava com tanta urgência.

Que o Rei Filipe não se apressasse é fácil de compreender. Não era nenhum idealista, e só se envolveu na cruzada por uma necessidade política. Sua ausência da aventura santa lhe custaria a boa vontade não só da Igreja como também da maioria de seus súditos. Entretanto, seu reino estava vulnerável, e ele acertadamente via com desconfiança as ambições angevinas. Não podia dar-se ao luxo de deixar a França enquanto não se certificasse de que seu rival inglês também estivesse a caminho. A prudência determinava que partissem juntos. Tampouco nenhum dos dois monarcas poderia ser acusado pelo atraso causado pela morte da rainha francesa. Ricardo também tinha suas desculpas. A morte de seu pai obrigou-o a reorganizar seu reino. Ademais, como Filipe, ele tencionava viajar por mar — e as viagens marítimas eram impraticáveis nos meses de inverno. Não obstante, a falta de empenho de tão genuinamente ávido cruzado revela uma falta de propósito e responsabilidade.

Encontram-se graves falhas no caráter de Ricardo. Fisicamente, era soberbo, alto, de membros longos e fortes; ostentava uma cabeleira de um louro arruivado e bonitos traços, tendo herdado da mãe não só o belo aspecto da Casa de Poitou mas seus modos encantadores, sua coragem e seu gosto pela poesia e pelo romance. Seus amigos e servos seguiam-no com devoção e reverência. Puxara tanto do pai quanto da mãe o temperamento forte e uma apaixonada obstinação. Todavia, não possuía nem a astúcia política e compe-

tência administrativa do pai, nem o sólido bom senso da Rainha Eleonora. Fora criado numa atmosfera de disputas e vinganças familiares. Como o preferido de sua mãe, odiava o pai e desconfiava dos irmãos — embora adorasse sua irmã caçula, Joana. Aprendera a ser um guerrilheiro violento, mas não fiel. Era avarento, mas capaz de gestos generosos, e gostava de exibições de prodigalidade. Sua energia era ilimitada, mas, em seu fervoroso interesse pela tarefa do momento, costumava esquecer suas demais responsabilidades. Adorava organizar, mas aborrecia-se com a administração. Apenas a arte da guerra era capaz de prender-lhe a atenção. Como soldado era verdadeiramente talentoso, dotado de senso de estratégia e tática real e uma grande capacidade de comando. Contava então 33 anos, e era, na flor da idade, uma figura glamourosa, cuja reputação alcançara o Oriente antes dele.[1]

Já o Rei Filipe Augusto era muito diferente. Apesar de ser oito anos mais jovem que Ricardo, era rei havia mais de dez anos, e suas experiências amargas lhe haviam conferido sabedoria. Fisicamente, não era páreo para Ricardo. Tinha uma boa constituição, com um emaranhado de cabelos desgrenhados, mas perdera a visão de um dos olhos. Pessoalmente, não era corajoso. Conquanto fosse colérico e voluptuoso, conseguia dominar suas paixões. Não apreciava ostentações em termos nem emocionais nem materiais. Sua corte era solene e austera. Não tinha grande apreço pelas artes nem era particularmente culto, ainda que reconhecesse o valor dos homens instruídos e adotasse a política de buscar-lhes a amizade e mantê-la, graças à sua perspicácia e energia. Como político, era paciente e observador, dissimulado, desleal e inescrupuloso. Contudo, tinha uma aguda consciência de seus deveres e responsabilidades. A despeito de toda a sua mesquinhez consigo próprio e seus amigos, era generoso com os pobres, protegendo-os de seus opressores. Era um homem sem atrativos e desagradável, mas um bom rei. Entre os francos do Oriente desfrutava de especial prestígio por ser o suserano das famílias de que quase todos descendiam, e a maioria dos cruzados visitantes eram, direta ou indiretamente, seus vassalos. Todavia, era mais fácil admirar Ricardo, com sua coragem, suas proezas cavalheirescas e seu charme; ademais, para os sarracenos, Ricardo parecia ser o mais nobre, o mais rico e o maior dos dois.[2]

Os reis haviam partido juntos de Vezelay em 4 de julho de 1190. Ricardo já havia enviado a frota inglesa à frente, a fim de contornar a costa espanhola

---

1 A pessoa de Ricardo é descrita no *Itinerarium*, p. 144. Sobre seu caráter, ver a discussão na introdução de Stubbs ao *Itinerarium*, e também Norgate, *Richard the Lion Heart, passim.*

2 Há um elogio de Filipe na *Continuation of William the Breton*, p. 323. O *Itinerarium* sublinha do começo ao fim a pior interpretação possível de seu caráter, e a esse respeito ver Carrellieri, *Philipp II August, passim.*

e encontrá-lo em Marselha, mas quase todas as forças de terra de seus domínios seguiam consigo. O exército de Filipe era menor, já que muitos de seus vassalos já haviam partido para o Oriente. O exército francês, seguido de perto pelo inglês, marchou de Vezelay até Lião, onde, depois da travessia dos franceses, a ponte sobre o Ródano cedeu sob o peso das hostes inglesas. Muitas vidas se perderam, e houve um certo atraso devido à demora para providenciar alguma forma de transporte. Logo depois de deixarem Lião, os reis separaram-se. Filipe dirigiu-se para sudeste, atravessando os contrafortes alpinos a fim de alcançar a costa nas cercanias de Nice; dali, acompanhou o litoral até Gênova, onde navios o aguardavam. Ricardo rumou para Marselha, onde sua frota foi-lhe ao encontro em 22 de agosto. A viagem transcorrera sem maiores incidentes — salvo por um ligeiro atraso em Portugal, em junho, quando os marinheiros haviam ajudado o Rei Sancho a repelir uma invasão do Imperador do Marrocos. De Marselha, parte dos seguidores de Ricardo, sob Balduíno de Cantuária, embarcaram diretamente para a Palestina; o corpo principal das tropas, porém, juntou-se a vários comboios com destino a Messina, na Sicília, onde o plano era que voltasse a reunir-se com os franceses.[1]

Fora por sugestão do Rei Guilherme II da Sicília que os reis da França e da Inglaterra, quando sua cruzada conjunta foi planejada, decidiram reunir suas forças na Sicília. Contudo, o Rei Guilherme falecera em novembro de 1189. Era marido da irmã de Ricardo, Joana da Inglaterra, mas o casamento não gerou filhos e o reino foi herdado por sua tia Constância, esposa de Henrique de Hohenstaufen, o primogênito de Frederico Barbarossa. Para muitos sicilianos, a idéia de um governante germânico era repugnante. Uma breve intriga, endossada pelo Papa Clemente III, a quem alarmava a perspectiva de os Hohenstaufen controlarem o sul da Itália, elevou ao trono, em lugar de Constância e Henrique, um primo bastardo do falecido soberano, Tancredo, Conde de Lecce. Tancredo era um homenzinho feio e insignificante, que quase de imediato viu-se em dificuldades. Os muçulmanos promoveram uma revolta na ilha e os germânicos, uma invasão de suas terras no continente — e os vassalos que o haviam eleito começaram a mudar de idéia. Tancredo viu-se obrigado a convocar seus homens e navios da Palestina, e graças a eles derrotou os adversários. No entanto, conquanto estivesse pronto a receber os monarcas cruzados com toda a honra e fornecer-lhes provisões, não tinha condição de acompanhá-los na empreitada.[2]

---

1 Sobre a jornada do monarca através da França, ver *Itinerarium*, pp. 149-53; Ambrósio, cols. 11-14; Benedito de Peterborough, II, pp. 111-15; Rigordo, pp. 98-9; Guilherme, o Bretão, pp. 95-9.

2 Sobre a posição de Tancredo, ver Chalandon, *Domination Normande en Italie*, II, pp. 419-24.

O Rei Filipe deixou Gênova no fim de agosto, chegando a Messina, após uma viagem tranqüila pela costa italiana, em 14 de setembro. Avesso a pompas, entrou na cidade com a maior discrição possível, mas por determinação de Tancredo foi recebido com honra e alojado no palácio real local. Já o Rei Ricardo preferiu viajar por terra desde Marselha. Ao que parece, não lhe agradavam as viagens marítimas, sem dúvida por sofrer de enjôos. Sua frota transportou-o até Messina, ancorando junto ao porto para aguardá-lo, enquanto, com uma pequena escolta, ele tomava a estrada ao longo da costa, passando por Gênova, Pisa e Ostia até Salerno. Esperou pela notícia da chegada de seus navios a Messina e, aparentemente, enviou a maior parte de seu séquito por mar para lá, a fim de que se preparassem para sua chegada. Ele mesmo prosseguiu a cavalo, acompanhado apenas de um criado.

Ao passar perto da vila calabresa de Mileto, tentou furtar um falcão da casa de um camponês — e quase foi morto pelos aldeões enfurecidos. Estava, pois, de mau humor ao chegar ao Estreito de Messina, um ou dois dias depois. Seus homens foram ao seu encontro no litoral e levaram-no com toda a pompa até a cidade, onde chegou em 3 de setembro. A pródiga grandeza de sua entrada estava em agudo contraste com a modesta chegada de Filipe.

Ao atravessar a Itália, Ricardo tomara conhecimento de várias coisas que o desagradaram acerca de Tancredo. Sua irmã, a Rainha-viúva Joana, era mantida em confinamento e fora privada de seu dote. Como exercia uma certa influência no reino, Tancredo claramente não confiava nela. Ademais, Guilherme II deixara uma vasta herança para o sogro, Henrique II, composta por baixela e mobília de ouro, uma tenda de seda, duas galeras armadas e muitos sacos de provisões. Estando Henrique morto, Tancredo pretendia ficar com tudo para si. De Salerno, Ricardo enviara uma mensagem a Tancredo, demandando a libertação de sua irmã e a cessão de seu dote e sua herança. Tais exigências, seguidas da notícia do comportamento de Ricardo na Calábria, assustaram Tancredo. Determinou que Ricardo fosse alojado num palácio fora dos muros de Messina, mas, para abrandá-lo, enviou Joana ao encontro do irmão com uma escolta real, e encetou negociações a respeito de pagamentos em dinheiro em lugar do dote e da herança. O Rei Filipe, a quem Ricardo visitara dois dias após sua chegada, ofereceu sua intermediação amistosa; e, quando a Rainha Joana foi prestar-lhe seus respeitos, receberam-na com tamanha cordialidade que todos esperaram a notícia de seu casamento em breve. Ricardo, contudo, não estava com ânimo conciliador. Primeiro, enviou um destacamento para a outra margem do estreito, a fim de ocupar a cidade de Bagnara, na costa calabresa, lá instalando sua irmã. Em seguida, atacou uma ilhota próxima a Messina, onde havia um convento

grego. Os monges foram expulsos com brutalidade para darem lugar às suas tropas. O tratamento dispensado aos homens santos horrorizou os habitantes de Messina, de maioria grega, ao passo que os cidadãos mais abastados enfureceram-se com a conduta dos soldados ingleses em relação às suas esposas e filhas.

Em 3 de outubro, uma controvérsia num subúrbio entre alguns soldados ingleses e um grupo de cidadãos deflagrou um tumulto. Espalhou-se pela cidade o rumor de que Ricardo tencionava conquistar toda a Sicília, e os portões foram fechados para a entrada de seus homens. A tentativa de seus navios de forçar a entrada no porto foi repelida, e o Rei Filipe convocou o Arcebispo de Messina, o almirante de Tancredo, Margaritus, e os demais notáveis sicilianos da cidade para uma reunião em seu palácio, procurando Ricardo para pacificá-lo em seu quartel general, fora da cidade, na manhã seguinte. Justamente quando parecia que se chegaria a algum consenso, Ricardo ouviu diversos cidadãos, reunidos numa colina que se podia ver das janelas, proferir insultos contra seu nome. Num acesso de fúria, abandonou a conferência e ordenou que suas tropas voltassem a atacar. Dessa vez os cidadãos foram pegos de surpresa. Em poucas horas, os ingleses haviam capturado Messina saqueando-a inteira, exceto pelas ruas junto ao palácio onde o Rei Filipe encontrava-se hospedado. Margaritus e os outros notáveis mal tiveram tempo de evadir-se com suas famílias. Ricardo apropriou-se de suas residências. A frota siciliana ancorada no porto foi incendiada. À tarde, o estandarte dos Plantagenetas tremulava sobre a cidade.

A truculência de Ricardo não parou por aí. Mesmo concordando que o estandarte de Filipe fosse hasteado ao lado do seu, forçou os cidadãos a entregarem-lhe reféns em garantia do bom comportamento de seu soberano, e anunciou sua disposição de conquistar toda a província. Nesse ínterim, erigiu um grande castelo de madeira junto à cidade, que batizou com o desdenhoso nome de Mategrifon, a "brida dos gregos".

Filipe sobressaltou-se com tal demonstração do mau gênio de seu rival. Enviou seu primo, o Duque de Burgúndia, ao encontro do Rei Tancredo, em Catânia, para alertá-lo acerca das intenções de Ricardo e oferecer-lhe ajuda caso ocorresse o pior. Tancredo estava numa situação difícil. Sabia que Henrique de Hohenstaufen estava na iminência de invadir suas terras, e que seus próprios vassalos não mereciam confiança. Um cálculo rápido levou-o à conclusão de que Ricardo seria um melhor aliado que Filipe. Era improvável que este o atacasse naquele momento; por outro lado, os monarcas franceses mantinham boas relações com os Hohenstaufens, e a amizade de Filipe no futuro era incerta. Ricardo, que era a maior ameaça no momento, por sua vez, tinha sabida aversão aos Hohenstaufen, inimigos de seus primos Guel-

fos. Tancredo repudiou a oferta francesa e entabulou negociações com os ingleses. Ofereceu a Ricardo vinte mil onças de ouro em vez do legado devido a Henrique II, e a Joana a mesma quantia em lugar de seu dote.

A ira de Ricardo em geral aplacava-se à vista de ouro. Ele aceitou a oferta em seu nome e no de sua irmã, concordando além disso em que seu jovem herdeiro, Artur, Duque da Bretanha, se comprometesse com uma das filhas de Tancredo. Quando este revelou as propostas que o Rei Filipe lhe fizera, Ricardo anuiu de bom grado em firmar um tratado, que as partes pediram ao papa que patrocinasse. Restaurada a paz, por conselho do Arcebispo de Rouen, Ricardo a contragosto devolveu a Margaritus e demais cidadãos eminentes de Messina os bens que confiscara.

Apesar de derrotado, o Rei Filipe não fez qualquer objeção pública. Em 8 de outubro, enquanto o acordo era redigido, ele e Ricardo voltaram a encontrar-se para discutir a futura condução da cruzada. Elaboraram regras acerca do controle dos preços dos víveres. Os serviçais deviam satisfações aos seus senhores. Metade do dinheiro de cada cruzado seria reservada para as necessidades dos membros da expedição. O jogo foi proibido, exceto para cavaleiros e sacristãos — que, porém, seriam punidos caso extrapolassem. As dívidas contraídas no decorrer da peregrinação teriam de ser honradas. O clero sancionou os regulamentos, prometendo excomungar aqueles que os violassem. Foi fácil para os monarcas chegar a um consenso em tais assuntos; entrementes, outras questões políticas foram solucionadas menos prontamente. Após alguma discussão, concordou-se que as futuras conquistas fossem divididas igualmente entre eles. Um problema mais delicado dizia respeito à irmã do Rei Filipe, Alice. Essa desafortunada princesa fora enviada na infância, anos antes, para a corte inglesa, a fim de desposar Ricardo ou outro dos filhos de Henrique II. Este a detivera, a despeito da falta de vontade de Ricardo em concordar com as bodas propostas; não tardaram a surgir graves rumores de que o próprio Henrique estava demasiado íntimo da menina. Ricardo, cujos gostos pessoais nada tinham a ver com o matrimônio, recusou-se a levar a cabo os planos do pai, não obstante a insistência de Filipe. Tampouco sua mãe, a Rainha Eleonora — sobretudo agora que a morte de Henrique a livrara das antigas restrições —, aceitaria ver seu filho predileto ligado a um membro de uma família que odiava, principalmente aquela que se acreditava ter sido tomada por seu falecido marido como amante. Com os interesses de sua Guienne nativa em mente, ela estava decidida a casá-lo com uma princesa de Navarra — e Ricardo aceitou sua escolha. Assim, quando Filipe mais uma vez trouxe à baila a questão das núpcias de Alice, Ricardo recusou-se a considerá-la, citando como motivo a reputação da jovem. Filipe mostrava-se bastante indiferente à felicidade de

sua família. Jamais interveio no sentido de ajudar sua desditosa irmã Agnes, viúva de Aleixo II, de Bizâncio. Entretanto, tamanho insulto era difícil de engolir. Suas relações com Ricardo esfriaram ainda mais, e ele planejou deixar Messina de uma vez por todas com destino ao Oriente. No dia seguinte à sua partida, porém, uma grande tempestade levou seus navios de volta à Sicília. Sendo já meados de outubro, Filipe chegou à conclusão de que seria mais prudente passar o inverno em Messina — o que, ao que tudo indica, fora desde o princípio a intenção de Ricardo, cujo tratado com Tancredo só seria assinado em 11 de novembro. Nesse ínterim, o rei inglês mandou pedir à sua mãe que mandasse Berengaria de Navarra ao seu encontro, na Sicília.

O inverno transcorreu em meio a grande calma entre os sicilianos. No Natal, Ricardo ofereceu um suntuoso banquete em Mategrifon, para o qual convidou o monarca francês e os notáveis locais. Alguns dias mais tarde, teve uma interessante entrevista com o idoso Abade de Corazzo, Joaquim, fundador da Ordem de Fiore. O venerável santo expôs-lhe o significado do Apocalipse. As sete cabeças do Dragão eram, explicou-lhe, Herodes, Nero, Constâncio, Maomé, Melsemuth (nome pelo qual ele devia referir-se a Abdul Muneim, fundador da seita almóada), Saladino e, por fim, o próprio Anticristo — que, segundo ele, já havia nascido quinze anos antes em Roma e viria a ocupar o trono pontifício. A petulante resposta de Ricardo, de que naquele caso o Anticristo devia ser o então Papa Clemente III, de quem ele pessoalmente não gostava, não foi bem recebida; tampouco o santo poderia concordar com ele que o Anticristo nasceria na tribo de Dan, na Babilônia ou Antióquia, e reinaria em Jerusalém. Ainda assim, era reconfortante ouvir de Joaquim que Ricardo seria vitorioso na Palestina e Saladino não demoraria a ser eliminado. Em fevereiro, Ricardo organizou uma série de justas, durante as quais desentendeu-se com um cavaleiro francês, Guilherme de Barres; Filipe, contudo, logrou reconciliá-los. Com efeito, Ricardo comportou-se com grande correção em relação a Filipe, chegando a presenteá-lo, alguns dias mais tarde, com várias galeras recém-chegadas da Inglaterra. Por volta da mesma época, ele soube que a Rainha Eleonora e Berengaria haviam chegado a Nápoles, e enviou um destacamento para escoltá-las até Brindisi, já que a companhia com que viajavam era demasiado numerosa para os esgotados recursos de Messina, aonde o Conde de Flandres acabara de chegar com um séquito considerável.

Com a aproximação da primavera, os reis prepararam-se para retomar sua jornada. Ricardo foi a Catânia visitar Tancredo, com quem jurou amizade duradoura. Filipe, assustado com tal aliança, juntou-se a eles em Taormina. Agora disposto a pôr um ponto final a todas as suas desavenças com Ricardo, declarou-o formalmente livre para desposar quem bem entendesse. Foi

numa atmosfera de boa vontade generalizada que Filipe fez-se à vela com todos os seus homens, deixando Messina em 30 de março. Mal ele havia saído do porto, a Rainha Eleonora e a Princesa Berengaria lá chegaram. Eleonora permaneceu apenas três dias com o filho, partindo em seguida para a Inglaterra e passando no caminho por Roma, onde devia tratar de alguns negócios do filho na Corte Papal. Berengaria ficou, servindo como dama de companhia da Rainha Joana.[1]

Ricardo por fim deixou Messina em 10 de abril, após desmantelar a torre de Mategrifon. Tancredo lamentou sua partida, e com razão. Naquele mesmo dia, o Papa Clemente III morreu em Roma; quatro dias mais tarde, o Cardeal de Santa Maria em Cosmedin seria consagrado como Celestino III. Henrique de Hohenstaufen encontrava-se em Roma na ocasião; e a primeira medida do novo pontífice, sob pressão, foi coroá-lo imperador e a Constância da Sicília, imperatriz.

A frota francesa fez uma boa travessia até Tiro, onde Filipe foi recebido com júbilo por seu primo, Conrado de Montferrat, com quem chegou a Acre em 20 de abril. O cerco à fortaleza islâmica foi imediatamente reforçado. Para o temperamento paciente e engenhoso de Filipe, a perspectiva de uma guerra de sítio era atraente, e ele reorganizou as máquinas dos atacantes e construiu-lhes torres. Entretanto, a tentativa de assaltar as muralhas foi adiada até a chegada de Ricardo e seus homens.[2]

A viagem do monarca inglês foi menos pacífica. Os fortes ventos logo separaram a flotilha. O próprio rei refugiou-se por um dia num porto em Creta, de onde fez uma tempestuosa travessia até Rodes, onde permaneceu por dez dias — de 22 de abril a 1º de maio —, recuperando-se do enjôo marítimo. Nesse meio tempo, um de seus navios foi perdido numa tempestade, enquanto outros três, entre os quais aquele em que viajavam Joana e Berengaria, foram varridos para Chipre. Dois deles naufragaram no litoral sul da ilha, mas a Rainha Joana logrou alcançar um ancoradouro próximo a Limassol.

Chipre encontrava-se havia cinco anos nas mãos do autodenominado Imperador Isaac Ducas Comneno, que havia encabeçado uma bem-suce-

---

1 A história dos atos do rei na Sicília é contada na íntegra no *Itinerarium*, pp. 154-77; Ambrósio, cols. 14-32 (ambos claramente favoráveis a Ricardo); Benedito de Peterborough, II, pp. 126-60 (o relato mais completo, além de um pouco mais objetivo); Rigordo, pp. 106-9 (sugerindo que Filipe ansiava por dar prosseguimento à Cruzada, enquanto Ricardo criava entraves). Ver Chalandon, *op. cit.* II, pp. 435-42. A entrevista de Ricardo com Joaquim de Fiore é relatada por Benedito II, pp. 151-55, aparentemente com base em informações de alguém que estava presente.

2 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 155-6; Rigordo, p. 108; Abu Shama, II, p. 6.

dida revolta contra Bizâncio na época da acessão de Isaac Ângelo e mantivera sua aliança graças a alianças voláteis, ora com os sicilianos, ora com os armênios da Cilícia, ora com Saladino. Era um sujeito truculento, que detestava os latinos e não era popular na ilha em virtude da exorbitante carga tributária que impusera. Muitos de seus súditos ainda o consideravam um rebelde e aventureiro. O surgimento de grandes esquadras francas em águas cipriotas alarmou-o, e ele lidou com o problema de maneira insensata. Quando os náufragos de Ricardo puseram os pés em terra firme, Isaac mandou prendê-los e confiscar todos os bens que puderam ser salvos. Em seguida, enviou um mensageiro para o navio da Rainha Joana, com um convite para que ela e Berengaria desembarcassem. Joana, que sabia por experiência própria de seu valor como potencial refém, replicou que não podia deixar o barco sem permissão de seu irmão; todavia, seu pedido de permissão para mandar homens a terra para obterem água potável foi rudemente recusado. Com efeito, Isaac foi pessoalmente a Limassol, onde comandou a construção de fortificações ao longo da costa, a fim de impedir qualquer desembarque.

Em 8 de maio, uma semana após a chegada de Joana a Limassol, Ricardo e sua frota principal assomaram no horizonte. A viagem desde Rodes fora péssima, e o navio do próprio monarca escapara por um triz de soçobrar no Golfo de Atália. O enjôo em nada contribuíra para o bom humor de Ricardo; ao tomar conhecimento do tratamento dispensado à sua irmã e à sua noiva, jurou vingar-se. Ordenou o imediato desembarque de homens perto de Limassol, e marchou para a cidade. Isaac não ofereceu resistência, mas retirou-se para a aldeia de Kilani, nas encostas de Troodos. Os mercadores latinos estabelecidos em Limassol não foram os únicos a saudar Ricardo; também os gregos, que desaprovavam Isaac, mostraram-se amistosos para com os invasores — em vista do que este se disse pronto a negociar. Munido de um salvo-conduto, ele desceu para Colossi, dirigindo-se para o acampamento de Ricardo. Lá, consentiu em pagar uma indenização pelos bens que roubara, permitir que as tropas inglesas adquirissem provisões sem tarifas alfandegárias e enviar uma força simbólica de cem homens para a Cruzada, conquanto pessoalmente se recusasse a deixar a ilha. Entretanto, propôs-se a enviar sua filha para Ricardo como refém.

A visita de Isaac ao acampamento convenceu-o de que Ricardo não era tão formidável quanto pensara. Desse modo, assim que retornou a Colossi, denunciou o acordo e ordenou que Ricardo deixasse sua terra. Foi um erro tolo. Ricardo já enviara um navio para Acre a fim de anunciar sua chegada iminente a Chipre, e, em 11 de maio, dia em que Isaac esteve com o monarca inglês e voltou a Colossi, aportaram em Limassol navios tendo a bordo todos os principais cruzados que se opunham a Conrado. Lá estavam o

Rei Guy e seu irmão, Godofredo, Conde de Lusignan, um dos principais vassalos de Ricardo na França; Boemundo de Antióquia, com seu filho Raimundo; o príncipe rupeniano Leão, que recentemente sucedera a seu irmão Rupênio; Humberto de Toron, o marido divorciado de Isabela; e muitos dos principais templários. Como Filipe tomara o partido de Conrado, pretendiam assegurar o apoio de Ricardo ao seu partido. Tamanho reforço levou Ricardo a decidir-se por empreender a conquista de toda a ilha. Seus visitantes sem dúvida lhe chamaram a atenção ao seu valor estratégico para a defesa de toda a costa síria e o risco representado pela possibilidade de Isaac firmar uma aliança estreita com Saladino. A oportunidade era boa demais para ser desperdiçada.

Em 12 de maio, Ricardo casou-se com Berengaria na capela de S. Jorge em Limassol, e ela foi coroada Rainha da Inglaterra pelo Bispo de Evreux. No dia seguinte, aportaram o restante dos vasos da frota inglesa. Isaac, ciente do perigo que corria, deslocou-se para Famagusta. Os ingleses foram em seu encalço, parte do exército indo por terra e os demais pelo mar. O imperador não fez a menor tentativa de defender Famagusta, refugiando-se em Nicósia. Enquanto Ricardo descansava em Famagusta, foi alcançado por emissários de Filipe e dos nobres palestinos, instando-o a que acorresse à Palestina. Ele, contudo, retorquiu com irritação que não arredaria pé enquanto não tivesse tomado Chipre, cuja importância para todos enfatizou. Supõe-se que um dos mensageiros de Filipe, Pagão de Haifa, tenha ido então até Isaac a fim de alertá-lo. Este enviou sua esposa (uma princesa armênia) e sua filha para o castelo de Kyrenia, marchando em seguida rumo a Famagusta. As tropas de Ricardo encontraram-no junto à aldeia de Tremithus e derrotaram-no após uma feroz escaramuça, em que se diz que ele teria usado flechas envenenadas. Isaac fugiu do campo de batalha para Kantara, e Ricardo entrou em Nicósia sem oposição. Os habitantes cipriotas mostraram-se não só indiferentes ao destino de Isaac como até mesmo prontos a ajudar os invasores.

Em Nicósia, Ricardo caiu de cama, e Isaac acalentou esperanças de que seus quatro grandes castelos ao norte — Kantara, Buffavento, Sto. Hilário e Kyrenia — conseguissem resistir até que Ricardo se cansasse da guerra e se lançasse ao mar. No entanto, o Rei Guy, à frente do exército de Ricardo, avançou sobre Kyrenia e capturou-o, tornando a imperatriz e sua filha prisioneiras. Iniciou, em seguida, o bloqueio de Sto. Hilário e Buffavento. Diante da perda de sua família e da apatia ou hostilidade de seus súditos, Isaac acovardou-se e rendeu-se incondicionalmente. Foi levado à presença de Ricardo e acorrentado com grilhões de prata. No fim de maio, a ilha inteira havia caído nas mãos de Ricardo, que obteve um butim gigantesco. As extorsões

de Isaac lhe haviam proporcionado um vasto tesouro, e muitos de seus notáveis compravam-lhe a boa vontade com generosas doações. Logo ficou claro que o interesse maior de Ricardo era o dinheiro. Arrecadou-se um tributo de cinqüenta por cento do capital de cada grego, mas em compensação Ricardo confirmou as leis e instituições existentes na época de Manuel Comneno. Foram instaladas guarnições latinas em todos os castelos da ilha, e dois ingleses, Ricardo de Camville e Roberto de Turnham, foram nomeados justiciários[1] e encarregados da administração enquanto Ricardo não decidisse seu destino final. Os gregos não tardaram a descobrir que seu deleite com a queda de Isaac fora precipitado. Despojados de toda e qualquer participação em seu governo, receberam ordens para, como símbolo de sua nova subserviência, rasparem as barbas.[2]

O próprio Ricardo considerou valiosa a conquista de Chipre em virtude das inesperadas riquezas que lhe proporcionou. Na realidade, porém, foi a mais previdente e duradoura de todas as suas realizações na cruzada. A posse de Chipre pelos francos prolongou a vida de suas terras no continente, e seus estabelecimentos na ilha sobreviveram aos da Síria em dois séculos. Para os gregos, porém, pareceu um mau sinal. Se os cruzados mostravam-se dispostos a anexar uma província ortodoxa e eram capazes de fazê-lo, não seriam logo tentados a encetar a tão almejada Guerra Santa contra Bizâncio?

Em 5 de junho, a esquadra inglesa deixou Famagusta com destino à costa síria. O Imperador Isaac encontrava-se a bordo, como prisioneiro sob a responsabilidade do Rei Guy; sua filhinha fora incorporada à corte da Rainha Joana, para que ali absorvesse o estilo de vida ocidental. A primeira visão do litoral sírio pelo Rei Ricardo foi o castelo de Marqab. Aproximando-se da

---

1 Do latim *iústitiârius*, alto funcionário judiciário da Inglaterra medieval. Em inglês, *justiciar* ou *justiciary*. (N.T.)

2 A conquista de Chipre por Ricardo é descrita de maneira bastante completa no *Itinerarium*, pp. 177-204, e em Ambrósio, cols. 35-57, um pouco menos minuciosa em Benedito de Peterborough, II, pp. 162-8; Guilherme de Newbury, II, pp. 59 ss.; Ricardo de Devizes, pp. 423-6 — todos do ponto de vista inglês. O breve despacho do próprio Ricardo encontra-se nas *Epistolae Cantuarenses*, p. 347. Ernoul, pp. 207-13 e *Estoire d'Eracles*, II, pp. 159-70 (com versões alternativas em Mas Latrie, *Documents*, II, pp. 1 ss.; III, pp. 591 ss.), dando o ponto de vista de Outremer, favorável a Ricardo. Rigordo, pp. 109-10, e Guilherme, o Bretão, pp. 104-5, justificam Ricardo devido à recusa dos cipriotas a ajudar os cruzados. Um relato completo de um grego, Neófito, muito hostil a Isaac mas desgostoso com a conquista, foi publicado no prefácio da edição de Stubbs ao *Itinerarium*, pp. clxxxv-clxxxix (*De Calamitatibus Cypri*). Nicetas Choniates (p. 547) faz uma rápida menção à conquista. Abu Shama (II, p. 8) e Beha ed-Din (*P.P.T.S.* p. 242) também faz uma referência breve. Ibn al-Athir (II, pp. 42-3) diz que Ricardo capturou a ilha por traição. Tanto Abu Shama quanto Beha ed-Din mencionam o fato de alguns renegados cristãos de Latáquia terem assolado a ilha alguns meses antes. Ver Hill, *History of Chipre*, I, pp. 314-21.

terra, ele virou para o sul, passando por Tortosa, Jebail e Beirute, desembarcando na noite de 6 de junho perto de Tiro. Diante da recusa da guarnição a admiti-lo na cidade, por ordem de Filipe e Conrado, ele prosseguiu por mar até Acre, assistindo no caminho com satisfação ao afundamento de uma grande galera sarracena por seus navios. Chegou ao acampamento próximo a Acre em 8 de junho.[1]

Para os exaustos soldados que sitiavam Acre, a vinda do Rei Ricardo com 25 galeras trouxe confiança e esperança. Acenderam-se fogueiras para comemorar sua chegada e soaram trombetas pelo acampamento. O rei da França construíra várias máquinas de cerco úteis, entre elas uma grande catapulta de pedras — batizada por seus soldados de Vizinho Malvado — e uma escada com ganchos para prender-se aos muros, conhecida como Gata. O Duque da Burgúndia e as duas Ordens Militares possuíam uma catapulta cada um, e mais uma foi construída com os fundos comuns, recebendo o nome de Estilingue de Deus.[2] Os francos vinham bombardeando as muralhas com algum efeito, mas era preciso um líder que instigasse os atacantes a empreender um esforço final. O rei da França era demasiado cauteloso para assumir tal papel, e os demais príncipes locais ou cruzados estavam por demais cansados ou desacreditados. Ricardo proporcionou a todos um novo vigor. Praticamente assim que desembarcou, enviou ao acampamento de Saladino um emissário com um intérprete, um prisioneiro marroquino de sua confiança, para propor uma entrevista. Estava curioso por conhecer o célebre infiel, e nutria esperanças de conseguir chegar a algum acordo pacífico se tivesse a chance de encontrar-se com tão cavalheiresco inimigo. Saladino, todavia, respondeu com cautela que não era prudente que soberanos inimigos se encontrassem sem antes assinarem uma trégua. Não obstante, dispôs-se a permitir que seu irmão, al-Adil, conversasse com Ricardo. Combinou-se uma pausa de três dias nos embates, e acordou-se que o encontro se daria na planície que separava os acampamentos; nesse momento, porém, tanto o rei inglês quanto o francês caíram doentes. Tratava-se da enfermidade que os francos chamavam de *arnaldia*, uma febre que provocava a queda dos cabelos e unhas. O ataque de Filipe foi brando, mas Ricardo ficou gravemente enfermo por alguns dias. Ainda assim, dirigiu as operações de seu leito, determinando onde colocar as grandes catapultas que trouxera e ordenando a construção de uma grande torre de madeira, como a de Mate-

---

1 *Itinerarium*, pp. 204-11; Ambrósio, cols. 57-82; Benedito de Peterborough, II, pp. 168-9; Ernoul, p. 273, e *Estoire d'Eracles*, pp. 169-70 (ambos sublinhando a simpatia com que Ricardo foi recebido por Filipe); Abu Shama, II, pp. 42-3; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 242-3, 248, referindo-se à captura de alguns dos transportes de Ricardo.

2 *Itinerarium*, p. 218; Haymar Monachus, pp. 44-6.

grifon, que ele erguera em Messina. Embora ainda mal tivesse convalescido, insistia em visitar as linhas de seus soldados.[1]

Saladino, por seu lado, recebeu reforços no fim de junho. O exército de Sinjar chegou em 25 de junho, seguido de perto por novas tropas egípcias e do senhor de Mosul. Os nobres de Shaizar e Ham levaram companhias no início de julho. Não com essa colaboração, contudo, ele conseguiu expulsar os cruzados de seu acampamento; estes haviam aproveitado a estiada do inverno, quando as chuvas já haviam amolecido o solo, para cercarem-se de aterros, taludes protegidos por fossos de fácil defesa. Durante todo o mês de junho e início de julho, a ordem de batalha manteve-se praticamente sem alterações. As máquinas francas insistiam no bombardeio das muralhas de Acre; quando, porém, abriam alguma brecha e os latinos acorriam na tentativa de forçá-la, a guarnição fazia sinais a Saladino, que imediatamente lançava um ataque ao acampamento, afastando assim os agressores dos muros. Houve algumas batalhas marítimas ocasionais; a chegada das frotas inglesa e francesa havia tomado dos sarracenos o comando das águas, e agora era raro que seus navios lograssem romper o cerco com suprimentos. Os víveres e materiais bélicos estavam se esgotando na cidade sitiada, onde já se cogitava a possibilidade de rendição.[2]

As doenças e querelas continuavam a grassar no acampamento cristão. O Patriarca Heráclio morreu, e espocaram intrigas acerca da eleição de seu sucessor.[3] A disputa da coroa prosseguia. Ricardo tomara o partido da causa do Rei Guy, ao passo que Filipe apoiava Conrado. Como os pisanos haviam ficado do lado de Ricardo, ao chegar uma flotilha genovesa ofereceu seus serviços a Filipe. Quando este planejou um assalto em peso à cidade, perto do fim de junho, Ricardo, provavelmente por ainda não estar recuperado o bastante para lutar em pessoa e temer assim perder os despojos da vitória, recusou-se a deixar que seus homens cooperassem. Em virtude da ausência de seus adeptos e amigos, o ataque malogrou-se, e o contra-ataque de Saladino ao acampamento foi repelido com grande dificuldade.[4] As relações entre Ricardo e Filipe haviam se complicado com a morte, em 1º de junho, de Filipe, Conde de Flandres, o relutante cruzado de 1177. Não deixou herdeiros diretos, e, embora o rei da França tivesse algum direito à herança, o monarca inglês não tinha a menor intenção de permitir que tão rica provín-

---

1 *Ibid.* pp. 213-25; Ambrósio, col. 123; Benedito de Peterborough, II, p. 170: a "Arnaldia", que Ambrósio chama de "Leonardie", era provavelmente uma forma qualquer de escorbuto ou boca-das-trincheiras. Ver a tradução de Ambrósio por La Monte e Hubert, p. 196, n. 2.
2 Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 224-7.
3 Ver o prefácio de Mas Latrie a Haymar Monachus, p. xxxvi.
4 Ambrósio, col. 123; Rigordo, pp. 108-9; Haymar Monachus, p. 35.

cia, de tão estratégica situação, caísse nas mãos de seu rival. Quando Filipe, citando o acordo feito em Messina, demandou metade da ilha de Chipre, Ricardo contra-atacou requestando metade de Flandres. Nenhum dos lados insistiu na exigência, mas ambos sentiram-se injustiçados.[1]

Em 3 de julho, depois de Taki, sobrinho de Saladino, ter em vão tentado romper o cerco e chegar até a cidade, os franceses abriram uma perigosa brecha no muro, mas foram forçados a recuar. Oito dias depois, os ingleses e pisanos, aproveitando um momento em que os demais cruzados estavam jantando, tentaram a sorte com êxito inicial similar, mas acabaram fracassando do mesmo modo. Dessa vez, porém, a guarnição já havia resolvido desistir da luta. Tinham enviado emissários para o acampamento cruzado em 4 de julho, mas Ricardo repudiara suas propostas — conquanto naquele mesmo dia seus embaixadores tivessem visitado Saladino, solicitando permissão para comprarem frutas e bebidas e insinuando que estavam prontos a encetar negociações de paz. Saladino ficou chocado ao saber que seus homens dentro de Acre haviam perdido as esperanças. Prometeu-lhes ajuda imediata, mas não conseguiu incitar seu exército a empreender o ataque maciço ao acampamento cristão que ele planejara para 5 de julho. Em 7 de julho, um nadador levou-lhe um último apelo da cidade. Sem auxílio a guarnição não teria condições de resistir por muito mais tempo. A batalha do dia 11 foi o derradeiro esforço dos sitiados. No dia seguinte, ofereceram sua capitulação, e seus termos foram aceitos. Acre render-se-ia com todo o seu conteúdo, navios e estoques militares. Duzentas mil peças de ouro seriam pagas aos francos, com um adicional de quatrocentas peças para Conrado em particular. Mil e quinhentos cristãos cativos, com cem prisioneiros de nível, a serem citados especificamente, seriam libertados, e a Cruz Verdadeira ser-lhes-ia restituída. Caso assim se procedesse, as vidas dos defensores seriam poupadas.

Um mensageiro partiu do porto a nado para informar Saladino do que fora acordado, uma vez que caberia a ele implementar as cláusulas. O sultão ficou horrorizado; enquanto compunha uma resposta, sentado em frente à sua tenda, proibindo a guarnição de submeter-se àquelas condições, avistou os estandartes francos desfraldando-se sobre as torres da cidade. Era tarde demais. Seus oficiais haviam firmado o tratado em seu nome; como homem honrado, ele o cumpriria. Transferiu seu acampamento para Shafr'amr, na estrada para Sefória, mais distante da cidade, agora que nada mais podia fazer para ajudá-la, e preparou-se para receber os embaixadores dos francos vitoriosos.[2]

---

1 Rigordo, p. 113; Benedito de Peterborough, II, p. 171.

2 *Itinerarium*, pp. 227-33; Ambrósio, cols. 133-9; Benedito de Peterborough, II, pp. 174-9; Rigordo, pp. 115-16; Ernoul, p. 274; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 173-4; Abu Shama, II, pp. 19-29; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 258-69; Ibn al-Athir, II, pp. 44-6.

Mal a capitulação foi aceita, a guarnição sarracena deixou a cidade. Os conquistadores ficaram comovidos ao vê-la passar rumo ao cativeiro, pois admiravam sua coragem e tenacidade, dignas de uma causa mais propícia. Quando passou o último sarraceno, os francos adentraram a cidade, encabeçados por Conrado, cujo porta-bandeira levava não só seu estandarte pessoal, mas também os dos reis. O Rei Ricardo estabeleceu sua residência no antigo Palácio Real, próximo ao muro norte, e o Rei Filipe instalou-se no antigo estabelecimento dos Templários, no mar junto à ponta da península. Contendas indecorosas mancharam a distribuição das diferentes áreas da cidade. O Duque da Áustria, como líder do exército germânico, demandou uma posição à mesma altura dos monarcas francês e inglês, e hasteou seu estandarte ao lado do de Ricardo — apenas para vê-lo retirado pelos ingleses e atirado no fosso. Foi um insulto que Leopoldo da Áustria jamais perdoou. Ao partir de volta para casa, alguns dias mais tarde, foi com o coração cheio de ódio por Ricardo. Os mercadores e nobres francos que eram donos de propriedades em Acre solicitaram a devolução de suas antigas posses. Uma vez que eram quase todos partidários de Conrado, apelaram para o Rei Filipe quando os cruzados visitantes tentaram desalojá-los, e o monarca insistiu em que seus direitos fossem respeitados.[1]

A primeira tarefa em pauta era limpar e voltar a consagrar as igrejas de Acre. Feito isso, sob a direção do legado papal, Adelardo de Verona, os príncipes reuniram-se para finalmente decidir a questão da realeza. Ao cabo de algum debate, chegou-se à conclusão de que Guy deveria permanecer rei até sua morte, quando então a coroa seria legada a Conrado e Isabela. Nesse ínterim, Conrado seria senhor de Tiro, Beirute e Sídon, e ele e Guy dividiriam as receitas reais. Tendo assegurado o futuro de Conrado, o Rei Filipe começou a pensar em voltar para casa. Padecera enfermidades quase contínuas desde sua chegada à Terra Santa; havia cumprido seu dever cristão, ajudando na reconquista de Acre; e lá deixaria o Duque de Burgúndia e a maior parte do exército francês. Ricardo debalde insistiu em assinar uma declaração conjunta de que os dois monarcas ficariam por três anos no Oriente. O máximo que Filipe consentiu foi prometer que não atacaria os territórios de Ricardo na França enquanto este não retornasse — compromisso que não seria de todo mantido. Por fim, em 31 de julho, ele partiu de Acre rumo a Tiro, acompanhado de Conrado, que alegou precisar cuidar de suas terras mas na verdade não desejava servir num exército dominado pelo Rei

---

1 *Itinerarium*, p. 234; Ernoul, pp. 274-5; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 175-6; *Chronica Regia Coloniensis*, p. 15, sobre o caso da contenda entre Ricardo e Leopoldo da Áustria. Ansberto, *Expeditio Friderici*, p. 102, afirma que o ataque de Ricardo a Isaac Comneno de Chipre desagradou a Leopoldo, pois aquele era primo em primeiro grau da mãe deste.

Ricardo. Três dias depois, o Rei Filipe levantou âncora em Tiro, com destino a Brindisi.[1]

A partida de Filipe foi encarada pelos ingleses como uma covarde e traiçoeira deserção. Ao que tudo indica, porém, sua saúde ia realmente mal, e havia problemas por resolver em casa, tais como a herança de Flandres, por cuja resolução cabia-lhe responsabilidade pessoal. Ademais, o soberano francês suspeitava de que Ricardo tramava contra ele e de que sua vida corria perigo. Corria uma curiosa história de que, quando Filipe se encontrava de cama, gravemente enfermo, seu rival foi visitá-lo e mentiu-lhe que seu único filho, Luís, havia morrido, quer por uma brincadeira de mau gosto, quer na sinistra esperança de que o choque fosse demais para ele. Muitos eram os membros do exército cristão prontos a simpatizar com Filipe em suas ansiedades. Embora Ricardo comandasse a devoção de seus próprios homens e a admiração dos sarracenos, para os barões do Oriente franco o rei da França era o monarca que respeitavam e sentiam compreender suas necessidades.[2]

Com a partida de Filipe, Ricardo assumiu o pleno controle das tropas e das negociações com Saladino. O sultão concordou em honrar o tratado firmado por seus oficiais em Acre. Enquanto os cruzados dedicavam-se à reconstrução e ao fortalecimento das muralhas de Acre, Saladino pôs-se a reunir os prisioneiros e o dinheiro que lhe foram exigidos. Em 2 de agosto, seu acampamento recebeu a visita de oficiais cristãos que lhe comunicaram a anuência de Ricardo para sua sugestão de que os pagamentos fossem efetuados e os prisioneiros devolvidos em três parcelas mensais. Os prisioneiros sarracenos seriam libertados após o pagamento da primeira parcela. Saladino mostrou aos visitantes a Cruz Verdadeira, que guardara consigo, e estes lhe prestaram reverência. Em 11 de agosto, a primeira prestação de homens e dinheiro foi enviada ao acampamento cristão, e os embaixadores de Ricardo voltaram para avisá-lo de que os números estavam corretos, mas os prisioneiros dos escalões mais altos, cujos nomes haviam recebido menção especial, não haviam sido totalmente entregues. Por esse motivo, os soldados do sultão capturados em Acre não seriam libertados. Saladino pediu-lhes que aceitassem o pagamento acrescido de reféns pelos nobres ausentes e lhe envias-

---

1 *Itinerarium*, pp. 238-9; Ambrósio, cols. 142-3; Benedito de Peterborough, II, pp. 183-5, 192-9, 227-31; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 179-81, atestando que Filipe estava realmente doente. Ernoul, pp. 277-8; Rigordo, pp. 116-17; Guilherme, o Bretão, pp. 106-9.

2 *Estoire d'Eracles, loc. cit.*, para a narração das intrigas de Ricardo. Beha ed-Din, *P.P.T.S.* p. 240, diz que a autoridade do rei da França gozava de reconhecimento universal, e, mais adiante, p. 242, que o rei da Inglaterra lhe era inferior em patente, ainda que o superasse em riqueza, valor e fama.

sem seus homens, ou recebessem aquela parcela e deixassem reféns consigo, a fim de garantir a libertação de seus soldados. Os emissários repudiaram ambas as sugestões. Exigiram o que fora acertado e ofereceram apenas uma promessa em relação aos prisioneiros sarracenos. Saladino, não confiando em sua palavra, recusou-se a entregar-lhes o que quer que fosse a menos que seus homens fossem liberados.

Ricardo agora ansiava por deixar Acre e marchar sobre Jerusalém. Os prisioneiros sarracenos haviam se tornado um estorvo — e ele de bom grado aproveitou aquela desculpa para livrar-se deles. A sangue-frio, em 20 de agosto, mais de uma semana depois da volta de seus embaixadores, ele declarou que Saladino violara o acordo e ordenou o massacre dos dois mil e setecentos sobreviventes da guarnição de Acre. Seus soldados entregaram-se avidamente à carnificina, dando graças a Deus, como nos contam em júbilo os apólogos de Ricardo, pela oportunidade de vingar seus camaradas que haviam caído perante a cidade. As esposas e filhos dos prisioneiros foram mortos ao seu lado. Foram poupados apenas alguns notáveis e uns poucos homens fortes o suficiente para serem empregados no trabalho escravo. As sentinelas sarracenas mais próximas de Acre, vendo o que acontecia, correram para salvar seus compatriotas, mas embora lutassem até o anoitecer não conseguiram chegar a eles. Finda a chacina, os ingleses abandonaram o local com seus cadáveres mutilados e em putrefação, de modo que os muçulmanos puderam aproximar-se para reconhecer seus companheiros martirizados.[1]

Na quinta-feira, 22 de agosto, Ricardo liderou o exército cruzado na partida de Acre. Conrado e muitos dos barões locais estavam ausentes, e os franceses, sob o Duque de Burgúndia, seguiram com relutância na retaguarda. Nenhum dos soldados desejava deixar a cidade onde haviam vivido com tanto conforto no último mês, com comida em abundância e mulheres devassas que lhes gratificavam a luxúria; tampouco agradou-lhes saber que as únicas mulheres que receberam permissão para seguir a expedição foram as lavadeiras. Não obstante, a força da personalidade de Ricardo impôs-se-lhes. Saladino ainda se encontrava em Shafr'amr, no comando das duas principais estradas que vinham do litoral — a que levava a Tiberíades e Damasco

1 *Itinerarium*, pp. 240-3; Ambrósio, cols. 144-8 (ambos justificando Ricardo devido à truculência de Saladino, dizendo que Conrado tentou manter os prisioneiros sob os seus cuidados. Ambrósio louva a Deus pelo massacre). Ernoul, pp. 276-7; *Estoire d'Eracles*. II, pp. 178-9; Beha ed-Din. *P.P.T.S*. pp. 270-4, uma história mais convincente; Abu Sharna, II, pp. 30-3, segundo o qual Saladino pediu aos templários, em cuja palavra confiava, ainda que os odiasse, que garantissem o acordo; eles, no entanto, recusaram-se, desconfiando de que Ricardo o romperia. A Santa Cruz não foi devolvida.

e a que seguia para Jerusalém, passando por Nazaré. Ricardo, porém, dirigiu-se para o sul pela estrada costeira, onde seu flanco seria protegido pelo mar e por sua frota. O sultão, portanto, seguiu-o num curso paralelo, montando acampamento em Tel-Kaimun, na encosta do Monte Carmelo — de onde partiu para inspecionar a região da costa ao sul do Carmelo, a fim de escolher o local para uma batalha.

Os cristãos passaram por Haifa, que Saladino havia desmantelado pouco antes da queda de Acre, e contornaram o Carmelo; avançavam lentamente, de modo que a frota pudesse acompanhá-los. Ricardo entendia que os soldados deviam descansar quase que dia sim, dia não; ademais, o vento oeste dificultou o contorno do promontório pela esquadra. A cavalaria ligeira sarracena de tempos em tempos descia o Carmelo e abatia-se sobre o exército em marcha, capturando os extraviados — que eram levados a Saladino, interrogados e mortos, em vingança pelo massacre em Acre. Só as lavadeiras eram poupadas. Enquanto isso, Ricardo conduziu o corpo principal do exército para o outro lado da crista do Carmelo, acampando no interior, no caminho de Cesaréia.[1]

No dia 30, com os cristãos mais perto de Cesaréia, o contato entre os dois exércitos estreitou-se. Dali por diante, houve embates encarniçados diários. Não obstante, Ricardo levava obstinadamente suas tropas adiante. Estava em seu apogeu, em geral lutando na vanguarda, mas vez por outra percorrendo a linha inteira a fim de encorajar seus homens a seguirem em frente. O calor era intenso, e os ocidentais, pesadamente armados e desabituados ao sol, perderam muitas vidas por insolação; não foram poucos os que desmaiaram e pereceram onde caíram. O Duque de Burgúndia e os soldados franceses, na retaguarda, quase foram aniquilados por ficarem para trás, seguindo após as carretas de provisões, mas lograram safar-se. As hostes avançavam penosamente, proferindo de tempos em tempos, em altos brados, a oração *Sanctum Sepulchrum adjuva*, "Valei-nos, Santo Sepulcro".

Ao cabo de alguns dias, Saladino escolheu seu campo de batalha. Seria bem ao norte de Arsuf, onde a planície era larga o bastante para o uso de cavalaria, mas bem dissimulada pelas florestas, que desciam três quilômetros desde o mar. Em 5 de setembro, Ricardo solicitou uma parlamentação e encontrou-se com o irmão do sultão, al-Adil, sob uma bandeira de trégua. Entretanto, por mais cansada que estivesse das refregas, exigiu nada menos que a cessão de toda a Palestina. Al-Adil imediatamente interrompeu as negociações.

---

1 *Itinerarium*, pp. 248-56; Ambrósio, cols. 152-00; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 275-81; Abu Shama, II, pp. 33-6.

Na manhã de sábado, 7 de setembro, Ricardo já tinha certeza de que os islâmicos pretendiam forçar uma batalha, e tratou de preparar seus homens. O comboio de bagagem foi disperso ao longo da costa, com Henrique de Champanhe e parte da infantaria a protegê-lo. Os arqueiros foram dispostos na linha de frente, tendo os cavaleiros às suas costas. Os templários ficaram à direita, na extremidade sul da linha. Em seguida, vinham os bretões e os homens de Anjou, seguidos das tropas de Guienne, sob Guy e seu irmão, Godofredo de Lusignan. No centro estava o próprio rei, com suas tropas inglesas e normandas; depois, os flamengos e barões nativos, sob Jaime de Avesnes, e os franceses, sob Hugo da Burgúndia — e, na extrema esquerda, os hospitalários. Quando tudo estava organizado, Ricardo e o Duque de Burgúndia percorreram as linhas, proferindo palavras de encorajamento.

O ataque sarraceno principiou pelo meio da manhã. Os cristãos foram assaltados por uma onda após a outra de peões negros e beduínos com armamentos leves. As flechas e dardos arremessados mergulharam em desordem a primeira linha de infantaria — sem lograr abalar os cavaleiros, em suas armaduras pesadas. De repente, suas fileiras partiram-se em duas e os cavaleiros turcos se precipitaram pela abertura, agitando seus sabres e machados. Dirigiram seus ataques mais ferozes contra os hospitalários e os flamengos e barões nativos que os ladeavam, na tentativa de desbaratar o flanco esquerdo inimigo. Os cavaleiros resistiam, e após cada onda os arqueiros retomavam a linha. A despeito das súplicas de seus homens, Ricardo não tencionava autorizar nenhuma parte de suas forças a atacar enquanto não estivessem todos prontos, com as investidas turcas demonstrando sinais de desgaste e o corpo principal do exército sarraceno mais próximo. O Grão-mestre do Hospital mandou inúmeros recados, implorando-lhe que desse o sinal. Seus homens, disse, teriam de ceder se não pudessem partir para a ofensiva. Diante da insistência de Ricardo em ordenar-lhes que esperassem, dois dos cavaleiros — o Marechal da Ordem e Balduíno Carew — resolveram tomar as rédeas da situação e avançaram contra o inimigo, seguidos por todos os seus companheiros. Vendo aquela carga, os cavaleiros ao longo de toda a linha instigaram seus animais. Houve uma certa confusão a princípio, pois os arqueiros, pegos de surpresa, estavam no caminho. O rei em pessoa galopou para o meio do tumulto, a fim de tentar restaurar a ordem, e assumiu o comando do assalto. O secretário de Saladino, que a tudo assistia de uma colina próxima, extasiou-se com o esplêndido espetáculo da cavalaria cristã precipitando-se em sua direção. Foi demais para os soldados muçulmanos, que romperam sua formação e debandaram. Saladino agrupou-os a tempo de defender o acampamento e até realizar outra carga contra o ini-

migo — mas em vão. À noite o exército cristão já dominava o campo e prosseguia em sua marcha para o sul.[1]

A batalha de Arsuf não foi decisiva, mas constituiu uma grande vitória moral para os cristãos. Suas perdas foram surpreendentemente pequenas, conquanto entre os mortos figurasse o grande cavaleiro Jaime de Avesnes, que caíra com quinze corpos de sarracenos ao seu redor. As perdas dos sarracenos, todavia, haviam sido quase igualmente escassas. Não perecera nenhum emir digno de nota, e, no dia seguinte, Saladino já havia reunido todos os seus homens e estava pronto para tentar um novo confronto — Ricardo, porém, recusou-se, e o sultão não tinha força suficiente para obrigá-lo. O valor da vitória estava na confiança que deu aos cristãos: fora a primeira grande batalha em campo aberto desde Hattin, e havia demonstrado que Saladino podia ser derrotado. Ocorrendo tão cedo após a captura de Acre, parecia indicar uma mudança de maré e acenar com a possibilidade de voltar a libertar a própria Jerusalém. A reputação de Ricardo estava no auge. A carga vitoriosa fora lançada, na verdade, contra suas ordens, mas apenas alguns minutos antes de ele estar pronto; ademais, seu paciente autocontrole, num primeiro momento, e o modo como, chegada a hora, a investida fora comandada haviam demonstrado uma magistral competência militar. O futuro dos cruzados parecia promissor.

Saladino, por outro lado, havia sofrido uma humilhação pessoal e pública. Seu exército de nada servira em Acre, e agora fora derrotado em batalha aberta. Como seu grande predecessor, Nur ed-Din, Saladino ao envelhecer perdeu parte do vigor e do domínio sobre os homens. Sua saúde era fraca, e ele sofria de recorrentes ataques de malária. Era menos capaz que outrora de impingir suas decisões aos emires arruaceiros que eram seus vassalos — muitos dos quais ainda o consideravam um novo-rico e usurpador, e não hesitavam em manifestar insubordinação sempre que sua estrela dava mostras de declínio. O sultão não podia dar-se ao luxo de se deixar superar por Ricardo. Acima de tudo, não podia perder Jerusalém, cuja captura fora seu mais glorioso triunfo. Assim, levou seu exército em boa ordem para Ramleh, na estrada para Jerusalém, a fim de esperar pelo movimento seguinte de Ricardo.

O exército cruzado seguiu para Jafa, onde se pôs a reerguer suas fortificações. Até então, Ricardo contara com a esquadra em seu flanco para garantir seu abastecimento. Não tinha condições de penetrar no continente, rumo à Cidade Santa, sem uma base forte no litoral. Ademais, após a longa

---

1 *Itinerarium*, pp. 256-78; Ambrósio, cols. 160-78; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 281-95; Abu Shama, II, pp. 36-40.

marcha pela costa suas tropas estavam cansadas, e precisavam descansar. Sua cautela e postergação já intrigaram muitos historiadores, pois, se tivesse avançado rapidamente sobre Jerusalém, tê-la-ia encontrado mal guarnecida e com seus muros em mau estado. Entretanto, o exército de Saladino fora apenas derrotado, não destruído. Continuava sendo formidável, e, mesmo que Ricardo conseguisse abrir caminho até Jerusalém, perderia o contato com o mar. Foi prudente de sua parte assegurar Jafa antes de lançar-se à aventura maior. Não obstante, o atraso foi demasiado, e permitiu a Saladino reforçar as defesas da Cidade Santa. Em seguida, temendo que Ricardo seguisse para Ascalão e ali estabelecesse uma base que cortasse a estrada para o Egito, sua principal fonte de efetivo militar, o sultão dirigiu-se com parte de suas tropas de Ramleh para Ascalão e, apesar de sua riqueza e prosperidade, demoliu-a metodicamente, até não restar pedra sobre pedra.[1] Nesse ínterim, os soldados cristãos desfrutavam dos confortos de Jafa. A vida ali era agradável. As frutas e verduras abundavam nos jardins ao redor da cidade, e os navios traziam víveres em profusão — além de alegres damas de Acre, a fim de distrair os homens. Os sarracenos mantinham distância. Ocorreram apenas algumas escaramuças cavalheirescas na planície de Lida, nos arredores do acampamento. O exército foi tomado pela indolência e languidez. Muitos soldados retornaram para Acre. Ricardo enviou o Rei Guy para instá-los a voltar para o acampamento, mas fizeram-lhe ouvidos de mercador. Foi preciso que Ricardo fosse pessoalmente a Acre para reuni-los novamente.[2] Por seu lado, ele tinha suas próprias preocupações. Não estava nada satisfeito com a situação em Acre e mais ao norte, onde o partido de Conrado era poderoso. Espocaram problemas em Chipre, onde Ricardo de Camville morrera e Roberto de Turnham enfrentava dificuldades na supressão de uma revolta. Além disso, Ricardo receava o que o Rei Filipe poderia fazer ao voltar para a França. O problema de Chipre foi resolvido vendendo-se a ilha para os templários;[3] todavia, o monarca inglês ainda ansiava por encetar as negociações com Saladino. Este, disposto a ouvir suas propostas, encarregou seu irmão, al-Adil, de representá-lo.

Assim que chegou a Jafa, Ricardo enviou Humberto de Toron, o maior conhecedor de árabe em seu exército — por quem nutria profunda afeição —, a Lida, onde al-Adil estava no comando, a fim de discutir as preliminares

---

1 *Itinerarium*, pp. 280-1; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 295-300; Abu Shama, II, pp. 41-4, Ibn al-Athir, II, pp. 50-1, mostrando que Saladino cedeu aos emires contra seus desejos a respeito de Ascalão.

2 *Itinerarium*, pp. 283-6; Ambrósio, cols. 187-9.

3 Benedito de Peterborough, II, pp. 172-3; Ernoul, p. 273; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 170, 189-90.

de uma trégua. Entretanto, nada ficou decidido. Al-Adil era um diplomata habilidoso, e refreou o anelo do irmão por um acordo. Sua competência diplomática teve uma magnífica oportunidade de exercício quando, em outubro, chegaram emissários de Tiro, solicitando-lhe uma audiência com uma embaixada de Conrado. A primeira exigência de Ricardo foi nada menos que Jerusalém e todo o país a oeste do Jordão, além da devolução da Santa Cruz. Saladino replicou que a Cidade Santa era sagrada também para o Islã, e declarou que não restituiria a Cruz sem receber alguma concessão em troca. Ao cabo de alguns dias, em 20 de outubro, Ricardo apresentou novas propostas. Como todos os cruzados, admirava al-Adil, a quem chamavam Safadin, e sugeriu que este recebesse toda a Palestina então em poder de Saladino e desposasse a irmã do rei, a Rainha Joana da Sicília, cujo dote seriam as cidades litorâneas conquistadas por Ricardo, inclusive Ascalão. O casal viveria em Jerusalém, à qual conceder-se-ia aos cristãos pleno acesso. A Cruz seria restaurada, todos os prisioneiros, de ambos os lados, seriam libertados e os templários e hospitalários receberiam de volta suas possessões palestinas. Saladino, ao ouvir de seu secretário a oferta, tratou-a como uma piada e acedeu, divertido. Ricardo, porém, talvez não estivesse brincando. A Rainha Joana — que, acompanhada da Rainha Berengaria, se reunira ao irmão em Jafa — ficou horrorizada ao tomar conhecimento da sugestão. Nada, afirmou, poderia induzi-la a casar-se com um muçulmano. Assim sendo, Ricardo indagou a al-Adil se ele consideraria a possibilidade de converter-se ao cristianismo. Al-Adil recusou educadamente a honra, mas convidou Ricardo para um suntuoso banquete em Lida, em 8 de novembro. Foi uma alegre festividade, e os dois separaram-se com protestos de afeto e muitos presentes um do outro. Naquele mesmo momento, contudo, Saladino recepcionava em seu acampamento, ali perto, o embaixador enviado por Conrado, o encantador Reinaldo de Sídon, cujo engodo de Beaufort o sultão já perdoara.

Na manhã seguinte, Saladino recebeu o emissário de Ricardo, Humberto de Toron, que levava a proposta de que al-Adil fosse reconhecido como governante de toda a Palestina, desde que os cristãos participassem de Jerusalém. Esperava-se que as núpcias com Joana pudessem ser arranjadas, muito embora Ricardo admitisse que a opinião pública cristã estivesse um tanto ou quanto chocada com a idéia. Uma dispensa papal, pensava Ricardo, talvez levasse Joana a reconsiderar. Do contrário, al-Adil poderia ficar com sua sobrinha, Eleonora da Bretanha, que, como pupila do rei, podia casar-se sem interferência pontifícia. Quando estivesse tudo resolvido, Ricardo voltaria para a Europa. A oferta de Conrado foi menos sensacional. Em troca de Sídon e Beirute, ele romperia com os demais cruzados e sugeriu até devolver

Acre aos muçulmanos. Ao ser questionado, todavia, se efetivamente pegaria em armas contra Ricardo, seu embaixador desconversou.

Saladino convocou um conselho para decidir com qual dos dois partidos francos as conversações deveriam prosseguir. Al-Adil e os demais emires votaram pelo lado de Ricardo, menos, talvez, por algum apreço pelo monarca do que porque ele não tardaria a deixar a Palestina, ao passo que Conrado, por quem todos sentiam uma certa admiração, tencionava lá permanecer. As propostas de Ricardo foram aceitas em princípio, mas a comitiva de Humberto teve o desprazer de deparar-se certo dia com Reinaldo de Sídon caçando com al-Adil, numa óbvia relação de intimidade entre os dois. Com efeito, al-Adil manteve as negociações em aberto até a chegada do inverno.[1] Os embates entre os exércitos, nesse meio tempo, foram isolados e esporádicos. Um dia, no fim de novembro, Ricardo saíra para falcoar quando caiu numa emboscada sarracena — e teria sido levado se o valoroso Guilherme de Preaux não tivesse gritado que aquele era o rei e se entregado como prisioneiro em seu lugar. Alguns outros cavaleiros pereceram naquele dia; no entanto, salvo por essa pequena escaramuça, não houve refregas de maior monta.[2]

Quando as chuvas de novembro começaram, Saladino dispersou metade de suas tropas e retirou-se com o restante para suas acomodações de inverno, em Jerusalém. Havia reforços a caminho, vindos do Egito. Ricardo, contudo, recusou-se a se deixar desencorajar pelo tempo. Em meados do mês, ele saiu de Jafa com seu exército, acrescido de novos destacamentos de Acre, com destino a Ramleh — que encontrou deserta e arrasada pelos sarracenos. Lá esperou por seis semanas, à procura de uma chance de avançar sobre Jerusalém. Os assaltos sarracenos a seus postos avançados eram constantes. O próprio Ricardo escapou por pouco de ser capturado quando o reconheceram nas proximidades do castelo de Blanchegarde. Noutra escaramuça, o Conde de Leicester foi aprisionado, mas seria libertado posteriormente. Nos últimos dias daquele ano, o tempo estava tão ruim que Saladino recolheu seus batedores. Ricardo passou o Natal em Latrun, aos pés das colinas da Judéia — e, em 28 de dezembro, suas tropas subiram as montanhas sem oposição do inimigo. A chuva era torrencial. A estrada fora tomada pela lama. Os fortes ventos quebravam os postes das tendas antes que estas pudessem sequer ser erguidas. Em 3 de janeiro, o exército havia chegado ao forte de Beit-Nuba, a apenas vinte quilômetros da Cidade Santa. Os solda-

---

1 *Itinerarium*, pp. 295-7; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 302-35, um minucioso relato da negociação; Abu Shama, II, pp. 45-50.
2 *Itinerarium*, pp. 286-8.

dos ingleses e franceses estavam entusiasmados. Mesmo os desconfortos do acampamento no planalto encharcado e ventoso; mesmo a ruína, pela chuva, dos estoques de biscoitos e carne de porco — que eram seus principais alimentos; mesmo a perda de muitos de seus cavalos em virtude do frio e da inanição e seu próprio desgaste e o frio que eles próprios passavam tornavam-se toleráveis se fosse para atingir em breve sua meta. Entrementes, os cavaleiros que conheciam o país, os hospitalários, templários e barões nativos tinham uma opinião mais prudente e melancólica. Argumentaram com o Rei Ricardo que, ainda que penetrassem pelas montanhas enlameadas e vencessem as tempestades para chegar a Jerusalém, e ainda que lograssem ali reter o exército de Saladino, havia tropas sarracenas egípcias acampadas nas colinas da região, e ficariam encurralados entre eles. E mesmo se capturassem Jerusalém, acrescentaram, e depois? Os cruzados visitantes, empreendidas suas peregrinações, voltariam para a Europa, e os soldados nativos não eram numerosos o suficiente para defender-se das forças islâmicas unidas. Ricardo ficou convencido. Ao cabo de cinco dias de hesitação, ordenou a retirada.[1]

Irritado e desanimado, o exército enfrentou a neve e a chuva na volta para Ramleh. Os ingleses encararam a decepção com galhardia, mas os franceses, com seu temperamento volátil, começaram a desertar. Muitos, inclusive o Duque de Burgúndia, retiraram-se para Jafa, alguns até para Acre. Ricardo percebeu que, para restaurar o moral de seus homens, seria necessária alguma atividade. Convocou um conselho em 20 de janeiro e, com seu apoio, determinou que as tropas saíssem de Ramleh com destino, via Ibelin, a Ascalão, onde se ocupariam no reparo da grande fortaleza que Saladino mandara desmantelar alguns meses antes. Como o sultão, o monarca inglês compreendia perfeitamente sua importância estratégica, e persuadiu os franceses a ali se juntarem a ele.[2]

Exceto por uma visita a Acre, Ricardo passou os quatro meses seguintes em Ascalão, convertendo-o no mais forte castelo de todo o litoral palestino. Seus homens fizeram um bom trabalho, apesar do grande desconforto. Como não havia porto no local, com freqüência não era possível desembarcar os suprimentos, que chegavam por mar. O tempo permaneceu ruim durante todo aquele inverno. Saladino, todavia, não os incomodou. Alguns dos seguidores de Ricardo entenderam que ele — para insatisfação de seus outros emires — estava cavalheirescamente se recusando a atacá-los, em vista de sua situação tão vulnerável. Na realidade, porém, o sultão preferiu descansar

---

1 *Ibid.* pp. 303-8; Ambrósio, cols. 203-8.
2 *Itinerarium*, pp. 309-12; Ambrósio, cols. 208-11; Abu Shama, II, p. 51.

seu exército e aguardar os reforços de Jeziré e Mosul. É possível que alguns de seus emires estivessem descontentes, ainda que não em virtude de sua inação. Enquanto fosse aquele o sentimento dominante, ele não arriscaria uma batalha.[1]

Ademais, as notícias que chegavam de Acre revelavam toda a desunião dos francos. Em fevereiro, Ricardo convocou Conrado para ajudar nos trabalhos em Ascalão, mas este se recusou peremptoriamente a comparecer. Alguns dias depois, Hugo da Burgúndia e muitos dos franceses desertaram, partindo para Acre. O Rei Filipe deixara o duque com muito pouco dinheiro para suas tropas, e seu soldo até então fora financiado por empréstimos de Ricardo. Até o imenso tesouro deste, contudo, começava a escassear, e ele não pretendia continuar a patrociná-los. Em Acre, a eterna rivalidade entre pisanos e genoveses — ambos os quais contavam agora com muitos homens e navios lá aquartelados — explodiu em guerra declarada. Os pisanos, alegando agir em nome do Rei Guy, apropriaram-se da cidade à revelia de Hugo de Burgúndia, que acabara de chegar. Retiveram-na por três dias, enfrentando Hugo, Conrado e os genoveses, e rogaram a Ricardo que os ajudasse. Em 20 de fevereiro, o inglês chegou a Acre a fim de conciliá-los. Encontrou-se com Conrado em Casal Imbert, na estrada para Tiro, mas a conversa foi insatisfatória. Este continuou recusando-se a se reunir ao exército em Ascalão, mesmo quando Ricardo ameaçou despojá-lo dos direitos sobre suas terras. Não havia como levar a cabo a tentativa de intimidação. Quando Ricardo retornou a Ascalão, depois de alinhavar uma trégua precária, estava mais do que nunca convencido da necessidade de fazer as pazes com Saladino.[2]

Ainda mantinha contato com al-Adil. Um emissário inglês, Estêvão de Turnham, foi a Jerusalém para uma entrevista com o sultão e seu irmão — e, para seu assombro, ao alcançar os portões deparou-se com Reinaldo de Sídon e Balian de Ibelin saindo da cidade. As negociações de Saladino com Conrado não haviam sido interrompidas, e a presença de Balian era funesta, pois o sultão tinha aquele cavaleiro na mais alta conta. Não obstante, em 20 de março al-Adil dirigiu-se ao acampamento de Ricardo com uma oferta definitiva. Os cristãos ficariam com o que haviam conquistado e teriam o direito de peregrinar a Jerusalém, onde os latinos poderiam manter sacerdotes. A Santa Cruz ser-lhes-ia restituída. Poderiam também anexar Beirute, desde que esta fosse desmantelada. A embaixada foi bem recebida pelo monarca; com efeito, como sinal de peculiar honraria, um dos filhos de al-Adil

1 *Itinerarium*, pp. 313-17; Ambrósio, cols. 212-14.
2 *Itinerarium*, pp. 319-24; Ambrósio, cols. 218-21.

foi agraciado com o cinturão de cavaleiro, embora sem dúvida os elementos cristãos habituais da cerimônia fossem omitidos. Quando al-Adil reuniu-se ao irmão, no início de abril, parecia que finalmente se chegara a um acordo.[1]

A necessidade de concórdia seria sublinhada alguns dias mais tarde, quando o Prior de Hereford veio da Inglaterra para dizer a Ricardo que a situação não era boa na sua terra. O irmão do rei, João, vinha usurpando cada vez mais autoridade e o Chanceler, Guilherme, Bispo de Ely, implorava a Ricardo que voltasse imediatamente. Este passara a Páscoa, 5 de abril, no acampamento, furioso porque os franceses restantes haviam acabado de abandoná-lo, chamados no norte por Hugo da Burgúndia. Agora, mais que nunca, as querelas entre os cruzados precisavam ser mitigadas. Um conselho de todos os cavaleiros e barões da Palestina foi convocado pelo monarca, que lhes revelou que em breve precisaria deixar o país e era preciso decidir a questão da coroa de Jerusalém — e apresentou-lhes a opção do Rei Guy e do Marquês Conrado. Para sua grande surpresa, ninguém pediu por Guy. Era Conrado que todos queriam.

Ricardo teve a sabedoria e magnanimidade de respeitar a decisão. Concordou em reconhecer Conrado como soberano. Uma missão, encabeçada por seu sobrinho, Henrique de Champanhe, partiu para Tiro a fim de comunicar ao marquês a boa nova.

Quando Henrique chegou a Tiro, por volta de 20 de abril, houve grande júbilo. Marcou-se a coroação para dali a alguns dias, em Acre, e combinou-se que Conrado se juntaria por fim ao acampamento em Ascalão. Henrique seguiu prontamente para Acre, a fim de preparar a cidade para a cerimônia.[2]

Ao saber da notícia, Conrado caíra de joelhos e pedira a Deus que, se não era digno do trono, este não lhe fosse concedido. Alguns dias depois, na terça-feira, 28 de abril de 1192, sua esposa, a Princesa Isabela, demorou-se demais em seu banho e deixou-o esperando pelo jantar. Conrado resolveu então sair para comer na casa de um velho amigo, o Bispo de Beauvais. Constatando que o bispo já terminara sua refeição, ele, apesar da insistência para que ficasse enquanto lhe preparavam comida, preferiu caminhar alegremente de volta para casa. Ao dobrar uma esquina, foi abordado por dois homens; enquanto um deles lhe entregava uma carta para ler, o outro o esfaqueou. Levaram-no moribundo para o palácio.

Um dos criminosos foi derrubado ali mesmo e o outro ficou preso — confessando, antes de ser executado, que pertenciam ambos à seita dos Assassinos e haviam sido designados para a tarefa pelo Velho da Montanha, o

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 328-9; *Itinerarium*, p. 337.
2 *Itinerarium*, pp. 329-38; Ambrósio, cols. 225-31.

Xeque, Sinan. Os Assassinos haviam preservado uma discreta neutralidade durante toda a cruzada, o que lhes dera a oportunidade de fortalecer seus castelos e acumular uma grande fortuna. Conrado ofendera Sinan ao perpetrar um ato de pirataria contra um navio mercante que transportava uma rica carga comprada pela seita e, a despeito dos protestos de Sinan, não havia devolvido nem os bens, nem os tripulantes (que, na realidade, haviam sido afogados). É possível que Sinan receasse também que o estabelecimento de um Estado cruzado mais forte na costa libanesa acabasse por representar uma ameaça ao seu território. Dizia-se que os dois assassinos encontravam-se já havia algum tempo em Tiro esperando por uma chance, e que haviam até mesmo aceitado o batismo, com Conrado e Balian de Ibelin como seus padrinhos. A opinião pública, porém, buscou causas mais profundas. Não faltou quem dissesse que Saladino havia subornado Sinan para que matasse Ricardo e Conrado; Sinan, porém, temendo que o desaparecimento de Ricardo deixasse Saladino livre para marchar contra os Assassinos, aceitou desincumbir-se apenas da última tarefa. Outra teoria, de aceitação mais generalizada, sustentava que o próprio Ricardo encomendara o homicídio. A conivência de Saladino não deve receber crédito; por outro lado, Ricardo, por menos que gostasse de Conrado, jamais lançou mão de tal recurso. Seus inimigos, porém, liderados pelo Bispo de Beauvais, recusaram-se a acreditar em sua inocência.[1]

A morte de Conrado foi um duro golpe para o reino renascente. Rude, ambicioso e inescrupuloso, mas ainda assim objeto da confiança e admiração da nobreza franca nativa, ele teria sido um monarca forte e competente. Sua morte, não obstante, teve compensações. A herdeira do reino, Isabela, estava livre para casar-se e entregar a coroa a um candidato menos polêmico. Quando Henrique de Champanhe soube do crime, correu de volta para Tiro, onde a viúva se trancara no castelo e recusava-se a entregar as chaves da cidade a alguém que não fosse representante ou do rei da França ou do da Inglaterra. Assim que Henrique chegou, foi aclamado pelos habitantes da cidade como aquele que deveria desposar sua princesa e herdar o trono. Era jovem, galante e popular, além de sobrinho de dois reis. Isabela cedeu ao clamor público. Entregou-se a Henrique, a quem também deu as chaves. Dois dias após o assassinato de Conrado, anunciou-se o noivado. Houve quem considerasse certa uma espera mais longa, e era questionável a legalidade canônica de um novo casamento em menos de um ano. O próprio Henrique mostrava-se um pouco frio. Isabela era uma adorável jovem de 21 anos, mas

1 *Itinerarium*, pp. 337-42; Ambrósio, cols. 233-8; Ernoul, pp. 288-90; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 192-4; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 332-3; Abu Shama, II, pp. 52-4.

já se casara duas vezes e tinha, agora, uma filhinha que seria sua herdeira. Ao que parece, Henrique teria insistido em que as bodas fossem ratificadas por Ricardo. Este fora trazido por mensageiros até Acre, onde se encontrou com o sobrinho. Corriam rumores de que este lhe expôs suas dúvidas e seu desejo de retornar para suas belas terras na França. Para Ricardo, contudo, a solução parecia admirável, e ele aconselhou Henrique a aceitar a eleição para o trono, prometendo-lhe um dia retornar com mais ajuda para o reino. Recusou-se a orientá-lo com relação ao casamento, mas Henrique só poderia ser coroado como marido de Isabela. Em 5 de maio de 1192, ao cabo de apenas uma semana de viuvez, a princesa adentrou Acre com Henrique a seu lado. Toda a população saiu às ruas para saudá-los, e as núpcias foram celebradas com pompa e para contentamento geral. A princesa e seu esposo foram residir no castelo de Acre.[1]

Foi um casamento feliz. Henrique não tardou a apaixonar-se perdidamente pela esposa, e não tolerava perdê-la de vista; ela, por sua vez, achava o charme dele irresistível, depois da taciturnidade do idoso piemontês a quem se unira à força.

Ricardo já se desfizera do Rei Guy. Havia por fim compreendido que o ineficaz ex-monarca não tinha utilidade para ninguém na Palestina. Por outro lado, havia o futuro de Chipre a considerar. Não lhe agradava a idéia de lá manter oficiais; tampouco os templários, a quem ele vendera o comando da ilha, mostraram-se sábios no tratamento que dispensaram aos nativos gregos, e queriam devolver-lha. Em vista disso, o rei inglês permitiu que Guy comprasse deles o governo, exigindo particularmente uma soma adicional que, na realidade, Guy jamais lhe pagou por completo. No início de maio, Guy desembarcou em Chipre investido de autoridade absoluta para governá-la como bem entendesse.[2]

Tudo organizado, Ricardo convidou Henrique a juntar-se a ele em Ascalão. Corriam boatos de que um dos sobrinhos de Saladino na Mesopotâmia havia deflagrado uma perigosa revolta contra o sultão. Assim, Ricardo, cujo tratado com os sarracenos ainda não fora ratificado, decidiu-se por um ataque súbito a Daron, 32 quilômetros descendo o litoral. Todavia, Henrique, com o exército francês, demorava-se em Acre; sem esperá-los, Ricardo avançou por mar e por terra sobre Daron, e, em 23 de maio, ao cabo de cinco dias

---

1 *Itinerarium*, pp. 342-3; Ambrósio, cols. 238-9 (ambos dizendo que o povo insistiu na eleição de Henrique; os franceses a aprovaram, mas Ricardo preferiu não se comprometer); Ernoul, pp. 290-1; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 195-6 (ambos sugerindo que Ricardo insistiu na eleição); Abu Shama, *loc. cit.*, diz que Isabela estava grávida ao casar-se com Henrique. Sua filha Maria, porém, provavelmente havia nascido antes da morte de Conrado.

2 Sobre a venda de Chipre, ver Hill, *History of Cyprus*, II, pp. 36-8, 67-9.

de combates ferozes, a cidade baixa foi tomada de assalto e a guarnição da cidadela rendeu-se. Ricardo pouco aprendera com a cortesia de Saladino. Parte dos defensores foi passada à espada, atirada por sobre as ameias ou levada embora, condenada ao cativeiro perpétuo.[1]

A captura fácil da derradeira fortaleza de Saladino na costa palestina de tal modo encorajou os cruzados que se voltou a planejar a investida contra Jerusalém. Henrique e os franceses chegaram a Daron no dia seguinte à sua captura, a tempo de passar Pentecostes com o rei. O exército retornou a Ascalão logo em seguida, e tanto os franceses quanto os ingleses demandaram um assalto imediato à Cidade Santa. Ricardo acabara de receber novas notícias alarmantes da Inglaterra, e tinha dúvidas quanto à viabilidade militar da expedição. Recolheu-se ao seu leito em perplexidade, sendo acirrado apenas por um instigante sermão que lhe fez um de seus capelães poitevinos. Jurou, então, permanecer na Palestina até a Páscoa seguinte.[2]

Em 7 de junho, o exército cristão mais uma vez deixou Ascalão. Desviou-se de Ramleh tomando a estrada que passava por Blanchegarde; alcançou Latrun no dia 9 e, no dia 11, Beit-Nuba — onde Ricardo fez uma pausa e suas tropas ficaram por um mês. Saladino esperava em Jerusalém, aonde seus reforços de Jeziré e Mosul haviam acabado de chegar. Sem melhores suprimentos e bestas de carga, seria um desatino se os cristãos penetrassem mais longe nas montanhas. Os dois lados limitavam-se a escaramuças, com êxito variável. Um dia, ao galopar pelas colinas que dominava Emaús, o Rei Ricardo de repente avistou ao longe as muralhas e torres de Jerusalém. Tratou de cobrir precipitadamente a face com seu escudo, a fim de não contemplar por completo a cidade que Deus ainda não lhe permitira libertar. Entretanto, havia compensações. O bispo sírio de Lida chegou certo dia ao acampamento com um pedaço da Cruz Verdadeira que ele salvara. Um pouco depois, o abade do convento grego de Mar Elias, um homem venerável com uma longa barba branca, revelou ao rei que havia enterrado outro pedaço da Cruz para salvá-lo dos infiéis — o qual foi resgatado e entregue a Ricardo. Esses fragmentos consolavam as tropas por sua incapacidade de recuperar a maior parte da relíquia, que àquela altura, ao que tudo indica, Saladino restituíra ao Santo Sepulcro em Jerusalém.

Em 20 de junho, quando os líderes do exército cogitavam abandonar a tentativa contra Jerusalém e marchar sobre o Egito, foram informados de um grande comboio muçulmano proveniente do sul que se dirigia à Cidade

---

1 *Itinerarium*, pp. 352-6; Ambrósio, cols. 245-51; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* p. 337; Abu Shama, II, p. 54.

2 *Itinerarium*, pp. 356-65; Ambrósio, cols. 252-9.

Santa. Três dias depois, Ricardo lançou-se sobre ele na Cisterna Redonda, os poços de Kuwaifa, na árida região a cerca de trinta quilômetros a sudoeste de Hebron. Os islâmicos não estavam preparados para o assalto e, após uma breve refrega, toda a caravana foi capturada com suas ricas mercadorias, seus víveres abundantes e alguns milhares de cavalos e camelos. O exército cristão voltou em triunfo ao acampamento de Beit-Nuba. Saladino ficou horrorizado com a notícia. Ricardo agora certamente marcharia sobre Jerusalém. Às pressas, mandou seus homens bloquearem todos os poços entre Beit-Nuba e a cidade e derrubarem todas as árvores frutíferas. Em 1º de julho, o sultão convocou um ansioso concílio em Jerusalém, a fim de discutir se seria o caso de ele se retirar para o leste. Particularmente, preferia permanecer na cidade, e os emires ali reunidos apoiaram sua decisão, fazendo-lhe protestos de lealdade. Entretanto, as tropas turcas e curdas estavam se desentendendo, e Saladino não tinha certeza de que conseguiriam resistir a um ataque vigoroso.

Suas preocupações não tardariam a ser mitigadas. Também no acampamento cristão tinha havido debates inquietos; os soldados franceses ansiavam para avançar, agora que os alimentos e transportes abundavam; os batedores de Ricardo, porém, alertaram-no quanto à falta d'água, e ainda havia o problema de como defender Jerusalém quando os cruzados ocidentais voltassem para casa. Sob as zombarias e insultos dos franceses, Ricardo mais uma vez ordenou que seu exército recuasse. Em 4 de julho, Saladino soube que os cristãos haviam desmontado o acampamento e começavam a descer o litoral. Ele subiu numa colina próxima para assistir à procissão que se afastava.[1]

Assim que pôs os pés em Jafa, Ricardo mais uma vez buscou uma trégua que o deixasse livre para voltar para casa. Henrique de Champanhe enviou a Saladino uma mensagem arrogante, anunciando ser ele agora o herdeiro do reino de Jerusalém, que deveria ser-lhe entregue na íntegra. Os embaixadores de Ricardo, que chegaram a Jerusalém três dias depois, adotaram um tom mais conciliador. Ricardo recomendava seu sobrinho às boas graças de Saladino e instava um acordo amigável. Com a aprovação de seu conselho, Saladino concordou em tratar Henrique como um filho, permitir sacerdotes latinos nos Lugares Santos e ceder a costa palestina aos cristãos, com a única condição de que Ascalão fosse demolida. Ricardo recusou-se a considerar o desmantelamento de Ascalão, mesmo quando Saladino ofereceu-lhe Lida em troca. Enquanto a discussão ainda estava em andamento, realizada

1 *Itinerarium*, pp. 365-98; Ambrósio, cols. 260-87; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 337-52; Abu Shama, II, pp. 56-62.

por mensageiros que corriam de um lado para o outro, Ricardo transferiu-se para Acre, tencionando embarcar para a Europa mesmo que o tratado ainda não tivesse sido assinado. Seu plano era marchar de surpresa sobre Beirute, capturá-la e de lá voltar para casa.[1]

Sua ausência deu uma oportunidade a Saladino. Na manhã de 17 de julho, ele deixou Jerusalém com suas tropas e alcançou Jafa naquela mesma noite, deflagrando de imediato o assalto à cidade. Ao cabo de três dias de bombardeio, seus engenheiros lograram abrir uma brecha e os sarracenos invadiram a cidade. A defesa foi heróica, mas vã. A guarnição foi forçada a capitular, com a promessa de que suas vidas seriam poupadas. As negociações foram conduzidas, do lado cristão, pelo novo patriarca, que por acaso encontrava-se na cidade. As tropas de Saladino, porém, estavam agora fora de controle. Curdos e turcos varreram as ruas, pilhando e matando os cidadãos que tentavam defender suas casas. Diante disso, Saladino aconselhou a guarnição a encerrar-se na cidadela até que ele conseguisse restaurar a ordem.

Uma mensagem apressada levara a notícia do ataque a Jafa a Ricardo assim que Saladino aproximou-se dos muros. O monarca inglês correu sem vacilar em seu socorro, indo pessoalmente por mar, com a ajuda pisana e genovesa, ao passo que suas tropas seguiam por terra. Ventos contrários retiveram-no na altura do Carmelo, e seu exército, relutando em chegar a Jafa antes dele, demorou-se na estrada para Cesaréia. No dia 31, quando Saladino lograra pacificar seus homens o suficiente para evacuar 49 dos cavaleiros da guarnição, que deixaram a cidadela e atravessaram a cidade com suas esposas e bagagens, a esquadra de Ricardo, com suas cinqüenta galeras, assomou no horizonte. A guarnição não hesitou em retomar os combates, quase expulsando os desorganizados muçulmanos da cidade numa carga desesperada. Ricardo, não estando a par do que se passava, hesitou em desembarcar até que um sacerdote alcançou-o a nado para informá-lo de que a cidadela resistia. Ele então aportou com sua frota aos pés da cidadela, atravessando a vau à frente dos seus homens. A guarnição, em desespero, já havia enviado novos emissários para negociar com Saladino, que conversava com eles em sua tenda quando Ricardo lançou seu ataque. Os sarracenos, muitos dos quais ainda estavam dispersos pelas ruas, foram pegos de surpresa. A ferocidade do assalto de Ricardo, que se batia furiosamente em pessoa à frente, combinada a outra investida da guarnição, teve o efeito de pô-los em debandada. Um secretário procurou Saladino em sua tenda e sus-

1 *Itinerarium*, pp. 398-9; Ambrósio, cols. 287-8; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 353-60; Abu Shama, II, pp. 63-6.

surrou-lhe que haviam sofrido uma derrota fragorosa. O sultão ainda tentava deter seus visitantes com uma conversa agradável, quando a torrente de fugitivos muçulmanos revelou a verdade. O sultão foi obrigado a ordenar a retirada. Ainda conseguiu, pessoalmente, permanecer no acampamento com parte de sua cavalaria, mas o grosso de suas tropas fugiu para Assir, a oito quilômetros dali, antes de recompor-se. Ricardo havia recapturado Jafa com cerca de oitenta cavaleiros e quatrocentos arqueiros, além de, talvez, dois mil marinheiros italianos. Mas no total sua força dispunha de apenas três cavalos.[1]

Já na manhã seguinte, Saladino enviou seu camarista, Abu-Bakr, para retomar as conversações de paz. Este encontrou Ricardo comentando com alguns emires que aprisionara, tanto a respeito da rápida conquista de Jafa por Saladino quanto de sua recaptura. O monarca inglês dizia que estava desarmado e não tivera tempo sequer de trocar de sapatos. Não obstante, concordou imediatamente com Abu-Bakr que era preciso pôr um ponto final à guerra. A mensagem de Saladino insinuava, como ponto de barganha, que, com Jafa agora semi-arruinada, a fronteira franca deveria terminar em Cesaréia. Ricardo, como contraproposta, sugeriu a guarda de Jafa e Ascalão como feudos sob Saladino, sem explicar como funcionaria o esquema de vassalagem após seu retorno para a Europa. Em resposta, Saladino ofereceu-lhe Jafa, mas insistiu em ficar com Ascalão. Mais uma vez, Ascalão provou ser o grande empecilho, e as negociações foram novamente interrompidas.[2]

O exército franco reunido por Ricardo para resgatar Jafa passava por Cesaréia. Saladino, agora ciente do reduzido tamanho das forças de seu rival em Jafa, decidiu assaltar seu acampamento fora da cidade antes da chegada das novas tropas. Ao romper do dia de quarta-feira, 5 de agosto, um genovês que vagava nas cercanias do acampamento ouviu o relinchar de cavalos e o rumor dos soldados, e avistou ao longe o brilho do aço à luz do sol nascente. Correu a dar o alarme — e, quando os sarracenos apontaram, Ricardo já os aguardava. Seus homens não tiveram tempo de armar-se; cada qual ficou com o que estivesse mais à mão. Havia 54 cavaleiros preparados para o embate e somente quinze cavalos, porém dois mil peões. Atrás de uma paliçada baixa erguida com os postes das tendas, a fim de confundir os cavalos inimigos, Ricardo dividiu seus homens em pares, com os escudos fixados como uma cerca à sua frente e suas longas lanças plantadas em ângulo no solo, de modo a empalar a cavalaria agressora. Entre cada dupla, plantou-se

---

1 *Itinerarium*, pp. 400-11; Ambrósio, cols. 289-302; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 361-71; Abu Shama, II, pp. 66-71.

2 Essas negociações preliminares são mencionadas apenas pelos muçulmanos Beha ed-Din (*P.P.T.S.* pp. 371-4) e Abu Shama (II, pp. 71-3).

um arqueiro. A cavalaria islâmica investiu em sete ondas com mil homens cada, mas não logrou abrir a parede de aço. As cargas prosseguiram até a tarde; então, quando os cavalos inimigos pareciam estar cansando, Ricardo deslocou seus arqueiros para a linha de frente e descarregou todas as suas flechas nas hostes que se precipitavam em sua direção. A saraivada deteve o inimigo. Os arqueiros voltaram para trás dos lanceiros, que investiram com Ricardo a cavalo à sua frente. Saladino, embora furioso, não pôde deixar de admirar a cena. Quando a montaria de Ricardo caiu, o sultão, num gesto galante, enviou em meio ao tumulto um cavalariço com dois animais descansados, como um presente ao brioso rei. Alguns muçulmanos contornaram furtivamente o campo de batalha para atacar a própria cidade, pondo em fuga os marinheiros que a guardavam até Ricardo os alcançar e reunir. À noite, Saladino suspendeu o combate e retirou-se para Jerusalém, reforçando as fortificações locais para a eventualidade de Ricardo ainda persegui-lo.[1]

Foi uma magnífica vitória, obtida graças à tática de Ricardo e sua bravura pessoal, que, no entanto, não teve prosseguimento. Um ou dois dias depois, Saladino estava de volta a Ramleh com um novo exército, recrutado no Egito e norte da Síria, ao passo que Ricardo, exausto com o esforço, jazia, tomado por uma febre, gravemente enfermo em sua tenda. O monarca inglês àquela altura ansiava pela paz. Saladino repetiu a oferta anterior, voltando a insistir na entrega de Ascalão. Ricardo estava a ponto de ceder. Escreveu a seu velho amigo al-Adil, ele próprio doente perto de Jerusalém, suplicando-lhe que intercedesse junto a Saladino, para que este lhe deixasse Ascalão. Saladino fincou o pé. Enviou ao seu febril rival pêssegos, peras e neve do Monte Hermon, para esfriar suas bebidas — mas não pretendia desistir de Ascalão. Ricardo não se encontrava em condições de fazer exigências. Sua saúde, aliada aos desmandos de seu irmão na Inglaterra, impunha um imediato retorno para casa. Os demais cruzados estavam fartos. Seu sobrinho Henrique e as Ordens Militares davam mostras de não confiar em suas políticas. De que lhes serviria Ascalão quando ele e seu exército tivessem partido? Ele manifestara publicamente, com demasiada freqüência, sua determinação em deixar a Palestina. Na sexta-feira, 28 de agosto, o mensageiro de al-Adil levou-lhe a oferta final de Saladino. Cinco dias depois, em 2 de setembro de 1192, Ricardo assinou um tratado de paz por cinco anos, e os embaixadores do sultão acrescentaram seus nomes ao dele. Em seguida, tomaram a mão do monarca inglês e juraram em nome de seu senhor. Ricardo, como rei, recusou-se a empenhar ele próprio sua palavra, mas Henrique de Champanhe,

---

1 *Itinerarium*, pp. 413-24; Ambrósio, cols. 304-11; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 374-6; Abu Shama, II, p. 74. Os autores islâmicos minimizam a batalha.

Balian de Ibelin e os Mestres do Hospital e do Templo juraram em seu lugar. O próprio Saladino assinou o tratado no dia seguinte, na presença dos emissários de Ricardo. A guerra da Terceira Cruzada chegara ao fim.

O acordo entregava as cidades litorâneas até Jafa, ao sul, aos cristãos. Peregrinos gozariam de total liberdade para visitar os Lugares Santos. Muçulmanos e cristãos poderiam atravessar as terras uns dos outros. Ascalão, contudo, seria arrasada.[1]

Assim que Saladino tomou as devidas providências para sua escolta e alojamento, grupos desarmados do exército cruzado, munidos de passaportes de seu rei, dirigiram-se a Jerusalém para prestar suas homenagens nos santuários da cidade. Ricardo particularmente não tencionava ir, e recusou-se a fornecer salvo-condutos para os soldados franceses, mas muitos de seus próprios cavaleiros empreenderam a jornada. Um dos destacamentos foi liderado por Huberto Gualtério, Bispo de Salisbury, que foi recebido com todas as honras e teve uma audiência com o sultão. Conversaram sobre diversos assuntos, sobretudo o caráter de Ricardo. Embora o bispo declarasse que ele possuía todas as boas virtudes, no entender de Saladino faltavam-lhe sabedoria e moderação. Quando este lhe ofereceu um presente de despedida, o prelado rogou-lhe que dois sacerdotes latinos e dois diáconos recebessem permissão para servir no Santo Sepulcro, bem como em Belém e Nazaré. Saladino anuiu; os sacerdotes chegariam alguns meses mais tarde, dedicando-se ao cumprimento de seus deveres sem serem molestados.[2]

Haviam chegado a Constantinopla rumores de que Ricardo insistia na latinização dos Lugares Santos. Saladino ainda estava em Jerusalém quando chegou uma embaixada do Imperador Isaac Ângelo, reivindicando a devolução, para os ortodoxos, do total controle da igreja que possuíam nos tempos dos fatímidas. Saladino indeferiu o pedido. Não tinha a menor intenção de permitir que nenhuma seita tivesse o domínio da cidade, mas, como os sultões otomanos que o sucederiam, tencionava servir de árbitro entre todas. Também rejeitou sem pestanejar a oferta de compra da Santa Cruz por duzentos mil dinares, feita pela Rainha da Geórgia.[3]

Assinado o tratado, Ricardo seguiu para Acre, onde pôs em ordem seus negócios, quitando as dívidas que contraíra e tentando cobrar as que lhe eram devidas. Em 29 de setembro, as rainhas Berengaria e Joana zarparam, a fim de chegarem à França em segurança, antes das tempestades de inverno.

---

1 *Itinerarium*, pp. 424-30; Ambrósio, cols. 314-17; Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 378-87; Abu Shama, II, pp. 75-9.
2 *Itinerarium*, pp. 431-8; Ambrósio, cols. 317-27.
3 Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 334-5. O pedido de ajuda do imperador para a reconquista de Chipre também foi recusado.

Dez dias depois, em 9 de outubro, foi a vez de Ricardo deixar a terra onde lutara com tanta coragem durante dezesseis árduos meses. A fortuna não lhe sorriu. O mau tempo forçou-o a refugiar-se em Corfu, território do Imperador Isaac Ângelo. Temendo ser feito prisioneiro, tratou de comprar passagem, disfarçado de templário e acompanhado de quatro criados, num navio pirata com destino ao Adriático. A embarcação, porém, soçobrou perto de Aquiléia, e Ricardo e seus companheiros prosseguiram por terra, atravessando a Caríntia e a Áustria, na intenção de alcançar discretamente o território de seu cunhado, Henrique da Saxônia. Ricardo, todavia, não era homem de usar disfarces de maneira convincente. Em 11 de dezembro, foi reconhecido ao parar para descanso numa estalagem perto de Viena. Foi imediatamente conduzido à presença do Duque Leopoldo da Áustria, cujo estandarte ele lançara por terra em Acre. Leopoldo, acusando-o do assassinato de Conrado de Montferrat, atirou-o na prisão. Três meses depois, foi entregue ao suserano de Leopoldo, o Imperador Henrique VI. Sua duradoura amizade com Henrique, o Leão, e a recente aliança com Tancredo da Sicília tornaram-no detestável para o imperador, que o manteve no cativeiro por um ano, libertando-o apenas em março de 1194, mediante o pagamento de um gigantesco resgate e um juramento de vassalagem. Durante os longos meses de seu cativeiro, suas terras haviam ficado à mercê das intrigas de seu irmão João e aos assaltos abertos do Rei Filipe. Ao chegar em casa, Ricardo tinha demasiadas tarefas pela frente para sequer cogitar a possibilidade de outra viagem ao Oriente. Por cinco anos, lutou bravamente na França, defendendo sua herança do matreiro capeto, até que, em 26 de março de 1199, uma flecha perdida, disparada de um castelo rebelde no Limusino pôs-lhe fim à vida. Foi mau filho, mau marido e mau rei, mas um soldado galante e perfeito.[1]

1 A volta do exército para casa é contada no *Itinerarium*, pp. 439-40; Ambrósio, cols. 327-9. A travessia e os desastres do próprio Ricardo são narrados rapidamente no *Itinerarium*, pp. 441-6 (que inclui uma carta espúria do Velho da Montanha a Leopoldo da Áustria, declarando Ricardo inocente do assassinato de Conrado), e em outras crônicas. Ver Norgate, *Richard the Lion Heart*, pp. 264-76.

Capítulo IV

O Segundo Reino

"E a liga [do mar] pertencerá ao resto da casa de Judá." SOFONIAS 2, 7

A Terceira Cruzada havia chegado ao fim. Nunca mais tal constelação de príncipes tomaria o rumo do Oriente para a Guerra Santa. Não obstante, conquanto toda a Europa Ocidental tivesse unido forças na portentosa empresa, os resultados foram pífios. Tiro fora salva por Conrado antes da chegada dos cruzados, e Trípoli, pela esquadra siciliana. Acre e o litoral até Jafa foram toda a contribuição dos cruzados para o renascimento do reino franco, além da ilha de Chipre, surrupiada de seu senhor cristão. Houve, porém, uma realização. A carreira de conquistas de Saladino fora posta em xeque. Os muçulmanos, exaustos da longa guerra, abster-se-iam durante um bom tempo de novas tentativas de expulsar os cristãos para o mar. O reino de fato renascera, sobre fundamentos sólidos o bastante para durar mais um século. Era um reino minúsculo, e, embora seus monarcas adotassem o título de Reis de Jerusalém, a cidade permaneceu fora de seus domínios. Tudo o que possuíam era uma faixa de terra, que não chegava a 16 quilômetros de largura e que se estendia por 145 quilômetros ao longo da costa, de Jafa a Tiro. Mais ao norte, a judiciosa neutralidade de Boemundo preservara-lhe sua capital e alguma terra ao redor, descendo até o porto de S. Simão, ao passo que seu filho detinha a própria Trípoli, o Hospital possuía o Krak des Chevaliers e os templários, Tortosa, em seu nome. Não era muito o que se resgatara do naufrágio do Oriente franco — mas, por ora, estava a salvo.

Saladino contava apenas 54 anos, mas estava cansado e enfermo ao cabo de todas as pelejas da guerra. Permaneceu em Jerusalém até tomar conhecimento da partida de Ricardo de Acre, ocupando-se da administração civil da província palestina. Planejava então revisitar o Egito e concretizar seu sonho pio de uma peregrinação a Meca. Entretanto, o dever chamava-o em Damasco. Depois de percorrer por três semanas as terras conquistadas e encontrar-se em Beirute com Boemundo, com quem assinou uma paz definitiva, chegou a Damasco em 4 de novembro. Aguardava-o uma quantidade excessiva de trabalho, acumulada ao longo dos quatro anos em que ele vivera com o exército. Foi um inverno severo, e, com tanto a ser feito em sua capital, ele

decidiu adiar a viagem ao Egito, bem como a peregrinação. Quando lhe sobrava algum tempo livre, assistia aos debates dos homens versados em filosofia e, às vezes, saía para caçar. À medida que os meses de inverno se sucediam, contudo, aqueles que melhor o conheciam percebiam que sua saúde falhava. Saladino queixava-se de um profundo cansaço e esquecimento. Mal conseguia enfrentar o esforço de dar audiências. Na sexta-feira, 19 de fevereiro de 1193, ele se preparou para sair ao encontro dos peregrinos que voltavam de Meca. Naquela noite, reclamou de febre e dores. Suportou a doença com paciência e serenidade, sabendo que seu fim estava próximo. Em 1º de março, caiu em estupor. Seu filho, al-Afdal, correu a assegurar a fidelidade dos emires, e somente o cádi de Damasco e alguns servos fiéis permaneceram junto ao leito do sultão. Na quarta-feira, dia 3, enquanto o cádi repetia-lhe as palavras do Corão e chegava à passagem "não há outro Deus senão Ele, e n'Ele confio", o moribundo abriu os olhos e sorriu, partindo em paz para os braços de seu Senhor.[1]

De todas as grandes figuras da era das Cruzadas, Saladino é a mais fascinante. Ele decerto tinha suas falhas; na sua ascensão ao poder, demonstrou uma astúcia e impiedade que destoavam de sua reputação posterior. Em nome de seus interesses políticos, jamais se furtou a derramamentos de sangue; matou Reinaldo de Châtillon, a quem abominava, com as próprias mãos. Sempre que se revelou severo, todavia, foi por amor ao seu povo e à sua fé. Foi um muçulmano devoto. Por maior que fosse a generosidade que dispensava aos seus amigos cristãos, sabia que suas almas estavam fadadas à perdição. Não obstante, respeitava-os em suas opções e considerava-os seus pares. Ao contrário dos chefes cruzados, Saladino nunca faltou com a palavra empenhada com ninguém, fosse qual fosse a sua religião. Apesar de todo o seu fervor, era sempre cortês e generoso, compassivo como conquistador e juiz, e um senhor atencioso e tolerante. Por mais que alguns de seus emires o considerassem um mero *parvenu* curdo e os pregadores ocidentais o chamassem de anticristo, eram raros os seus súditos que não o encaravam com respeito e devoção, e poucos de seus inimigos não o admiravam. Pessoalmente, era de constituição franzina; seu rosto, melancólico em repouso, era capaz de iluminar-se prontamente com um sorriso encantador. De modos sempre gentis e gostos simples, Saladino desaprovava grosserias e ostentações. Amante do ar livre e da caça, era não obstante um leitor voraz e deli-

1 Os últimos dias de Saladino são vividamente descritos por Beha ed-Din (*P.P.T.S.* pp. 392-402), que se encontrava em sua corte na época. Abu Shama, II, pp. 93-7, fornece vários relatos. Ver também Ibn al-Athir, II, pp. 72-5. Ernoul (p. 304) e a *Estoire d'Eracles* (II, p. 217) situam erroneamente sua morte em 1197, e as *Gestes des Chiprois* (p. 15), em 1196. Rogério de Hoveden (III, p. 213) fornece a data correta.

ciava-se com discussões intelectuais, ainda que tivesse horror a livre-pensadores. A despeito de todo o seu poder e suas vitórias, era um homem modesto e discreto. Muitos anos mais tarde, chegaria aos ouvidos do escritor franco Vicente de Beauvais a lenda de que, em seu leito de morte, Saladino teria chamado seu porta-estandarte e lhe pedido que percorresse Damasco com um trapo de sua mortalha amarrado numa lança, gritando que o monarca de todo o Oriente nada pudera levar consigo para o túmulo além daquele abrigo de pano.[1]

Foram muitas as suas realizações. Ele levara a cabo a união do Islã iniciada por Nur ed-Din e expulsara os invasores ocidentais da Cidade Santa, restringindo-os a uma estreita faixa de terra. No entanto, não lograra enxotá-los de todo. O Rei Ricardo e as forças da Terceira Cruzada haviam sido demais para ele. Se Saladino tivesse sido seguido por outro governante do mesmo calibre, a pequena tarefa que ficara por cumprir logo seria levada a bom termo. A grande tragédia do Islã medieval, contudo, era a falta de instituições permanentes, que assumissem a autoridade após a morte de um líder. O califado foi a única instituição cuja existência transcendia a de seus detentores — e o califa, àquela altura, era impotente em termos políticos. Tampouco era esse o posto ocupado por Saladino, um curdo que não provinha de nenhuma grande família e comandava a obediência do mundo islâmico pelo mero vigor de sua personalidade. Seus filhos eram desprovidos de tal estatura.

Ao morrer, Saladino deixou dezessete rapazes e uma garotinha. O mais velho deles era al-Afdal, um arrogante jovem de 22 anos que fora preparado pelo pai para herdar Damasco e a liderança da família aiubita. Enquanto Saladino agonizava, al-Afdal havia convocado todos os emires a comparecerem a Damasco a fim de jurarem-lhe fidelidade e prometerem divorciar-se de suas esposas e deserdar seus filhos caso estes algum dia viessem a quebrar o juramento. Essa última cláusula chocou muitos deles, ao passo que outros não queriam comprometer-se enquanto al-Afdal não garantisse, por sua vez, que seriam mantidos em seus feudos. Quando, porém, seu pai morreu e foi enterrado na grande mesquita dos omíadas, sua autoridade em Damasco foi aceita. O irmão seguinte, al-Aziz, já era, aos 21 anos, governador do Egito, onde se autoproclamou sultão independente. Um terceiro, az-Zahir, senhor de Alepo, não demonstrava a menor intenção de reconhecer o irmão como suserano. Outro, Khidr, ainda mais jovem, controlava o Hauran,

---

1 Beha ed-Din faz um convincente panegírico de seu caráter, repleto de ilustrações e anedotas (*P.P.T.S.* pp. 4-45). A história do trapo é contada por Vicente de Beauvais (ed. Douai), p. 1204. Todas as crônicas cristãs referem-se a ele com reverência. Para outros casos lendários a seu respeito, ver Lane-Poole, *Saladin*, pp. 370-401.

mas reconheceu a suserania de al-Afdal. Apenas dois dos irmãos de Saladino ainda viviam: Toghtekin, que sucedera Turanshah no governo do Iêmen, e al-Adil, em cujas ambições Saladino perdera a confiança. Seus domínios eram compostos pelo antigo território franco da Oultrejourdain, bem como as terras em Jeziré nas cercanias de Edessa. Sobrinhos e primos possuíam feudos menores espalhados por todos os domínios do sultão. Príncipes da casa de Zenghi, Izz ed-Din e Imad ed-Din, controlavam Mosul e Sindjar como vassalos, e os ortóquidas ainda estavam estabelecidos em Mardin e Kaifa. Dos demais feudatários, em sua maioria generais bem-sucedidos empregados por Saladino, o mais proeminente era Bektimur, senhor de Akhlat.[1]

Com o desaparecimento de Saladino, a coesão do Islã começou a decair. Enquanto seus filhos vigiavam-se entre si com inveja, eclodiu a nordeste um complô para restaurar o domínio zêngida na pessoa de Izz ed-Din, que contava com o apoio de Bektimur e dos ortóquidas. Os aiubitas foram salvos pelas precauções de al-Adil e pelas mortes súbitas tanto de Izz ed-Din quanto de Bektimur, nas quais se desconfiava de que houvesse um dedo de seus agentes. O filho e herdeiro de Izz ed-Din, Nur ed-Din Arslan, e o sucessor de Bektimur, Aqsonqor, aprenderam a lição e, por ora, mostraram-se deferentes para com al-Adil. Mais ao sul, al-Afdal não tardou a entrar em conflito com al-Aziz. Havia cometido a imprudência de exonerar a maioria dos ministros de seu pai, depositando toda a sua confiança em az-Ziya ibn al-Athir, irmão do historiador Ibn al-Athir, dedicando por sua vez seus dias e noites ao desfrute dos prazeres da música e do vinho. Os ex-ministros debandaram para o Cairo, onde foram acolhidos com o maior prazer por al-Aziz. A conselho seu, al-Aziz invadiu a Síria em maio de 1194, alcançando os muros de Damasco. Aterrorizado, al-Afdal apelou para seu tio, al-Adil, que desceu de Jeziré a toda força e encontrou-se com al-Aziz em seu acampamento para uma entrevista. Compôs-se um novo esquema familiar. Al-Afdal foi obrigado a ceder a Judéia para al-Aziz e Latáquia e Jabala para seu irmão az-Zahir, de Alepo, mas ambos reconheceram sua supremacia. Al-Adil nada logrou com a barganha além do prestígio de ter sido árbitro da família. A paz não durou muito. Em menos de um ano, al-Aziz voltava a marchar sobre Damasco, e mais uma vez al-Adil saiu em resgate de seu sobrinho mais velho. Os aliados de al-Aziz entre os emires começaram a desertá-lo, e al-Afdal rechaçou-o, através da Judéia, para o Egito, planejando investir contra o Cairo. Era mais do que desejava al-Adil, que ameaçou transferir seu

1 Abu Shama, II, pp. 101-9; Ibn al-Athir, II, pp. 75-7; Kemal ad-Din, trad. Blochet, p. 305.

apoio para al-Aziz se al-Afdal não voltasse para Damasco. Sua vontade novamente prevaleceu.

Logo ficou claro que al-Afdal não tinha condições de governar. O governo de Damasco encontrava-se inteiramente nas mãos do vizir az-Ziya, que provocou um levante entre todos os vassalos de seu amo. Al-Adil chegou à conclusão de que os interesses aiubitas não resistiriam a tão incompetente chefe de família e mudou de política, aliando-se a al-Aziz, com cuja ajuda apoderou-se de Damasco em julho de 1196 e anexou todas as terras de al-Afdal. Este foi brindado com um honroso exílio na pequena cidade de Salkhad, em Hauran, onde trocou os prazeres sensuais por uma vida de piedade; al-Aziz, por sua vez, foi reconhecido como sultão supremo da dinastia.

Tal situação susteve-se por dois anos. Em novembro de 1198, al-Aziz, cuja autoridade sobre o tio nunca fora mais que nominal, caiu de sua montaria quando caçava chacais perto das pirâmides. Morreu dos ferimentos em 29 de novembro. Seu filho mais velho, al-Mansur, não passava de um menino de doze anos. Os ministros de seu pai, temendo a ambição de al-Adil, mandaram chamar al-Afdal em Salkhad, para tornar-se regente do Egito. Em janeiro de 1199, al-Afdal chegou ao Cairo e assumiu o governo. Na ocasião, al-Adil encontrava-se no norte, sitiando Mardin, cujo príncipe ortóquida, Yuluk-Arslan, agitava-se sob o controle aiubita. O estorvo temporário instigou seu terceiro sobrinho, az-Zahir de Alepo, a arquitetar uma aliança para depô-lo. Este, durante todo o seu reinado, fora importunado por vassalos truculentos, que suspeitava serem encorajados por seu tio. Enquanto al-Afdal enviava um exército do Egito para atacar Damasco, az-Zahir preparava-se para descer do norte. Outros membros da família, como Shirkuh de Homs, juntaram-se aos dois. Al-Adil, acorrendo de Mardin, onde deixou seu filho, al-Kamil, encarregado do cerco, alcançou Damasco em 8 de junho. Seis dias depois, chegou o exército egípcio, que penetrou na cidade no primeiro assalto mas foi rapidamente repelido. Az-Zahir e seu exército assomaram uma semana depois, e durante seis meses os dois irmãos sitiaram o tio em sua capital. Todavia, al-Adil era um diplomata experiente e sutil. Pouco a pouco, conquistou muitos dos vassalos de seu sobrinho, inclusive Shirkuh de Homs; quando, por fim, em janeiro de 1200, seu filho al-Kamil apareceu com um exército que vencera em Jeziré, os irmãos, que já haviam começado a se desentender, apartaram-se e se retiraram. Al-Adil perseguiu al-Afdal até o Egito, derrotando suas tropas em Bilbeis. Em fevereiro, al-Afdal, num novo acesso de piedade, cedeu ao tio e voltou para seu exílio em Salkhad. Al-Adil assumiu a regência do Egito; az-Zahir, porém, ainda não fora derrotado. Na primavera seguinte, com al-Adil ainda no Egito, fez uma súbita investida contra Damasco, persuadindo al-Afdal a juntar forças consigo.

Outra vez al-Adil correu de volta para sua capital a tempo de ser cercado pelos sobrinhos. No entanto, não tardou a fomentar uma contenda entre os dois. Al-Afdal foi subornado com a promessa das cidades de Samosata e Mayyafaraqin, ao norte, em troca de Salkhad. Os vassalos de az-Zahir puseram-se a desertá-lo um a um, e ele de bom grado conciliou-se com al-Adil, cuja suserania estrita admitiu. No fim de 1201, al-Adil havia se assenhoreado de todo o império de Saladino e adotara o título de sultão. Al-Mansur do Egito recebeu apenas a cidade de Edessa. Al-Afdal nunca conseguiu controlar Mayyafaraqin, que foi confiada, com as terras vizinhas, ao quarto filho de al-Adil, al-Muzaffar. O primogênito, al-Kamil, governava o Egito sob seu pai; o segundo, al-Muazzam, representava-o em Damasco, e o terceiro, al-Ashraf, governava a maior parte de Jeziré, desde Harran. Os mais novos foram ganhando seus feudos à medida que chegavam à idade adulta, mas todos eram atentamente supervisionados pelo pai. A unidade do Islã foi assim recuperada sob um príncipe menos respeitado que Saladino, mas mais astuto e ativo.[1]

As disputas familiares dos aiubitas impediram os muçulmanos de tomar a ofensiva contra o renascente reino franco — em cujo seio Henrique de Champanhe lograra paulatinamente restaurar uma certa ordem. Não foi uma empresa fácil; tampouco a posição de Henrique era totalmente segura. Por algum motivo que não se pode hoje precisar, ele não chegou a ser coroado rei. Talvez tenha preferido aguardar, na doce esperança de um dia recuperar Jerusalém; talvez previsse que a opinião pública não aceitaria de bom grado seu título real; ou, ainda, pode ter deparado com a falta de cooperação eclesiástica.[2] A omissão limitou-lhe a autoridade, sobretudo sobre a Igreja. Por ocasião da morte do Patriarca Heráclio, surgira certa dificuldade para encontrar um sucessor para seu trono. Por fim, fora indicado um clérigo obscuro, de nome Radulfo. Quando este faleceu, em 1194, os cônegos do Santo Sepulcro, agora sediados em Acre, reuniram-se e elegeram o Patriarca Aimar — alcunhado "o Monge" —, Arcebispo de Cesaréia, que foi enviado a Roma para que fosse confirmada sua eleição. Henrique, a quem a escolha desagradou, queixou-se com irritação de não haver sido consultado e mandou prender os cônegos. Tal atitude foi alvo de críticas severas mesmo de seus amigos

---

1 Sobre a confusa história dos aiubitas durante esses anos, ver Abu Shama, pp. 110-49; Ibn al-Athir, II, pp. 78-89. Para outras referências, ver Cahen, *La Syrie du Nord*, p. 581 n. 3.

2 Ver a interessante discussão em Prawer, "L'Etablissement des Coutumes du Marché à Saint Jean d'Acre", *in Revue Historique du Droit Français et Etranger*, 1951. Ele argumenta (pp. 341-3) que o casamento de Henrique, celebrado alguns dias depois da viuvez de Isabela, não seria legal de acordo com os costumes do país, o que deixou Henrique constrangido para assumir o título real.

— visto que ele não era o monarca coroado e, portanto, não tinha o direito de intervir. Seu chanceler, Josias, Arcebispo de Tiro, persuadiu-o a recuar e apaziguar a Igreja libertando seus prisioneiros com um pedido de desculpas e presenteando o sobrinho do novo patriarca com um rico feudo nas cercanias de Acre; além disso, recebeu uma áspera reprimenda do papa.[1] Apesar da paz restaurada, é provável que o patriarca não tivesse a menor intenção de condescender com Henrique àquela altura, coroando-o. Com seus vassalos leigos, Henrique foi mais feliz. Contava com o apoio de seu líder, Balian de Ibelin, e das ordens militares. Guy de Lusignan, todavia, ainda lançava de Chipre olhares cobiçosos sobre seu antigo reino — no que era encorajado pelos pisanos, a quem prometera ricas concessões e aos quais irritava a benevolência demonstrada por Henrique para com os genoveses. Em maio de 1193, Henrique tomou ciência de um plano da colônia pisana em Tiro para apoderar-se da cidade e entregá-la a Guy. Prendeu imediatamente os líderes da conspiração e determinou que a colônia fosse reduzida a trinta indivíduos. Os pisanos retaliaram assaltando as aldeias costeiras entre Tiro e Acre, levando Henrique a expulsá-los da própria cidade de Acre. O comissário do reino ainda era o irmão de Guy, Amalrico de Lusignan — que fora o responsável pela ida de Guy para a Palestina muitos anos antes, mas lograra estabelecer boas relações com a baronia local. Sua esposa, Esquiva de Ibelin, era sobrinha de Balian e filha do mais ferrenho oponente de Guy, Balduíno de Ramleh, e, embora ele não tivesse sido um marido fiel no passado, o casal já se havia reconciliado. Amalrico intercedeu em favor dos pisanos, mas foi por sua vez preso por Henrique por sua interferência. Os Grão-mestres do Hospital e do Templo trataram de convencer Henrique a libertá-lo, mas ele julgou prudente refugiar-se em Jafa, da qual o Rei Ricardo nomeara seu irmão Godofredo governador. Apesar de não ter renunciado ao seu cargo de comissário, Henrique considerou o posto abandonado e, em 1194, designou para suceder-lhe João de Ibelin, filho de Balian e meio-irmão de Isabela. Por volta da mesma época firmou-se a paz com os pisanos, cujo bairro em Acre lhes foi restituído e que, dali por diante, reconheceram o governo de Henrique.[2]

Uma reconciliação geral foi possibilitada pelo falecimento do Rei Guy em Chipre, em maio de 1194. Sua eliminação deixou Henrique em segurança e privou os pisanos e demais dissidentes de um candidato rival. Guy legara sua autoridade em Chipre para o irmão mais velho, Godofredo; este, contudo, havia retornado para a França, e os francos de Chipre não hesitaram em convidar Amalrico, em Jafa, para ocupar seu lugar. Henrique a princípio

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 203-5 (manuscrito D).
2 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 202-3.

exigiu, como representante dos reis de Jerusalém, ser consultado acerca da sucessão, mas não tinha meios de fazer valer sua reivindicação; por outro lado, ele e Amalrico não tardaram a perceber a necessidade de trabalharem juntos. O comissário de Chipre, Balduíno, antigo senhor de Beisan, foi a Acre induzir Henrique tanto a reconhecer Amalrico quanto a propor uma visita a Chipre. A entrevista foi muito cordial, e os dois planejaram o estreitamento da aliança vinculando-a à promessa dos três jovens filhos de Amalrico — Guy, João e Hugo — às três filhas de Isabela — Maria de Montferrat, Alice e Filipa de Champanhe. Esperava-se assim que seus territórios se unissem na geração seguinte; entretanto, dois dos pequenos príncipes cipriotas pereceram demasiado jovens. O único dos matrimônios a concretizar-se foi o de Hugo e Alice, que daria seus frutos dinásticos no devido tempo. Havia urgente necessidade de um arranjo do gênero, já que, para as possessões francas em Chipre beneficiarem os francos da Palestina e proporcionarem-lhes uma base segura, os dois países precisavam colaborar. A agradável ilha representava uma tentação permanente não só para os imigrantes oriundos do Ocidente — em contraposição aos reduzidos resquícios do reino palestino, onde não havia mais feudos disponíveis — como também para a baronia palestina, à qual, despojada de suas terras, não custava atravessar o estreito braço de mar. Se os nobres cipriotas se dispusessem a cruzar o mar para lutar pela Cruz sempre que algum perigo se aproximasse, Chipre seria um precioso recurso para o Oriente franco. Em caso de desentendimentos, a ilha poderia perfeitamente converter-se numa perigosa força centrífuga.[1]

Por mais cordial que fosse, Amalrico não tencionava mostrar-se subserviente a Henrique. Já havia adotado o título de rei, a fim de definir com clareza para seus súditos e colonos, bem como para as potências estrangeiras, a natureza de sua autoridade. Não obstante, teve necessidade de uma sanção mais elevada. É possível que a história pregressa dos reis de Jerusalém o levasse a não ver com bons olhos a submissão de sua coroa ao papa. O imperador oriental, por sua vez, decerto jamais lha entregaria. Assim, numa decisão que em breve lhe traria dissabores, ele recorreu ao imperador do Ocidente, Henrique VI. Este planejava uma Cruzada — e lhe convinha ter um rei amigo no Oriente. Em outubro de 1195, o embaixador de Amalrico, Rainier de Jebail, prestou homenagem ao imperador em Gelnhausen, perto de Frankfurt, pelo reino de Chipre, em nome de seu amo. Amalrico recebeu de seu suserano um cetro real, e a coroação deu-se em setembro de 1197,

1 Ver Hill, *History of Cyprus*, II, p. 44 e notas, discussão abrangente da sucessão em Chipre. Sobre a reconciliação de Henrique e Amalrico, *Estoire d'Eracles*, II, pp. 207-8, 212-13 (manuscrito D).

quando o Chanceler Imperial, Conrado, Bispo de Hildesheim, foi a Nicósia para tomar parte na cerimônia, e Amalrico prestou-lhe homenagem.[1] O governo do país foi planejado de modo a seguir as práticas estritamente feudais elaboradas para o reino de Jerusalém, com uma Suprema Corte equivalente à Suprema Corte hierosolimita; do mesmo modo, as leis de Jerusalém, com as emendas feitas por seus monarcas, foram adotadas na ilha. Para organizar sua Igreja, Amalrico recorreu ao papa, que incumbiu o Arcediago de Latáquia e Alan, Arcediago de Lida e Chanceler de Chipre, de estabelecerem sés como julgassem melhor. Criaram o Arcebispado de Nicósia, do qual Alan seria o titular, e bispados em Pafos, Famagusta e Limassol. Os bispos gregos não foram exonerados de imediato, mas perderam o direito aos dízimos e a grande parte de suas terras para os novos beneficiados latinos.[2]

Apesar de Henrique de Champanhe não haver obtido o controle de Chipre, os barões de seu próprio reino eram-lhe fiéis agora. Com efeito, seus oponentes retiraram-se de bom grado para Chipre, deixando as terras palestinas para seus amigos. Os antigos senhores de Haifa, Cesaréia e Arsuf foram reintegrados em seus antigos baronatos, e Saladino, antes de expirar, brindou Balian de Ibelin com o inestimável feudo de Caymon, ou Tel-Kaimun, nas encostas do Carmelo.[3] A amizade dos Ibelins, família do padrasto e dos meio-irmãos de sua esposa, foi fundamental para a aceitação generalizada da autoridade de Henrique. Problema maior foi apresentado pelo Principado de Antióquia.

Boemundo III de Antióquia, governante também de Trípoli em nome de seu jovem filho, havia desempenhado um papel bastante ambíguo durante as guerras de conquista de Saladino e a Terceira Cruzada. Ele não envidou nenhum esforço mais vigoroso no sentido de impedir a captura, por Saladino, de seus castelos no vale do Orontes em 1188, nem de reconquistar Latáquia e Jabala, que haviam sido entregues à traição aos muçulmanos por seu servo islâmico, o cádi Mansur ibn Nabil. Contentara-se em aceitar de Saladino uma trégua que lhe permitiu ficar com a própria Antióquia e seu porto de S. Simão. Trípoli só havia sido salva para seu filho graças à intervenção da esquadra siciliana. Quando Frederico da Suábia e os sobreviventes do exército de Barbarossa chegaram a Antióquia, Boemundo sugeriu sutilmente que eles o ajudassem lutando contra os muçulmanos no norte; no entanto, depois que seguiram para o sul, não teve participação ativa na Cruzada, além de prestar uma visita deferencial ao Rei Ricardo em Chipre.

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 209-12; Ernoul, pp. 302-3; Arnoldo de Lübeck, p. 204; *Annales Marbacenses*, p. 167.
2 Mas Latrie, *Documents*, III, pp. 599-605; Makhaeras, pp. 28-9.
3 Ernoul, p. 293.

Nesse ínterim, mudara de posição no tocante à política partidária palestina. Assim que morreu seu primo, Raimundo de Trípoli — tendo-lhe assegurado a herança do filho —, Boemundo transferiu seu apoio para Guy de Lusignan e seus amigos, provavelmente por recear que Conrado de Montferrat tivesse seus próprios desígnios para Trípoli. Não lhe interessava um monarca forte e agressivo em sua fronteira sul, pois já o absorvia por completo uma contenda com seu vizinho do norte, o príncipe rupeniano da Armênia, Leão II, irmão e herdeiro de Rupênio III.

Ao ser entronizado, em 1186, Leão tomou a iniciativa de firmar uma aliança com Boemundo e reconheceu sua suserania. Os dois príncipes uniram forças para repelir uma agressão turcomana em 1187; logo em seguida, Leão desposou uma sobrinha da Princesa Sibila. Por volta da mesma época, emprestou uma grande quantia a Boemundo. Ali, porém, a amizade chegou ao fim. Boemundo não demonstrou a menor pressa em quitar a dívida, e, quando Saladino invadiu o território antioquense, Leão manteve uma cautelosa neutralidade. Em 1191, Saladino desmantelou a grande fortaleza de Baghras, que capturara aos templários. Mal seus operários abandonaram o local, Leão tratou de ocupar a área e reconstruir o castelo. Boemundo exigiu sua devolução para os templários e, diante da recusa de Leão, queixou-se a Saladino. Este, entretanto, encontrava-se muito ocupado alhures para intervir, e Leão permaneceu de posse de Baghras. Todavia, ficou furioso com o apelo de Boemundo a Saladino — e seu ressentimento foi instigado pela esposa de Boemundo, Sibila, que esperava contar com sua ajuda para garantir a herança antioquena para o filho, Guilherme, em detrimento de seus enteados. Em outubro de 1193, Leão convidou Boemundo a encontrar-se com ele em Baghras para discutir a situação. Boemundo chegou em companhia de Sibila e seu filho, e aceitou a oferta de Leão para hospedar-se no castelo. Assim que pôs os pés no interior, foi aprisionado por seu anfitrião, com toda a sua comitiva, e informado de que só seria libertado caso cedesse a suserania de Antióquia a Leão. Boemundo submeteu-se com pesar — talvez convencido por Sibila, que esperava que Leão, como senhor da cidade, confiasse a sucessão a Guilherme, seu filho. O marechal de Boemundo, Bartolomeu Tirel, e o marido de uma sobrinha de Leão, Hethoum de Sassoun, foram enviados com tropas armênias para Antióquia, a fim de preparar a cidade para o novo regime.

Quando a delegação alcançou Antióquia, os barões locais, que não nutriam particular apreço por Boemundo e muitos dos quais eram de sangue armênio, prontamente aceitaram Leão como senhor, permitindo que Bartolomeu entrasse com os soldados armênios e os acomodasse no palácio. Os burgueses, contudo, em sua maioria gregos e latinos, ficaram horrorizados.

A seu ver, Leão pretendia governar a cidade pessoalmente, e os armênios os excederiam. Quando um soldado armênio faltou com o respeito ao falar de Sto. Hilário, o bispo francês a quem a capela do palácio fora dedicada, um adegueiro que estava presente pôs-se a atirar-lhe pedras. Eclodiu de imediato uma sublevação, que se espalhou pela cidade. Os armênios foram expulsos e prudentemente retiraram-se com Hethoum de Sassoun para Baghras. Os cidadãos reuniram-se então na Catedral de S. Pedro, encabeçados pelo patriarca, e trataram de instituir uma comuna para encarregar-se da administração da cidade. Para legalizar sua situação, os membros eleitos foram instados a fazer um juramento de fidelidade ao filho mais velho de Boemundo, Raimundo, enquanto aquele não retornasse. Raimundo aceitou a homenagem e reconheceu suas reivindicações. Nesse meio tempo, enviaram-se mensageiros para seu irmão, Boemundo de Trípoli, e para Henrique de Champanhe, rogando-lhes que os acudissem e protegessem Antióquia dos armênios.

O episódio demonstrou que, enquanto os barões de Antióquia estavam prontos a ir ainda mais longe que seus primos de Jerusalém em sua identificação com os cristãos orientais, a oposição a tal mescla provinha da comunidade comercial. No entanto, as circunstâncias do reino eram, agora, diversas das de alguns anos antes. Tanto os francos quanto os gregos de Antióquia consideravam os armênios montanheses bárbaros. A Igreja latina, na pessoa do patriarca, manifestou simpatia pela comuna, mas não é certo que tenha desempenhado um papel central em sua concepção. O patriarca, Radulfo II, era um homem idoso e fraco, que só recentemente sucedera o formidável Aimery de Limoges. É mais provável que os principais instigadores fossem os mercadores italianos, temendo por suas atividades comerciais sob o domínio armênio. A idéia de uma comuna, na época, ocorreria com mais facilidade a um italiano que a um francês. Quem quer que a tenha promovido, porém, os gregos de Antióquia não tardaram a desempenhar nela um papel central.[1]

Boemundo de Trípoli acorreu a Antióquia em resposta ao apelo do irmão, e Leão, percebendo que perdera sua chance, retirou-se com os prisioneiros para sua capital, Sis. No início da primavera seguinte, Henrique de Champanhe decidiu intervir. Felizmente, os sarracenos, após a morte de Saladino, não estavam em condições de ser agressivos; contudo, não se podia permitir que situação tão perigosa prosseguisse. Durante seu deslocamento para o norte, uma embaixada dos assassinos foi-lhe ao encontro. O Velho da Montanha, Sinan, morrera havia pouco, e seu sucessor ansiava por reviver a

1 Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 582-5, para um relato embasado de tais episódios.

amizade outrora existente entre a seita e os francos. Enviou um pedido de desculpas pelo assassinato de Conrado de Montferrat, crime que Henrique não teve dificuldade em perdoar; e convidou Henrique a visitar seu castelo, em al-Kahf. Lá, num escarpado espinhaço nos Montes Nosairi, Henrique foi entretido com diversões suntuosas. Assistiu, até implorar pela interrupção das demonstrações, à boa vontade com que os sectários se suicidavam em obediência às ordens de seu xeque. Partiu carregado de presentes preciosos, tendo recebido a promessa dos assassinos de eliminar todos os seus inimigos que viesse a indicar.[1]

De al-Kahf, Henrique subiu pelo litoral até Antióquia, onde mal se deteve antes de adentrar a Armênia. Leão, esquivando-se de enfrentar uma guerra aberta, encontrou-o diante de Sis, pronto a negociar um acordo. Combinaram que Boemundo fosse libertado sem o pagamento de resgate, que Baghras e arredores fossem reconhecidos como território armênio e que nenhum dos dois príncipes arvorar-se-ia em suserano do outro. Para selar o tratado e, por fim, esperava-se, unir os principados, o herdeiro de Boemundo, Raimundo, deveria desposar Alice, a sobrinha e suposta herdeira de Leão, filha de Rupênio III. Alice, na verdade, já era casada com Hethoum de Sassoun. O empecilho, todavia, foi superado sem dificuldade: Hethoum sofreu uma morte súbita, mas oportuna. O pacto prometia paz para o norte, e Henrique, como seu arquiteto, mostrou-se um sucessor digno dos primeiros monarcas de Jerusalém. Retornou para o sul com o prestígi aumentado.[2]

Entretanto, as ambições de Leão não estavam satisfeitas. Sabendo que Amalrico de Chipre aspirava a uma coroa real, seguiu seu exemplo. De acordo com a opinião jurídica da época, porém, só um imperador ou, no entender dos francos, o papa, poderia conceder uma coroa. Bizâncio, então isolada da Cilícia e da Síria pelas conquistas seljúcidas, não detinha mais força suficiente para que seus títulos tivessem peso junto aos francos, aos quais Leão desejava impressionar. Assim sendo, recorreu ao Imperador do Ocidente, Henrique VI — que se esquivou. Esperava ir em breve ao Oriente, e pretendia só então examinar a questão armênia. Dessa forma, Leão procurou o papa, Celestino III. Já havia entrado em contato com Roma na época de Clemente III, acenando com a possibilidade de sua Igreja submeter-se ao papado, pois estava ciente de que, como líder de um Estado herege, jamais seria um suserano aceitável para os francos. Seu próprio clero, cioso de sua independência e seu credo, opôs-se violentamente ao flerte. Leão, contudo, perseverou com paciência. Seus bispos acabaram convenci-

1 Ernoul, pp. 323-4; *Estoire d'Eracles*, pp. 216, 231 (manuscrito D).
2 Cahen, *op. cit.* pp. 585-6.

dos, relutantes, de que a suserania pontifícia seria apenas nominal e nada mudaria, enquanto os legados do Papa Celestino foram informados de que os bispos saudavam a mudança de forma unânime. Como o papa ordenara complacência e tato, os legados nada questionaram. Nesse meio tempo, o Imperador Henrique, que àquela altura já prometera uma coroa a Amalrico, assumiu o mesmo compromisso com Leão, em troca do reconhecimento de seus direitos suseranos sobre a Armênia. A coroação efetiva se daria por ocasião de sua chegada. Ele jamais iria ao Oriente, mas, em janeiro de 1198, logo após sua morte, seu chanceler, Conrado de Hildesheim, acompanhado do legado papal Conrado, Arcebispo de Mainz, esteve em Sis e compareceu a uma grande cerimônia de coroação. O Imperador do Oriente, Aleixo Ângelo, na esperança de reter alguma influência na Cilícia, alguns meses antes enviara a Leão uma coroa real, recebida com gratidão. O católico armênio, Gregório Abirad, pôs a coroa sobre a cabeça de Leão, enquanto Conrado entregou-lhe um cetro real. O arcebispo ortodoxo de Tarso, o patriarca jacobita e embaixadores do califa assistiram ao ritual, bem como muitos dos nobres de Antióquia. Leão podia afirmar que seu título fora reconhecido por todos os súditos e vizinhos.[1]

Foi um grande dia para os armênios, que nele viram o renascimento de seu antigo reino; ali também se concretizou a integração do principado rupeniano ao mundo do Oriente franco. Todavia, é duvidoso que a política de Leão tenha beneficiado os armênios como um todo, pois separou os habitantes da antiga Grande Armênia, o lar de sua raça, de seus irmãos do sul. Além disso, depois de um breve momento de glória, os armênios cilicienses descobririam que a ocidentalização lhes trouxe muito pouco lucro.

A presença do Arcebispo Conrado no Oriente devia-se à determinação do Imperador Henrique de lançar uma nova Cruzada. Em virtude do falecimento de seu pai, Frederico, a contribuição germânica para a Terceira Cruzada fora lamentavelmente inócua. Henrique ambicionava converter seu império numa realidade internacional, e sua primeira incumbência, assim que se viu estabelecido com firmeza na Europa, era restaurar o prestígio alemão na Terra Santa. Enquanto cuidava pessoalmente dos planos de uma grande expedição, capaz de colocar todo o Mediterrâneo sob seu controle, providenciou o envio antecipado de tropas germânicas que velejariam diretamente para a Síria. O Arcebispo Conrado, de Mainz, e Adolfo, Conde de Holstein, partiram de Bari com uma vasta companhia, oriunda em sua maior parte da Renânia e dos ducados Hohenstaufen. Os primeiros contingentes chegaram a Acre em agosto, mas seus líderes detiveram-se em Chipre para a

1 *Ibid.* pp. 587-90.

coroação de Amalrico. Henrique, Duque de Brabante, precedera-os com um regimento de companheiros.[1]

Henrique de Champanhe não os recebeu de bom grado. Reconhecia, por experiência própria, a estupidez de provocar uma guerra desnecessária. Seus principais conselheiros eram os Ibelins, padrasto e meio-irmãos de sua esposa, e os senhores de Tiberíades, enteados de Raimundo de Trípoli — que, fiéis às suas tradições familiares, defendiam o entendimento com os muçulmanos e o uso de uma diplomacia delicada, que jogasse os filhos e irmãos de Saladino uns contra os outros. Tal política fora bem-sucedida, e mantivera-se a paz, vital para a recuperação do reino cristão, apesar das provocações e atos de pirataria do emir de Beirute, Usama, que nem al-Adil, em Damasco, nem al-Aziz, no Cairo, eram capazes de controlar.[2] Beirute e Sídon ainda se encontravam em mãos islâmicas, separando o reino do condado de Trípoli. No início de 1197, a lacuna fora reduzida pela reconquista de Jebail. Sua senhora, a viúva Estefânia de Milly, era sobrinha de Reinaldo de Sídon e herdara seu talento para negociar com os muçulmanos. Uma intriga com o emir curdo local permitiu-lhe reocupar a cidade sem luta e entregá-la a seu filho.[3]

Os alemães vinham determinados a lutar. Sem parar para consultar o governo de Acre, os primeiros a chegar marcharam direto para o território islâmico na Galiléia. A invasão despertou os muçulmanos. Al-Adil, a quem a terra pertencia, convocou seus parentes a deixarem de lado as querelas e ajudarem-no. Os germânicos mal haviam transposto a fronteira quando receberam a notícia da aproximação de al-Adil. Os boatos encarregaram-se de exagerar o tamanho de seu exército e, sem esperar para encontrá-lo, os europeus debandaram em pânico para Acre — os cavaleiros, em sua pressa, desertando a infantaria. Parecia provável que al-Adil marcharia sem oposição contra Acre. Henrique, porém, seguindo o conselho de Hugo de Tiberíades, lançou seus próprios cavaleiros e tantos soldados italianos quantos conseguiu reunir para reforçar a infantaria germânica — que, mais valente que seus líderes, dispôs-se a agüentar firme. Al-Adil não estava preparado para arriscar uma batalha encarniçada, mas tampouco desejava desperdiçar seu exército. Dando uma guinada para o sul, rumou para Jafa. Esta, apesar de bem fortificada, possuía uma guarnição pequena, e Henrique não tinha condições de reaprovisioná-la. Uma vez que Amalrico de Lusignan governara a cidade antes de partir para Chipre, Henrique ofereceu-lha de volta caso ele

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 214-16 (manuscrito D). Os preparativos de Henrique para a Cruzada foram feitos na Dieta de Gelnhausen (*Annales Marbacenses*, p. 167).
2 Ibn al-Athir, II, p. 85; Ernoul, pp. 315-16.
3 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 217-18; Ernoul, p. 305.

a defendesse. Seria melhor ter ali os cipriotas que vê-la cair nas mãos dos muçulmanos ou dos irresponsáveis alemães. Assim que recebeu a oferta, Amalrico enviou um de seus barões, Reinaldo Barlais, para assumir o comando de Jafa e preparar-se para o sítio iminente. Todavia, Reinaldo era um tipo condescendente. Logo chegou a Acre a notícia de que ele dedicava seus dias a frívolas algazarras e não tinha a menor intenção de oferecer qualquer resistência a al-Adil. Diante disso, Henrique reuniu todas as tropas de que podia dispor em Acre e solicitou reforços à colônia pisana local.[1]

Em 10 de setembro de 1197, suas tropas reuniram-se no pátio do palácio e Henrique passou-as em revista da janela de uma galeria superior. Naquele momento, emissários da colônia pisana entraram no aposento. Henrique voltou-se para saudá-los, mas, esquecendo-se de onde estava, deu um passo para trás, e caiu pela janela aberta. Seu anãozinho, Escarlate, estava a seu lado e ainda agarrou-lhe as roupas; Henrique, no entanto, era muito mais pesado que Escarlate, e os dois despencaram, morrendo da queda.[2]

A súbita eliminação de Henrique de Champanhe deixou todo o reino consternado. Ele fora muito popular. Apesar de desprovido de grandes dotes naturais, graças ao seu tato, firmeza e confiança em bons conselheiros ele provara ser um governante capaz, pronto a aprender com a experiência. Tivera uma útil participação na garantia da continuidade do reino. Entretanto, os barões não podiam dar-se ao luxo de perder tempo com lamentações. Era necessário encontrar um novo governante sem mais demora, a fim de cuidar da guerra contra os sarracenos, da cruzada germânica e dos demais problemas diários do governo. A viúva de Henrique, Princesa Isabela, que estava, contudo, perturbada demais em sua aflição para assumir como herdeira da linha real, era o pivô da situação. De seus filhos com Henrique, duas menininhas, Alice e Filipa, sobreviviam. Sua filha com Conrado, Maria de Montferrat (alcunhada, devido ao título do pai, La Marquise), contava apenas cinco anos de idade. Estava claro que Isabela precisava casar-se de novo. Os barões, porém, embora reconhecessem seus direitos de herdeira, arrogavam-se o dever de escolher o próximo marido. Infelizmente, não conseguiam chegar a um consenso quanto a um candidato aceitável. Hugo de Tiberíades e seus correligionários propuseram o nome de seu irmão, Ralph — cuja família, a casa de Falconberg de St. Omer, era uma das mais distintas do reino. Entretanto, era pobre, pois perdera suas terras na Galiléia para os

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 216-19 (manuscrito D); Ernoul, pp. 305-7; Abu Shama, II, pp. 116, 152, Ibn al-Athir, II, pp. 84-6.

2 *Estoire d'Eracles*, II, p. 220; Ernoul, p. 306; Amadi, pp. 90-1; Ibn al-Athir, III, p. 86.

muçulmanos; ademais, Ralph era filho caçula. O sentimento geral era que lhe faltavam suficiente riqueza e prestígio. As ordens militares, em particular, opunham-se a ele. Enquanto transcorria o debate, chegou a notícia de que Jafa caíra sem luta. O Duque de Brabante partira em seu socorro e, retornando agora para Acre, assumiu o governo. Alguns dias mais tarde, em 20 de setembro, Conrado de Mainz e os líderes germânicos voltaram de Chipre. Conrado, como prelado do Império do Ocidente e homem de confiança do imperador, além de amigo do futuro pontífice, Inocêncio III, gozava de imensa autoridade. Ao sugerir que o trono fosse oferecido ao Rei Amalrico de Chipre, não houve resistência — exceto por parte do patriarca, Aimar, o Monge, cuja posição não contava com o apoio de seu próprio clero. Parecia uma excelente escolha. A primeira esposa de Amalrico, Esquiva de Ibelin, morrera recentemente; ele estava livre para desposar Isabela. Embora muitos dos barões sírios não se esquecessem de que se tratava de um Lusignan, ele abandonara ostensivamente toda e qualquer política partidária e revelara-se um homem muito mais capaz que seu irmão mais novo, Guy. Sua eleição agradou o papa, a quem parecia sábio congregar todo o Oriente latino sob um único líder. Os motivos do Chanceler Conrado, porém, eram mais sutis. Amalrico devia sua coroa cipriota ao Imperador Henrique, de quem se tornara vassalo. Por conseguinte, como Rei de Jerusalém, não ficaria seu novo reino sob a suserania imperial? O próprio Amalrico hesitou um pouco. Só se apresentou em Acre em janeiro de 1198. No dia seguinte à sua chegada, casou-se com a Princesa Isabela; alguns dias depois, o patriarca coroou-os Rei e Rainha de Jerusalém.[1]

A união das coroas não seria tão rematada quanto esperavam o papa e os imperialistas. Amalrico deixou claro desde o princípio que os dois reinos seriam administrados separadamente, e que nenhum centavo cipriota seria gasto na defesa do continente. Ele mesmo não passava de um elo pessoal entre ambos. Chipre era um reino hereditário, onde o herdeiro era seu filho Hugo. No reino de Jerusalém, o direito hereditário era reconhecido pelo sentimento público, mas a Suprema Corte ainda preservava seu direito de eleger os detentores do trono. Ali, Amalrico devia a posição a sua esposa. Em caso de sua morte, ela deveria voltar a casar-se, e o novo marido seria aceito

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 221-3; Ernoul, pp. 309-10. Rogério de Hoveden, IV, p. 29 (erroneamente chamando a noiva de Melisende) diz que o casal foi casado e coroado em Beirute, por Conrado de Mainz. Tal versão, porém, provavelmente não passava de propaganda germânica, já que Inocêncio III escreveu ao patriarca Aimar repreendendo-o por se haver a princípio recusado a permitir o matrimônio devido à consangüinidade, tendo depois não só o celebrado como à coroação (carta em *M.P.L.* vol. CCXIV, col. 477). Dali por diante, firmou-se a tradição de se realizar a coroação do rei de Jerusalém na Catedral de Tiro.

como rei. Sua herdeira era a filha, Maria de Montferrat. Mesmo que ela desse um filho a Amalrico, era duvidoso que o fruto de um quarto casamento pudesse reivindicar precedência sobre uma filha das segundas núpcias — e, com efeito, sobreviveram-lhes duas filhas, Sibila e Melisende.[1]

Embora se considerasse pouco mais que um regente, Amalrico era governante capaz e ativo. Persuadiu a Suprema Corte a ajudá-lo numa revisão da constituição, a fim de definir com clareza os direitos reais. Acima de tudo, fez questão de consultar Ralph de Tiberíades, seu rival pelo trono, a quem se sabe que aceitava, embora não o apreciasse. Ralph notabilizava-se por seu conhecimento jurídico, e era natural que fosse consultado para a nova edição do *Livre au Roi*, como era chamado o volume das Leis. Amalrico, porém, temia que o conhecimento de Ralph fosse usado contra si. Em março de 1198, quando a corte atravessava os pomares ao redor de Tiro, quatro cavaleiros germânicos galoparam até o rei e caíram sobre ele. Amalrico foi resgatado antes que sofresse maiores danos; como os agressores recusaram-se a revelar em nome de quem estavam agindo, Amalrico anunciou que Ralph era o culpado e condenou-o ao banimento. Ralph, como era de direito, exigiu ser julgado por seus pares; e João de Ibelin, meio-irmão da rainha, persuadiu o rei da necessidade de submeter o caso à Suprema Corte — a qual concluiu que o rei errara ao exilar Ralph sem uma audiência. A questão só seria resolvida quando, provavelmente graças à diplomática intervenção de João de Ibelin, o próprio Ralph anunciou que, já que perdera a boa vontade do monarca, partiria para o exílio por livre e espontânea vontade, e então retirou-se para Trípoli. O episódio mostrou aos barões, por um lado, que não se podia fazer oposição ao rei impunemente, mas por outro deixou claro para Amalrico que ele teria de obedecer à constituição.[2]

Sua política externa foi vigorosa e flexível. Em outubro de 1197, antes de aceitar o trono, ele ajudara Henrique de Brabante a tirar vantagem da concentração islâmica em Jafa enviando uma expedição de surpresa, composta por alemães e brabanções e sob a liderança de Henrique, para recuperar Sídon e Beirute. Sídon já havia sido desmantelada pelos muçulmanos, que a consideraram insustentável. Ao chegarem lá, os cristãos depararam-se com um monte de ruínas. O emir-pirata Usama, de Beirute, percebendo que al-Adil não lhe enviava auxílio algum, decidiu destruir sua própria cidade. No entanto, começou demasiado tarde. Quando Henrique e suas tropas

---

1 Ver La Monte, *Feudal Monarchy*, p. 43. Sobre a monarquia hereditária em Chipre, ver Hill, *op. cit.* vol. II, p. 50 n. 4.

2 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 228-30; João de Ibelin, pp. 327-8, 430; Filipe de Novara, pp. 522-3, 570.

chegaram, encontraram os muros arrasados, de modo que puderam penetrá-los sem dificuldade; todavia, a maior parte da cidade encontrava-se intacta e logo foi reparada. Beirute foi confiada como feudo ao meio-irmão da rainha, João de Ibelin. Com Jebail já restituída aos seus senhores cristãos, o reino voltou a unir-se ao condado de Trípoli. Não obstante, o litoral nas cercanias de Sídon ainda não estava inteiramente livre do inimigo, que permanecia de posse de metade dos subúrbios.[1]

Estimulados por seu êxito em Beirute, os cruzados germânicos, encabeçados pelo Arcebispo, planejaram em seguida marchar sobre Jerusalém. Os barões sírios, que acalentavam esperanças de restaurar a paz com al-Adil cedendo-lhe Jafa e mantendo Beirute, tentaram em vão dissuadi-los. Em novembro de 1197, os alemães entraram na Galiléia e deram início ao sítio da grande fortaleza de Toron. Seu primeiro assalto foi de tal modo vigoroso que a guarnição muçulmana logo se ofereceu para abandonar o castelo, deixando os quinhentos prisioneiros cristãos que jaziam em suas masmorras, caso os defensores tivessem garantidas suas vidas e bens pessoais. O Arcebispo Conrado, entrementes, insistiu na rendição incondicional, e os barões sírios, ávidos por selar a amizade com al-Adil e temendo que um massacre pudesse acarretar uma jihad islâmica; mandaram avisar o sultão de que os alemães não costumavam poupar vidas. A defesa prosseguiu com renovado vigor, e al-Adil convenceu seu sobrinho al-Aziz a enviar um exército do Egito para fazer frente aos invasores. Os alemães começaram a cansar-se e a atenuar seus esforços. Nesse ínterim, haviam tomado conhecimento, em Acre, da morte do Imperador Henrique em setembro. Muitos dos líderes ansiavam, pois, por retornar para casa. Quando se seguiu a notícia de uma guerra civil na Alemanha, Conrado e seus colegas resolveram abandonar o cerco. Em 2 de fevereiro de 1198, o exército egípcio aproximou-se vindo do sul. A tropa estava pronta para a batalha, mas correu de súbito o boato de que o chanceler e os principais nobres haviam debandado. O pânico foi geral. O exército inteiro só interromperia a fuga ao atingir a segurança de Tiro. Alguns dias mais tarde, os soldados embarcavam de volta para a Europa. A cruzada fora um fiasco e em nada contribuíra para a restauração do prestígio germânico. Não obstante, ajudara de fato a recuperar Beirute para os francos, e deixou para trás uma instituição permanente, na organização dos Cavaleiros Teutônicos.[2]

---

1 Ernoul, pp. 311-17; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 224-7; Arnoldo de Lübeck, p. 205, Ibn al-Athir, II, p. 86.

2 Ernoul, p. 316; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 221-2; Arnoldo de Lübeck, pp. 208-10; *Chronica Regia Coloniensis*, p. 161; Abu Shama, II, p. 117; Ibn al-Athir, II, pp. 87-8. Sobre a concessão do feudo a João de Ibelin, ver *Lignages d'Outremer*, em *R. H. C. Lois*, II, p. 458.

As ordens militares mais antigas, embora oficialmente internacionais, haviam recrutado poucos membros germânicos. Na época da Terceira Cruzada, alguns mercadores de Bremen e Lübeck organizaram um abrigo para os alemães em Acre, nas mesmas linhas do Hospital de S. João. Dedicado à Virgem, visava ao cuidado dos peregrinos germânicos. A chegada das expedições alemãs de 1197 reforçou, como era inevitável, sua importância. Quando um grupo de cavaleiros cruzados decidiu não retornar de imediato à Alemanha, a organização seguiu o exemplo dado pelo Hospital de S. João um século antes. Incorporou os cavaleiros e, em 1198, recebeu o reconhecimento do Rei e do Papa como ordem militar. É quase certo que o Chanceler Conrado estivesse ciente da provável utilidade de uma ordem militar no aprofundamento de desígnios imperialistas, e foi pessoalmente um dos grandes responsáveis por sua concepção. A nova ordem não tardou a receber ricas propriedades na Alemanha e pôs-se a adquirir castelos na Síria. Sua primeira propriedade foi a torre sobre o Portão de S. Nicolau, em Acre, cedida por Amalrico com a condição de que os cavaleiros lha devolvessem assim que o rei o requisitasse. Em seguida, compraram o castelo de Montfort, rebatizado de Starkenberg, nas colinas que comandavam a Escada de Tiro. A ordem, como a do Templo e a do Hospital, fornecia soldados para a defesa do Oriente franco, mas não colaborava para o governo do reino.[1]

Assim que os cruzados germânicos partiram, Amalrico abriu negociações com al-Adil. Al-Aziz retornou sem titubear para o Egito, e al-Adil, ávido por assegurar toda a herança aiubita, não tinha a menor intenção de bater-se com os francos. Em 1° de julho de 1198, assinou-se um tratado que o deixou de posse de Jafa e os francos, de posse de Jebail e Beirute, além de dividir Sídon entre ambos. Sua validade seria de cinco anos e oito meses. O acordo provou ser útil para al-Adil, na medida em que o deixou livre, com a morte de al-Aziz em novembro, para intervir no Egito e anexar as terras do finado sultão. A concentração de seu poder intensificou a determinação de Amalrico de manter a paz com ele firmada, sobretudo porque mais uma vez espocavam problemas em Antióquia.[2]

Boemundo III havia tomado parte do cerco de Beirute e, na volta, planejara atacar Jabala e Latáquia. Contudo, teve de correr para casa. O feliz acordo segundo o qual a Cilícia e Antióquia se uniriam nas pessoas de seu filho Raimundo e sua noiva armênia caiu por terra quando o primeiro morreu inesperadamente, no início de 1197. Deixou um filho ainda criança, Raimundo-

---

1 Ver Röhricht, *Geschichte des Königreichs Jerusalem*, pp. 677-8.

2 Ernoul, pp. 316-17; *Estoire d'Eracles*, II, p. 228; Rogério de Hoveden, IV, p. 28 (que afirma que a trégua deveria durar seis anos, seis meses e seis dias); Abu Shama, texto em árabe (ed. Bairaq), I, pp. 220-1; Ibn al-Athir, II, p. 89.

Rupênio, herdeiro de Antióquia por direito hereditário; Boemundo III, porém, já se acercava dos sessenta anos, e era improvável que sobrevivesse até a maioridade do neto. Pairava no ar o perigo iminente de uma menoridade e uma regência nas mãos dos parentes armênios do menino. Boemundo enviou a viúva, Alice, de volta para a Armênia com o filho, talvez planejando que um dos filhos de Sibila o sucedesse, ou talvez imaginando que lá a criança estaria mais segura. A coroação de Leão deu-se por volta dessa mesma época, e Conrado de Mainz, ávido por assegurar o trono de Antióquia para um dos vassalos de seu senhor — completando assim seu trabalho em Acre — correu de Sis para Antióquia, onde obrigou Boemundo a convocar seus barões e fazê-los jurar que defenderiam a sucessão de Raimundo-Rupênio.[1]

Conrado teria feito melhor se tivesse se dirigido a Trípoli. Boemundo, Conde de Trípoli, segundo filho de Boemundo III, era um jovem de grande ambição e poucos escrúpulos, bom conhecedor das leis e capaz de encontrar argumentos para justificar seus atos mais ultrajantes. Não era amigo da Igreja. Já havia apoiado os pisanos, sem dúvida por dinheiro, numa disputa por terras com o Bispo de Trípoli; e quando o Bispo, Pedro de Angoulême, foi nomeado Patriarca de Antióquia e designado sucessor para sua sé de Trípoli com pressa nada canônica, o papa aceitou seu pretexto de que, com um governante como Boemundo, a Igreja não podia dar-se ao luxo de arriscar atrasos. Boemundo estava determinado a extorquir a sucessão de Antióquia, e não hesitou em recusar-se a reconhecer a validade do juramento feito em favor de Raimundo-Rupênio. Necessitava de aliados — e os templários, furiosos com a retenção de Baghras por Leão, de bom grado uniram suas forças às dele. Os hospitalários, conquanto nunca colaborassem com prazer com os templários, foram seduzidos por favores cautelosos. Pisanos e genoveses foram subornados com concessões comerciais. Acima de tudo, a própria comuna de Antióquia tinha medo dos armênios e mostrava-se hostil a toda e qualquer medida tomada pelos barões. No fim de 1198, Boemundo de Trípoli fez uma súbita aparição em Antióquia, destituiu o pai e induziu a comuna a prestar-lhe um juramento de fidelidade.

Leão, entretanto, contava com um aliado formidável, o Papa Inocêncio III. Por mais dúvidas que o papado pudesse nutrir acerca da sinceridade da subordinação da Igreja armênia a Roma, Inocêncio não tinha a menor intenção de alienar seus novos vassalos. Choveram em Roma mensagens e pedidos cordialmente submissos da parte de Leão e seus católicos, que não podiam

1 Arnoldo de Lübeck, p. 207; *Chronica Regia Coloniensis*, p. 161; Rogério de Hoveden, IV, p. 28 (todos insinuam que Boemundo ocupou temporariamente as cidades); Kemal ad-Din (trad. Blochet), pp. 213-15 (que diz que ele não chegou a atacá-las realmente). Röhricht, *op. cit.* p. 675 n. 2, equivoca-se traduzindo Gibelet (Jebail) em *Eracles*, II, p. 228, como Jabala (Dschebele).

ser ignorados. Provavelmente em virtude da oposição da Igreja, o jovem Boemundo concedeu em que seu pai retornasse a Antióquia e voltou a Trípoli; todavia, de algum modo logrou reconciliar-se com o velho príncipe, que deu uma guinada para o seu lado. Nesse ínterim, os templários fizeram uso de toda a sua influência em Roma. Não obstante, Leão fez ouvidos moucos a todas as insinuações da Igreja no sentido de que restaurasse Baghras à ordem, dado seu valor estratégico para seus eventuais planos de dominar Antióquia. Assim, convidou o velho Príncipe Boemundo e o Patriarca Pedro para discutirem a questão como um todo; sua intransigência, todavia, empurrou até o patriarca para o lado de Boemundo de Trípoli. A Igreja em Antióquia juntou-se à comuna e às ordens na oposição à sucessão armênia. Quando Boemundo III faleceu, em abril de 1201, Boemundo de Trípoli estabeleceu-se na cidade sem maiores dificuldades. Muitos dos nobres, porém, ciosos de seu juramento e receando os gostos autocráticos de Boemundo, refugiaram-se na corte de Leão, em Sis.[1]

Durante o quarto de século seguinte, os cristãos do norte da Síria permaneceram absortos na guerra de sucessão antioquena — e, muito antes de sua resolução, toda a situação do Oriente já se teria alterado. Por felicidade, nem os príncipes seljúcidas da Anatólia nem os aiubitas encontravam-se em posição de envolver-se numa guerra de conquista na região. À morte do sultão seljúcida Kilij Arslan II sucedera-se uma longa guerra civil entre seus filhos. Quase dez anos se passaram até que um dos filhos mais novos, Rukn ad-Din Suleimã de Tokat, conseguiu reunir as terras da família. A Cilícia sofrera uma agressão seljúcida em 1193 e outra em 1201, ocupando Leão no momento crítico em que Boemundo agonizava. Entretanto, quando sobrava tempo a Rukn ad-Din entre as guerras com seus irmãos e os decadentes príncipes Danishmends, ele o empregava atacando a Geórgia, cuja grande rainha Tamar parecia constituir uma ameaça muito mais perigosa para o Islã que qualquer potentado latino.[2] Em Alepo, az-Zahir, filho de Saladino, estava demasiado temeroso em relação às ambições de seu tio al-Adil para arriscar-se em qualquer empresa no estrangeiro. Os antioquenses estavam livres para prosseguir com suas querelas sem interferência muçulmana. De Acre, o Rei Amalrico assistia à guerra civil no norte com crescente impaciência. Suas simpatias estavam com Leão e o jovem Raimundo-Rupênio, não com o truculento Boemundo, mas jamais ensaiou qualquer intervenção ativa. Sua principal preocupação era impedir a irrupção de um conflito com

---

1 Sobre essa complexa história, ver Cahen, *op. cit.* pp. 590-5, com uma discussão das fontes conflitantes.

2 Ibn Bibi, ed. Houtsma, IV, pp. 5-22; Ibn al-Athir, II, pp. 69-72; *Crônica Geórgica* (ed. Brosset), I, pp. 292-7.

al-Adil. Corriam rumores de que uma gigantesca cruzada era organizada na Europa. Enquanto ela não chegasse, era imprescindível manter a paz. Al-Adil, por seu lado, só podia contar com o apoio leal de seus sobrinhos e primos caso alguma grave agressão cristã deflagrasse uma guerra santa.

Nem sempre era fácil manter a paz. No fim de 1202, uma esquadra flamenga aportou em Acre. Ela contornara Gibraltar sob o comando do castelão de Bruges, João de Nesle. Alguns dias depois, um punhado de cavaleiros chegou de navio de Marselha, sob o Bispo Gualtério de Autun e o Conde de Forez, seguidos de outro conjunto de cavaleiros franceses, provenientes de Veneza, em que figuravam Estêvão de Perche, Roberto de Montfort e Reinaldo II, Conde de Dampierre. Os três grupos juntos somavam apenas algumas centenas de homens — uma proporção ínfima da grande hoste que embarcara na Dalmácia a caminho dali. Logo depois, porém, Reinaldo de Montmirail, que deixara o exército em Zara, chegou com a notícia de que demoraria um bom tempo para toda a expedição estar na Síria — se é que chegaria de fato. Como todos os recém-chegados, os cavaleiros franceses estavam determinados a partir de imediato para lutar pela Cruz. Horrorizaram-se quando o Rei Amalrico instou-os a aguardar com paciência. Reinaldo de Dampierre insultou o monarca, chamando-o diretamente de covarde, e, arvorando-se em líder, persuadiu os cavaleiros a passar para o serviço de Boemundo de Trípoli. Foram ao seu encontro em Antióquia, transpondo em segurança o condado de Trípoli. Jabala e Latáquia, todavia, ainda se encontravam em mãos islâmicas. O emir de Jabala era um homem pacífico, em excelentes termos com seus vizinhos cristãos. Ofereceu hospitalidade aos viajantes, mas avisou-os de que, para cruzarem o território de Latáquia sem correr riscos, precisariam obter um salvo-conduto de seu suserano, az-Zahir de Alepo. Dispôs-se a escrever de seu próprio punho para o sultão — que teria anuído ao pedido, pois interessava-lhe exacerbar a guerra civil em Antióquia. Reinaldo e seus amigos, contudo, não pretendiam esperar. Forçaram a passagem por Latáquia, cujo emir, acreditando estar cumprindo seu dever islâmico, atraiu-os para uma emboscada e capturou muitos deles, massacrando os demais.[1]

O próprio Amalrico consentia em assaltos ocasionais aos muçulmanos. Quando estabeleceu-se perto de Sídon um emir que se pôs a assolar o litoral cristão, sem que al-Adil oferecesse qualquer indenização, Amalrico retaliou enviando navios que interceptaram e capturaram um rico comboio egípcio com destino a Latáquia e liderando uma investida contra a Galiléia. Al-Adil,

1 Ernoul, p. 341; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 247-9; Villehardouin, ed. Faral, pp. 102-4; Kemal ad-Din (trad. Blochet), p. 39. João de Nesle e os poucos sobreviventes de Latáquia seguiram adiante, a fim de lutar por Leão II contra Antióquia. Sobre a Quarta Cruzada, ver adiante, pp. 103 ss. Villehardouin faz severas críticas aos cruzados que insistiam em ir à Terra Santa.

embora tivesse marchado até o Monte Tabor para ir-lhe de encontro, recusou combate. Tampouco reagiu com violência quando a esquadra cristã penetrou no delta do Nilo e subiu o rio, passando por Roseta e saqueando a aldeia de Fuwa. Por volta da mesma época, hospitalários de Krak e Marqab realizaram assaltos, sem nenhum êxito duradouro, a Hama, o emirado do sobrinho-neto de al-Adil, al-Mansur.[1]

Em setembro de 1204, um tratado de paz de seis anos de duração foi assinado por Amalrico e al-Adil. Ao que parece, a iniciativa partiu de Amalrico. No entanto, al-Adil por seu lado ansiava em pôr fim às lutas. É possível que a superioridade do poderio marítimo cristão o inquietasse, mas ele decerto tinha consciência de que seu império só tinha a ganhar com a retomada do comércio com o litoral sírio. Dessa forma, dispôs-se não só a finalmente abandonar Beirute e Sídon para Amalrico, mas também cedeu-lhe Jafa e Ramleh e simplificou as disposições para os peregrinos a caminho de Jerusalém e Nazaré. Para Amalrico, que não podia agora esperar nenhum auxílio efetivo do Ocidente, as condições foram surpreendentemente boas.[2] Todavia, ele não teve muito tempo para desfrutar do grande prestígio assim angariado. Em 1º de abril de 1205, após uma rápida enfermidade decorrente de uma intoxicação por peixe, ele morreu em Acre, com pouco mais que cinqüenta anos.[3]

Amalrico II não foi um grande rei, mas, tal qual seu predecessor Henrique, adquiriu com a experiência uma sabedoria política que foi de grande valia para seu pobre e precário reino; ademais, sua organizada mentalidade jurídica não só criou uma constituição para Chipre como muito fez para preservar a monarquia no continente. Como homem, era respeitado, mas não muito apreciado. Na juventude, fora irresponsável e brigão, e sempre se incomodara com a oposição. Há de se reconhecer seu crédito, contudo, em que, muito embora ele claramente preferisse ser apenas rei de Chipre, aceitou e desincumbiu-se zelosamente das tarefas que sua segunda coroa lhe impôs. Ao morrer, os dois reinos foram separados. Chipre foi herdado por seu filho com Esquiva de Ibelin, Hugo I, então uma criança de dez anos. A irmã mais velha do menino, Burgúndia, casara-se recentemente com Gualtério de Montbéliard, a quem a Suprema Corte da ilha confiou a regência.[4] No Reino de Jerusalém, a autoridade passou automaticamente à

---

1 Ernoul, pp. 355-60; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 258-63; Abu Shama, p. 158; Ibn al-Athir, II, p. 96.
2 Ernoul, p. 360; *Estoire d'Eracles*, II, p. 263; Ibn al-Athir, *loc. cit.*
3 Ernoul, p. 407; *Estoire d'Eracles*, II, p. 305; apêndice a Robert de Monte, Bouquet, *R.H.F.* vol. XVIII, p. 342, citando uma carta do Arcebispo de Cesaréia, que fornece a data exata. Seu jovem filho com a Rainha Isabela morrera em 2 de fevereiro. O peixe era um parati.
4 *Estoire d'Eracles*, II, p. 305.

Rainha Isabela, que não se deixou perturbar muito pela morte desse último marido para assumir o governo. Ela mesma, porém, não viveria muito mais. A data de sua morte, como a maior parte de sua vida, é cercada de mistério. Caso único entre as damas da Casa Real de Jerusalém, ela é uma figura obscura, de cuja personalidade nada sobreviveu. Seu casamento e sua própria existência foram de grande importância. Caso acalentasse ambições políticas, poderia ter sido uma potência em sua terra; entretanto, deixou-se passar das mãos de um marido para outro sem a menor consideração por seus desejos pessoais. Sabemos que era bonita, mas podemos concluir que era débil e fraca.[1]

Isabela deixou cinco filhas: Maria de Montferrat, Alice e Filipa de Champanhe, e Sibila e Melisende de Lusignan. Maria, então com treze anos, sucedeu-a no trono; e João de Ibelin, senhor de Beirute, foi nomeado regente. Não se sabe se foi designado pela rainha moribunda ou eleito pelos barões. De qualquer modo, era o candidato óbvio. Como meio-irmão mais velho de Isabela, era o parente masculino mais próximo da menina. Possuía o mais rico feudo do pequeno reino e era o líder aceito pelos nobres; ademais, combinava a graça e a sabedoria do pai, Balian, com uma sutileza grega herdada de sua mãe, Maria Comnena. Por três anos governou o país com tato e discrição, sem ser perturbado por guerras com os sarracenos nem estorvado por uma Cruzada. Com efeito, como pesarosamente previra Amalrico ao firmar seu pacto com al-Adil, nenhum cavaleiro ocidental àquela altura se daria ao trabalho de ir à Palestina por livre e espontânea vontade. A Cruzada encontrara paragens mais ricas a explorar.[2]

---

1 *Ibid.*
2 *Ibid.*; Ernoul, p. 407.

LIVRO II

CRUZADAS EQUIVOCADAS

Capítulo 1

A Cruzada contra Cristãos

> *"A primeira entre as nações; a princesa das províncias, em trabalhos forçados. (...) Todos os seus amigos a traíram, tornaram-se seus inimigos."* LAMENTAÇÕES 1, 1, 2.

Em novembro de 1199, o Conde Tibaldo de Champanhe convidou seus amigos e vizinhos para um torneio em seu castelo de Ecri-sobre-o-Aisne. Findas as justas, as conversas entre os nobres versaram sobre a necessidade de uma nova Cruzada. Era uma questão vital para o conde, pois ele era sobrinho de Coração-de-Leão e Filipe Augusto e irmão do Conde Henrique, que reinara na Palestina. Por sugestão sua, um pregador itinerante, Fulco de Neuilly, foi convidado a falar aos convidados. Instigada por sua eloqüência, toda a companhia jurou assumir a Cruz, enviando um mensageiro para comunicar a pia decisão ao Papa.[1]

Inocêncio III ocupava o trono pontifício havia pouco mais de um ano. Acalentava a apaixonada ambição de estabelecer a autoridade transcendental da Sé, mas ao mesmo tempo era moderado, previdente e sensato, um jurista que gostava de uma base jurídica para todas as suas reivindicações e um político pronto a fazer uso de todos os instrumentos que encontrasse ao alcance das mãos. Perturbava-o a situação no Oriente. Uma de suas primeiras medidas consistira em manifestar publicamente seu desejo por uma nova cruzada; em 1199, escreveu ao Patriarca Aimar, de Jerusalém, solicitando um relatório detalhado sobre o reino franco.[2] Os Reis de Jerusalém eram seus vassalos, e seu desejo de socorrê-los era incrementado pela política ativa do Imperador Henrique VI, cuja concessão das coroas de Chipre e da Armênia constituía um desafio implícito à autoridade papal naquelas plagas. A experiência já demonstrara que reis e imperadores não eram inteiramente desejáveis em expedições cruzadas. A única que constituíra um êxito completo fora a primeira, na qual nenhuma cabeça coroada tomara parte. Uma cruzada de barões, de raça mais ou menos homogênea, evitaria as rivalidades reais e nacionais que tanto prejuízo haviam causado à Segunda e Terceira Cruzadas. Caso emergissem hostilidades desse gênero, seriam restri-

---

1 Villehardouin, I, pp. 1-6.
2 Röhricht, *Regesta*, pp. 202-3.

tas e facilmente controladas por um representante pontifício competente. Foi, portanto, com satisfação que Inocêncio recebeu as novas de Champanhe. O movimento que Tibaldo deflagrara não só prestaria um socorro efetivo ao Oriente como poderia ser utilizado para reforçar a unidade cristã sob Roma.[1]

O momento era propício para o papado. Como na época da Primeira Cruzada, não havia um imperador no Ocidente em condições de interferir. A morte de Henrique VI, em setembro de 1197, livrara a Igreja de uma ameaça muito concreta. Como filho de Frederico Barbarossa e marido da herdeira da Sicília, cuja herança passara-lhe firmemente às mãos antes de 1194, Henrique era o mais formidável de todos os potentados desde Carlos Magno. Tinha uma aguçada consciência de sua posição e quase conseguiu instituí-la em termos hereditários. Ao conceder coroas no Oriente e exigir fidelidade de Coração-de-Leão ao aprisioná-lo, deixou claro que se via como um "rei de reis". Não fazia segredo de seu ódio por Bizâncio, o antigo império cujas tradições superavam as do seu, nem do seu objetivo de dar continuidade à política normanda de estabelecimento de um domínio mediterrâneo, o que por si já envolveria a destruição de Bizâncio. A cruzada era uma peça inevitável de tal política. Dedicou todo o ano de 1197 à minuciosa elaboração de seus planos. A expedição germânica que desembarcou naquele ano em Acre deveria preceder um exército maior, comandado por ele em pessoa. Apesar de seu constrangimento, o Papa Celestino III, pessoa timorata e vacilante, não fez menção de dissuadi-lo, conquanto o aconselhasse a não lançar um ataque imediato a Constantinopla, com cujo imperador se negociava a unificação da Igreja. Não fosse pela súbita morte de Henrique em Messina, aos 32 anos, justamente quando preparava uma grande armada para conquistar o Oriente, é muito possível que ele tivesse conseguido tornar-se senhor de toda a cristandade.[2]

O Papa Celestino faleceu alguns meses depois do imperador. Ao ser entronizado, Inocêncio III viu-se, portanto, sem um rival leigo. A Imperatriz viúva Constância pôs seu reino siciliano e seu filhinho, Frederico, sob seus cuidados. Na Alemanha, onde não se conhecia o príncipe siciliano, seu tio (irmão de Henrique), Filipe da Suábia, apoderou-se das terras da família e reivindicou o império — descobrindo então que os inimigos dos Hohenstaufens haviam sido intimidados apenas temporariamente. A Casa dos Guelfos apresentou um candidato rival, Oto de Brunswick. Ricardo da Inglaterra

1 Sobre a atitude de Inocêncio III, ver Fliche, *La Chrétienté Romaine* (vol. X de Fliche e Martin, *Histoire de L'Eglise*), pp. 44-60.

2 Ver Foreville e de Pina, *Du Premier Concile au Latran à l'avènement d'Innocent III* (vol. IX de Fliche e Martin, *Histoire de l'Eglise*), pp. 216-26.

pereceu em março de 1199, e seu irmão João e sobrinho Artur disputavam a herança, com o Rei Filipe da França tomando parte ativa no conflito. Com os reis da França e da Inglaterra desse modo ocupados, a Alemanha envolvida numa guerra civil e a autoridade pontifícia restaurada no sul da Itália, Inocêncio podia cuidar com tranqüilidade da pregação de sua Cruzada. Como medida preliminar, abriu negociações com o imperador bizantino, Aleixo III, para a unificação das Igrejas.[1]

Na França, o maior agente do papa como pregador era o itinerante Fulco de Neuilly, que se empenhava havia muito por inspirar uma cruzada. Era célebre por seu destemor diante dos príncipes, como quando ordenara que o Rei Ricardo deixasse de lado seu orgulho, avareza e luxúria.[2] A pedido do papa, pôs-se a percorrer o país, persuadindo os camponeses a seguirem seus senhores na Guerra Santa. Na Alemanha, os sermões do Abade Martinho de Pairis eram quase igualmente inspiradores, muito embora ali os nobres estivessem demasiado envolvidos na guerra civil para prestar-lhe muita atenção.[3] Nem Fulco nem Martinho, todavia, despertaram o mesmo entusiasmo dos pregadores da Primeira Cruzada. O recrutamento foi mais organizado e, em sua maior parte, restringiu-se aos dependentes dos barões que haviam tomado a Cruz — muitos deles movidos menos por piedade que pelo desejo de adquirir novas terras longe da atividade disciplinar do Rei Filipe Augusto. Tibaldo de Champanhe foi aceito de modo geral como líder do movimento. Acompanharam-no Balduíno IX de Hainault, Conde de Flandres, e seu irmão Henrique; Luís, Conde de Blois; Godofredo III de Le Perche; Simão IV de Montfort com seus irmãos, Enguerrando de Boves, Reinaldo de Dampierre e Godofredo de Villehardouin; além de inúmeros nobres de menor monta, originários do norte da França e dos Países Baixos. O Bispo de Autun anunciou sua adesão com uma companhia de cavaleiros de Auvergne. Na Renânia, o Bispo de Halberstadt e o Conde de Katznellenbogen assumiram a Cruz com muitos de seus vizinhos.[4] Seu exemplo foi seguido logo depois por diversos magnatas do norte da Itália, encabeçados por Bonifácio, Marquês de Montferrat, cuja participação despertou no Papa Inocêncio suas primeiras apreensões

---

1 Fliche, *op.cit.* pp. 46, 50; *Gesta Innocentii III, M.P.L.* vol. CCXIV, cols. 119-23.

2 Villehardouin, *loc. cit.;* Rogério de Hoveden, IV, pp. 76-7. Ricardo ofereceu-se para casar seu orgulho com os templários, sua avareza com os cistercienses e sua luxúria com seus bispos.

3 Gunther, *História Constantinopolitana* em Riant, *Exuviae*, I, pp. 60-1.

4 Villehardouin, I, pp. 6-14, e Roberto de Clary (ed. Lauer), pp. 2-3, fornecem listas dos cruzados franceses. Villehardouin, p. 74, cita nomes dos cruzados alemães.

com relação a toda a empresa — dado que os príncipes de Montferrat eram amigos e aliados fiéis dos Hohenstaufens.[1]

Não houve meios de organizar a expedição com rapidez. O primeiro empecilho foi a obtenção de navios que a transportassem até o Oriente, já que, com o declínio de Bizâncio, a rota terrestre através dos Bálcãs e da Anatólia deixara de ser viável. Nenhum dos cruzados, entretanto, dispunha de frota, exceto o Conde de Flandres, e a esquadra flamenga partiu para a Palestina por conta própria, sob o comando de João de Nesle.[2] Em seguida, surgiu a questão da estratégia geral. Ricardo Coração-de-Leão manifestara a opinião, ao deixar a Palestina, de que o Egito era o ponto fraco do Império Sarraceno. Acabou-se decidindo que essa deveria ser a meta a cruzar. O ano de 1200 transcorreu em negociações diversas, sobre as quais Inocêncio esforçou-se por manter algum controle. Em março de 1201, Tibaldo de Champanhe morreu de maneira inopinada, e a cruzada elegeu líder em seu lugar Bonifácio de Montferrat. Era uma escolha natural. A Casa de Montferrat possuía notáveis conexões com o Oriente. O pai de Bonifácio, Guilherme, morrera como barão palestino. De seus irmãos, Guilherme desposara Sibila de Jerusalém e fora pai do Rei-menino Balduíno V; Rainier casara-se com a filha do Imperador Manuel e fora assassinado em Constantinopla; e Conrado fora o salvador de Tiro, governante da Terra Santa e pai de sua atual herdeira. Sua indicação para o comando dos cruzados, porém, afastou-os da influência do Papa Inocêncio. Bonifácio esteve na França em agosto de 1201 e encontrou-se com seus principais colegas em Soissons, onde estes lhe ratificaram a liderança. De lá, ele seguiu para a Alemanha, a fim de passar os meses de inverno com seu velho amigo Filipe da Suábia.[3]

Filipe da Suábia, também tinha interesses pessoais no Oriente, mas mais em Bizâncio que na Síria. Compartilhava plenamente a antipatia de sua dinastia pelos imperadores bizantinos; esperava em breve tornar-se Imperador do Ocidente e pretendia levar a cabo todos os planos de seu irmão Henrique. Ademais, possuía vínculos particulares com Bizâncio. Quando Henrique VI conquistou a Sicília, entre seus prisioneiros figurava a jovem viúva do destituído príncipe siciliano Rogério — Irene Angelina, filha do Imperador Isaac Ângelo, cuja mão ele deu em casamento a Filipe. Os dois

---

1 Villehardouin, I, p. 44, insinua que Bonifácio só assumiu a Cruz ao ser nomeado comandante-em-chefe; *Gesta Innocentii III, loc. cit.* col. 132, sugere as suspeitas do papa. A mãe de Bonifácio era meia-irmã do avô de Henrique VI, e seu pai, meio-irmão da avó de Filipe da França.

2 Ver atrás, p. 98.

3 Villehardouin, I, pp. 40-6; Roberto de Clary, pp. 4-6; *Gesta Innocentii III, loc. cit.*, insinuando que Filipe da França interveio em favor de Bonifácio.

viveram um grande amor, e devido a seus sentimentos pela esposa Filipe acabou se envolvendo nas contendas dinásticas dos Angeli.[1]

Alguns meses após as bodas de Filipe, seu sogro Isaac perdeu o trono. O poder não lhe aprimorara a capacidade. Seus funcionários eram corruptos e incontroláveis e, ele mesmo, muito mais extravagante do que seu emaciado império era capaz de suportar. Isaac perdera metade da península balcânica para um vigoroso e ameaçador reino valáquio-búlgaro. Os turcos, até a morte de Kilij Arslan II em 1192, arraigaram-se continuamente na Anatólia, isolando Bizâncio do litoral sul e da Síria. Cada vez mais concessões comerciais eram vendidas aos italianos em troca de dinheiro à vista. O pródigo e indelicado esplendor das núpcias do imperador com a Princesa Margarida da Hungria enfureceu seus súditos, submetidos a uma pesada carga tributária. Sua própria família começou a desertá-lo — até que, em 1195, seu irmão, Aleixo, arquitetou um bem-sucedido complô palaciano. Isaac foi cegado e atirado à prisão, junto com seu filho, o Aleixo mais jovem. O novo imperador, Aleixo III, mostrou-se pouco mais hábil que o irmão. Exerceu alguma atividade diplomática, cortejando o pontificado com propostas de diálogo sobre unificação eclesiástica — uma amizade que talvez o preservasse de um ataque por parte de Henrique VI — e suas intrigas ajudaram a garantir a desunião dos príncipes seljúcidas. As questões domésticas, entretanto, foram delegadas à sua esposa Eufrosina, tão extravagante e cercada de servos corruptos quanto seu cunhado destituído.[2]

No fim de 1201, o jovem Aleixo, filho de Isaac, escapou do cativeiro em Constantinopla e conseguiu chegar à corte de sua irmã, na Alemanha. Filipe recebeu-o bem e apresentou-o a Bonifácio de Montferrat. Os três reuniram-se. Aleixo almejava o trono do pai; Filipe estava pronto a ajudá-lo, a fim de fazer do império oriental cliente do ocidental; Bonifácio possuía um exército cruzado ao seu dispor. Não seria vantajoso para a Cruzada se parasse no caminho para entronizar um governante amigo em Constantinopla?[3]

---

1 *Chronica Regia Coloniensis*, p. 157.

2 Ver Vasiliev, *History of the Byzantine Empire*, pp. 440-5, 487.

3 Nicetas Choniates, p. 712; Inocêncio III, cartas, V, 122, *Gesta Innocentii III*, *loc. cit.* cols. 123-5; *ibid.* cols. 130-2. Toda a questão de se o desvio da Quarta Cruzada foi ou não premeditado já foi objeto de acirrados debates. Ver Vasiliev, *loc. cit.* pp. 455-8. A verdade parece ser que, embora tanto Filipe da Suábia quanto Bonifácio e os venezianos tivessem seus próprios motivos para desejar um ataque a Constantinopla, foi o acaso da chegada de Aleixo que tornou o desvio viável. O papa não tinha tal intenção, e o cruzado médio, francês, tinha efetivamente como objetivo a Terra Santa, mas deixou-se levar pelas circunstâncias. Sobre a atitude de Bonifácio, ver Grégoire, "The Question of the Diversion of the Fourth Crusade", *Byzantion*, vol. XV. Sobre os planos explícitos de Filipe da Suábia, ver Winkelmann, *Philipp von Schwaben*, I, pp. 296, 525.

Nesse ínterim, os cruzados procuravam meios de transporte para sua travessia. Em princípios de 1201, enquanto o Conde de Champanhe ainda era vivo, entabularam negociações com Veneza, para onde enviaram Godofredo de Villehardouin a fim de combinar as condições. Ele e os venezianos assinaram um acordo em abril. Em troca de 85 mil marcos de prata de Colônia, Veneza consentiu em munir a cruzada, até 28 de julho de 1202, de transporte e víveres para um ano para 4,5 mil cavaleiros e seus cavalos, 9 mil escudeiros e 20 mil soldados de infantaria. Ademais, a República disponibilizaria cinqüenta galeras para acompanhar a cruzada, sob a condição de que metade de suas conquistas fosse cedida aos venezianos. Firmado o pacto, os cruzados foram convocados a reunirem-se em Veneza, prontos para se lançarem contra o Egito.[1]

Alguns cruzados desconfiaram do tratado. O Bispo de Autun conduziu sua companhia direto de Marselha para a Síria. Outros, sob Reinaldo de Dampierre, impacientaram-se com a demora dos venezianos e tomaram suas próprias providências para partir para Acre. Verificava-se também uma certa insatisfação entre os cruzados mais humildes quanto à decisão de atacar o Egito. Haviam se alistado para resgatar a Terra Santa, e não conseguiam atinar com o porquê de ir para qualquer outro lugar. Seu descontentamento foi discretamente alimentado pelos venezianos, que não tinham a menor intenção de apoiar um ataque ao Egito. Al-Adil tinha plena consciência das vantagens proporcionadas aos seus domínios pelo comércio com a Europa, e sua conquista do Egito fora seguida da oferta de valiosas concessões comerciais às cidades italianas. Ao mesmo tempo que o governo veneziano negociava com os cruzados o transporte de suas forças, seus embaixadores encontravam-se no Cairo, articulando um acordo comercial com o vice-rei do sultão, que assinou com eles um tratado na primavera de 1202, depois que emissários especiais enviados a Veneza por al-Adil haviam recebido do Doge a garantia de que este não apoiaria nenhuma expedição contra o Egito.[2]

Não se sabe se os cruzados compreendiam as sutilezas da diplomacia veneziana. Contudo, ainda que algum deles desconfiasse de que estava

---

1 Villehardouin, II, pp. 18-34. O papa deu sua aprovação ao tratado, mas sem grande entusiasmo, já que desconfiava claramente dos venezianos (*Gesta Innocentii III*, *loc. cit.* col. 131).

2 A existência de um tratado definitivo, que Hopf, *Geschichte Griechenlands*, I, p. 118, data de 13 de maio de 1202, costuma ser negada; com efeito, Hopf não indica suas fontes. Todavia, Ernoul, pp. 345-6, afirma peremptoriamente que as negociações entre Veneza e o sultão estavam em curso na época. Não há necessidade de conjeturar que ele estivesse inventando tal história, supostamente baseada em informações dos venezianos na Síria. Sobre deserções da cruzada, Villehardouin, I, pp. 52-4.

sendo logrado, nada poderia fazer. O tratado com Veneza deixou-os inteiramente em suas mãos, pois não tinham como levantar os 85 mil marcos prometidos. Em junho de 1202, o exército estava reunido, mas, como o dinheiro não estava disponível, a República não forneceu os navios. Acampados na ilhota de San Niccolo di Lido, assediados pelos mercadores venezianos, junto aos quais haviam contraído dívidas, ameaçados de terem seus suprimentos totalmente cortados caso o pagamento não fosse feito, os cruzados em setembro já estavam dispostos a aceitar todos os termos que Veneza lhes oferecesse. Bonifácio, que se juntara aos demais no verão depois de uma insatisfatória visita ao papa em Roma, já estava pronto a trabalhar com os venezianos. Havia algumas décadas travava-se uma guerra desconexa entre a República e o Rei da Hungria pelo controle da Dalmácia, e a cidade-chave de Zara acabara de cair nas mãos dos húngaros. Os cruzados foram então informados de que a expedição partiria e a quitação da dívida seria adiada caso eles tomassem parte em uma campanha preliminar para recapturar Zara. O papa, ao tomar conhecimento da proposta, enviou uma mensagem imediata proibindo sua aceitação. No entanto, quaisquer que fossem os sentimentos dos cruzados a respeito de sua moralidade, não tinham outra alternativa senão aceitar.[1]

Bonifácio de Montferrat, dotado de poucos escrúpulos cristãos, e o Doge de Veneza, Enrico Dandolo, já haviam feito o acordo às ocultas. Dandolo não permitira que a idade muito avançada lhe abatesse a energia ou a ambição. Cerca de trinta anos antes, ele fora numa embaixada a Constantinopla, onde se envolvera numa briga e perdera parte da visão. O conseqüente rancor contra os bizantinos acentuou-se quando, logo após sua acessão ao dogado, em 1193, ele enfrentou uma certa dificuldade em obter do Imperador Aleixo III a renovação dos favoráveis termos comerciais proporcionados a Veneza pelo Imperador Isaac. Estava, pois, pronto a discutir com Bonifácio planos para uma expedição contra Constantinopla. Por ora, todavia, as aparências da cruzada precisavam ser mantidas. Assim que o ataque a Zara foi aprovado, celebrou-se uma cerimônia solene na Catedral de S. Marco, na qual o Doge, assim como seus principais conselheiros, assumiu ostentosamente a Cruz.[2]

A frota deixou Veneza em 8 de novembro de 1202, chegando a Zara dois dias depois. Ao cabo de um violento assalto, a cidade capitulou no dia 15, sofrendo uma pilhagem voraz. Três dias mais tarde, venezianos e cruzados

---

1 Villehardouin, I, pp. 58-66; Roberto de Clary, pp. 9-11.
2 Villehardouin, I, pp. 66-70; Roberto de Clary, pp. 10-12. Sobre Dandolo ver Diehl, *Une République Patricienne, Venise*, pp. 47-8; Vasiliev, *op. cit.* pp. 452-3.

desentenderam-se na divisão dos espólios, mas acabaram chegando a um acordo. O Doge e Bonifácio decidiram então que o ano estava avançado demais para aventurarem-se no Oriente. A expedição acomodou-se para passar o inverno em Zara, enquanto seus líderes planejavam as operações futuras.[1]

Ao receber a notícia do saque de Zara em Roma, o Papa Inocêncio ficou horrorizado. Era intolerável que, desafiando suas ordens, usassem uma cruzada para atacar o território de um filho fiel da Igreja. Assim, excomungou toda a expedição. No entanto, reconhecendo que os próprios cruzados haviam sido vítimas de chantagem, perdoou-os, mas manteve a excomunhão dos venezianos.[2] Dandolo não se deixou abalar. Através de Bonifácio, já estava em contato com Filipe da Suábia, também excomungado. Em princípios de 1203, chegou a Zara um mensageiro alemão, enviado por Filipe a Bonifácio, portando a oferta final de seu cunhado, Aleixo. Se a cruzada prosseguisse até Constantinopla e instalasse Aleixo no trono imperial, este assumiria o compromisso de pagar aos cruzados a quantia por eles devida aos venezianos, muni-los do dinheiro e dos víveres necessários para a conquista do Egito e acrescentar um contingente de 10 mil homens do exército bizantino; arcaria com a manutenção de quinhentos cavaleiros, a permanecerem na Terra Santa, e asseguraria a submissão da Igreja de Constantinopla a Roma. Bonifácio submeteu a questão a Dandolo, que ficou encantado. Aquilo significava que Veneza não só receberia seu dinheiro como, ao mesmo tempo, humilharia os gregos e fortaleceria seus privilégios comerciais em todo o Império Bizantino. A investida contra o Egito poderia ser facilmente frustrada mais tarde.[3]

Quando a proposta foi apresentada aos cruzados, houve alguns dissidentes, tais como Reinaldo de Montmirail, que entendia que eles haviam tomado a Cruz para lutar contra os muçulmanos e não via justificativa para novos atrasos. Estes deixaram a hoste e seguiram para a Síria. Outros permaneceram com a tropa, mas sob protesto; outros ainda foram silenciados por oportunos subornos venezianos. O cruzado comum, contudo, fora ensinado a crer que Bizâncio consistentemente traíra a cristandade em todas as Guerras Santas. Seria uma atitude sensata e meritória obrigá-lo a cooperar agora. Os membros pios do exército sentiram-se felizes por colaborar com uma política que poria os cismáticos gregos na linha. Os mais mundanos pensa-

---

1 Villehardouin, I, pp. 76-90; Roberto de Clary, pp. 12-14.
2 Inocêncio III, carta, V, 161,162, VI, 99-102 (*M.P.L.* vol. CCXIV, cols. 1178, 1182; vol. CCXV, cols. 103-10); Villehardouin, I, pp. 104-8.
3 Villehardouin, I, pp. 90-100, refere-se a negociações prévias entre Aleixo e os cruzados em Veneza, pp. 70-4.

vam nas riquezas de Constantinopla e suas prósperas províncias e ansiavam pelos despojos em perspectiva. Alguns dos barões, inclusive o próprio Bonifácio, talvez olhassem ainda mais longe e calculassem que propriedades às margens do Egeu seriam muito mais atraentes que qualquer outra na pobre terra síria. Toda a carga de ressentimento acumulada pelos ocidentais contra a cristandade do Oriente facilitou a tarefa de Dandolo e Bonifácio de angariar o apoio da opinião pública.[1]

A inquietação do papa a respeito da cruzada não abrandou quando ele soube da decisão tomada. Um plano arquitetado pelos venezianos e pelos amigos de Filipe da Suábia dificilmente importaria benefícios para a Igreja. Ademais, ele conhecera o jovem Aleixo e descrevera-o como um moço imprestável. Era tarde demais, todavia, para fazer um protesto eficaz; e, se o desvio de fato assegurasse o auxílio bizantino contra os infiéis e ao mesmo tempo obtivesse a unificação das Igrejas, seria justificado. Inocêncio contentou-se em determinar que nenhum outro cristão fosse atacado, a menos que estivesse estorvando a Guerra Santa de maneira ativa. Teria sido mais sábio a longo prazo se ele tivesse expressado, mesmo que em vão, uma desaprovação explícita e intransigente. Para os gregos, sempre desconfiados das intenções pontifícias e ignorantes dos intrincados detalhes da política ocidental, a frieza de sua condenação pareceu prova de que era ele a potência por trás de toda a intriga.[2]

Em 25 de abril, Aleixo chegou a Zara, vindo da Alemanha; alguns dias depois, a expedição seguiu adiante, fazendo uma pausa em Durazzo, onde Aleixo foi aceito como imperador, e em seguida em Corfu — onde Aleixo assinou um tratado solene com seus aliados. A viagem foi retomada em 25 de maio. A esquadra contornou o Peloponeso e virou para o norte, rumo à ilha de Andros, em cujas fontes abundantes completou seus tanques de água. De lá, seguiu para os Dardanelos, que encontrou desguarnecidos. Uma vez

---

1 Villehardouin, I, pp. 100-4; Roberto de Clary, pp. 14-15. Hugo de Saint Pol, carta em *Chronica Regia Coloniensis*, p. 205, afirma que quase todos os cruzados preferiam seguir para a Palestina, mas acabaram persuadidos.

2 Gesta Innocentii III, *loc. cit.* cols. 130-2: Inocêncio III, cartas, V, 122 (para o Imperador Aleixo, *M.P.L.* vol. CCXIV, cols. 1123-5), e carta para o Arcebispo Ebrardo de Salzburgo, *Registrum de Negotio Romani Imperii*, LXX (*M.P.L.* vol. CCXVI, cols. 1075-7), onde fala na necessidade de reflexão acerca daquelas questões. Filipe da Suábia provavelmente tinha conhecimento do projeto de atacar Zara, já que enviou o Cardeal Pedro de Cápua, junto com líderes cruzados, para granjear o apoio do papa para Aleixo num momento em que não se poderia responder se a cruzada iria direto para o Oriente. Ver Bréhier, *Les Croisades*, p. 155. *A Crônica de Novgorod* (ed. Lasonov, p. 241) declara que o pontífice apoiou o plano de atacar Constantinopla, ao passo que a *Chronica Regia Coloniensis*, p. 200, sugere que ele cancelou a excomunhão dos cruzados pela agressão a Zara quando estes decidiram rumar para Constantinopla.

que a safra trácia estava amadurecendo, os cruzados aportaram em Abidos para colher tudo o que pudessem. Em 24 de junho, assomaram diante da capital imperial.[1]

O Imperador Aleixo III não se preparara para sua chegada. O exército imperial jamais se recuperara dos desastres ocorridos nos derradeiros anos de Manuel. Era composto quase na íntegra por mercenários. Os regimentos francos eram obviamente indignos de confiança naquele momento; só se poderia contar com os regimentos eslavos e pechenegues enquanto houvesse dinheiro à vista para pagá-los. A Guarda Varangiana, agora constituída basicamente por ingleses e dinamarqueses, ostentava tradições de lealdade à figura do imperador; entretanto, Aleixo III não era um homem que inspirasse grande fidelidade pessoal. Afinal, não passava de um usurpador, que conquistara o trono não por algum mérito como soldado ou estadista, mas mediante mesquinhas intrigas palacianas, e mostrara-se pouco competente no governo. Sentia-se inseguro não só em relação ao seu exército, mas ao ânimo geral de seus súditos. Parecia menos perigoso não fazer nada. Constantinopla já fizera frente a um sem-número de tempestades em seus nove séculos de história. Sem dúvida resistiria a mais uma.

Depois de atacar, sem êxito, Calcedônia e Crisópolis, no litoral asiático do Bósforo, os cruzados desembarcaram em Gálata, do outro lado do Corno de Ouro. Ocuparam a cidade e conseguiram partir a corrente que fechava a entrada do Corno, penetrando com seus navios no porto. O jovem Aleixo levara-os a crer que toda a Bizâncio se ergueria para saudá-los. Surpreendeu-os deparar-se com os portões da cidade fechados e soldados guarnecendo as muralhas. Suas primeiras tentativas de assalto, encetadas dos navios contra os muros ao longo do Corno de Ouro, foram rechaçadas; no entanto, após um embate ferrenho em 17 de julho, Dandolo e os venezianos abriram uma brecha. Aleixo III, que ficara tão surpreso quanto os cruzados ao encontrar a cidade defendida, já cogitava fugir; lera na Bíblia como Davi fugira de Absalão, assim vivendo para recuperar seu trono. Levando consigo sua filha predileta e uma sacola de pedras preciosas, evadiu-se pelos muros de terra e refugiou-se em Mosinópolis, na Trácia. As autoridades governamentais, vendo-se sem imperador, tomaram uma decisão rápida, mas sutil. Tiraram o cego ex-imperador Isaac de sua cela e colocaram-no no trono, anunciando para Dandolo e os cruzados que, como o pai do aspirante fora restaurado ao poder, não havia necessidade de continuar os combates.

---

1 Villehardouin, I, pp. 110-28; Roberto de Clary, pp. 30-40; Anônimo de Halberstadt, em Riant, *Exuviae*, I, pp. 14-15; *Devastatio Constantinopolitana* (ed. Hopf), pp. 88-9; Nicetas Choniates, p. 717.

O jovem Aleixo até então optara por ignorar a existência de seu pai, mas não podia repudiá-lo agora — e convenceu seus aliados a postergar a investida. Enviaram então uma embaixada para a cidade, a fim de comunicar que reconheceriam Isaac caso seu filho fosse entronizado como co-imperador e ambos honrassem o tratado firmado por este último. Isaac prometeu cumprir suas exigências. Em 1º de agosto, num serviço solene na Igreja de Sta. Sofia, em presença dos principais barões cruzados, Aleixo IV foi coroado como colega do pai.[1]

Aleixo IV não tardou a descobrir que um imperador não pode ser irresponsável como um mero aspirante. Sua tentativa de forçar o clero da cidade a admitir a supremacia de Roma e introduzir costumes latinos enfrentou uma irritada resistência. Tampouco foi-lhe fácil levantar toda a soma que prometera. Ademais, Aleixo cometeu a temeridade de iniciar seu reinado ofertando presentes generosos aos líderes cruzados, cuja cobiça foi assim incitada. Quando teve de entregar aos venezianos o dinheiro que os cruzados lhes deviam, descobriu que o Tesouro era insuficiente. Dessa forma, anunciou novos impostos, enfurecendo ainda mais a Igreja ao confiscar um grande volume de baixelas eclesiásticas, a fim de derretê-las para os venezianos. Ao longo de todo o outono e inverno de 1203, a atmosfera da cidade foi se tornando cada vez mais tensa. A visão dos insolentes cavaleiros francos cavalgando por suas ruas exasperava os cidadãos. O comércio encontrava-se num impasse. Destacamentos de soldados ocidentais ébrios pilhavam com freqüência as aldeias nos subúrbios, de modo que a vida deixara de ser segura fora dos muros. Um incêndio desastroso arrasou um bairro inteiro da cidade quando alguns franceses, num acesso de piedade, atearam fogo à mesquita construída para o uso dos mercadores muçulmanos que freqüentavam a cidade. Os cruzados, por sua vez, sentiam-se tão insatisfeitos quanto os bizantinos. Acabaram se dando conta de que o governo bizantino não tinha condições de cumprir as promessas feitas por Aleixo IV. Nem os homens, nem o dinheiro por ele oferecidos estavam disponíveis. O próprio Aleixo logo desistiu da inexeqüível tarefa de tentar contentar seus hóspedes. Convidou-os para um único banquete no palácio, e com sua ajuda empreendeu uma breve excursão militar contra seu tio, Aleixo III, na Trácia, voltando para casa para celebrar seu triunfo assim que venceu uma primeira escaramuça ligeira. O resto de seus dias e noites eram dedicados a prazeres privados. Seu pai Isaac, demasiado cego para fazer parte do governo, tran-

---

1 Nicetas Choniates, pp. 718-26 (um relato completo, do ponto de vista grego); Villehardouin, I, pp. 154-84 (o mais completo relato cruzado); Roberto de Clary, pp. 41-51; Anônimo de Halberstadt, pp. 15-16; *Devastatio Constantinopolitana*, pp. 89-90; carta de Hugo de Saint Pol em *Chronica Regia Coloniensis*, pp. 203-8.

cou-se com seus astrólogos favoritos, cujas profecias não lhe davam o menor conforto para o futuro. A ruptura aberta era inevitável, e Dandolo empenhou-se ao máximo, fazendo exigências desarrazoadas, para precipitá-la.[1]

Apenas dois homens em Constantinopla pareciam preparados para assumir o controle, ambos genros do ex-imperador Aleixo III. O marido de Ana, Teodoro Lascaris, destacava-se como soldado e organizara a primeira defesa contra os latinos. Após a fuga do sogro, contudo, ele se retirara. O marido de Eudóxia, Aleixo Murzúfulo, pelo contrário, procurara cair nas boas graças de Aleixo IV e recebera o título de Protovestiário. Arvorara-se de líder dos nacionalistas. Provavelmente a fim de assustar Aleixo IV e afastá-lo do trono, organizou um motim em janeiro de 1204; seu único resultado concreto, todavia, foi a destruição da grande estátua de Palas-Atena, obra de Fídias, que se encontrava no fórum, voltada para o oeste. A escultura foi feita em pedaços por uma turba bêbada, porque a deusa parecia estar acenando para os invasores.[2]

Em fevereiro, um grupo de representantes dos cruzados apresentou-se ao palácio de Blacherne para exigir de Aleixo IV o imediato cumprimento de suas promessas. Tudo o que ele pôde fazer foi confessar sua impotência, e os delegados quase foram despedaçados pela multidão furiosa ao saírem da câmara de audiências imperial. O populacho correu então a Sta. Sofia, onde declarou Aleixo deposto e elegeu em seu lugar um nobre obscuro chamado Nicolau Canabus, que por acaso estava presente e tentou repudiar a honraria. Murzúfulo então invadiu o palácio, e ninguém ensejou defender Aleixo IV, que foi atirado a uma masmorra e lá, estrangulado — o que, merecidamente, ninguém lamentou. Seu pai Isaac sucumbiu ao pesar e aos judiciosos maus-tratos ao cabo de alguns dias. O esquivo Canabus foi aprisionado, e Murzúfulo ascendeu ao trono como Aleixo V.[3]

A revolução palaciana foi um desafio direto aos cruzados. Os venezianos havia muito defendiam que o único curso de ação eficaz seria tomar Constantinopla de assalto e lá instalar um ocidental como imperador. Seu conselho agora parecia justificar-se. Todavia, não seria fácil escolher um imperador. O assunto foi debatido durante todo o mês de março no acampamento de Gálata. Alguns insistiam na eleição de Filipe da Suábia, a fim de unir os dois impérios. Filipe, contudo, estava longe. Fora excomungado, e desagra-

---

1 Nicetas Choniates, pp. 736-8; Villehardouin, I, pp. 186-206; Roberto de Clary, pp. 57-8; *Devastatio Constantinopolitana*, pp. 90-1.

2 Nicetas Choniates, pp. 738-47; Villehardouin, II, pp. 6-23; Roberto de Clary, p. 57; *Devastatio Constantinopolitana*, p. 91.

3 Nicetas Choniates, pp. 738-47; Villehardouin, II, pp. 6-23; Roberto de Clary, pp. 58-9; *Devastatio Constantinopolitana*, p. 92.

dava aos venezianos a idéia de um império único e poderoso. Bonifácio de Montferrat era o candidato óbvio. Também ele, porém, a despeito dos protestos de afeto de Dandolo por ele, os venezianos desaprovavam. Bonifácio era excessivamente ambicioso para seu gosto. Ademais, tinha vínculos com os genoveses. Por fim, decidiu-se que um comitê de seis francos e seis venezianos elegeria o imperador assim que a cidade caísse. Se, como parecia melhor, o imperador fosse um franco, um veneziano seria eleito patriarca. O imperador ficaria com o grande palácio imperial e o palácio residencial de Blacherne, além de um quarto da cidade e do império. Os três quartos restantes seriam repartidos meio a meio entre os venezianos e os cavaleiros cruzados, a serem divididos em feudos entre eles. Com exceção do Doge, todos os senhores feudais prestariam homenagem ao imperador. Tudo seria então ordenado "em honra de Deus, do Papa e do Império". Toda e qualquer pretensão de que a expedição ainda iria dar combate aos infiéis foi abertamente abandonada.[1]

Aleixo V foi um governante vigoroso, mas não popular. Exonerou todos os ministros que pensava não serem fiéis à sua pessoa, dentre eles o historiador Nicetas Choniates, que dele se vingou em sua *História*. Envidaram-se alguns esforços no sentido de reparar os muros e organizar a população para a defesa da cidade. As guardas locais, todavia, estavam desmoralizadas devido às constantes revoluções, e não chegara a surgir uma oportunidade de trazer tropas das províncias. Pior, havia traidores comprados pelos venezianos dentro da cidade. O primeiro ataque cruzado, em 6 de abril, foi repelido à custa de grandes perdas. Seis dias mais tarde, os cruzados voltaram a investir. Houve um embate desesperado no Corno de Ouro, onde os navios gregos tentaram debalde impedir a esquadra veneziana de desembarcar tropas sob os muros. O assalto principal foi dirigido contra a região de Blacherne, onde os muros de terra aproximavam-se do Corno de Ouro. Nessa altura, abriu-se uma brecha na muralha externa. Os defensores resistiam na barreira interna quando, por acidente ou traição, eclodiu um incêndio na cidade bem atrás de onde estavam, encurralando-os. Suas defesas entraram em colapso, e os francos e venezianos espalharam-se pela cidade. Murzúfulo fugiu com a esposa ao longo dos muros até o Portão Dourado, perto do Mar de Mármora, saindo em seguida para a Trácia, a fim de refugiar-se junto ao sogro, em Mosinópolis. Quando se soube de sua fuga, os nobres remanescentes reuniram-se em Sta. Sofia para oferecer a coroa a Teodoro Lascaris. No entanto, era tarde demais para salvar a cidade. Teodoro recusou a honraria sem sentido. Apresentou-se com o patriarca diante do Marco Dourado, na praça diante da igreja e do Grande

1 Villehardouin, II, pp. 34-36; Roberto de Clary, p. 68; Andrea Dandolo, *Crônica* (ed. Pastorello), p. 279.

Palácio, e discursou com paixão para a Guarda Varangiana, dizendo-lhe que nada ganharia caso se rendesse àquela altura para novos senhores. Seu espírito, todavia, fora quebrado, e eles não queriam mais lutar. Desse modo, Teodoro, sua esposa e o patriarca, junto com grande parte da nobreza, escapuliram para o porto do palácio e embarcaram para a Ásia.[1]

Houve alguns embates nas ruas à medida que os invasores abriam caminho à força pela cidade. Na manhã seguinte, o Doge e os principais cruzados estavam estabelecidos no Grande Palácio, e liberaram seus soldados para dedicarem-se pelos três dias seguintes à pilhagem.

O saque de Constantinopla não encontra paralelo em toda a História. Durante nove séculos, a grande cidade fora a capital da civilização cristã. Estava repleta de obras de arte que haviam sobrevivido desde a Antiga Grécia, além de obras-primas de seus próprios requintados artífices. Os venezianos, com efeito, reconheciam o valor desses artigos. Sempre que puderam, apoderaram-se dos tesouros e levaram-nos para adornar as praças, igrejas e palácios de sua própria cidade. Os franceses e flamengos, contudo, estavam sedentos por destruição. Varreram as ruas e casas numa turba ensandecida, agarrando tudo o que brilhasse e destruindo tudo o que não conseguiam carregar, parando só para matar, estuprar ou arrombar as adegas para se refrescarem. Não foram poupados nem monastérios, nem igrejas, nem bibliotecas. Na própria Sta. Sofia, soldados bêbados rasgaram as colgaduras de seda, fizeram em pedaços a grande iconóstase de prata e pisotearam livros e ícones sagrados. Enquanto bebiam alegremente dos cálices do altar, uma prostituta sentou-se no trono do patriarca e pôs-se a cantar uma canção francesa obscena. Freiras foram violentadas em seus conventos; palácios e choupanas foram igualmente invadidos e arrasados; mulheres e crianças feridas jaziam moribundas pelas ruas. Por três dias, as horríveis cenas de pilhagem e derramamento de sangue prosseguiram, até a imensa e linda cidade ficar de joelhos. Mesmo os sarracenos teriam sido mais misericordiosos, clamou o historiador Nicetas, e com razão.[2]

---

1 Nicetas Choniates, pp. 748-56; Villehardouin, II, pp. 32-50; Roberto de Clary, pp. 60-79; Gunther, pp. 91-4, 100-4; carta de Balduíno, *R.H.F.* vol. XVIII, p. 522; *Devastatio Constantinopolitana*, p. 92; Ernoul, pp. 369-73; *Crônica de Novgorod*, pp. 242-5.

2 Nicetas Choniates, pp. 757-63; Nicholas Mesarites, em Heisenberg, *Neue Quellen zur Geschichte des Lateinischen Kaisertums*, I, pp. 41-8; carta do clero grego in Cotelerius, *Ecclesiae Graecae Monumenta*, III, pp. 510-14; Inocêncio III, cartas, VIII, 126 (*M.P.L.* vol. CCXV, cols. 699-702), um relato implacável dos horrores que lhe foram descritos; Villehardouin, II, pp. 52-8; Roberto de Clary, pp. 68-9, 80-1; Gunther, pp. 104-8; carta de Balduíno, *loc. cit.*; Ernoul, pp. 374-6; *Crônica de Novgorod*, pp. 245-6. Os cronistas latinos ficaram mais chocados com a rapacidade que com a crueldade dos cruzados. Gunther confessa que até o valoroso Martinho de Pains estava decidido a garantir sua parte do butim, embora por piedade roubasse apenas igrejas. Ernoul acusa os venezianos de serem os mais ávidos. Abu Shama (II, p. 154) revela que eles venderam a maior parte de seu butim para os muçulmanos.

Por fim, os latinos perceberam que tanta destruição não seria benéfica para ninguém. Quando os soldados atingiram a exaustão, restaurou-se a ordem. Todos os que haviam roubado objetos preciosos foram obrigados a entregá-los para os nobres francos, e cidadãos infelizes foram torturados para revelarem os bens que haviam logrado esconder. Mesmo depois de tanta destruição desumana, o volume do butim era assombroso. Ninguém, escreveu Villehardouin, poderia contabilizar todo o ouro e prata, baixelas e jóias, samites, sedas e peles — esquilo, vison e arminho. Nunca no mundo, acrescentou ele com base em sua própria autoridade erudita, tanto fora extorquido a uma cidade. Foi tudo dividido de acordo com o tratado; três oitavos para os cruzados, três oitavos para os venezianos e um quarto, reservado para o futuro imperador.[1]

A tarefa seguinte consistia em selecionar o imperador. Bonifácio de Montferrat ainda esperava ser o escolhido. Para aumentar suas chances, ele resgatara a Imperatriz viúva Margarida, a viúva húngara de Isaac, e imediatamente a desposara. Os venezianos, no entanto, não o queriam de modo algum. Sob sua influência, o trono foi entregue a um príncipe menos controverso, Balduíno IX, Conde de Flandres e Hainault, homem de alta linhagem e grande riqueza, mas fraco e mais fácil de trato. Seu título era maior que seu poder de fato; com efeito, seria o senhor de todo o território conquistado, com a ominosa exceção das terras de propriedade do Doge de Veneza. Seus domínios pessoais incluiriam a Trácia (até Corlu), a Bitínia e a Mísia até o Monte Olimpo, e algumas das ilhas egéias — Samotrácia, Lesbos, Quio, Samos e Cos. Sua capital, contudo, não lhe caberia inteiramente, já que os venezianos, reivindicando seu direito a três oitavos de Constantinopla, ficaram com a parte onde se localizava a Igreja de Sta. Sofia — na qual um veneziano, Tomás Morosini, foi instalado como patriarca. Ademais, exigiram para si as partes do império que contribuiriam para sua supremacia marítima — o litoral oeste da Grécia continental, todo o Peloponeso, Naxos, Andros e Eubéia, Galípoli e os portos trácios do Mármora, além de Adrianópolis. Para Bonifácio, como compensação pela perda do trono, ofereceram um vago território na Anatólia, o leste e o centro da Grécia continental e a ilha de Creta. Entrementes, não tendo o menor desejo de dedicar-se à conquista de terras na Ásia, ele requestou em seu lugar a Macedônia e Tessalônica. Balduíno objetou; todavia, Bonifácio recebeu o apoio da opinião pública, sobretudo ao defender seu direito hereditário, decorrente de seu irmão Rainier, que se casara com a porfirogeneta Maria. Além disso, seduziu os venezianos ao vender-lhes Creta — tornando-se, assim, Rei de Tessalônica, sob o imperador.

---

1 Villehardouin, II, pp. 59-60; Roberto de Clary, pp. 80-1.

Nobres de menor monta receberam feudos conforme a condição social e importância.[1]

Em 16 de maio de 1204, Balduíno foi cerimoniosamente coroado em Sta. Sofia. Em 1º de outubro, depois de suprimir uma solicitação de Bonifácio de independência, realizou uma cerimônia em Constantinopla, na qual empossou cerca de seiscentos de seus vassalos em seus feudos. Nesse meio tempo, uma constituição era elaborada, baseada em parte nas teorias dos juristas feudais e em parte no que se acreditava serem as práticas do Reino de Jerusalém. Um conselho de tenentes-em-chefe, assessorados pelos *podestà* venezianos de Constantinopla, orientava o imperador nas questões políticas, conduzia as operações militares e podia contrariar as determinações do imperador na esfera administrativa. Uma Suprema Corte, de composição similar, regulamentava suas relações com seus vassalos. Ele se tornou pouco menos que o presidente de uma casa de pares. Poucas constituições já foram tão impraticáveis quanto aquela representada pelos *Assises* da Romênia.[2]

A Romênia, como os latinos denominavam o império, tinha pouco mais realidade que o poder de seu imperador. Muitas de suas províncias ainda estavam por conquistar, e jamais o seriam. Os venezianos, em seu realismo, só ficaram com o que sabiam que poderiam manter: Creta e os portos de Modon e Croton, no Peloponeso, e, por ora, Corfu. Colocaram nobres vassalos de origem veneziana em suas ilhas no Egeu, e em Cefalônia e Eubéia aceitaram a homenagem dos príncipes latinos instalados antes deles. Bonifácio de Montferrat logo dominou a maior parte da Grécia continental, lá estabelecendo seus vassalos, com um burgúndio, Oto de La Roche, entronizado como Duque de Atenas e Tebas. O Peloponeso caiu para dois nobres franceses, Guilherme de Champlitte e Godofredo de Villehardouin — sobrinho do cronista, que fundou uma dinastia de príncipes de Acaia.[3]

Quase todas as províncias européias do império passaram então para as mãos dos latinos; entretanto, estes se iludiram em sua crença de que a captura de Constantinopla lhes conferiria todo o império. Em tempos de desastre, o espírito grego revela-se no que tem de mais corajoso e enérgico. A perda da capital imperial acarretou, a princípio, o caos. Em dois anos, porém, o mundo grego independente estava reorganizado em três Estados sucessórios. Mais para o leste, dois netos do imperador Andrônico, Aleixo e Davi

---

1 Para um debate da divisão do Império, ver Longnon, *L' Empire Latin de Constantinople*, pp. 49-64. O tratado de divisão é fornecido por Tafel e Thomas, *Urkunden*, I, pp. 464-8.

2 Villehardouin, II, pp. 66-8; Roberto de Clary, p. 93. Ver os *Assises da Romênia* (ed. Recoura), *passim*.

3 Longnon, *loc. cit.*; Hopf, *Geschichte Griechenlands*, II, p. 10.

Comneno, haviam, com auxílio da tia, a Rainha Tamar da Geórgia, ocupado Trebizonda e estabelecido um domínio ao longo do litoral do Mar Negro na Ásia Menor. Davi foi morto em 1206, em combate para ampliar seu poder rumo ao Bósforo; Aleixo, no entanto, sobreviveu para assumir o título de imperador e fundar uma dinastia que se estenderia por dois séculos e meio, enriquecendo com o comércio da Pérsia e do Oriente que passava por sua capital e as minas de prata nas colinas próximas, célebre também pela beleza de suas princesas. A oeste, um bastardo dos Angeli alçou-se a Déspota de Épiro e fundou uma dinastia que viria a extinguir o reino de Montferrat em Tessalônica. O mais formidável dos três foi o império estabelecido em Nicéia pela filha de Aleixo III, Ana, e seu marido, Teodoro Lascaris.

Os principais cidadãos que haviam escapado de Constantinopla lá se reuniram ao seu redor. O patriarca grego, João Camatero, que fugira para a Trácia, ali morreu em 1206, e um sacerdote que já se encontrava em Nicéia, Miguel Autoreano, foi eleito patriarca pelo clero exilado da antiga capital imperial. Dessa forma, foi Miguel quem celebrou a coroação de Teodoro e Ana. Aos olhos dos gregos, Nicéia passou a ser assim a sede do império legítimo. Teodoro logo estendeu seu domínio à maioria das terras que haviam sido deixadas para Bizâncio na Ásia. Em pouco mais de cinqüenta anos, seus sucessores voltariam a reinar em Constantinopla.[1]

Os latinos esqueceram-se também das demais raças dos Bálcãs. O império valáquio-búlgaro dos irmãos Asenos de bom grado se lhes teriam aliado contra os abominados gregos. Entretanto, o imperador latino reivindicou territórios ocupados pelo Czar Caloiano e o patriarca latino arrogou-se autoridade sobre a Igreja Ortodoxa Búlgara, levando a Bulgária a uma aliança artificial com os gregos. Na batalha de Adrianópolis, em 1205, o exército romeno foi quase aniquilado e o imperador Balduíno, abandonado à morte como prisioneiro de um castelo balcânico. Por um momento, pareceu que o próximo imperador a reinar em Constantinopla seria o czar búlgaro. Todavia, em Henrique, irmão de Balduíno, o oriente latino produziu seu único grande governante. A energia e sabedoria tolerante por ele demonstradas em seus dez anos de reinado salvaram o império latino da destruição imediata, e as rivalidades dos potentados gregos, suas querelas entre si e com os búlgaros e a constante proximidade dos turcos garantiram-lhe a sobrevivência até 1261.[2]

---

1 Vasiliev, "Foundation of the Empire of Trebizond", *Speculum*, vol. XI, pp. 3-37; Ostrogorsky, *Geschichte des Byzantinischen Staates*, 2ª ed., pp. 337-46.

2 Longnon, *op. cit. passim*, esp. pp. 77-186; Ostrogorsky, *op. cit.* pp. 337-59; Zlatarsky, *History of the Bulgarian Empire* (em búlgaro), III, pp. 211-47.

Os conquistadores exultantes de 1204 não podiam prever a inocuidade dos resultados de sua aventura. Seus contemporâneos deixaram-se igualmente deslumbrar pela façanha. A princípio, o júbilo propagou-se por todo o mundo latino. É verdade que o satirista clunisano Guyot de Provins indagou, em seus poemas, por que o papa consentiu em uma cruzada conduzida contra cristãos, e o trovador provençal Guillem Figuera severamente acusou Roma de perfídia contra os gregos. Enquanto este escrevia, porém, Roma pregava uma cruzada contra seus próprios compatriotas.[1] De qualquer maneira, essas vozes dissonantes eram raras. O Papa Inocêncio, apesar de todos os seus receios com relação ao desvio da cruzada para Constantinopla, ficou, num primeiro instante, encantado. Em resposta a uma carta extática em que o novo Imperador Balduíno jactanciava-se dos grandes e inestimáveis frutos do milagre promovido por Deus, Inocêncio escreveu que se regozijava no Senhor e dava-lhe sua aprovação sem reservas.[2] Em todo o Ocidente, ergueram-se peãs de louvor, e o entusiasmo só fez aumentar quando preciosas relíquias começaram a chegar às igrejas francesas e belgas. Cantavam-se hinos para celebrar a queda da grande cidade pagã, *Constantinopolitana Civitas diu profana*, cujos tesouros eram agora expelidos. Os latinos no Oriente sentiram-se encorajados pela notícia.[3] Sem dúvida, com Constantinopla nas mãos de seus parentes, toda a estratégia das cruzadas ganharia muito em eficácia. Corriam boatos de que os muçulmanos estavam aterrorizados, e o papa congratulou-se pelo alarme que se dizia que o Sultão do Egito teria expressado.[4]

As reconsiderações, no entanto, foram menos animadoras. Os temores pontifícios começaram a retornar. A integração do Império do Oriente e sua Igreja ao mundo da cristandade romana fora uma realização e tanto — mas será que se dera de modo a proporcionar benefícios duradouros? Ao receber mais informações, foi cientificado, para seu horror, das cenas sangrentas e blasfemas do saque da cidade. Como cristão, ficou profundamente chocado, e, como estadista, sobressaltou-se. Tamanha brutalidade não seria a melhor política para angariar o apreço da cristandade oriental. Inocêncio escreveu em fúria para Constantinopla, enumerando e denunciando as atrocidades.

---

1 Guyot de Provins, *Œuvres* (ed. Orr), p. 34; Guillem Figuera, "Dun Servientes Far" in de Bartholomaeis, *Poesie Provenziale Storiche*, II, pp. 98-9. Ver Throop, *Criticism of the Crusade*, pp. 30-1.

2 Inocêncio III, cartas, VII, 153, 154, 203, 208 (*M.P.L.* vol. CCXV, cols. 454-61, 512-16, 521-3).

3 Hinos encontrados em Riant, *Exuviae*, II, pp. 43-50, esp. *Sequentia Audegavensis.*

4 Inocêncio III, cartas, VII, 125 (*M.P.L.* vol. CCXV, col. 698). Ibn al-Athir, II, p. 95, observa que a conquista de Constantinopla ajudou os cruzados a chegarem mais facilmente à Síria.

Soube também que os conquistadores haviam, na maior desfaçatez, dividido entre si o Estado e a Igreja locais sem a menor referência à sua autoridade. Seus direitos foram deliberadamente ignorados, e ele viu a incompetência com que o novo império fora planejado e quão rematadamente os cruzados tinham sido ludibriados pelos venezianos. Em seguida, para seu desgosto, soube que seu legado, Pedro de Saint-Marcel, emitira um decreto absolvendo todos os que haviam assumido a Cruz de prosseguir em sua jornada para a Terra Santa. Ficou claro que o único objetivo da expedição era conquistar territórios cristãos; ela nada tinha a ver com ajudar os soldados cristãos que combatiam o Islã.[1]

Os francos da Síria já haviam percebido que seria inútil esperar uma cruzada em 1204. O verão transcorreu sem que os cruzados deixassem Constantinopla; em setembro, o Rei Amalrico firmou uma trégua com al-Adil, sabendo que não lhe chegariam reforços tão cedo.[2] Logo ficou patente, todavia, que os estabelecimentos latinos mais ao norte seriam positivamente nocivos aos assentamentos sírios. O Imperador Balduíno gabara-se para o Papa Inocêncio de que muitos cavaleiros de Outremer haviam comparecido à sua coroação — e não poupou esforços para convencê-los a permanecer consigo. Quando se descobriu que havia feudos prósperos e aprazíveis disponíveis junto ao Bósforo ou na Grécia, outros cavaleiros, cujas terras na Síria haviam sido perdidas para os muçulmanos, acorreram a Constantinopla para juntarem-se aos companheiros. Entre eles estavam Hugo de Tiberíades, o mais velho dos enteados de Raimundo de Trípoli e marido de Margarida de Ibelin, filha de Maria Comnena. Para os cavaleiros ocidentais mais arrojados não fazia mais sentido deslocar-se para tão longe, até o superpovoado reino de Jerusalém, em busca de um território ou uma herdeira. Havia terras melhores disponíveis na Grécia. A conquista de Chipre já levara muitos dos colonos a deixar a Síria. Depois da conquista da Romênia, os recrutas das Ordens Militares tornaram-se praticamente os únicos cavaleiros a deixar a Europa para defender a Terra Santa.[3]

A Quarta Cruzada foi o maior de todos os crimes contra a humanidade. Ela não só acarretou a destruição ou extravio de todos os tesouros do passado que Bizâncio tão ciosamente acumulara e feriu de morte uma civilização ainda ativa e grandiosa, constituindo também uma gigantesca asneira política. Não teve a menor serventia para os cristãos da Palestina — pelo contrário, privou-os de potenciais salvadores — e, pior, desarranjou todas as defe-

1 Inocêncio III, cartas, VIII, 126 (*M.P.L.* vol. CCXV, cols. 699-702).
2 Ver atrás, p. 99.
3 Villehardouin, II, p. 124.

sas da cristandade. Se os latinos tivessem conseguido assumir todo o império bizantino tal como era nos tempos de Manuel, teriam proporcionado uma ajuda vital ao movimento cruzado, ainda que a influência de Bizâncio nos interesses da Síria latina estivesse fadada a ter vida curta. Entretanto, Bizâncio perdera territórios na Anatólia desde a morte de Manuel — e, além de os latinos serem incapazes até de conquistar tudo o que sobrara, seu ataque aos gregos só fez fortalecer os turcos. Em decorrência da Quarta Cruzada, a rota terrestre entre a Europa e a Síria tornou-se ainda mais árdua, na medida em que aumentou a desconfiança dos gregos de Nicéia e a hostilidade turca para com os viajantes. Nunca mais uma companhia armada oriunda do Ocidente voltaria a tentar a travessia da Anatólia. A rota marítima tampouco foi facilitada, visto que os navios italianos agora preferiam transportar passageiros para as ilhas gregas e para o Bósforo do que para Acre ou os portos sírios.

No âmbito da história mundial, os efeitos foram absolutamente desastrosos. Desde a fundação de seu império, Bizâncio fora a defensora da Europa contra o Oriente infiel e o Norte bárbaro. Fizera-lhes frente com seus exércitos e sua civilização. Atravessara inúmeros períodos de ansiedade, quando parecia haver chegado ao fim, mas até então sobrevivera a todos. No apagar das luzes do século XII, estava enfrentando uma crise prolongada, decorrente dos danos causados ao seu efetivo militar e à sua economia pelas conquistas turcas na Anatólia, um século antes, e aprofundada pela intensa rivalidade entre as cidades mercantis italianas. Não obstante, poderia muito bem ter mais uma vez mostrado sua resiliência e reconquistado os Bálcãs e boa parte da Anatólia, e sua cultura poderia continuar exercendo influência ininterrupta sobre os países ao redor. Até os turcos seljúcidas talvez caíssem em suas mãos e acabassem sendo absorvidos, renovando o império. A história do Império de Nicéia é a prova viva de que os bizantinos não haviam perdido seu vigor. Contudo, com a perda de Constantinopla, rompeu-se a unidade do mundo bizantino — que jamais seria reparada, mesmo depois da recuperação da própria capital. Parte do feito dos nicenos foi manter os seljúcidas em xeque. Quando, porém, surgiu uma nova tribo turca, mais vigorosa, sob a liderança da brilhante casa de Osman, as divisões do mundo cristão oriental eram por demais profundas para que este pudesse fazer-lhe frente. Com efeito, a liderança mundial estava sendo perdida pelo berço mediterrâneo da cultura européia para as vastas planícies russas, no longínquo nordeste. A Segunda Roma cedia lugar para a Terceira Roma de Moscóvia.

Nesse ínterim, o ódio fora semeado entre as cristandades ocidental e oriental. As diáfanas expectativas do Papa Inocêncio e as complacentes

presunções dos cruzados de que o cisma tivera fim e a Igreja estava unificada nunca se concretizaram. Pelo contrário, sua barbárie deixou marcas que jamais lhes seriam perdoadas. No futuro, alguns potentados cristãos do Oriente defenderiam a união com Roma na doce esperança de que a unificação proporcionasse uma frente coesa contra os turcos. Contudo, sua gente não os apoiaria. A Quarta Cruzada não seria esquecida. Talvez fosse inevitável que a Igreja de Roma e as Igrejas orientais se apartassem, mas o movimento cruzado como um todo pôs suas relações a perder; dali por diante, independentemente do que determinados príncipes viessem a tentar, no íntimo dos cristãos orientais o cisma já era completo, irremediável e definitivo.

Capitulo 11

A Quinta Cruzada

"Caminham duas pessoas juntas, sem que antes tenham combinado?"
AMÓS 3, 3

O fracasso da Quarta Cruzada em enviar socorro material à Palestina não deixou de ter suas compensações. Por mais de dez anos o pequeno reino foi deixado em paz. A trégua que o Rei Amalrico firmara com o sultão foi respeitada. Sem auxílio ocidental, os francos não podiam arriscar-se a violá-la, ao passo que al-Adil permaneceu ocupado o suficiente mantendo o controle de seus domínios para não se dar ao trabalho de conquistar aquele Estado inofensivo; por outro lado, se o atacasse, muito provavelmente provocaria uma cruzada. Durante três anos, João de Ibelin pôde governar, sem ser incomodado, como regente para sua sobrinha, a Rainha Maria.

Em 1208, a rainha chegou aos dezessete anos, a idade de encontrar um marido. Uma embaixada composta por Florent, Bispo de Acre, e Aimar, senhor de Cesaréia, foi enviada à França para pedir um candidato ao Rei Filipe. Esperava-se que a oferta de uma coroa persuadisse algum príncipe rico e vigoroso a sair em resgate do Oriente franco. Todavia, não foi tão fácil encontrar um noivo. Por fim, na primavera de 1210, Filipe anunciou que um cavaleiro de Champanhe, de nome João de Brienne, aceitara a proposta.[1]

Foi uma escolha decepcionante. João era um filho caçula sem um tostão, que já contava sessenta anos. Seu irmão mais velho, Gualtério, casara-se com a primogênita do Rei Tancredo da Sicília, e debalde reivindicara o trono siciliano; João, por sua vez, passara a vida em relativa obscuridade, como um dos comandantes do monarca francês. Corria o boato de que foi ele o selecionado em virtude de uma intriga amorosa com a Condessa Branca de Champanhe, que estava escandalizando a corte. Salvo por sua pobreza, contudo, ele não era inadequado para o cargo. Tinha um profundo conhecimento de política internacional, e sua idade era uma garantia de que ele não embarca-

1 Ernoul, pp. 407-8; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 305-8; ver La Monte, "João d'Ibelin", em *Byzantion*, vol. XII.

ria em aventuras temerárias. Para torná-lo mais aceitável, o Rei Filipe e o Papa Inocêncio cederam-lhe, cada um, um dote de 40 mil libras de prata.[1]

Enquanto o novo soberano não chegava, João de Ibelin encarregou-se do governo. Em julho de 1210, a trégua com al-Adil chegou ao fim, e o sultão mandou uma mensagem a Acre sugerindo sua renovação. João de Ibelin presidiu um concílio em que recomendou a aceitação da oferta, no que recebeu o apoio do Grão-mestre do Hospital, Guerino de Montaigu, e do Grão-mestre dos Cavaleiros Teutônicos, Hermann Bardt. No entanto, o Grão-mestre do Templo, Filipe de Le Plessiez, persuadiu os bispos a insistirem em rejeitar a sugestão, com base no argumento jurídico de que o futuro rei não deveria ser constrangido por uma trégua. Na realidade, praticamente não houve embate. Al-Adil enviou seu filho, al-Mu'azzam, com algumas tropas para o Monte Tabor, e sua presença manteve os francos em xeque.[2]

João de Brienne desembarcou em Acre em 13 de setembro de 1210. No dia seguinte, o Patriarca Alberto de Jerusalém celebrou suas bodas com a Rainha Maria — e, em 3 de outubro, o casal real foi coroado em Tiro.

O novo rei logo se tornou popular. Demonstrou tato no trato com seus vassalos e as Ordens Militares, e cautela em suas relações com os muçulmanos. Enquanto a corte encontrava-se em Tiro para a coroação, al-Mu'azzam assaltara os subúrbios de Acre, mas não se arriscara a atacar a própria cidade. No início do verão seguinte, João permitiu que alguns de seus vassalos arranjassem, com os templários, uma expedição marítima até a boca do Nilo em Damieta, mas a empresa foi inócua. Alguns meses mais tarde, aceitou uma nova oferta de al-Adil de assinatura de uma trégua de cinco anos, que entrou em vigor em julho de 1212. Nesse meio tempo, o rei enviou mensagens a Roma, solicitando que uma nova cruzada estivesse pronta para partir para a Palestina assim que expirasse a trégua.[3]

Naquele mesmo ano, a jovem rainha faleceu, depois de dar à luz uma filha de nome Isabela, em homenagem à avó — mas mais comumente conhecida como Iolanda. Seu desaparecimento lançou dúvidas sobre a situação jurídica de João, que reinava como marido da rainha. Agora, o reino passara para Iolanda, e seu pai não possuía direitos legais. Como pai, entretanto, foi aceito como regente natural do reino, pelo menos até que ela se casasse. Continuou governando o país em paz até a chegada da cruzada seguinte. Para consolar-se em sua viuvez, ele desposou, em 1214, a Princesa Estefânia dã Armênia, filha de Leão II. Esta se revelou uma péssima ma-

---

1 *Estoire d'Eracles, loc. cit.*
2 *Ibid.* pp. 310, 316; Abu Shama, II, p. 158.
3 *Estoire d'Eracles, loc. cit.* e p. 317; Abu Shama, *loc. cit.*

drasta, e as fofocas atribuíram sua morte, em 1219, a uma grande surra que João lhe aplicara por haver tentado envenenar a pequena Iolanda.[1]

Os Estados latinos vizinhos foram menos felizes que o reino do Acre. Em Chipre, o Rei Amalrico fora sucedido por seu filho Hugo, de dez anos, e a regência foi entregue a Gualtério de Montbéliard, um cavaleiro francês que fora comissário de Amalrico e se casara com a irmã mais velha de Hugo, Burgúndia. Foi um regente desditoso, que envolveu a ilha numa guerra mal-aventurada contra os turcos; ao entregar o poder para seu cunhado, em 1210, foi exilado à força, devido a suspeitas de grave peculato durante o exercício do cargo. O Rei Hugo contava então quinze anos.[2] Dois anos antes, desposara sua meia-irmã, Alice de Jerusalém, conforme o acordo feito por seus respectivos pais. As negociações do casamento foram conduzidas pela avó da noiva, a Rainha Maria Comnena, e o dote foi fornecido por Branca de Navarra, Condessa de Champanhe, viúva do tio da noiva — a qual temia que, se Alice e sua irmã não estivessem ambas casadas em segurança no Oriente, uma delas pudesse vir a reivindicar o condado de Champanhe, tirando-o de seu próprio filho, ainda menino. O Rei Hugo era um jovem de temperamento irascível, cujas relações com os vizinhos, os vassalos, a Igreja e o papado eram consistentemente tempestuosas. Não obstante, proporcionou ao seu reino um governo firme.[3]

A situação no principado de Antióquia era muito mais conturbada. Boemundo, Conde de Trípoli, lá se estabelecera após a morte de seu pai, Boemundo III, em 1201 — violando os direitos de seu sobrinho, Raimundo-Rupênio. O tio-avô materno de Raimundo, Leão da Armênia, continuou defendendo sua causa. A situação complicou-se quando este se desentendeu com os templários, cujo castelo de Baghras recusava-se a devolver. Os hospitalários, pois, aliaram-se a ele, contra Boemundo. Este, no entanto, podia contar com a ajuda dos turcos seljúcidas, com quem Leão vivia em guerra permanente; e az-Zahir de Alepo estava sempre pronto a enviar-lhe reforços. Al-Adil, portanto, era hostil a Boemundo. Já os Reis de Jerusalém e Chipre eram inconstantes em suas simpatias. A problemática religiosa só fazia contribuir para o caos. Pelo bem do movimento cruzado como um todo, era crucial que a questão da sucessão antioquense fosse solucionada, e o

1 Ernoul, p. 411. Ver adiante, p. 151. *Estoire d'Eracles*, II, p. 320. Ver La Monte, *Feudal Monarchy*, p. 55. As crônicas de Outremer chamam a jovem rainha de Isabela, mas esta é em geral denominada Iolanda nas crônicas ocidentais. Emprego este último nome para incorrer em menos confusão com as demais Isabelas.

2 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 15-16; Mas Latrie, *Documents*, II, p. 13.

3 Mas Latrie, *Histoire de l'Ile de Chypre*, I, pp. 175-7; *Documents*, II, p. 34; Inocêncio III, cartas, IX, 28 (*M.P.L.* vol. CCXV, cols. 829-30); Hill, *History of Cyprus*, II, pp. 72-83.

Papa Inocêncio considerou ser seu dever intervir. Dois de seus legados, Sofredo de Saint-Praxedis e Pedro de Saint-Marcel, tentaram — um de cada vez, depois juntos — decidir o caso; todavia, conquanto Leão afirmasse sua deferência a Roma, recusou-se a se conciliar com os templários e ceder-lhes Baghras, conforme o papa lhe rogava. Boemundo, por outro lado, negou o direito pontifício de julgar uma questão exclusivamente feudal. Logo após a morte de Boemundo III, o Patriarca Pedro de Antióquia bandeara-se para o lado de Leão — pelo que nem Boemundo IV nem a Comuna de Antióquia (de intensos sentimentos antiarmênios) perdoaram-no. Em 1203, entretanto, Leão escrevera ao papa pedindo-lhe que a Igreja Arménia fosse colocada sob a jurisdição direta de Roma, e, em 1205, o patriarca desentendeu-se com o legado pontifício, Pedro de Saint-Marcel, acerca da nomeação do arcediago de Antióquia. Ninguém ficou do lado do patriarca, e Boemundo pôde vingar-se.[1]

O próprio Boemundo tinha seus problemas. Embora possuísse Antióquia e contasse com o apoio da comuna, seu poder na área rural era restrito. Seu condado de Trípoli foi sacudido, em fins de 1204, pela revolta de Renoart, senhor de Nephin, que desposara a herdeira de Akkar sem a permissão de Boemundo. Inúmeros nobres apoiaram-no, entre eles Ralph de Tiberíades, cujo irmão Oto encontrava-se então na corte de Leão. Os insurretos contavam com a simpatia do Rei Amalrico. Enquanto Boemundo se esforçava por suprimir a revolta, Leão assediou Antióquia e só se retirou quando um exército enviado por az-Zahir de Alepo veio em socorro de Boemundo. Depois da morte de Amalrico, João de Ibelin retirou o apoio aos rebeldes, que foram derrotados por Boemundo no fim do ano, depois de perder um olho durante a campanha. Nesse ínterim, para demonstrar que Antióquia, como Estado leigo, encontrava-se fora da jurisdição pontifícia, Boemundo anunciou que seu suserano sempre fora o Imperador de Constantinopla. Quando Maria de Champanhe, esposa do novo imperador latino Balduíno, passou pela Palestina em 1204 a caminho de encontrar-se com o marido, ele viajou até Acre para prestar-lhe homenagem.[2]

Em 1206, agora irritado tanto com o papa quanto com seu patriarca, Boemundo depôs este último e convocou o patriarca grego titular, Simão II, para ocupar-lhe o lugar. É provável que Simão já vivesse em Antióquia; e é

---

1 Sobre a história antioquense durante esse período, ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 600-15, com referências completas.

2 Alberico de Trois Fontaines, *Chronicon*, *R.B.F.* vol. XVIII, p. 884. A premissa vigente entre os francos era que o Império Latino de Constantinopla herdara todos os direitos dos bizantinos. Leão da Armênia, porém, entabulou negociações imediatas com o império niceno, que também se declarava herdeiro dos bizantinos. Ver Cahen, *loc. cit.* esp. p. 606.

certo que a iniciativa de Boemundo foi apoiada, senão sugerida, pela comuna. Apesar do século de governo franco, o elemento grego em Antióquia ainda era grande e próspero, e, com o passar do tempo, muitas das famílias mercantes latinas devem ter se casado com gregos. Todos abominavam os armênios, e o flerte do papa com Leão voltou-os contra Roma. Boemundo, por seu lado, agora que Bizâncio deixara de ser uma ameaça, inclinava-se a favorecer uma Igreja cujas tradições incluíam a deferência ao príncipe secular. Era irônico que a restauração do patriarcado grego, pela qual os imperadores bizantinos do último século tanto haviam lutado, se desse após a destruição de Bizâncio pelos latinos. O patriarca latino, Pedro, imediatamente solucionou sua disputa com o legado, o qual lhe restituiu seu poder de excomunhão, que fora posto em dúvida. Com plena aprovação de Roma, ele excomungou o príncipe e a comuna. Estes responderam apinhando as igrejas gregas da cidade. O patriarca latino, então, lançou mão de complôs. Quase no fim do ano seguinte, 1207, certa noite introduziu na cidade alguns cavaleiros que lhe eram fiéis. Estes conseguiram capturar a cidade baixa, mas Boemundo agrupou suas forças na cidadela e não tardou a expulsá-los. O patriarca Pedro, cuja cumplicidade era patente, foi julgado por traição e atirado na prisão, onde não recebeu comida nem água. Em desespero, ele ingeriu o óleo de sua lâmpada, e morreu em agonia.[1]

O Papa Inocêncio, que começava a cansar-se daquela batalha infindável, confiou a responsabilidade de encerrá-la ao patriarca de Jerusalém. Em 1208, Leão, furioso, devastou o entorno de Antióquia, enquanto Trípoli era invadida pelas forças de al-Adil — que, injustamente, vinha vingar um ataque a mercadores islâmicos realizado por um grupo de cipriotas e um agressivo assalto dos hospitalários. Boemundo salvou-se recorrendo aos seljúcidas contra Leão, enquanto o papa apelou para az-Zahir de Alepo para que salvasse Antióquia dos gregos. Seguiu-se, então, uma revolução diplomática. O patriarca de Jerusalém, Alberto, era amigo dos aliados de Boemundo, os templários, e ofendeu Leão ao insistir em que o primeiro pré-requisito de qualquer acordo devia ser a devolução de Baghras para a ordem. Nesse meio tempo, Boemundo concordara em aceitar um novo patriarca latino, Pedro de Locédio, em Antióquia. Leão, portanto, deixou de lado sua obediência a Roma e estabeleceu uma aparatosa aliança com o imperador grego em Nicéia; acolheu o patriarca grego de Antióquia, Simão, na Cilícia, e cedeu grande parte das terras da Igreja latina na região para os gregos. Ao mesmo

1 Cahen, *loc. cit.* esp. pp. 612-13. O episódio revela que o elemento grego na comuna devia ser forte. Presume-se que os casamentos consangüíneos nos círculos burgueses fossem freqüentes.

tempo, porém, buscou a amizade de Hugo de Chipre, cuja irmã, Helvis, era casada com Raimundo-Rupênio, e brindou a Ordem Teutónica com castelos na Cilícia. O conflito prosseguiu.[1]

Em 1213, o primogênito de Boemundo, Raimundo, então com dezoito anos, foi morto por um bando de Assassinos na catedral de Tortosa. Ao que parece, os homicidas foram instigados pelos hospitalários, para quem a seita agora prestava tributo. O Patriarca Alberto de Jerusalém, outro inimigo dos hospitalários, encontrou a morte nas mãos de Assassinos no ano seguinte. Boemundo, sequioso por vingança, atacou o castelo Assassino de Khawabi com ajuda de reforços dos templários. A seita apelou para az-Zahir, que por sua vez recorreu a al-Adil. O sítio de Khawabi foi suspenso, e Boemundo desculpou-se com az-Zahir. Este, porém, estava agora menos propenso a apoiá-lo. Ademais, rumores sobre uma nova cruzada voltaram a unir o mundo muçulmano, e az-Zahir pôs-se a cortejar a amizade de seu tio al-Adil.[2]

Leão aproveitou-se da situação para mais uma vez fazer as pazes com Roma. O novo patriarca de Jerusalém, Ralph, ex-Bispo de Sídon, era receptivo, e o papa mostrou-se disposto a perdoar Leão caso ele ajudasse a cruzada iminente. O casamento de João de Brienne com Estefânia, filha de Leão, selou uma aliança entre a Armênia e Acre. Em 1216, Leão conseguiu, graças a uma intriga bem-sucedida, em que sem dúvida contou com a ajuda do patriarca Pedro, inserir tropas em Antióquia e ocupar a cidade sem dificuldade. Boemundo encontrava-se em Trípoli, e suas tropas na cidadela logo se entregaram a Leão. Raimundo-Rupênio foi consagrado príncipe. Em sua alegria pelo resultado positivo da longa guerra, Leão por fim devolveu Baghras aos templários e restaurou as terras da Igreja latina na Cilícia. Entretanto, pagou por sua vitória com a perda de fortalezas a oeste e do outro lado do Tauro para o príncipe seljúcida Kaikaûs de Konya.[3]

A questão de Antióquia fora decidida bem a tempo da nova cruzada. Desde sua desilusão com a Quarta Cruzada, Inocêncio vinha se preparando para uma tentativa mais meritória de salvar o Oriente. Fora perturbado por vários empecilhos. Houve o árduo problema dos hereges do sul da França para resolver; e o selvagem desfecho da cruzada albigense, apesar de instigado por Inocêncio e de este ter distribuído aos cruzados indulgências similares àquelas concedidas numa guerra contra os infiéis, por sua vez lhe causara dificuldades. Em 1211, em resposta à invasão de Castela pelo vizir almóada an-Nasir, ele pregara uma cruzada na Espanha — e seus esforços

1 Cahen, *op. cit.* pp. 615-19.
2 *Ibid.* pp. 619-21.
3 *Ibid.* pp. 621-3.

foram justificados pela magnífica vitória de Las Navas de Tolosa, em julho de 1212, quando o exército africano foi desbaratado e iniciou-se uma nova fase da reconquista cristã. Não obstante, eram poucos os cavaleiros dispostos a viajar até a Terra Santa. A única resposta às orações pelo resgate de Jerusalém veio de uma classe muito diversa.[1]

Certo dia de maio de 1212, apareceu em Saint-Denis, onde o Rei Filipe da França instalara sua corte, um pastor de cerca de doze anos chamado Estêvão, da pequena cidade de Cloyes, na Orleannais. Trazia consigo uma carta para o rei, que, segundo ele, fora-lhe entregue por Cristo em pessoa, que lhe aparecera quando apascentava seus carneiros e instara-o a ir pregar a cruzada. O Rei Filipe não ficou impressionado com o menino e mandou-o voltar para casa. Estêvão, porém, cujo entusiasmo fora despertado por seu visitante misterioso, via-se agora como um líder inspirado que venceria onde os mais velhos haviam fracassado. Durante os últimos quinze anos, pregadores vinham percorrendo o campo suplicando por uma cruzada contra os muçulmanos do Oriente ou da Espanha, ou, ainda, contra os hereges do Languedoc. Era fácil para um garoto histérico deixar-se contagiar pela idéia de que também ele poderia sair a pregar e imitar Pedro, o Eremita, cuja proeza cercara-se de uma aura de grandiosidade lendária no decorrer do século anterior. Sem se deixar abater pela indiferença do rei, Estêvão começou a pregar já na entrada da abadia de Saint-Denis, anunciando que lideraria um bando de crianças em resgate da cristandade. Os mares secariam diante deles para que passassem, como acontecera com Moisés no Mar Vermelho, em segurança até a Terra Santa. O rapaz era dotado de uma extraordinária eloqüência. Os adultos ficaram impressionados, e os mais jovens responderam aos bandos ao seu chamado. Após seu êxito inicial, pôs-se a cruzar a França, convocando as crianças, e muitos de seus conversos afastaram-se ainda mais de casa trabalhando em seu nome. Todos se encontrariam em Vendôme dentro de cerca de um mês, dali partindo para o Oriente.

No fim de junho, as crianças concentraram-se em Vendôme. Contemporâneos assombrados falavam em trinta mil, sem que uma sequer tivesse mais de doze anos. Eram por certo vários milhares, oriundas de todas as partes do país, algumas simples camponesas, cujos pais em muitos casos haviam de bom grado permitido que partissem em sua grande missão. Contudo, havia também meninos de nascimento nobre, que escapuliram de casa para juntar-se a Estêvão e seu séquito de "profetas menores", como os cronistas os chamavam. Havia também garotas entre eles, alguns padres jovens e uns

1 Sobre a política de Inocêncio no Languedoc e na Espanha, ver Fliche, *La Chrétienté Romaine*, pp. 107-8, 112-37.

poucos peregrinos mais velhos — alguns movidos pela piedade, outros, talvez, por pena, e outros, decerto, para compartilhar dos presentes de que eram cumulados. Os bandos invadiram a cidade, cada qual com um líder portando uma cópia da auriflama — para Estêvão, o lábaro da cruzada. Como não cabiam todos na cidade, acamparam nos campos próximos.

Uma vez dada a bênção de sacerdotes amigos e tirados do caminho os últimos parentes lamentosos, a expedição partiu rumo ao sul. Quase todos seguiam a pé. Estêvão, porém, como convinha ao líder, insistiu em usar uma carroça alegremente decorada, com um dossel para protegê-lo do sol. A seu lado iam garotos de origem nobre, todos ricos o bastante para possuírem cavalos. No entanto, ninguém se ressentia do fato de o inspirado profeta viajar no conforto. Pelo contrário, tratavam-no como um santo, e cachos de seu cabelo e fragmentos de suas roupas eram coletados como relíquias preciosas. Tomaram a estrada que passava por Tours e Lião, a caminho de Marselha. Foi uma travessia penosa. Fazia um calor fora do comum naquele verão. Dependiam de caridade para alimentar-se, e a seca deixou poucas sobras no campo; a água era artigo raro. Muitas crianças morreram à margem da estrada, enquanto outras desistiram e tentaram voltar para casa. Ainda assim, a pequena cruzada acabou chegando a Marselha.

Os cidadãos de Marselha deram uma calorosa acolhida às crianças. Muitas encontraram casas onde se hospedar. Outras acamparam pelas ruas. Na manhã seguinte, toda a expedição correu para o porto, a fim de ver o mar abrir-se à sua frente. Como o milagre não aconteceu, a decepção foi profunda. Algumas das crianças voltaram-se contra Estêvão, acusando-o de havê-las traído, e começaram a refazer o caminho de volta. A maioria delas, porém, permaneceu junto ao mar, esperando a cada manhã que Deus cedesse. Passados alguns dias, dois mercadores de Marselha — chamados, de acordo com a tradição, Hugo, o Ferro, e Guilherme, o Porco — ofereceram-se para colocar navios à sua disposição e levá-los sem nada cobrar, pela glória de Deus, até a Palestina. Estêvão aceitou o generoso convite sem hesitar. Sete embarcações foram arrendadas pelos mercadores, e as crianças embarcaram e fizeram-se à vela. Dezoito anos se passariam até que se voltasse a ter notícias delas.

Nesse meio tempo, as histórias da pregação de Estêvão haviam atingido a Renânia. As crianças germânicas não ficariam para trás. Algumas semanas depois de Estêvão haver iniciado sua missão, um menino de nome Nicolau, de uma aldeia renana, pôs-se a pregar a mesma mensagem diante do santuário dos Três Reis Magos, em Colônia. Como Estêvão, ele declarou que as crianças alcançariam melhores resultados que os adultos, e que o mar se abriria para proporcionar-lhes um caminho. Contudo, se as crianças francesas pretendiam conquistar a Terra Santa à força, as alemãs atingiriam seus objetivos mediante

a conversão dos infiéis. Nicolau, como Pedro, era dotado de uma eloqüência natural e encontrou discípulos persuasivos, que levaram sua pregação ainda mais longe, para toda a Renânia; Algumas semanas depois, um exército de crianças reunia-se em Colônia, pronto para partir para a Itália e o mar. Ao que parece, os alemães eram em média ligeiramente mais velhos que os franceses, e tinham mais meninas consigo. Havia também um maior contingente de filhos de nobres, além de vários vagabundos e prostitutas de má fama.

A expedição dividiu-se em dois grupos. O primeiro — que montava, segundo os cronistas, a vinte mil — era liderado pelo próprio Nicolau. Partiu Reno acima até Basiléia e atravessou o oeste da Suíça, passando por Genebra, a fim de transpor os Alpes pelo passo do Monte Cenis. Foi uma jornada árdua para as crianças, e suas perdas foram pesadas. Menos de um terço da companhia que deixou Colônia assomou diante dos muros de Gênova no fim de agosto, pedindo abrigo para uma noite dentro da cidade. As autoridades genovesas a princípio dispuseram-se a acolher os peregrinos, mas reconsideraram em seguida, desconfiando de algum complô germânico. Acabaram anuindo a que permanecessem por apenas uma noite, mas todos os que desejassem estabelecer-se em definitivo em Gênova foram convidados a fazê-lo. As crianças, que esperavam que o mar se abrisse perante seus olhos na manhã seguinte, ficaram felizes. No dia seguinte, porém, o mar permaneceu impassível diante de suas súplicas, como ocorrera com os franceses em Marselha. Decepcionadas, muitas das crianças aceitaram sem vacilar a oferta genovesa e tornaram-se cidadãs locais, abandonando a peregrinação. Muitas das grandes famílias genovesas no futuro afirmariam ser descendentes desses imigrantes. Nicolau e a maioria, contudo, seguiram em frente. O mar se lhes abriria alhures. Ao cabo de mais alguns dias, chegaram a Pisa. Lá, dois navios com destino à Palestina concordaram em transportar muitos desses peregrinos, que embarcaram e talvez tenham chegado à Terra Santa; entretanto, nada se sabe sobre seu destino. Nicolau, contudo, continuava esperando por um milagre, e persistiu com seus fiéis seguidores até Roma, onde foram recebidos pelo Papa Inocêncio. O pontífice ficou comovido com sua piedade, mas constrangido com sua insensatez. Com gentil firmeza, ordenou-lhes que voltassem para casa. Quando crescessem, poderiam cumprir seus votos e lutar pela Cruz.

Pouco se sabe sobre a viagem de volta. Muitas das crianças, sobretudo as meninas, não tinham condições de enfrentar outra vez as dificuldades da estrada e deixaram-se ficar para trás, em alguma cidade ou aldeia italiana. Apenas uns poucos dispersos lograram alcançar a Renânia na primavera seguinte. Nicolau provavelmente não figurava entre estes. Todavia, os pais furiosos cujos filhos pereceram insistiram na prisão de seu pai, que, ao que tudo indica, encorajara o garoto por vanglória. Foi capturado e enforcado.

A segunda companhia de peregrinos germânicos não teve melhor sorte. Alcançara a Itália cruzando a Suíça central e o S. Gotardo, e, a duras penas, atingiu o mar em Ancona. Quando as águas não se abriram à sua frente, desceram lentamente a costa até Brindisi, onde alguns encontraram navios com destino à Palestina e ganharam passagens. Os demais, porém, fizeram meia-volta e tomaram o caminho de retorno. Apenas um pequeno número chegou por fim às suas casas.

Apesar de seus infortúnios, foram talvez mais felizes que os franceses. No ano de 1230, chegou à França um sacerdote, vindo do Oriente, com uma curiosa história para contar. Afirmava ser um dos jovens padres que acompanharam Estêvão a Marselha e com ele embarcaram nos navios fornecidos pelos mercadores. Depois de alguns dias, enfrentaram mau tempo, e duas das embarcações naufragaram na ilha de San Pietro, junto à extremidade sudoeste da Sardenha; todos os passageiros se afogaram. Os cinco vasos que sobreviveram à tempestade viram-se logo depois cercados por uma esquadra sarracena da África, e os passageiros descobriram que haviam sido levados para lá para serem vendidos em Bougie, na costa argelina. Muitos, ao chegar, foram comprados e passaram o resto de suas vidas como cativos; outros, entre eles o jovem padre, foram remetidos para o Egito, onde os escravos francos alcançavam melhores preços. Ao chegarem a Alexandria, a maior parte do lote foi adquirida pelo governador, a fim de trabalhar em suas propriedades. Segundo o sacerdote, cerca de setecentos deles ainda viviam. Uma pequena companhia foi levada para os mercados de escravos de Bagdá, onde dezoito foram martirizados por recusarem-se a aceitar o Islã. Mais felizes foram os padres e poucos outros que sabiam ler. O governador do Egito, al-Kamil (filho de al-Adil), interessava-se pelas letras e idiomas ocidentais. Comprou-os e empregou-os como seus intérpretes, professores e secretários, sem procurar convertê-los para sua própria fé. Permaneceram no Cairo num cativeiro confortável, até que um dia aquele sacerdote fora libertado e recebera permissão para retornar à França. Contou aos sequiosos pais de seus companheiros tudo o que sabia, e desapareceu na obscuridade. Uma história posterior identificava os dois perversos mercadores de Marselha com dois comerciantes que foram enforcados alguns anos mais tarde por tentarem seqüestrar o Imperador Frederico a mando dos sarracenos, recebendo assim, no fim das contas, a punição por seus crimes.[1]

---

1 Sobre a história da cruzada das crianças ver Röhricht, "Die Kinderkreuzzug", *in Historische Zeitschrift*, vol. XXXVI; Alphandéry, "Les Croisades d'Enfants" *in Revue* de *l'Histoire des Religions*, vol. LXXIII; Munro, "The Children's Crusade", *in American Historical Review*, vol. XIX; Winkelmann, *Geschichte Kaiser Friedrichs des Zweiten*, I, pp. 221-2. A participação germânica é narrada nos *Annales Stadenses* (*M.G.H. Scriptores*, vol. XVI, p. 355).

Não seriam as criancinhas que resgatariam Jerusalém. O Papa Inocêncio tinha pontos de vista mais amplos e realistas. Decidiu realizar um grande Concílio Eclesiástico em Roma em 1215, no qual todas as questões religiosas da cristandade seriam regulamentadas e, sobretudo, toda a Igreja Grega seria integrada. Sua intenção era ter uma cruzada já lançada até então. Durante todo o ano de 1213, seu legado, Roberto de Courçon, percorreu a França com ordens — tamanha era a premência — de não examinar com excessiva minúcia a propriedade daqueles que assumissem a Cruz. O legado seguiu as instruções de seu senhor com zelo excessivo. Não tardou para que os nobres franceses começassem a escrever para o rei queixando-se de que seus vassalos estavam sendo liberados de seus votos pelos pregadores pontifícios, e uma coleção absurda de velhos e crianças, leprosos, aleijados e mulheres de má fama fora arregimentada para empreender a Guerra Santa. O papa não teve alternativa senão conter Roberto — e, quando o Concílio de Latrão iniciou seus trabalhos, em 1215, ainda não havia uma cruzada pronta para embarcar. Na sessão de abertura, o papa falou pessoalmente sobre as agruras de Jerusalém, cujo patriarca ergue-se para implorar ajuda. O concílio apressou-se em reafirmar os privilégios e indulgências a serem conferidos aos cruzados e em obter financiamento para a expedição, que se reuniria na Sicília ou Apúlia e partiria para o Oriente em 1º de junho de 1217.[1]

O concílio pôs a Igreja em atividade. No decorrer de toda a primavera de 1216, pregadores espalharam-se pela cristandade ocidental, chegando até a Irlanda e a Escandinávia. Os doutores da Universidade de Paris declararam que aqueles que assumissem a Cruz e tentassem em seguida esquivar-se do cumprimento de seus votos estariam cometendo pecado mortal. Corriam casos de visões populares de cruzes flutuando no ar, todos devidamente apregoados. Inocêncio estava esperançoso. Já havia notado que os 666 anos reservados para a Besta no Apocalipse estavam quase se esgotando. Haviam-se passado, de fato, seis séculos e meio desde o nascimento de Maomé. Escrevera ao sultão al-Adil alertando-o da ira iminente e instando-o a ceder Jerusalém pela via pacífica, enquanto ainda havia tempo. Seu otimismo, no entanto, foi um pouco prematuro. Gervásio, Abade de Premontre, enviou-lhe uma carta confidencial denunciando os nobres franceses por ignorarem as declarações dos doutores de Paris e aconselhando-o a tomar alguma medida drástica para fazer com que os Duques de Burgúndia e Lorena se ativessem aos seus votos. Sensatamente, sugeriu também que não se pro-

1 Fliche, *op. cit.* pp. 156-216. Para a história completa da Quinta Cruzada, ver Donovan, *Pelagius and the Fifth Crusade*, um relato minucioso e bem documentado, ligeiramente tendencioso em favor de Pelágio.

movesse uma expedição mista, franco-germânica. As operações conjuntas das duas nações não se davam em harmonia. A população mais pobre, entretanto, estava tomando a Cruz com entusiasmo, e não devia ser desestimulada por atrasos.[1]

Em maio de 1216, o Papa Inocêncio foi a Perúgia para tentar pôr fim à longa contenda entre Gênova e Pisa, a fim de que ambas contribuíssem para o transporte dos cruzados. Lá, ao cabo de uma breve enfermidade, ele faleceu em 16 de julho. Poucos reinados pontifícios foram mais esplêndidos ou mais claramente triunfantes. Não obstante, sua mais cara ambição, a recuperação de Jerusalém, jamais se concretizou. Dois dias após sua morte, o idoso Cardeal Savelli foi eleito papa, como Honório III.[2]

Honório assumiu avidamente o programa de seu grande predecessor. Alguns dias após sua acessão, escreveu ao Rei João, em Acre, anunciando-lhe que a cruzada estava a caminho.[3] João estava ficando ansioso, pois sua trégua com al-Adil expiraria no ano seguinte. Honório escreveu também para os monarcas europeus. Poucos responderam. No norte longínquo, o Rei Ingi II, da Noruega, assumiu a Cruz, mas faleceu na primavera seguinte — e, quando a expedição escandinava partiu, foi um acontecimento insignificante.[4] O Rei André II, da Hungria, já tomara a Cruz, mas fora previamente liberado por Inocêncio do cumprimento de seu voto em virtude da guerra civil que grassava em seu país. Agora, deu uma demonstração de zelo, mas por motivos particulares. Sua esposa era sobrinha, por parte de mãe, do imperador latino Henrique de Constantinopla, que não tinha filhos, e ele acalentava esperanças de herdar-lhe o trono. Quando, porém, Henrique morreu, em junho de 1216, foi o pai dela, Pedro de Courtenay, quem foi escolhido em seu lugar. O ardor do Rei André começou a ceder; não obstante, ele acabou consentindo em estar com seu exército pronto no verão seguinte.[5] Na Baixa Renânia, houve uma boa resposta para a pregação, e o papa esperava contar com uma grande esquadra, tripulada por frísios.[6] Também aqui, contudo, houve atrasos. Tampouco as notícias provenientes da Palestina eram muito animadoras. Jaime de Vitry, que acabara de ser para lá

1 Ver Luchaire, *Innocent III, La Question d'Orient*, pp. 281-9, relato completo das negociações. Os eventos miraculosos são relatados por Oliver de Paderborn, *Historia Damiatana*, pp. 174-5, 285-6, 287-8; e também Inocêncio III, cartas, XVI, 28, 37 (*M.P.L.* vol. CCXVI, cols. 817-22, 831-2).
2 Fliche, *op. cit.* p. 212.
3 *Regesta Honorii Papae III* (ed. Pressutti), nº. 1, 673, 1, pp. 1, 1178-80.
4 *Regesta Honorii Papae III*, nº 399, 1, p. 71.
5 Inocêncio III, cartas, XV, 224 (*M.P.L.* vol. CCXVI, col. 757); Theiner, *Vetera Monumenta*, I, pp. 5-6.
6 *Regesta Honorii Papae III*, nº 885, 1, pp. 149-50.

enviado como Bispo de Acre, com instruções para incitar os latinos locais, fez uma dura descrição do que encontrou. Os cristãos nativos detestavam os latinos, e preferiam ser governados por muçulmanos, ao passo que os próprios latinos levavam vidas indolentes, luxuriosas e imorais, tendo se deixado dominar por hábitos orientais. Seu clero era corrupto, avarento e intriguista. Só as Ordens Militares eram dignas de louvor, embora os colonos italianos, que tinham a sabedoria de viver com frugalidade, mantivessem uma dose de energia e empreendedorismo; a inimizade mútua das grandes cidades italianas (Veneza, Gênova e Pisa), porém, impossibilitava-as de, até mesmo, cooperar. Com efeito, como descobriu o Bispo Jaime, os francos de Outremer não tinham o menor desejo de uma cruzada. As duas décadas de paz haviam contribuído para sua prosperidade material. Desde a morte de Saladino, os muçulmanos não manifestavam tendências agressivas, pois também eles beneficiavam-se do comércio crescente. Mercadorias do interior abarrotavam os embarcadouros de Acre e Tiro. O palácio construído por João de Ibelin em Beirute fora testemunha de uma nova onda de prosperidade. Havia colônias italianas muito bem estabelecidas no Egito. Com o poder de compra cada vez maior da Europa Ocidental, o futuro do comércio mediterrâneo era promissor. Tudo dependia, contudo, da precária manutenção da paz.[1]

O Papa Honório pensava diferente. Esperava que uma grande expedição deixasse a Sicília no verão de 1217. Quando, no entanto, chegou o verão, embora houvesse diversas companhias de cavaleiros franceses nos portos italianos, não havia sinal dos navios. O exército do monarca húngaro chegou a Spalato, na Dalmácia, em agosto, onde foi alcançado pelo Duque Leopoldo VI, da Áustria, com suas tropas.[2] A frota frísia só atingiu Portugal em julho, e parte dela permaneceu em Lisboa; só em outubro o restante chegou a Gaeta, demasiado tarde para seguir para a Palestina antes do fim do inverno.[3] No fim de julho, o papa determinou que os cruzados reunidos na Itália e Sicília seguissem para Chipre; nem assim, porém, foi fornecido algum meio de transporte. Por fim, no início de setembro, o Duque Leopoldo encontrou em Spalato um navio para levar sua pequena companhia para Acre. A travessia demorou apenas dezesseis dias. O Rei André seguiu-o cerca de quinze dias mais tarde; como, entretanto, os habitantes da cidade não podiam ceder-lhe mais de dois navios, o grosso de seu exército foi deixado para trás.[4]

---

1 Jaime de Vitry, *History of Jerusalem* (trad. Stewart), *P.P.T.S.* vol. XI, pp. 56-91.
2 Thomas Spalatensis, *Historia Salonitana* (*Scriptores Rerum Hungaricarum*, III, p. 573).
3 *Gesta Crucigerorum Rhenanorum*, pp. 29-34; *De Itinere Frisonum*, pp. 59-68 (ambos em Röhricht, *Quinti Belli Sacri Scriptores Minores*).
4 *Regesta Honorii Papae III*, nº 672, 1, p. 117; Thomas Spalatensis, p. 574: *Annales Claustroneoburgenses* (*M.G.H. Scriptores*, vol. IX, p. 622).

Por volta da mesma época, o Rei Hugo de Chipre desembarcou em Acre com as tropas que conseguiu reunir.[1]

As colheitas haviam sido pobres naquele ano na Síria, e seria difícil alimentar um exército ocioso. Quando os reis chegaram, João de Brienne recomendou uma campanha imediata. Na sexta-feira, 3 de novembro, os cruzados deixaram Acre e subiram a planície de Esdraelon. A tropa, apesar de não ser grande, era a maior vista na Palestina desde a Terceira Cruzada. Al-Adil, ao ser informado de que os cristãos estavam se reunindo, deslocara-se com alguns homens para a região, mas não esperava uma invasão tão cedo. Em vista de sua desvantagem numérica, decidiu recuar quando a cruzada avançou contra Beisan e enviou seu filho al-Mu'azzam para cobrir Jerusalém, enquanto ele mesmo esperava em Ajlun, pronto para interceptar um eventual ataque a Damasco. Seus temores não se justificaram. O exército cristão era desprovido de disciplina. Embora o Rei João se considerasse no comando, as tropas austro-húngaras curvavam-se somente ao Rei André e as cipriotas, ao Rei Hugo — ao passo que as ordens militares obedeciam somente aos seus respectivos líderes. Beisan foi ocupada e saqueada. Em seguida, os cristãos cruzaram o Jordão e puseram-se a vagar a esmo, subindo a margem leste do Mar da Galiléia, contornando-o em Cafarnaum e retornando a Acre pela Galiléia. Sua principal ocupação fora a captura de relíquias. O Rei André ficou encantado por conseguir um dos cântaros de água usados nas bodas de Caná.[2]

O Rei João, insatisfeito, planejou sua própria expedição para destruir o forte erguido pelos muçulmanos no Monte Tabor. Nem Hugo nem André ajudaram-no, e ele tampouco quis aguardar as ordens militares. Seu primeiro ataque ao forte, em 3 de dezembro, malogrou-se, mas na realidade a guarnição estava pronta a se render. Quando as ordens chegaram, dois dias depois, empreendeu-se um segundo assalto, mas debalde. Novamente o exército retirou-se para Acre.[3]

Por volta do ano-novo, um pequeno bando de húngaros, contra as recomendações locais e sem a aprovação de seu soberano, planejou uma incursão em Bekaa e quase foi aniquilado numa tempestade de neve, quando atravessava o Líbano.[4] Nesse ínterim, o Rei André foi com o Rei Hugo a Trípoli, onde Boemundo IV, ex-príncipe de Antióquia, que acabara de perder a pri-

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 322.
2 *Ibid.* pp. 323-4; Oliver, *Historia Damiatana*, p. 165; Johannes Thwrocz, *Chronica Hungarorum* (*Scriptores Rerum Hungaricarum*, vol. I, p. 149).
3 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 324-5; Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 165-7; Jaime de Vitry, *History of Jerusalem*, p. 119; Abu Shama, II, pp. 163-4.
4 *Ibid.* pp. 164-5; Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 167-8.

meira esposa, Plaisance de Jebail, celebrou suas núpcias com a meia-irmã de Hugo, Melisende. Lá, Hugo morreu subitamente, em 10 de janeiro, deixando o trono de Chipre para um menino de oito anos de idade, Henrique, sob a regência de sua viúva, Alice de Jerusalém.[1] O Rei André voltou para Acre e anunciou sua partida para a Europa. Tinha cumprido seu voto. Recentemente, agregara à sua coleção de relíquias a cabeça de Sto. Estêvão. Era hora de partir. O Patriarca de Jerusalém implorou-lhe e ameaçou-o em vão. André conduziu suas tropas para o norte, passando por Trípoli e Antióquia, até a Armênia — de onde, com um salvo-conduto fornecido pelo sultão seljúcida, seguiu até Constantinopla. Sua cruzada de nada servira.[2]

Leopoldo da Áustria ficou para trás. Sem dinheiro, teve de tomar 50 mil besantes emprestados de Guy Embriaco de Jebail, mas estava disposto a fazer mais pela Cruz. O Rei João aproveitou seu auxílio para refortificar Cesaréia, enquanto os templários e cavaleiros teutônicos dedicavam-se à construção de um grande castelo em Athlit, logo ao sul do Carmelo, o Castelo dos Peregrinos. Al-Adil, nesse meio-tempo, desmantelou seu forte no Monte Tabor. Era demasiado vulnerável para valer a pena mantê-lo.[3]

Em 26 de abril de 1218, a primeira metade da frota frísia chegou a Acre, seguida, quinze dias depois, pelo restante, que passara o inverno em Lisboa. Correu a notícia de que os cruzados franceses reunidos na Itália logo se seguiriam. O Rei João imediatamente pediu conselhos quanto ao melhor uso a dar aos recém-chegados. Nunca se esquecera de que o Rei Ricardo aconselhara um ataque ao Egito — e o Concílio de Latrão também mencionara o Egito como principal objetivo de uma eventual cruzada. Caso os muçulmanos pudessem ser expulsos do vale do Nilo, não só perderiam sua mais rica província como não teriam mais condições de manter uma frota no Mediterrâneo Oriental; tampouco lograriam manter Jerusalém durante muito tempo contra uma investida dupla de Acre e Suez. Com os navios frísios ao seu dispor, os cruzados dispunham agora dos meios para um grande ataque ao delta. Sem hesitar, decidiu-se que o primeiro objetivo seria o porto de Damieta, a chave para o Nilo.[4]

---

1 Ernoul, p. 412; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 325, 360; *Gestes des Chiprois*, p. 98.

2 Oliver, *Historia Damiatana*, p. 168; Jaime de Vitry, *Epistola*, III (ed. Röhricht), *Zeitschrift für Kirchengeschichte* (*Z.K.G.*), vol. XV, pp. 568-70; Johannes Thwrocz, *loc. cit.* André também havia conseguido a cabeça de Sta. Margarida, a mão direita de S. Tomé e S. Bartolomeu e parte da vara de Aarão.

3 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 325-6; Oliver, *Historia Damiatana*, p. 169; Abu Shama, II, pp. 164-6.

4 *Gesta Crucigerorum Rhenanorum*, pp. 37-8; *De Itineri Frisonum*, pp. 69-70; Ernoul, pp. 414-15; Jaime de Vitry, *loc. cit.*; Oliver, *Historia Damiatana*, p. 175. Ver Donovan, *op. cit.* pp. 36 n., 54.

O sultão al-Adil, já idoso, acalentara esperanças de passar seus últimos anos em paz. Tinha suas próprias preocupações no norte. Seu sobrinho, az-Zahir de Alepo, morreu em 1216, deixando como sucessor uma criança chamada al-Aziz, em cujo nome um eunuco, Toghril, atuava como regente. O irmão de az-Zahir, al-Afdal — primogênito de Saladino —, emergiu de seu exílio em Samosata para reivindicar a herança, e convocou para auxiliá-lo o sultão seljúcida de Konya, Kaikaûs. Os seljúcidas anatólios encontravam-se então no ápice de seu poder. Bizâncio desaparecera, e o imperador de Nicéia estava demasiado ocupado lutando contra os francos para incomodá-los. Os danishmends haviam se extinguido. Seus súditos turcomanos haviam se acomodado de maneira organizada, e a prosperidade retornava à península. No início de 1218, Kaikaûs e al-Afdal varreram o território de Alepo e avançaram sobre a capital. O Regente Toghril, sabendo que al-Adil enfrentava o perigo de uma cruzada, apelou para o primo de seu jovem senhor, al-Ashraf do Iraque, terceiro filho de al-Adil. Al-Ashraf arrasou o exército seljúcida nas cercanias de Buza'a. Al-Afdal recuou para Samosata, e o Príncipe de Alepo teve de reconhecer al-Ashraf como seu suserano. Não obstante, os seljúcidas continuariam representando uma ameaça até a morte de Kaikaûs, no ano seguinte, quando planejava intervir numa concorrida sucessão em Mosul. Assim, al-Ashraf pôde consolidar seu poder e tornar-se um sério rival para seus irmãos mais ao sul.[1]

Até o último momento, al-Adil parece ter esperado que os francos não fossem cair na asneira de romper a paz. Seu filho, al-Malik al-Kamil, vice-rei do Egito, compartilhava suas esperanças. Al-Kamil mantinha excelentes relações com os venezianos, com quem assinara um tratado comercial em 1208. Em 1215, havia nada menos que três mil mercadores europeus no Egito. Naquele ano, a súbita chegada de dois nobres ocidentais com uma companhia armada em Alexandria assustara as autoridades, que puseram toda a colônia européia em prisão temporária. As boas relações, no entanto, haviam sido restauradas. Em 1217, uma nova embaixada veneziana foi recebida com cordialidade pelo vice-rei. As inócuas oscilações da cruzada de 1217 não impressionaram os muçulmanos, que não podiam acreditar que houvesse qualquer perigo agora.

No Dia da Ascensão, 24 de maio de 1218, o exército cruzado, com o Rei João no comando, embarcou em Acre nos navios frísios e navegou até Athlit, a fim de suprir-se de mais mantimentos. Ao cabo de algumas horas, os navios levantaram âncora, mas o vento cessou. Apenas alguns deles conseguiram deixar o ancoradouro e seguir para o Egito. Alcançaram a boca do Nilo de

1 Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 624-8.

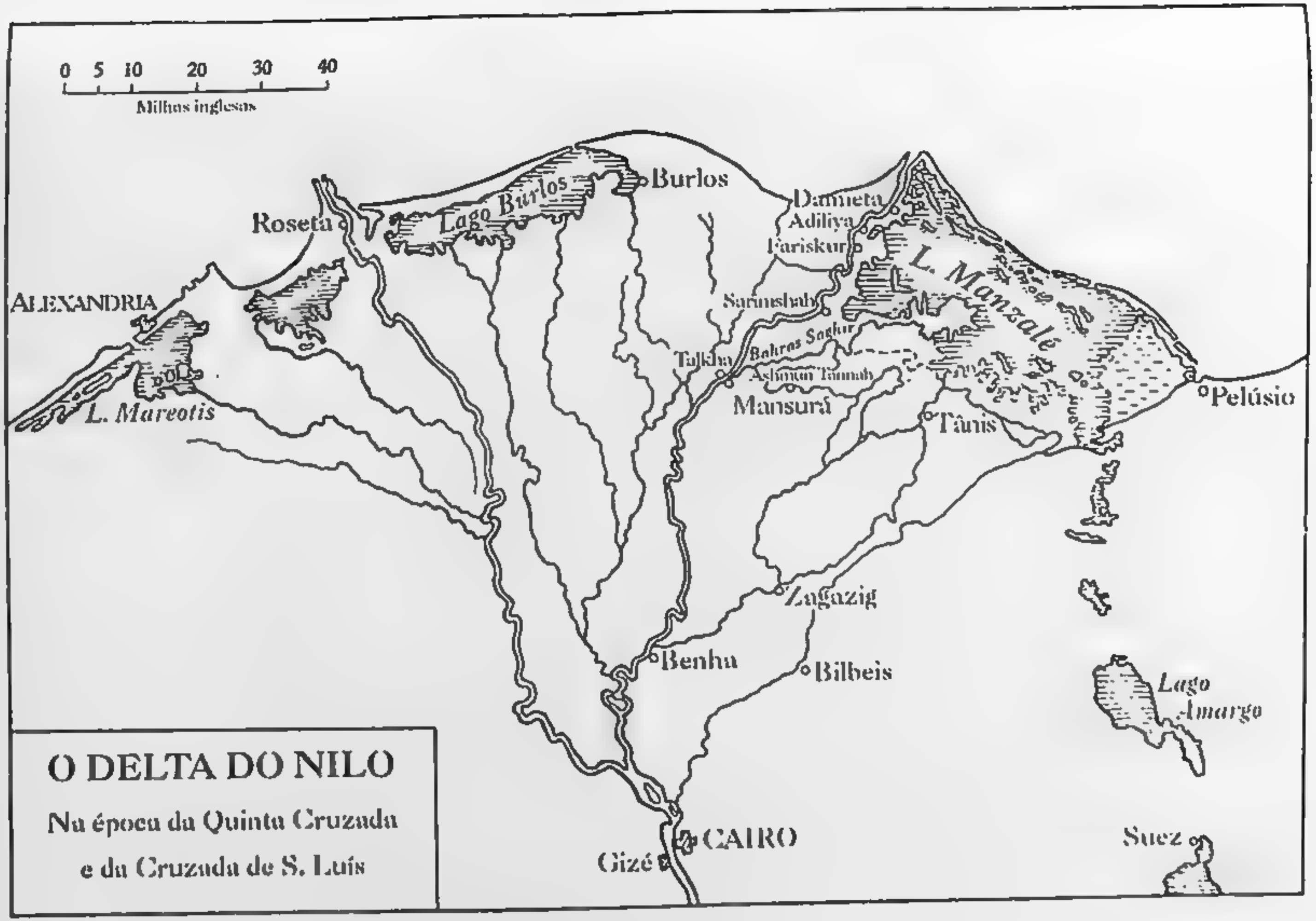
Damieta no dia 27, lá ancorando para esperar pelos companheiros. A princípio, os soldados não se atreveram a pôr os pés em terra, já que não havia oficiais graduados consigo. No dia 29, porém, visto que não havia ainda sinal da esquadra, o Arcebispo de Nicósia, Eustórguio, persuadiu-os a aceitar o Conde Simão II de Sarrebruck como seu líder e a forçar um desembarque na margem esquerda da foz. Enfrentaram muito pouca oposição, e a operação estava quase concluída quando as velas do corpo principal da frota cruzada despontaram no horizonte. Logo os navios cruzaram a barra e o Rei João, o Duque da Áustria e os grão-mestres das três Ordens Militares pisaram na praia.[1]

Damieta situava-se três quilômetros rio acima, na margem direita, protegida por trás pelo Lago Manzalé. Como demonstrara a experiência dos francos em 1169, a única maneira eficiente de atacá-la era ao mesmo tempo por terra e pelo rio. Como em 1169, uma corrente fora estendida, um pouco abaixo da cidade, da margem direita a uma torre numa ilha próxima à margem esquerda, bloqueando o único canal navegável, e uma ponte de barcos estendia-se atrás do obstáculo. Os cruzados fizeram da torre seu primeiro objetivo.

Quando os muçulmanos perceberam que a cruzada seria direcionada contra o Egito, al-Adil recrutou às pressas um exército na Síria, enquanto al-Kamil conduzia o corpo principal das forças egípcias para o norte, saindo do Cairo e acampando em al-Adiliya, alguns quilômetros ao sul de Damieta. Entretanto, os homens e navios de que dispunha eram insuficientes para atacar as posições cristãs, embora ele reforçasse a torre. A primeira investida considerável contra o forte, em fins de junho, malogrou-se. Oliver de Paderborn, futuro historiador da campanha, sugeriu então a confecção de um novo aparelho, financiado por ele e um de seus compatriotas. Tratava-se de uma torre erguida sobre dois navios lançados juntos, coberta de couro e munida de escadas de assalto. Agora, o forte podia ser atacado tanto do rio quanto de terra.[2]

Na sexta-feira, 17 de agosto, o exército cristão celebrou um serviço solene de intercessão. Uma semana depois, na tarde do dia 24, o assédio teve início. Cerca de 24 horas depois, após um embate feroz, os cruzados lograram estabelecer-se nas ameias e invadiram o forte. A guarnição lutou até que restasse apenas uma centena de sobreviventes, quando então se rendeu. O butim encontrado no forte foi imenso, e os vencedores construí-

1 Jaime de Vitry, *History of Jerusalem*, pp. 118-19; Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 175-7; *Gesta Crucigerorum Rhenanorum*, pp: 38-9; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 326-7.
2 Abu Shama, II, p. 165; *Histoire des Patriarches d'Alexandrie*, trad. Blochet, pp. 240-1; Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 179-82.



Mapa 2. O Delta do Nilo.

ram uma pequena ponte de barcos para transportá-lo até a margem esquerda. Em seguida, puseram abaixo a corrente e a ponte de barcos que atravessava o canal central, liberando a passagem para seus navios e permitindo-lhes alcançar os muros de Damieta.[1]

Al-Adil encontrava-se de cama, em Damasco, quando soube da queda do forte, alguns dias mais tarde. Acabara de ser informado de que seu filho al-Mu'azzam tomara e destruíra Cesaréia; o choque do desastre, porém, foi demais para ele, que pereceu em 31 de agosto, com cerca de 75 anos. Faltava a Safadin, como os cruzados o chamavam, a notável personalidade de seu irmão Saladino, e suas relações com seus sobrinhos (filhos de Saladino) haviam demonstrado uma certa deslealdade e malícia. Não obstante, ele mantivera unido o império aiubita e fora um governante competente, tolerante e pacífico. Com relação aos cristãos, adotara uma postura consistente de gentileza e honorabilidade, pela qual lograra conquistar sua admiração e respeito. Foi sucedido na Síria por seu filho caçula, al-Mu'azzam, e no Egito pelo primogênito, al-Kamil.[2]

O desastre para os muçulmanos não foi tão grave quanto al-Adil receava. Caso os cristãos tivessem pressionado e atacado Damieta de imediato, a cidade provavelmente cairia. Depois da captura do forte, contudo, eles hesitaram e preferiram aguardar reforços. Muitos dos frísios voltaram para casa — sendo punidos com a morte pela deserção da causa, num grande banho de sangue que inundou a Frísia no dia seguinte à sua chegada. Sabia-se, àquela altura, que a tão planejada expedição pontifícia já deixara a Itália. Apesar dos recorrentes adiamentos, o Papa Honório por fim conseguira equipar uma frota, ao custo de vinte mil marcos de prata, para transportar as tropas que esperavam havia mais de um ano em Brindisi. À sua frente, pôs o Cardeal Pelágio de Sta. Lucia.[3]

Por volta da mesma época, dois nobres franceses — Hervé, Conde de Nevers, e Hugo de Lusignan, Conde de La Marche —, negociaram com os genoveses embarcações para levar uma companhia de cruzados franceses e ingleses para o Oriente. Conquanto o Conde de Nevers fosse notoriamente um mau filho da Igreja, o papa autorizou-o a financiar o transporte com um imposto de um vigésimo da renda dos eclesiásticos franceses. Em Gênova,

---

1 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 182-4; *Gesta Crucigerorum Rhenanorum*, p. 40; João de Tulbia, *De Domino Johanne*, em Röhricht, *loc. cit.* p. 120; *Histoire des Patriarches*, p. 243.

2 Abu Shama, II, p. 170; Ibn al-Athir, II, pp. 116, 148; Ibn Khallikan, *Biographical Dictionary*, III, p. 235. Segundo Ibn al-Athir, al-Adil tinha 65 anos; de acordo com Ibn Khallikan, 73. *Estoire d'Eracles*, II, pp. 229-30, fornece uma descrição fantasiosa de seu leito de morte.

3 Oliver, *Historia Damiatana*, p. 186; Alberico de Trois Fontaines, p. 788; *Regesta Honorii Papae III*. nos 1350, 1433, 1, pp. 224, 237.

juntaram-se aos dois condes ganharam o Arcebispo de Bordéus, Guilherme II, e os Bispos de Paris, Laon e Angers, bem como outros potentados de menor monta e os Condes de Chester, Arundel, Derby e Winchester. O papa encarregou Roberto, Cardeal de Courçon, da direção espiritual da esquadra, mas sem poderes de legado.[1]

O Cardeal Pelágio e sua expedição chegaram ao acampamento cristão em meados de setembro. Pelágio era um espanhol de grande indústria e experiência, mas caracterizado por uma singular falta de tato. Já fora incumbido de resolver a questão das igrejas gregas no império latino de Constantinopla, mas tudo o que conseguira fora acirrar-lhes a hostilidade a Roma. Sua chegada a Damieta causou problemas imediatos. João de Brienne fora aceito como líder da cruzada. Sua liderança fora contestada, nos anos anteriores, pelos reis da Hungria e de Chipre; todavia, um partira e o outro estava morto. No entender de Pelágio, como legado devia ser ele o único encarregado. A rivalidade entre as várias nações participantes era demasiado visível; somente o representante pontifical seria capaz de mantê-las em ordem. O cardeal comunicou aos companheiros que o jovem Imperador do Ocidente, Frederico II, prometera ir em breve ao seu encontro com um exército imperial. Ao chegar, sem dúvida lhe seria confiado o comando militar supremo; contudo, Pelágio não se submeteria a nenhuma ordem do Rei João — que era, afinal de contas, rei exclusivamente em virtude de sua falecida esposa.[2]

Em outubro, al-Malik al-Kamil já dispunha de reforços suficientes para tentar um ataque ao acampamento cruzado com uma flotilha que enviou rio abaixo. O assalto foi rechaçado graças sobretudo ao vigor do Rei João. Alguns dias depois, os muçulmanos construíram uma ponte sobre o Nilo, um pouco acima da cidade. Pelágio organizou uma investida malograda às obras, mas al-Kamil não deu continuidade à construção deslocando suas tropas para o outro lado do rio. Em vez disso, empreendeu outro ataque da água. Foi um assalto encarniçado, mas ocorreu tarde demais. O primeiro contingente de cruzados franceses já chegara, e encabeçou a defesa. Um segundo ataque chegou aos limites do acampamento, mas foi rechaçado para o rio, onde muitos soldados muçulmanos se afogaram.[3]

---

1 *Regesta Honorii Papae III*, nos 1498, 1543, 1558, 1, pp. 248, 256, 260. Para o rol correto desses cruzados ver Greven, "Frankreich und der fünfte Kreuzzug", *Historisches Jahrbuch*, vol. XLII. Mateus de Westminster fornece os nomes dos cruzados ingleses (*Flores Historiarum*, II, p. 167).

2 Ver Donovan, *op. cit.* pp. 46-9 e notas.

3 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 190-2; *Histoire des Patriarches*, p. 394; *Gesta Obsidionis Damiate* (em Röhricht, *op. cit.* pp. 79-80); João de Tulbia, p. 123.

Depois que todo o exército francês e inglês havia chegado, em fins de outubro, o conflito estiou um pouco. A morte de al-Adil retardara a ajuda que al-Kamil esperava da Síria, e ele agora aguardava um exército que seu irmão al-Mu'azzam lhe prometera. Os cristãos enfrentavam suas próprias dificuldades. Abriram um canal ligando o mar ao rio, acima da ponte islâmica, mas não conseguiram enchê-lo. Na noite de 29 de novembro, um vendaval levou o mar a cobrir as terras baixas onde fora montado o acampamento. Todas as tendas foram inundadas e os víveres ficaram ensopados. Inúmeros barcos naufragaram e outros derivaram para os lados do acampamento muçulmano. Cavalos afogaram-se. Quando as águas recuaram, viam-se peixes por toda parte — iguaria, segundo o cronista Oliver de Paderborn, que todos de bom grado dispensariam. Para prevenir novo desastre, Pelágio ordenou a rápida construção de um dique. Todos os destroços, até velas rasgadas e carcaças de animais, foram aproveitados para erguê-lo mais alto. A única conseqüência positiva da inundação foi que o canal encontrava-se cheio agora, e os vasos cristãos poderiam subir o rio.[1]

Mal o acampamento fora reparado, uma grave epidemia abateu as tropas. As vítimas sofriam de febre alta e ficavam com a pele negra. Pelo menos um sexto dos soldados pereceu, inclusive o Cardeal Roberto de Courçon. Os sobreviventes ficaram debilitados e deprimidos. Seguiu-se um inverno de rigor incomum. Para sorte dos cristãos, também os muçulmanos sofriam com as doenças e o frio.[2]

No início de fevereiro de 1219, Pelágio chegou à conclusão de que o moral dos soldados só seria restaurado se se tomasse alguma iniciativa. No sábado, 2 de fevereiro, persuadiu o exército a lançar um ataque; uma tempestade, contudo, forçou-o a retroceder. Na terça-feira seguinte, chegou ao acampamento a notícia de que o sultão e seu exército estavam recuando. Os cruzados correram a al-Adiliya, que encontraram deserta. Depois de rechaçar uma incursão da guarnição de Damieta, ocuparam al-Adiliya, isolando assim a cidade por completo.[3]

A súbita fuga de al-Kamil fora provocada pela descoberta de uma conspiração em sua comitiva. Um de seus emires, Imad ad-Din Ahmed Ibn al-Mashtub, planejava assassiná-lo e substituí-lo por seu irmão, al-Faiz. Em

---

1 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 131-2, 196-7; *Gesta Obsidionis Damiate*, p. 82; João de Tulbia, p. 124; *Liber Duellii Christiani in Obsidione Damiate Exacti* (em Röhricht, *op. cit.*), pp. 148-9; Jaime de Vitry, *Epistola* V (*Z.K.G.* vol. XV, pp. 582-3); *Histoire des Patriarches*, pp. 245-6.

2 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 192-3; Jaime de Vitry, *loc. cit.*; João de Tulbia, p. 125; *Gesta Obsidionis Damiate*, p. 83; *Histoire des Patriarches*, p. 249.

3 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 194-201; *Gesta Obsidionis Damiate*, pp. 83-4; *Estoire d'Eracles*, II, p. 337; João de Tulbia, *loc. cit.*

seu desespero, desconhecendo quantos de seu séquito estavam envolvidos, o sultão pensou em refugiar-se no Iêmen, onde seu filho, al-Masud, governava. Foi quando soube que seu irmão al-Mu'azzam finalmente estava a caminho para ajudá-lo. Deslocou-se para sudeste com suas tropas até Ashmun, onde os dois irmãos sultões encontraram-se, em 7 de fevereiro. A presença de al-Mu'azzam com um grande exército assustou os conspiradores. Ibn al-Mashtub foi preso e encarcerado em Kerak, ao passo que o Príncipe al-Faiz foi banido para Sinjar, sofrendo uma morte misteriosa no caminho. Al-Kamil salvara o trono, mas ao custo da perda de Damieta.[1]

Nem com o auxílio de al-Mu'azzam al-Kamil conseguiu desalojar os cristãos. O rio, as lagoas e os canais impediram os muçulmanos de tirar proveito de sua vantagem numérica. Os ataques aos dois acampamentos, na margem esquerda e em al-Adiliya, foram inúteis. O sultão montou então seu acampamento em Fariskur, cerca de dez quilômetros ao sul de Damieta, pronto para atacar os cruzados por trás caso tentassem investir contra Damieta. Durante toda a primavera, o impasse permaneceu. Houve batalhas encarniçadas no Domingo de Ramos e depois no de Pentecostes, quando os muçulmanos tentaram em vão abrir caminho até al-Adiliya. Na própria Damieta, embora ainda houvesse alimentos em abundância, a guarnição fora muito reduzida pelas enfermidades; nem assim, porém, os cristãos ousavam realizar um assalto.[2]

Nesse meio tempo, o sultão al-Mu'azzam decidiu desmantelar Jerusalém. Como talvez fosse necessário oferecê-la aos cristãos para pôr fim à guerra, ela lhes seria entregue arruinada e em condições insustentáveis. A demolição dos muros teve início em 19 de março, causando pânico na cidade. Muitos dos cidadãos muçulmanos, acreditando que a chegada dos francos era iminente, fugiram aterrorizados pelo Jordão. As casas abandonadas foram então pilhadas pelos soldados. Alguns fanáticos queriam destruir o Santo Sepulcro, mas o sultão não permitiu. Depois de Jerusalém, as fortalezas da Galiléia — Toron, Safed e Banyas — foram todas arrasadas. Ao mesmo tempo, os dois sultões pediram ajuda a todo o mundo islâmico, endereçando suas súplicas em particular ao califa, em Bagdá, que prometeu enviar-lhes um grande exército — que nunca apareceu.[3]

O inverno gelado foi sucedido por um verão escaldante, e o moral dos cruzados voltou a despencar. Mais uma vez Pelágio insistiu numa iniciativa. Depois que uma vigorosa investida muçulmana contra o acampamento foi

---

1 Ibn al-Athir, II, pp. 116-17; Ibn Khallikan, III, p. 240; *Histoire des Patriarches*, pp. 246-7.
2 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 202-6; *Liber Duellii*, pp. 151-2; *Gesta Obsidionis Damiate*, pp. 87-90.
3 Abu Shama, II, pp. 173-4; Ibn al-Athir, II, p. 119; *Histoire des Patriarches*, p. 52; *Estoire d'Eracles*, II, p. 339; Oliver, *Historia Damiatana*, p. 203.

rechaçada em 20 de julho, com muitas baixas para ambos os lados, os cruzados concentraram-se no bombardeio das muralhas de Damieta. Enquanto estavam assim ocupados — debalde, ao passo que o fogo grego usado pelos defensores causava grandes danos às suas máquinas e não podia ser extinto com vinho e ácido — outra ofensiva muçulmana por pouco não destruiu todo o exército cristão, que só foi salvo pelo súbito cair da noite. Um segundo ataque aos muros, em 6 de agosto, foi igualmente ineficaz.[1]

Os reveses incitaram os soldados rasos da cruzada à ação, acusando seus líderes de preguiça e má liderança. Muitos dos nobres mais proeminentes haviam sido mortos, inclusive os Condes de La Marche e Bar-sur-Seine e Guilherme de Chartres, grão-mestre dos templários. Outros haviam retornado à Europa. Leopoldo da Áustria deixara o exército em maio. Fora o mais enérgico dos príncipes, mas servira por dois anos no Oriente, e ninguém poderia reprová-lo por retornar para seu próprio país. Sua fidalguia apagara a má reputação granjeada por seu pai em decorrência das disputas com Coração-de-Leão na Terceira cruzada, e ele levou consigo para casa um fragmento da Cruz Verdadeira. No entanto, no comboio que o transportou para a Europa figuravam outros cuja partida parecia uma deserção da causa.[2] No fim de agosto, enquanto o Rei João e Pelágio digladiavam-se com relação à estratégia, um advogando a intensificação do cerco, o outro um ataque ao acampamento do sultão, os soldados tomaram as rédeas e, no dia 29, atiraram-se numa massa desordenada contra as linhas islâmicas. Estas fingiram recuar, contra-atacando em seguida. Pelágio tentara assumir o comando, mas, a despeito de suas exortações, os regimentos italianos deram meia-volta e debandaram. Logo instaurou-se o pânico generalizado. Só a habilidade do Rei João, os nobres franceses e ingleses e as Ordens Militares salvaram os sobreviventes e defenderam o acampamento.[3]

À batalha assistira com triste consternação um ilustre visitante do acampamento, o Irmão Francisco de Assis — que fora ao Oriente acreditando, como creram tantos outros indivíduos bons e tolos antes e depois dele, que uma missão especial seria capaz de promover a paz. Ele então pediu permissão a Pelágio para ir ver o sultão. Após uma certa hesitação, Pelágio consen-

---

1 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 208–10; *Gesta Obsidionis Damiate*, pp. 87, 90-7; João de Tulbia, pp. 127-8.

2 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 188, 207-8; *Gesta Obsidionis Damiate*, p. 90; *Liber Duellii*, p. 258. Sobre as relíquias adquiridas por Leopoldo, ver Riant, *Exuviae Sacrae Constantinopolitanae*, II, p. 283. O Conde de Bar-sur-Seine era Milo III de Le Puiset.

3 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 213-19; *Fragmentum Provinciale de Captione Damiatae* (*in* Röhricht, *op. cit.*), pp. 185-92; *Gesta Obsidionis Damiate*, pp. 101-4; João de Tulbia, pp. 132-3; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 340-1.

tiu, enviando-o sob uma bandeira de trégua a Fariskur. Os guardas muçulmanos ficaram desconfiados a princípio — mas logo chegaram à conclusão de que alguém tão simples, tão gentil e tão sujo só podia ser louco, e trataram-no com o respeito devido a um homem que fora tocado por Deus. Francisco foi levado ao sultão al-Kamil, que ficou encantado com sua figura e ouviu pacientemente seu apelo — mas era por demais bondoso e civilizado para permitir que ele desse testemunho de sua fé num ordálio de fogo, e tampouco correria o risco de expor-se à acrimônia que um debate religioso em público despertaria naquele momento. Ofereceu inúmeros presentes ao santo, que os recusou, e enviou-o de volta aos seus com uma escolta de honra.[1]

A intervenção de Francisco na verdade não era necessária, pois o próprio al-Kamil sentia-se inclinado à paz. O Nilo enchera muito pouco naquele verão, e o Egito estava ameaçado de fome. O governo precisava de todos os seus recursos para obter alimentos nas terras vizinhas. Al-Mu'azzam ansiava por retornar com seu exército para a Síria, e nenhum dos dois sultões via com bons olhos as atividades de seu irmão al-Ashraf mais ao norte. Em Bagdá, o Califa Nasr encontrava-se em poder do xá de Khwarizm,[2] Jelal ad-Din — cujo pai, Mohammed, pusera fim ao domínio seljúcida no Irã e fundara um império que se estendia do Indo ao Tigre. Jelal ad-Din podia ser usado contra al-Ashraf, mas, em vista de suas notórias ambições, seria perigoso encorajá-lo a ir longe demais. Al-Mu'azzam estava pronto, pois, a apoiar al-Kamil em qualquer movimento amistoso em direção aos francos. Em algum momento de setembro, um prisioneiro franco foi enviado pelo sultão para propor uma breve trégua e sugerir que os muçulmanos estariam dispostos a ceder Jerusalém. A trégua foi aceita, mas os cristãos recusaram-se a discutir outros termos de paz.[3]

A trégua foi dedicada, por ambos os lados, ao reparo de suas defesas. Muitos dos cruzados consideraram-na também uma boa oportunidade para voltar para casa. Alguns já haviam partido no início do mês, e em 14 de setembro outros doze navios fizeram-se à vela. A perda foi compensada uma semana mais tarde, quando o nobre francês Sauvary de Mauleon chegou com uma companhia transportada em dez galeras genovesas.[4] Quando

---

1 *Acta Sanctorum*, 4 de outubro, pp. 611 ss. Ver van Ortroy, "Saint François et son Voyage en Orient", *in Analecta Bollandiana*, vol. XXXI. A história do clérigo anônimo contada por Ernoul, p. 431, refere-se, ao que tudo indica, à visita do santo ao sultão.

2 Estado dominado pelos turcos que compreendia o Turquestão, a Pérsia, grande parte do Afeganistão e trechos do norte da Índia. (N.T.)

3 Oliver, *Historia Damiatana*, p. 218; *Gesta Obsidionis Damiate*, p. 105.

4 Oliver, *Historia Damiatana*, *loc. cit.*; *Gesta Obsidionis Damiate*, p. 104; João de Tulbia, p. 133; Jaime de Vitry, *loc. cit.*

al-Kamil violou a trégua e atacou os francos, no dia 26, os recém-chegados lideraram com êxito a defesa.[1]

Al-Kamil ainda alimentava esperanças de que se instaurasse a paz. Sabia que Damieta não resistiria. A guarnição fora demasiado reduzida pelas doenças para proteger os muros, e suas tentativas de enviar-lhes reforços haviam falhado. Tampouco os traidores no acampamento cristão, cujos serviços ele comprara, levaram a bom termo qualquer de seus projetos. No fim de outubro, o sultão enviou dois cavaleiros cativos para apresentar aos francos sua proposta definitiva. Caso evacuassem o Egito, ele lhes devolveria a Cruz Verdadeira, bem como Jerusalém, toda a Palestina central e a Galiléia. Os muçulmanos ficariam tão-somente com os castelos da Oultrejourdain, mas pagariam um tributo por eles.[2]

Era uma oferta surpreendente. Sem mais luta, a Cidade Santa, com Belém, Nazaré e a Cruz Verdadeira, seriam restituídas à cristandade. O Rei João aconselhou sua aceitação, apoiado por seus próprios barões e pelos nobres ingleses, franceses e alemães. Pelágio, no entanto, não queria nem ouvir falar no assunto, assim como o patriarca de Jerusalém. A seu ver, seria errado chegar a um acordo com os infiéis. As Ordens Militares concordavam com os dois por motivos estratégicos. Jerusalém e os castelos galileus haviam sido desmantelados; ademais, de qualquer modo seria impossível reter Jerusalém sem o domínio da Oultrejourdain. Os italianos opuseram-se igualmente. Por menos que tivesse agradado às cidades marítimas italianas a ruptura com o Egito, já que esta era um fato, eles queriam assegurar Damieta como centro comercial. A anexação de territórios no interior não era do seu interesse. O conflito entre os dois partidos intensificou-se de tal modo que o Bispo Jaime de Acre chegou a crer que o sultão houvesse feito aquela oferta com o único objetivo de provocar discórdia. Por insistência de Pelágio, a proposta acabou recusada.[3]

Alguns dias mais tarde, um destacamento de batedores enviados por Pelágio descobriu que o muro externo de Damieta estava desguarnecido. No dia seguinte, terça-feira, 5 de novembro de 1219, os cruzados avançaram a plena força, superando as muralhas externa e interna praticamente sem

---

1 Oliver, *Historia Damiatana*, p. 219; *Fragmentum Provinciale*, pp. 193-4; *Gesta Obsidionis Damiate*, p. 106; *Liber Duellii*, p. 160.

2 Oliver, *Historia Damiatana*, p. 222; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 341-2; Ernoul, p. 435; Maqrisi (trad. Blochet), IX, p. 490; *Histoire des Patriarches*, p. 253; *Gesta Obsidionis Damiate*, pp. 109-10; Ibn al-Athir, II, p. 122.

3 Jaime de Vitry, *Epistola*, VI (*Z.K.G.* vol. XVI, pp. 74-5); Oliver, *Historia Damiatana*, p. 223, e *Epistola Regi Babilonis*, p. 305; *Estoire d'Eracles*, II, p. 342; carta dos nobres franceses a Honório em Röhricht, *Studien zur Geschichte des fünften Kreuzzüges*, p. 46; Maqrisi, *loc. cit.*

oposição. Dentro da cidade, encontraram quase toda a guarnição enferma. Havia apenas três mil cidadãos vivos, muitos dos quais demasiado debilitados para sequer enterrar os mortos. Alimentos e riquezas havia em abundância, mas a doença poupara os cristãos de seu trabalho. Uma vez totalmente dominada a cidade, trezentos dos cidadãos mais proeminentes foram mantidos como reféns; as crianças pequenas foram entregues ao clero para serem batizadas e utilizadas no serviço da Igreja; e os restantes foram vendidos como escravos. O tesouro seria dividido entre os cruzados, conforme a categoria de cada um. Entrementes, nem todos os anátemas do legado foram capazes de impedir as tropas de furtarem e ocultarem objetos preciosos.[1]

Havia que definir, em seguida, o futuro governo de Damieta. O Rei João imediatamente exigiu que ela fizesse parte do reino de Jerusalém — apoiado pelas Ordens Militares e pela nobreza leiga. Pelágio entendia que a cidade conquistada pertencia a toda a cristandade, isto é, à Igreja. Entretanto, diante da opinião pública contrária e das ameaças de João de retornar a Acre, transigiu. O rei podia governá-la até que Frederico da Alemanha se juntasse à cruzada.[2] Enquanto isso, parte do exército fora enviada para atacar Tânis, na desembocadura tanítica do Nilo, alguns quilômetros a leste. A cidade foi abandonada por sua guarnição apavorada, e os cruzados voltaram com mais butim — o que só serviu para acirrar os conflitos. Os italianos em particular acreditavam ter sido ludibriados — e, quando Pelágio deixou de apoiá-los, insurgiram-se ativamente. As Ordens Militares tiveram de expulsá-los da cidade. Quando chegou o inverno, o exército vitorioso ardia de insatisfação.[3]

Pelágio, em sua elação inicial, antevia a destruição definitiva do Islã. A cruzada conquistaria todo o Egito. O rei da Geórgia, galante potentado cristão, sem dúvida daria sua colaboração. Havia também Preste João, que esperava, segundo os boatos, para desferir um novo golpe em favor da cristandade. A princípio, ele acreditara que Preste João fosse o negus da Etiópia — que, entretanto, não respondera a carta que o papa lhe escrevera quarenta anos antes.[4] Agora, porém, surgira um novo candidato para o papel, um soberano oriental de nome Gêngis Khan. Infelizmente, os pretensos aliados

---

1 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 236-40; *Gesta Obsidionis Damiate*, pp. 111-14; *Fragmentum Provinciale*, pp. 196-200; Ibn Khallikan, IV, p. 143; Ibn al-Athir, II, p. 119; Abu Shama, pp. 176-7.

2 *Gesta Obsidionis Damiate*, p. 115; João de Tulbia, p. 139; Ernoul, p. 426.

3 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 240-1 ; João de Tulbia, p. 139; *Liber Duellii*, p. 166.

4 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 231-5. Pelágio também ficou impressionado com uma auspiciosa profecia islâmica. Sobre Preste João ver vol. II, p. 363.

não trabalharam juntos. Em 1220, o exército do Rei Jorge, da Geórgia, foi arrasado pelos mongóis de Gêngis Khan nas fronteiras do Azerbaijão, e a grande potência militar construída pela Rainha Tamar foi aniquilada. Os vencedores não demonstraram o menor interesse por atacar o império aiubita.[1] Esperava-se uma colaboração mais concreta do maior potentado da Europa Ocidental, Frederico, Rei da Alemanha e Sicília.

Frederico assumira a Cruz em 1215, mas o Papa Inocêncio dera-lhe permissão para adiar a cruzada até colocar a situação de seu país em ordem. O monarca continuava adiando. Prometera ao pontificado entregar o trono siciliano, que lhe fora legado quando garoto, ao seu jovem filho Henrique. Contudo, ele logo percebeu que, reiterando sua determinação a partir para a cruzada, podia postergar a divisão de seus reinos e negociar sua coroação imperial pelo papa. Seu desejo de partir para o Oriente era genuíno, conquanto o que o motivasse fosse mais a ambição que a piedade. Frederico herdara de seu pai, Henrique VI, as aspirações orientais — mas só se empenharia por realizá-las como imperador, com seus reinos europeus seguros em suas mãos. Suas intenções deveriam ter sido detectadas pelo pontífice; todavia, Honório — que já fora seu tutor — era um homem simples que, acreditando na legitimidade de suas promessas, continuava enviando aos cruzados no Egito mensagens exortando-os a esperar pelo exército Hohenstaufen.[2]

A cruzada, pois, permaneceu inerte — e, durante sua inação, as divergências entre Pelágio, o Rei João, os italianos e as Ordens Militares intensificaram-se. Uma investida contra o Cairo imediatamente após a queda de Damieta talvez tivesse logrado êxito. Al-Kamil estava numa situação de desespero. Seu exército estava desanimado; seus súditos passavam fome; e al-Mu'azzam insistira em retornar com suas forças para a Síria, temendo problemas no norte e crendo que o Islã seria mais bem servido agora com um ataque à própria Acre. Esperando a cada dia ser informado de um ataque cristão, al-Kamil montou acampamento em Talkha, alguns quilômetros acima do braço de Damieta no Nilo, espalhando fortificações dos dois lados do rio para preparar-se para uma ofensiva que nunca ocorreu.[3]

---

1 Ver adiante, p. 221. Pelágio escreveu a Honório III acerca de suas esperanças de auxílio georgiano (Röhricht, *Studien*, p. 52). Inocêncio III já solicitara a cooperação geórgica (Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 232-3). Jaime de Vitry demonstrou seu interesse na intervenção mongol traduzindo do árabe, com ajuda de especialistas, um livro intitulado *Excerpta de Historia David regis Indiorum qui Presbyter Johannes a vulgo appellatur* (ed. Röhricht, *Z.K.G.* vol. XVI, pp. 93 ss.). Seus fatos são absolutamente imprecisos.

2 Ver Donovan, *op. cit.* pp. 75-9 para uma síntese, com referências, das relações entre Frederico e o papa.

3 *Histoire des Patriarches*, p. 254; Abu'l Fida, p. 91.

Leão II, Rei da Armênia, faleceu no início do verão de 1219, deixando apenas duas filhas. A mais velha, Estefânia, era a esposa de João de Brienne; a caçula, Isabela, filha da Princesa Sibila de Chipre e Jerusalém, tinha quatro anos de idade. Leão prometera a sucessão ao seu sobrinho, Raimundo-Rupênio de Antióquia, mas em seu leito de morte nomeou Isabela sua herdeira. João sem hesitar reivindicou o trono para sua esposa e seu filhinho, e em fevereiro de 1220 recebeu permissão do papa para deixar a cruzada para ir à Armênia. Sua relação com Pelágio deteriorara-se tanto que não havia muito sentido em permanecer com o exército, cujo controle total e inequívoco o papa conferiu então a Pelágio. João partiu para Acre. Durante os preparativos de sua viagem para a Cilícia, sua esposa arménia faleceu — segundo rumores, em virtude dos maus-tratos que ele lhe dispensava. Quando seu filhinho morreu, algumas semanas depois, João perdeu todo e qualquer direito ao trono armênio — mas não retornou para o Egito.[1] Em março, al-Mu'azzam invadiu o reino, atacando o castelo de Cesaréia (que acabara de ser reerguido) e dedicando-se em seguida ao assédio do reduto templário de Athlit. Os cavaleiros templários acorreram de Damieta, e o Rei João manteve seus homens por perto. O sítio prolongou-se até novembro, quando al-Mu'azzam retirou-se para Damasco.[2]

Nesse ínterim, a cruzada permaneceu estacionada em Damieta. Houve alguma tentativa de reconstruir a cidade. Na Festa da Purificação, em fevereiro, a principal mesquita local foi consagrada como Catedral da Virgem. Em março, chegou uma companhia de prelados italianos encabeçados pelo Arcebispo de Milão e acompanhados de dois emissários de Frederico II. Trouxeram forças consideráveis e sem vacilar concordaram com Pelágio sobre a necessidade de se lançar uma ofensiva. Os cavaleiros, porém, discordavam. O Rei João, a seu ver, era o único líder ao qual todas as nações obedeceriam; e ele estava ausente.[3] Quando, em julho, Mateus, Conde da Apúlia, chegou com oito galeras enviadas por Frederico, Pelágio mais uma vez em vão instou-os a agir. Até seus próprios mercenários italianos opuseram-se-lhe quando ele sugeriu uma expedição à parte. A única iniciativa tomada foi uma ofensiva dos cavaleiros militares à cidade de Burlos, cerca de trinta quilômetros a oeste de Damieta. A cidade foi pilhada, mas na volta os cavaleiros caíram numa emboscada e vários hospitalários — inclusive seu marechal — foram aprisionados.[4]

---

1 Ernoul, p. 427; *Estoire d'Eracles*, II, p. 349; Oliver, *Historia Damiatana*, p. 248.
2 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 244-5, 255-6; Ernoul, pp. 421-4.
3 Oliver, *Historia Damiatana*, p. 248; Rogério de Wendover, II, pp. 260-1.
4 Oliver, *Historia Damiatana*, p. 252.

Al-Kamil, àquela altura, recuperara a confiança. Embora as forças terrestres ainda fossem insuficientes, sua marinha foi restaurada e, no verão de 1220, ele enviou uma esquadra pelo braço de Roseta do Nilo, que velejou até Chipre, onde se deparou com uma frota cruzada ancorada perto de Limassol e, num ataque de surpresa, afundou ou capturou os navios, fazendo milhares de prisioneiros. Dizia-se que Pelágio fora alertado sobre os preparativos dos marinheiros egípcios, mas ignorara o aviso. Quando já era tarde demais, ele enviou uma esquadra veneziana para interceptar o inimigo e atacar os portos de Roseta e Alexandria, mas foi inútil. A falta de dinheiro impediu-o de manter um número suficiente de navios, e o tesouro pontifício não podia proporcionar-lhe mais.[1]

Em setembro, outros cruzados voltaram para casa. No fim do ano, contudo, o Papa Honório enviou boas notícias. Frederico estivera em Roma em novembro de 1220, e o papa o coroara, e à sua esposa, Constança, imperadores. Em troca, Frederico prometera definitivamente partir para o Oriente na primavera seguinte. Como Honório vinha perdendo a confiança na palavra de Frederico, chegou a aconselhar Pelágio a não rejeitar nenhuma proposta de paz do sultão sem transmiti-la a Roma. O novo imperador, no entanto, parecia agora estar falando sério. Estimulou ativamente seus súditos a tomar a Cruz, e enviou um vasto contingente sob Luís, Duque da Baviera, que partiu da Itália no princípio da primavera.[2]

A notícia da aproximação do duque tanto alegrara Pelágio que, quando o sultão lhe fez uma nova proposta de paz, em junho, ele esqueceu as instruções pontifícias e recusou-a, só depois relatando-a a Roma. Al-Kamil voltara a oferecer a cessão de Jerusalém e toda a Palestina, exceto pela Oultrejourdain, além de uma trégua de trinta anos e uma indenização financeira pelo desmantelamento da Cidade Santa. Logo após a rejeição dos novos termos, surgiu Luís da Baviera.[3]

Frederico proibira Luís de tomar iniciativas de maior porte enquanto ele mesmo não chegasse. Luís, contudo, ansiava por atacar os infiéis; quando, transcorridas cinco semanas, não havia notícias da partida de Frederico da Europa, ele acedeu aos desejos de Pelágio. Quando o duque argumentou que, para o exército reforçado avançar Egito adentro, precisaria fazê-lo de imediato — já que se aproximava a época das inundações do Nilo —, e quando o legado declarou que as finanças do exército requeriam ação rápida, os principais cruzados se convenceram. Insistiram apenas em que o

1 Ernoul, pp. 429-30; Oliver, *Historia Damiatana*, p. 253.
2 Oliver, *Historia Damiatana*, p. 257. Ver Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles*, V, II, pp. 1420-1.
3 Oliver, *loc. cit.*; Jaime de Vitry, *op. cit.* pp. 106-9; Ernoul, p. 442.

Rei João fosse chamado a fazer sua parte. Houve poucos dissidentes. A rainha-regente de Chipre escreveu a Pelágio avisando-o de que al-Mu'azzam e seu irmão al-Ashraf estavam formando um grande exército islâmico na Síria — notícia confirmada para os cavaleiros militares por seus irmãos na Palestina. Não obstante, Pelágio encontrou no fato mais uma justificativa para o avanço imediato. Tomara conhecimento de profecias segundo as quais o domínio do sultão estava no fim.[1]

Em 4 de julho de 1221, o legado instituiu um jejum de três dias no acampamento. No dia 6, o Rei João chegou com os cavaleiros de seu reino, totalmente pessimista mas não querendo ser acusado de covardia. No dia 12, as forças cruzadas seguiram para Fariskur, onde Pelágio as dispôs em formação de batalha. Era uma hoste impressionante. Os contemporâneos falavam em 630 navios de portes diversos, 5 mil cavaleiros, 4 mil arqueiros e 40 mil peões. A horda de peregrinos que os acompanhava recebeu ordens de permanecer junto às margens do rio, a fim de abastecer de água os soldados. Uma grande guarnição foi deixada em Damieta.

O exército muçulmano avançou até Sharimshah para ir-lhes ao encontro, mas, ao constatar o tamanho do inimigo, refugiou-se atrás do Bahr as-Saghir, que corria do rio até o Lago Manzalé, e aguardou de prontidão em Talkha, onde posteriormente seria Mansurá, dos dois lados do rio. Em 20 de julho, os cruzados já ocupavam Sharimshah. O Rei João implorou-lhes que lá permanecessem. As inundações do Nilo eram iminentes, e o exército sírio se aproximava. Pelágio, contudo, insistiu em seguir adiante, com a aprovação dos soldados rasos, que tinham ouvido boatos de que o sultão fugira do Cairo. Perto de Sharimshah, ao sul da cidade, um canal saído de outro braço encontrava-se com o rio. Os cruzados, ao avançarem, não deixaram navio algum protegendo sua desembocadura, talvez por não o julgarem navegável. No sábado, 24 de julho, o exército cristão inteiro dispôs-se ao longo do Bahr as-Saghir, defrontando o inimigo.

O Nilo já estava cheio — assim como o canal, fácil de defender. Antes de sua subida, porém, os homens dos irmãos de al-Kamil haviam-no cruzado próximo ao Lago Manzalé, instalando-se entre os cruzados e Damieta. Assim que a água do canal na altura de Sharimshah atingiu níveis suficientes, os navios de al-Kamil desceram-no e cortaram a retirada da frota cristã. Em meados de agosto, Pelágio deu-se conta de que seu exército encontrava-se em inferioridade numérica e completamente cercado, com comida

---

1 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 257-8; Rogério de Wendover, II, p. 264; Jaime de Vitry, *Epistola* VII (*Z.K.G.* vol. XVI, p. 86); Ernoul, pp. 441-3. Sobre as profecias, Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 258-9; Jaime de Vitry, *Excerpta* (*Z.K.G.* vol. XVI, pp. 106-13); *Annales de Dunstaplia* (*Annales Monastici*, vol. III, p. 62); Alberico de Trois Fontaines, p. 790.

para apenas vinte dias. Depois de alguma discussão, os bávaros persuadiram o comando de que a única possibilidade de fuga seria uma retirada imediata — iniciada na noite de quinta-feira, 26 de agosto. A operação foi mal organizada. Muitos dos soldados, não suportando a idéia de apartarem-se de suas reservas de vinho, beberam-na toda em vez de abandoná-la. Estavam em estupor quando receberam a ordem de marchar. Os cavaleiros teutônicos cometeram a tolice de atear fogo aos estoques que não podiam carregar, comunicando assim aos muçulmanos o abandono de suas posições. O Nilo continuava subindo, e o sultão ou um de seus lugares-tenentes ordenou que as eclusas ao longo da margem direita fossem abertas. A água inundou as terras baixas que os cristãos precisavam atravessar e eles avançaram penosamente pelas valas e poças lamacentas, perseguidos de perto pela cavalaria turca e pelos peões núbios do sultão. A cavalaria foi desbaratada pelo Rei João e seus cavaleiros e os peões, rechaçados pelos cavaleiros militares, mas ao custo das vidas de milhares de soldados de infantaria e peregrinos. Pelágio, de barco, esquivou-se da frota egípcia que bloqueava a passagem, impulsionado pelas águas; como, porém, levava consigo os suprimentos médicos da tropa e boa parte dos víveres, sua fuga teve conseqüências desastrosas. Alguns navios escaparam, mas muitos foram capturados.[1]

No sábado, dia 28, Pelágio perdeu as esperanças e enviou um emissário ao sultão para negociar a paz. Ainda dispunha de alguns elementos de barganha. Damieta tivera suas fortificações reforçadas e encontrava-se bem guarnecida e munida de armamentos; ademais, uma poderosa esquadra encontrava-se ao largo, sob o comando de Henrique, Conde de Malta, e Gualtério de Palear, Chanceler da Sicília, enviados pelo Imperador Frederico. Al-Kamil, entretanto, sabia que o corpo principal do exército cruzado estava à sua mercê. Foi firme, mas generoso. Depois de discutir durante o fim de semana, na segunda-feira Pelágio aceitou suas condições. Os cristãos abandonariam Damieta e observariam uma trégua de oito anos, a ser confirmada pelo imperador. Os prisioneiros de ambos os lados seriam trocados. O sultão, de sua parte, restituiria a Cruz Verdadeira. Enquanto Damieta não se rendesse, a cruzada deveria entregar seus líderes como reféns. Al-Kamil escolheu Pelágio, o Rei João, o Duque da Baviera, os mestres das ordens e dezoito outros, entre condes e bispos. Em troca, enviou um de seus filhos, um dos irmãos e vários jovens emires.[2]

---

1 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 257-73 (o mais completo relato de uma testemunha ocular); Rogério de Wendover, II, pp. 263-4; Ernoul, pp. 439-44; *Histoire des Patriarches*, pp. 257-8; Abu Shama, II, pp. 180, 182-3, 185; Ibn al-Athir, II, pp. 122-4, 158; Ibn Khallikan, III, p. 241.

2 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 274-6; Ernoul, pp. 444-7; *Histoire des Patriarches*, pp. 257-8; Abu Shama, II, pp. 183-5.

Quando os mestres dos templários e dos cavaleiros teutônicos anunciaram a rendição em Damieta, a guarnição a princípio rebelou-se contra a ordem e atacou as casas do Rei João e das ordens. Henrique, Conde de Malta, acabara de chegar com quarenta navios, e eles se sentiam fortes o bastante para desafiar o inimigo. Todavia, o inverno se aproximava e os mantimentos eram escassos; seus líderes foram feitos reféns e os muçulmanos ameaçavam marchar sobre Acre. Os rebeldes logo desistiram. Depois de al-Kamil entreter o Rei João num esplêndido banquete e espontaneamente reabastecer o exército cristão, os reféns foram intercambiados. Por fim, na quarta-feira, 8 de setembro, toda a cruzada embarcou em seus navios e o sultão entrou em Damieta.[1]

A Quinta Cruzada estava encerrada. Havia chegado muito perto do sucesso. Se o exército cristão contasse com um líder capaz e respeitado, Cairo talvez fosse ocupada e o governo aiubita do Egito seria destruído. Com um governo mais amistoso lá instalado — pois os francos jamais poderiam esperar governar todo o Egito por conta própria —, não seria impossível recuperar toda a Palestina. Entretanto, o imperador, o único capaz de cumprir tal função, nunca apareceu, apesar de todas as suas promessas. Pelágio era um sujeito insolente, desprovido de diplomacia e impopular, cujas falhas como general ficaram patentes naquela derradeira ofensiva desastrosa — ao passo que ao Rei João, a despeito de toda a sua fidalguia, faltavam a personalidade e o prestígio necessários para comandar um exército internacional. Praticamente todas as etapas da campanha malograram em virtude de conflitos pessoais ou nacionais. Teria sido mais sábio concordar com os termos por duas vezes oferecidos pelo sultão e aceitar Jerusalém de volta. Por outro lado, os estrategistas provavelmente estavam certos em seu entender de que, sem os castelos da Oultrejourdain, Jerusalém jamais poderia ser mantida, ao menos enquanto os muçulmanos do Egito e da Síria permanecessem aliados. Do modo como tudo transcorrera, nada se ganhara e muito se perdera — homens, recursos e reputações. As maiores vítimas foram os mais inocentes. O medo dos cristãos ocidentais provocou uma nova onda de fanatismo no Islã. No Egito, apesar de toda a tolerância pessoal de al-Kamil, novas restrições foram impostas aos cristãos locais, melquitas e coptas. Instituiu-se uma carga tributária extorsiva e fecharam-se igrejas, muitas delas saqueadas pelos soldados muçulmanos enfurecidos. Tampouco os mercadores italianos lograram recuperar plenamente sua antiga posição em Alexandria. Seus compatriotas haviam incentivado a cruzada. Mesmo retornando aos seus balcões, haviam perdido boa parte da confiança de que goza-

1 Oliver, *Historia Damiatana*, pp. 274-6; Ernoul, pp. 444-7; *Histoire des Patriarches*, p. 258.

vam. Foi com uma vergonha amarga e mais que merecida que os soldados da Cruz retornaram para seus respectivos países. Não levavam consigo nem ao menos a Cruz Verdadeira. Quando esta ia ser entregue, ninguém conseguiu encontrá-la.[1]

1 Para explicações contemporâneas para o fracasso da cruzada, ver Donovan, *op. cit.* pp. 94-7 e notas, além de Throop, *Criticism of the Crusades,* pp. 31-4.

Capitulo III

O Imperador Frederico

"Envio-te logo um homem hábil e prudente." 2 CRÔNICAS 2, 12

Após a desalentada partida da cruzada de Damieta, o Rei João retornou direto para Acre, mas o cardeal Pelágio rumou mais para o norte, a fim de executar as ordens pontifícias em Antióquia e no reino armênio da Cilícia. Por ocasião do falecimento do Rei Leão, Honório reconhecera a reivindicação de João de Brienne no sentido de que sua esposa ou seu filho o sucedessem. Quando estes morreram, porém, ele transferiu o apoio da Igreja para Raimundo-Rupênio de Antióquia, que fora pessoalmente a Damieta, no verão de 1220, conferenciar com Pelágio. Alguns meses antes, Boemundo de Trípoli recapturara Antióquia, conquanto os hospitalários dominassem a cidadela. Raimundo-Rupênio então invadira a Cilícia, junto com sua mãe armênia, Alice, e estabelecera-se em Tarso, esperando pelo socorro dos hospitalários, com quem mantinha boas relações, por haver entregado a cidadela de Antióquia aos seus cuidados. Entretanto, os nobres armênios fizeram a vontade do falecido rei e aceitaram sua jovem filha, Isabela, como rainha, sob a regência de Adão de Baghras. Este, após alguns meses no poder, foi eliminado pelos Assassinos — sem dúvida instigados pelo Hospital. Seu sucessor no cargo foi Constantino, chefe da família hethoumiana. A casa de Hethoum representava, no passado, o partido pró-bizantino na Armênia. Agora, apresentavam-se como os defensores do nacionalismo contra as tendências latinizantes da dinastia reinante. No início de 1221, Constantino marchou contra Tarso e capturou-a, junto com o príncipe e sua mãe. Raimundo-Rupênio pereceu na prisão logo em seguida. Sua eliminação garantiu a segurança de Isabela no trono armênio e a de Boemundo de Trípoli em Antióquia.[1]

Pelágio foi admoestado pelo papa a proceder com cautela. Seria inútil defender os direitos das filhas de Raimundo-Rupênio, ainda meninas, que, com sua mãe Lusignan, retiraram-se para Chipre. Boemundo, contudo, era um mau filho da Igreja; não só conseguiu arrebatar a cidadela de Antióquia

---

1 Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 628-32, para detalhes e fontes.

aos hospitalários, como retirou-lhes a promessa de Jabala (que Raimundo-Rupênio lhes oferecera caso conseguissem conquistá-la), confiando aos templários o direito de detê-la. Agora, era iminente o perigo de uma guerra explícita entre as ordens. Pelágio logrou persuadir ambas a aceitar metade de Jabala; Boemundo, porém, além de recusar-se a readmitir o Hospital em Antióquia anexou suas possessões na cidade, apesar de Pelágio ameaçá-lo de excomunhão e cumprir a sentença. Os templários permaneceram em comunhão com ele, e o regente da Armênia procurou-o para uma aliança. O sultão seljúcida Kaikobad era então o maior potentado da Ásia Menor; havia ocupado o lado ocidental dos Montes Tauro, instalara sua capital de inverno na costa de Alaya, e ameaçava toda a fronteira armênia. Os armênios necessitavam da boa vontade de Antióquia; em vista disso, o regente propôs que Boemundo enviasse seu quarto filho, Filipe, para desposar a jovem rainha armênia, insistindo apenas em que o noivo se convertesse à Igreja armênia independente. Boemundo, exasperado com sua excomunhão pelo legado, não hesitou em permitir que seu filho caísse em heresia. A aliança entre a Armênia e Antióquia atendeu seu propósito imediato. Kaikobad desviou sua atenção deles para seus vizinhos islâmicos a leste.

Os armênios tinham esperanças de que Filipe, que não tinha a menor perspectiva de algum dia herdar Antióquia, viesse a tornar-se um bom armênio. Seus gostos, todavia, eram incorrigivelmente latinos, e ele passava o máximo de tempo possível em Antióquia. Os hethoumianos e seus amigos encolerizaram-se — até que, em fins de 1224, prenderam-no certa noite quando viajava para Antióquia e aprisionaram-no em Sis, onde acabaria sendo envenenado alguns meses depois. Boemundo ficou furioso, mas não havia muito que pudesse fazer. O papa havia confirmado sua excomunhão e admoestara os templários a não manter laços com ele. Os hospitalários tomaram abertamente o partido dos hereges armênios. Quando a jovem rainha, viúva de Filipe, fugiu de coração partido para sua proteção em Selêucia, eles, para evitar a vergonha de devolvê-la em pessoa, entregaram a cidade inteira ao Regente Constantino. Boemundo recorreu a Kaikobad, e os seljúcidas invadiram a Cilícia. Constantino então instou Boemundo a recuar, convidando-o a ir à Cilícia para receber o filho de volta; em seguida, combinou com o Regente de Alepo, Toghril, que avançasse sobre Antióquia. Só quando já se encontrava na Cilícia é que Boemundo tomou conhecimento da morte do filho, e teve de precipitar-se de volta para defender sua capital de Toghril. Nesse ínterim, a infeliz jovem rainha Isabela era forçada a casar-se com o filho de Constantino, Hethoum. Durante muitos anos, ela se recusaria a viver com o esposo, mas finalmente acabou cedendo. Ela e Hethoum foram coroados juntos em 1226. Constantino, a despeito de todo o seu naciona-

lismo, começou a julgar prudente reconciliar a Armênia com o papado. Foram enviadas mensagens de fidelidade, em nome do jovem casal, ao papa e ao Imperador Frederico.[1]

Convinha aos cristãos do norte que seus dois principais vizinhos muçulmanos, os seljúcidas e os aiubitas de Alepo e Mosul, permanecessem absortos em seus conflitos, pois a trégua de oito anos garantida por al-Kamil não se lhes aplicava. Ao sul, João de Brienne a utilizou avidamente para recuperar as forças de seu desgastado reino e, sobretudo, restaurar o comércio com o interior islâmico, que constituía sua principal fonte de renda. No outono de 1222, decidiu viajar ao Ocidente. Pretendia consultar o papa acerca de futuro auxílio para seu reino, e precisava encontrar um marido para sua filha, a jovem rainha. Esta contava apenas onze anos, mas ele já passara dos setenta. A sucessão tinha de ser assegurada. Depois de nomear Odo de Montbéliard vice-rei, partiu de Acre acompanhado de Pelágio, que encerrava sua viagem de legado por Chipre, do Patriarca de Jerusalém, Ralph de Merencourt, e do Grão-mestre do Hospital. O grão-mestre dos Cavaleiros Teutônicos, Hermann de Salza, não se encontrava em Roma. O grupo aportou em Brindisi no fim de outubro.[2]

João foi direto a Roma, onde reivindicou que, no futuro, todos os territórios conquistados por cruzadas fossem cedidos ao reino de Jerusalém. Pelágio talvez tenha objetado, mas o papa concordou com João, e o imperador mandou dizer que também consentia. João seguiu então para a França, a fim de fazer uma última visita ao seu velho amigo, o Rei Filipe Augusto. Enquanto isso, Hermann de Salza propôs que a Rainha Iolanda desposasse o próprio Imperador Frederico, cuja imperatriz falecera quatro meses antes. Seria um par esplêndido. João ficou lisonjeado com a idéia, mas hesitou enquanto Hermann não lhe prometeu que ele permaneceria na regência até morrer. O papa entusiasmou-se. Se Frederico fosse o consorte de Jerusalém, sem dúvida pararia de prevaricar e adiar sua cruzada. Quando João chegou a Paris, as negociações estavam quase concluídas. O Rei Filipe, descontente com a notícia, censurou João. Até então, era ao monarca francês que se pedia para encontrar maridos para as herdeiras de Outremer. O próprio João fora designado por Filipe. Não obstante, pelos velhos tempos, Filipe deu a João uma acolhida calorosa, e João estava presente quando Filipe expirou em Mantes, em 14 de julho de 1223. Em seu testamento, Filipe deixou para João a soma de 50 mil marcos, em benefício do reino de Jerusalém, com lega-

---

1 Cahen, *op. cit.* pp. 632-5. Os historiadores armênios escrevem do ponto de vista da casa de Hethoum. O relato mais objetivo é o de Ibn al-Athir (II, pp. 168-70).

2 Oliver, *Historia Damiatana*, p. 280; *Estoire d'Eracles*, II, p. 355; Emoul, pp. 448-9; *Annales de Terre Sainte*, p. 437.

dos similares para o Hospital e o Templo. João participou do funeral do rei e da coroação de seu filho, Luís VIII, partindo em seguida para uma peregrinação a Santiago de Compostela, na Espanha. Permaneceu alguns meses em Castela, onde desposou a irmã do Rei Ferdinando III, Berengária, e retornou para a Itália durante o ano de 1224.[1]

Em agosto do ano seguinte, o Conde Henrique de Malta chegou a Acre com catorze galeras imperiais a fim de levar a jovem rainha, então com catorze anos, para a Itália, onde se casaria. A bordo estava Jaime, arcebispo-eleito de Cápua, que assim que desembarcou casou-se com Iolanda, como procurador de Frederico, na Igreja da Santa Cruz. Levaram-na então para Tiro, onde, sendo agora considerada com idade suficiente, foi coroada Rainha de Jerusalém pelo patriarca Ralph, na presença de toda a nobreza de Outremer. Houve júbilo por uma quinzena; depois, a rainha embarcou, acompanhada do Arcebispo de Tiro, Simão de Maugastel, e seu primo, Balian de Sídon. Fez-se uma pausa de alguns dias em Chipre, para que ela visse sua tia, a Rainha Alice. No momento da partida, as duas rainhas e todas as suas damas de companhia estavam aos prantos, e ouviram Iolanda murmurar uma triste despedida à doce terra síria, que ela jamais voltaria a ver.[2]

O imperador, com o Rei João, aguardava sua noiva em Brindisi. Ela foi recebida com pompa imperial, e celebrou-se uma segunda cerimônia de casamento em 9 de novembro de 1225, na Catedral de Brindisi.[3]

Frederico tinha então 31 anos. Era um homem bonito; não alto mas bem constituído, embora já inclinado à obesidade. Seu cabelo — o cabelo ruivo dos Hohenstaufens — começava a recuar. Seus traços eram regulares, com uma boca carnuda e bastante sensual e uma expressão que parecia bondosa até que se lhe notava a frieza dos olhos verdes, cuja agudeza disfarçava-lhe a miopia. Seu brilho intelectual era óbvio. Falava com fluência seis idiomas — francês, alemão, italiano, latim, grego e árabe; era profundo conhecedor de filosofia, ciências, medicina e história natural, e bem informado sobre outros países. Sua prosa, quando ele a expunha, era fascinante. A despeito de todo o seu fulgor, entretanto, não era uma pessoa benquista. Era cruel, egoísta e traiçoeiro, indigno de confiança como amigo e implacável como inimigo. Sua indulgência em prazeres eróticos de todo tipo chocava até os frouxos padrões de Outremer. Adorava ultrajar seus contemporâneos com comentários

---

1 Ernoul, pp. 449-50; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 355-6; Ricardo de San Germano, *M.G.H.* vol. XIX, pp. 342-3; *Historia Diplomatica Friderici Secundi* (ed. Huillard-Bréholles), II, p. 375. Como Frederico e Iolanda eram primos em terceiro grau, o papa concedeu uma licença para o casamento (Reinaldo, Anno 1223, nº 7, I, pp. 465-6).

2 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 357-8; *Gestes des Chiprois*, pp. 22-3.

3 *Estoire d'Eracles, loc. cit.*

escandalosos sobre religião e moral. Na realidade, ele não era irreligioso; seu cristianismo, contudo, aproximava-se mais do de um imperador bizantino. Considerava-se o vice-rei ungido de Deus na terra. Tinha consciência de que era um competente estudante de teologia, e não pretendia submeter-se aos ditames de nenhum bispo, nem que fosse o Bispo de Roma. Não via mal em interessar-se por outras religiões, sobretudo o Islã, com que tivera contato durante toda a sua vida. Não considerava os gregos cismáticos só por rejeitarem a autoridade do papa. Entrementes, nenhum governante impôs mais selvagem perseguição a hereges cristãos que a dele aos cátaros e afins. Para o ocidental médio, Frederico era quase incompreensível. Embora por sangue fosse meio germânico e meio normando, era, por criação, basicamente um siciliano, filho de uma ilha metade grega, metade árabe. Como governante de Constantinopla ou do Cairo, seria eminente, mas não excêntrico. Como monarca da Alemanha e Imperador do Ocidente, era um prodígio aterrorizante. Não obstante, a despeito de todo o seu conhecimento geral do Oriente, ele jamais compreendeu Outremer.[1]

O imperador demonstrou seu calibre no dia seguinte às bodas, quando deixou Brindisi com a imperatriz sem avisar o sogro; o velho rei correu atrás dele, mas Frederico recebeu-o com frieza. Seguiu-se um choque aberto quando João soube, por uma Iolanda em lágrimas, que seu genro seduzira uma de suas primas. Frederico então anunciou com frieza que jamais prometera que João continuaria na regência. Não havia nenhum acordo por escrito — e o rei não possuía nenhum direito legal, agora que a filha se casara. João viu-se privado de seu cargo, e os soldados de Frederico despojaram-no até mesmo do dinheiro que o Rei Filipe lhe legara para Jerusalém.[2] Em desespero, ele fugiu para a corte pontifícia. O Papa Honório, que se recusava obstinadamente a pensar mal de seu antigo pupilo, ficou mais uma vez surpreso e decepcionado; no entanto, nada podia fazer por João, além de confiar-lhe o governo do patrimônio da Toscana. A carreira do venerável guerreiro, porém, ainda não chegara ao fim. Seu nome já fora sugerido para o trono inglês. Em 1228, o império latino de Constantinopla necessitava de um regente para o imperador-menino Balduíno II. João, apesar de seus quase oitenta anos, de bom grado aceitou a missão. Balduíno era casado com sua filha de quatro

---

1 Sobre a aparência de Frederico, ver Kantorowicz, *Frederick II*, pp. 366-8. O livro idealiza-o e romantiza-o um pouco. Ver também, adiante, pp. 172-3.

2 Ernoul, pp. 451-2; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 358-60 (também p. 356, onde se diz que João contava reter a regência até 1227, quando Iolanda atingiria os dezesseis anos); Ricardo de San Germano, p. 345; *Historia Diplomatica Friderici Secundi*, II, p. 392. Frederico já se intitulava rei de Jerusalém em dezembro de 1225 (*ibid.* II, p. 526). A prima seduzida em questão foi a filha de Gualtério de Brienne.

anos, Maria; e João tomou cuidadosas providências para ostentar o título de imperador até sua morte, em 1237.[1]

A Imperatriz-Rainha Iolanda foi menos feliz que o pai. Frederico enviou-a para o harém que mantinha em Palermo, onde ela viveu em reclusão, suspirando pela brilhante vida de Outremer. Em 25 de abril de 1228, deu à luz um filho, Conrado, e, tendo cumprido seu dever, morreu, seis dias depois. Não chegara nem aos dezessete anos.[2]

Frederico a princípio prometera ao papa que tomaria a mão de sua noiva em casamento na Síria, mas, a seu pedido, feito por intermédio do Rei João e do mestre dos Cavaleiros Teutônicos, recebeu permissão para um adiamento de dois anos. Em 25 de julho de 1225, encontrou-se com dois legados pontifícios em San Germano, onde jurou partir para o Oriente em agosto de 1227, enviar mil cavaleiros de imediato e depositar 100 mil onças de ouro em Roma, para usufruto da Igreja caso o voto fosse violado. Se as recomendações de Outremer tivessem sido seguidas, a partida do imperador seria adiada para 1229, quando a trégua com al-Kamil chegaria ao fim.[3]

Os cavaleiros prometidos foram enviados no comboio que traria a futura imperatriz de volta. Frederico, por sua vez, dedicou seus dois anos de licença à tentativa de impor seu domínio no norte da Itália, interligando assim suas terras na Alemanha às do sul da península italiana. A determinada hostilidade da Liga Lombarda frustrou-o, e tudo o que ele conseguiu foi assegurar um compromisso prático com os lombardos, cortejando o papado com uma nova demonstração de entusiasmo pela cruzada. Todavia, seu velho tutor, o Papa Honório, morreu em março de 1227. O novo pontífice, Gregório IX, forjara-se num molde menos flexível. Era primo de Inocêncio III, e como este era dotado de uma mentalidade legalista clara e de uma fé altaneira e inquebrantável na autoridade divina do pontificado. Pessoalmente severo e ascético, não aprovava a conduta pessoal de Frederico e entendia como inconciliáveis o cesaropapismo almejado pelo imperador e sua própria concepção de sua autoridade. Tanto a política quanto a piedade impunham a imediata partida de Frederico para o Oriente.[4]

Frederico parecia pronto para partir. Um destacamento de cruzados ingleses e franceses, sob os bispos de Exeter e Winchester, já havia embarcado para o Oriente. Durante todo o verão de 1227, o imperador congregou

---

1 Sobre a carreira subseqüente de João, ver Longnon, *L'Empire Latin*, pp. 169-74.
2 Ernoul, p. 454; *Estoire d'Eracles*, II, p. 366; Ricardo de San Germano, p. 447; *Historia Diplomatica Friderici Secundi*, I, p. 858.
3 *Historia Diplomatica Friderici Secundi*, III, pp. 36-48; *Regesta Honorii Papae III*, nº 5566, II, p. 352.
4 Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles*, v, II, pp. 1467-8.

um grande exército na Apúlia. Embora uma epidemia de malária tivesse debilitado a tropa, vários milhares de soldados deixaram Brindisi em agosto, sob Henrique IV, Duque de Limburgo. Frederico juntou-se às suas forças alguns dias depois, e embarcou em 8 de setembro. Mal haviam içado âncora quando um de seus companheiros, Luís, Landgrave de Turíngia, caiu gravemente enfermo. O navio aportou em Otranto, onde o landgrave faleceu e o próprio Frederico contraiu a doença. O imperador deixou a frota, que remeteu para Acre sob o comando do Patriarca de Jerusalém, Geroldo de Lausanne, e seguiu para o balneário de Pozzuoli, a fim de recuperar a saúde. Despachou-se um emissário para o Papa Gregório, em Anagni, para explicar-lhe o adiamento inevitável.[1] A história, contudo, não convenceu Gregório. O imperador, pensou, estava outra vez prevaricando — e excomungou-o de imediato, repetindo a sentença solenemente na Basílica de S. Pedro, em novembro.[2] Frederico, depois de enviar um elegante manifesto para os príncipes europeus denunciando as pretensões pontifícias, prosseguiu com seus preparativos da cruzada. Conquanto o papa o avisasse de que legalmente não poderia partir para a Guerra Santa sob interdição eclesiástica, reuniu uma pequena companhia e embarcou em Brindisi em 28 de junho de 1228.[3] A demora, entrementes, havia lhe alterado o status, visto que a Imperatriz Iolanda falecera. Frederico não era mais rei e marido da rainha, mas guardião do rei-infante Conrado, seu filho. Os barões do reino teriam poderes, se o desejassem, para recusar-lhe a regência.[4]

Não era com grande prazer que os governantes do Oriente franco esperavam a vinda do imperador. Boemundo de Antióquia e Trípoli era o menos inquieto, pois não reconhecia senhor algum, exceto, talvez, pelo imperador latino em Constantinopla. Frederico, entretanto, podia reivindicar direitos de suserano sobre Chipre, já que fora do Imperador Henrique VI que o Rei Amalrico havia recebido sua coroa; ademais, até a morte da imperatriz, que só foi conhecida no Oriente por volta da época de sua chegada, Frederico era o indubitável Rei de Jerusalém.[5] Ele recentemente interviera nos problemas do reino: em 1226, enviara Tomás de Aquino, Conde de Acerra, para

---

1 *Historia Diplomatica Friderici Secundi*, III, p. 44, V, p. 329; *Annales Marbacenses*, p. 175; Alberico de Trois Fontaines, p. 920; Ricardo de San Germano, p. 348. Luís de Turíngia era marido de Sta. Isabel da Hungria. Ver Hefele-Leclercq, *op. cit.* pp. 1469-70. Ernoul, pp. 458-9, menciona a chegada da primeira expedição cruzada, na qual lhe saltou aos olhos o grande número de ingleses.

2 Hefele-Leclercq, *op. cit.* pp. 1471-2.

3 *Historia Diplomatica Friderici Secundi*, III, pp. 37-48, para o texto do manifesto de Frederico.

4 *Ibid.* I, p. 898; Ricardo de San Germano, p. 350; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 366-7; Hefele-Leclercq, *op. cit.* p. 1477.

5 Para a situação legal de Frederico, ver La Monte, *Feudal Monarchy*, p. 59.

substituir Odo de Montbéliard na regência — e Tomás exibira um vigor e decisão em suas relações com a Suprema Corte que não foi exatamente do agrado dos barões.[1]

Em Chipre, a regente oficial para o rei-menino, Henrique I, era sua mãe, Alice de Jerusalém, que por sua vez confiara o governo a seu tio, Filipe de Ibelin, segundo filho da Rainha Maria Comnena. As relações entre a rainha e seu *bailli* não eram boas. Ela se queixava de que seus desejos eram sempre menosprezados e a ruptura explícita sobreveio em 1223, quando Filipe recusou-se a permitir que o clero ortodoxo fosse despojado de seus dízimos em favor dos latinos, como recomendara o Cardeal Pelágio num concílio realizado em Limassol. A rainha havia concordado com o cardeal; como as coisas não correram como desejava, retirou-se em fúria para Trípoli, onde se casou com o filho mais velho ainda vivo do Príncipe Boemundo, o futuro Boemundo V.[2] Em 1225, quando era certa a seriedade da intenção do imperador de viajar ao Oriente, Filipe ordenou a coroação do Rei Henrique, aos oito anos de idade, de modo que, quando Henrique atingisse os quinze anos, pelo menos a regência não pudesse ser prolongada sob o pretexto de que ele ainda não fora coroado. A Rainha Alice, embora em exílio voluntário, ainda considerava-se a regente. Sua tentativa de nomear seu novo marido *bailli* foi inútil, porque nenhum dos barões o aceitaria. Ela a ofereceu então a um dos principais nobres, Amalrico Barlais — que, embora se tivesse oposto à candidatura de Boemundo, aceitou-a para si basicamente em virtude do ódio que nutria pelos Ibelins. Entretanto, os barões, com apenas um dissidente, decidiram que o *bailli* só podia ser designado com o consentimento da Suprema Corte — a qual determinou que Filipe permanecesse no cargo. Depois de um conflito explícito com os partidários dos Ibelins, Barlais retirou-se para Trípoli a fim de esperar a chegada de Frederico, enquanto um de seus amigos, Gavin de Chenichy, ia ao encontro do imperador na Itália.[3] Filipe de Ibelin morreu em 1227, e a Suprema Corte convidou seu irmão mais velho, João, senhor de Beirute, para ocupar seu lugar como *bailli*. Ao que parece, a rainha Alice confirmou sua indicação.[4]

João de Ibelin era agora o maior personagem de Outremer. Era o parente do sexo masculino mais próximo, no Oriente, tanto do Rei de Chipre quanto

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 364.
2 Hill, *History of Cyprus*, II, pp. 87-8, com referências e uma discussão sobre as datas.
3 *Gestes des Chiprois*, pp. 30-3; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 361-2.
4 *Gestes des Chiprois*, p. 37; *Annales de Terre Sainte*, p. 438; *Estoire d'Eracles*, II, p. 365, datando erroneamente a morte de Filipe de 1228. Em nenhuma fonte se estabelece de maneira definitiva que João tenha sido nomeado *bailli*, mas ele agia como tal por ocasião da chegada do imperador.

da Imperatriz-rainha Iolanda. Era abastado (possuía a cidade de Beirute e sua esposa era a herdeira de Arsuf) e suas qualidades pessoais granjearam-lhe o respeito geral. Seu nascimento, riqueza e integridade haviam-no convertido, havia algumas décadas, no líder aceito da baronia de Outremer. Metade franco-levantino, metade grego, ele compreendia o Oriente e seus povos, e exibia igual domínio da história e do direito do reino franco.[1] O Imperador Frederico imediatamente pressentiu ser ele o maior perigo para sua política. Frederico também compreendia o Oriente e seus povos, graças ao seu treinamento na Sicília. Suas relações com os muçulmanos seguiam um estilo que os nobres estabelecidos de Outremer podiam seguir com simpatia. Sua concepção de monarquia, no entanto, era diversa da deles. O Rei de Jerusalém era, por tradição, submisso à constituição — pouco mais que presidente da Suprema Corte e comandante-em-chefe. Frederico, todavia, via-se como um autocrata à moda romano-bizantina, repositório do poder e da lei, vice-rei supremo de Deus na terra, com todas as vantagens que o direito hereditário lhe podia conceder. O imperador dos romanos não seria controlado por um punhado de barões francos de somenos importância.

Barlais e seu partido já haviam entrado em contato com Frederico antes de sua chegada a Limassol, em 21 de julho de 1228. Seguindo seus conselhos, ele de pronto convocou João de Ibelin a vir ao seu encontro, acompanhado de seus filhos e do jovem rei de Chipre. Os amigos de João alertaram-no a respeito da reputação de perfídia de Frederico; João, no entanto, era corajoso e correto. Não recusaria um convite do suserano de Chipre. Ao chegar, com seus filhos e o rei, Frederico recebeu-o com todas as honras, chamando-o de tio e brindando-o com ricos presentes; disse-lhe que deixasse de lado o luto que usava por seu irmão Filipe e tomasse parte num banquete oferecido em sua homenagem. Durante o festim, porém, os soldados de Frederico entraram furtivamente e colocaram-se atrás de cada um dos convidados, com as espadas desembainhadas. Frederico, então, exigiu que João abdicasse de seu feudo de Beirute e entregasse toda a renda de Chipre desde a morte do Rei Hugo. João replicou que Beirute fora-lhe dada por sua irmã, a Rainha Isabela, e ele defenderia seu direito à cidade perante a Suprema Corte do Reino de Jerusalém. Quanto à renda, tanto Filipe quanto ele a haviam transferido, como era de direito, à Regente, a Rainha Alice. Frederico pôs-se a ameaçá-lo francamente, mas João resistiu firme. Não admitiria que se dissesse, declarou, que ele recusara auxílio ao imperador em sua cruzada, mas nem que morresse por isso violaria as leis de sua terra. Frederico, que dispunha de apenas três ou quatro mil homens, não ousou arris-

1 Ver La Monte, "John of Ibelin", *in Byzantion*, vol. XII.

car-se à ruptura explícita. Determinou que vinte nobres, inclusive os dois filhos de João, fossem deixados com ele como reféns, que o rei permanecesse a seu lado e que João o acompanhasse à Palestina. Em troca, João e os nobres cipriotas reconheceram, como era correto, Frederico como suserano de Chipre, mas não como regente (já que a Rainha Alice era a regente legítima), e como regente, mas não rei, de Jerusalém — pois já se sabia, àquela altura, que Iolanda morrera e que o rei era seu jovem filho, Conrado.[1]

O imperador, nesse ínterim, chamara os principais potentados de Outremer a Chipre. Em agosto, Balian, Senhor de Sídon, chegou com um contingente de tropas do continente, logo seguido de Guy Embriaco de Jebail, que não gostava dos Ibelins e de quem, como Leopoldo VI da Áustria alguns anos antes, Frederico tomou emprestada uma grande soma. Com esses reforços, o imperador marchou contra Nicósia. No caminho, Boemundo IV de Antióquia foi engrossar-lhe as fileiras. João de Ibelin retirou-se cautelosamente para o castelo que os gregos denominavam de Picos Gêmeos (Didymi) e os francos, Dieu d'Amour — e hoje chamamos de Sto. Hilário. Já enviara as damas e crianças de seu círculo íntimo para lá, com vastos estoques de provisões. O direito feudal estabelecia que, durante uma regência, os barões não podiam ser expulsos de castelos que lhe tivessem sido confiados pelo falecido monarca. Frederico não tentou naquele momento desprezar a lei. Ansiava por seguir para a Palestina. Balian de Sídon, que era sobrinho de João, parece ter servido de mediador. Combinou-se que o rei prestaria homenagem ao imperador e que todos os cipriotas jurar-lhe-iam fidelidade como suserano. Embora somente Alice fosse reconhecida como regente, Frederico indicaria *baillis* para governarem o país, e João iria à Palestina para defender seu direito a Beirute perante a Suprema Corte. Todos os reféns seriam libertados. Nessas condições, depois de juramentos pela preservação da paz, o imperador partiu de Famagusta em 3 de setembro, acompanhado do rei, dos Ibelins e da maioria dos barões de Chipre. Amalrico Barlais ficou como *bailli*, auxiliado por Gavin de Chenichy e seus outros amigos.[2]

Frederico também sugerira que Boemundo lhe prestasse homenagem por Trípoli e Antióquia. Boemundo imediatamente simulou um colapso nervoso e escapuliu em segredo para casa, onde teve uma notável recuperação.[3]

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 37-45, um relato vívido de Filipe de Novara, provavelmente presente em pessoa; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 367-8.

2 *Gestes des Chiprois*, pp. 45-8; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 368-9. De acordo com a lei germânica, o rei só atingia a maioridade aos 25 anos, mas em Jerusalém e Chipre a idade-limite era de 15 anos. Frederico provavelmente pretendia que Henrique fosse considerado menor até os 25. Ver Hill, *op. cit.* II, p. 98 n. 4.

3 *Gestes des Chiprois*, p. 48.

Quando o imperador e seus companheiros chegaram a Acre, João de Ibelin não hesitou em correr para Beirute, a fim de certificar-se de que ela resistiria a um ataque do imperador. Em seguida, voltou para Acre, para defender-se perante a Suprema Corte. Frederico, contudo, não se apressou a tomar alguma iniciativa. Chegara à Palestina a notícia de que o papa voltara a excomungá-lo, por haver partido para a cruzada antes de obter a absolvição pela excomunhão anterior. Pairavam dúvidas, pois, sobre a validade dos juramentos de fidelidade que lhe foram feitos, e muitas pessoas devotas, inclusive o Patriarca Geroldo, recusavam-se a cooperar com ele. Como os templários e hospitalários não queriam nenhum contato com um excomungado, Frederico podia contar somente com os Cavaleiros Teutônicos, cujo mestre, Hermann de Salza, era seu amigo. Seu próprio exército não era grande. Das tropas que haviam partido com o Duque de Limburgo em 1227, muitos já tinham tomado o rumo de casa, por impaciência ou receio de ofender a Igreja. Um pequeno grupo chegara ao Oriente com o patriarca um mês depois, e Frederico enviara, na primavera de 1228, quinhentos cavaleiros sob seu fiel servidor, o Marechal Ricardo Filangieri. Nem com todo o exército de Outremer ele poderia reunir uma força impressionante, capaz de desferir um golpe decisivo contra os muçulmanos. Para agravar suas inquietações, chegou-lhe da Itália a notícia de que seu lugar-tenente, o Duque Reinaldo de Espoleto, fracassara em seu ataque ao Marche de Ancona, e que o papa congregava forças para invadir-lhe o reino. Frederico não tinha condições de deflagrar uma campanha de grande porte no Oriente. Sua cruzada teria de ser uma operação diplomática.[1]

Felizmente para o imperador, o sultão al-Kamil era de opinião semelhante. A aliança dos três irmãos aiubitas, al-Kamil, al-Mu'azzam da Síria e al-Ashraf de Jeziré, não sobrevivera por muito tempo ao seu triunfo sobre a Quinta Cruzada. Al-Mu'azzam sempre invejara al-Kamil, e agora corretamente suspeitava de que al-Kamil e al-Ashraf planejavam dividir suas terras. A leste dos aiubitas, o grande Império Khwarism de Jelal ad-Din chegava ao apogeu. Jelal ad-Din, depois de rechaçar uma invasão mongol, reinava agora do Azerbaijão ao Indo, dominando o califa em Bagdá. Conquanto a presença dos mongóis em sua retaguarda o impedisse de aventurar-se demasiado longe no oeste, ele constituía um perigo em potencial para os aiubitas; quando al-Mu'azzam, para provocar os irmãos, recorreu ao seu auxílio e em 1226 reconheceu sua suserania, al-Kamil ficou realmente assustado. Al-Ashraf

1 Röhricht, *Geschichte des Königreichs Jerusalem*, pp. 776-7, discute a força numérica do exército de Frederico. Este nunca ultrapassou os 11 mil homens, e muitos soldados não tardaram a voltar para casa.

estava na defensiva, resistindo ao assédio à sua capital, Akhlat. Os mongóis, naquele momento, estavam ocupados na China, e apelar para eles — se é que de fato era uma boa idéia — seria inútil. Assim, no outono de 1226, al-Kamil enviara um de seus emires de maior confiança, Fakhr ad-Din ibn as-Shaikh, à Sicília, para pedir ajuda ao Imperador Frederico. Este se mostrara simpático, mas sem nada prometer. Na época, ainda contemplava a possibilidade de ingressar numa cruzada ativa. Não obstante, a fim de manter as negociações abertas, enviou Tomás de Acerra, que já se encontrava na Palestina, junto com o Bispo de Palermo, ao Cairo, com presentes e mensagens cordiais para o sultão. Al-Kamil insinuou, como fizera durante a Quinta Cruzada, que estava disposto a restituir Jerusalém aos cristãos. Infelizmente, ela pertencia ao seu irmão, al-Mu'azzam — e, quando o Bispo de Palermo dirigiu-se a Damasco para confirmar o acordo, al-Mu'azzam retrucou, furioso, que nada tinha de pacifista; ainda utilizava a espada. Nesse meio tempo, Fakhr ad-Din retornou à Sicília, onde se tornou amigo íntimo do imperador, por quem foi sagrado cavaleiro. A partida de Frederico para o Oriente, tão avidamente instada pelo papa, era objeto de igual insistência por parte do sultão.[1]

Antes de Frederico fazer-se à vela, contudo, a situação modificou-se. Al-Mu'azzam faleceu em 11 de novembro de 1227, deixando seus domínios para um jovem de 21 anos, seu filho an-Nasir Dawud. Sendo o novo governante fraco e inexperiente, al-Kamil preparou-se imediatamente para anexar seu território. Penetrou na Palestina e capturou Jerusalém e Nablus. An-Nasir apelou para seu tio al-Ashraf, que correu a socorrê-lo, anunciando que vinha impedir que os francos se aproveitassem das circunstâncias para anexar a Palestina. Al-Kamil fazia ostensivamente a mesma declaração, o que parecia plausível, visto que Frederico encontrava-se então a caminho do Oriente. Por fim, os dois irmãos encontraram-se em Tel-Ajul, nas proximidades de Gaza, e decidiram dividir entre si as terras do sobrinho, ainda protestando agir movidos pelo altruísmo, em benefício do Islã. An-Nasir estava acampado em Beisan, onde al-Ashraf planejava capturá-lo. O rapaz, porém, tomou conhecimento do complô e fugiu para Damasco. As forças de seus tios seguiram-no e sitiaram a cidade por volta do fim do ano de 1218.[2]

Naquelas circunstâncias, a vinda de Frederico perdera o interesse para al-Kamil. Este tinha grande probabilidade de conquistar a Palestina de forma permanente, já que nada indicava que o Império Khwarism ajudaria

---

1 Para um relato genérico da política de al-Kamil, Ibn al-Athir, II, pp. 162-8; Abu'l Feda, pp. 99-102; al-Aïni, pp. 183-6; Maqrisi, trad. Blochet, IX. pp. 470-511; *Histoire des Patriarches d'Alexandrie*, p. 518.

2 Ibn Khallikan, II, p. 429; Maqrisi, IX, pp. 516-18; Abu Shama, II, pp. 187-91; Ibn al-Athir, II, pp. 173-4; *Histoire des Patriarches*, p. 519.

an-Nasif. A presença de um exército cruzado em Acre, no entanto, impedia-o de concentrar todas as suas forças no cerco de Damasco. Frederico não era digno de muita confiança, e podia resolver intervir a favor de an-Nasir. Quando Frederico enviou Tomás de Acerra e Balian de Sídon a al-Kamil para anunciar sua chegada, al-Kamil ordenou que Fakhr ad-Din fizesse nova visita ao imperador, para abrir negociações, e mantê-las abertas durante o maior tempo possível, até que ou Damasco caísse ou Frederico voltasse para casa. Seguiram-se vários meses de negociações, numa atmosfera em parte de blefe mútuo, em parte de admiração recíproca. Nem o imperador nem o sultão acalentavam devoção fanática à sua respectiva religião. Ambos interessavam-se pelo estilo de vida um do outro. Nenhum dos dois estava disposto a partir para a guerra caso esta pudesse ser evitada; entretanto, tanto um quanto o outro precisava, por uma questão de prestígio junto a seu próprio povo, impor-se ao máximo nas negociações. Frederico sofria a pressão do tempo e não dispunha de forças suficientes para uma campanha de maior porte, mas al-Kamil iria sobressaltar-se com toda e qualquer demonstração de força enquanto não tivesse tomado Damasco; estava pronto a fazer concessões aos cristãos se estas o ajudassem a executar sua política mais ampla, que visava à unificação e ao domínio de todo o mundo aiubita. Não obstante, tais concessões não poderiam ir longe demais. Quando Frederico demandou a restituição de toda a Palestina, Fakhr ad-Din, instruído por al-Kamil, replicou-lhe que seu senhor não podia dar-se ao luxo de perpetrar tão grave ofensa à opinião pública islâmica.

No fim de novembro de 1228, o imperador tentou apressar as conversações com uma exibição militar. Reuniu todas as tropas que se dispuseram a segui-lo e desceu a costa até Jafa, que tratou de fortificar novamente. Naquele mesmo momento, an-Nasir, que ainda não estava totalmente cercado em Damasco, liderou um exército até Nablus, a fim de interceptar as linhas de abastecimento do tio. Al-Kamil, entretanto, não tinha a menor intenção de deixar-se lograr. Rompeu as negociações, sob a alegação de que os homens de Frederico haviam saqueado aldeias islâmicas, e só as retomou quando o imperador indenizou as vítimas.[1]

No fim das contas, Frederico revelou-se melhor negociador. Quando chegou fevereiro, an-Nasir continuava ileso em Damasco e Jelal ad-Din, da casa de Khwarism, começava a voltar sua atenção outra vez para o oeste. Frederico concluíra as fortificações de Jafa, e, aconselhado por Fakhr ad-Din, de novo enviou Tomás de Acerra e Balian de Sídon a al-Kamil. Em 11 de fevereiro, os dois trouxeram de volta a oferta final do sultão. Frederico concordou

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 369-72; Ernoul, pp. 460-3; al-Aïni, pp. 186-8.

e, uma semana depois, no dia 18, assinou um tratado de paz com todos os representantes de al-Kamil, Fakhr ad-Din e Salah ad-Din de Arbela. O Grão-mestre da Ordem Teutônica e os Bispos de Exeter e Winchester serviram de testemunhas. Segundo o acordo, o Reino de Jerusalém receberia a própria Jerusalém e Belém, mais um corredor passando por Lida até o mar, em Jafa, Nazaré e a Galiléia Ocidental (inclusive Montfort e Toron), além dos distritos islâmicos remanescentes nos arredores de Sídon. Dentro da cidade em si, porém, a área do Templo, com o Domo da Rocha e a Mesquita de al-Aqsa, permaneceriam em mãos dos muçulmanos, aos quais se concederia direito de entrada e liberdade de culto. Frederico poderia reconstruir os muros de Jerusalém, mas a concessão foi feita a ele pessoalmente. Todos os prisioneiros, dos dois lados, seriam libertados. A paz se estenderia por dez anos, conforme o calendário cristão, e dez anos e cinco meses, segundo o islâmico. Entretanto, não se aplicava ao principado de Antióquia-Trípoli, pertencente a Boemundo.[1]

Dessa forma, sem desferir um único golpe, o imperador excomungado reconquistou para a cristandade os Lugares Santos. Raras vezes, contudo, um tratado sofreu desaprovação tão imediata e universal. O mundo islâmico ficou ultrajado. Em Damasco, an-Nasir, não sem satisfação, ordenou luto público pela traição do Islã. Até os próprios imãs de al-Kamil condenaram-no francamente. Sua resposta esfarrapada de que cedera apenas casas e igrejas arruinadas, ao passo que os santuários muçulmanos encontravam-se intactos e salvos para a Fé, serviu de pouco consolo; tampouco seu comentário de que os muçulmanos ainda eram os senhores estratégicos da província pareceu constituir uma desculpa satisfatória.[2] Os cristãos, por sua vez, tinham plena consciência de sua posição estratégica. Os mais intransigentes lamentavam que Jerusalém não houvesse sido reconquistada pela espada, e repugnava-os que os infiéis mantivessem seus santuários; ademais, todos recordavam-se das negociações da Quinta Cruzada, quando a oferta da Palestina inteira por al-Kamil fora recusada em virtude do argumento dos estrategistas de que, sem a Oultrejourdain, Jerusalém não poderia ser mantida. Como, então, ela seria agora defendida se somente uma estreita faixa de terra a conectava ao litoral? Não houve o regozijo que Frederico esperava. Ninguém sugeriu que a excomunhão do homem que tão grande serviço prestara à cristandade fosse anulada. O patriarca Geroldo proclamou seu desagrado e pro-

1 *Historia Diplomatica Friderici Secundi*, III, pp. 90-1, 93-5, 103 (carta de Hermann de Salza ao papa, manifesto de Frederico e carta do patriarca Geroldo, anunciando os termos do tratado de paz); *Ibid.* pp. 86-7 (texto parcial do acordo, com comentários do patriarca); Ernoul, p. 465; *Estoire d'Eracles*, II, p. 374; al-Aïni, pp. 188-90; Maqrisi, IX, p. 525.

2 Al-Aïni, pp. 190-1; Abu'l Feda, p. 104; Maqrisi, X, pp. 248-90.

feriu uma interdição à Cidade Santa caso esta recebesse o imperador. Os templários, furiosos pelo fato de o Templo permanecer com os muçulmanos, registraram seu protesto. Nem eles, nem os hospitalários, pretendiam ter qualquer contato com um inimigo do papa. Os barões locais, já incomodados com o absolutismo de Frederico, ficaram alarmados com a impraticabilidade da nova fronteira, e seu desagrado com o imperador acentuou-se quando este anunciou que subiria a Jerusalém para ser coroado rei. Afinal, na realidade, ele não era seu soberano; apenas o regente e pai do rei.[1]

No sábado, 17 de março de 1229, Frederico fez sua entrada cerimonial em Jerusalém. Seguia escoltado por suas tropas germânicas e italianas, mas por muito poucos do baronato local. Das Ordens Militares, somente os Cavaleiros Teutônicos iam representados; e, do clero, estavam presentes só os bispos sicilianos de Frederico e seus amigos ingleses, Pedro de Winchester e Guilherme de Exeter. O Cádi Shams ad-Din, de Nablus, foi ao encontro do imperador no portão, entregando-lhe as chaves da cidade em nome do sultão. A pequena procissão percorreu então as ruas vazias até o antigo edifício do Hospital, onde Frederico instalou sua residência. Não havia o menor sinal de entusiasmo. Os muçulmanos haviam deixado a cidade, com exceção de seus santuários. Os cristãos nativos mantiveram-se a distância, temendo com razão que a restauração latina não lhes trouxesse benefício algum. Os próprios companheiros de Frederico sentiam-se embaraçados com sua excomunhão — e, quando se soube que o Arcebispo de Cesaréia estava a caminho com ordens do patriarca para interditar a cidade, houve constrangimento e hesitação na corte. Na manhã seguinte — domingo, dia 18 —, Frederico foi assistir à missa na Igreja do Santo Sepulcro. Não havia um padre sequer, apenas ele com seus soldados e os Cavaleiros Teutônicos. Sem se deixar deter, Frederico mandou depositar uma coroa real sobre o altar do Calvário, para pegá-la com suas próprias mãos e colocá-la na cabeça. Então, o mestre dos Cavaleiros Teutônicos leu em voz alta, primeiro em alemão, depois em francês, um encômio do imperador-rei, descrevendo suas realizações e justificando sua política. A corte retornou em seguida ao Hospital, e Frederico realizou um concílio para discutir a defesa de Jerusalém. O Grão-mestre do Hospital e o Preceptor do Templo, que a uma distância discreta haviam seguido o imperador até Jerusalém, consentiram em estar presentes, junto com os bispos ingleses e Hermann de Salza. Frederico ordenou que a Torre de David e a Porta de Sto. Estêvão fossem reparadas imediatamente, e

1 *Historia Diplomatica Friderici Secundi*, III, pp. 101, 138-9 (cartas de Hermann e Geroldo); Mateus Paris, III, p. 177.

entregou a residência real, anexa à Torre de David, à Ordem Teutônica. Salvo pelos teutões, contou com pouca colaboração.[1]

Foi com alívio que Frederico deixou o trabalho de lado para visitar os santuários islâmicos. O sultão diplomaticamente ordenara que o muezim de al-Aqsa não fizesse o chamado à oração enquanto o soberano cristão se encontrasse na cidade. Frederico, no entanto, protestou; os muçulmanos não deviam alterar seus costumes por sua causa. Ademais, disse, viera a Jerusalém para ouvir o grito dos muezins noite adentro. Ao penetrar a área sagrada de Haram as-Sharif, reparou que um clérigo cristão o seguia. Não hesitou em enxotá-lo rudemente, e determinou que todo sacerdote cristão que transpusesse seu limiar sem permissão dos muçulmanos fosse condenado à morte. Enquanto percorria o Domo da Rocha, notou uma inscrição que Saladino mandara gravar em mosaico ao redor da cúpula, registrando a purificação do edifício dos politeístas. "Ora", indagou o imperador com um sorriso, "quem poderiam ser esses politeístas?" Ao observar as grades nas janelas, foi informado de que elas haviam sido instaladas para impedir a entrada de pardais. "Deus agora vos enviou os porcos", retrucou, usando a expressão islâmica vulgar para designar os cristãos. Chamou atenção o fato de haver muçulmanos em seu séquito — dentre eles seu professor de filosofia, um árabe da Sicília.

Os muçulmanos ficaram interessados no imperador, mas não muito impressionados. Sua aparência decepcionou-os; dizia-se que ele não valeria duzentos diréns no mercado de escravos, com seu rosto vermelho e rechonchudo e os olhos míopes. Inquietavam-nos seus comentários contra sua própria fé. Podiam respeitar um cristão honesto, mas um franco que escarnecia do cristianismo e fazia ásperos elogios ao Islã despertava-lhes suspeitas. É possível que tenham tomado conhecimento da afirmação, universalmente atribuída a Frederico, de que Moisés, Cristo e Maomé não passavam de três impostores. De qualquer modo, parecia um homem desprovido de religião. O esclarecido Fakhr ad-Din, com quem com freqüência o imperador discutira filosofia no palácio de Acre, caiu vítima de seu fascínio; e o sultão al-Kamil, cuja perspectiva especulativa era similar à do potentado ocidental, acalentava por ele afetuosa admiração, sobretudo quando Fakhr ad-Din expressou sua certeza de que ele jamais teria insistido na cessão de Jerusalém se todo o seu prestígio não estivesse em jogo. Não obstante, tanto

1 *Historia Diplomatica Friderici Secundi, loc. cit.* Hermann dissuadiu Frederico de celebrar um serviço religioso na Igreja do Santo Sepulcro. Frederico proferiu seu próprio discurso em italiano. *Estoire d'Eracles*, II, pp. 375, 385; Ernoul, p. 465.

muçulmanos quanto cristãos devotos encaravam o episódio inteiro com desconfiança; o cinismo patente jamais conquista os corações das pessoas.[1]

Na segunda-feira, dia 19, Pedro de Cesaréia chegou para anunciar a interdição do patriarca a Jerusalém. Em seu furor para insultá-lo, Frederico sem vacilar abandonou todos os trabalhos na defesa da cidade e, reunindo os seus homens, correu para Jafa. Lá, deteve-se por um dia e, em seguida, subiu a costa até Acre, onde chegou no dia 23. Encontrou a cidade fervilhando de descontentamento.

Os barões não o perdoavam por haver desrespeitado a constituição; embora não passasse de um regente, havia assinado um tratado sem o seu consentimento e se autocoroara rei. Pipocavam tumultos entre os cidadãos locais armados e a guarnição do imperador. Os colonos genoveses e venezianos ressentiam-se de favores concedidos aos pisanos, cuja cidade natal era uma das poucas aliadas permanentes de Frederico na Itália. O retorno do imperador só serviu para intensificar a atmosfera pesada.[2]

Na manhã seguinte, Frederico convocou representantes de todo o reino e prestou-lhes contas de seus atos. Suas palavras foram recebidas com irritada desaprovação. O imperador, então, recorreu à força. Cercou o palácio do patriarca e o quartel-general dos templários com cordões policiais, e instalou guardas nos portões da cidade, de modo que ninguém pudesse entrar ou sair de Acre sem autorização. Correram boatos de que ele pretendia confiscar a grande fortaleza templária em Athlit, mas chegou à conclusão de que sua defesa estava além de suas forças. Considerou a possibilidade de seqüestrar João de Ibelin e o Grão-mestre do Templo e remetê-los para a Apúlia; entretanto, ambos mantinham-se bem protegidos e ele desistiu da empresa. Nesse ínterim, porém, chegaram graves notícias da Itália, onde seu sogro, João de Brienne, invadira seus Estados à frente do exército pontifício. Não podia mais postergar por muito tempo sua partida do Oriente. Sem um número maior de tropas do que o que possuía na Síria, não tinha como esmagar seus oponentes. Assim sendo, transigiu. Anunciou sua partida iminente e nomeou *baillis* do reino Balian de Sídon e Garnier, o Germânico. Balian era conhecido por suas posições moderadas, e sua mãe era uma Ibelin. Garnier, apesar da origem germânica, fora lugar-tenente do Rei João de Brienne. Odo de Montbéliard foi deixado como Comissário do reino, encarregado do exército.

Tais indicações representavam, na realidade, uma derrota para o imperador. Ele sabia que havia perdido; para evitar cenas humilhantes, marcou o

---

1 Al-Aïni, pp. 192-3; Maqrisi, IX, pp. 525-6.
2 *Historia Diplomatica Friderici Secundi*, III, p. 101; *Estoire d'Eracles*, II, p. 374.

embarque para o dia 1º de maio ao alvorecer, quando não haveria ninguém por perto. Todavia, o segredo não foi mantido. Quando ele e seu séquito desceram a Rua dos Açougueiros, a caminho do porto, o povo aglomerado nas portas cobriu-os de vísceras e estrume. João de Ibelin e Odo de Montbéliard, ao tomarem conhecimento do tumulto, acorreram para restaurar a ordem. Enquanto, porém, estes acenavam com cortesia para o imperador em sua galera, ele murmurava pragas em resposta.[1]

De Acre, Frederico rumou para Limassol. Permaneceu por cerca de dez dias em Chipre, onde confirmou que os *baillis* seriam Amalrico Barlais e seus quatro amigos — Gavin de Chenichy, Amalrico de Beisan, Hugo de Jebail e Guilherme de Rivet. A eles confiou a pessoa do rei. Ao mesmo tempo, arranjou o casamento do jovem monarca com Alice de Montferrat, cujo pai era um de seus leais defensores na Itália. Em 10 de junho de 1229, desembarcou em Brindisi.[2]

De todos os grandes cruzados, o Imperador Frederico II é o mais decepcionante. Era um homem brilhante, conhecedor da mentalidade muçulmana e capaz de apreciar as complexidades de sua diplomacia, que percebeu a necessidade de um entendimento entre eles e os cristãos para que o Outremer franco perdurasse. Entretanto, nunca compreendeu a natureza deste. A experiência e as realizações de seus ancestrais normandos, aliados ao seu próprio temperamento e concepção de império, levaram-no a tentar construir uma autocracia centralizada. A tarefa era demasiado árdua na Europa, fora de suas terras na Itália. Talvez em Chipre ele lograsse êxito, se tivesse escolhido melhor seus instrumentos. No reduzido reino de Jerusalém, contudo, o experimento estava fadado ao fracasso. O reino era pouco mais que um punhado de cidades e castelos, mal e mal reunidos sem uma fronteira defensável. O governo centralizado já não era mais possível. Por mais desgastantes que fossem suas querelas e inimizades mútuas, era imprescindível confiar o governo, sob um líder diplomático e respeitado, às autoridades locais — os barões leigos e as Ordens Militares. Os primeiros foram alienados por Frederico ao menosprezar os direitos e tradições de que tanto se orgulhavam. As Ordens Militares eram ainda mais importantes, por serem as únicas — agora que os cavaleiros leigos preferiam buscar a fortuna na Grécia franca — capazes de fornecer recrutas para lutar no Oriente e colonizá-lo. Entrementes, conquanto seus mestres tivessem assento no conselho real e pudessem obedecer-lhe, como comandante-em-chefe, no campo de batalha, deviam fidelidade apenas ao papa. Não se poderia esperar

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 375; Ernoul, p. 466; *Gestes des Chiprois*, p. 50.
2 *Gestes des Chiprois*, pp. 50-1.

que colaborassem com um governante excomungado pelo pontífice e por ele rotulado de inimigo da cristandade. Somente os Cavaleiros Teutônicos — a menos proeminente das três ordens — dispuseram-se, em virtude da amizade de seu mestre com o imperador, a desafiar a interdição papal. Foi extraordinário que, dispondo de tão poucos recursos e sendo alvo de tanto ódio, Frederico tenha conquistado uma assombrosa vitória diplomática, a recuperação da própria Jerusalém.[1]

Com efeito, a recuperação de Jerusalém poucos benefícios trouxe para o reino. Devido à partida apressada de Frederico, a cidade permaneceu aberta. Era impossível policiar a estrada que a ligava ao litoral, assolada por bandoleiros muçulmanos que roubavam e até matavam peregrinos. Algumas semanas após a partida do imperador, imãs fanáticos de Hebron e Nablus organizaram um ataque a Jerusalém. Cristãos de todos os ritos refugiaram-se na segurança da Torre de Davi, enquanto o governador, Reinaldo de Haifa, enviava um pedido de socorro a Acre. A chegada dos dois *baillis*, Balian de Sídon e Garnier, com um exército, obrigou os agressores a retirarem-se. Os governantes islâmicos repudiaram toda e qualquer ligação com o assalto. Deixou-se uma guarnição maior na cidade e ergueram-se algumas pequenas fortificações, aumentando um pouco a segurança. O patriarca suspendeu a interdição e passou a residir em Jerusalém durante parte do ano. A situação, no entanto, continuava precária. O sultão podia ter recapturado a cidade assim que desejasse. Na Galiléia, onde os castelos de Montfort e Toron foram reconstruídos, a posição cristã era mais forte. Entretanto, com os muçulmanos em Safed e Banyas, não havia a menor garantia de permanência.[2]

O principal legado de Frederico, tanto em Chipre quanto no reino de Jerusalém, foi uma ferrenha guerra civil. Em Chipre, ela teve início imediato. Os cincos *baillis* locais foram instruídos a exilar da ilha todos os amigos dos Ibelins. Haviam consentido também em pagar uma soma de 10 mil marcos a Frederico, e os castelos, ainda guarnecidos por tropas imperiais, só lhes seriam devolvidos após a quitação de uma primeira parcela. O dinheiro foi levantado mediante a coleta de impostos pesados e o confisco das propriedades do partido dos Ibelins. Por acaso, um dos mais dedicados defensores de João de Beirute, o poeta e historiador Filipe de Novara, encontrava-se na ilha, e os *baillis* ofereceram-lhe um salvo-conduto para ir a Nicósia e discutir algum tipo de trégua entre eles e os Ibelins. Quando Filipe chegou, porém, mudaram de idéia e prenderam-no. Depois de um ataque de fúria diante do

1 Para obter visões antagônicas das realizações de Frederico na Palestina, ver Kantorowicz, *op. cit.* pp. 193 ss. e Grousset, *Histoire des Croisades*, III, pp. 322-3.
2 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 303-5.

rei-menino, que o conhecia bem mas não podia intervir, os *baillis* consentiram em libertar Filipe sob fiança. Este, então, buscou abrigo na Casa do Hospital — atitude muito sábia de sua parte, pois naquela mesma noite sua casa foi invadida por homens armados — e enviou um apelo para João de Ibelin em Acre, rogando-lhe, em versos burlescos, que viesse salvá-lo e recuperar as propriedades de todos os seus amigos. João, sem hesitar, preparou uma expedição à sua própria custa e conseguiu forçar o desembarque em Gástria, ao norte de Famagusta. Em seguida, deslocou-se com cautela para Nicósia, onde combateu o exército dos *baillis*, muito maior que o seu — mas também menos entusiástico. Depois de algumas deliberações, os Ibelins partiram para o combate em 14 de julho. O vigoroso ataque dos cavaleiros de João, liderados por seu filho Balian, combinado a uma incursão do Hospital organizada por Filipe de Novara, decidiu o dia. Os *baillis* fugiram com seus homens para os três castelos de Dieu d'Amour, Kantara e Kyrenia. João seguiu-os e sitiou as três fortalezas. Kyrenia não tardou a cair, mas Dieu d'Amour, para onde Barlais levara o jovem rei e suas irmãs, e Kantara eram praticamente inexpugnáveis: renderam-se somente no verão de 1230, em decorrência da fome. Os termos de paz de João foram generosos. Dos cinco *baillis*, Gavin de Chenichy perecera em Kantara, e Guilherme de Rivet, seu meio-irmão, fugira de Kyrenia a fim de buscar ajuda na Cilícia, onde acabara morrendo. Os três restantes não sofreram punição alguma, para irritação de muitos dos amigos de João. Este não permitiu sequer que Filipe de Novara fizesse um poema satírico a seu respeito. Enviou-se um mensageiro em nome do rei a todos os potentados europeus para justificar as medidas tomadas contra o imperador. João em pessoa assumiu o governo até que o Rei Henrique atingisse a idade necessária, em 1232.[1]

Nesse ínterim, o reino de Jerusalém era governado pacificamente por Balian de Sídon e Garnier, o Germânico. No outono de 1229, a Rainha Alice de Chipre fora a Acre reivindicar a coroa. A regência de Chipre, que ainda lhe cabia nominalmente, nada lhe trouxe além de problemas. Ela se divorciara do jovem Boemundo de Antióquia sob a justificativa de consangüinidade, pois eram primos em terceiro grau. Agora, ela argumentava que, embora o filho do imperador, Conrado, fosse legalmente o soberano de Jerusalém, havia perdido seus direitos por nunca ter posto os pés no reino. A Suprema Corte, portanto, deveria entregar a coroa ao herdeiro legítimo seguinte — a própria Alice. A corte rejeitou sua reivindicação. A presença de Conrado, por ser menor de idade, não era essencial; não obstante, con-

1 *Gestes des Chiprois,* pp. 50-76 (relato do próprio Filipe de Novara); *Estoire d'Eracles,* II, pp. 375-7. Ver Hill, *op. cit.*, II, pp. 100-7.

cordou-se em mandar uma embaixada à Itália a fim de solicitar que Conrado fosse enviado no prazo de um ano ao Oriente, para que se lhe prestasse homenagem em pessoa. Frederico replicou que faria como bem entendesse.[1]

Em 23 de julho de 1230, Frederico conciliou-se com o papa através do Tratado de San Germano. Tendo sido, de modo geral, vitorioso na Itália, dispôs-se a fazer concessões quanto ao controle da Igreja na Sicília, a fim de ser absolvido de sua excomunhão. A paz firmada com o pontificado reforçou seu domínio do Oriente. O patriarca Geroldo recebeu ordens de suspender a interdição a Jerusalém, sendo repreendido por havê-la promulgado sem consulta prévia a Roma. As Ordens Militares não se sentiram mais no dever de não interferir, e os barões perderam o apoio eclesiástico.[2] O imperador esperou o momento certo. No outono de 1231, usando como pretexto para o papa a necessidade de um exército para defender Jerusalém, Frederico reuniu cerca de 600 cavaleiros, 100 sargentos, 700 peões armados e 3 mil marinheiros e despachou-os sob o comando de seu marechal, o napolitano Ricardo Filangieri, em 32 galeras. Filangieri recebeu o título de legado imperial.[3]

João de Ibelin encontrava-se em Acre quando um agente seu, que viera da Itália num navio pertencente aos Cavaleiros Teutônicos, alertou-o quanto à aproximação da armada. Na suposição de que seu primeiro alvo seria Chipre, ele correu a reunir todos os seus homens de Beirute, deixando apenas uma pequena guarnição no castelo, e partiu para a ilha. Quando a frota imperial aproximou-se do litoral cipriota, Filangieri soube que João estava com o Rei Henrique em Kiti e Balian de Ibelin controlava Limassol. Enviou um embaixador para transmitir ao rei uma mensagem de Frederico, ordenando-lhe que banisse os Ibelins e confiscasse suas terras. Henrique retrucou que João era seu tio e, de qualquer modo, não destituiria seus próprios vassalos. Barlais, que estava presente e defendeu Frederico, teria sido linchado pela multidão se João não o tivesse resgatado.

Quando o embaixador retornou, Filangieri seguiu direto para Beirute. A cidade, desprotegida, foi-lhe entregue por seu timorato bispo, e iniciou-se o assédio ao castelo. Deixando-o sob cerco fechado, o napolitano ocupou Sídon e Tiro e chegou a Acre, onde convocou uma reunião da Suprema Corte

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 380. Ver La Monte, *Feudal Monarchy*, p. 64 n 1.
2 Hefele-Leclercq, *op. cit.* pp. 1489-90.
3 O papa Gregório escreveu a Frederico proibindo Filangieri de autodenominar-se legado imperial, apenas legado para o imperador em Jerusalém, e foi nesses termos que recomendou Filangieri aos bispos sírios (carta de Gregório IX, 12 de agosto de 1231, em *M.G.H. Epistolae Saeculares*, XIII, I, p. 363).

e mostrou-lhe as cartas em que Frederico nomeava-o *bailli*. Os barões confirmaram a indicação, em vista do que Filangieri decretou o confisco das terras dos Ibelins — sob o protesto dos nobres, uma vez que não se podiam confiscar propriedades sem que a Suprema Corte assim o decidisse, depois que seu detentor tivesse uma chance de defender-se. Filangieri, com altivez, retorquiu que era o *bailli* do imperador, e cumpriria as ordens que dele recebera. Tão grave violação da constituição chocou mesmo moderados como Balian de Sídon e Odo de Montbéliard, até então dispostos a apoiar o imperador. Toda a nobreza bandeou-se para o lado de João de Ibelin, cujas fileiras foram engrossadas ainda pelos mercadores de Acre, entre os quais João era popular e aos quais incomodavam os métodos ditatoriais de Filangieri. A maioria deles, junto com alguns nobres, pertencia a uma irmandade religiosa dedicada a Sto. André. Partindo dessa base, instituíram uma comuna que representasse a burguesia local em sua totalidade, sob doze cônsules, e convidaram João de Ibelin para ser seu primeiro prefeito. Filangieri, contudo, era formidável. Contava com um bom exército, composto principalmente de lombardos, que trouxera consigo. Os Cavaleiros Teutônicos e a comunidade pisana eram seus amigos fiéis. O patriarca, o Hospital e o Templo mantiveram-se neutros. Conquanto nenhum deles gostasse de Frederico, desde a reconciliação dele com o papa, estavam inseguros quanto a como deviam proceder.

Quando a notícia do ataque a Beirute chegou a Chipre, João de Ibelin implorou ao Rei Henrique que fosse com as forças da ilha em seu socorro. O jovem rei anuiu e ordenou que todo o exército do reino se fizesse à vela. Nesse meio tempo, João fora informado de sua eleição para a prefeitura de Acre. Apesar do risco de se deixar Chipre desprotegida, João acreditava que o continente precisava ser salvo primeiro, e, como precaução, Barlais e seus amigos foram obrigados a acompanhar a expedição. João planejava deixar Chipre no Natal de 1231, mas, devido ao mau tempo, os soldados só deixaram Famagusta em 25 de fevereiro. Os navios esquivaram-se de uma grande tempestade e ancoraram defronte do pequeno porto de Puy du Connétable, pouco abaixo de Trípoli. Lá, Barlais e seus amigos — oitenta cavaleiros no total — desembarcaram em segredo e seguiram para Trípoli, deixando seus equipamentos para trás. Filangieri mandou um navio transportá-los para Beirute. João seguiu-os por terra com a maior parte de seus homens, enquanto a esquadra cipriota partia para o sul. Perto de Botrun, esta enfrentou mau tempo e alguns navios soçobraram, outros foram danificados, e perdeu-se muito material. Quando João passou por Jebail, parte de sua infantaria desertou. Por fim, chegou a Beirute e abriu caminho até o castelo. De lá, apelou para os barões, a fim de que o resgatassem. Muitos responderam,

encabeçados por seu sobrinho, João de Cesaréia. Balian de Sídon, entretanto, ainda nutria esperanças de se chegar a um acordo. Correu a Beirute com seu antigo co-*bailli*, Garnier, o patriarca, e os Grão-mestres do Hospital e do Templo. Filangieri, contudo, recusou-se a considerar quaisquer condições que deixassem os Ibelins de posse de suas terras, e os negociadores não pretendiam concordar com nada aquém disso.

Depois de reforçar sua guarnição em Beirute, João seguiu para Tiro, onde foi bem recebido e angariou inúmeros recrutas, sobretudo entre os genoveses. Enviou ainda uma embaixada para Trípoli, sob seu filho Balian, para combinar o casamento da irmã mais nova do Rei Henrique, Isabela, com o segundo filho de Boemundo, Henrique. Boemundo, no entanto, não depositava grande fé na causa dos Ibelins, e tratou os emissários com pouca cortesia. Filangieri, todavia, sentia-se inquieto. Havia estabelecido seu quartel-general em Tiro, deixando o comando de Beirute para seu irmão, Lothair; agora, porém, determinou que este levantasse o cerco e viesse ao seu encontro em Tiro.

Enquanto isso, Barlais, com o reforço das tropas lombardas, retornou para Chipre e varreu a ilha. Um a um os castelos caíram em suas mãos, exceto Dieu d'Amour, onde as irmãs do rei se refugiaram, e Buffavento, o mais inexpugnável de todos, defendido por lady Esquiva de Montbéliard (prima do Rei Henrique e sobrinha de Odo, que para lá fugira disfarçada de monge, levando consigo amplas provisões) em nome do rei. Seu primeiro marido, Gualtério de Montaigu, fora morto pelos homens de Barlais na batalha de Nicósia, e ela havia acabado de desposar Balian de Ibelin; por serem primos, contudo, as núpcias foram mantidas em segredo. Balian encontrava-se em Trípoli quando tomou conhecimento da invasão por dois capitães genoveses, que lhe ofereceram ajuda mas cujos navios foram apreendidos por Boemundo.

No fim de abril, os genoveses concordaram, em troca de concessões em Chipre, em ajudar os Ibelins num ataque a Filangieri, em Tiro. O exército deslocou-se para o norte, até Casal Imbert, a cerca de vinte quilômetros dali. Lá, porém, João encontrou-se com o patriarca de Antióquia, Alberto de Rezzato, recém-designado legado pontifício no Oriente, que fora para o sul como mediador. Havia acabado de visitar Tiro, onde fora informado das novas condições de Filangieri. João argumentou corretamente que estas deveriam ser submetidas à Suprema Corte e retornou para Acre com o patriarca, acompanhado de uma escolta que constituiu um grave desfalque às suas tropas. Tarde da noite de 2 de maio, Filangieri — que não só sabia da partida de João como talvez a houvesse arranjado com o patriarca — saiu de Tiro com todas as suas forças e caiu sobre o acampamento de Ibelin, que,

desprotegido, de nada desconfiava. Anselmo de Brie, que estava no comando junto com os jovens senhores Ibelin, lutou com suprema bravura, mas não pôde evitar a captura do acampamento. O jovem rei de Chipre foi enviado às pressas, meio vestido, para a segurança de Acre. Os demais sobreviventes refugiaram-se no topo de uma colina.

Filangieri não tentou dar continuidade à vitória; retirou-se para Tiro com todo o seu butim, deixando um contingente para guardar a Escada de Tiro. João de Ibelin, ao saber do desastre, acorreu de Acre para resgatar os filhos; ao tentar alcançar o inimigo, contudo, que seguia carregado, foi retido no passo. Voltou para Acre. Nesse meio tempo, Filangieri cruzou para Chipre com reforços para Barlais. Em vista disso, João confiscou todos os navios no porto de Acre, enquanto o Rei Henrique ofereceu feudos em Chipre para os cavaleiros locais e até os mercadores sírios que se juntassem a ele, além de comprometer-se, em troca de ajuda, a liberar os genoveses do pagamento de tarifas e conceder-lhes o direito de possuir seus próprios quarteirões e tribunais em Nicósia, Famagusta e Pafos. O dinheiro estava no fim, mas João de Cesaréia e o jovem João de Ibelin, filho de Filipe, venderam propriedades em Cesaréia e Acre para os templários e hospitalários, emprestando os 31 mil besantes assim levantados para o rei.

Assim equipados, João e o Rei Henrique deixaram Acre em 30 de maio. Pararam em Sídon para pegar Balian de Ibelin, que voltava de sua embaixada em Trípoli, e partiram para Famagusta. Os lombardos de Filangieri estavam na cidade, com mais de 2 mil cavalarianos, ao passo que os Ibelins contavam com apenas 233. Não obstante, João arriscou-se a desembarcar o corpo principal de suas tropas após o escurecer numa ilhota rochosa, ao sul do porto — que estava desguarnecida, justamente porque ninguém julgava possível pojar cavalos ali. Um pequeno destacamento, então, penetrou no porto em botes, em tão altos brados que os lombardos, pensando estar sendo atacados por um grande exército, atearam fogo aos seus próprios navios e abandonaram a cidade às pressas. Pela manhã, quando os soldados Ibelins cruzaram das pedras para a terra firme, Famagusta estava deserta. João ali permaneceu por tempo suficiente para que o monarca cumprisse sua promessa aos genoveses, assinando com eles um tratado que lhes conferia um quarteirão. O exército, em seguida, rumou para Nicósia. Os lombardos, que se haviam tornado impopulares na ilha em virtude de seu comportamento brutal, temiam que os camponeses se insurgissem. Em sua retirada diante dos Ibelins, foram incendiando todos os celeiros, onde a safra recém-colhida acabara de ser estocada. Tendo decidido não defender Nicósia, seguiram a estrada que atravessa as colinas até Kyrenia, onde estariam em contato com o próprio Filangieri, que sitiava Dieu d'Amour, e teriam a retaguarda protegida por Kyrenia, que ainda

dominavam. Sabia-se que a guarnição de Dieu d'Amour estava passando fome e encontrava-se à beira da rendição. Se Filangieri conseguisse reter os inimigos até o castelo cair em seu poder, junto com as duas irmãs do rei que lá estavam, ficaria numa boa posição para negociar com o rei.

Os Ibelins avançaram a duras penas até Nicósia, sofrendo com a falta de alimento; na própria cidade, contudo, encontraram grandes estoques de víveres, negligenciados pelos lombardos. João ficou tão desconfiado dessa facilidade que preferiu não montar acampamento na cidade; pelo contrário, em 15 de junho conduziu suas tropas direto para Kyrenia, tencionando acampar em Agridi, logo abaixo do passo. Receando um ataque a qualquer momento, marchou em formação de batalha. Seu filho, Balian, poderia liderar a vanguarda, mas, como fora excomungado por ter desposado sua prima Esquiva, a galante dama que assistia a toda a campanha de seu baluarte em Buffavento, João não quis confiar-lhe um alto comando. A primeira companhia, pois, fora entregue ao seu irmão Hugo, junto com Anselmo de Brie. O terceiro filho de João, Balduíno, comandava a segunda companhia, João de Cesaréia a terceira e o próprio João de Ibelin a retaguarda, com seus demais filhos e o rei. Era um exército pequeno, com tão poucos cavalos que os escudeiros dos cavaleiros tinham de lutar a pé. Para os lombardos, que os observavam do alto do passo, onde a trilha proveniente de Dieu d'Amour encontra a estrada, o adversário parecia risível. Deram-se ordens para atacá-los sem mais demora.

A primeira tropa de cavalos lombardos desceu a vertente com estrondo sob o comando de Gualtério, Conde de Manupello. Passou ao longo do flanco do exército Ibelin, mas, não logrando romper-lhe as linhas, acabou sendo arrastada pelo ímpeto da carga para a planície abaixo. João proibiu seus homens de persegui-los; os lombardos, por sua vez, não ousaram dar meia-volta para subir a íngreme encosta. Galoparam então para leste, parando somente quando chegaram a Gástria. A segunda tropa lombarda, sob o irmão de Gualtério, Berardo, investiu diretamente contra as fileiras comandadas por Hugo de Ibelin e Anselmo de Brie. A encosta rochosa, todavia, era um terreno árduo para os cavalos. Muitos tropeçaram e atiraram longe seus ginetes, cujas armas pesadas impediam-nos de pôr-se de pé. Os cavaleiros Ibelins, que lutavam a pé, apesar da desvantagem numérica não tardaram a subjugar o inimigo. Berardo de Manupello foi morto por Anselmo pessoalmente. Filangieri, que esperava no alto do passo, pretendia descer em socorro de Berardo quando, de repente, Balian de Ibelin surgiu com um punhado de cavaleiros, que se haviam apartado da retaguarda do exército Ibelin, tomaram uma trilha montanhosa a oeste da estrada e arremeteram contra o acampamento inimigo. Também aqui os lombardos eram superiores em número, e Balian passou por maus bocados. Seu pai recusou-se a desta-

car tropas para socorrê-lo, mas logo Filangieri entrou em pânico, ao perceber que as divisões de Manupello não retornavam, e encabeçou a debandada de seus homens para Kyrenia.

Dieu d'Amour foi libertado; os agressores fugiram para a planície sudoeste, onde, ao cair da noite, foram surpreendidos e capturados por Filipe de Novara. Gualtério de Manupello chegou a Gástria, mas os templários, detentores do castelo, recusaram-se a lhe dar guarida; ele foi então capturado, quando se escondia num fosso, por João, filho de Filipe de Ibelin. Nesse ínterim, João de Beirute marchava para sitiar Filangieri em Kyrenia.

O assédio a Kyrenia arrastou-se por dez meses. A princípio faltavam navios aos Ibelins, ao passo que Filangieri dispunha de uma esquadra que mantinha o contato com Tiro. Só quando os genoveses foram induzidos a ajudar mais uma vez foi possível bloquear a fortaleza também pelo mar. Antes que o cerco se fechasse, porém, Filangieri fugiu com Amalrico Barlais, Amalrico de Beisan e Hugo de Jebail, dirigindo-se primeiro à Armênia — onde tentou, em vão, angariar o apoio do Rei Hethoum —, depois para Tiro e, por fim, para a Itália, a fim de prestar contas ao imperador. Os lombardos em Kyrenia, sob Filipe Chenart, opuseram uma resistência vigorosa; no decorrer da luta, os jovens senhores Ibelin foram feridos, e o dedicado guerreiro Anselmo de Brie, alcunhado por João de Beirute de "leão ruivo", foi atingido por uma haste de ferro e morreu ao cabo de seis meses de agonia. Entre os refugiados em Kyrenia figurava Alice de Montferrat, a princesa italiana que Frederico escolhera para noiva do Rei Henrique. Como se casara por procuração, é duvidoso que sequer tenha visto seu marido, tendo chegado a Chipre, escoltada pelos imperialistas, depois que o rei partira ao encontro dos Ibelins. Durante o cerco, ela adoeceu e sucumbiu — e a refrega foi interrompida para que seu cadáver, vestido como uma rainha, fosse cerimoniosamente entregue e transportado para Nicósia, a fim de ser enterrado com honras régias pelo marido que não chegara a conhecê-la em vida.

Kyrenia rendeu-se em abril de 1233. Os defensores, com seus pertences pessoais, receberam permissão de se retirarem para Tiro, e os prisioneiros capturados pelos Ibelins foram trocados pelos mantidos por Filangieri em Tiro. Chipre foi então totalmente restaurada ao controle de Henrique e seus primos Ibelin. Os vassalos leais do monarca foram recompensados, e os empréstimos que haviam feito, pagos.[1] A ilha entrou numa era de paz, per-

1 A longa história da Guerra Lombarda é narrada em detalhes por Filipe de Novara, de um ponto de vista apaixonadamente favorável aos Ibelins (*Gestes des Chiprois*, pp. 77-117) e, em parte, pela *Estoire d'Eracles*, pp. 386-402, também de uma perspectiva antiimperial. Amadi (pp. 147-82) e Bustron (pp. 80-104) divergem apenas em pequenos detalhes. Os cronistas de Frederico não dão atenção ao episódio.

turbada apenas pelas tentativas da hierarquia da Igreja latina, a despeito da oposição dos barões leigos, de suprimir todo e qualquer clérigo grego que não reconhecesse sua autoridade ou não se submetesse aos seus costumes. O mais obstinadamente contrário dos monges gregos chegou a ser condenado à fogueira.[1]

Apesar da paz em Chipre, Filangieri ainda controlava Tiro, no continente, e Frederico continuava sendo o governante legal de Jerusalém, em nome de seu jovem filho. Quando o imperador soube, possivelmente pelo próprio Filangieri, do fracasso de sua política, enviou cartas a Acre — por meio do Bispo de Sídon, que visitava Roma — cancelando a indicação de Filangieri para o cargo de *bailli* e designando em seu lugar um nobre sírio, Filipe de Maugastel. Se sua intenção era apaziguar os barões ao nomear um senhor local, desapontou-se — pois Maugastel era um jovem efeminado cuja intimidade com Filangieri fora motivo de escândalo. Filangieri permaneceu no controle de Tiro. Kyrenia ainda não caíra quando a notícia da nomeação alcançou João de Beirute, que prontamente correu para Acre, onde Balian de Sídon e Odo de Montbéliard, dispostos a aceitar Maugastel, haviam providenciado o juramento, na Igreja da Santa Cruz, perante o novo *bailli*. Não obstante, João de Cesaréia, na abertura da cerimônia, ergueu-se e declarou o procedimento ilegal: o imperador não podia cancelar, por mero capricho, o que se firmara perante a Suprema Corte. Iniciou-se uma acalorada discussão, e João fez soar o sino de alarme da Comuna de Acre, conclamando seus membros a ajudá-lo. Uma multidão furiosa invadiu a igreja. Só a intervenção pessoal de João salvou Balian e Odo da morte em suas mãos, ao passo que Maugastel fugiu em pânico para Tiro. João foi reeleito prefeito da comuna e tornou-se o governante de fato do reino, exceto por Tiro, governada por Filangieri em nome do imperador, e a própria Jerusalém, que ao que tudo indica encontrava-se sob controle de um representante direto de Frederico. É provável que Balian de Sídon tenha continuado como o *bailli* oficial, mas na realidade a Suprema Corte aceitou a liderança de João até que se chegasse a alguma nova disposição jurídica. Dois emissários, Filipe de Troyes e Henrique de Nazaré, foram enviados a Roma para explicar os atos dos barões e da comuna; no entanto, Hermann de Salza, Grão-mestre da Ordem Teutônica, que lá se encontrava, cuidou para que eles não recebessem uma audiência justa. O papa, ainda em bons termos com Frederico, ansiava por restaurar sua autoridade no Oriente. Em 1235, enviou o Arce-

1 Para mais informações sobre a história eclesiástica de Chipre nesse período, ver Hill, *op. cit.* III, pp. 1043-5. Há o relato do martírio de treze gregos pelos latinos em 1231, publicado em Sathas, Μεσαιωνικὴ Βιβλιοθήκη, vol. II, pp. 20-39.

bispo de Ravena como seu legado a Acre, mas o Arcebispo se limitou a recomendar que a autoridade de Filangieri fosse respeitada — o que era inaceitável. Os barões, em troca, mandaram um jurista, Godofredo Le Tor, a Roma. O Papa Gregório começava novamente a desentender-se com o imperador, mas estava determinado a agir de forma correta. Em fevereiro de 1236, escreveu a Frederico e aos barões, ordenando que Filangieri fosse aceito como *bailli*, mas que Odo de Montbéliard o ajudasse até setembro, quando Boemundo de Antióquia seria por sua vez nomeado *bailli*. Como Frederico e Conrado eram os governantes legítimos, os barões haviam errado, mas seriam todos perdoados — salvo pelos Ibelins, que deveriam ser julgados pela Suprema Corte. Já a Comuna de Acre seria dissolvida.[1]

Tais termos eram inaceitáveis para os barões e a comuna, que os ignoraram. Nessa conjuntura, João de Ibelin faleceu, em decorrência de um acidente hípico. O Velho Senhor de Beirute, como era conhecido entre seus contemporâneos, fora a figura dominante do Oriente franco. Sobre suas elevadas qualidades pessoais ninguém jamais poderia lançar a menor sombra de dúvida. Era um homem corajoso, honrado e correto, e seu caráter irrepreensível muito ajudou a reforçar a causa dos barões.[2] Não fosse por ele, Frederico talvez tivesse conseguido instituir uma autocracia não só em Chipre como no reino sírio; e, por mais que o poder exercido pelos barões tendesse a ser fortuito, é difícil imaginar que proveito um governo autocrático poderia proporcionar. Frederico encontrava-se demasiado longe para controlá-lo pessoalmente; ademais, era um péssimo juiz dos homens. Um governo absolutista, nas mãos de um homem como Ricardo Filangieri, não tardaria a precipitar um desastre. A melhor solução era a que o próprio papa chegou a recomendar, a união das gestões do continente e de Chipre;[3] no entanto, o mesmo legalismo que induzia os barões a se oporem à autocracia de Frederico não lhes permitiria aceitar nenhum rei senão o soberano legítimo, seu filho Conrado. A união com Chipre teria de esperar até ser autorizada pela mão de Deus. A atitude dos barões foi consistente e correta; todavia, nesse ínterim, legalizou-se a anarquia.

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 406-7; *Gestes des Chiprois*, pp. 112-13.
2 Ver atrás, p. 165 e nota 1.
3 O papa sugeriu a Godofredo Le Tor que o continente aceitasse a autoridade do soberano cipriota (*Estoire d'Eracles*, II, p. 407).

Capitulo IV

Anarquia Legalizada

"A Lei nada levou à perfeição." HEBREUS 7, 19

A morte do Velho Senhor de Beirute privou Outremer de seu líder natural. Nenhum outro barão franco voltaria a desfrutar de tão grande prestígio. Entretanto, ele havia cumprido seu papel. Inaugurara uma aliança entre o baronato e a Comuna de Acre, proporcionando-lhes uma política comum, baseada em seus direitos legais. De seus quatro filhos, dois permaneceram na Síria — Balian, que o sucedeu em Beirute, e João, que herdou o feudo da mãe, Arsuf — e dois assumiram as propriedades da família em Chipre, ambos fazendo casamentos políticos, que reunificaram a nobreza do reino: Balduíno, que ocuparia o cargo de senescal, desposou a irmã de Amalrico de Beisan, e Guy, que seria comissário, a filha e herdeira do arqui-rebelde Amalrico Barlais. O sobrinho do Velho Senhor, outro João — que mais tarde se tornaria Conde de Jafa e escreveria os Assizes de Jerusalém — era o maior jurista do reino. Seu primo, Balian de Sídon, continuava sendo o *bailli* junto com Odo de Montbéliard, mas o fracasso de sua política de compromisso abalara sua autoridade. Os barões mais enérgicos eram outro primo, Filipe de Montfort, filho de Helvis de Ibelin, e o segundo marido desta, Guy de Montfort, irmão daquele Simão que liderou a Cruzada Albigense. Filipe havia acabado de casar-se com a princesa armênia Maria, filha de Raimundo-Rupênio, herdeira de Toron através de sua bisavó, que era irmã de seu último senhor. Um outro primo, João de Cesaréia, filho de Margarida de Ibelin, completava o partido familiar que agora dominava Outremer. Era um tributo à reputação póstuma do Velho Senhor que seus filhos e sobrinhos se dispusessem a colaborar uns com os outros — sendo sua união aprofundada por seu ódio a Filangieri, que ainda detinha Tiro para o imperador.[1]

Ainda assim, a situação de Outremer era precária. Boemundo IV, Príncipe de Antióquia e Conde de Trípoli, morrera em março de 1233, por fim reconciliado com a Igreja. Durante as guerras entre os imperialistas e os

1 Para mais informações sobre a família Ibelin e seus primos, ver a árvore genealógica no Apêndice III, baseada nas *Liguages d'Outremer.*

barões de Outremer, ele demonstrara uma notável maleabilidade. A princípio, saudara a chegada de Frederico basicamente em virtude de sua aversão aos Ibelins, que se haviam oposto à indicação de seu filho Boemundo, marido da Rainha Alice, para a regência de Chipre. Depois, temendo a ambição de Frederico, mudara de política e, quando Alice e o jovem Boemundo divorciaram-se por consangüinidade, de bom grado aceitou a sugestão de João de Ibelin de que seu filho caçula, Henrique, desposasse Isabela de Chipre, a irmã mais velha do Rei Henrique — matrimônio que acabaria elevando um príncipe de Antióquia ao trono cipriota. Naquele momento, contudo, Filangieri venceu a batalha de Casal Imbert, levando Boemundo a prevaricar, em seu desejo de permanecer do lado vitorioso. Só após a derrota dos imperialistas, em Chipre, as núpcias foram celebradas.[1] Por volta da mesma época, Boemundo reconciliou-se com os hospitalários. A antipatia comum pelo Imperador Frederico levara o Templo e o Hospital a cooperarem durante um período, impedindo Boemundo de jogar um contra o outro. Assim sendo, submeteu-se por sua vez à Igreja e pediu a Geroldo, Patriarca de Jerusalém, que negociasse com o Hospital em seu nome. Em troca de vastos arrendamentos de terras nas regiões de Antióquia e Trípoli, a ordem consentiu em abdicar de sua reivindicação dos privilégios que lhe haviam sido prometidos por Raimundo-Rupênio e em reconhecer os direitos feudais de Boemundo. Ao mesmo tempo, Geroldo suspendeu a sentença de excomunhão deste, submetendo o acordo à aprovação de Roma; a aprovação do papa chegou algumas semanas após a morte de Boemundo.[2]

Apesar de todas as suas falhas, Boemundo IV foi um governante vigoroso; até seus inimigos admiravam sua cultura e erudição como jurista. Seu filho, Boemundo V, era de índole mais fraca. Bom filho da Igreja, permitiu que o papa, Gregório IX, escolhesse sua segunda esposa, Lucienne de Segni, da família do pontífice.[3] Alguns anos mais tarde, em 1244, tendo aprendido com a experiência do pai, obteve de Roma uma garantia de que só poderia ser excomungado pelo papa em pessoa.[4] No entanto, não era senhor em seu próprio principado. Antióquia era governada por sua comuna, junto à qual ele não gozava da mesma popularidade de seu pai — provavelmente porque sua amizade com Roma desagradava o forte elemento grego ali presente. Em vista disso, Boemundo preferiu residir em sua segunda capital, Trípoli. Não

1 Amadi, pp. 123-4 (sobre o divórcio de Alice) e *Gestes des Chiprois*, pp. 86-7; *Estoire d'Eracles*, II, p. 360 (sobre o casamento de Isabela).
2 Röhricht, *Regesta Regni Hierosolymitani*, pp. 269-70. Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 642-3.
3 *Estoire d'Eracles*, II, p. 408. Lucienne era sobrinha-neta de Inocêncio III — e, portanto, prima de Gregório IX.
4 Inocêncio IV, *Registres*, 418 (ed. Berger), I, p. 75.

exercia o menor controle sobre as Ordens Militares. A Armênia, sob a casa de Hethoum, era hostil. O enclave islâmico de Latáquia dividia seus domínios em dois. Seu reino entrou em rápido declínio.[1]

Frederico, na época irritado com Boemundo IV, excluíra Antióquia e Trípoli de seu tratado de paz com al-Kamil. Boemundo, não obstante, mantivera a paz com seus vizinhos muçulmanos, salvo por ataques aleatórios aos Assassinos — dos quais, como aliados do Hospital, ele não gostava. Para seu desagrado, as Ordens Militares eram mais imprudentes. Os Hospitalários haviam instigado al-Kamil a fazer um ataque de surpresa ao Krak durante seu ataque a Damasco, em 1228. Em 1229, realizaram um contra-ataque a Barin, e, em 1230, combinaram com os templários de Tortosa um assalto a Hama, onde caíram numa emboscada e sofreram uma grave derrota. No ano seguinte, as ordens investiram de súbito contra Jabala, mas a controlaram apenas por poucas semanas. Por fim, na primavera de 1231, firmou-se uma trégua que duraria dois anos.[2]

Logo depois da sua acessão, Boemundo V enviou seu irmão Henrique, junto com contingentes de Acre e Chipre, para ajudar as ordens em outro ataque a Barin, cancelado mediante a promessa de pagamento de um tributo por Hama ao Hospital. A trégua renovada se estenderia até 1237, quando os templários de Baghras caíram sobre as tribos turcomanas incautas que se estabeleceram a leste do lago de Antióquia. Em represália, o exército de Alepo partiu a toda força para assediar Baghras, que só se salvaria graças à chegada do próprio Boemundo, que providenciou a retomada da trégua. O Preceptor do Templo em Antióquia, Guilherme de Montferrat, ofendido com tamanha humilhação, decidiu — contrariando a vontade expressa de Boemundo — romper a trégua praticamente assim que foi firmada. Em junho daquele mesmo ano, ele persuadiu seus próprios cavaleiros, aliados ao senhor de Jebail e mais alguns barões leigos, a assaltar o castelo de Darbsaq, ao norte de Baghras. A guarnição local, embora pega de surpresa, opôs ferrenha resistência, enquanto seus mensageiros corriam a Alepo, cujo governador despachou, sem hesitar, um poderoso exército. Alguns prisioneiros cristãos em Darbsaq, ao tomarem conhecimento da força de resgate, conseguiram enviar uma mensagem a Guilherme, instando-o a bater em retirada. Este, arrogante, ignorou o aviso, mas não tardou a sofrer o assalto da cavalaria islâmica. Sua pequena força foi desbaratada, ele próprio, morto e a maioria de seus companheiros, capturada. Ao serem informados do desastre, tanto o

1 Ver Cahen, *op. cit.* pp. 650-2, 664-6; Rey, *Histoire des Princes d'Antioche*, p. 400.
2 Ibn al-Athir, II, p. 180. Ver Cahen, *op. cit.* p. 642 nn. 6, 7 para informações sobre as fontes manuscritas.

Templo quanto o Hospital enviaram ao Ocidente ansiosos pedidos de socorro; os muçulmanos, entretanto, não deram prosseguimento à vitória. Tendo recebido a promessa de vastas quantias para o resgate de seus prisioneiros, concordaram em renovar a trégua. As ordens, envergonhadas, respeitaram a paz por dez anos, com a aprovação do papa, que fora obrigado a arcar com a maior parte do pagamento.[1]

A falta de espírito agressivo felizmente demonstrada pelos muçulmanos devia-se, em boa parte, à personalidade do grande Sultão al-Kamil. Homem de paz e honra, al-Kamil prestou-se tanto às lutas quanto a intrigas inescrupulosas a fim de unificar os domínios aiubitas sob seu comando. Afinal, as querelas e divisões da família a ninguém beneficiavam. Embora se mostrasse pronto a rechaçar os ataques seljúcidas ou dos turcos de Khwarism, porém, enquanto os cristãos não lhe causassem problemas ele tencionava deixá-los em paz. Todos os príncipes islâmicos tinham perfeita consciência das vantagens comerciais de contarem com os portos marítimos francos junto às suas fronteiras. Não lhes interessava arriscar-se a prejudicar o intenso comércio entre o Oriente e o Ocidente com hostilidades imprudentes. Al-Kamil, em particular, ansiava por assegurar a prosperidade material de seus súditos. Ademais, era, como seu amigo Frederico II, um homem de vastos interesses e curiosidade intelectual — bem como de uma tolerância muito mais genuína, e bem maior generosidade, que o Hohenstaufen. Conquanto lhe faltassem a grandeza heróica de seu tio Saladino e a brilhante sutileza de seu pai al-Adil, era dotado de maior calor humano que ambos. Foi também um monarca competente. Seus contemporâneos muçulmanos, por mais que deplorassem sua apreciação dos "homens loiros", respeitavam a justiça e boa ordem vigentes em seu governo.[2]

Al-Kamil logrou êxito em sua ambição de restaurar a unidade do mundo aiubita. Em junho de 1229, seu irmão al-Ashraf conseguiu por fim expulsar seu sobrinho, an-Nasir, de Damasco. Este recebeu, como indenização, um reino no vale do Jordão e na Transjordânia, com Kerak por capital, que lhe caberia sob a suserania efetiva de al-Kamil. Al-Ashraf ficou com Damasco, mas reconheceu a hegemonia de al-Kamil e cedeu-lhe terras em Jeziré e ao longo do Médio Eufrates — justamente as províncias do Império Aiubita mais expostas a ataques, sobre as quais al-Kamil desejava exercer um controle mais direto. Jelal ad-Din, de Khwarism, era uma ameaça muito positiva; por trás dele, a leste, situava-se a força desconhecida dos mongóis, ao

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 403-5; *Annales de Terre Sainte*, p. 436; Kemal ad-Din, trad. Blochet, pp. 85, 95-6; Abu'l Feda, pp. 110-12.

2 Sobre al-Kamil, ver a eulogia de Abu'l Feda, p. 114, e Ibn Khallikan, III, pp. 241-2.

passo que o grande sultão seljúcida Kaikobad, na Anatólia, tentava avançar para o oriente. Em 1230, quando al-Ashraf encontrava-se em Damasco, Jelal ad-Din capturou sua pujante fortaleza de Akhlat, próxima ao Lago Van, e avançou a fim de atacar os seljúcidas. Al-Ashraf correu para o norte e costurou uma aliança com Kaikobad. Os aliados derrotaram Jelal ad-Din em definitivo perto de Erzinjan. Agredido ao mesmo tempo na retaguarda pelos mongóis, o império de Khwarism começou a desintegrar-se. No ano seguinte, Jelal ad-Din foi vencido pessoalmente pelos mongóis. Na fuga da batalha, foi assassinado em 15 de agosto de 1231 por um camponês curdo, cujo irmão ele matara muito tempo antes.[1]

Sua eliminação mais uma vez alterou o equilíbrio de forças. Os seljúcidas ficaram sem rivais no leste da Anatólia, e os mongóis tiveram liberdade para avançar para oeste. Nesse meio tempo, o califado abássida de Bagdá desfrutou de alguns raros e precários meses de independência. Não demorou muito para que Kaikobad voltasse sua atenção para as terras de al-Kamil no Médio Eufrates. De 1233 a 1235 os conflitos armados foram ininterruptos, enquanto Edessa, Saruj e outras cidades da província passavam das mãos de um senhor para outro, até al-Kamil finalmente restabelecer sua posição. Os êxitos do sultão instigaram a inveja de seus parentes. Al-Ashraf incomodava-se com sua posição de subserviência. Já em Alepo, onde o jovem Rei al-Aziz (filho de az-Zahir) teve morte inopinada em 1236, sua mãe Dhaifa, irmã de al-Kamil — a qual assumiu a regência em nome de seu jovem neto, az-Zahir II —, receava a ambição fraterna. Diversos príncipes aiubitas de menor monta compartilhavam seus temores. Nos primeiros meses de 1237, al-Ashraf reuniu-se com seus aliados e angariou o auxílio ativo de Kaikobad. A guerra civil parecia inevitável quando, no princípio do verão, Kaikobad faleceu e al-Ashraf caiu gravemente enfermo. Sua morte, em 27 de agosto, dissolveu o complô. Um irmão mais moço, as-Salih Ismail, assumiu Damasco e tentou reunir de novo os conspiradores, mas em vão. Com a ajuda de an-Nasir de Kerak, al-Kamil marchou sobre Damasco em janeiro de 1238 e anexou-a. As-Salih Ismail foi indenizado com um apanágio em Balbek. Al-Kamil, contudo não sobreviveu por muito ao seu triunfo. Dois meses mais tarde, em 8 de março, ele faleceu em Damasco, aos sessenta anos.[2]

Seu desaparecimento deflagrou a guerra civil. Seu primogênito, as-Salih Ayub, filho de uma escrava sudanesa, estava no norte mas imediatamente marchou sobre Damasco, onde um dos sobrinhos de al-Kamil, al-Jawad,

---

1 Ibn Khallikan, III, pp. 242, 488-9; Ibn al-Athir, II, pp. 176-8; Maqrisi, X, pp. 250-2. Ver Cahen, *op. cit.* pp. 644-6 e notas (para referências manuscritas).

2 Ibn Khallikan, III, pp. 242-4; Kemal ad-Din, trad. Blochet, pp. 88-99. Ver Cahen, *op. cit.* pp. 645-6.

tomara o poder. Com a ajuda de flibusteiros de Khwarism, Ayub expulsou o primo; nesse ínterim, seu irmão mais novo, al-Adil II, fora instalado como sultão no Egito. Ayub estava decidido a apropriar-se da mais rica província de seu pai; todavia, quando partiu para a conquista do Egito, um súbito golpe de Estado em Damasco destronou-o em favor de seu tio, as-Salih Ismail. Ayub fugiu para o sul e caiu nas mãos de an-Nasir de Kerak — que, no entanto, juntou-se à sua causa e emprestou-lhe tropas para invadir o território egípcio. Foi uma missão fácil, pois al-Adil ofendeu seus ministros ao confiar o governo a um jovem negro que adorava e acabou deposto por um complô bem-sucedido em junho de 1240 — sendo então Ayub convidado a ocupar o trono do país. An-Nasir foi recompensado com o cargo de governador militar da Palestina. Ismail, porém, ainda era senhor de Damasco, e, durante a década seguinte, o mundo aiubita continuaria dilacerado pela rivalidade entre tio e sobrinho. O norte logo mergulhou no caos. Apesar de oficialmente dever obediência a Ayub, a população do antigo território Khwarism, agora sem líder, vagava a esmo e assolava o norte da Síria. Em Jeziré, o príncipe aiubita de Mayyafáraqin, al-Muzaffar, reteve uma autoridade restrita. O filho de Ayub, Turanshah, tentou manter a coesão das terras do avô, mas muitas das cidades caíram nas mãos do sultão seljúcida, Kaikhosrau II. Em Alepo, an-Nasir Yusuf, que sucedera ao irmão em 1236, permaneceu na defensiva, enquanto os príncipes de Hama e Homs dedicavam-se totalmente a repelir o povo de Khwarism.[1]

Foi em meio a tais convulsões que o tratado assinado por Frederico II e al-Kamil chegou ao fim. Preparando-se para esse momento, no verão de 1239 o Papa Gregório IX enviara agentes para pregar a cruzada na França e na Inglaterra. Embora nem o rei francês nem o inglês estivessem prontos a responder pessoalmente ao apelo, deram todo o incentivo necessário aos pregadores. No início do verão, uma distinta companhia de nobres franceses estava pronta para viajar para o Oriente. À sua frente ia Tibaldo de Champanhe, Rei de Navarra, sobrinho de Henrique de Champanhe e primo, pois, dos reis da França, Inglaterra e Chipre. Com ele seguiam o Duque da Burgúndia, Hugo IV, Pedro Mauclerc, Conde da Bretanha, os condes de Bar, Nevers, Montfort, Joigny e Sancerre, e vários senhores menores. O número de peões era menor do que o que talvez se pudesse esperar dada a proeminência de seus líderes, mas a expedição como um todo era formidável.[2]

---

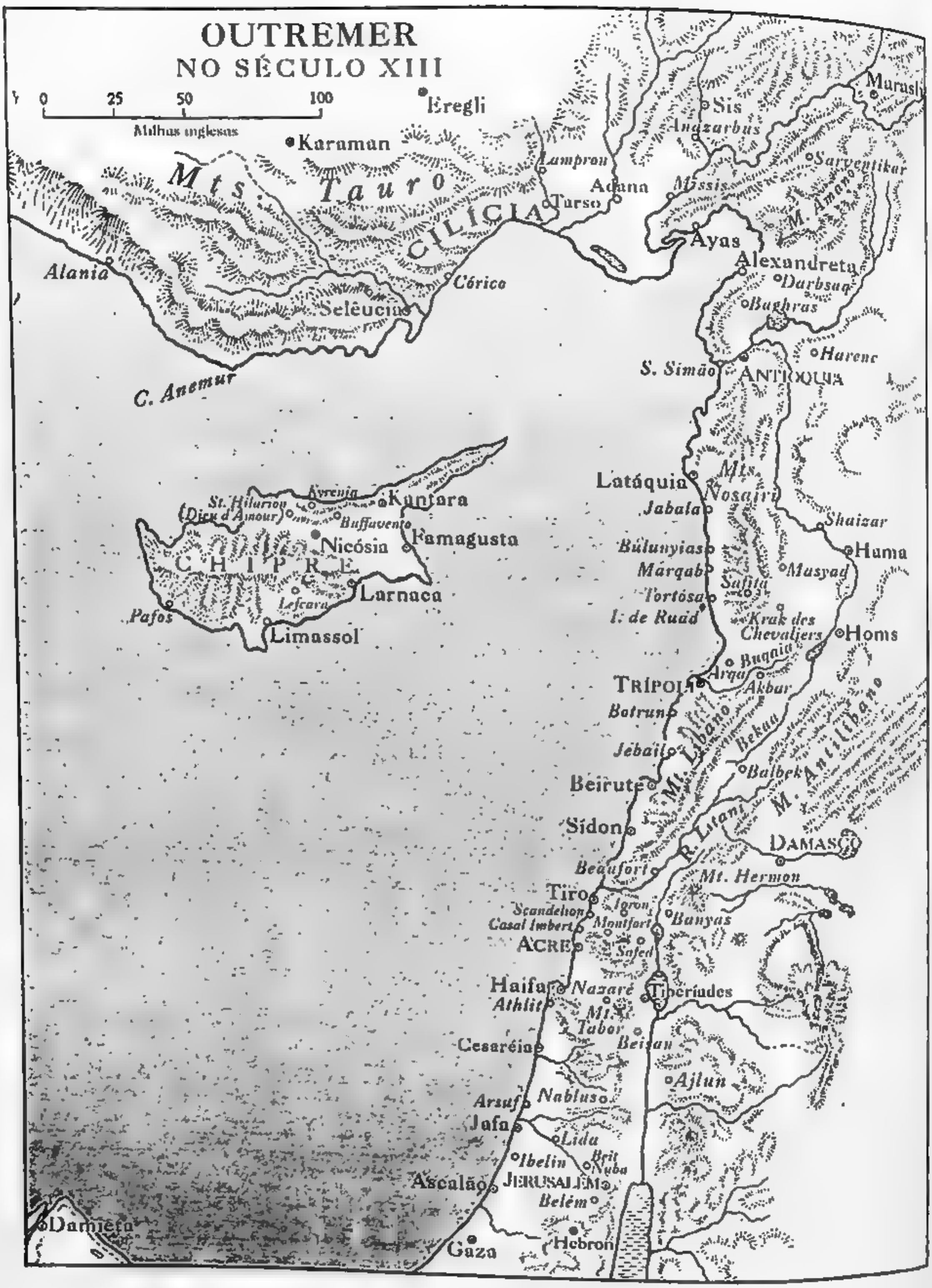
1 Para mais informações sobre essa história confusa, ver Ibn Khallikan, II, pp. 445-6, III, pp. 245-6; Maqrisi, X, pp. 297-330; Kemal ad-Din (trad. Blochet), *loc. cit.* Ver Cahen, *op. cit.* pp. 646-9.

2 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 413-14; *Gestes des Chiprois*, p. 118; Gregório IX, carta, em Potthast, *Regesta*, I, p. 906.

Tibaldo esperava embarcar com seus companheiros em Brindisi, mas não só as guerras entre o imperador e o papa dificultavam a travessia da Itália como a cruzada não agradava a Frederico, em cujos domínios localizava-se Brindisi. Ele se considerava o governante da Palestina em nome de seu jovem filho, e qualquer expedição em socorro de seu reino deveria ter sido organizada sob sua autoridade. Não podia aprovar a presença de nobres franceses, que por instinto sem dúvida apoiariam os barões de Outremer contra si. Ademais, ciente da situação do mundo islâmico, o imperador esperava obter benefícios para o reino por meio da diplomacia. Aqueles cavaleiros temerários e impacientes poriam a perder toda e qualquer tentativa de negociação. Entretanto, devido às suas dificuldades na Itália ele não podia dar-se ao luxo de enviar seus próprios homens para controlá-los. Depois de obter a promessa de que nada seria feito até o fim da trégua, em agosto, dissociou-se da empreitada. Os cruzados foram, assim, obrigados a embarcar em Aigues-Mortes e Marselha.[1]

A cruzada enfrentou uma viagem tempestuosa pelo Mediterrâneo; alguns de seus navios acabaram impelidos para Chipre, ao passo que outros chegaram a voltar para a Sicília. O próprio Tibaldo, porém, chegou em 1º de setembro a Acre, onde, ao longo dos dias seguintes, reuniu-se um exército de cerca de mil cavaleiros. Realizou-se de imediato um concílio a fim de deliberar sobre a melhor maneira de empregar tais forças. Além dos príncipes visitantes, estavam presentes os principais barões locais, com mandatários das Ordens Militares, enquanto o Arcebispo de Tiro, Pedro de Sargines, representava o Patriarca de Jerusalém. Era hora de uma iniciativa diplomática. As disputas entre os herdeiros de al-Kamil constituíam, para os cristãos, a oportunidade de utilizar suas novas forças como moeda de negociação e assim obter belas concessões de uma ou outra das facções beligerantes. Os cruzados, todavia, haviam vindo para lutar, e não tinham a menor intenção de seguir o vergonhoso exemplo de Frederico II. Assim sendo, os nobres locais recomendaram uma expedição contra o Egito, o que não só não agrediria seus vizinhos islâmicos imediatos na Síria como, em vista da conhecida impopularidade do sultão al-Adil, acenava com boas chances de êxito. Havia quem sustentasse que Damasco era o alvo; o exército deveria fortificar os castelos na Galiléia para em seguida marchar sobre a capital síria. Tibaldo, porém, almejava a uma pluralidade de vitórias, e decidiu que o exército atacaria primeiro as posições avançadas egípcias de Ascalão e Gaza (provavelmente por sugestão do Conde de Jafa, Gualtério de Brienne, que não per-

1 *Estoire d'Eracles*, II, *loc. cit.*; *MS. de Rothelin*, p. 528; Gregório IX, carta, em Potthast, *op. cit.* I, p. 910.



Mapa 3. Outremer no século XIII.

tencia à facção da família Ibelin); só depois, quando a fronteira sul estivesse segura, é que se atacaria Damasco. Quando tal decisão veio à tona, mensageiros percorreram as cortes aiubitas, a fim de promover um armistício temporário entre os príncipes islâmicos.[1]

A expedição partiu de Acre em direção à fronteira egípcia em 2 de novembro, com destacamentos das ordens e diversos barões locais acompanhando os cruzados. No caminho para Jafa, um espião informou Pedro da Bretanha de que uma rica caravana islâmica subia o vale do Jordão com destino a Damasco. Pedro, sem hesitar, apartou-se com Ralph de Soissons e duzentos cavaleiros e preparou-lhe uma emboscada. A caravana estava bem armada, e na batalha que se seguiu Pedro quase foi morto; no fim das contas, porém, os soldados muçulmanos debandaram, abandonando um grande rebanho bovino e ovino nas mãos dos cristãos. Pedro conduziu seu butim em triunfo para Jafa, onde seus colegas, àquela altura, já haviam chegado. Uma vez que os víveres do exército começavam a escassear, sua vitória foi muito bem-vinda — ainda que à custa de haver convertido an-Nasir de Kerak num inimigo.[2]

Um exército egípcio, sob o mameluco Rukn ad-Din, fora enviado às pressas do Delta para Gaza. A primeira notícia de sua chegada recebida pelos cristãos dava conta de mil homens apenas. Henrique de Bar, com inveja do sucesso do Conde da Bretanha, imediatamente decidiu atacá-lo e assegurar todo o crédito e os despojos para si. Manteve seu plano em segredo para todos, exceto alguns amigos, tais como o Duque de Burgúndia e vários nobres do leste da França. Depois, os dois *baillis* do reino, Balian de Sídon e Odo de Montbéliard, aos quais incomodava o comando de Tibaldo, além de Gualtério de Jafa e um dos Ibelins, João de Arsuf, foram admitidos na companhia. Ao cair da noite de 12 de novembro, o grupo todo — quinhentos cavalarianos e mais de mil peões — preparou-se para avançar sobre Gaza. No entanto, a notícia vazou e, quando já estavam montando, o Rei Tibaldo, com os três grão-mestres das ordens e o Conde da Bretanha, apareceu e primeiro suplicou-lhes, depois lhes ordenou que voltassem para o acampamento. Henrique de Bar, contudo, recusou-se a ceder. Acusando o rei e seus amigos de covardia, desobedeceu ao seu comando, e a cavalgada desapareceu na noite enluarada. Tibaldo, que desconfiava da verdadeira força do inimigo, nada pôde fazer para impedi-los. Na manhã seguinte, transferiu seu acampamento para junto dos muros de Ascalão, para estar por perto caso sua ajuda se fizesse necessária. O Conde

1 *MS. de Rothelin*, pp. 531-2; *Estoire d'Eracles*, II. pp. 413-14.
2 *MS. de Rothelin*, pp. 533-6.

de Bar estava tão seguro do sucesso que, ao aproximar-se de Gaza, por volta do alvorecer, parou com seus homens numa depressão entre as dunas do litoral e liberou-os para que descansassem um pouco. O exército egípcio, porém, era muito maior do que ele pensava, e seus espiões estavam por toda parte. O emir Rukn ad-Din mal pôde acreditar que seus inimigos fossem tão tolos. Mandou arqueiros seus espalharem-se furtivamente pelas dunas, até os francos estarem quase totalmente cercados. Gualtério de Jafa foi o primeiro a perceber o que se passava. Recomendou uma retirada rápida, dada a impossibilidade de manobrar os cavalos na areia fofa, e ele mesmo partiu para o norte, junto com o Duque da Burgúndia. Os demais cavaleiros de Outremer seguiram-no assim que tiveram oportunidade. Henrique de Bar, no entanto, não quis abandonar a infantaria que conduzira àquela armadilha, e seus amigos mais próximos permaneceram com ele. A batalha foi breve. Com seus cavalos e infantaria pesada debatendo-se nas dunas, os francos estavam impotentes. Mais de mil foram mortos, entre eles o próprio Conde Henrique. Seiscentos outros foram capturados e levados para o Egito. Entre estes figuravam o Conde de Montfort e o poeta Filipe de Nanteuil, que dedicou seus dias de cativeiro à composição de imprecações rimadas às ordens, às quais, mais com paixão que com lógica, ele atribuía a culpa pela derrocada da insensata expedição.

Quando os fugitivos chegaram a Ascalão, Tibaldo esqueceu-se da cautela e sentiu ímpetos de marchar sobre Gaza sem vacilar, a fim de resgatar seus camaradas. Os cavaleiros de Outremer, todavia, discordaram. Seria loucura arriscar o exército, e por certo os muçulmanos prefeririam assassinar seus cativos a perdê-los. Tibaldo ficou furioso, e de certo modo nunca perdoou seus anfitriões. Não obstante, nada havia a ser feito. O exército, reduzido, retornou lentamente para Acre.[1]

Nesse ínterim, an-Nasir de Kerak respondeu ao ataque bretão à caravana islâmica investindo contra Jerusalém. A Cidade Santa estava indefesa, exceto pelo pedaço de muro junto à Porta de Sto. Estêvão, que Frederico iniciara, e uma cidadela que incorporara a Torre de Davi, recentemente fortalecida. Devia fidelidade não ao governo de Acre, mas a Filangieri, em Tiro — e este não a criara de uma guarnição adequada. An-Nasir ocupou a cidade sem a menor dificuldade, mas os soldados da cidadela resistiram por 27 dias, até seus suprimentos se esgotarem, e renderam-se em 7 de dezembro, em troca

1 *MS. de Rothelin*, pp. 537-50 (relato completo e vívido); *Gestes des Chiprois*, pp. 118-20; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 414-15; Abu Shama, II, p. 193; Maqrisi, X, p. 324 (com um erro de datação). Os poemas de Filipe são citados em Rothelin, pp. 548-9.

de um salvo-conduto para o litoral. Depois de haver destruído as fortificações, inclusive a Torre de Davi, an-Nasir retirou-se para Kerak.[1]

Após o desastre em Gaza, Tibaldo deslocou suas forças para Trípoli, ao norte. Chegara-lhe um emissário do emir de Hama, al-Muzaffar II, que se desentendera com todos os seus parentes aiubitas e era ameaçado por uma coalizão entre o Regente de Alepo e o Príncipe de Homs. Em troca da ajuda franca, ele se ofereceu para ceder uma ou duas fortalezas e acenou com esperanças de converter-se ao cristianismo. Tibaldo aceitou a proposta com alacridade, mas sua mera ida a Trípoli bastou para deter os inimigos de al-Muzaffar — o qual lhe mandou dizer, educadamente, que seus serviços não seriam necessários, afinal.[2]

Foi enquanto a cruzada encontrava-se em Trípoli que Ayub assenhoreou-se do Egito e eclodiu a guerra entre ele e Ismail de Damasco. Era óbvio que os francos agora podiam barganhar com grande vantagem. Tibaldo precipitou-se de volta para o sul, acampando seu exército na Galiléia, junto às fontes de Sefória. Não foi preciso esperar muito. No início do verão de 1240, Ismail, apavorado com a perspectiva de uma invasão conjunta de Ayub e an-Nasir, propôs uma aliança defensiva com os francos. Se garantissem guardar a fronteira egípcia junto à costa e muni-lo de armamentos, ele lhes cederia as grandes fortalezas de Beaufort e Safed, bem como as colinas que os separavam. Os templários, que agora contavam com ligações financeiras em Damasco, conduziram as negociações e foram recompensados com a posse de Safed. Os súditos de Ismail, no entanto, ficaram chocados. A guarnição de Beaufort recusou-se a receber Balian de Sídon, filho de seu último senhor cristão, e Ismail não teve alternativa senão bloquear pessoalmente o castelo para forçá-lo a obedecer. Desgostosos, dois dos maiores teólogos damasquinos — um deles o principal pregador da Grande Mesquita — deixaram a cidade e refugiaram-se no Cairo.[3]

A desconfiança comum em relação ao Imperador Frederico sustentara uma desconfortável aliança entre o Hospital e o Templo durante os últimos doze anos. A aquisição de Safed pelos templários, todavia, foi mais do que os hospitalários podiam suportar. Enquanto Tibaldo conduzia seu exército para

---

1 *MS. de Rothelin*, pp. 529-31, situa o acontecimento antes da batalha de Gaza, mas fornece apenas o ano; Maqrisi, X, pp. 323-4, menciona 7 de dezembro como a data da rendição, i.e., após a batalha de Gaza; Abu'l Feda fornece a mesma data; al-Aïni, pp. 196-7, informa apenas o ano. Podemos trabalhar com a datação de Maqrisi.

2 Abu'l Feda, pp. 115-19 (o cronista era neto de al-Muzaffar II); Kemal ad-Din, trad. Blochet, pp. 98, 100, 104; *Estoire d'Eracles*, II, p. 416; *Gestes des Chiprois*, pp. 120-1.

3 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 417-18; *MS. de Rothelin*, pp. 551-3; *Gestes des Chiprois*, p. 12; Abu'l Feda, *loc. cit.*; Maqrisi, X, p. 340; Abu Shama, II, p. 193.

juntar-se às forças de Ismail, entre Jafa e Ascalão, entabularam conversações com Ayub. Sua posição foi reforçada quando metade dos homens de Ismail, contrariados por terem de trabalhar lado a lado com os cristãos, bandearam-se para o acampamento egípcio, obrigando os aliados a retirarem-se. Ayub, cujo objetivo último era a derrota de Ismail, ficou encantado com a oportunidade de pôr fim à aliança. Ofereceu aos francos, em troca de sua neutralidade, a libertação dos prisioneiros feitos em Gaza e o direito de ocupar e fortificar Ascalão. O grão-mestre do Hospital assinou então o acordo com o representante do sultão em Ascalão. Foi um triunfo diplomático para Ayub, que com um custo mínimo rompeu uma aliança que Ismail se humilhara para consolidar. Tibaldo, feliz por obter a libertação de Amalrico de Montfort e seus demais amigos, decidira apoiar os hospitalários; a opinião pública de Outremer, porém, ficou ultrajada com o vergonhoso abandono do pacto com Damasco, que, até os tempos de Saladino, fora a tradicional aliada dos cristãos. Tibaldo tornou-se de tal modo impopular que resolveu voltar para a Europa. Depois de uma apressada peregrinação a Jerusalém, ele se fez à vela em Acre em fins de setembro de 1240. Foi seguido pela maioria de seus companheiros — com exceção do Duque da Burgúndia, que jurou esperar a conclusão das fortificações de Ascalão, e do Conde de Nevers, que ingressou no partido dos templários e barões locais, com quem montou acampamento perto de Jafa, comprometendo-se a manter o tratado com Damasco e resistir a qualquer invasão egípcia.

A cruzada de Tibaldo não fora inteiramente inútil. Beaufort, Safed e Ascalão foram restituídas aos cristãos — mas os muçulmanos tiveram mais um exemplo da perfídia dos francos.[1]

Em 11 de outubro, alguns dias após a partida de Tibaldo, chegou a Acre um peregrino ainda mais ilustre. Ricardo, Conde de Cornualha, era irmão de Henrique III da Inglaterra, e sua irmã era a esposa do Imperador Frederico. Aos 31 anos, era considerado um dos mais capazes príncipes de seu tempo. Sua peregrinação contava com a total aprovação do imperador, que lhe delegou poderes para tomar todas as providências que julgasse mais acertadas para o reino.[2] Ricardo ficou horrorizado com a anarquia com que se deparou ao chegar. O Templo e o Hospital estavam praticamente em guerra aberta. Os barões locais, com exceção de Gualtério de Jafa, apoiavam os templários — e os hospitalários, por conseguinte, começavam a

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 419-20; *MS. de Rothelin*, pp. 553-5; *Gestes des Chiprois*, pp. 121-2; Maqrisi, X, p. 342.

2 Para mais informações sobre Ricardo e sua cruzada, ver Powicke, *King Henry III and the Lord Edward*, I, pp. 197-200. O papa instara Ricardo a abandonar sua cruzada e doar o dinheiro para a proteção do império latino de Constantinopla (ver *ibid.* p. 197 n. 2).

buscar a amizade de Filangieri e dos imperialistas. A Ordem Teutônica mantinha-se à parte, guarnecendo seus castelos na Síria mas concentrando suas atenções na Cilícia, onde o monarca armênio confiou-lhe vastos territórios. O próprio Filangieri ainda controlava Tiro e era responsável pela administração de Jerusalém.[1]

Ao chegar, Ricardo correu a Ascalão, onde recebeu embaixadores do sultão egípcio, que lhe pediram para confirmar o tratado firmado pelos hospitalários. Ricardo consentiu, mas, para aplacar os barões de Outremer, insistiu em que os egípcios confirmassem as cessões de território feitas por Ismail de Damasco e a elas acrescentassem o restante da Galiléia, inclusive Belvoir, o Monte Tabor e Tiberíades. Ismail, que perdera o controle da Galiléia Oriental para an-Nasir, nada pôde fazer para impedir a nova transferência. Nesse meio tempo, os prisioneiros francos capturados em Gaza foram devolvidos, em troca dos poucos muçulmanos que estavam em poder dos cristãos. Desse modo, o reino recuperou todas as suas antigas terras a oeste do Jordan, estendendo-se para o sul até os arredores de Gaza, com a ominosa exceção de Nablus e da província da Samaria. Jerusalém continuava por fortificar, mas Odo de Montbéliard, cuja esposa era herdeira dos príncipes da Galiléia, encetou a reconstrução do castelo de Tiberíades, e as obras em Ascalão foram concluídas. Para o cargo de governador de Ascalão, Ricardo nomeou Gualtério Pennenpié, que fora representante de Filangieri em Jerusalém. Provavelmente por sugestão de Ricardo, o imperador Frederico enviou uma embaixada congratulatória para o Sultão Ayub. Seus dois embaixadores foram recebidos com grande honra e pompa no Cairo, onde permaneceram até o princípio da primavera.

Ricardo ficou na Palestina até maio de 1241. Comportou-se com grande sabedoria e diplomacia, e de modo geral fez-se aceitar como vice-rei temporário do reino. O imperador ficou muito satisfeito com ele, e todos em Outremer lamentaram sua partida. Retornou para a Europa, onde o aguardava uma carreira de muitas esperanças e poucas realizações.[2]

---

1 Carta de Ricardo em Matthew Paris, *Chronica Majora*, IV, p. 139. O próprio Ricardo hospedou-se no Hospital, em Acre (*Gestes des Chiprois*, p. 123). Para mais informações sobre a Ordem Teutônica na Cilícia, ver Strehlke, *Tabulae Ordinis Theutonici*, pp. 37–40, 65-6, 126-7. *Gestes des Chiprois*, *loc. cit.*, para o controle de Frederico sobre Jerusalém por meio do agente por ele designado para tanto, Pennenpié.

2 Carta de Ricardo em Matthew Paris, IV, pp. 139-45; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 421-2; *MS. de Rothelin*, pp. 555-6; *Gestes des Chiprois*, pp. 123-4. Não fica claro se Tibaldo já havia assinado um tratado com o Egito, apenas confirmado por Ricardo (como insinuam as *Gestes*, embora a passagem possa ser uma interpolação) ou se Ricardo concluiu negociações iniciadas por Tibaldo. Ver também *Histoire des Patriarches d'Alexandrie*, pp. 342-6.

A ordem instaurada por Ricardo de Cornualha não sobreviveu por muito tempo ao seu afastamento. Os nobres locais esperavam garantir-lhe a continuidade solicitando que o imperador nomeasse um de seus companheiros, Simão de Montfort, *bailli*. Simão, cuja esposa era irmã de Ricardo — sendo ele mesmo primo do senhor de Toron —, causara uma excelente impressão. Frederico, todavia, ignorou o pedido, e Simão voltou para uma grande e tempestuosa carreira na Inglaterra.[1] Na Terra Santa, os conflitos não tardaram a recomeçar. Os templários, recusando submeter-se ao tratado com Ayub, assaltaram, na primavera de 1242, a cidade islâmica de Hebron. An-Nasir de Kerak respondeu enviando tropas para bloquear a estrada para Jerusalém e cobrar pedágio dos peregrinos e mercadores que lá transitavam — incitando os templários a deixar Jafa e arremeter contra Nablus em 30 de outubro. Saquearam a cidade, atearam fogo à sua grande mesquita e massacraram muitos de seus habitantes — inclusive um sem-número de cristãos nativos. Ayub ainda não estava preparado para uma guerra. Contentou-se em enviar um forte exército para assediar Jafa durante algum tempo, como uma advertência para o futuro.[2] Dentro do reino, não havia uma autoridade preponderante. As ordens agiam como repúblicas independentes. Acre era governada pela comuna, que, não obstante, era incapaz de impedir os templários e hospitalários de lutarem entre si pelas ruas. Os barões restringiam-se a seus feudos, governando-os a seu bel-prazer.

Para Filangieri, em Tiro, o caos parecia repleto de promessas. Em segredo, estava em contato com o Hospital, em Acre, e seduziu dois dos maiores burgueses da cidade, João Valin e Guilherme de Conches. Certa noite, na primavera de 1243, Filangieri saiu de Tiro e foi secretamente admitido em Acre, disposto a organizar um golpe de Estado. Sua presença, no entanto, acabou sendo notada e Filipe de Montfort, senhor de Toron, que por acaso encontrava-se em Acre, foi avisado. Sem hesitar, alertou a comuna e as colônias genovesa e veneziana, cujos oficiais prenderam João Valin e Guilherme de Conches e puseram-se a policiar as ruas, além de mandar chamar Balian de Ibelin em Beirute e Odo de Montbéliard em Cesaréia. Filangieri, percebendo que havia perdido sua chance, escapuliu discretamente de volta para Tiro. A cumplicidade dos hospitalários era óbvia. Balian, ao chegar, bloqueou seu quartel-general em Acre. O cerco arrastou-se por seis meses. O grão-mestre, Pedro de Vieille Bride, estava em Marqab, à frente de

---

1 Röhricht, *Regesta*, p. 286. A carta é datada de 7 de maio de 1241. O irmão de Simão, Amalrico, era um dos prisioneiros recentemente libertados do Egito.

2 *Histoire des Patriarches*, pp. 350-1; Matthew Paris, IV, p. 197. Pode também ter ocorrido uma batalha perto de Gaza, em 1242, à qual Maqrisi (X, pp. 342, 348) se refere duas vezes. Ver Stevenson, *Crusaders in the East*, p. 321 n. 1.

uma incoerente campanha contra seus vizinhos muçulmanos, e não podia dispor de homens que tentassem resgatar seus cavaleiros em Acre. No fim das contas, reconciliou-se com Balian, oferecendo-lhe suas desculpas e jurando não ter tido a menor relação com o complô.[1]

Em 5 de abril de 1243, Conrado de Hohenstaufen, filho do Imperador Frederico com a Rainha Iolanda, fez quinze anos, atingindo oficialmente a maioridade. Era sua obrigação comparecer em Acre para tomar posse do reino. Seu pai não tinha mais nenhum direito à regência. Entretanto, conquanto o jovem rei enviasse prontamente Tomás de Acerra como seu representante, não deu o menor sinal de ir ele mesmo ao Oriente. Os barões, pois, julgaram-se no dever legal de nomear para a regência o herdeiro seguinte disponível — no caso, Alice, rainha-viúva de Chipre, sua tia-avó. Após divorciar-se de Boemundo V, Alice havia feito as pazes com seus primos Ibelin — e, em 1240, com a aprovação destes, casara-se com Ralph, Conde de Soissons, um jovem com aproximadamente metade da sua idade, que chegara ao Oriente acompanhando o Rei Tibaldo. Balian de Ibelin e Filipe de Montfort convocaram um parlamento em Acre, no palácio do patriarca, em 5 de junho de 1243. Os barões estavam todos presentes.

A Igreja estava representada por Pedro de Sargines, Arcebispo de Tiro, e pelos bispos do reino. A comuna enviou seus oficiais, e as colônias genovesa e veneziana, seus respectivos presidentes. Filipe de Novara expôs a situação jurídica e recomendou que, primeiro, não se prestasse nenhuma homenagem ao Rei Conrado enquanto ele não comparecesse pessoalmente para recebê-la; e, segundo, Alice e seu marido ocupassem a regência até sua vinda. Odo de Montbéliard ainda sugeriu que se enviasse uma solicitação oficial a Conrado para que visitasse seu reino e nada se fizesse até sua resposta; os Ibelins, contudo, não viram razão para tanto, e seu ponto de vista prevaleceu. A assembléia fez seu juramento de fidelidade a Alice e Ralph, resguardados os direitos do monarca.[2]

A decisão destituiu Filangieri dos resquícios de autoridade que ainda levavam os barões a hesitar em atacá-lo em Tiro. Com a indicação de Tomás de Acerra, ele mesmo fora chamado de volta à Itália pelo imperador, dei-

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 124-7; *Estoire d'Eracles*, II, p. 422; *Annales de Terre Sainte*, p. 441, datando erroneamente o episódio de 1243; Ricardo de San Germano, p. 382, refere-se a uma rebelião contra o imperador em Acre, em outubro de 1241.

2 *Gestes des Chiprois*, pp. 128-30 (relato de Filipe de Novara, que afirma ter organizado a reunião); *Estoire d'Eracles*, II, p. 240; Amadi, pp. 190-1; *Assises*, II, p. 399; Tafel-Thomas, *Urkunden*, II, pp. 351-89 (relato escrito por uma testemunha ocular veneziana, Marsiglio Giorgio). Filipe diz que os pisanos estavam representados, o que é improvável em vista de sua amizade com o imperador e do fato de não ser mencionado em nenhum outro lugar. Ver La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 71-3.

xando sua cidade sob o comando de seu irmão, Lothair. Em 9 de junho, Lothair recebeu do parlamento, em Acre, a ordem de entregar Tiro aos regentes. Recusou-se — ao que Balian de Ibelin e Filipe de Montfort, com contingentes de venezianos e genoveses, arremeteram contra a cidade. Lothair depositou sua fé nas grandes muralhas, que com tanto sucesso desafiaram o próprio Saladino. Os cidadãos locais, todavia, estavam cansados de Filangieri, e ofereceram-se para abrir a porta secreta dos Açougueiros, junto ao mar. Na noite de 12 de junho, Balian e seus homens contornaram furtivamente as rochas até a porta, que foi aberta para dar-lhes passagem. Abriram então os portões principais para seus aliados, e, depois de ocupadas as casas dos hospitalários e dos Cavaleiros Teutônicos, a cidade era sua — salvo pela cidadela, ao sul, onde Lothair buscou abrigo. Era uma fortaleza formidável, e os imperialistas resistiram por quatro semanas. Por um golpe de azar, porém, o navio em que Ricardo Filangieri viajava para a Itália foi forçado pelo mau tempo a retornar. Ele desembarcou no porto de Tiro sem de nada desconfiar, caindo direto nas mãos de seus inimigos — que o levaram, amarrado, até o portão da cidadela e ameaçaram enforcá-lo caso a guarnição não se rendesse. Lothair recusou-se até ver a corda apertada ao redor do pescoço do irmão; só então aceitou as tranqüilas condições oferecidas pelos vencedores. Os irmãos receberam permissão para partirem em liberdade, com suas famílias, empregados e posses. Lothair retirou-se para Trípoli, onde foi bem recebido por Boemundo V. Tomás de Acerra juntou-se a ele. Ricardo, consciencioso, foi ao encontro de seu imperador, que não hesitou em atirá-lo à prisão. Com a partida dos Filangieri, Jerusalém e Ascalão passaram oficialmente, junto com Tiro, às mãos dos regentes.

Ralph de Soissons confiava em que o controle da cidade capturada lhes seria entregue; Filipe de Montfort, entretanto, desejava Tiro para si, a fim de completar seu feudo de Toron, e contava com o apoio dos Ibelins. Quando Ralph, irritado, exigiu a cidade, os barões replicaram com debochado cinismo que Tiro permaneceria sob sua própria custódia até que se definisse a quem ela pertenceria de fato. Ralph então se deu conta de que a intenção dos nobres era que ele não passasse de um mero testa-de-ferro. Em sua humilhação e desgosto, ele não vacilou: abandonou a Terra Santa e voltou para a França. A Rainha Alice, cujos cinqüenta anos de vida haviam-lhe ensinado paciência, continuou como regente titular até sua morte, em 1246.[1]

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 130-6; *Estoire d'Eracles*, II, p. 420; Tafel-Thomas, *loc. cit.* (os venezianos não receberam as recompensas que lhes eram devidas); *Assises*, II, p. 401. Os regentes não possuíam direitos legais sobre fortalezas.

O triunfo dos barões significou o triunfo da política externa dos templários sobre a dos hospitalários. As negociações com a Corte de Damasco foram reabertas. Ayub do Egito recentemente se desentendera com an-Nasir de Kerak e ficou alarmado com a deserção franca. Quando Ismail de Damasco, com a aprovação de an-Nasir, ofereceu aos francos a retirada, da área do Templo em Jerusalém, dos sacerdotes muçulmanos cuja presença ali fora garantida por Frederico II, Ayub prontamente fez a mesma proposta. Jogando habilmente os príncipes islâmicos uns contra os outros, os templários, que administravam a transação, persuadiram todos a restaurarem a área ao culto cristão. No final de 1243, o grão-mestre, Armando de Périgord, escreveu entusiasmado à Europa para relatar o feliz resultado e anunciar que a ordem dedicava-se agora ativamente à reconstrução das defesas da Cidade Santa. Foi o derradeiro triunfo diplomático de Outremer.[1]

O Imperador Frederico enviou uma carta bastante ácida a Ricardo de Cornualha, comentando a facilidade com que a ordem buscara a aliança islâmica, quando ela o denunciara justamente por fazer o mesmo.[2]

O êxito encorajou os templários. Quando irrompeu a guerra entre Ayub e Ismail na primavera de 1144, eles convenceram os barões a intervirem de forma ativa em favor deste último. Tanto An-Nasir de Kerak quanto o jovem príncipe de Homs, al-Mansur Ibrahim, haviam se unido a Ismail, e al-Mansur Ibrahim foi a Acre a fim de selar o pacto e oferecer, em nome dos aliados, uma parte do Egito aos francos, quando Ayub fosse derrotado. O príncipe islâmico foi recebido com grande honra; os templários proporcionaram a maior parte do entretenimento.[3]

Ayub, todavia, não seria derrotado tão facilmente. Havia encontrado aliados mais eficazes que os francos. Os turcos de Khwarism, desde a morte de Jelal ad-Din, seu rei, vagavam por Jeziré e pelo norte da Síria, promovendo assaltos e pilhagens no caminho. Uma coalizão dos príncipes aiubitas sírios tentara controlá-los em 1241, impondo-lhes uma grave derrota numa batalha não longe de Edessa. Não obstante, o povo de Khwarism fixara então seu quartel-general na área rural entre Edessa e Harran, e ainda estavam dispostos a vender seus serviços.[4] Ayub, que já estava em contato com eles havia algum tempo, convidou-os a invadir os territórios de Damasco e da Palestina.[5]

---

1 Abu'l Feda, p. 122; Maqrisi, X, pp. 355-7; al-Aïni, p. 197; Matthew Paris, IV, pp. 289-98.
2 Matthew Paris, IV, p. 419.
3 Joinville (ed. de Wailly), p. 290.
4 Abu'l Feda, p. 119; Kemal ad-Din (trad. Blochet), VI, pp. 3-6, 13. Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 648-9; Grousset, *Histoire des Croisades*, III, pp. 410-11.
5 Maqrisi, X, p. 358. Frederico II, carta em Matthew Paris, IV, p. 301, acusa os barões de Outremer de provocarem a composição de tal aliança.

Em junho de 1244, dez mil cavaleiros de Khwarism varreram o território damasceno, devastando a terra e incendiando aldeias. Uma vez que a própria Damasco era demasiado forte para que a assediassem, penetraram na Galiléia, passaram pela cidade de Tiberíades, que capturaram, e seguiram para o sul, ultrapassando Nablus, rumo a Jerusalém. Os francos deram-se conta de repente do perigo. O patriarca recém-eleito, Roberto, precipitou-se para a cidade com os grão-mestres do Templo e do Hospital e reforçou a guarnição nas fortificações que os templários haviam acabado de reconstruir — mas eles mesmos não se atreveram a lá ficar. Em 11 de julho, os agressores penetraram na cidade. Houve lutas nas ruas, mas eles lograram abrir caminho até o convento armênio de S. Tiago, onde massacraram os monges e freiras. O governador franco foi morto durante uma incursão dos soldados da cidadela, junto com o Preceptor do Hospital. Ainda assim, a guarnição resistia. Constatando que os francos não enviavam ajuda alguma, os defensores apelaram para o aliado islâmico mais próximo, an-Nasir de Kerak. An-Nasir não apreciava os cristãos e desagradara-lhe a necessidade da aliança com eles; assim, depois de enviar algumas tropas — que acuaram os invasores e impeliram-nos a oferecerem à guarnição um salvo-conduto até o litoral em troca da rendição da cidadela —, ele se eximiu de qualquer responsabilidade sobre seu destino. Em 23 de agosto, cerca de seis mil cristãos, entre homens, mulheres e crianças, saíram da cidade, deixando-a para o adversário. Quando desciam a estrada para Jafa, alguns deles, olhando para trás, viram bandeiras francas tremulando nas torres. Acreditando que de algum modo o socorro chegara, muitos insistiram em retornar à cidade — só para cair numa emboscada sob os muros. Cerca de dois mil pereceram. Os remanescentes, no caminho para a costa, foram assaltados por bandidos árabes. Apenas trezentos alcançaram Jafa.

Assim, Jerusalém foi finalmente perdida pelos francos. Quase sete séculos se passariam até que um exército cristão voltasse a adentrar seus portões. Os homens de Khwarism não demonstraram a menor clemência para a cidade. Invadiram a Igreja do Santo Sepulcro, onde alguns velhos padres latinos, que se haviam recusado a abandonar a cidade, celebravam a missa. Massacraram-nos, assim como aos sacerdotes das denominações nativas que lá se encontravam. Os ossos dos Reis de Jerusalém foram arrebatados dos túmulos e a própria igreja, queimada. Casas e lojas por toda a cidade foram saqueadas e ateou-se fogo às demais igrejas. Então, quando a cidade inteira era pura desolação, os atacantes seguiram adiante, a fim de juntar-se ao exército egípcio em Gaza.[1]

---

1 *Crônica de Mailros* (Melrose), pp. 159-60; Matthew Paris, IV, pp. 308, 338-40; *MS. de Rothelin*, pp. 563-5; Maqrisi, X, pp. 358-9; al-Aïni, p. 198.

Enquanto os cavaleiros de Khwarism saqueavam Jerusalém, os cavaleiros de Outremer reuniam-se junto a Acre. Lá, os exércitos de Homs e Damasco foram ao seu encontro, sob o comando de al-Mansur Ibrahim de Homs, e an-Nasir levou o exército de Kerak. Em 4 de outubro de 1244, as forças aliadas iniciaram a marcha para o sul, pela estrada litorânea. Apesar de an-Nasir e seus beduínos se manterem à parte, reinava a mais perfeita camaradagem entre os francos e al-Mansur Ibrahim e seus homens. O exército cristão era o maior que Outremer pusera em campo desde o dia fatal de Hattin. Eram seiscentos cavalarianos leigos, liderados por Filipe de Montfort, senhor de Toron e Tiro, e Gualtério de Brienne, Conde de Jafa. O Templo e o Hospital enviaram trezentos cavaleiros cada um, sob os dois grão-mestres, Armando de Périgord e Guilherme de Châteauneuf. Havia um contingente da Ordem Teutônica. Boemundo de Antióquia enviou seus primos, João e Guilherme de Botrun, além de João de Ham, Comissário de Trípoli. O patriarca Roberto acompanhava pessoalmente o exército, com o arcebispo de Tiro e Ralph, Bispo de Ramleh. Havia uma quantidade proporcional de sargentos e peões. As tropas comandadas por al-Mansur Ibrahim eram provavelmente mais numerosas, mas munidas de armas mais leves. Ao que tudo indica, an-Nasir forneceu cavaleiros beduínos.

O exército egípcio encontrava-se antes de Gaza, sob a liderança de um jovem emir mameluco, Rukn ad-Din Baibars. Era composto por cinco mil soldados egípcios escolhidos a dedo, mais a horda de Khwarism. Os adversários entraram em contato em 17 de outubro, na aldeia de Herbiya, ou La Forbie, situada na planície arenosa alguns quilômetros a nordeste de Gaza. Os aliados realizaram às pressas um conselho de guerra. Al-Mansur Ibrahim defendeu que eles ficassem onde estavam, fortificando o acampamento contra uma eventual agressão dos Khwarisms. Em sua opinião, estes logo se impacientariam. Não gostavam de atacar posições fortes, e o exército egípcio não podia partir para a ofensiva sem eles. Com sorte, tropas inimigas inteiras não tardariam a recuar para o Egito. Muitos cristãos concordaram com ele, mas Gualtério de Jafa insistiu avidamente numa carga imediata. Estavam em superioridade numérica; seria uma oportunidade gloriosa para eliminar a ameaça Khwarism e humilhar Ayub. Seu argumento prevaleceu, e o exército partiu todo para o ataque. Os francos colocaram-se no flanco direito, com as tropas damasquinas e de Homs no centro e an-Nazir à esquerda.

Enquanto os egípcios continham a investida franca, as forças de Khwarism precipitaram-se sobre seus aliados islâmicos. Al-Mansur Ibrahim e seus homens de Homs não cederam, mas os damascenos não conseguiram resistir ao choque. Deram meia-volta e debandaram, seguidos por an-Nasir e seu exército. Enquanto al-Mansur Ibrahim lutava para libertar-se, os turcos se

voltaram e arremeteram contra o flanco cristão, empurrando-o de encontro aos regimentos egípcios. Os francos lutaram com bravura, mas em vão. Em poucas horas, todo o exército estava destruído. Entre os mortos estavam o Grão-mestre do Templo e seu Marechal, o Arcebispo de Tiro, o Bispo de Ramleh e os dois jovens senhores de Botrun. O Conde de Jafa, o Grão-mestre do Hospital e o Comissário de Trípoli foram feitos prisioneiros. Filipe de Montfort fugiu com o patriarca de volta para Ascalão, onde se lhe juntaram os sobreviventes das duas ordens: 33 templários, 26 hospitalários e 3 cavaleiros teutônicos. Dali, seguiram por mar até Jafa. O número de mortos foi estimado em não menos de cinco mil, sendo provavelmente muito mais que isso. Oitocentos prisioneiros foram levados para o Egito.[1]

O exército vitorioso marchou imediatamente para Ascalão, agora guarnecida pelo Hospital. Suas fortificações comprovaram seu valor. As investidas egípcias malograram, e eles se prepararam para bloquear a cidade, trazendo navios do Egito para vigiar a costa. Nesse meio-tempo, os turcos correram a Jafa com seu conde cativo, ameaçando enforcá-lo caso a guarnição não se rendesse. Ele, porém, gritou para seus homens que agüentassem firme. As fortificações eram demasiado sólidas para o inimigo, que se retirou com o prisioneiro — cuja vida foi poupada. Ele morreria mais tarde em cativeiro, depois de uma discussão com um emir egípcio, durante uma partida de xadrez.[2]

O desastre em Gaza roubou aos francos todos os precários ganhos que haviam conquistado pela diplomacia nas últimas décadas. É improvável que pudessem defender Jerusalém e a Galiléia de qualquer ofensiva islâmica mais séria, mas a perda de efetivo impossibilitou Outremer de resguardar mais que os distritos costeiros e um punhado de castelos mais fortes no interior. Só em Hattin as perdas foram maiores. Houve, entretanto, uma diferença entre Hattin e Gaza. O vencedor da batalha anterior, Saladino, já era senhor de toda a Síria e Egito. Ayub do Egito ainda precisava sobrepujar seu rival de Damasco antes de poder aventurar-se a acabar com os cristãos. Foi esse adiamento que salvou Outremer.

Os soldados de Khwarism esperavam que, como recompensa por sua ajuda, Ayub os instalasse em ricas terras no Egito. Ayub, porém, recusou-lhes autorização para cruzarem a fronteira, ao longo da qual distribuiu tropas para garantir que permanecessem na Síria. Eles então retrocederam e assolaram a Palestina até os subúrbios de Acre, penetrando em seguida no

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 427-31; *MS. de Rothelin*, pp. 562-6; *Gestes des Chiprois*, pp. 145-6; *Crônica de Mailros*, pp. 159-60; Joinville, pp. 293-5; Matthew Paris, IV, pp. 301, 307-11; Maqrisi, X, p. 360; Abu Shama, II, p. 193.

2 Joinville, *loc. cit.*; Amadi, pp. 201-2.

continente para juntarem-se aos egípcios que sitiavam Damasco. O exército egípcio, sob o emir Mu'em ad-Din, subiu pela Palestina central, despojando an-Nasir de Kerak de todas as suas terras a oeste do Jordão, até por fim atingir Damasco, em abril de 1245. O cerco durou seis meses. Ismail de Damasco pôs abaixo os diques que continham o Rio Barada, convertendo as terras junto aos muros num pântano impenetrável. No entanto, o rigoroso bloqueio organizado pelos egípcios não tardou a provocar inquietação entre os mercadores e comerciantes. No início de outubro, Ismail entrou em acordo. Cedeu Damasco em troca de um principado vassalo composto por Balbek e a região de Hauran. O povo de Khwarism, não obstante, continuou sem receber sua recompensa. Assim sendo, decidiu abandonar a causa de Ayub e, no começo de 1246, ofereceu seus serviços a Ismail. Com a sua ajuda, este retornou a Damasco e sitiou a cidade. Tinha esperanças de que outros príncipes aiubitas se juntassem a ele contra Ayub; entretanto, a aversão de todos ao povo de Khwarism era ainda maior. O regente de Alepo e o príncipe de Homs, subsidiados por Ayub, enviaram um exército em socorro de Damasco. Ismail e seus aliados levantaram o cerco e se dirigiram para o norte, defrontando-se com a força de resgate no princípio de maio, em algum ponto da estrada entre Balbek e Homs. Sofreram uma severa derrota, na qual o povo de Khwarism foi praticamente aniquilado. Os sobreviventes tomaram o rumo do Oriente, a fim de reunir-se aos mongóis, enquanto a cabeça de seu líder era carregada em triunfo pelas ruas de Alepo. Todo o mundo árabe regozijou-se com seu desaparecimento. A posse de Damasco por Ayub foi confirmada. Ismail foi novamente confinado a Balbek, e os aiubitas do norte reconheceram a predominância de Ayub, que pôde voltar a concentrar sua atenção nos francos.[1]

Em 17 de junho de 1247, um exército egípcio capturou Tiberíades e seu castelo, que Odo de Montbéliard reconstruíra recentemente. O Monte Tabor e o castelo de Belvoir foram ocupados logo depois. A hoste partiu em seguida para o cerco de Ascalão. As fortificações que Hugo da Burgúndia lá erguera encontravam-se em boas condições, e havia uma forte guarnição de hospitalários. Forças de apoio foram solicitadas a Acre e a Chipre. O Rei Henrique de Chipre prontamente enviou uma esquadra de oito galeras, com uma centena de cavaleiros sob o comando de seu senescal, Balduíno de Ibelin, a Acre, onde a comuna, com o auxílio dos colonos italianos, preparara mais sete galeras e outros cinqüenta vasos mais leves. Os egípcios contavam com uma frota de 21 galeras, que abandonaram o bloqueio da cidade para ir

1 Ibn Khallikan, III, p. 246; Maqrisi, X, pp. 361-5; Abu Shama, II, p. 432; *Estoire d'Eracles*, II, p. 432.

de encontro dos cristãos. Antes do confronto, porém, depararam-se com uma inopinada tempestade mediterrânea. Muitos dos navios foram empurrados para o litoral e naufragaram; os sobreviventes navegaram de volta para o Egito. A esquadra cristã pôde seguir sem ser molestada para Ascalão, onde revitalizou a guarnição e desembarcou os cavaleiros. Como, no entanto, o mau tempo continuou, os navios não puderam permanecer no desprotegido ancoradouro da cidade; voltaram para Acre, deixando Ascalão à sua própria sorte. O exército agressor vira-se prejudicado pela falta de madeira para máquinas de cerco, mas os destroços de suas embarcações, espalhados pelo litoral, muniram-no de todo o material necessário. Um grande aríete abriu caminho sob os muros diretamente para a cidadela, e, em 15 de outubro, o exército egípcio invadiu a cidade. Os defensores foram pegos de surpresa. A maioria foi morta imediatamente, e os remanescentes levados prisioneiros. Por determinação do sultão, a fortaleza foi desmantelada e permaneceu desolada.[1] Ayub não deu prosseguimento à vitória. Fez uma visita a Jerusalém, cujas muralhas ordenou que fossem reconstruídas, e seguiu para instalar sua corte em Damasco. Lá residiu entre o inverno de 1248 e a primavera de 1249, e todos os príncipes islâmicos da Síria foram prestar-lhe homenagem.[2]

No reduzido reino de Outremer, apesar das perdas e da inexistência de uma autoridade central, havia tranqüilidade interna. A Rainha Alice faleceu em 1246, e a regência foi transferida para o herdeiro seguinte — seu filho, o Rei Henrique de Chipre — após um protesto de sua meia-irmã, a Princesa viúva Melisende de Antióquia. O Rei Henrique, cuja principal peculiaridade era uma gigantesca corpulência, não era homem de asseverar poderes.[3] Nomeou Balian de Ibelin seu *bailli* e confirmou Filipe de Montfort na posse de Tiro. Quando Balian morreu, em setembro de 1247, foi sucedido no cargo por seu irmão, João de Arsuf, e como senhor de Beirute pelo filho, outro João.[4]

Ao norte, Boemundo V de Antióquia e Trípoli esforçava-se por se manter o mais longe possível das atenções de seus vizinhos. A influência de sua esposa italiana, Lucienne de Segni, manteve-o em bons termos com o pontificado, mas o grande número de parentes e amigos romanos por ela convida-

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 432-5; *Gestes des Chiprois*, p. 146; *Annales de Terre Sainte*, p. 442; al-Aïni, p. 200; Maqrisi, X, p. 315.
2 Ibn Khallikan, *loc. cit.*
3 *Gestes des Chiprois*, p. 146 — uma síntese bastante truncada da solução; Röhricht, *Regesta*, pp. 315-16; Inocêncio IV, *Registres* (ed. Berger), nº 4427, II, p. 60. O papa encarregou Odo de Châteauroux de investigar a reivindicação de Melisende, mais tarde abandonada. Ver Röhricht, *Geschichte des Konigreichs Jerusalem*, p. 873 n. 3.
4 *Annales de Terre Sainte*, p. 442; Amadi, p. 198.

dos ao Oriente irritava os barões — e lhe acarretaria problemas mais tarde. Foi provavelmente a pedido do papa que ele enviou um contingente para a desastrosa batalha de Gaza. Ao mesmo tempo, contudo, Boemundo mantinha relações amistosas com Frederico II, e ofereceu asilo a Lothair Filangieri e Tomás de Acerra em Trípoli — para desagrado do pontífice, apesar de recusar-lhes auxílio ativo. Já sua querela com o reino armênio perdurou por alguns anos, e ele procurou em vão persuadir o papa a promover o divórcio entre a jovem herdeira rupeniana Isabela e o novo Rei Hethoum, de modo a privá-lo de seu direito ao trono. Tanto Boemundo quanto Henrique de Chipre, porém, foram especificamente proibidos por Roma de atacar os armênios, ao passo que Hethoum, por sua vez, estava demasiado ocupado rechaçando as investidas do grande sultão seljúcida, Kaikhosrau, para ser agressivo. Em 1237, as bodas da irmã de Hethoum, Estefânia, com Henrique de Chipre começaram pouco a pouco a preparar terreno para uma reconciliação geral.[1]

Boemundo pouco controle exercia sobre as Ordens Militares estabelecidas em seus domínios — as quais, de qualquer modo, haviam se tornado mais cautelosas. Numa tentativa de conciliar-se com a comuna de Antióquia, com seu forte elemento grego, o papado — ao que tudo indica, com aprovação de Boemundo — modificou sua política em relação à Igreja Ortodoxa local. Visto que era claramente impossível, àquela altura, integrar gregos e latinos numa só Igreja, Honório III ofereceu aos primeiros uma Igreja autônoma, com sua própria hierarquia e ritual, desde que o patriarca grego reconhecesse a autoridade suprema de Roma. O clero grego recusou a oferta, possivelmente com o secreto incentivo de Boemundo, a cujo ver uma hierarquia grega independente seria mais tratável; e o patriarca Simão de bom grado tomou parte no concílio antilatino convocado pelo imperador niceno em Nymphaeum, no qual o papa foi solenemente excomungado. Entretanto, quando Simão faleceu, por volta do ano de 1240, seu sucessor, Davi — em cuja nomeação a Princesa Lucienne talvez tenha tido alguma participação — mostrou-se disposto a encetar negociações. Em 1245, o Papa Inocêncio IV enviou o franciscano Lourenço de Orta para o Oriente, com instruções para conferir a todos os gregos que reconhecessem a suserania eclesiástica pontifícia o mesmo status dos latinos. Bastava que se obedecesse aos superiores latinos, onde houvesse um bom precedente histórico para tanto. O patriarca foi convidado a despachar uma missão para Roma, à custa do pontífice, a fim de debater pontos controversos. Davi aceitou tais condições; mais ou menos na mesma época, o patriarca latino, Alberto, que

1 Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 650-2.

não estava de todo satisfeito com o acordo, viajou à França a fim de participar de um concílio em Lião, onde veio a morrer. O patriarca latino a sucedê-lo, Opizon Fieschi, sobrinho do papa, foi designado somente em 1247, indo a Antióquia no ano seguinte. Nesse meio-tempo, Davi foi o único patriarca residente em Antióquia. Por ocasião de sua morte, entretanto (cuja data é desconhecida), seu sucessor, Eutímio, repudiou a autoridade papal, pelo que foi excomungado por Opizon e banido da cidade.[1]

Uma boa parte da Igreja jacobita já se submetera a Roma. Em 1237, o patriarca jacobita, Inácio de Antióquia, tomou parte em uma procissão latina durante uma visita a Jerusalém e recebeu o hábito dominicano depois de fazer uma declaração de fé ortodoxa. Ao voltar a Antióquia, levou consigo muitos de seus clérigos, e os latinos foram oficialmente liberados para confessar-se com sacerdotes jacobinos quando não houvesse confessores romanos disponíveis. Em 1245, um emissário papal, André de Longjumeau, esteve com Inácio em Mardin (onde se localizava sua principal residência) e negociou com ele as condições da unificação. Inácio mostrou-se disposto a aceitar uma fórmula verbal acerca da doutrina e uma autonomia administrativa sob a suserania direta de Roma. Infelizmente, porém, falava apenas por uma parte da Igreja jacobita. Já havia uma contenda entre os jacobitas do norte da Síria e os das províncias orientais e do sul; estes últimos desconsideraram a união. Enquanto Inácio viveu, seus seguidores permaneceram leais aos latinos; todavia, depois de sua morte, em 1252, eclodiu uma disputa em torno da sucessão. O candidato pró-latino, João de Alepo, logrou um triunfo temporário; no entanto, julgava que seus amigos latinos deram-lhe apoio insuficiente, ao passo que seu rival, Dênis, que acabaria por depô-lo, opôs-se-lhes consistentemente. Somente uma pequena parte da Igreja, baseada em Trípoli, susteve a união.[2]

Todo o trabalho de costura da união fora efetuado sobretudo pelos frades pregadores, dominicanos e franciscanos, cujas atividades no Oriente se haviam iniciado logo após a fundação de suas respectivas ordens. No restrito reino de Jerusalém, não encontraram uma área considerável de atuação; já no patriarcado de Antióquia, contudo, mostraram-se particularmente ativos, tendo o Patriarca Alberto como devotado patrono e apresentando uma crescente tendência a ocupar o lugar do clero secular nas dispersas dioceses do patriarcado. As relações dos patriarcas com a nova ordem monástica dos cis-

---

1 *Ibid.* pp. 684-5; *Regesta Honorii Papae III*, nos 5567, 5570, II, p. 352. Todas as evidências são oriundas de fontes pontifícias, muito embora Bar Hebraeus (trad. Budge, p. 445) se refira à viagem de Eutímio à corte mongol. Ver também "Lettre des Chrétiens de Terre Sainte à Charles d'Anjou", *in Revue de l'Orient Latin*, II, p. 213.

2 Cahen, *op. cit.* pp. 681-4, com referências.

tercienses foram menos afortunadas. Pedro II — ele mesmo um ex-abade cisterciense — instalara-os em dois monastérios: o de S. Jorge de Jubin, perto de Antióquia, e o de Belmont, próximo a Trípoli. Inúmeros escândalos, porém, emergiram durante o patriarcado de Alberto, e foi preciso fazer uma série de apelos a Roma antes de a ordem ser reintroduzida nos monastérios e a autoridade do patriarca ser reabilitada.[1]

Boemundo V, particularmente, pouco interesse tinha em tais procedimentos. Suas visitas a Antióquia eram raras, mantendo sua corte em Trípoli. Como ocorria no reino, os diversos elementos de seus domínios acabaram apartando-se, sendo salvos da extinção pelos desentendimentos entre os aiubitas e por uma nova e tremenda força que começava a sacudir o mundo islâmico: o império dos mongóis.

1 *Ibid.* pp. 668-71, 680-1.

LIVRO III

OS MONGÓIS E OS MAMELUCOS

Capitulo 1

O Advento dos Mongóis

"Seus carros são como um furacão, seus cavalos são mais velozes do que águias.
Ai de nós que estamos perdidos!" JEREMIAS 4, 13

No ano de 1167, vinte anos antes que Saladino reconquistasse Jerusalém para o Islã, nascia um menino nas longínquas margens do Rio Onon, no nordeste asiático, filho de um chefe mongol, Yesugai, e sua esposa, Hõelün. A criança foi chamada de Temudjin, mas ficou mais conhecida na história por seu nome posterior, Gêngis Khan.[1] Os mongóis eram um grupo de tribos que viviam no alto Rio Amur e encontravam-se em guerra constante com seus vizinhos orientais, os tártaros. O avô de Yesugai, Qabul-Khan, lograra reuni-los numa confederação frouxa; após sua morte, porém, o reino se desintegrara, e o imperador jin do norte da China impusera sua suserania a todo o distrito. Yesugai herdou somente uma pequena parcela da antiga confederação, mas ampliou seu poder e reputação ao derrotar e conquistar parte das tribos tártaras e interferir nos problemas do mais civilizado de seus vizinhos imediatos, o cã dos keraits.

Os keraits, povo seminômade de origem turca, habitavam a região em torno do Rio Orkhon, na moderna Mongólia Exterior. Em princípios do século XI, seu governante havia se convertido ao cristianismo nestoriano, junto com a maioria de seus súditos; a conversão pusera-os em contato com os turcos uigures, dos quais muitos eram nestorianos. Os uigures haviam desenvolvido uma cultura estável em seu lar, o vale do Tarim e a depressão

---

1 Para obter mais informações sobre toda a carreira de Gêngis Khan, ver Howorth, *History of the Mongols*, I, pp. 27-115; Grousset, *L'Empire Mongol, Ière phase*, pp. 35-242 e *L'Empire des Steppes*, pp. 243-315; Marrin, *Chingis Khan and his Conquest of Northern China, passim*. As principais fontes originais são o *Yüan Ch'ao Pi Shih* (a história oficial dos mongóis) e o *Yüan Shing Wu Ch'in Cheng Lu*, ambos originalmente escritos em mongol e traduzidos para o chinês. O texto mongol do primeiro foi reconstituído e publicado (em caracteres latinos) e parcialmente traduzido para o francês por Pelliot (*L'Histoire Secrète des Mongols*) — e Rashid ad-Din, *Jami at-Tarâwikh*, escrito em persa (em parte publicado com tradução por Quatremère; texto publicado na íntegra numa tradução russa de Berezin). Foram publicados inúmeros textos mongóis e chineses a seu respeito, traduzidos para o alemão por Haenisch ("Die letzten Feldzüge Cingis Hans und sein Tod" *in Asia Major*, vol. IX). Sobre a data do nascimento de Gêngis, ver Grousset, *L'Empire Mongol*, p. 53 n. 3.

de Turfan, tendo desenvolvido um alfabeto para o idioma turco, com base em letras siríacas. Anteriormente, o maniqueísmo fora sua religião predominante; agora, os maniqueus tendiam, sob influência chinesa, a tornar-se budistas. O poder dos uigures decaiu, mas sua civilização sobrepujara os keraits e os turcos naimans, cujo país os separava.[1]

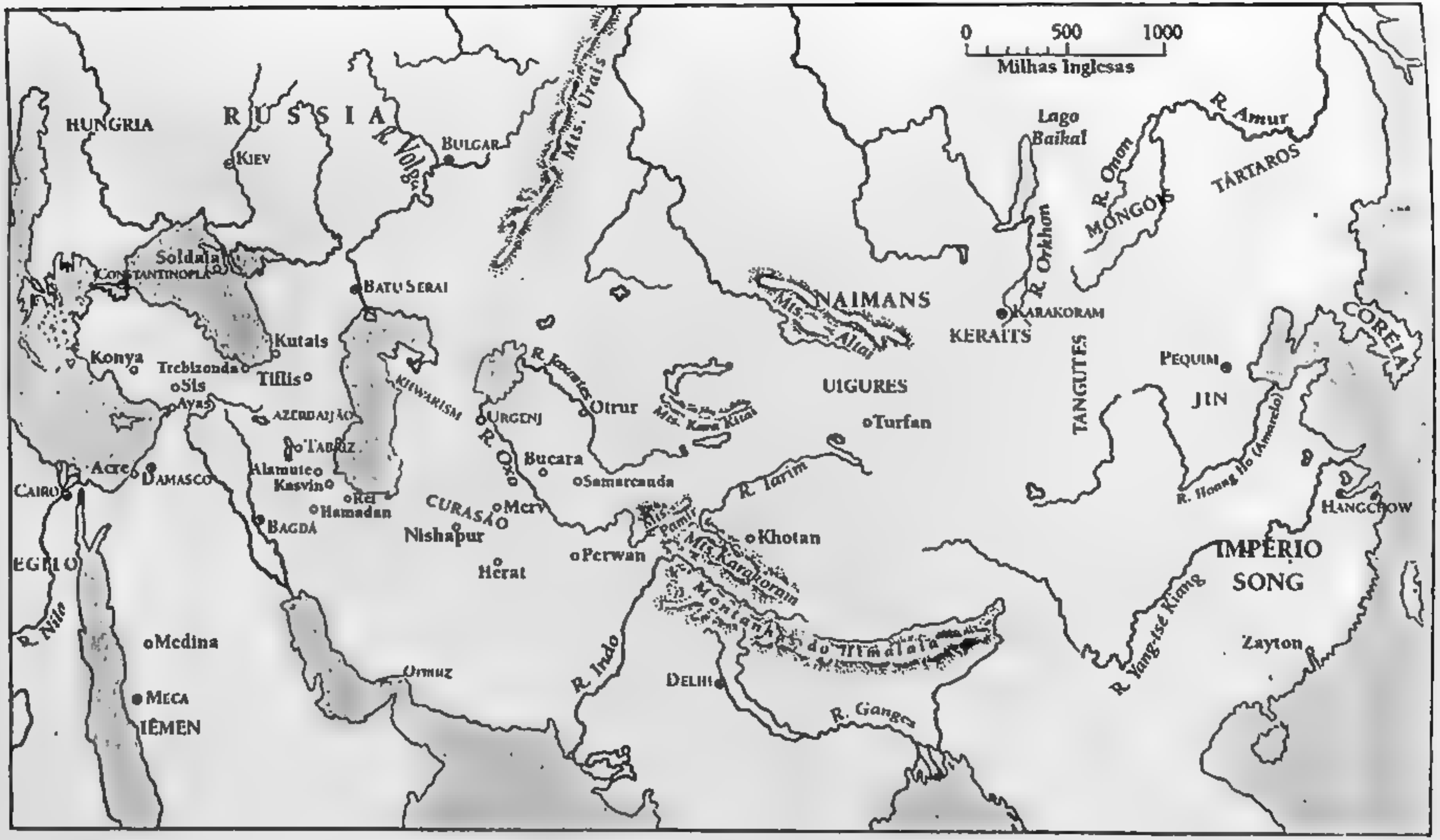
Por volta do ano de 1170, o cã kerait Qurjakuz, filho de Merghus-Khan, morreu, e seu filho Toghrul enfrentou alguma dificuldade para assegurar sua herança em face da oposição de seus irmãos e tios. No decorrer da guerra fratricida, ele granjeou a ajuda de Yesugai, que se tornou seu irmão por juramento. A amizade conferiu a Yesugai um status superior entre os chefes mongólicos; antes, porém, que pudesse estabelecer-se como principal cã mongol ele morreu, envenenado por nômades tártaros de cuja refeição noturna partilhou. Seu filho mais velho, Temudjin, contava então nove anos de idade.[2]

O vigor da viúva de Yesugai, Höelün, preservou para o jovem chefe alguma autoridade sobre as tribos de seu pai. Não obstante, a infância de Temudjin foi tempestuosa. Ainda menino, ele já se revelava um líder e era implacável com relação aos rivais — mesmo no seio de sua própria família. Durante os conflitos por meio dos quais conquistou a hegemonia sobre os mongóis, esteve um período prisioneiro da tribo Tayichut, e sua esposa, Barke, com quem se casara aos dezessete anos, caiu nas mãos dos turcos merquitas, do Lago Baikal, por alguns meses; a legitimidade de seu primogênito, Judji, nascido neste cativeiro, foi por isso sempre contestada. Os crescentes êxitos de Temudjin deveram-se em grande parte à sua aliança com o cã kerait, Toghrul, a quem ele parecia considerar como um pai e que o ajudou em suas guerras contra os merquitas. Por volta do ano de 1194, Temudjin foi eleito rei ou cã de todos os mongóis, assumindo o título de Gêngis — "o Forte". Logo depois, o imperador Jin reconheceu-o como maior príncipe dos mongóis e a ele se aliou contra os tártaros, que vinham ameaçando a China. Uma rápida guerra resultou na sujeição dos tártaros ao domínio de Gêngis. Quando Toghrul-Khan foi deposto do trono kerait, em 1197, foi Gêngis que lho restaurou. Em 1199, este uniu forças a Toghrul-Khan para derrotar os turcos naimans; entretanto, não demorou muito para que começasse a invejar o poder dos keraits. Toghrul era então o grande potentado das estepes orientais. Ostentava o título de Wang-Khan, ou

---

1 Para obter mais informações sobre as diversas tribos turco-mongólicas, ver Howorth, *op. cit.* I, pp. 19-26; Grousset, *L'Empire Mongol*, pp. 1-32; Martin, *op. cit.* pp. 48-58; Pelliot, "Chrétiens d'Asie Centrale et d'Extrême Orient", *in T'oung Pao*, vol. XI. Sobre os uigures, Bretschneider, *Mediaeval Researches from Eastern Asiatic Sources*, I, pp. 236-63.

2 *Yüan Ch'ao*, texto mongol, pp. 10-14; Grousset, *L'Empire Mongol*, pp. 48-54.



Mapa 4. O Império mongol sob Gêngis Khan e seus sucessores.

Ong-Khan, que chegou ao oeste da Ásia com a forma mais familiar e eufônica de Johannes — fazendo dele, assim, um candidato ao papel de Preste João. Todavia, era um homem traiçoeiro e sanguinário, particularmente desprovido de virtudes cristãs; tampouco foi capaz de prestar auxílio a seus correligionários. Em 1203, desentendeu-se com Gêngis. A primeira batalha entre os dois, em Khalakhaljit Elet, foi inconclusiva; algumas semanas mais tarde, contudo, o exército kerait foi exterminado em Jejer Undur, no âmago de seu próprio território. Toghrul foi morto ao fugir em busca de um refúgio. Os membros sobreviventes de sua família submeteram-se a Gêngis, que anexou todo o país.[1]

Os naimans foram a nação seguinte a ser subjugada, em 1204, na grande batalha de Chakirmaut, na qual o destino de todo o poder de Gêngis estava em jogo. As guerras travadas nos dois anos seguintes estabeleceram sua supremacia sobre todas as tribos entre a bacia do Tarim, o Rio Amur e a Grande Muralha da China. Em 1200, uma kuriltai (assembléia) de todas as tribos que eram suas súditas reuniu-se às margens do Rio Anon e confirmou seu título real; Gêngis então proclamou que seu povo deveria ser conhecido coletivamente como mongóis.

O império de Gêngis Khan era basicamente um conglomerado de clãs. O líder mongol não fez qualquer tentativa de interferir na antiga organização das tribos como clãs sob chefes hereditários; limitou-se a impor-lhes sua própria família, o Altin Uruk (Clã Dourado), e instituir um governo central controlado por seu próprio círculo íntimo e familiares. Brindava também os clãs livres com um grande número de escravos, oriundos das tribos que lhe haviam resistido e sido conquistadas. Servos aos milhares eram dados a seus parentes e amigos. Na kuriltai de 1206, sua mãe, Höelün, e seu irmão, Temughe Otichin, foram presenteados cada um com dez mil famílias de escravos, e seus jovens filhos com cinco ou seis mil cada. As tribos e até cidades que se lhe submetiam pacificamente não sofriam interferências, desde que respeitassem a legislação geral e entregassem aos seus coletores de impostos o pesado tributo exigido. Para manter a coesão de seus domínios, Gêngis promulgou um código de leis, o yasa, que se sobreporia às leis consuetudinárias das estepes. O yasa, emitido em parcelas ao longo de todo o seu reinado, determinava especificamente os direitos e privilégios dos chefes dos clãs, as condições dos serviços militares e outros devidos ao cã e os princípios tributários, além dos da legislação criminal, civil e comercial.

---

1 O melhor relato moderno sobre a ascensão de Gêngis ao poder é o de Martin, *op. cit.* pp. 60-84. Sobre a reputação de Toghrul como Preste João, ver Yule, *Cathay and the Way Thither*, III, pp. 15-22.

Mesmo sendo um autocrata absoluto, a intenção de Gêngis era que tanto ele quanto seus sucessores obedecessem à lei.[1]

Uma vez estruturada a administração de seu império, Gêngis ocupou-se de sua expansão. Àquela altura, ele dispunha de um grande exército, a cuja organização também dispensara minuciosa atenção. Todos os membros das tribos entre as idades de catorze e sessenta anos eram, segundo as tradições mongóis e turcas, capazes de prestar serviço militar; as grandes expedições anuais de caça no inverno, indispensáveis para o abastecimento de carne das tropas e da corte, funcionavam como mecanismos para manter os soldados em treinamento. Por temperamento, os homens das tribos estavam habituados a dever a mais cega obediência a seus líderes — e estes, por sua vez, haviam aprendido com a amarga experiência que agora deviam obedecer ao cã. Seus súditos, como todas as tribos nômades, também ansiavam por transpor o horizonte e receavam a exaustão de suas pastagens e florestas. O cã proporcionou-lhes novos países, vastos butins e hordas de escravos. Era um exército de cavalarianos, arqueiros e lanceiros montados em pôneis ágeis, homens e bestas acostumados desde o berço à vida dura e a longas travessias de desertos com muito pouco alimento e bebida. Tal combinação de rapidez de movimento, disciplina e grande número não tinha nenhum precedente na História.[2]

Os três grandes Estados que circundavam então os mongóis eram o Império Jin, a leste, com capital em Pequim; o reino tangute de Hsia Hsi, que se estendia ao longo dos trechos superiores do Rio Amarelo e onde uma dinastia de origem tibetana governava uma população sedentária em que se mesclavam mongóis, turcos e chineses; e, a sudoeste, o reino dos kara-khitai, nômades budistas da Manchúria que haviam sido desalojados pelos imperadores jin nos primórdios do século XII e aberto caminho à força para oeste, fundando um império à custa dos uigures da bacia do Tarim e dos turcos muçulmanos de Yarkand e Khotan. Seu monarca, o Gur-Khan, já era um fator formidável na política islâmica oriental, e os uigures de Turfan eram seus clientes. O mais fraco dos três era Hsia Hsi — que, portanto, foi o primeiro atacado por Gêngis. Em 1212, seu rei já havia aceitado sua suserania. Seguiram-se invasões do Império Jin. Uma série de batalhas tremendas pôs toda a região rural do país, até o Mar Amarelo e Shantung, sob seu domínio; entretanto, os mongóis não estavam habituados a investir contra lugares fortificados, e as grandes cidades muradas resistiram-lhes. Só quando um enge-

---

1 *Ibid.*, pp. 85-101. O *Yüan Ch'ao* dedica três capítulos (§§ 194-6, pp. 68-72, texto em mongol) à batalha de Chakirmaut, mais do que o espaço destinado a qualquer dos outros confrontos de Gêngis.

2 *Ibid.*, pp. 11-47, discussão completa sobre o exército mongol.

nheiro chinês, Liu Po-Lin, entrou para o serviço de Gêngis, suas forças começaram a aprender a arte da guerra de sítio. Ainda assim, em 1226 o Imperador Jin já estava reduzido à vassalagem. Em 1221, a província jin da Manchúria fora anexada, e a Coréia reconhecera a suserania mongol. Quando o derradeiro Imperador Jin morreu, em 1223, suas províncias remanescentes foram incorporadas ao império mongol.[1]

Nesse meio-tempo, Gêngis estendera seu poder para o sudoeste. Na época, o Império Khwarism do Xá Mohammed estava no ápice. Mohammed era senhor de toda a Ásia desde o Curdistão e o Golfo Pérsico até o Mar de Aral, o Pamir e o Indo. O Gur-Khan dos kara-khitai, considerando-o um vizinho inquietante, tentou estorvá-lo incitando contra ele seus vassalos da Transoxiana. Os entreveros decorrentes dessa política debilitaram gravemente os kara-khitai, e, enquanto o Xá Mohammed anexava seus territórios ao sul, o trono do Gur-Khan foi usurpado por um príncipe naiman refugiado, Kuchluk. Este, nestoriano de nascimento, convertera-se ao budismo ao desposar uma princesa kara-khitai; ao contrário dos Gur-Khans, porém, revelou-se intolerante para com seus súditos cristãos e muçulmanos. Sua impopularidade deu a Gêngis a chance de intervir. Quando um exército mongol penetrou na bacia de Turfan, foi saudado como uma força de libertação. Os uigures de bom grado submeteram-se à dominação mongol, e Kuchluk foi restrito a um pequeno principado no vale do Tarim.[2]

Tal expansão colocou Gêngis em contato direto com o território Khwarism. Mohammed não era homem de tolerar um rival tão ambicioso quanto ele mesmo. Os dois potentados trocaram embaixadas, mas o xá foi afrontado quando Gêngis exigiu que, como cã das nações turco-mongólicas, ele fosse considerado suserano do príncipe Khwarism. Em 1218, uma grande caravana de mercadores muçulmanos partiu da Mongólia, acompanhada de uma centena de mongóis, enviados numa missão especial à corte Khwarism. Quando a caravana alcançou Otrur, no Rio Jaxartes, nas terras de Mohammed, o governador local massacrou os viajantes e roubou-lhes seus bens, metade dos quais foi remetida para o xá. Gêngis não podia ignorar tamanha provocação. Percebendo que a guerra estava prestes a eclodir, Kuchluk fez uma tentativa de reviver o reino kara-khitai. Numa campanha brilhante, o general mongol Jebe perseguiu Kuchluk e seu exército através de todos os seus domínios, até por fim assassiná-lo num vale no alto do Pamir.[3]

---

1 *Ibid.* caps. V-VII, IX-X *passim*, sobre a conquista dos jin.
2 Sobre o Xá Mohammed, ver Barthold, artigo "Khwaresm" *in Encyclopaedia of Islam*; sobre Kuchluk, Martin, *op. cit.* pp. 103-4, 109-11, 220, 224.
3 Barthold, *op. cit.* pp. 397-9; Martin, *op. cit.* pp. 230-3.

Com o desaparecimento de Kuchluk, Gêngis estava pronto para investir contra o Império Khwarism. Era uma empresa extraordinária. Dizia-se que o Xá Mohammed podia pôr meio milhão de homens em campo — e Gêngis estaria operando a milhares de quilômetros de seu quartel-general. No fim do verão de 1219, a tropa mongol, com duzentos mil homens, deixou seu acampamento junto ao Rio Irtysh. Os reis vassalos do cã, tais como o príncipe dos uigures, juntaram-se-lhe em sua marcha para o oeste. O xá, sem saber onde os mongóis atacariam, dividiu suas forças entre a linha do Jaxartes e os passos de Ferghana, com o corpo principal esperando perto das grandes cidades transoxianas de Bucara e Samarcanda. O exército mongol seguiu diretamente para o Médio Jaxartes, cruzando o rio na altura de Otrur. Parte dos homens foi deixada para assediar a cidade (uma missão demorada, pois os mongóis ainda não possuíam muita experiência na guerra de sítio); outra parte desceu o rio, a fim de atacar o exército de Khwarism estacionado em suas margens; um terceiro grupo subiu o rio, de modo a isolar o exército em Ferghana; por fim, Gêngis e o corpo principal de suas tropas dirigiram-se para Bucara, aonde chegaram em fevereiro de 1220. Os civis quase de imediato abriram-lhe os portões da cidade. Os turcos da cidadela resistiram alguns dias, sendo em seguida massacrados até o último homem, junto com os imãs muçulmanos que os haviam encorajado a resistir. De Bucara, Gêngis passou a Samarcanda, enquanto o Xá Mohammed, não podendo confiar em seus soldados, retirou-se para sua capital, Urgenj, no Oxo, perto de Khiva. Em Samarcanda — onde os filhos de Gêngis, que haviam capturado Otrur, foram ao seu encontro —, a guarnição turca rendeu-se sem hesitar, na esperança de ser incorporada ao exército do conquistador. Este, no entanto, desconfiando de soldados tão indignos, condenou todos à morte. Alguns civis ainda tentaram organizar uma resistência, mas em vão, e também foram eliminados. Em seguida, Gêngis enviou seus filhos para bloquear Urgenj. Lá, a defesa foi mais formidável, e desentendimentos entre os herdeiros do cã retardaram sua captura por alguns meses. Nesse ínterim, o Xá Mohammed fugiu para Curasão, perseguido por uma tropa encabeçada pelos generais que de mais confiança gozavam junto a Gêngis, Subotai e Jebe. Ele escapou de seus perseguidores, mas acabaria morrendo, combalido e abandonado, em dezembro de 1220, numa ilhota no Mar Cáspio.

O filho de Mohammed, Jelal ad-Din, ofereceu mais resistência. Ele se juntou ao exército Khwarism em Ferghana, de onde se retirou para o Afeganistão; em Parvan, ao norte do Hindu Kush, impingiu severa derrota ao exército mongol enviado para suprimi-lo. Gêngis, por sua vez, atravessara o Oxo, passando por Balkh — que se rendeu e foi poupada — e alcançando Bamian, no Hindu Kush central. A fortaleza resistiu-lhe; durante o cerco, seu neto

predileto, Mutugen, foi morto. Quando, pois, a cidade foi tomada de assalto, não se deixou nela uma só criatura viva. Enquanto isso, seu filho Tului e seu genro Toghutshar estavam em campanha a oeste, capturando Merv, de cuja população masculina somente quatrocentos artesãos treinados foram poupados, e Nishapur, onde Toghutshar pereceu e que sofreu destino rigorosamente idêntico. A viúva de Toghutshar presidiu pessoalmente o massacre. Os artesãos das duas cidades foram enviados para a Mongólia. No outono de 1221, Gêngis penetrou no Afeganistão a fim de atacar Jelal ad-Din, alcançando-o às margens do Indo. Numa batalha desesperada, em 24 de novembro, o exército de Khwarism foi aniquilado. O próprio Jelal ad-Din fugiu pelo rio e refugiou-se junto ao Rei de Delhi. Seus filhos caíram nas mãos do vencedor e foram massacrados.

Gêngis passou cerca de um ano no Afeganistão. A imensa cidade de Herat, que a princípio submetera-se humildemente aos mongóis, revoltara-se após a vitória de Jelal ad-Din em Parvan. Foi assediada por vários meses por um exército mongol; ao cair, em junho de 1222, toda a sua população — que chegava a centenas de milhares — foi condenada à morte. A carnificina estendeu-se por uma semana. As cidades e terras arrasadas foram confiadas a administradores mongóis, apoiados por tropas em quantidade suficiente para manter os assustados habitantes em ordem. Gêngis voltou então para a Transoxiana, que se encontrava menos desolada. Lá, instalou um governador Khwarism, Mas'ud Yalawach, com conselheiros mongóis para vigiá-lo e controlá-lo. O pai de Mas'ud, Mahmud Yalawach, foi enviado para o leste para governar Pequim, um método honroso de assegurar com mais firmeza a lealdade de Mas'ud. Gêngis cruzou novamente o Jaxartes na primavera de 1223, atravessando lentamente de volta as estepes; atingiu o Irtysh no verão de 1224 e chegou em casa, no Rio Tula, na primavera seguinte.[1]

As fantásticas conquistas de Gêngis Khan não passaram despercebidas aos cristãos na Síria. Sabia-se que ele estava atacando o âmago do poder islâmico na Ásia Central; e os nestorianos, cujas igrejas espalhavam-se por toda a Ásia, eram testemunhas de que ele não estava indisposto com relação aos cristãos. O cã era adepto do xamanismo, mas gostava de consultar sacerdotes cristãos e muçulmanos, com preferência pelos primeiros. Seus filhos eram casados com princesas cristãs, keraits,

1 Browne, *Literary History of Persia*, II, pp. 426-40; Grousset, *L' Empire Mongol*, pp. 31-46; Bretschneider, *op. cit.* I, pp. 276-94; *Yüan Ch'ao*, pp. 105-8 (um relato breve); Rashid ad-Din (trad. Berezin), II, pp. 42-85.

que exerciam considerável influência em sua corte. É muito possível que ele se aliasse à cristandade.[1]

Tais esperanças viram-se um tanto ou quanto abaladas no decorrer do ano de 1221. O exército enviado por Gêngis, sob o comando de Subotai e Jebe, para capturar o Xá Mohammed fracassou em seu propósito imediato. O xá escapou-lhes e retornou para o Cáspio; os generais mongóis, contudo, prosseguiram para o oeste. No verão de 1220, capturaram e pilharam Reiy, perto da moderna Teerã, mas pouparam a maioria dos habitantes; em seguida, tomaram Qum, massacrando toda a população. Destino similar coube a Kasvin e Zenjan, mas Hamadan submeteu-se a tempo e escapou de pagar um resgate exorbitante. O Emir do Azerbaijão pagou para evitar o ataque a Tabriz, e os mongóis passaram direto, em fevereiro de 1221, para atacar a Geórgia. O Rei Jorge IV, filho da Rainha Tamar, liderou a oposição da cavalaria geórgica ao seu avanço, sendo derrotado em Khwuni, ao sul de Tiflis. Foi uma derrocada da qual o exército georgiano nunca se recuperaria de todo. No entanto, os conquistadores retornaram para o sul. Hamadan revoltara-se e precisava ser punida — e, a caminho de saquear e destruir a cidade, só pararam para pilhar Maragha, no Azerbaijão. A tropa mongol passou o resto do ano no noroeste da Pérsia. No início de 1222, os invasores voltaram mais uma vez para o norte, onde, depois de devastar as províncias do leste da Geórgia e bater as forças enviadas para contê-los, seguiram pela costa caspiana, passando pelo Passo Cáspio, rumo ao território dos kipchaks, entre o Volga e o Don. Estes costuraram às pressas uma aliança com as tribos do norte do Cáucaso, os alanos e os lesghians; todavia, quando Subotai e Jebe ofereceram-lhes uma parte do butim, abstiveram-se de intervir enquanto os mongóis esmagavam os caucasianos. Como era de se esperar, os mongóis em seguida voltaram-se contra eles. Na esperança de salvar-se, os kipchaks então compraram o socorro russo; em 31 de maio de 1222, porém, um grande exército russo, liderado pelos príncipes de Kiev, Galich, Chernigov e Smolensk, foi arrasado às margens do Rio Kalka, perto do Mar de Azov. Os generais mongóis não deram prosseguimento à vitória; penetraram na Criméia e pilharam o entreposto comercial genovês de Soldaia, precipitando-se em seguida para o leste e parando apenas para desbaratar um exército dos búlgaros kama e devastar seu país. Reuniram-se a Gêngis Khan junto ao Rio Jaxartes, no princípio de 1223.

---

1 *Regesta Honorii Papae III*, nº 1478, I, p. 565. Sua carta, datada de 20 de junho de 1221, menciona forças provenientes do Extremo Oriente para resgatar a Terra Santa. Para obter informações sobre a religião de Gêngis, ver Martin, *op. cit.* pp. 310-11, 316-17.

As vítimas ocidentais desse amplo assalto preferiam considerá-lo um fenômeno isolado — um medonho cataclismo que não se repetiria. Gêngis, contudo, estava encantado com seus generais. Eles não só haviam levado a cabo um inestimável reconhecimento de terreno, descobrindo que não havia na Ásia Ocidental um exército capaz de fazer-lhes frente, como também haviam de tal modo aterrorizado as nações da região com sua impiedade que, quando chegasse o momento de uma invasão real, ninguém se atreveria a opor-lhes resistência.[1]

Quando Gêngis Khan morreu, em 1227, seus domínios estendiam-se da Coréia à Pérsia e do Oceano Índico às planícies congeladas da Sibéria. Nenhum outro indivíduo jamais criou tão vasto império. É impossível explicar seu êxito mediante uma teoria qualquer de que os mongóis eram movidos por uma urgência econômica de expansão; tudo o que se pode dizer é que constituíram um instrumento adequado para um líder expansionista. Gêngis foi o arquiteto de seu destino. Ele mesmo, no entanto, permanece envolto em mistério. Em termos físicos, era descrito como um sujeito alto e vigoroso, com olhos de gato. Por certo, sua resistência física era grande. É igualmente certo que sua personalidade causava profunda impressão em todos os que com ele travavam contato. Sua habilidade como organizador era soberba, e ele sabia tanto escolher homens como lidar com eles. Tinha um genuíno respeito pelo conhecimento e mostrava-se sempre disposto a poupar a vida de um erudito; infelizmente, poucas de suas vítimas tinham tempo de provar sua instrução. Gêngis apropriou-se do alfabeto uigur para os mongóis e fundou a literatura de seu povo. Na esfera religiosa, era tolerante e pronto a ajudar qualquer seita que não se lhe opusesse politicamente. Insistiu num governo justo e ordeiro; os bandoleiros foram varridos das estradas, introduziu-se um serviço postal e, sob seu patrocínio, o comércio floresceu e grandes caravanas atravessavam todos os anos a vastidão asiática. Não obstante, era absolutamente implacável. Não nutria a menor consideração pela vida humana, nem qualquer simpatia pelo sofrimento das pessoas. Milhões de citadinos inocentes pereceram no decorrer de suas guerras; milhões de camponeses inocentes viram seus campos e pomares reduzidos a pó. Seu império erguia-se sobre a miséria humana.[2]

A morte do grande conquistador proporcionou uma pausa para o mundo externo. Quase dois anos se passaram até que a sucessão de seu

---

1 Bretschneider, *op. cit.* I, pp. 294-9. Os relatos russos da campanha são bastante confusos. Ver Karamzin, *História do Império Russo* (em russo), III, p. 545; Vemadsky, *Kievan Russia*, pp. 236-9. A *Crônica de Novgorod* (ed. Nasonov), p. 63, comenta que só Deus sabia de onde vinham os tártaros ou para onde iam.

2 Há uma boa síntese do caráter de Gêngis em Martin, *op. cit.* pp. 1-10.

império estivesse decidida. De acordo com os costumes mongóis, o primogênito e seus descendentes tinham o direito de herdar o império, mas cabia ao caçula o direito de reter o torrão natal e o dever de convocar a assembléia que confirmaria a sucessão. Gêngis violara a tradição ao nomear seu terceiro filho, Ogodai, legatário do poder supremo — ignorando seu filho mais velho, Judji, cuja legitimidade era objeto de dúvidas e cujo histórico militar e administrativo era insatisfatório. Seu segundo filho, Chagatai, era um soldado brilhante, mas demasiado exaltado e impulsivo para constituir-se num bom governante. Ogodai, apesar de menos espetacular em seus dotes, possuía, no entender de Gêngis, a paciência e tato necessários para lidar com seus irmãos e vassalos. O mais novo, Tului, era talvez o mais competente dos irmãos; contudo, prejudicava-o seu excessivo amor à boa vida. Como príncipe responsável pela convocação da kuriltai, Tului era uma peça-chave na decisão do processo sucessório, e persuadiu os chefes do clã a atender aos desejos de Gêngis. Ogodai tornou-se o cã supremo, e seus parentes foram brindados com generosos apanágios. Os irmãos de Gêngis assumiram as províncias orientais, nos arredores do Rio Amur e na Manchúria. Tului ficou com as "terras da família" junto ao Anon. O patrimônio pessoal de Ogodai era o velho território kerait e naiman. Chagatai herdou os antigos reinos dos uigures e dos kara-khitais. Judji já havia morrido, mas seus filhos (Batu, Orda, Berke e Shiban) receberam as províncias ocidentais, até o Volga. Todavia, embora se concedessem aos príncipes direitos autocráticos sobre seus súditos, eles deveriam obedecer à legislação imperial dos mongóis e aceitar as decisões do governo do cã supremo, estabelecido por Ogodai em Karakoram. A unidade do império mongol não foi prejudicada.[1]

Quando Gêngis Khan e seus soldados retornaram para a Mongólia, Jelal ad-Din, de Khwarism, deixou seu exílio na Índia e reuniu os consideráveis resquícios das tropas de seu pai. Foi saudado na Pérsia como um libertador do jugo mongol. Em 1225, dominava o planalto persa e o Azerbaijão, e em 1226 já era suserano de Bagdá. Seu reino, na medida em que representava uma ameaça para os aiubitas, era um útil elemento na política dos francos da Síria; entretanto, os cristãos mais ao norte descobriram nele um vizinho ainda pior que os mongóis. Em 1225, Jelal ad-Din invadiu a Geórgia. A soberana geórgica, Russudan, irmã de Jorge IV (uma rainha solteira, mas não virgem), enviou um exército para confrontá-lo. A fina flor da cavalaria georgiana, porém, caíra quatro anos antes, em Khunani. Suas tropas foram facilmente batidas em Garnhi, na fronteira sul de seu país. Enquanto a própria

1 Ver Grousset, *L'Empire Mongol*, pp. 284-91.

rainha fugia para Kutais, Jelal ad-Din ocupava e saqueava sua capital, Tiflis, e anexava todo o vale do Rio Kur. A tentativa dos georgianos de reaver suas províncias perdidas em 1228 terminou em desastre. O reino da Geórgia foi reduzido às suas terras junto ao Mar Negro, perdendo sua utilidade como posição avançada da cristandade a nordeste e como potência capaz de desafiar o domínio muçulmano da Ásia Menor.[1]

Não demoraria muito para que os mongóis voltassem ao Ocidente. Foi preciso antes suprimir uma revolta jin no norte da China; ainda assim, no começo de 1231 uma gigantesca hoste mongol, comandada pelo General Chormaqan, alcançou a Pérsia. As lembranças da invasão mongólica anterior foram-lhe de profunda valia. Em sua marcha de Curasão para o Azerbaijão, não houve resistência. Jelal ad-Din fugiu, ocultando-se na obscuridade do Curdistão. Seus soldados turcos seguiram-no em sua fuga e reagruparam-se em Jeziré — fora do alcance, por ora, das hordas mongóis; a partir de então, passaram a vender seus serviços para facções aiubitas antagônicas, até sua destruição definitiva perto de Homs, em 1246. Chormaqan anexou todo o norte da Pérsia e o Azerbaijão ao império mongol, e governou a província, entre 1231 e 1241, a partir de um acampamento em Mughan, próximo ao Mar Cáspio. Em 1236, invadiu a Geórgia. A Rainha Russudan voltara a ocupar Tiflis após a queda de Jelal ad-Din, mas de novo fugiu para Kutais, e os mongóis tomaram a Geórgia Oriental. Os georgianos, uma vez encerradas as atrocidades da conquista, preferiam-nos certamente ao governo Khwarism, tendo em vista a eficiência de sua administração. Em 1243, a própria rainha tornou-se sua vassala, com a condição de que todo o reino geórgico fosse transmitido ao seu filho, que o governaria sob a suserania mongol.[2]

A situação dos cristãos do norte era bem menos afortunada. Na primavera de 1236, um gigantesco exército mongol reuniu-se a norte do Mar de Aral, sob o comando de Batu, filho de Judji, cujo apanágio compreendia aquelas estepes. Com ele estavam seus irmãos e quatro de seus primos — Guyuk e Qadan, filhos de Ogodai; Baidar, filho de Chagatai; e Mongka, filho de Tului. O idoso general Suboai foi enviado como chefe do estado-maior. Depois de suprimir as tribos turcas do Volga, a tropa mongol penetrou em território russo no outono de 1237. Riazan foi tomada de assalto em 21 de dezembro; seu príncipe e todos os cidadãos foram massacrados. Kolomna caiu alguns dias depois, e no começo do novo ano os mongóis atacaram a

1 Ver a biografia de Jelal ad-Din por an-Nasair, sua secretária (ed. Houdas), *passim;* Browne, *op. cit.* II, pp. 447-50. Ver d'Ohsson, *Histoire des Mongols*, I, pp. 255-9, 306. Para mais informações sobre o colapso da Geórgia, ver a *Crônica Geórgica* (ed. Brosset), I, pp. 324-31.

2 Browne, *op. cit.* II, pp. 449-50; d'Ohsson, III, pp. 65-6; *Crônica Geórgica*, I, p. 343.

grande cidade de Vladimir. Esta resistiu por apenas seis dias, e sua queda, em 8 de fevereiro de 1238, foi marcada por nova carnificina. Suzdal foi saqueada por volta da mesma época, seguindo-se a captura e destruição das cidades secundárias da Rússia central — Moscou, Yuriev, Galich, Pereslav, Rostov e Yaroslavl. Em 4 de março, o Grão-príncipe Yuri de Vladimir foi derrotado e morto às margens do Rio Sitti. Tver e Torzhok caíram logo após a batalha, e os conquistadores avançaram sobre as colinas Valdai, rumo a Novgorod. Felizmente para a cidade, as chuvas da primavera inundaram os brejos que a circundavam e Batu retirou-se. Dedicou o resto do ano à eliminação dos últimos focos de resistência dos kipchaks, enquanto seu primo Mongka conquistava os alanos e as tribos do norte do Cáucaso, empreendendo em seguida uma investida de reconhecimento até Kiev.

No outono de 1240, Batu avançou com o corpo principal do exército mongol sobre a Ucrânia. Chernigov e Pereislavl foram saqueadas e Kiev, ao cabo de uma valente defesa, foi tomada de assalto em 6 de dezembro. Muitos de seus maiores tesouros foram destruídos, e a maioria de sua população, morta — conquanto o comandante da guarnição, Dmitri, fosse poupado por sua coragem, que despertou a admiração de Batu. De Kiev, uma parte do exército, encabeçada por Baidar, filho de Chagatai, seguiu para a Polônia, ao norte, pilhando Sandomir e Cracóvia. O monarca polonês apelou para os Cavaleiros Teutônicos instalados na costa báltica; no entanto, suas forças reunidas, sob o Duque Henrique da Silésia, foram desbaratadas depois de uma feroz batalha em Wahlstadt, perto de Liegnitz, em 9 de abril de 1241. Não obstante, Baidar não se arriscou a avançar mais para o oeste. Após devastar a Silésia, virou para o sul, atravessando a Morávia até a Hungria.

Nesse ínterim, Batu e Subotai haviam passado para a Galícia, levando como abre-alas uma horda de fugitivos aterrorizados de todas as nações das estepes. Em fevereiro de 1241, transpuseram os Cárpatos, adentrando a planície húngara. O Rei Bela saiu com seu exército para arrostá-los, sofrendo uma derrota fragorosa em 11 de abril na ponte de Mohi, sobre o Rio Sajo. Os mongóis derramaram-se pela Hungria, invadiram a Croácia e alcançaram as margens do Adriático. O próprio Batu permaneceu alguns meses na Hungria, que ao que parece desejava anexar ao império mongol; entretanto, em 1242 chegaram-lhe mensageiros com a notícia de que o Grande Cã Ogodai falecera em Karakoram, em 11 de dezembro de 1241.[1]

---

1 Bretschneider, *op. cit.* I, pp. 308-34, a partir de fontes orientais. *Crônica de Novgorod*, pp. 74-6, 285-8. Para um relato completo, ver Strakosch-Grossman, *Der Einfall der Mongolen in Mitteleuropa in den Jahren 1241 und 1242*, e também Sacerdoteanu, *Marea Invazie Tatara si Sud-estul European.*

Batu não podia dar-se ao luxo de permanecer longe da Mongólia enquanto se decidia a sucessão. Durante a campanha russa, ele tivera um grave desentendimento com seus primos Guyuk, filho de Ogodai, e Buri, neto de Chagatai. Ambos se haviam retirado furiosos para casa. Ogodai apoiara Batu contra o próprio filho, a quem condenou em desgraça ao exílio. Guyuk, porém, como primogênito do cã, ainda era poderoso. Ogodai designou para sucedê-lo seu neto, Shiremon — cujo pai, Kuchu, morrera lutando contra os chineses. Shiremon, todavia, era jovem e inexperiente. A viúva de Ogodai, Toragina, princesa de origem naimana, assumiu a regência, determinada a garantir a ascensão de Guyuk ao trono. Convocou uma kuriltai, mas, embora sua autoridade fosse reconhecida até que se indicasse um novo Grande Cã, ela levou cinco anos para persuadir os príncipes da família e os chefes dos clãs a aceitar Guyuk. Durante esse período, foi ela que administrou o governo. Mostrou-se enérgica, mas avarenta. Apesar de cristã de nascimento, elegeu seu favorito um muçulmano, Abd ar-Rahman, a quem as más línguas acusavam de haver apressado a morte de Ogodai. A corrupção e ganância deste granjearam-lhe a antipatia geral; ninguém, não obstante, possuía poder suficiente para depor a regência.[1]

Enquanto a sucessão não fosse definida, Batu não poderia entregar-se a aventuras no Ocidente. Manteve guarnições na Rússia, mas a Europa Central, por ora, foi deixada em paz. Só na Ásia Ocidental, onde a regente nomeou governador um competente e ativo general de nome Baichu, o avanço mongol prosseguiu.

No final de 1242, Baichu invadiu as terras do sultão seljúcida, Kaikhosrau, que no momento encontrava-se em Jeziré, tentando anexar terras que haviam ficado sem dono após o colapso de Jelal ad-Din. Erzerum caiu nas mãos mongóis no começo da primavera. Em 26 de junho de 1243, o exército do sultão foi desbaratado em Sadagh, perto de Erzinjan, e Baichu investiu contra Caesaréia-Mazacha. Kaikhosrau apresentou então sua submissão e aceitou a suserania mongol. Seu vizinho, o Rei Hethoum, o Armênio, apressou-se em seguir-lhe o exemplo.[2]

Talvez se pudesse esperar que os príncipes da cristandade ocidental planejassem alguma ação conjunta contra tão terrível ameaça. Já em 1232, quando Chormaqan arrasou o poder Khwarism na Pérsia, a Ordem Assassina — cujo quartel-general em Alamute, nas montanhas persas, ficou

1 Sobre a regência de Toragina, Grousset, *op. cit.* pp. 303-6. Ver Bar-Hebraeus (trad. Budge), pp. 410-11.

2 Ibn Bibi (ed. Houtsma), IV, pp. 234-47; Bar-Hebraeus (trad. Budge), pp. 406-9; Vincent de Beauvais, *Speculum Historiale* (ed. Douai), XXX, pp. 147, 150. Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 694-6.

ameaçado — havia enviado emissários para a Europa a fim de alertar os cristãos e pedir socorro.[1] Em 1241, quando a Europa Central parecia condenada, o Papa Gregório IX instou a formação de uma grande aliança para salvá-la. No entanto, o Imperador Frederico, inteiramente absorto na conquista dos Estados Pontifícios na Itália, recusou-se a desviar sua atenção. Ordenou que seu filho Conrado, como governante da Alemanha, mobilizasse o exército germânico, e pediu ajuda aos reis da França e da Inglaterra.[2] Quando, no ano seguinte, os mongóis retiraram-se para a Rússia, a cristandade ocidental voltou às suas ilusões. A lenda do Preste João disseminou uma crença quase apocalíptica de que a salvação viria do Oriente, deixando marcas profundas. Ninguém parou para refletir que, se Wang-Khan, o Kerait, fora de fato o misterioso Johannes, seu destruidor dificilmente preencheria o mesmo papel. Todos preferiam lembrar-se de que os mongóis haviam combatido os muçulmanos e havia princesas cristãs casadas com membros da família imperial. O Grande Cã dos mongóis podia até não ser, ele mesmo, um cristão; podia não ser o verdadeiro Preste João; não obstante, presumia-se, esperançosamente, que ele se revelaria ávido por defender a ideologia cristã contra as forças do Islã. A presença, no cenário do Oriente, de tão poderoso aliado em potencial, fez com que o momento parecesse propício para uma nova cruzada — e havia um cruzado disposto bem à mão.[3]

---

1 Ver Pelliot, "Les Mongols et la Papauté", *in Revue de l'Orient Chrétien*, vol. XXIII, pp. 238 ss.
2 *Historia Diplomatica Friderici Secundi*, V, pp. 360-841, 921-85 (uma série de cartas sobre a ameaça tártara).
3 Pelliot, *loc. cit.*; Marinescu, "Le Prêtre Jean" *in Bulletin de la Section Historique de l'Académie Roumaine*, vol. X *passim*; Langlois, *La Vie en France au Moyen Age*, vol. III, pp. 44-56.

Capítulo 11

São Luís

"Não aproveita ao homem estar em boas graças com Deus." JÓ 34, 9

Em dezembro de 1244, Luís IX, Rei da França, caiu gravemente enfermo, com uma infecção de malária. À beira da morte, jurou que, caso se recuperasse, partiria numa cruzada. Sua vida foi poupada, e, assim que a saúde lhe permitiu, iniciou seus preparativos. O monarca, então com trinta anos, era um homem alto e de constituição esguia, loiro e pálido, que sofria de erisipelas e anemias permanentes; nunca, no entanto, faltou vigor ao seu caráter. Poucos seres humanos jamais manifestaram tão consciente e sincera virtude. Como rei, sentia-se responsável perante Deus pelo bem-estar de seu povo — e não permitia que nenhum prelado, nem sequer o próprio papa, se colocasse entre ele e seu dever. Era sua função promover um governo justo. Embora não fosse nenhum inovador e observasse escrupulosamente os direitos feudais de seus vassalos, esperava que estes desempenhassem seu papel; se fracassassem, tinham seus poderes restringidos. Tamanha dedicação granjeou-lhe a admiração mesmo de seus inimigos — a qual se acentuava diante de sua piedade pessoal, sua humildade e espetacular inteireza. Seus parâmetros de honra eram elevados, e ele jamais faltou com a palavra empenhada. Com os malfeitores, era implacável; em suas relações com hereges e infiéis, era duro — e até cruel. Os que privavam de sua intimidade achavam sua conversação cheia de charme e de um humor delicado; entretanto, ele mantinha distância de seus ministros e vassalos, e, com os próprios filhos, era um senhor autocrático. Sua rainha, Margarida da Provença, fora uma jovem alegre e altiva, mas acabara dominada por ele, assumindo uma conduta mais adequada à esposa de um santo.[1]

Naquela época, em que a virtude era tão admirada e tão raramente praticada, o Rei Luís elevava-se muito acima dos demais potentados. Era natural que ele desejasse partir numa cruzada, e sua adesão efetiva ao movi-

1 O caráter de Luís é descrito com muita clareza em suas biografias escritas por Joinville, Guilherme de Nangis e Guilherme de Saint-Pathus, confessor da Rainha Margarida. Esta última foi escrita com o objetivo de fornecer evidências que justificassem sua canonização.

mento foi saudada com júbilo. Havia uma desesperada necessidade de uma cruzada. Em 27 de novembro de 1244, logo após o desastre em Gaza, Galeran, Bispo de Beirute, embarcou em Acre para avisar os príncipes do Ocidente, em nome do Patriarca Roberto de Jerusalém, que era preciso enviar reforços para evitar que o reino inteiro soçobrasse. Em junho de 1245, o Papa Inocêncio IV, expulso da Itália pelas forças do imperador, realizou um concílio na cidade imperial de Lião, a fim de discutir como refrear Frederico. Foi lá que o Bispo Galeran encontrou-o, junto com Alberto, Patriarca de Antióquia. Inocêncio, apesar de um pouco ofendido por Luís — que se recusara escrupulosamente a compactuar com todas as suas iniciativas contra o imperador —, ao ouvir o sombrio relato de Galeran sobre o Oriente de bom grado confirmou os votos cruzados do rei, e enviou Odo, Cardeal-bispo de Frascati, para pregar a cruzada por toda a França.[1]

Os preparativos do rei estenderam-se por três anos. Coletaram-se impostos extraordinários para financiar a expedição — e o clero, para seu furor, não ficou isento da cobrança. Era preciso organizar o governo do país, e mais uma vez confiou-se a regência à Rainha-mãe Branca, cuja competência como governante fora comprovada durante a tempestuosa menoridade do filho. Havia problemas externos a resolver. Era preciso persuadir o Rei da Inglaterra a manter a paz.[2] As relações com o Imperador Frederico eram particularmente delicadas. Luís conquistara a gratidão de Frederico graças à sua estrita neutralidade na contenda entre o pontificado e o império; não obstante, em 1247 não tivera escolha senão ameaçar intervenção quando Frederico propôs aos seus aliados um ataque à pessoa do papa, em Lião. Ademais, Frederico era o pai do monarca legítimo de Jerusalém; sem a permissão do Rei Conrado, Luís não teria o direito de entrar no seu país. Ao que parece, emissários franceses mantinham Frederico plenamente informado acerca da cruzada — e Frederico, ao mesmo tempo que expressava sua simpatia, transmitia todas as informações para a corte egípcia. Depois, era preciso encontrar navios que transportassem a cruzada para o Oriente. Ao cabo de algumas negociações, Gênova e Marselha concordaram em fornecer o que fosse necessário. Os venezianos, já aborrecidos com um esquema que talvez interrompesse seu bom intercâmbio com o Egito, ficaram ainda mais hostis.[3]

---

1 Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles*, V, 2, pp. 1635, 1651-3, 1655-61; *MS. de Rothelin*, pp. 566-7; Joinville, ed. Wailly, p. 37; Guilherme de Saint-Pathus, pp. 21-2, Guilherme de Nangis, *R.H.F.* vol. XX, p. 352.

2 Joinville, pp. 41-2; Guilherme de Nangis, *loc. cit.*; Powicke, *King Henry III and the Lord Edward*, I, p. 239.

3 Hefele-Leclercq, *op. cit.* V, 2, pp. 1681-3. Al-Aïni, p. 201, informa que Frederico alertou o sultão.

Por fim, em 12 de agosto de 1248, o Rei Luís deixou Paris e, no dia 25, zarpou à vela em Aigues-Mortes, com destino a Chipre. Com ele iam a rainha e dois irmãos seus — Roberto, Conde de Artois, e Carlos, Conde d'Anjou. Acompanhavam-no seus primos Hugo, Duque da Burgúndia, e Pedro, Conde da Bretanha — ambos cruzados em 1239; Hugo X de Lusignan, Conde de La Marche (padrasto do Rei Henrique III, que em sua juventude participara da Quinta Cruzada); Guilherme de Dampierre, Conde de Flandres; Guy III, Conde de Saint Pol (cujo pai tomara parte na Terceira e Quinta Cruzadas); João, Conde de Sarrebruck, e seu primo João de Joinville, Senescal de Champanhe (o historiador); além de muitos outros de menor importância. Alguns deles embarcaram em Aigues-Mortes, outros em Marselha. Joinville e seu primo, com nove cavaleiros cada um, fretaram um barco de menor porte.[1]

Um destacamento britânico sob Guilherme, Conde de Salisbury, neto de Henrique II e da Bela Rosamunda,[2] seguia logo atrás. Outros nobres ingleses haviam planejado ingressar na cruzada, mas Henrique III não pretendia abrir mão de seus serviços e conseguiu que o papa lhes interditasse a partida. Da Escócia vinha Patrício, Conde de Dunbar, que faleceu na viagem para Marselha.[3]

A esquadra real chegou a Limassol em 17 de setembro, e o rei e a rainha desembarcaram na manhã seguinte. No decorrer dos dias seguintes, as tropas da cruzada reuniram-se em Chipre. Além dos barões franceses, vieram de Acre o Grão-mestre interino do Hospital, João de Ronay, e o Grão-mestre do Templo, bem como muitos dos nobres sírios. O Rei Henrique de Chipre recebeu-os com cordial hospitalidade.[4]

Ao discutirem o plano da campanha, todos concordaram em que o Egito deveria ser o objetivo. Era a mais rica e vulnerável província do império aiubita, e eles se lembravam de como, durante a Quinta Cruzada, o sultão se dispusera a trocar a própria Jerusalém por Damieta. Uma vez tomada a decisão, Luís quis dar início imediatamente às operações, mas foi dissuadido pelos grão-mestres e pelos barões sírios. As tempestades de inverno logo começariam, e seria perigosa a abordagem da costa do delta, com seus trai-

1 Joinville, pp. 39-40, 43-6; Matthew Paris, V, pp. 23-5.

2 A jovem Rosamunda, alcunhada "Bela Rosamunda" ("Fair Rosamond"), teria sido amante, durante muitos anos, de Henrique II da Inglaterra. (N.T.)

3 Matthew Paris, IV, pp. 628-9, V, pp. 41, 76. Vários cruzados ingleses foram liberados de seus votos mediante um pagamento em dinheiro (*ibid.* V, pp. 73-4). Simão de Montfort desejava ir, mas foi retido por Henrique III. Ver Powicke, *op. cit.* I, p. 214. Esperava-se que o Rei Haakon da Noruega levasse seu contingente (Matthew Paris, IV, pp. 650-2). A morte de Patrício de Dunbar é citada na *Estoire d'Eracles*, II, p. 436.

4 Joinville, pp. 46-7; *Gestes des Chiprois*, p. 147.

çoeiros bancos de areia e portos escassos. Ademais, esperavam convencer o monarca a intervir nas querelas familiares aiubitas. No verão de 1248, o senhor de Alepo, an-Nasir Yusuf, havia expulsado de Homs seu primo, al-Ashraf Musa, e o príncipe deposto apelou para o Sultão Ayub, que acorreu do Egito e enviou um exército para recuperar Homs. Os templários já haviam encetado negociações com o sultão, sugerindo que concessões territoriais lhe granjeariam auxílio franco. O Rei Luís, entretanto, não queria nem ouvir falar de tal esquema. Tal como os cruzados visitantes do século anterior, ele viera para dar combate aos infiéis, não para entregar-se a atividades diplomáticas — e ordenou que os templários interrompessem as negociações.[1]

Os escrúpulos que o impediram de entrar em acordo com qualquer muçulmano, porém, não se aplicavam aos pagãos mongóis. Havia um bom precedente. Em 1245, o Papa Inocêncio IV complementara seus esforços por salvar a cristandade do Oriente Próximo enviando duas embaixadas à Mongólia, para a corte do Grande Cã. Uma, liderada pelo franciscano João de Pian del Carpine, deixou Lião naquele mês de abril e, depois de quinze meses de viagem através da Rússia e das estepes da Ásia Central, alcançou o acampamento imperial em Sira Ordu, perto de Karakoram, em agosto de 1246, a tempo de testemunhar a *kuriltay* que elegeu Guyuk para o poder supremo. Este, que contava com vários nestorianos entre seus conselheiros, recebeu o emissário pontifício com gentileza; contudo, ao ler a carta em que o papa exigia que ele aceitasse o cristianismo, redigiu uma resposta demandando que o pontífice lhe reconhecesse a suserania e comparecesse à sua presença, acompanhado de todos os príncipes ocidentais, a fim de prestar-lhe homenagem. João de Pian del Carpine, ao voltar para a Cúria Papal, no fim de 1247, forneceu a Inocêncio, além da carta tão desanimadora, um minucioso relatório em que demonstrou que o objetivo dos mongóis era a mera conquista.[2] Todavia, Inocêncio nem assim permitiu que suas ilusões fossem inteiramente esmagadas. Sua segunda embaixada, sob o dominicano Ascelino da Lombardia, partira logo em seguida e atravessara a Síria, encontrando o general mongol Baichu em Tabriz em maio de 1247. Baichu, a quem Ascelino considerou pessoalmente repulsivo e desagradável, mostrou-se disposto a discutir a possibilidade de uma aliança contra os aiubitas. Planejava um ataque a Bagdá, e ser-lhe-ia conveniente que os muçulmanos sírios fossem distraídos por uma cruzada. Enviou dois emissários, Aibeg e

1 Joinville, pp. 47, 51, 52; Guilherme de Nangis, pp. 367-9; Abu'l Feda, p. 125; Maqrisi, X, pp. 198-9.

2 Ver Pian del Carpine, *Historia Mongolorum* (ed. Pulle), para um relato completo de sua embaixada, esp. pp. 115 ss. A carta de Guyuk é fornecida *ibid.* pp. 115-6.

Serkis — este certamente um nestoriano — de volta para Roma com Ascelino. Embora não tivessem poderes plenipotenciários, as esperanças ocidentais voltaram a aumentar. Permaneceram cerca de um ano com o papa; em novembro de 1248, receberam ordens para irem ter com Baichu, com a queixa de que não havia mais nenhuma novidade com relação à aliança.[1]

Enquanto o Rei Luís estava em Chipre, em dezembro de 1248, dois nestorianos, Marcos e Davi, chegaram a Nicósia, dizendo terem sido enviados por um general mongol, Aljighidai, delegado do Grande Cã em Mosul. Levavam consigo uma carta melíflua, falando da simpatia mongólica pelo cristianismo. Luís ficou encantado e despachou de imediato uma missão de dominicanos encabeçada por André de Longjumeau e seu irmão, que falavam ambos árabe. André, com efeito, fora o principal agente do papa nas recentes negociações com os monofisistas. Levaram consigo uma capela portátil, como um presente adequado para um cã converso, além de relíquias para seu altar e outras ofertas mais mundanas. Partiram de Chipre em janeiro de 1249, com destino ao acampamento de Aljighidai, de onde foram por este remetidos para a Mongólia. Ao chegarem a Karakoram, souberam que Guyuk morrera e sua viúva, Oghul Qaimish, ocupava a regência. Apesar de sua afabilidade para com a missão, ela encarou os presentes do rei como o tributo de um vassalo para um soberano, ao passo que empecilhos dinásticos em sua capital a impediam, mesmo que ela quisesse, de enviar uma grande expedição ao Ocidente. André voltou, três anos mais tarde, sem nada além de uma epístola condescendente em que a regente agradecia ao seu vassalo por suas atenções e solicitava o envio de presentes similares todos os anos. Luís ficou chocado com a resposta, mas ainda assim acalentava esperanças de firmar uma aliança com os mongóis.[2]

A estada da cruzada em Chipre foi dedicada à diplomacia. Quase um ano antes, o Rei Luís enviara agentes para coletar víveres e armamentos para a tropa. A segunda tarefa fora levada a cabo com êxito, mas o comissariado não esperava ter de alimentar tantas bocas por mais de um mês ou dois. Não obstante, só em maio de 1249 foi possível que a expedição partisse à vela contra o Egito. Ao chegar a primavera, Luís solicitou que as colônias mercantes italianas locais lhe fornecessem navios. Os venezianos, que eram contrários à cruzada, não quiseram colaborar. Em março, irrompeu uma guerra entre genoveses e pisanos ao longo do litoral sírio, e os primeiros — os prin-

1 Ver Pelliot, "Les Mongols et la Papauté", *Revue de l'Orient Chrétien*, vol. XXVIII, pp. 112, 131.
2 Pian del Carpine, *op. cit.* pp. 174-95. Não se sabe ao certo se Aljighidai tinha autorização para enviar tal embaixada. Tanto a chegada desta quanto o envio da de Luís são registrados por Joinville, pp. 47-8, e *MS. de Rothelin*, p. 469. Matthew Paris (V, pp. 80, 87) refere-se aos boatos acerca da conversão do monarca tártaro como profundamente alegres ("*jocundissimi*").

cipais aliados de Luís — levaram a pior. João de Ibelin, senhor de Arsuf, conseguiu, ao cabo de cerca de três semanas, induzir as colônias em Acre a assinar uma trégua de três anos. No fim de maio, foi possível reunir os navios necessários para a cruzada.[1] Nesse meio tempo, Luís recebia visitantes e embaixadas em Nicósia. Hethoum da Armênia enviou-lhe ricos presentes; Boemundo de Antióquia pediu e obteve uma companhia de seiscentos arqueiros para proteger seu principado dos bandoleiros turcomanos. A imperatriz latina de Constantinopla, Maria de Brienne, foi ao seu encontro a fim de suplicar-lhe apoio contra o imperador grego de Nicéia. Luís mostrou-se simpático, mas retorquiu-lhe que a cruzada contra os infiéis deveria ter preferência. Por fim, em maio, Guilherme de Villehardouin, Príncipe da Aquéia, chegou com 24 navios e um regimento de francos da Moréia. O Duque da Burgúndia passara o inverno com ele em Esparta e convencera-o a unir forças ao rei. O exército reunido em Chipre estava atingindo proporções formidáveis. No entanto, os prazeres da graciosa ilha abrandaram-lhes o moral, e os estoques de alimentos que deveriam bastar para a campanha egípcia foram quase exauridos.[2]

Em 13 de maio de 1249, uma frota de 120 grandes transportes e diversos vasos menores aguardava em Limassol, e os soldados começaram a embarcar. Infelizmente, uma tempestade alguns dias depois dispersou as naves; quando o próprio rei fez-se à vela, em 30 de maio, apenas um quarto de seu exército o acompanhou. Os demais rumaram de maneira independente para o litoral egípcio. A esquadra real chegou a Damieta em 4 de junho.[3]

O sultão Ayub havia passado o inverno em Damasco, na esperança de que suas tropas concluíssem a conquista de Homs antes que invasões francas tivessem início. A princípio, esperava que Luís desembarcasse na Síria, mas, ao perceber que a investida seria contra o Egito, ergueu o cerco de Homs e correu pessoalmente de volta para o Cairo, ordenando que as tropas sírias o seguissem. Era um homem enfermo, num estágio avançado de tuberculose, e já não podia mais liderar seus homens. Determinou que seu idoso vizir, Fakhr ad-Din (o amigo de Frederico II), assumisse o comando dos soldados que fariam frente ao desembarque franco, e enviou estoques de munição para Damieta, que guarneceu com os homens da tribo de Banū

1 Joinville, pp. 46-7; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 436-7; Matthew Paris, v, p. 70; Guilherme de Nangis, p. 368.
2 Joinville, pp. 48-51; Vincent de Beauvais, pp. 1315 ss.
3 Joinville, pp. 52-3; Guilherme de Nangis, pp. 370-1; *MS. de Rothelin*, p. 589; Abu'l Feda, p. 126, estimando o exército real em 59 mil homens; carta de Guy de Melun em Matthew Paris, V, pp. 155-6.

Kinana, beduínos célebres por sua coragem. Instalou-se então em Ashmun-Tannah, a leste do braço principal do Rio Nilo.[1]

A bordo da nave capitânia real, o *Montjoie*, os conselheiros do monarca imploravam-lhe que aguardasse a chegada do resto de seus transportes antes de tentar o desembarque. Ele, entretanto, recusou-se a incorrer em novo adiamento. Na aurora de 5 de junho, teve início a operação entre os dentes do inimigo, nas areias a oeste da boca do rio. Houve uma batalha encarniçada ainda na beira do mar, mas a destemida disciplina dos soldados franceses, com o rei à sua frente, e a fidalguia dos cavaleiros de Outremer, sob João de Ibelin, Conde de Jafa, forçou os muçulmanos a recuarem, com grandes perdas. Ao cair da noite, Fakhr ad-Din chamou seus homens e retirou-se pela ponte de barcos para Damieta. Deparando-se com a população local em pânico e a guarnição vacilando, decidiu evacuar a cidade. Todos os civis muçulmanos fugiram com ele, seguidos pelos Banii Kinana, que atearam fogo aos bazares, mas desobedeceram às suas ordens de destruírem a ponte de barcos. Na manhã seguinte, os cruzados souberam, pelos cristãos que haviam ficado em suas casas, que Damieta estava indefesa — e marcharam em triunfo pela ponte, adentrando a cidade.[2]

A fácil captura de Damieta deixou os francos perplexos e deliciados. No momento, contudo, não tinham condições de dar-lhe prosseguimento; as inundações do Nilo logo começariam, e Luís, aproveitando a amarga lição da Quinta Cruzada, recusou-se a avançar enquanto as águas não baixassem. Ademais, ele aguardava a chegada, da França, de reforços comandados por seu irmão Afonso, Conde de Poitou. Nesse ínterim, Damieta foi convertida numa cidade franca. Mais uma vez, como em 1219, a Grande Mesquita tornou-se uma catedral, e um bispo foi instalado. Destinaram-se edifícios para as três ordens militares e benefícios financeiros para os principais nobres de Outremer. Genoveses e pisanos foram recompensados por seus serviços com um mercado e uma rua cada, e os venezianos, arrependidos de sua hostilidade, rogaram com sucesso por um dote similar. Os cristãos nativos, monofisistas coptas, foram tratados com escrupulosa justiça pelo Rei Luís, e receberam bem o seu governo. A rainha, que fora enviada para Acre com as demais damas da cruzada quando o exército deixou Chipre, foi convidada a juntar-se ao rei. Luís também acolheu outro distinto — ainda que empobrecido — amigo: Balduíno II, imperador de Constantinopla, a quem conhe-

1 Maqrisi, X, pp. 200-1; Abu'l Feda, p. 126; Al-Aïni, p. 201.

2 Joinville, pp. 53-8; Guilherme de Nangis, p. 371; *MS. de Rothelin* (carta de João Sarrasin), pp. 589-91; *Gestes des Chiprois*, pp. 147-8; Matthew Paris, V, p. 81, VI, pp. 152-4 (carta de Roberto de Artois para a Rainha Branca); VI, pp. 155-62 (carta de Guy de Melun); Maqrisi, XIII, pp. 203-4; Abu'l Feda, p. 126; al-Aïni, pp. 201-23; Abu Shama, II, p. 195.

cera em Paris, onde o imperador o visitara a fim de levantar dinheiro com a venda de relíquias da Paixão que haviam sobrevivido ao saque da capital imperial pelos cruzados. Durante os meses de verão, Damieta foi a capital de Outremer. Para os soldados, porém, a inação no calor úmido do delta provocou uma desmoralização. Os víveres começaram a escassear, e as doenças grassavam no acampamento.[1]

A perda de Damieta havia chocado o mundo islâmico. No entanto, enquanto os francos hesitavam, o sultão moribundo agia. Como seu pai, trinta anos antes, ofereceu-se para comprar Damieta de volta mediante a cessão de Jerusalém. A proposta foi rejeitada; o Rei Luís continuava recusando-se a barganhar com um infiel. Nesse meio-tempo, Ayub puniu os generais responsáveis pela perda da cidade. Os emires do Banū Kinana foram executados, e Fakhr ad-Din caiu em desgraça, junto com os principais comandantes mamelucos. Os mamelucos decidiram então realizar uma revolução palaciana, mas Fakhr ad-Din dissuadiu-os — e sua lealdade restaurou-lhe o favor do sultão. Levaram-se tropas às pressas para Mansurá, cidade cujo nome significa "vitorioso" e que fora erguida pelo sultão al-Kamil no local de seu triunfo sobre a Quinta Cruzada. Ayub foi carregado de liteira para o lugar, a fim de organizar o exército. Guerrilheiros beduínos foram deixados livres pela região, rastejando até os muros de Damieta e matando todos os francos que se extraviassem do lado de fora. Luís foi obrigado a erigir diques e cavar fossos para proteger seu acampamento.[2]

As águas do Nilo cederam no fim de outubro. Por volta da mesma época, em 24 de outubro, o segundo irmão de Luís, Afonso de Poitou, chegou com os reforços da França. Era hora de avançar sobre o Cairo. Pedro da Bretanha, com o apoio dos barões de Outremer, sugeriu então que seria mais prudente atacar Alexandria. Os egípcios seriam surpreendidos com tal movimento. Os cruzados dispunham de navios em número suficiente para cruzar os braços do Nilo; uma vez tomada Alexandria, controlariam todo o litoral mediterrâneo do Egito. O sultão seria forçado a entrar num acordo. Contudo, o irmão do rei, Roberto de Artois, opôs-se com paixão a tal projeto, e o rei tomou seu partido. Em 20 de novembro, os soldados francos deixaram Damieta, to-

1 *MS. de Rothelin*, pp. 592-4; Matthew Paris, VI, pp. 100-1; *ibid.* IV, p. 626 (visita do imperador Balduíno). O relatório de Luís sobre a Igreja de Damieta foi publicado em Baluze, *Collectio Veterum Scriptorum*, IV, pp. 491-5. Os venezianos serviram de intermediários na venda das relíquias.

2 Al-Aïni, pp. 202-6. Hugo de la Marche foi morto no decurso dessas escaramuças (Matthew Paris, V, p. 89).

mando a estrada sul para Mansurá. Uma forte guarnição foi deixada na cidade, com a rainha e o patriarca de Jerusalém.[1]

A fortuna parecia favorecer o Rei Luís, pois o sultão Ayub estava agora em seu leito de morte. Morreu em Mansurá três dias depois, no dia 23. Foi um homem taciturno e solitário, sem uma gota da afabilidade, da liberalidade ou do amor pela erudição característicos da maior parte de sua estirpe. Sua saúde era consistentemente frágil, e é possível que seu sangue sudanês o afastasse conscientemente do resto da família, de imaculada descendência curda. Não obstante, foi um governante capaz, e o último grande membro da grande dinastia aiubita. Seu desaparecimento representou uma ameaça de desastre para o Islã, já que seu único filho, Turanshah, estava longe, atuando como vice-rei em Jeziré. O Egito foi salvo pela sultana viúva, a armênia Shajar ad-Durr. Confiando no eunuco Jamal ad-Din Mohsen, que controlava o palácio, e em Fakhr ad-Din, ela ocultou a morte do marido e forjou um documento com a sua assinatura, nomeando Turanshah seu herdeiro e Fakhr ad-Din generalíssimo e vice-rei durante a enfermidade do sultão. Quando a notícia da morte de Ayub finalmente vazou, a posição da sultana e de Fakhr ad-Din no poder já se consolidara, e Turanshah estava a caminho do Egito. Os francos, todavia, sentiram-se encorajados ao tomarem conhecimento da novidade. A seu ver, o governo, nas mãos de uma mulher e de um general idoso, não tardaria a ruir — e aceleraram sua marcha rumo ao Cairo.[2]

A estrada de Damieta era cortada por uma infinidade de canais e braços do Nilo, dos quais o maior era o Bahr as-Saghir, que se separava do rio logo abaixo de Mansurá e, passando por Ashmun-Tannah, seguia rumo ao Lago Manzaleh, desse modo isolando a assim chamada Ilha de Damieta. Fakhr ad-Din manteve o grosso de suas forças atrás do Bahr as-Saghir, mas enviou cavaleiros para fustigar os francos na travessia de cada canal. Nenhuma dessas escaramuças logrou conter o avanço franco. O Rei Luís prosseguia com lentidão e cautela. Houve uma batalha perto de Fariskur em 7 de dezembro, onde a cavalaria egípcia foi rechaçada e os templários — desafiando as ordens do monarca, insistiram em perseguir os fugitivos para demasiado longe, enfrentando depois uma certa dificuldade em reunir-se aos companheiros. Em 14 de dezembro, o rei chegou a Baramun, e no dia 21 o exército montou acampamento nas margens do Bahr as-Saghir, diante de Mansurá.[3]

---

1 Joinville, pp. 64-5; Matthew Paris, VI, p. 161 (carta de Guy de Melun); *ibid.* V, pp. 105-7, datando erroneamente esses eventos do inverno, em fevereiro, e p. 130; Maqrisi, XIII, p. 215.

2 Maqrisi, XIII, pp. 208-15; Abu'l Feda, p. 127; al-Aïni, p. 207; *MS. de Rothelin*, p. 599; Matthew Paris, V, pp. 107-8.

3 Joinville, pp. 69-70; *MS. de Rothelin*, pp. 597-8; Maqrisi, XIII, pp. 215-16; al-Aïni, p. 207.

Durante seis semanas, os exércitos defrontaram-se, separados pelo largo canal. Uma tentativa da cavalaria egípcia de cruzar para a ilha de Damieta, mais abaixo, e atacar os francos por trás foi repelida, junto do acampamento, por Carlos d'Anjou. Nesse meio-tempo, Luís ordenou a construção de um dique para a transposição do curso d'água; contudo, apesar da construção de galerias cobertas para proteger os trabalhadores, o bombardeio egípcio a partir da outra margem — e sobretudo o uso do fogo grego — foi de tal modo formidável que as obras tiveram de ser abandonadas. No início de fevereiro de 1250, um copta de Salamun chegou ao acampamento do rei e ofereceu-se para revelar, por 500 besantes, a localização de um vau para a passagem do Bahr as-Saghir. Em 8 de fevereiro, no alvorecer, os cruzados fizeram a travessia. O Duque da Burgúndia ficou para trás, com forças consideráveis, para defender o acampamento, enquanto o Rei Luís viajava com o exército ofensivo. Seu irmão, Roberto de Artois, liderava a vanguarda, com os templários e o contingente inglês. Recebeu severas ordens para não atacar o inimigo sem a permissão do rei. A árdua passagem foi levada a bom termo, ainda que tenha sido demorada. Assim que se viu do outro lado do rio com seus homens, o Conde de Artois receou que, se não investisse de imediato contra o inimigo, o elemento surpresa se perderia. Os templários debalde recordaram-lhe as instruções recebidas; todavia, quando ele insistiu em avançar, eles concordaram em acompanhar a carga. Sua ousadia era justificada. O acampamento egípcio, a cerca de três quilômetros de Mansurá, principiava sua faina diária sem de nada desconfiar quando a cavalaria franca irrompeu, retumbante, sobre eles. Muitos dos egípcios foram mortos enquanto corriam para pegar suas armas. Outros refugiaram-se, semivestidos, na segurança de Mansurá. O generalíssimo Fakhr ad-Din acabara de sair do banho e um valete tingia sua barba com *henna* quando o tumulto se fez ouvir. Sem parar para envergar a armadura, ele pulou em seu cavalo e correu para a batalha. Viu-se em meio a alguns cavaleiros templários, que o abateram.

Roberto de Artois era agora senhor do acampamento egípcio. Mais uma vez o grão-mestre do Templo implorou-lhe que esperasse pela chegada do rei e do corpo principal da tropa; Guilherme de Salisbury também aconselhou cuidado. Roberto, porém, estava determinado a capturar Mansurá e arrasar o exército inimigo. Depois de acusar os templários e ingleses de covardia, ele voltou a reunir seus homens e mais uma vez investiu contra os egípcios em fuga; e de novo os templários e Guilherme sentiram-se na obrigação de segui-lo. Apesar da morte de Fakhr ad-Din, os comandantes mamelucos conseguiram restaurar a disciplina de suas tropas, e o mais hábil deles, Rukn ad-Din Baibars, de apelido Bundukdari, "o besteiro", assumiu o controle. Estacionou seus homens em pontos cruciais dentro da própria cidade,

e deixou que a cavalaria franca se precipitasse pelo portão aberto. Quando os cavaleiros franceses, com os templários logo atrás, alcançaram as muralhas da cidadela, os mamelucos lançaram-se sobre eles das ruas laterais. Os cavalos francos não podiam manobrar com facilidade no espaço estreito, e a confusão generalizou-se. Uns poucos cavaleiros escaparam a pé até as margens do Nilo, mas afogaram-se em suas águas. Outros conseguiram escapulir da cidade. Os templários caíram lutando nas ruas; apenas 5 de seus 290 cavaleiros sobreviveram. Roberto de Artois entrincheirou-se com sua guarda pessoal dentro de uma casa, mas os egípcios não tardaram a invadi-la e massacraram a todos. Entre os cavaleiros que pereceram na batalha estavam o Conde de Salisbury e quase todos os seus seguidores ingleses, o Senhor de Coucy e o Conde de Brienne. Pedro da Bretanha, que estava com eles na vanguarda, sofreu um grave ferimento na cabeça. Não obstante, logrou fugir da cidade e correu a avisar o rei.

O exército cruzado estava quase terminando de atravessar o Bahr as-Saghir. Ao ser informado do desastre, Luís imediatamente destacou sua linha de frente para enfrentar uma agressão, e nesse ínterim mandou que seus engenheiros construíssem uma ponte sobre o braço de rio. O regimento de besteiros ficara do outro lado, a fim de cobrir a travessia, se necessário, e o monarca ansiava por sua chegada. Enquanto esperava, os vitoriosos mamelucos irromperam da cidade sem hesitar numa carga contra suas linhas. Luís conteve seus homens com pulso firme, enquanto o inimigo despejava flechas sobre suas tropas; só quando a munição mameluca começou a escassear ordenou o contra-ataque. Sua cavalaria varreu a retaguarda dos sarracenos, mas estes logo retomaram a formação e voltaram a atacar, enquanto destacamentos tentavam estorvar a construção do pontão. O próprio rei quase foi forçado a recuar até o canal, mas outro contra-ataque o salvou. Por fim, quase ao pôr-do-sol, o pontão foi concluído e os arqueiros atravessaram. Sua chegada concedeu a vitória aos cruzados. Os egípcios retornaram para Mansurá, e Luís montou seu acampamento no mesmo local em que haviam acampado na noite anterior. Só então foi informado, pelo Grão-mestre interino do Hospital, que seu irmão perecera — e prorrompeu em lágrimas.[1]

Os cruzados haviam vencido, mas fora uma vitória penosa. Se Roberto de Artois não tivesse empreendido seu impetuoso assalto a Mansurá, talvez se sentissem fortes o suficiente para arriscar um ataque à cidade mais tarde, mesmo contra máquinas de guerra mais poderosas que as suas. Naquela situação, porém, nada podia ser feito. O caso era ominosamente

1 Joinville, pp. 71-93; *MS. de Rothelin*, pp. 599-608; Matthew Paris, V, pp. 147-54, VI, pp. 191-3; al-Aïni, p. 208.

similar ao da Quinta Cruzada, quando o exército cristão que capturara Damieta viu-se detido perto daquele mesmo local e acabou sendo forçado a retroceder. Luís não podia esperar destino melhor, a menos que problemas na corte egípcia induzissem o governo do Cairo a oferecer-lhe termos aceitáveis. Nesse ínterim, ele fortificou seu acampamento e reforçou o pontão — uma medida sábia, pois, três dias mais tarde, em 11 de fevereiro, os egípcios voltaram a atacar. Haviam recebido reforços do sul, e estavam mais fortes que antes. Foi uma das mais ferozes batalhas de que os homens de Outremer tinham lembrança. Os mamelucos atacaram sucessivamente, disparando uma chuva de flechas ao se aproximarem, e todas as vezes Luís refreou seus homens até o momento do contra-ataque. Carlos d'Anjou, na ala esquerda, e os barões sírios e cipriotas, no centro e à esquerda, resistiram bravamente, mas os remanescentes dos templários e os nobres franceses, no centro e à direita, vacilavam — e o rei teve de sair pessoalmente em seu socorro, a fim de que não perdessem o contato com a esquerda. O Grão-mestre Guilherme, que perdera um olho em Mansurá, perdeu o outro e sucumbiu ao ferimento. Num certo momento, Afonso de Poitou, que guardava o acampamento, na ala direita, viu-se cercado, sendo resgatado pelos cozinheiros e pelas mulheres que seguiam o acampamento. Por fim, os muçulmanos acabaram cansando-se e recuaram em boa ordem para a cidade.[1]

Durante oito semanas, o Rei Luís aguardou no acampamento diante de Mansurá. A tão esperada revolução egípcia nunca ocorreu. Pelo contrário, em 28 de fevereiro, Turanshah, filho do finado sultão, chegou ao acampamento egípcio. Assim que sua madrasta o informara da morte do pai, ele deixara sua capital, Diarbekir, e se precipitara para o sul. Passou três semanas em Damasco, onde foi proclamado sultão, e alcançou o Cairo em fins de fevereiro. Sua chegada em Mansurá foi o sinal para nova movimentação por parte dos egípcios. Turanshah ordenou a feitura de uma esquadra de embarcações leves, transportadas por camelos até as partes mais baixas do Nilo, onde foram postas na água e puseram-se a interceptar os vasos que abasteciam de víveres o acampamento cruzado em Damieta. Mais de oitenta navios francos foram capturados, sucessivamente, até que, em 16 de março, um comboio de 32 naves foi perdido de um só golpe. Logo o espectro da fome pairava sobre os francos, e a ela seguiram-se doenças, como disenteria e tifo.[2]

No começo de abril, o Rei Luís compreendeu a necessidade de livrar seu exército dos miasmas do acampamento e recuar para Damieta. Por fim,

---

1 Joinville, pp. 93-5; *MS. de Rothelin*, pp. 608-9.
2 Abu Shama, II, p. 195; al-Aïni, p. 209; Maqrisi, XIII, pp. 220-4; Matthew Paris, VI, pp. 193-4; Joinville, pp. 102-4; *MS. de Rothelin*, pp. 609-12.

aquiesceu em encetar negociações com os infiéis, e mandou oferecer a Turanshah a troca de Damieta por Jerusalém.[1] Tarde demais. Os egípcios estavam cientes da precariedade de sua posição. Recusada a proposta, Luís convocou seus oficiais para discutirem a retirada. Estes lhe suplicaram que escapasse para Damieta na frente, com sua guarda pessoal. Todavia, ele orgulhosamente se recusou a abandonar seus homens. Decidiu-se que os doentes desceriam o Nilo de barco e os sadios tomariam a estrada por onde haviam vindo. O acampamento foi desfeito na manhã de 5 de abril de 1250, e a dolorosa jornada teve início, com o rei na retaguarda para encorajar os que se extraviassem. Os mamelucos de Mansurá, percebendo a movimentação, lançaram-se em seu encalço — e descobriram que os francos já haviam cruzado o Bahr as-Saghir, mas os engenheiros tinham se esquecido de destruir o pontão. Atravessaram às pressas e logo estavam fustigando os francos por todos os lados. Durante todo aquele dia, suas investidas foram repelidas e os francos avançaram lentamente. A fidalguia do próprio rei estava além de qualquer louvor. Naquela mesma noite, contudo, ele caiu enfermo, e na manhã seguinte mal conseguia manter-se sobre o cavalo. Enquanto o dia se arrastava, os muçulmanos fecharam o cerco ao exército e irromperam a plena força. Os soldados, doentes e exaustos, mal esboçaram resistência. Estava claro que era o fim. Godofredo de Sargines, que comandava a guarda pessoal do monarca, levou o rei para uma cabana na aldeia de Munyat al-Khols Abdallah, ao norte de Sharimshah, no centro dos embates. Os cavaleiros franceses não toleravam a perspectiva de admitir a derrota, mas os barões de Outremer assumiram o controle e enviaram Filipe de Montfort para negociar com o inimigo. Filipe estava quase conseguindo persuadir os generais egípcios a consentir na partida da tropa em liberdade em troca da rendição de Damieta quando, de súbito, um sargento chamado Marcel — subornado, conforme se julgou na época, pelos egípcios — percorreu as fileiras cristãs ordenando aos comandantes, em nome do rei, que se rendessem incondicionalmente. Estes obedeceram à ordem, da qual o próprio Luís nada sabia, e depuseram suas armas; o exército inteiro foi então arrebanhado e levado em cativeiro. Mais ou menos ao mesmo tempo, os navios que transportavam os doentes para Damieta foram cercados e capturados.[2]

---

1 Matthew Paris refere-se a propostas de paz feitas anteriormente pelo sultão e rejeitadas por conselho de Roberto de Artois (V, pp. 87-8, 105) ou do Legado (V, p. 143). A oferta de Luís é relatada por Joinville, pp. 106-7. Chegou à Europa um boato de que Luís tomara o Cairo (*ibid.* p. 118, VI, p. 117).

2 Joinville, pp. 107-10; *MS. de Rothelin*, pp. 612-16; Guilherme de Nangis, p. 376; Guilherme de Saint-Pathus, pp. 74-5; Matthew Paris, V, pp. 157-9, 165-8, VI, pp. 193-7; al-Aïni, pp. 209-13; Maqrisi, XIII, p. 227; Abu'l Feda, p. 128.

Os egípcios ficaram a princípio embaraçados com o número de prisioneiros. Chegando à conclusão de que era impossível guardar a todos, os que se encontravam em estado demasiado débil para marchar foram executados de imediato e, durante uma semana, trezentos por noite foram levados à decapitação, por ordem do próprio sultão. O Rei Luís foi retirado de seu leito de enfermo e alojado, em grilhões, numa casa particular em Mansurá. Os principais nobres foram mantidos juntos numa prisão maior. Seus captores faziam-lhes ameaças constantes de morte, mas não tinham de fato a menor intenção de eliminar quem quer que pudesse proporcionar-lhes um bom resgate. Joinville, que estava a bordo de um dos navios capturados, salvou sua própria vida e a de seus companheiros deixando subentendido que era primo do rei. Quando, porém, o almirante egípcio interrogou-o a respeito e soube que ele havia mentido — e que era, na realidade, primo do imperador Frederico —, sua reputação cresceu muito.

Com efeito, o prestígio do imperador infiel em muito contribuiu para aliviar a situação dos cruzados. Quando Luís, no cativeiro, recebeu ordens do sultão para que cedesse não só Damieta, mas todas as terras francas na Síria, replicou que elas pertenciam não a ele, mas ao Rei Conrado, filho do imperador — e somente este poderia cedê-las. Os muçulmanos imediatamente desistiram da idéia. Não obstante, os termos que extorquiram do rei já foram severos o bastante. Luís teria de entregar Damieta para poder partir, e comprar a liberdade de seu exército mediante o pagamento de 500 mil libras turonenses, ou seja, um milhão de besantes. Era uma soma gigantesca, mas os prisioneiros a libertar eram muito numerosos. Uma vez firmadas as condições, o rei e os principais barões foram embarcados em galeras que desceram o rio até Fariskur, onde o sultão estabeleceu sua residência. Ajustou-se que eles seguiriam até Damieta e que esta seria entregue dali a dois dias, em 30 de abril.[1]

Foi só graças à fortaleza da Rainha Margarida que a negociação pôde ser concluída. Quando o monarca a deixou para marchar sobre Mansurá, ela estava prestes a dar à luz; a criança nasceu, tendo um cavaleiro octogenário como parteira, três dias depois de chegada a notícia da rendição da tropa. Ela chamou o bebê de João Tristão, o filho da tristeza. Naquele mesmo dia, ela soube que os pisanos e os genoveses planejavam evacuar Damieta, visto que os suprimentos restantes eram insuficientes para alimentar a população. Sabendo que não haveria condições de reter a cidade sem o auxílio italiano, mesmo acamada ela

---

1 Joinville, pp. 110-22; *MS. de Rothelin*, pp. 616-18; Matthew Paris, V, pp. 1604, VI, pp. 196-7 (o autor desta carta, um hospitalário, diz que "nossa única esperança está em Frederico"); al-Aïni, pp. 213-14.

convocou seus líderes à sua presença para implorar — pois, se Damieta fosse abandonada, nada haveria a oferecer em troca da libertação do rei. Quando ela se propôs a comprar pessoalmente todos os víveres que houvesse na cidade e cuidar de sua distribuição, eles concordaram em ficar. O negócio custou-lhe mais de 360 mil libras, mas salvou o moral da cidade. Assim que percebeu que ela estava bem o bastante para viajar, sua comitiva insistiu em transportá-la por mar para Acre, enquanto o patriarca Roberto, munido de um salvo-conduto, foi até o sultão, em Fariskur, para finalizar as disposições do resgate.[1]

Ao chegar lá, encontrou o sultão morto. Ocorrera certo atraso nas negociações finais, e na segunda-feira, 2 de maio, Turanshah e seus prisioneiros estavam ainda em Fariskur. Naquele dia, ele ofereceu um banquete aos seus emires. No entanto, havia perdido o apoio dos mamelucos. Essa vasta unidade militar de escravos turcos e circassianos crescera em importância e poder durante o reinado de Ayub, cujo favor fora recompensado por sua lealdade, e seu apoio à Sultana Shajar ad-Durr preservara o trono para Turanshah. Agora, porém, com a vitória sobre os francos, ele se sentiu forte o suficiente para preencher o governo com favoritos de Jeziré — e, quando os mamelucos protestaram, respondeu-lhes com ameaças próprias de um bêbado. Por outro lado, Turanshah ofendeu a madrasta ao reclamar dela propriedades pertencentes ao seu pai — e ela não hesitou em escrever aos comandantes mamelucos, rogando-lhes proteção.

Quando o sultão se ergueu para deixar seu festim, em 2 de maio, soldados do regimento bárida de mamelucos, liderados por Baibars Bundukdari, irromperam e puseram-se, com Baibars à frente, a golpear Turanshah com as espadas. Ferido, ele fugiu para uma torre de madeira junto ao rio; quando os soldados, seguindo-o, atearam fogo à estrutura, ele saltou no Nilo e dali, de dentro da água, suplicou clemência, oferecendo-se para abdicar e retornar para Jeziré. O apelo foi ignorado. Como nem mesmo uma saraivada de flechas logrou matá-lo, Baibars mergulhou e deu cabo dele com o sabre. Por três dias o corpo mutilado permaneceu exposto. Por fim, o embaixador do califa de Bagdá obteve licença para enterrá-lo num túmulo simples. Os conspiradores, triunfantes, nomearam o mais graduado comandante mameluco, Izz ad-Din Aibek, generalíssimo e regente — e ele desposou a sultana-viúva, Shajar ad-Durr, conferindo-lhe legitimidade. Um primo ainda menino do falecido sultão, al-Ashraf Musa, seria mais tarde produzido e proclamado co-sultão, só para ser deposto quatro anos depois. Seu destino último é desconhecido.[2]

---

1 Joinville, pp. 142-4.

2 Maqrisi, XIII, pp. 230-2; Abu'l Feda, p. 129; Abu Shama, pp. 198-209; Ibn Khallikan, III, p. 248. Sobre Ashraf Musa, ver adiante, p. 274.

Quando o idoso patriarca chegou a Damieta portando um salvo-conduto assinado por Turanshah, o novo governo simulou considerá-lo sem valor e tratou-o como prisioneiro. Alguns mamelucos compareceram à presença do Rei Luís, ainda com sangue em suas lâminas, exigindo-lhe dinheiro por terem eliminado seu inimigo. Outros, manifestando um lúgubre senso de humor, brandiram as espadas diante dos rostos dos nobres cativos. Joinville ficou francamente aterrorizado. Não obstante, os mamelucos não tinham a menor intenção de abrir mão do imenso resgate, e confirmaram as condições já acertadas: quando Damieta se rendesse, Luís e os barões seriam libertados, mas os soldados comuns — alguns dos quais haviam sido levados para o Cairo — teriam de esperar pelo pagamento em dinheiro, que foi reduzido para 400 mil libras turonenses, metade a ser paga em Damieta e o restante quando o rei chegasse a Acre. Quando lhe pediram que jurasse que, se não conseguisse cumprir sua parte do acordo, ele renunciaria a Cristo, Luís recusou-se terminantemente. Durante todo o seu cativeiro, seu valor e integridade causaram a mais viva impressão em seus captores, alguns dos quais sugeriram, por pilhéria, que fosse ele o próximo sultão.[1]

Na sexta-feira, 6 de maio de 1250, Godofredo de Sargines foi a Damieta e entregou a fortaleza para a vanguarda islâmica. O rei e os nobres foram para lá levados naquela tarde, e Luís pôs-se a angariar o montante para acertar a primeira parcela do resgate. Contudo, o conteúdo de seus próprios cofres somava apenas 170 mil libras. Enquanto não se obtinha o restante, os egípcios detiveram o irmão do monarca, Afonso de Poitou. Sabia-se que os templários dispunham de uma vasta quantia em sua galera principal, mas só ao sofrerem ameaças de violência consentiram em ceder o dinheiro necessário. Quitada aquela parte da dívida, o conde de Poitou foi libertado. Na mesma noite, o rei e os barões partiram para Acre, onde chegaram seis dias depois, após uma viagem turbulenta. No navio, não haviam sido preparadas nem roupas nem acomodações para o rei, que não teve alternativa senão vestir os mesmos trajes e dormir no mesmo cobertor que o haviam servido na prisão.[2]

Muitos soldados feridos foram deixados para trás, em Damieta. Contrariando sua promessa, os muçulmanos massacraram-nos.[3]

Logo após a chegada a Acre, Luís aconselhou-se com seus vassalos quanto aos planos para o futuro. Sua mãe escrevera-lhe da França, instando seu retorno em breve. Dizia-se que o Rei Henrique da Inglaterra preparava-se para a guerra, e havia muitos outros problemas urgentes. No entanto,

---

1 Joinville, pp. 123-32; Guilherme de Nangis, p. 381; Guilherme de Saint-Pathus, pp. 23, 58, 75-6; *MS. de Rothelin*, pp. 618-19; al-Aïni, p. 213.
2 Joinville, pp. 135-8; *MS. de Rothelin*, pp. 619-20.
3 *MS. de Rothelin*, p. 620.

ele sentia ser necessário em Outremer. O desastre da campanha egípcia não só destruíra as tropas francesas, como privara Outremer de praticamente todas as suas tropas. Ademais, era seu dever ficar por perto até a libertação do último dos prisioneiros no Egito. Os irmãos do rei e o Conde de Flandres recomendaram-lhe que retornasse à França. Na verdade, porém, Luís já estava decidido. Em 3 de julho, fez o anúncio público de sua resolução. Seus irmãos e todos aqueles que assim o desejassem poderiam voltar para casa, mas ele permaneceria e incorporaria ao seu serviço pessoal todos os que, como Joinville, desejassem ficar ali. Uma carta foi remetida aos barões da França, explicando sua decisão e rogando-lhes que enviassem reforços para a cruzada. O fracasso de seu grande esforço fora um duro golpe. Luís podia muito bem declarar que a catástrofe fora um sinal da graça de Deus, com o objetivo de ensinar-lhe humildade, mas ele deve ter ponderado que pagara pelo privilégio de tal lição com o sacrifício de muitos milhares de vidas inocentes.[1]

Os irmãos do monarca, junto com os principais nobres da cruzada, partiram de Acre por volta de meados de julho. Deixaram para trás todo o dinheiro que puderam, mas apenas cerca de 1.400 homens.[2] A rainha permaneceu com o rei, que foi imediatamente aceito como governante *de facto* do reino. O detentor legítimo do trono ainda era Conrado da Alemanha, mas era óbvio então que este jamais iria ao Oriente. Por ocasião da morte de Alice, a regência foi transmitida para seu filho, o Rei Henrique de Chipre, que nomeou seu primo, João de Arsuf, *bailli*. Este, por sua vez, de bom grado entregou o governo a Luís.[3]

A partida de seus vassalos franceses facultou a Luís dar ouvidos mais prontamente a conselhos. Sua experiência abrira-lhe a mente, e a falta de forças armadas ensinou-lhe a necessidade de relações diplomáticas com os infiéis. No entender de alguns de seus amigos, ele se mostrou demasiado pronto a adotar uma política "inocente"; não obstante, foi sensato de sua parte fazê-lo, e o momento era propício ao uso da diplomacia. A revolução mameluca no Egito não fora vista com bons olhos na Síria islâmica, onde a lealdade aos aiubitas se manteve. Quando chegou a notícia do desaparecimento de Turanshah, an-Nasir Yusuf de Alepo saiu de Homs e, em 9 de julho de 1250, ocupou Damasco, onde teve uma entusiástica recepção como bisneto de Saladino. Voltou a imperar uma feroz rivalidade entre Cairo e

1 Joinville, pp. 145-57; Guilherme de Nangis, p. 383; Guilherme de Saint-Pathus, pp. 91-2; Matthew Paris, V, pp. 173-4.
2 Joinville, p. 157.
3 A posição jurídica de Luís nunca se definiu; não obstante, o monarca foi recebido de braços abertos como autoridade suprema na ausência de Conrado.

Damasco, e ambas as cortes ansiavam por comprar o auxílio franco. Luís mal chegara a Acre quando uma embaixada da parte de an-Nasir Yusuf foi-lhe ao encontro. O monarca, contudo, não pretendia comprometer-se. A aliança damasquina podia ser preferível em termos estratégicos, mas ele precisava pensar nos prisioneiros francos ainda no Egito.[1]

No inverno de 1250, o exército de Damasco deu início a uma invasão do Egito. Em 2 de fevereiro de 1251, defrontou-se com as hostes egípcias, comandadas por Aibek, em Abbasa, no delta, vinte quilômetros a leste da moderna Zagazig. Os sírios foram bem-sucedidos a princípio, conquanto o regimento do próprio Aibek agüentasse firme; um regimento de mamelucos do exército de an-Nasir Yusuf desertou sua causa em plena batalha — diante do que o sultão, que não se notabilizava pela coragem, fugiu. O poder mameluco no Egito estava salvo. Contudo, os aiubitas ainda controlavam a Palestina e a Síria. Quando an-Nasir Yusuf voltou a entrar em contato com Acre, insinuando que poderia ceder Jerusalém em troca do apoio franco, Luís mandou uma embaixada ao Cairo a fim de prevenir Aibek de que, se a questão dos prisioneiros francos não fosse logo acertada, ele se aliaria a Damasco. Seu embaixador, João de Valenciennes, logrou, no curso de duas visitas, assegurar primeiro a libertação dos cavaleiros — inclusive o Grão-mestre do Hospital, capturado em Gaza em 1244 — e, em seguida, cerca de três mil dos cativos mais recentes, em troca de trezentos muçulmanos que se encontravam em poder dos francos. Aibek demonstrou sua crescente ansiedade em fazer amizade com o rei enviando-lhe, com o segundo lote, o presente de um elefante e uma zebra. Luís sentiu-se assim encorajado a demandar a libertação de todos os prisioneiros ainda em mãos mamelucas, sem necessidade de novos pagamentos. Quando Aibek percebeu que outro emissário de Luís, o árabe-falante Yves, o Bretão, estava em visita à corte damascena, anuiu à reivindicação do rei, em troca de uma aliança militar contra an-Nasir Yusuf. Prometeu ainda que, quando os mamelucos tivessem ocupado a Palestina e Damasco, todo o antigo reino de Jerusalém, até o limite do Jordão, a leste, seria restituído aos cristãos. Luís assentiu, e os prisioneiros foram todos libertados no fim de março de 1252. O tratado quase fora posto a perder pela recusa dos templários a romper relações com Damasco. O rei foi obrigado a repreendê-los publicamente e exigir suas humildes desculpas.[2]

---

1 Abu Shama, II, p. 200; Abu'l Feda, p. 131; Ibn Khallikan, II, p. 446; Joinville, p. 158.
2 Abu Shama, *loc. cit.*; Abu'l Feda, *loc. cit.*; Joinville, pp. 158-60; *MS. de Rothelin*, pp. 624-7; Matthew Paris, V, p. 342.

A aliança franco-mameluca de nada adiantou. Assim que ela chegou ao conhecimento de an-Nasir Yusuf, este enviou tropas a Gaza, a fim de interceptar a reunião dos aliados. Luís desceu então para Jafa, mas os mamelucos não conseguiram deixar o Egito. Durante cerca de um ano, sírios e francos permaneceram estacionários, nenhum dos dois lados desejando deflagrar uma batalha. Nesse ínterim, Luís reparou as fortificações de Jafa. Já havia reforçado as de Acre, Haifa e Cesaréia.[1] No começo de 1253, an-Nasir Yusuf apelou para Bagdá, para que mediasse suas conversas com os mamelucos. O califa, al-Mustasim, ansioso por unir o mundo islâmico contra os mongóis, induziu Aibek — que reconhecia sua suserania nominal — a aceitar as condições de an-Nasir Yusuf. Aibek deveria ser aceito como governante do Egito e receber permissão para anexar a Palestina até a Galiléia, ao norte, e o Jordão, a leste. A paz foi assinada em abril de 1253, e o acordo de Aibek com os francos caiu no esquecimento.[2]

De Gaza, o exército damasceno voltou para casa através do território franco, promovendo pilhagens no caminho. As cidades eram demasiado fortes para serem atacadas — exceto Sídon, cujos muros estavam em reconstrução. Não ameaçaram o castelo em sua ilhota, mas saquearam a cidade e retiraram-se carregados de butim e prisioneiros. O Rei Luís retaliou enviando uma expedição para assaltar Banyas, mas sem sucesso. Felizmente para Outremer, nem Aibek nem an-Nasir Yusuf manifestaram qualquer intenção mais séria de guerra.[3]

Sua grande restrição era a presença do Rei da França no Oriente. Apesar de sua atuação militar na região ter sido desastrosa, sua personalidade causou uma impressão definitiva — o que foi muito oportuno, já que, em dezembro de 1250, o Imperador Frederico, cujo nome ainda tinha grande peso nos círculos muçulmanos, faleceu na Itália. Seu filho Conrado não herdou uma gota de seu prestígio.[4] Luís, ademais, logrou muito mais êxito em suas relações com os habitantes de Outremer que Frederico, em virtude de seu tato e falta de interesses pessoais no reino. Seu valor foi demonstrado por sua intervenção no Principado de Antióquia. Boemundo V expirou em janeiro de 1252, deixando dois filhos: uma menina, Plaisance (que, poucos meses antes, fora desposada em terceiras núpcias pelo rei Henrique de Chipre, que não tinha filhos), e um rapaz, Boemundo, de quinze anos, que o sucedeu sob a regência da princesa-viúva, a italiana Lucienne. Esta, uma

---

1 Joinville, pp. 167-8, 184-5; *MS. de Rothelin*, pp. 627-8; Matthew Paris, VI, p. 206; al-Aïni, p. 215.
2 Maqrisi, *Sultans*, I, i, pp. 39, 54; Abu'l Feda, p. 132.
3 Joinville, pp. 197-8; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 440-1.
4 Frederico morreu em 13 de dezembro em Fiorentino. Ver Hefele-Leclercq, V, I, p. 1693.

mulher fraca que nunca saiu de Trípoli, confiou o governo do principado a seus familiares romanos. Boemundo VI logo se conscientizou da impopularidade da mãe e, com aprovação de Luís, pediu permissão do papa para antecipar em alguns meses sua maioridade. Obtida a anuência de Inocêncio IV, o jovem foi a Acre para ser sagrado cavaleiro pelo rei; Lucienne foi destituída, sendo compensada com uma bela renda. Enquanto isso, Luís levava a cabo a reconciliação da Corte de Antióquia com a Armênia. Boemundo V, em seus anos finais, entabulara relações com o Rei Hethoum; entretanto, o passado para ele era ainda carregado demais de lembranças amargas. Boemundo VI não acalentava o mesmo rancor. Em 1254, por sugestão de Luís, casou-se com Sibila, filha de Hethoum — de quem se tornou, em certa medida, vassalo. Os armênios consentiram em dividir a responsabilidade pela proteção de Antióquia.[1]

O Rei Henrique de Chipre morreu em 18 de janeiro de 1253. Uma vez que seu filho, Hugo II, contava apenas alguns meses de idade, a Rainha Plaisance reivindicou a regência de Chipre — confirmada pela Suprema Corte local — e a regência titular de Jerusalém. Os barões do continente, no entanto, condicionaram seu reconhecimento à presença em pessoa da candidata. Nesse ínterim, João de Ibelin, senhor de Arsuf, permaneceria como *bailli*, e Plaisance considerava a possibilidade de desposar seu jovem filho Balian. De fato, o Rei Luís continuou administrando o governo.[2]

Não havia a menor esperança de uma cruzada européia. Henrique III da Inglaterra, que assumira a Cruz junto com muitos de seus súditos na primavera de 1250, induziu o papa a autorizá-lo a adiar a expedição. Os irmãos de Luís recusavam-se a enviar ajuda da França — cuja opinião pública encontrava-se indignada, mas desiludida. Quando chegou a notícia do desastre em Mansurá, um histérico movimento de massa de camponeses e operários, autodenominados "Pastouraux" e encabeçados por um misterioso "Senhor da Hungria", varreu o país, realizando comícios para denunciar o papa e seu clero e jurando resgatar, eles mesmos, o rei cristão. A princípio, a Rainha-regente Blanche deu-lhes sua aprovação; entretanto, quando eles se tornaram demasiado desordeiros tiveram de ser suprimidos. Os nobres franceses contentaram-se com comentários revoltados contra um pontífice que

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 439, 441-2; *MS. de Rothelin*, p. 624; Joinville, pp. 186-7; Vincent de Beauvais, p. 96.

2 *Estoire d'Eracles*, *loc. cit.*; *Assises*, II, p. 420. Ver La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 74-5; Hill, *History of Cyprus*, II, p. 149. É improvável que Plaisance tenha sido mais que prometida a Balian, já que se ofereceria como noiva a Edmundo de Lancaster alguns anos depois (Rymer, *Foedera*, I, p. 341). Só foi reconhecida formalmente como Regente de Jerusalém ao visitar Acre, em 1258.

preferia pregar uma cruzada contra os imperialistas cristãos a enviar ajuda para aqueles que lutavam contra os infiéis. Blanche chegou a ponto de confiscar as propriedades de todos os vassalos reais que respondessem ao apelo de Inocêncio IV por um movimento contra o Rei Conrado em 1251. Não obstante, nem ela, nem seus conselheiros arriscaram-se a enviar reforços para o Oriente.[1]

Em sua busca de aliados estrangeiros, o Rei Luís encetou as mais cordiais relações com os assassinos. Logo após a derrocada franca em Damieta, o líder da seita na Síria enviou uma mensagem a Acre exigindo ser pago por sua neutralidade, mas foi dissuadido pela resposta firme dada por Luís, em presença dos grão-mestres das ordens, a seus emissários — que haviam solicitado particularmente a liberação da obrigação de pagar um tributo ao Hospital. A embaixada seguinte foi bem mais humilde; levou belos presentes para o rei, acompanhados do pedido de uma aliança estreita. Luís, que estava a par da hostilidade dos assassinos — ismaelitas — para com os muçulmanos sunitas ortodoxos, encorajou seus avanços e enviou Yves, o Bretão, para firmar um tratado. Este ficou fascinado com a biblioteca mantida pela seita em Masyad, onde encontrou um sermão apócrifo dirigido por Cristo a S. Pedro — que, segundo os sectários, era a reencarnação de Abel, Noé e Abraão. Um pacto de defesa mútua foi firmado.[2]

A principal ambição diplomática de Luís, entretanto, era assegurar a amizade dos mais ferrenhos inimigos dos assassinos, os mongóis. No começo de 1253, chegou a Acre um relatório de que um dos príncipes mongóis, Sartaq, filho de Batu, convertera-se ao cristianismo. Luís apressou-se em enviar-lhe dois dominicanos, Guilherme de Rubruck e Bartolomeu de Cremona, para instarem-no a correr em auxílio de seus correligionários na Síria. No entanto, não era da alçada de um príncipe mongol menor concluir aliança tão momentosa.[3] Enquanto os dominicanos penetravam ainda mais na Ásia, rumo à corte do próprio Grande Cã, o Rei Luís era obrigado a deixar Outremer. Sua mãe, a Rainha-regente Blanche, havia falecido em novembro de 1252, e sua morte logo foi seguida por desordens. O Rei da Inglaterra começou a causar problemas, a despeito de seu juramento de partir para a cruzada; tampouco apoiava os bispos encarregados pelo papa de pregar o

1 Matthew Paris, *Chronica Majora*, V, pp. 172-3, 259-61; Throop, *Criticism of the Crusades*, pp. 57-9.
2 Joinville, pp. 160-5.
3 Pelliot, "Les Mongols et la Papauté", *loc. cit.* p. 220. O *Itinerarium* de Rubruck foi traduzido e editado por Rockhill. Ele tinha suas dúvidas quanto à conversão de Sartaq ao conhecê-lo (*ibid.* pp. 107, 116), mas os armênios acreditavam em sua genuinidade (Kirakos, trad. Brosset, p. 173).

movimento. Irrompeu uma guerra civil em torno da herança do condado de Flandres, e todos os grandes vassalos da França inquietaram-se. O dever primeiro de Luís era para com seu próprio reino. Com relutância, ele se preparou para voltar para casa. Embarcou em Acre em 24 de abril de 1254. Seu navio quase naufragou perto da costa de Chipre, mas a rainha prometeu um navio de prata para o santuário de S. Nicolau em Varangeville, e a tempestade cedeu. Alguns dias depois, a presença de espírito da rainha salvou o navio da destruição pelo fogo. Em julho, a comitiva real aportou em Hyeres, no território do irmão do monarca, Carlos d'Anjou.[1] A cruzada de S. Luís acarretara uma terrível catástrofe para o Oriente cristão — e, embora sua temporada de quatro anos em Acre muito tenha feito para reparar os prejuízos, a perda de efetivo militar nunca mais seria compensada de todo. Luís ostentava o mais nobre caráter de todos os grandes cruzados, mas talvez tivesse sido melhor para Outremer se ele nunca tivesse deixado a França. Seu malogro, porém, constituiu um golpe ainda mais profundo. Apesar de ser um homem bom e temente a Deus, o Senhor o conduzira ao desastre. Nos primeiros tempos, as desventuras dos cruzados podiam ser explicadas como a justa punição por seus crimes e vícios, mas teoria tão fácil não se sustentava mais. Seria possível que todo o movimento fosse malquisto por Deus?[2]

Por mais desastrosa que tivesse sido a ida do monarca francês ao Oriente, contudo, sua partida acarretou o risco de perigo imediato. Luís deixou como seu representante Godofredo de Sargines, que recebeu o cargo oficial de senescal do reino; o *bailli* era agora João de Ibelin, conde de Jafa — que sucedeu seu primo João de Arsuf no cargo em 1254, mas restituiu-lho em 1256. É possível que João de Arsuf tenha se ausentado nesse período, permanecendo em Chipre como conselheiro da Rainha Plaisance, que ainda era a regente legítima dos dois reinos.[3] A morte de Conrado da Alemanha em maio de 1254, na Itália, transferiu o título de rei de Jerusalém para seu filho Conradino, de dois anos de idade, cujos direitos nominais eram escrupulosamente lembrados pelos juristas de Outremer.[4] Pouco antes de sua partida, o Rei Luís arranjara uma trégua com Damasco, a estender-se por dois anos,

---

1 Joinville, pp. 218-34; Guilherme de Saint-Pathus, pp. 29-30; *MS. de Rothelin*, pp. 629-30; Matthew Paris, V, pp. 434, 452-4. Para mais informações sobre a morte de Blanche, em 1º de dezembro de 1252, ver Matthew Paris, V, p. 354.

2 Salimbene, *Chronica*, pp. 235-7, conta que dúvidas do gênero eram explícitas. Os frades mendicantes que haviam pregado a cruzada eram publicamente insultados após seu fracasso.

3 La Monte, *loc. cit.* n. 1.

4 Matthew Paris, V, pp. 459-60. Para mais informações sobre os direitos de Conradino, ver adiante, pp. 252-3.

seis meses e quarenta dias a partir de 21 de fevereiro de 1254. An-Nasir Yusuf de Damasco tinha plena consciência da ameaça mongólica, e não tinha a menor intenção de guerrear com os francos. Do mesmo modo, Aibek do Egito desejava evitar um conflito em larga escala, e em 1255 firmou uma trégua de dez anos com os francos. Entretanto, excluiu Jafa expressamente do acordo, na esperança de conquistá-la para servir de porto para sua província palestina.[1] Promoviam-se assaltos e contra-assaltos dos dois lados da fronteira. Em janeiro de 1256, Godofredo de Sargines e João de Jafa capturaram uma gigantesca caravana de bestas. Quando o governador mameluco de Jerusalém liderou uma expedição, em março, a fim de punir os agressores, foi derrotado e morto. Aibek, que vinha enfrentando dificuldades com seus generais — Baibars inclusive — assinou, outra vez com a mediação do califa, novo tratado com Damasco, devolvendo-lhe a Palestina; não obstante, as duas potências islâmicas renovaram suas tréguas com os francos por mais dez anos, incluindo o território de Jafa.[2]

Tamanha magnanimidade da parte de Cairo e Damasco, imposta por seu crescente medo dos mongóis, salvou os francos dos merecidos resultados da guerra civil que eclodiu logo após a partida do Rei Luís. Os mais ativos elementos nas cidades de Outremer então eram os diversos mercadores italianos. As três grandes repúblicas de Gênova, Veneza e Pisa, com suas colônias espalhadas por todos os portos marítimos do Levante, dominavam o comércio mediterrâneo. Salvo pelos empreendimentos bancários dos templários, suas atividades mercantis respondiam pela maior parte da renda de Outremer — sendo quase igualmente benéficas para os príncipes islâmicos, cuja periódica disposição a firmar tréguas era em boa parte ditada pelo receio de interromper essa fonte de lucro. As repúblicas, todavia, eram rivais encarniçadas; os distúrbios entre Pisa e Gênova haviam chegado a atrasar a partida de Luís de Chipre em 1249.

Em 1250, após o assassinato de um mercador genovês por um veneziano, houve combates nas ruas de Acre.[3] Quando Luís partiu para a Europa, os problemas ressurgiram. Os bairros veneziano e genovês em Acre eram separados pela colina de Montjoie, que pertencia aos genoveses — exceto por seu pico mais alto, coroado pelo monastério ancestral de S. Sabas, reivindicado pelas duas colônias. No início de uma manhã de 1256, enquanto os advogados ainda disputavam o caso, os genoveses apoderaram-se do edifício e, diante do protesto veneziano, lançaram homens armados encosta abaixo,

1 Matthew Paris, V, p. 522; *MS. de Rothelin*, p. 630; *Annales de la Terre Sainte*, p. 446.
2 *MS. de Rothelin*, pp. 631-3; *Annales de Terre Sainte*, *loc. cit.*; Abu'l Feda, pp. 133-4.
3 *Annales Januenses*, p. 238. Ver atrás, p. 232.

contra a área veneziana. Os pisanos, com quem se haviam mancomunado, apoiaram-nos sem hesitar, e os venezianos, pegos de surpresa, viram suas casas serem saqueadas, junto com seus navios atracados ao cais. Foi com grande dificuldade que lograram rechaçar os invasores, à custa da perda do monastério e muitas de suas embarcações.[1]

Naquele momento, Filipe de Montfort, senhor de Toron e Tiro, que havia muito contestava o direito dos venezianos a determinadas aldeias perto de Tiro, julgou oportuno expulsá-los do terço de Tiro que lhes pertencia pelo tratado firmado por ocasião da captura da cidade em 1124, bem como de suas propriedades nos subúrbios. Com o problema genovês nas mãos, os venezianos não puderam impedi-lo; contudo, quando o governo de Gênova, que não queria começar uma guerra com Veneza, ofereceu-se como mediador, eles estavam irritados demais para aceitar a oferta. O cônsul veneziano em Acre, Marco Giustiniani, era um habilidoso diplomata. A arrogância da iniciativa de Filipe chocou seus primos Ibelin, todos partidários da correção jurídica. O *bailli*, João de Arsuf, suspeitava de que os Montforts pretendiam declarar Tiro independente do governo de Acre. Embora viesse mantendo relações frias com os venezianos (basicamente em virtude de sua atitude indiferente com relação à cruzada de Luís), João foi conquistado por Giustiniani para seu lado. Os genoveses já estavam em má situação com João de Jafa, que sofrera uma tentativa de assassinato por um deles. As Fraternidades de Acre, alarmadas com a possibilidade de Filipe converter Tiro numa bem-sucedida rival comercial de sua própria cidade, aderiram com sua simpatia e auxílio a Giustiniani, que em seguida persuadiu os pisanos de que os genoveses eram aliados egoístas e indignos de confiança, assegurando assim seu apoio. Os mercadores marselheses, eternos adversários dos genoveses, também ingressaram na causa veneziana — ao que os catalães, hostis aos marselheses, bandearam-se para o lado oposto. O Templo e os Cavaleiros Teutônicos apoiavam os venezianos, e o Hospital, os genoveses. Ao norte, a família Embriaco, que reinava em Jebail, não renegou suas origens genovesas. Seu chefe, Henrique — desafiando a proibição específica de seu suserano, Boemundo VI de Antióquia e Trípoli, com quem se havia desentendido —, enviou tropas em socorro dos genoveses em Acre. O próprio Boemundo procurou permanecer neutro, mas suas simpatias estavam com os venezianos, e sua contenda com o clã Embriaco empurrou-o para o conflito. Sua irmã, a Rainha-regente Plaisance, nada podia fazer. O único homem em Outremer em que ela podia confiar era Godofredo de Sargines — que, como

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 443; *Annales Januenses*, p. 239; Dandolo, p. 365. Ver Heyd, *Histoire du Commerce du Levant*, I, pp. 344-54, para a história completa da "Guerra de S. Sabas".

estrangeiro, dispunha de pouca influência e nenhum poder material. A guerra civil foi pouco a pouco envolvendo toda a sociedade de Outremer. Não era mais um caso de os barões nativos se unirem contra um estrangeiro, como na época de Frederico II. Pequenas disputas familiares acirraram a discórdia. A mãe de Filipe de Montfort e a esposa de Henrique de Jebail eram Ibelins de nascença. A avó de Boemundo VI pertencia à família Embriaco. Os laços de parentesco, entretanto, de nada valiam agora.[1]

O governo veneziano fora rápido em suas providências. Assim que os genoveses souberam que sua causa fora abandonada pelos pisanos, invadiram o bairro dos antigos aliados em Acre, o que lhes deu o comando do porto interno. No entanto, mal tiveram tempo de estender uma corrente fechando-lhe a entrada quando assomou uma grande esquadra que, sob o almirante veneziano Lorenzo Tiepolo, arrebentou a corrente e despejou homens no porto. Houve uma batalha sangrenta nas ruas, até que os genoveses foram por fim forçados a recuar para seu bairro, protegido pelo dos hospitalários, bem ao lado. O monastério de S. Sabas foi ocupado pelos venezianos, que no entanto não conseguiram desalojar os genoveses nem os hospitalários de seus próprios edifícios.[2]

Em fevereiro de 1258, Plaisance fez uma tentativa de asseverar sua autoridade. Deixou Chipre com seu filho de cinco anos, o Rei Hugo, com destino a Trípoli, de onde foi escoltada por seu irmão Boemundo até Acre. A Suprema Corte do reino foi convocada, e Boemundo pediu-lhe que confirmasse o direito do Rei de Chipre, como próximo herdeiro na ausência de Conradino, a ser reconhecido como depositário do poder real, e de sua mãe e guardiã como regente. A esperança de Boemundo de que a autoridade e presença de sua irmã detivesse a guerra civil, porém, foi inútil. Assim que os Ibelins reconheceram a legitimidade das reivindicações de Hugo e Plaisance (exceção feita sempre aos direitos do Rei Conradino), com a anuência de templários e cavaleiros teutônicos, os hospitalários imediatamente declararam que nada poderia ser decidido na ausência de Conradino — valendo-se do argumento invalidado em 1243. A família real viu-se assim arrastada para a guerra civil, na qual o partido veneziano apoiava Plaisance e seu filho, de um lado, e, do outro, por uma cínica ironia da História, Gênova, o Hospital e Filipe de Montfort — todos, no passado, ferrenhos opositores de Frederico II — tornaram-se advogados dos Hohenstaufen. O voto majoritário reconheceu Plaisance como regente. João de Arsuf abdicou oficialmente do cargo de *bailli* em favor desta, sendo por ela imediatamente rein-

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 445; Dandolo, pp. 366-7; *Annales Januenses*, *loc. cit.*
2 Dandolo, *loc. cit.*; *Annales Januenses*, p. 240; *Estoire d'Eracles*, II, p. 447.

tegrado no cargo. Plaisance partiu em seguida com o irmão para Trípoli, de onde voltou para Chipre, depois de instruir seu *bailli* a ser implacável com os rebeldes.[1]

O patriarca de Jerusalém era Jaime Pantaleão, filho de um sapateiro de Troyes. Nomeado em dezembro de 1255, só chegou a Acre no verão de 1260, com a guerra civil já em andamento. A despeito da destreza que demonstrara em suas relações com os pagãos nas terras bálticas, a situação em Outremer estava além de sua capacidade. Corretamente, deu seu apoio à Rainha Plaisance, e apelou para que o papa tomasse as providências cabíveis na Itália. O Papa Alexandre IV, de fato, instou o comparecimento de delegados das três repúblicas à sua corte em Viterbo e ordenou um armistício imediato. Dois plenipotenciários venezianos e dois pisanos deveriam dirigir-se à Síria num navio genovês, e dois genoveses numa embarcação veneziana, a fim de que toda a questão fosse decidida. Os emissários partiram em julho de 1258, mas no caminho foram informados de que já era tarde demais. A República de Gênova enviara uma frota, comandada pelo Almirante Rosso della Turca, que chegou em junho a Tiro, onde uniu forças às esquadras genovesas no Levante. Em 23 de junho, a frota conjugada, composta por cerca de 48 galeras, partiu de Tiro, enquanto um regimento dos soldados de Filipe de Montfort descia a costa. Os venezianos e seus aliados pisanos dispunham de cerca de 38 galeras, sob Tiepolo. A batalha decisiva ocorreu nas proximidades de Acre, em 24 de junho. Tiepolo provou ser o melhor tático. Ao fim de um embate acirrado, os genoveses perderam 24 naves e 1.700 homens, retirando-se em desordem. Só uma brisa repentina do sul garantiu aos sobreviventes seu retorno em segurança para Tiro. Entrementes, a milícia de Acre impedia o avanço de Filipe, e o bairro genovês na cidade era tomado. Diante da derrocada, os genoveses decidiram abandonar Acre de todo e estabelecer seu quartel-general em Tiro.[2]

Em abril de 1259, o papa enviou um legado ao Oriente, Tomás Agni de Lentino, bispo titular de Belém, com ordens de solucionar a querela. Por volta da mesma época o *bailli*, João de Arsuf, faleceu — e a Rainha Plaisance mais uma vez dirigiu-se a Acre, onde, em 1º de maio, nomeou Godofredo de Sargines *bailli*. Figura respeitada e incontrovertida, ele uniu-se ao legado nos esforços pela obtenção de um armistício. Em janeiro de 1261, uma assembléia da Suprema Corte, com a presença de delegados das colônias italianas, chegou a um acordo. Os genoveses teriam seu estabelecimento em Tiro e os

---

1 *Assises*, II, p. 401; *Estoire d'Eracles*, II, p. 443; *MS. de Rothelin*, p. 643; *Gestes des Chiprois*, pp. 149, 152.

2 Dandolo, p. 367; *Annales Januenses*, p. 240; *Gestes des Chiprois*, pp. 153-6; Raynald, XXII, pp. 30 ss.; *Estoire d'Eracles*, II, p. 445.

venezianos e pisanos, os seus em Acre, e os nobres e Ordens Militares beligerantes foram oficialmente reconciliados. Os italianos, todavia, jamais consideraram o acordo definitivo; sua guerra não tardaria a recomeçar, arrastando-se — em detrimento de todo o comércio e navegação ao longo do litoral sírio.[1]

Em detrimento, também, dos francos no Oriente de maneira geral, muito além das fronteiras da Síria. O cambaleante império latino de Constantinopla sobrevivera sobretudo graças à ajuda dos italianos, que receavam perder suas concessões comerciais. Veneza, com sua propriedade na própria Constantinopla e nas ilhas do Egeu, tinha particular interesse em sua preservação. Gênova, por conseguinte, assumiu ativamente o partido do vigoroso imperador grego de Nicéia, Miguel Paleólogo. Miguel já havia lançado as bases da recuperação do Peloponeso pelos bizantinos em 1259, graças à sua grande vitória em Pelagônia, na Macedônia, onde Guilherme de Villehardouin, Príncipe da Aquéia, foi capturado com todos os seus barões e obrigado a ceder a fortaleza, Maina, Mistra e Monemvasia, que dominavam a metade oriental da península. Em março de 1261, Miguel assinou um tratado com os genoveses, concedendo-lhes tratamento preferencial em todos os seus domínios, no presente e no futuro. Em 25 de julho, com a ajuda de Gênova, suas tropas entraram em Constantinopla. O Império da Romênia, fruto da Quarta Cruzada, chegou ao fim — sem nada ter feito além de prejudicar o Oriente cristão.[2]

A reconquista de Constantinopla pelos bizantinos e o colapso do império latino foram, pois, conseqüências de um conflito iniciado em torno de um antigo monastério em Acre. Foi um tremendo golpe para o prestígio pontifício e latino de modo geral, e um triunfo para os gregos. Todavia, Bizâncio, mesmo com sua capital restaurada, não era mais o império ecumênico que fora no século XII. Agora, não passava de mais um Estado entre muitos. Além dos principados latinos remanescentes, havia àquela altura os poderosos reinos búlgaro e sérvio nos Bálcãs, e, na Anatólia, apesar de o sultanato seljúcida ter sido mutilado pelos mongóis, não havia mais a menor esperança de algum dia desalojar os turcos. Com efeito, a posse de seu antigo lar reforçou mais os problemas que a força dos imperadores. Os principais favorecidos foram os genoveses — que, apesar de derrotados na Síria, graças à aliança com Bizâncio obtiveram o controle do comércio do Mar Negro, que vinha

---

1 Tafel-Thomas, *Urkunden*, III, pp. 39-44; *Gestes des Chiprois*, p. 156; *Annales de Terre Sainte*, pp. 448-9.

2 Para obter mais informações sobre a recaptura de Constantinopla, ver Vasiliev, *History of the Byzantine Empire*, pp. 538-9. As principais fontes bizantinas são Pachymer, pp. 140 ss., e Jorge Acropolites, I, pp. 182 ss.

crescendo em volume e importância à medida que as conquistas mongóis propiciavam as rotas de caravanas através da Ásia Central.[1]

Em Outremer, Godofredo de Sargines, sustentado pelo prestígio da memória de S. Luís, restaurou uma certa aparência de ordem entre os barões do reino. Conquanto os marinheiros italianos continuassem lutando, as hostilidades ativas restringiam-se ao mar; por outro lado, a antiga amizade entre Montforts e Ibelins não se regeneraria. O Templo e o Hospital não mitigariam sua tradicional inimizade, ao passo que a Ordem Teutônica, perdendo as esperanças no futuro da Síria, começou a dedicar sua maior atenção às longínquas costas do Báltico, onde, desde 1226, ganhara terras e castelos em troca de sua ajuda na dominação e conversão dos pagãos prussianos e livonianos.[2]

A autoridade de Godofredo não se estendia ao condado de Trípoli, onde a aversão de Boemundo por seu vassalo Henrique de Jebail levara à eclosão de um conflito. Henrique não só repudiava a suserania de Boemundo e permanecia, com o apoio dos genoveses, na mais perfeita independência, como seu primo Bertrando, líder do ramo mais jovem da família Embriaco, atacou Boemundo na própria Trípoli. A Princesa-viúva Lucienne, ao ser afastada da regência, lograra manter muitos de seus prediletos romanos em cargos importantes no condado, para fúria dos barões nativos. Este grupo encontrou seus líderes em Bertrando Embriaco, detentor de vastas propriedades em Jebail e seus arredores, e seu genro João de Antióquia, senhor de Botrun, primo de Boemundo em segundo grau. Em 1258, os nobres marcharam contra Trípoli, onde Boemundo residia, e sitiaram a cidade. Boemundo promoveu uma incursão mas foi derrotado e ferido no ombro pelo próprio Bertrando, vendo-se obrigado a permanecer cercado em sua segunda capital até que os templários enviassem homens para resgatá-lo. Ele ardia por vingança. Um dia, quando Bertrando atravessava uma de suas aldeias, alguns camponeses armados atacaram-no de surpresa e o assassinaram. Sua cabeça foi cortada e enviada de presente a Boemundo. Ninguém tinha dúvida de que fora ele o inspirador do homicídio, que foi conveniente aos seus propósitos. Os rebeldes, intimidados, retiraram-se para Jebail. Contudo, instaurara-se agora uma vendeta entre as Casas de Antióquia e Embriaco.[3]

O governo de Godofredo de Sargines chegou ao fim em 1263. A Rainha Plaisance de Chipre faleceu em setembro de 1261, profundamente pran-

---

1 Ver Heyd, I, pp. 427 ss.

2 Para mais informações sobre a Ordem Teutônica, ver Strehlke, *Tabulae Ordinis Teutonici*.

3 *Gestes des Chiprois*, pp. 157-60. Ver Rey, "Les Seigneurs de Giblet", *in Revue de l'Orient Latin*, III, pp. 399-404. O senhor de Botrun era João, não Guilherme (como no índice da edição das *Gestes* por Mas Latrie). Guilherme, seu pai, perecera em La Forbie em 1244.

teada, pois era uma dama da mais alta integridade. Seu filho, Hugo II, contava oito anos de idade; fazia-se necessário um novo regente para Chipre e Jerusalém. Seu pai, Henrique I, tivera duas irmãs. A mais velha, Maria, desposara Gualtério de Brienne e morrera ainda jovem, deixando um filho, Hugo. A mais nova, Isabela, era casada com Henrique de Antióquia, irmão de Boemundo V, e ainda vivia. Seu filho, também chamado Hugo, era mais velho que seu primo de Brienne, que Isabela criara junto com o próprio filho. Hugo de Brienne, embora fosse o próximo na linha de sucessão, não pretendia competir com a tia e seu filho pela regência. Após deliberações, a Suprema Corte de Chipre, considerando que um homem seria melhor regente que uma mulher, preteriu as pretensões de Isabela em favor de seu filho, apontado como o mais velho príncipe de sangue real. A Suprema Corte de Jerusalém teve mais tempo para refletir. Só na primavera de 1263 Isabela chegou a Acre com seu marido, Henrique de Antióquia. Os nobres locais aceitaram-na como regente *de facto*, mas, manifestando escrúpulos que haviam até então sido ignorados, recusaram-se a prestar-lhe um juramento de fidelidade — o que só poderia ser feito na presença do Rei Conradino. Godofredo de Sargines abriu mão de seu cargo de *bailli*, que a regente confiou ao marido — retornando em seguida satisfeita para Chipre, sem Henrique.

Isabela morreria em Chipre no ano seguinte, deixando a regência de Jerusalém novamente vaga. Hugo de Antióquia, Regente de Chipre, reclamou-a como seu filho e herdeiro, mas Hugo de Brienne decidiu fazer uma contra-reivindicação — alegando que, segundo os costumes franceses seguidos em Outremer, o filho de uma irmã mais velha precedia o da mais jovem, independentemente de qual dos dois tivesse mais idade. Os juristas de Outremer, no entanto, adotaram como critério decisivo o parentesco com o último detentor do cargo. Uma vez que Isabela fora aceita como última regente, seu filho Hugo teria prioridade em relação ao seu sobrinho. Os nobres e funcionários mais graduados de Estado aceitaram-no por unanimidade e prestaram-lhe a homenagem que haviam recusado à sua mãe. As comunas e colônias estrangeiras ofereceram-lhe fidelidade e os grão-mestres do Templo e do Hospital deram-lhe seu reconhecimento. Apesar de os italianos ainda combaterem entre si nos mares, vigorava no reino uma atmosfera geral — ainda que superficial — de reconciliação, graças principalmente ao vigor de Hugo. Em vez de nomear um *bailli* para agir em seu nome no continente, ele optou por viajar continuamente entre Chipre e Acre. Enquanto estava em Chipre, o governo continental era confiado a Godofredo de Sargines, mais uma vez senescal. Era bom que a administra-

ção se encontrasse em mãos respeitadas, pois havia grandes e crescentes perigos à frente.[1]

O Rei Luís da França nunca se esqueceu da Terra Santa. Todos os anos, enviava uma quantia para manter a pequena companhia que deixara em Acre, sob Godofredo de Sargines — prática que teria continuidade mesmo após a morte tanto de Godofredo quanto do próprio monarca. Acalentou para sempre a esperança de um dia partir novamente para uma cruzada; contudo, as necessidades de seu próprio país não lhe davam descanso. Só em 1267, quando já estava cansado e enfermo, sentiu-se em condições de preparar-se para sua segunda cruzada, pondo-se lentamente a fazer os preparativos devidos e a coletar o dinheiro necessário. Em 1270, estava pronto para embarcar para a Palestina.[2]

O projeto pio, porém, foi desfigurado e arruinado pelo irmão do rei, Carlos. Em 1258 o jovem Conradino, soberano titular da Sicília e de Jerusalém, fora destituído por seu tio Manfredo, filho bastardo de Frederico II. Manfredo tinha muito do fulgor arrogante de seu pai, e era alvo da mesma medida de ódio por parte dos papas, que se puseram a procurar um príncipe para colocar em seu lugar no trono siciliano, tradicionalmente sob sua suserania. Depois de considerarem Edmundo de Lancaster, filho de Henrique da Inglaterra, encontraram seu candidato em Carlos d'Anjou. Carlos guardava pouca semelhança com seu piedoso irmão. Era frio, cruel e dotado de uma ambição desmesurada — e sua esposa, a Condessa Beatrice, herdeira da Provença e irmã de três rainhas, ansiava por usar sua própria coroa. Em 1261, Jaime Pantaleão, Patriarca de Jerusalém, foi entronizado papa como Urbano IV — e não demorou a persuadir Luís de que a eliminação dos Hohenstaufen da Sicília constituía uma preliminar indispensável para o êxito de qualquer cruzada futura.

Luís aprovou a candidatura do irmão e chegou a coletar impostos na França em seu benefício. Urbano morreu em 1264, mas seu sucessor, Clemente IV, outro francês, concluiu os arranjos com Carlos. Em 1265, este penetrou na Itália e derrotou e matou Manfredo na batalha de Benevento; a vitória colocou o sul da península e a Sicília em seu poder, e sua esposa ganhou sua tão anelada coroa. Três anos depois, Conradino empreendeu um valente esforço para recuperar sua herança italiana. A tentativa terminou em desastre perto de Tagliacozzo, e o rapaz de dezesseis anos, o último dos Hohenstaufen, foi feito prisioneiro e decapitado. As ambições de Carlos,

---

1 Ver La Monte, *op. cit.* pp. 75-7, e Hill, *op. cit.* II, pp. 151-4, para um debate de questões e referências legais.

2 Joinville, pp. 210-12.

então, elevaram-se: ele tencionava dominar a Itália, retomar Constantinopla aos cismáticos gregos e fundar um império mediterrâneo, tal como haviam sonhado, debalde, seus predecessores normandos. O papa Clemente começou a temer o monstro que criara, mas morreu em 1268. Durante três anos, Carlos, mediante intrigas com os cardeais, bloqueou a eleição de um novo pontífice. Não havia ninguém para estorvá-lo. No entanto, a idéia da cruzada almejada por seu irmão o inquietava. Os franceses e o dinheiro da França deveriam ser empregados em seu favor, não no de um reino remoto pelo qual ele ainda estava longe de se interessar. Carlos esperava ajuda para um ataque a Bizâncio. Se tal não fosse possível, pelo menos a cruzada deveria ser desviada para algum canal que lhe redundasse em lucro.[1]

Mustansir, Emir de Túnis, que dominava o litoral africano defronte da Sicília, era conhecido por sua disposição positiva para com os cristãos; no entanto, incorrera na ira de Carlos ao dar refúgio a rebeldes sicilianos. Carlos convenceu Luís, cujo otimismo em relação à fé não se obscurecera com a experiência, de que o emir estava pronto para a conversão. Bastaria uma ligeira manifestação de força para atraí-lo, e uma nova província seria acrescentada ao cristianismo — numa região de vital importância estratégica para qualquer nova cruzada. É possível que a capacidade de julgamento de Luís estivesse obnubilada pela doença. Amigos sensatos, como Joinville, não faziam segredo de que viam o projeto com maus olhos. Todavia, Luís acreditava no irmão. Em 1° de julho, fez-se à vela em Aigues-Mortes, à frente de uma expedição formidável. Com ele seguiam seus três filhos ainda vivos; seu genro, o Rei Tibaldo de Navarra; seu sobrinho, Roberto de Artois; os Condes da Bretanha e de La Marche e o herdeiro de Flandres, todos filhos de camaradas de sua cruzada anterior, bem como o Conde de Saint Pol, um sobrevivente daquela missão; e o Conde de Soissons. A armada despontou no horizonte de Cartago em 18 de julho, em pleno calor do verão africano. O Emir de Túnis não demonstrou o menor desejo de converter-se ao cristianismo; pelo contrário, reforçou as fortificações e a guarnição de sua capital. Entretanto, ele não precisou lutar. O clima fez seu trabalho por ele. As doenças logo se propagaram pelo acampamento francês; príncipes, cavaleiros e soldados caíram enfermos aos milhares. O rei foi um dos primeiros a sucumbir. Quando Carlos d'Anjou chegou, em 25 de agosto, com seu exército, soube que seu irmão perecera algumas horas antes. O herdeiro da França, Filipe, estava gravemente enfermo; João Tristão, o príncipe nascido em

1 Ver Jordan, *Les Origines de la Domination Angevine en Italie, passim*. Hefele-Leclercq, *op. cit.* VI, 1, pp. 47-60, 63-6; Powicke, *op. cit.* II, pp. 598-9 (um debate sobre a política de Carlos d'Anjou).

Damieta, agonizava. O vigor de Carlos poupou a expedição do desastre até o outono, quando o emir pagou-lhe uma generosa indenização para que retornasse à Itália; a cruzada como um todo, porém, fora um desperdício.[1]

Quando a notícia da tragédia em Túnis alcançou o Oriente, os muçulmanos ficaram profundamente aliviados, e os cristãos mergulharam em pranto. Seu pesar era plenamente justificado. Nunca mais um exército real deixaria sua pátria para resgatar os francos de Outremer. O Rei Luís fora um grande e bom rei da França, mas para a Palestina, pela qual nutriu amor ainda mais profundo, não trouxe nada além de decepção e prejuízo. Moribundo, pensou na Cidade Santa que jamais avistara e por cuja libertação seu empenho fora infrutífero. Suas palavras derradeiras foram "Jerusalém, Jerusalém".[2]

1 Joinville, pp. 262-3. Ver Sternfeld, *Ludwigs des Heiligen Kreuzzug nach Tunis*, *passim*.
2 Guilherme de Saint-Pathus, pp. 153-5.

Capítulo III

Os Mongóis na Síria

"Podes fiar-te nele por ser grande a sua força, e lhe confiarás os teus labores?"
JÓ 39, 11

Quando Guilherme de Rubruck chegou à corte do Grande Cã, no apagar das luzes de 1253, encontrou um governo muito diferente daquele que recebera o emissário anterior do Rei Luís, André de Longjumeau. Quando Guyuk, filho de Ogodai, morreu em 1248, sua viúva, Oghul Qaimish, ocupou a regência para seus jovens filhos, Qucha, Naqu e Qughu. Ela, porém, era uma governante inapta, dada à avareza e a feitiçarias, e nenhum de seus filhos parecia prometer maior competência. Seu primo, Shiremon, destinado à sucessão por seu avô Ogodai, tramava continuamente contra eles. Oposição mais formidável, contudo, era oferecida por uma aliança entre Batu, o vice-rei do Ocidente, e a Princesa Sorghaqtani, viúva do filho caçula de Gêngis, Tului. Sorghaqtani, queraíta de nascimento e, como todos os de sua raça, devota cristã nestoriana, gozava do mais profundo respeito por sua sabedoria e incorruptibilidade. Ogodai desejara casá-la, após a morte do marido, com seu filho Guyuk; todavia, ela diplomaticamente recusou, preferindo dedicar-se à educação de seus quatro notáveis filhos — Mongka, Kubilai, Hulagu e Ariqboga. Quando Guyuk realizou uma inspeção das finanças da família imperial, Sorghaqtani e seus filhos foram os únicos que provaram ter sempre agido com os mais perfeitos escrúpulos. Batu, cuja rixa com Guyuk não fora jamais sanada, nutria por ela uma imensa admiração. Sabendo que seu próprio direito ao trono seria sempre obnubilado pelas dúvidas acerca da legitimidade de seu pai, Judji, Batu uniu-se a ela na defesa das reivindicações de Mongka. Dirigiu-se à Mongólia e, como príncipe mais velho da casa, convocou uma *kuriltay* — que, em 1º de julho de 1251, elegeu Mongka Cã Supremo. Apesar das sinceras tentativas de Sorghaqtani de aplacá-los, os netos de Ogodai recusaram-se a comparecer à assembléia, e planejaram atacar os participantes quando se embriagassem nos festins que se seguiam à cerimônia de inauguração. O complô malogrou-se, e, ao cabo de um ano de guerra civil, Mongka triunfou sobre todos os seus rivais e instalou-se como Cã Supremo em Karakorum. A Regente Oghul Qaimish e a mãe de Shire-

mon foram condenadas por bruxaria e afogadas. Os príncipes da casa de Ogodai foram enviados ao exílio.[1]

Com a acessão de Mongka, os mongóis retomaram sua política de expansão. Os grandes príncipes voltaram para seus governos. As províncias orientais foram confiadas ao segundo irmão de Mongka, Kubilai, que se dedicou, com vigor e método, à conquista de toda a China. Tendo se convertido ao budismo, suas guerras e o tratamento que dispensava aos vencidos destacavam-se por sua humanidade e magnanimidade. Mongka e seu irmão mais novo, Ariqboga, permaneceram na Mongólia, mantendo sob atento controle todo o seu vasto império. Os herdeiros de Chagatai, no Turquestão, começaram a tentar estender seu poder até o outro lado do Pamir, na Índia. Batu transferiu seu quartel-general para o trecho inferior do Volga, a fim de dominar seus príncipes vassalos na Rússia, ali fundando o canato denominado kiptchak pelos escritores islâmicos, e pelos mongóis e russos, Horda Dourada. O governo da Pérsia passou para o terceiro irmão de Mongka, Hulagu, e foi para as suas fronteiras e para as de Kubilai, a leste, que os principais esforços dos mongóis foram então concentrados.[2]

Dos Estados que bordejavam o Mediterrâneo, foi o reino armênio, na Cilícia, o primeiro a dar-se conta da importância do avanço mongol. Os armênios haviam testemunhado com interesse o colapso do exército seljúcida, em 1243, diante de uma expedição mongol liderada por um governador provincial. Podiam imaginar como não seria irresistível a tropa imperial. O Rei Hethoum tivera a prudência de enviar uma mensagem deferencial a Baichu em 1243. Os mongóis, entretanto, haviam se retirado em seguida, e Kaikhosrau recuperou seus territórios perdidos na Anatólia e voltou a pressionar a Armênia, auxiliado por um príncipe armênio rebelde, Constantino de Lampron.[3] Hethoum calculava que os mongóis retornariam e seriam de inestimável valor para toda a cristandade asiática, sobretudo para ele mesmo; assim, em 1247, enviou seu irmão, o Comissário Sempad, numa embaixada à corte do Grande Cã. Sempad chegou a Karakorum em 1248, não muito antes da morte de Guyuk — que o recebeu de maneira cordial e, ao ser informado de que Hethoum dispunha-se a se considerar seu vassalo, prometeu enviar ajuda para que os armênios recapturassem cidades que lhes haviam sido tomadas pelos seljúcidas. Sempad voltou para casa com um diploma do Grande Cã garantindo a integridade

---

1 Guilherme de Rubruck (ed. Rockhill), pp. 163-4; Howorth, *History of the Mongols*, I, pp. 170-86; Grousset, *L'Empire Mongol*, pp. 306-11.
2 Grousset, *op. cit.* pp. 312-13, 364-6; Iakoubovski e Grekov, *La Horde d'Or*, pp. 98-120.
3 Ibn Bibi (ed. Houtsma), pp. 243, 249-50; Sempad, pp. 649-51; Kirakos, trad. Brosset, p. 142; Vincent de Beauvais, pp. 1295-6.

dos domínios de Hethoum.[1] Entretanto, a morte de Guyuk impediu qualquer providência imediata. Em 1254, ao tomar conhecimento da acessão de um novo e vigoroso cã, o Rei Hethoum pôs-se a caminho de Karakorum.[2]

Karakorum era agora o centro diplomático do mundo. Quando o embaixador de Luís IX, Guilherme de Rubruck, lá chegou em 1254, encontrou embaixadas do imperador grego, do califa, do rei de Déli e do sultão seljúcida, bem como de emires de Jeziré e do Curdistão e de príncipes da Rússia, todos aguardando pelo cã. Havia vários europeus lá estabelecidos, entre eles um joalheiro de Paris, com sua esposa húngara, e uma alsaciana casada com um arquiteto russo.[3] Não existia discriminação de ordem racial nem religiosa na corte. Os mais altos postos do exército e do governo eram reservados a membros da família imperial, mas havia ministros e governadores provinciais de quase todas as nações asiáticas. O próprio Mongka seguia a fé de seus pais, o xamanismo, mas tomava parte em cerimônias cristãs, budistas e muçulmanas indiscriminadamente. Em seu entender, havia um único Deus, que podia ser cultuado como bem se entendesse. Sua principal influência religiosa era a dos cristãos nestorianos, pelos quais Mongka manifestava especial favor em memória de sua mãe Sorghaqtani, que permanecera sempre leal à sua fé — mesmo tendo abertura suficiente para dotar um colégio teológico islâmico em Bokhara. A principal imperatriz de Mongka, Kutuktai, e muitas outras de suas esposas também eram nestorianas.[4] Guilherme de Rubruck declarou-se profundamente chocado com a ignorância e devassidão dos eclesiásticos nestorianos, e descreveu seus serviços como pouco mais que orgias regadas a álcool. Certo domingo, viu a imperatriz voltar cambaleante da missa. Quando seus negócios iam mal, ele se inclinava a atribuir a culpa à rivalidade dessa hierarquia herética.[5]

Sua embaixada, com efeito, não foi bem-sucedida de todo. Guilherme havia passado pela capital de Batu no Volga, onde descobriu que o filho deste, Sartaq, ainda que provavelmente não fosse um cristão de fato, mos-

---

1 Sempad, carta a Henrique de Chipre, em Guilherme de Nangis, pp. 361-3.
2 Ibn Sheddad, *Geografia* (ed. Cahen), *in Revue des Etudes Islamiques* (1936), p. 121; Bar-Hebraeus (trad. Budge), pp. 418-19.
3 Guilherme de Rubruck (trad. Rockhill), pp. 165 ss., 176-7. Havia também um inglês nascido na Hungria, chamado Basílio, que morava em Karakorum (*ibid.* p. 211). Bar-Hebraeus, p. 411, descreve a presença de Hethoum e dos dois reis da Geórgia em Karakorum, além de embaixadas de Alepo, dos francos e dos assassinos numa *kuriltay* após a morte de Ogodai.
4 Howorth, *op. cit.* I, pp. 188-91. Sorghaqtani faleceu em fevereiro de 1252. Bar-Hebraeus (p. 417) chama-a de "sapientíssima e fervorosa rainha"; Guilherme de Rubruck (trad. Rockhill), pp. 184-6; Pelliot, "Les Mongols et la Papauté", *loc. cit.* p. 198. Hulagu contou ao historiador armênio Vartan que sua mãe era uma cristã devota (Vartan, texto armênio, ed. Emin, p. 205).
5 Guilherme de Rubruck, *loc. cit.*

trava-se particularmente bem-disposto com relação aos cristãos. Batu enviou-o para a Mongólia à custa do governo — percorrendo a grande estrada comercial em conforto e segurança, embora de tempos em tempos transcorressem dias inteiros sem que se avistasse uma única casa. Guilherme chegou em fins de dezembro de 1253 ao acampamento do Grande Cã, alguns quilômetros ao sul de Karakorum. Mongka recebeu-o em audiência em 4 de janeiro, transferindo-se logo em seguida com a corte para a própria Karakorum. Lá, o embaixador franco soube que o governo mongol já se havia determinado a atacar os muçulmanos da Ásia ocidental, estando pronto a discutir uma iniciativa conjunta. Havia, entretanto, um obstáculo intransponível. O Cã Supremo não podia admitir a existência de nenhum príncipe soberano na face da Terra além de si mesmo. Sua política externa era basicamente simples. Seus amigos já eram seus vassalos; seus inimigos seriam eliminados ou reduzidos à vassalagem. Tudo o que Guilherme conseguiu foi a promessa, relativamente sincera, de que os cristãos receberiam ampla ajuda desde que seus governantes prestassem homenagem ao suserano do mundo. O Rei da França não podia concordar com tais termos. Guilherme deixou Karakorum em agosto de 1254, depois de descobrir, como tantos embaixadores subseqüentes das cortes do oeste da Ásia, que os monarcas orientais não compreendiam nem os usos nem os princípios da diplomacia ocidental. Retornou pela Ásia Central para a corte de Batu, de onde transpôs o Cáucaso e a Anatólia seljúcida até a Armênia e seguiu para Acre. Por toda parte, foi tratado com a reverência devida a um emissário do Cã Supremo.[1]

O Rei Hethoum chegou a Karakorum pouco depois da partida de Guilherme. Apresentou-se, de livre e espontânea vontade, como vassalo; uma vez que os demais visitantes estrangeiros eram ou vassalos contra suas vontades ou representantes de monarcas que tinham a petulância de considerarem-se independentes, foi tratado com particular favor. Em sua recepção formal por Mongka em 13 de setembro de 1254, foi brindado com um documento confirmando que sua pessoa e seu reino seriam invioláveis, e tratado como principal conselheiro cristão do cã para assuntos da Ásia ocidental. Mongka prometeu-lhe liberar todas as igrejas e monastérios cristãos do pagamento de tributos, e anunciou que seu irmão Hulagu, já estabelecido na Pérsia, recebera ordens de capturar Bagdá e destruir o poder do califado — comprometendo-se, caso todas as potências cristãs cooperassem com ele, a recuperar a própria Jerusalém para a cristandade. Hethoum partiu de Karakorum em 1º de novembro, carregado de presentes e encantado com o êxito

1 *Ibid.* pp. 165 ss.

de seus esforços. Voltou para casa pela rota do Turquestão e Pérsia, onde prestou seus respeitos a Hulagu, e chegou à Armênia em julho seguinte.[1]

O otimismo de Hethoum era natural, se bem que um pouco excessivo. Os mongóis sem dúvida ansiavam por controlar ou então destruir o califado. Já possuíam tantos súditos islâmicos que se tornara essencial para eles dominar a principal instituição religiosa do mundo muçulmano. Não acalentavam nenhuma particular inimizade contra o Islã como religião; analogamente, conquanto favorecessem o cristianismo mais que qualquer outra fé, não tinham a menor intenção de admitir qualquer Estado cristão independente. Se Jerusalém fosse restaurada aos cristãos, seria sob o signo do império mongol. É interessante especular o que poderia ter acontecido caso as ambições mongólicas para o oeste asiático se tivessem concretizado. É possível que se constituísse um grande canato cristão que, com o tempo, se desvinculasse do poder central na Mongólia. Todavia, o sonho de S. Luís de que os mongóis se tornassem dedicados filhos da Igreja Romana era impensável; tampouco teriam as instituições cristãs da Ásia Ocidental mantido a menor independência. O triunfo mongol talvez atendesse aos interesses da cristandade como um todo, mas os francos de Outremer, cientes que estavam da atitude do Grande Cã com relação aos príncipes cristãos, não podem ser condenados de todo por preferirem os muçulmanos, seus conhecidos, àquele povo estranho, feroz e arrogante dos desertos remotos, cujo histórico na Europa Oriental não era nada encorajador.[2] A tentativa de Hethoum de forjar uma grande aliança cristã para apoiar os mongóis foi bem recebida pelos cristãos nativos, e Boemundo de Antióquia, sob a influência de seu sogro, aderiu ao movimento. Os francos da Ásia, contudo, repudiaram a idéia.[3]

Em janeiro de 1256, uma gigantesca horda mongol cruzou o Rio Oxo, sob o comando do irmão do Grande Cã, Hulagu. Como seu irmão Kubilai, Hulagu era mais erudito que a maioria dos príncipes mongóis. Apreciava os homens cultos e dedicava-se à filosofia e alquimia por diletantismo. Como Kubilai, sentia-se atraído pelo budismo, mas nunca chegou a abrir mão de seu xamanismo ancestral; faltava-lhe ainda o humanismo do irmão. Sofria de acessos epiléticos, que talvez lhe tivessem afetado o temperamento, muito

---

1 Kirakos, pp. 279 ss.; Vahram, *Crônica Rimada*, p. 519; Bar-Hebraeus, pp. 418-19; Hayton, *Flor des Estoires*, pp. 164-6; Bretschneider, *Mediaeval Researches*, I, pp. 164-72.

2 Para uma defesa da atitude franca, ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 708-9. Grousset, em sua *Histoire des Croisades*, refere-se contínua e corretamente às oportunidades perdidas pelos francos ao rejeitarem a aliança mongol. A despeito de seus conhecimentos da história mongol, porém, ele parece ignorar a impossibilidade de o Grande Cã reconhecer os francos como uma nação independente, não como seus vassalos. Os mongóis não admitiam a possibilidade de existência de Estados estrangeiros independentes.

3 Ver adiante, pp. 271-2, 275.

instável. Era selvagem com relação aos seus conquistados como todos os seus predecessores; os cristãos, no entanto, não tinham por que queixar-se dele, já que a mais poderosa influência de sua corte era a de sua esposa principal, Dokuz Khatun. Essa notável dama era uma princesa queraíta, neta de Toghrul Khan — prima, portanto, da mãe de Hulagu. Nestoriana apaixonada, não fazia segredo da péssima conta em que tinha o Islã, nem de sua ânsia por ajudar os cristãos de todas as seitas.[1]

O objetivo primário de Hulagu era o quartel-general dos assassinos, na Pérsia. Enquanto a seita não fosse destruída, seria impossível um governo ordeiro; ademais, seus seguidores haviam ofendido particularmente os mongóis ao assassinarem Chagatai, o segundo filho de Gêngis Khan. O objetivo seguinte era Bagdá, de onde o exército mongol seguiria para a Síria. Tudo foi planejado com cuidado. As estradas que cruzavam o Turquestão e a Pérsia foram reparadas e construíram-se pontes; requisitaram-se carretas para trazerem máquinas de cerco da China. Os rebanhos foram eliminados dos pastos, a fim de garantir capim em abundância para os cavalos mongóis. Com Hulagu estavam Dokuz Khatun e duas de suas demais esposas, além de seus dois filhos mais velhos. A casa de Chagatai estava representada por seu neto, Nigudar. Da Horda Dourada Batu enviou três de seus sobrinhos, que desceram o litoral oeste do Mar Cáspio e juntaram-se ao exército na Pérsia. Todas as tribos da confederação mongol contribuíram com um quinto de seus homens capazes de lutar, e havia mil arqueiros chineses, especialistas em atirar flechas incendiadas com suas bestas. Enviou-se uma tropa quase três anos antes para abrir caminho, sob o general de maior confiança de Hulagu, o nestoriano Kitbuqa, naimano de raça, de quem se dizia que era descendente de um dos três reis magos. Kitbuqa restabeleceu a autoridade mongol sobre as principais cidades do planalto iraniano e capturou alguns dos redutos assassinos de menor monta antes do advento de Hulagu.[2]

O grão-mestre dos assassinos, Rukn ad-Din Khurshah, tentou em vão esquivar-se do perigo mediante intrigas e chamarizes diplomáticos. Hulagu adentrou a Pérsia e foi penetrando lenta e inexoravelmente, passando por Demavend e Abbassabad, nos vales dos assassinos. Quando o imenso exército despontou diante de Alamute e iniciou o cerco fechado da cidadela,

---

1 Rashid ad-Din (trad. Quatremère), pp. 94-5, 145. Ele menciona a influência de Dokuz Khatun. Mongka admirava-a e recomendou que Hulagu sempre desse ouvidos aos seus conselhos. Como Sorghaqtani, ela era uma princesa queraíta de nascimento. Para mais informações sobre Hulagu, ver Howorth, *op. cit.* III, pp. 90 ss. e Grousset, *Histoire des Croisades*, III, pp. 563-6.

2 Bretschneider, *op. cit.* pp. 114-15, de fontes originais. Para mais informações sobre os ancestrais de Kitbuqa, com Hayton, *Flor des Estoires*, p. 173.

Rukn ad-Din entregou os pontos. Em dezembro, apresentou-se em pessoa na tenda de Hulagu e submeteu-se. O governador do castelo recusou-se a obedecer às suas ordens de render-se, mas a fortaleza foi tomada de assalto alguns dias depois. Hulagu prometeu a Rukn ad-Din sua vida, mas pediu para ser enviado para Karakorum, na esperança de obter termos melhores do Grande Cã Mongka. Lá chegando, porém, Mongka recusou-se a recebê-lo, alegando que fora errado cansar bons cavalos em missão tão infrutífera. Duas fortificações assassinas ainda resistiam aos mongóis, Girdkuh e Lembeser. Rukn ad-Din recebeu ordens de voltar para casa e providenciar sua rendição. No caminho, foi morto, junto com sua comitiva. Ao mesmo tempo, enviou-se a Hulagu uma mensagem determinando que toda a seita fosse exterminada. Alguns familiares do grão-mestre foram enviados para a filha de Chagatai, Salghan Khatun, para que ela se vingasse pessoalmente da morte do pai. Outros de seus correligionários foram reunidos, sob o pretexto de um censo, e massacrados aos milhares. Em fins de 1257, restavam apenas alguns refugiados nas montanhas persas. Os assassinos da Síria ainda estavam fora do alcance dos mongóis — mas não era difícil para eles prever o que os aguardava.[1]

Em Alamute, os assassinos possuíam uma vasta biblioteca, repleta de obras sobre filosofia e ciências ocultas. Hulagu mandou que seu camarista muçulmano, Ata al-Mulk Juveni, a inspecionasse. Juveni separou os exemplares que encontrou do Alcorão, bem como os volumes de valor científico e histórico; os livros heréticos foram queimados. Por uma estranha coincidência, por volta da mesma época houve um grande incêndio, provocado por um relâmpago, na cidade de Medina — e sua biblioteca, que possuía a maior coleção de obras sobre a filosofia islâmica ortodoxa, foi reduzida a cinzas.[2]

Uma vez varridos os assassinos da Pérsia, Hulagu e a hoste mongol investiram contra a sede do Islã ortodoxo, em Bagdá. O Califa al-Mustasim, trigésimo sétimo governante da dinastia abássida e filho do Califa al-Mustansir com uma escrava etíope, acalentara esperanças de reviver o poder e prestígio de seu trono. Desde o colapso do império de Khwarism, o califado era senhor de seu próprio nariz, e a rivalidade entre Cairo e Damasco permitiu que seu soberano assumisse a condição de árbitro do mundo islâmico. Apesar de cercar-se de pompa e cerimônia, porém, al-Mustasim era um homem fraco e tolo, cujo principal interesse era a diversão pessoal. Sua corte dilacerava-se numa disputa entre seu vizir, o xiita Muwaiyad ad-Din, e seu secretário, o sunita Aibeg, que desfrutava do apoio do herdeiro do trono.

1 *Ibid.* pp. 116-18; Browne, *Literary History of Persia*, II, pp. 458-60.
2 Browne, *loc. cit.*

Bagdá era solidamente fortificada, e o califa contava com um vasto exército — só sua cavalaria montava a 120 mil homens. Entretanto, suas forças dependiam de benefícios militares, e al-Mustasim não confiava em seus vassalos. Assim sendo, seguiu o conselho de seu vizir para que reduzisse o tamanho da tropa e destinasse o montante economizado num tributo voluntário aos mongóis, que os manteria longe. Tal política de apaziguamento tinha poucas perspectivas de lograr êxito, mesmo que executada de maneira consistente. No entanto, quando Hulagu replicou exigindo direitos de suserania sobre o califado, a influência de Aibeg estava em ascensão, e a sugestão foi recusada com altivez.[1]

Era com uma certa apreensão que Hulagu encarava a campanha. Seus astrólogos não eram todos encorajadores, e ele receava uma traição de seus próprios vassalos muçulmanos e a intervenção dos governantes de Damasco e do Egito. Todavia, suas precauções contra eventuais ardis foram eficazes, e ninguém saiu em socorro de Bagdá. Nesse ínterim, seu próprio exército foi reforçado pela chegada do contingente da Horda Dourada, da tropa mantida por Baichu ao longo da última década nas fronteiras da Anatólia e de um regimento da cavalaria georgiana, ávida por marchar contra a capital dos infiéis.

No apagar das luzes de 1257, o exército mongol deixou sua base em Hamadan. Baichu, com seus homens, cruzou o Tigre em Mosul e desceu pela margem direita; Kitbuqa e a ala esquerda adentraram a planície iraquiana com destino ao leste da capital, enquanto Hulagu e o centro avançavam por Kermanshah. O corpo principal do exército do califa, comandado por Aibeg, estava a caminho de arrostar Hulagu quando soube da aproximação de Baichu por noroeste. Aibeg atravessou o Tigre de volta e, em 11 de janeiro de 1258, caiu sobre os mongóis perto de Anbar, a cerca de cinqüenta quilômetros de Bagdá. Baichu simulou uma retirada, atraindo assim os árabes para um terreno baixo e pantanoso, e enviou engenheiros para derrubarem os diques do Eufrates atrás de si. No dia seguinte, o embate recomeçou. O exército de Aibeg foi empurrado para os campos inundados; somente o próprio Aibeg e sua guarda pessoal lograram escapar pelas águas até Bagdá. A maior parte dos soldados pereceu no campo de batalha. Os sobreviventes debandaram para o deserto, onde se dispersaram.[2]

Em 18 de janeiro, Hulagu assomou diante da face leste das muralhas de Bagdá, e no dia 22 a cidade estava completamente cercada, com pontes de barcos sobre o Tigre imediatamente acima e abaixo da cidade. Bagdá esten-

1 D'Ohsson. *Histoire des Mongols*, III, pp. 215-25.
2 Browne, *op. cit.* II, pp. 461-2.

dia-se pelos dois lados do rio. A metade ocidental, onde se localizava o palácio dos primeiros califas, era então menos relevante que a oriental, onde se concentravam os prédios do governo. Foi contra os muros orientais que os mongóis perpetraram seus ataques mais pesados. Al-Mustasim começou a perder as esperanças. No final de janeiro, enviou o vizir, que sempre defendera a paz com os mongóis, junto com o patriarca nestoriano (que, esperava, talvez intercedesse junto a Dokuz Khatun), para tentarem um diálogo com Hulagu. Foram enviados de volta sem terem conseguido nem ao menos uma audiência. Depois de um terrível bombardeio durante a primeira semana de fevereiro, o muro leste começou a desabar. Em 10 de fevereiro, quando as tropas mongóis já inundavam a cidade, o califa apresentou-se e rendeu-se pessoalmente a Hulagu, junto com os mais graduados oficiais do exército e funcionários do Estado. Receberam ordens de depor suas armas — depois do que foram massacrados. A vida do califa foi a única a ser poupada até Hulagu entrar na cidade e no palácio, em 15 de fevereiro. Depois de haver revelado ao conquistador o esconderijo de todo o seu tesouro, também ele foi morto. Nesse ínterim, os massacres prosseguiam por toda a cidade. Tanto os que logo se renderam quanto os que resistiram foram eliminados. Mulheres e crianças pereceram com seus homens. Um mongol encontrou, numa rua lateral, quarenta bebês recém-nascidos cujas mães haviam morrido. Num ato de misericórdia, matou-os, sabendo que não sobreviveriam sem ninguém que os amamentasse. As tropas geórgicas, as primeiras a irromper na cidade, mostraram-se particularmente ferozes em sua destruição. Em quarenta dias, cerca de oitenta mil cidadãos de Bagdá foram assassinados. Os únicos sobreviventes foram os poucos felizardos cujos esconderijos nos porões não foram descobertos, algumas meninas e meninos atraentes, que foram reservados para servirem de escravos, e a comunidade cristã, que se refugiou nas igrejas e foi deixada em paz, por determinação especial de Dokuz Khatun.[1]

No fim de março, o fedor dos cadáveres em decomposição na cidade era tal que Hulagu recuou com suas tropas, por temor da pestilência. Muitos partiram com pesar, certos de que ainda havia objetos de valor por encontrar. Hulagu, porém, detinha agora o gigantesco tesouro acumulado pelos califas abássidas ao longo de cinco séculos. Depois de enviar uma bela fatia para seu irmão Mongka, retirou-se pouco a pouco e com tranqüilidade para Hamadan e de lá para o Azerbaijão, onde erigiu um forte castelo em Shaha, às margens

1 *Ibid.* pp. 462-6; Bretschneider, *op. cit.* I, pp. 119-20; Abu'l Feda, pp. 136-7; Bar-Hebraeus, pp. 429-31; Kirakos, pp. 184-6; Vartan (texto em armênio, ed. Emin), p. 197; Hayton, *Flor des Estoires*, pp. 169-70.

do Lago Urmiah, a fim de armazenar todo o seu ouro, jóias e outros metais preciosos. Deixou como governador de Bagdá o ex-vizir, Muwaiyad, sob a atenta supervisão de encarregados mongóis. O patriarca nestoriano, Makika, foi brindado com um rico dote e um antigo palácio real para servir-lhe de residência e igreja. A cidade foi paulatinamente limpa e reparada, e ao cabo de quarenta anos já era um próspero centro provinciano, com um décimo de seu tamanho anterior.[1]

A notícia da destruição de Bagdá causou a mais viva impressão em toda a Ásia. Os cristãos de todo o continente regozijaram-se. Escreveram em triunfo sobre a queda da Segunda Babilônia e saudaram Hulagu e Dokuz Khatun como os novos Constantino e Helena, os instrumentos de Deus na vingança contra os inimigos de Cristo.[2] Para os muçulmanos, foi um choque medonho, e um desafio. Havia séculos que o califado abássida vinha sendo despojado da maior parte de seu poder material, mas ainda gozava de considerável prestígio moral. A eliminação da dinastia e da capital deixou vaga a liderança do Islã, à disposição de qualquer líder muçulmano mais ambicioso. A satisfação cristã foi efêmera; não demoraria muito para que o Islã subjugasse seus conquistadores. A unidade do mundo muçulmano, no entanto, sofrera um golpe do qual jamais se recuperaria. A queda de Bagdá, ocorrida meio século depois da queda de Constantinopla, em 1204, pôs fim em definitivo à velha e equilibrada diarquia entre Bizâncio e o califado, sob a qual por tanto tempo prosperara a humanidade do Oriente Próximo — que nunca mais voltaria a dominar a civilização.

Depois de arrasar Bagdá, Hulagu voltou sua atenção para a Síria. O primeiro passo era reforçar o controle mongol sobre Jeziré, e sobretudo reprimir o príncipe aiubita de Mayyafaraqin, al-Kamil, que se recusava a aceitar a suserania mongol e chegara ao ponto de crucificar um sacerdote jacobita que o visitara como emissário de Hulagu.[3] Antes de deixar seu acampamento, vizinho a Maragha, Hulagu recebeu enviados de vários Estados. O velho atabegue de Mosul, Badr ad-Din Lulu, veio desculpar-se por iniqüidades passadas. Os dois sultões seljúcidas, filhos de Kaikhosrau, Kaikaûs II e Kilij Arslan IV, chegaram logo em seguida. O primeiro, que se opusera a Baichu em 1256, tentou em vão aplacar Hulagu com a mais descarada bajulação, que chocou os mongóis. Por fim, an-Nasir Yusuf, governante de Alepo e Damasco, enviou-lhe seu próprio filho, al-Aziz, a fim de prestar seus humildes res-

---

1 Bretschneider, *op. cit.*, pp. 120-1; D'Ohsson, *op. cit.* III, p. 257; Levy, *A Baghdad Chronicle*, pp. 259-60.

2 Stephen Orbelian, *História de Siunia* (texto armênio), pp. 234-5, refere-se a Hulagu e Dokuz Kharun como "os novos Constantino e Helena".

3 D'Ohsson, III, p. 307.

peitos ao conquistador. Mayyafaraqin foi sitiada e capturada no início de 1260, em grande parte graças ao auxílio dos aliados georgianos e armênios de Hulagu. Os muçulmanos foram massacrados e os cristãos, poupados. Al-Kamil foi torturado, sendo forçado a comer sua própria carne até morrer.[1]

Em setembro de 1259, Hulagu liderou o exército mongol na conquista do noroeste da Síria. Kitbuqa encabeçava a vanguarda; Baichu, a ala direita; outro de seus generais prediletos, Sunjak, a esquerda; e o próprio Hulagu comandava o centro. Seguiram por Nisibin, Harran e Edessa até Birejik, onde atravessaram o Eufrates. Saruj tentou resistir-lhe, e foi saqueada. No começo do novo ano, as forças mongóis fecharam o cerco a Alepo. Como sua guarnição recusou-se a se render, a cidade foi bloqueada em 18 de janeiro. O Sultão an-Nasir Yusuf encontrava-se em Damasco quando o assalto teve início; esperava que a presença de seu filho no acampamento de Hulagu evitasse o perigo, mas, quando descobriu seu equívoco, tomou a iniciativa ainda mais humilhante de oferecer-se para aceitar a suserania dos mamelucos do Egito. Estes lhe prometeram ajuda, mas não demonstraram a menor pressa em atendê-lo; nesse meio tempo, ele reuniu um exército perto de Damasco e convocou seus primos de Hama e Kerak para auxiliá-lo. Enquanto esperava, contudo, alguns de seus oficiais turcos começaram a tramar contra ele. Desmascarados a tempo, fugiram para o Egito, levando consigo um de seus irmãos. A deserção implicou tamanho enfraquecimento de suas forças que an-Nasir perdeu toda e qualquer esperança de sair em resgate de Alepo.

Alepo foi bravamente defendida pelo tio de an-Nasir Yusuf, Turanshah, mas, ao cabo de seis dias de bombardeio, as muralhas desabaram e os mongóis invadiram a cidade. Como alhures, os cidadãos muçulmanos foram massacrados e os cristãos, poupados, exceto por parte dos ortodoxos, cuja igreja não fora reconhecida no calor da carnificina. A cidadela resistiu ainda por quatro semanas sob Turanshah. Quando por fim se deu sua queda, Hulagu demonstrou inesperada clemência. Turanshah foi poupado em virtude de sua idade e sua bravura, e sua comitiva ficou ilesa. Um imenso tesouro caiu nas mãos do conquistador. Hulagu confiou Alepo ao antigo emir de Homs, al-Ashraf — que tivera a presciência de apresentar-se como cliente no acampamento mongol alguns meses antes —, com um conselho e uma guarnição mongóis para mantê-lo sob controle.[2]

A fortaleza de Harenc, na estrada entre Alepo e Antióquia, teve de ser punida em seguida por recusar-se a se render sem que a palavra de Hulagu

---

1 Kirakos, pp. 177-9; Vartan, p. 199; Rashid ad-Din (trad. Quatremère), pp. 330-1; D'Ohsson, III, p. 356.

2 Maqrisi, *Sultans*, I, i, pp. 90, 97; Abu'l Feda, pp. 140-1; Rashid ad-Din (trad. Quatremère), pp. 327-41; Bar-Hebraeus, pp. 435-6.

fosse garantida por um muçulmano. Após sua captura, seguida pelo massacre habitual, Hulagu chegou às fronteiras de Antióquia. O Rei da Armênia e seu genro, o Príncipe de Antióquia, visitaram seu acampamento a fim de prestar-lhe homenagem. Hethoum já lhe providenciara auxiliares e fora recompensado com parte do espólio de Alepo; ademais, os príncipes seljúcidas haviam recebido ordens para devolver-lhe as conquistas de seu pai na Cilícia. Boemundo também foi recompensado por sua deferência. Diversas cidades e fortes que pertenciam aos muçulmanos desde os tempos de Saladino, inclusive Latáquia, foram restituídos ao principado. Em troca, exigiu-se que Boemundo instalasse o patriarca grego, Eutímio, em sua capital no lugar do latino. Embora o Rei Hethoum não visse os gregos com bons olhos, Hulagu compreendia a importância de sua presença em Antióquia. É possível que a cordialidade de suas relações com o imperador em Nicéia lhe fornecesse um incentivo a mais.[1]

Para os latinos em Acre, á subserviência de Boemundo pareceu vergonhosa, sobretudo na medida em que envolveu a humilhação da Igreja Latina de Antióquia. Ainda era preeminente no reino a influência dos venezianos, que haviam retomado sua boa relação comercial com o Egito. Seus interesses dependiam do comércio que, oriundo do Extremo Oriente, descia a rota para o sul e subia o Golfo Pérsico ou o Mar Vermelho. Os venezianos observavam com crescente preocupação as rotas de caravanas mongóis que atravessavam a Ásia Central rumo ao Mar Negro, onde os genoveses, graças à sua aliança com os gregos, estavam consolidando seu domínio. O governo em Acre pôs-se em busca de um protetor leigo. Era sabido que Carlos d'Anjou, irmão do rei francês, acalentava ambições mediterrâneas e já alimentava intrigas para alcançar o trono siciliano. Remeteu-se-lhe uma carta ansiosa em maio de 1200, descrevendo os perigos do avanço mongol e implorando que interviesse.[2]

Quando a carta foi escrita, os mongóis já eram senhores de Damasco. O sultão an-Nasir Yusuf não fez a menor menção de defender sua capital. Ao tomar conhecimento da queda de Alepo e da aproximação do exército mongol, fugiu para o Egito, refugiando-se junto aos mamelucos; depois, mudou de idéia e caiu prisioneiro dos mongóis ao retornar para o norte. Hama enviou uma delegação para Hulagu em fevereiro de 1260, oferecendo-lhe as

---

1 *Gestes des Chiprois*, p. 161; carta a Carlos d'Anjou, *Revue de l'Orient Latin*, vol. II, p. 213; Bar-Hebraeus, p. 436; Hayton, *Flor des Estoires*, p. 171. Boemundo foi excomungado pelo papa por essa aliança (Urbano IV, *Registres*, 26 de maio de 1263). A cessão de Latáquia não é mencionada, mas a cidade encontrava-se em mãos francas quando citada a seguir. Ver adiante, pp. 301-2.

2 "Lettre à Charles d'Anjou", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. II, pp. 213-14.

chaves da cidade. Alguns dias depois, os notáveis de Damasco seguiram seu exemplo. Em 1º de março, Kitbuqa entrou em Damasco à frente de um exército mongol. Estava acompanhado do rei da Armênia e do Príncipe de Antióquia. Os cidadãos da antiga capital do califado assistiram, pela primeira vez em seis séculos, ao desfile triunfal de três potentados cristãos por suas ruas. A cidadela resistiu aos invasores por algumas semanas, mas foi reduzida em 6 de abril.

Com a queda das três grandes cidades de Bagdá, Alepo e Damasco, tudo indicava que o Islã na Ásia aproximava-se do fim. Em Damasco, como em todo o resto da Ásia, a conquista mongol acarretou a ressurgência dos cristãos locais. Kitbuqa, sendo ele mesmo cristão, não fazia segredo de suas simpatias. Pela primeira vez desde o século VII os muçulmanos do interior da Síria eram uma minoria reprimida — e ardiam por vingança.[1]

Durante a primavera de 1260, Kitbuqa enviou destacamentos para ocupar Nablus e Gaza, ainda que não tenham chegado a Jerusalém em si. Os francos, pois, viram-se completamente cercados pelos mongóis. As autoridades mongóis não tinham a menor intenção de atacar o reino franco, desde que este lhes mostrasse deferência suficiente. Os francos mais sensatos estavam prontos a evitar provocações, mas não tinham condições de controlar os mais esquentados. Destes, o mais irresponsável era Juliano, Senhor de Sídon e Beaufort — que, apesar de grande e bem-apessoado, era um sujeito tolo, amante da boa vida, que não herdara uma gota sequer da inteligência sutil de seu avô Reinaldo. Sua extravagância já o forçara a empenhar Sídon para os templários, de quem tomara vastas somas emprestadas; e seu mau gênio envolvera-o numa contenda com Filipe de Tiro, seu meio-tio. Embora fosse casado com uma das filhas do Rei Hethoum, o sogro não exercia sobre ele influência alguma. As guerras entre os mongóis e os muçulmanos pareceram-lhe uma boa oportunidade para lançar uma incursão de Beaufort na fértil planície do Bekaa. Todavia, Kitbuqa não permitiria que a recém-estabelecida ordem mongol fosse perturbada por bandoleiros. Enviou uma pequena tropa, sob o comando de um sobrinho, para punir os francos. Juliano então recorreu aos seus vizinhos; juntos, armaram uma emboscada e assassinaram o sobrinho. Kitbuqa, então, furioso, enviou um exército maior, que penetrou até Sídon e devastou a cidade, conquanto o Castelo do Mar fosse salvo por navios genoveses de Tiro. O Rei Hethoum, ao saber do ocorrido, ficou indignado e culpou os templários, que se haviam aproveitado das perdas de Juliano para privá-lo de Sídon e Beaufort. Uma incursão realizada pouco depois

1 Abu'l Feda, pp. 141-3; *Gestes des Chiprois, loc. cit.*; Hayton, *Flor des Estoires,* pp. 171-2. Para referências manuscritas, ver Cahen, *op. cit.* p. 707 nn. 19, 20.

por João II de Beirute e os templários na Galiléia recebeu tratamento igualmente severo por parte de auxiliares mongóis.[1]

Kitbuqa, no entanto, não pôde dedicar-se a empresas de maior porte. Em 11 de agosto de 1259, o Grande Cã Mongka morrera na China em campanha com seu irmão Kubilai. Seus filhos eram jovens e inexperientes; as tropas chinesas, pois, instaram a sucessão de Kubilai. Contudo, a terra natal dos mongóis — inclusive Karakorum e o tesouro central do império — era controlada pelo irmão caçula de Mongu, Ariqboga, e este desejava o trono para si. Ao cabo de vários meses de manobras para descobrir com quem podiam contar, os dois irmãos realizaram, na primavera de 1260, cada qual sua própria *kuriltay*, que o elegeu Cã Supremo. Ariqboga contava com o apoio da maioria dos membros da família imperial que se encontravam na Mongólia, ao passo que Kubilai dispunha de maior apoio entre os generais. Nenhuma das duas assembléias foi estritamente legítima, uma vez que nem todos os ramos da família estavam representados. Nenhum dos dois lados estava disposto a esperar até que Hulagu e os príncipes da Horda Dourada, ou mesmo da casa de Chagatai, fossem informados e enviassem suas delegações. Hulagu particularmente preferia Kubilai, embora seu filho Chomughar fosse partidário de Ariqboga, com quem também simpatizava Berke, cã da Horda Dourada. Só no fim de 1261 Kubilai finalmente esmagou Ariqboga. Nesse meio-tempo, Hulagu manteve-se cautelosamente próximo à sua fronteira oriental, pronto para penetrar na Mongólia caso necessário. Ele tinha bons motivos de ansiedade. Ariqboga interveio de maneira autocrática em assuntos do canato turquestano, substituindo a regente Orghana pelo primo de seu marido, Alghuv — cuja posterior deserção e subseqüente casamento com Orghana seriam em grande parte responsáveis pela vitória de Kubilai. Hulagu receava intervenção similar em seus próprios domínios. Ademais, suas relações com seus primos da Horda Dourada vinham se deteriorando. Enquanto sua corte manifestava fortes simpatias cristãs, o Cã Berke estava se bandeando definitivamente para o lado islâmico, e desaprovava a política antimuçulmana de Hulagu. Havia atritos no Cáucaso, a fronteira entre as esferas de influência de Berke e de Hulagu. Berke e seus generais perseguiam constantemente as tribos cristãs, mas a tentativa de Hulagu de impor sua autoridade no lado norte das montanhas foi frustrada pela severa derrota sofrida por um de

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 162-4; Hayton, *Flor des Estoires*, p. 174; os *Annales de Terre Sainte*, p. 449, situam esses eventos, provavelmente de forma equivocada, após a batalha de Ain Jalud.

seus exércitos perto do Rio Terek nas mãos do sobrinho-neto de Berke, Nogai, em 1269.[1]

Com essas preocupações, Hulagu foi obrigado a retirar boa parte de suas tropas da Síria logo após a tomada de Damasco. Kitbuqa ficou no governo do país com um comando muito reduzido. Infelizmente para os mongóis, sua investida na Palestina provocou a única grande potência islâmica ainda invicta, os mamelucos do Egito — que se encontravam então em condições bastante adequadas para responder ao desafio.

O primeiro sultão mameluco, Aibek, não tivera segurança em sua posição. Para legitimar-se, ele não só desposou a Sultana-viúva Shajar ad-Dur como nomeou o príncipe infante aiubita co-sultão. O pequeno al-Ashraf Musa não tinha a menor serventia, porém, e logo se chegou à conclusão de que ele não passava de uma despesa sem préstimo. Em 1257, Aibek desentendeu-se com a sultana. Esta, que não pretendia ser insultada por um novo-rico, tramou seu assassinato por seus eunucos em 15 de abril, durante o banho. Sua morte quase provocou uma guerra civil, com alguns dos mamelucos clamando por vingança contra a viúva, outros apoiando-a como o símbolo da legitimidade. No fim das contas, seus inimigos acabaram vencendo. Em 2 de maio de 1257, ela morreu por espancamento, e o filho de Aibek, Nur ed-Din Ali, aos quinze anos, foi entronizado sultão. O jovem, porém, nem representava uma dinastia respeitada nem possuía a personalidade de um líder. Em dezembro de 1259, foi deposto por um dos antigos camaradas de seu pai, Saif ad-Din Qutuz, que se tornou sultão em seu lugar. Por ocasião de sua acessão, vários mamelucos, como Baibars, que haviam fugido para Damasco por desaprovarem Aibek, regressaram para o Egito.[2]

No começo de 1260, Hulagu enviou uma embaixada ao Egito, exigindo a submissão do sultão. Qutuz mandou matar o embaixador e preparou-se para enfrentar os mongóis na Síria. Foi nesse momento que a notícia da morte de Mongka e da guerra civil na Mongólia obrigou Hulagu a retirar a maior parte de seu exército para o oriente. As tropas que permaneceram com Kitbuqa eram consideravelmente menores que as reunidas por Qutuz. Além dos egípcios em si, havia os remanescentes das forças de Khwarism e tropas do príncipe aiubita de Kerak. Em 26 de julho, o exército egípcio transpôs a fronteira e marchou contra Gaza, com Baibars à frente da vanguarda. Havia uma pequena força mongol na cidade, sob o general Baidar,

---

1 Rashid ad-Din, pp. 341 ss., 391 ss.; Bar-Hebraeus, p.439; Kirakos, pp. 192-4; Hayton, *Flor des Estoires*, p. 173. Ver Grousset, *L'Empire Mongol*, pp. 317-24; Howorth, *op. cit.* III, p. 151; D'Ohsson, *op. cit.* III, p. 377. Nogai, ao que parece, tinha vínculos com a família imperial pela linha feminina.

2 Abu'l Feda, p. 135.

que enviou uma mensagem a Kitbuqa avisando-o da invasão. Antes que este pudesse enviar ajuda, porém, seus homens foram subjugados pelos egípcios.[1]

Kitbuqa, que se encontrava em Balbek, preparou-se imediatamente para descer pelo Mar da Galiléia para o Vale do Jordão, mas foi detido por uma insurreição dos muçulmanos em Damasco. Casas e igrejas cristãs foram arrasadas, e as tropas mongóis faziam-se necessárias para restaurar a ordem.[2] Nesse ínterim, Qutuz decidiu subir o litoral palestino e atacar pelo interior mais ao norte, a fim de poder cortar as comunicações de Kitbuqa caso este penetrasse na Palestina. Uma embaixada egípcia foi enviada, pois, a Acre, solicitando permissão para atravessar território franco e obter provisões no caminho, talvez até auxílio militar efetivo.

Os barões reuniram-se em Acre para discutir o pedido. Era grande seu rancor contra os mongóis, devido ao recente saque de Sídon, bem como sua desconfiança em relação àquela potência oriental, com todo o seu histórico de carnificinas. A civilização islâmica era-lhes mais familiar, e eles em sua maioria preferiam os muçulmanos aos cristãos nativos, que os mongóis tanto demonstravam favorecer. A princípio, inclinaram-se a oferecer ao sultão alguns auxiliares armados, mas o Grão-mestre da Ordem Teutônica, Anno de Sangerhausen, avisou-os de que seria imprudente confiar demais nos muçulmanos, sobretudo se alvoroçados por uma eventual vitória sobre os mongóis. A Ordem Teutônica tinha muitas possessões no reino armênio, e Anno provavelmente apreciava a política do Rei Hethoum. Suas palavras sensatas tiveram algum impacto. A aliança militar foi enjeitada, mas o sultão recebeu a garantia de liberdade de trânsito e provisões para seus homens.[3]

Durante agosto, o sultão conduziu seu exército pela estrada litorânea e acampou vários dias nos pomares que circundavam Acre. Inúmeros emires foram chamados a visitar a cidade como convidados de honra — entre eles Baibars, que ao voltar ao acampamento sugeriu a Qutuz que seria fácil tomar a cidade de surpresa. Qutuz, contudo, não pretendia ser tão pérfido nem correr o risco de sofrer represálias cristãs enquanto os mongóis ainda não houvessem sido derrotados. Os francos começaram a ficar embaraçados com o número de visitantes, mas foram consolados com a promessa de que poderiam comprar, a preços reduzidos, os cavalos que fossem capturados aos mongóis.[4]

---

1 Rashid ad-Din (trad. Quatremère), p. 347; D'Ohsson, *op. cit.* III, pp. 333-5.
2 Abu'l Feda, p. 143.
3 *MS. de Rothelin*, p. 637.
4 Guilherme de Trípoli, *De Statu Saracenorum*, *in* Du Chesne, V, p. 443; *Gestes des Chiprois*, pp. 164-5.

Durante sua estada em Acre, Qutuz soube que Kitbuqa cruzara o Jordão e penetrara no leste da Galiléia. Imediatamente conduziu seu exército para sudeste, passando por Nazaré, e em 2 de setembro alcançou Ain Jalud, as Piscinas de Golias, onde o exército cristão desafiara Saladino em 1183. Na manhã seguinte, o exército mongol apontou. Sua cavalaria era acompanhada de contingentes geórgicos e armênios, mas faltavam-lhe batedores e a população local era hostil. Kitbuqa não sabia que o exército mameluco inteiro estava próximo. Qutuz, com plena consciência de sua própria superioridade numérica, ocultou o grosso de suas tropas nas colinas vizinhas e expôs apenas a vanguarda, liderada por Baibars. Kitbuqa caiu na armadilha. Investiu com todos os seus homens contra o inimigo que via à sua frente. Baibars precipitou-se de volta para as encostas, perseguido de perto, até que de súbito todo o exército mongol viu-se cercado. Kitbuqa lutou de forma soberba. Os egípcios começaram a vacilar, e Qutuz entrou pessoalmente na batalha para reuni-los. Ao cabo de algumas horas de combate, porém, o efeito do maior número de muçulmanos começou a fazer-se sentir. Alguns dos homens de Kitbuqa conseguiram abrir caminho e escapar, mas ele se recusou a sobreviver à sua derrota. Estava praticamente sozinho, teve seu cavalo abatido e caiu prisioneiro. Sua captura encerrou a batalha. Levaram-no agrilhoado à presença do sultão, que debochou de sua derrota. Ele respondeu com altivez, profetizando uma terrível vingança e jactanciando-se de que ele, ao contrário dos emires mamelucos, sempre permanecera fiel ao seu senhor. Teve a cabeça cortada.[1]

A batalha de Ain Jalud foi uma das mais decisivas da História. É bem verdade que, devido a acontecimentos ocorridos a seis mil quilômetros dali, o exército mongol na Síria era demasiado pequeno para conseguir, sem uma boa dose de sorte, proceder à sujeição dos mamelucos; assim como também é verdade que, se um exército maior fosse enviado logo após o desastre, talvez houvesse recuperação para a derrota. As circunstâncias históricas, no entanto, proibiram a reversão da sentença dada em Ain Jalud. A vitória mameluca salvou o Islã da mais perigosa ameaça que jamais enfrentou. Caso os mongóis tivessem penetrado no Egito, não haveria mais nenhum grande Estado islâmico no mundo a leste de Marrocos. Os muçulmanos da Ásia eram por demais numerosos para serem eliminados, mas deixariam de ser o povo dominante. Se Kitbuqa, o cristão, tivesse triunfado, as simpatias cristãs dos mongóis seriam encorajadas, e os cristãos asiáticos teriam ascendido ao poder pela primeira vez desde as grandes heresias da era pré-islâmica. É inútil especular o que poderia ter ocorrido então. O historiador só pode

1 Rashid ad-Din, pp. 349-52; Maqrisi, I, i, *Sultans*, pp. 104-6; Abu'l Feda, pp.143-4.

relatar o que se passou de fato. Ain Jalud converteu o sultanato mameluco do Egito na maior potência do Oriente Próximo pelos dois séculos seguintes, até a ascensão do Império Otomano, e concluiu a ruína dos cristãos nativos do continente. Na medida em que fortaleceu o elemento islâmico e debilitou o cristão, não tardou a induzir os mongóis remanescentes no oeste da Ásia a abraçar o Islã — além de precipitar a extinção dos Estados cruzados, pois, como previu o grão-mestre teutônico, os vitoriosos ansiariam agora por dar cabo dos inimigos da Fé.

Cinco dias depois da vitória, o sultão entrou em Damasco. O aiubita al-Ashraf, que desertara a causa mongol, foi reinstalado em Homs. O emir aiubita de Hama, que fugira para o Egito, voltou para seu emirado. Alepo foi recuperada em um mês. Hulagu, apesar de furioso com a perda da Síria, nada podia fazer enquanto a ordem não fosse restaurada no coração do império mongol. Enviou tropas para reaverem Alepo em dezembro, mas estas foram forçadas a recuar ao fim de quinze dias, depois de massacrarem um grande número de muçulmanos, em represália pela morte de Kitbuqa. Contudo, isso foi tudo o que Hulagu conseguiu para vingar seu amigo fiel.[1]

O sultão Qutuz pôs-se a caminho do Egito coberto de glória. Todavia, conquanto a profecia de vingança de Kitbuqa nunca se cumprisse de todo, seu motejo acerca da deslealdade dos mamelucos seria muito em breve justificado. Qutuz desconfiava cada vez mais de seu lugar-tenente mais ativo, Baibars, e, quando este solicitou o governo de Alepo, o pedido foi asperamente recusado. Baibars não esperou muito para tomar uma medida. Em 23 de outubro de 1260, quando o exército vitorioso atingiu a borda do delta, Qutuz tirou um dia de folga para caçar lebres. Partiu com alguns de seus emires, entre eles Baibars e parte de seus amigos. Assim que se viram bem longe do acampamento, um deles aproximou-se como se fosse fazer um pedido ao sultão, e, enquanto o segurava com firmeza pela mão, fingindo que ia beijá-la, Baibars acorreu por trás e enterrou a espada nas costas de seu senhor. Os conspiradores galoparam então de volta ao acampamento e anunciaram o assassinato. No momento de sua chegada, o chefe do estado-maior do sultão, Aqtai, que se encontrava na tenda real, indagou sem pestanejar qual deles havia perpetrado o crime. Quando Baibars admitiu a autoria, Aqtai disse-lhe que se sentasse no trono do sultão e foi o primeiro a prestar-lhe homenagem. Todos os generais do exército seguiram-lhe o exemplo — e foi como sultão que Baibars retornou ao Cairo.[2]

---

1 Abu'l Feda, p. 144; Bar-Hebraeus, pp. 439-40. Ver Cahen, *op. cit.* pp. 710-11.

2 Abu'l Feda, *loc. cit.*; Maqrisi, *Sultans*, I, i, pp. 110-13; Bar-Hebraeus, *loc. cit.*; *Gestes des Chiprois*, pp. 165-6.

Capitulo IV

O Sultão Baibars

"Entregarei o Egito nas mãos de um senhor cruel; um rei prepotente os dominará."
ISAÍAS, 19, 4

Rukn ad-Din Baibars Bundukdari aproximava-se agora de seu qüinquagésimo ano. Turco kiptchak de nascimento, era um sujeito enorme, de pele bem morena, olhos azuis e uma voz alta e ressonante. Ao chegar pela primeira vez à Síria, como um jovem escravo, foi posto à venda para o Emir de Hama, que o examinou e o considerou demasiado grosseirão. Porém, no mercado, ele chamou a atenção de um emir mameluco, Bundukdar, que pressentiu sua inteligência e o comprou para a guarda mameluca do sultão. Dali por diante, sua ascensão fora rápida, e desde sua vitória sobre os francos em 1244 destacara-se como o mais competente dos soldados mamelucos. Agora, demonstrou ser um estadista do mais alto calibre, sem se deixar restringir por escrúpulos de honra, gratidão ou clemência.[1]

Sua primeira tarefa foi estabelecer-se como sultão. Foi aceito sem objeções no Egito, mas em Damasco outro emir mameluco, Sinjar al-Halabi, alçou-se ao poder. Sinjar era popular em sua cidade, e o ataque simultâneo dos mongóis a Alepo pôs em risco o controle da Síria por Baibars. Entretanto, os príncipes aiubitas de Homs e Hama derrotaram os mongóis, ao passo que Baibars marchou sobre Damasco e desbaratou as tropas de Sinjar nas cercanias da cidade em 17 de janeiro de 1261. Os cidadãos de Damasco bateram-se por Sinjar, mas sua resistência foi vencida. Baibars tratou então de negociar com os aiubitas. O Príncipe de Kerak foi induzido por promessas vistosas a colocar-se em poder do sultão, sendo discretamente eliminado. Ashraf de Homs recebeu permissão para reter sua cidade a sua morte, em 1263, quando ela foi anexada. Só em Hama um ramo da família conseguiu suster-se, sob a mais estrita supervisão, ainda por três gerações.[2] Baibars também desejava conferir ao seu governo uma sanção religiosa. Um grupo de beduínos levou para o Cairo um homem de pele escura chamado Ahmet, que declararam ser tio do falecido califa. Baibars fingiu averiguar sua genea-

1 Abu'l Feda, p. 156. Ver Sobernheim, artigo "Baibars" *in Encyclopaedia of Islam*.
2 Maqrisi, *Sultans*, I, i, p. 116; Abu'l Feda, pp. 145-50; Bar-Hebraeus, p. 439.

logia e saudou-o como califa e líder religioso do Islã, mas destituiu-o de qualquer poder material. Ahmet, renomeado como al-Hakim, logo foi enviado para recuperar Bagdá aos mongóis. Quando foi morto na empreitada, para a qual Baibars deu bem pouco apoio, um filho seu foi elevado àquele califado nominal. Essa tênue linha de abássidas duvidosos seria preservada no Cairo enquanto perdurasse o domínio mameluco.[1]

O passo seguinte do sultão foi punir os cristãos que haviam ajudado os mongóis. Seu maior ressentimento era dirigido contra o Rei Hethoum da Armênia e o Príncipe Boemundo de Antióquia. No fim do outono de 1261, Baibars enviou um exército para tomar posse de Alepo, cujo governador mameluco mostrara-se insubordinado, e realizar amplas investidas contra o território antioquense. Novos ataques foram empreendidos no verão seguinte, e o porto de S. Simão foi saqueado. A própria Antióquia viu-se em perigo, mas Hethoum apelou para Hulagu e chegou com uma força de mongóis e armênios a tempo de salvá-la.[2] Uma vez que o poderio mongol no nordeste da Síria ainda era forte o bastante para deter Baibars, este não teve outra alternativa senão recorrer à diplomacia. O Cã Berke, da Horda Dourada, àquela altura já se convertera abertamente ao islamismo e estava pronto a aliar-se a Baibars. Um dos dois sultões seljúcidas da Anatólia, Kaikaûs, que fora despojado de suas terras por uma aliança entre os mongóis, os bizantinos e seu próprio irmão, Kilij Arslan, refugiara-se na corte de Berke, de onde fora enviado de volta com forças da Horda Dourada e de Baibars; ademais, um chefe turcomano de nome Karaman, agora estabelecido a sudeste de Konya, podia ser usado para exercer uma pressão permanente sobre os armênios.[3]

Os francos de Acre esperavam que a cordialidade demonstrada para com os mamelucos na época da campanha de Ain Jalud os pouparia de atenções hostis. Não obstante, quando João de Jafa e João de Beirute dirigiram-se ao seu acampamento, em fins de 1261, a fim de tentarem negociar a devolução dos prisioneiros francos capturados ao longo dos últimos anos e cobrar o cumprimento de uma promessa de restituir Zirin, na Galiléia (ou pagar uma indenização), feita pelo Sultão Aibek, Baibars, apesar de aparentemente ter gostado de João de Jafa, recusou-se a dar-lhes ouvidos e, pelo contrário, remeteu todos os prisioneiros para campos de trabalhos forçados.[4] Em feve-

---

1 Abu'l Feda, p. 148; Maqrisi, *Sultans*, I, i, pp. 148-64; Bar-Hebraeus, p. 442.
2 *Gestes des Chiprois*, p. 167; *Estoire d'Eracles*, II, p. 466.
3 Cahen, *La Syrie du Nord*, p. 711. Ver também Cahen, "Turcomans de Roum", *in Byzantion*, vol. XIV.
4 *Annales de Terre Sainte*, p. 450. Al-Aïni, pp. 216-17, faz menção a uma trégua firmada pelos dois Joões com o sultão naquele ano.

reiro de 1263, João de Jafa prestou uma segunda visita ao sultão, então acampado no Monte Tabor, e obteve a promessa de uma trégua e uma troca de prisioneiros. Entretanto, nem o Templo nem o Hospital concordaram em abdicar dos muçulmanos que tinham em seu poder, todos artesãos treinados e de considerável valor material para as ordens. O próprio Baibars, chocado com tamanha cobiça mercenária, rompeu as negociações e penetrou no território franco. Depois de saquear Nazaré e reduzir a pó a Igreja da Virgem, deu uma guinada súbita e investiu contra Acre em 4 de abril de 1263. Houve combates encarniçados junto aos muros, no decorrer dos quais o senescal, Godofredo de Sargines, foi gravemente ferido. Baibars, todavia, ainda não estava pronto para bloquear a cidade, e retirou-se depois de pilhar os subúrbios. Desconfiava-se de que ele contava com a cooperação de Filipe de Montfort e dos genoveses de Tiro, mas no último instante suas consciências cristãs os detiveram.[1]

As incursões e contra-ataques prosseguiram na fronteira. As cidades francas da planície litorânea viviam sob ameaça constante. Desde abril de 1261, Balian de Ibelin, senhor de Arsuf, arrendou seu senhorio ao Hospital, reconhecendo que não tinha condições de arcar com a defesa da cidade. No começo de 1264, o Templo e o Hospital aquiesceram em unir forças para capturar a pequena fortaleza de Lizon, a antiga Megido, e alguns meses mais tarde aliaram-se para uma incursão até Ascalão; ademais, no outono as tropas francesas, pagas por S. Luís, penetraram de forma muito lucrativa até os subúrbios de Beisan. Em compensação, porém, os muçulmanos devastaram de tal modo a área rural franca ao sul do Carmelo que a vida ali deixou de ser segura.[2]

No princípio de 1265, Baibars deixou o Egito à frente de um exército formidável. Os mongóis haviam dado mostras de agressividade no norte da Síria naquele inverno, e seu intento inicial era revidar. Contudo, ao ser informado de que suas tropas do norte os haviam contido, decidiu empregar suas forças no ataque aos francos, no sul. Depois de simular divertir-se numa grande expedição de caça nas colinas atrás de Arsuf, ele fez uma aparição súbita diante de Cesaréia. A cidade caiu de imediato, em 27 de fevereiro, mas o castelo resistiu por uma semana. A guarnição capitulou em 5 de março e recebeu permissão para partir em liberdade, mas tanto da cidade quanto do castelo não ficou pedra sobre pedra. Alguns dias depois, os egípcios surgiram em Haifa. Os habitantes que foram alertados a tempo fugiram para bar-

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 167-8; *Annales de Terre Sainte, loc. cit.*; Maqrisi, *Sultans*, I, i, pp. 194-7; al-Aïni, pp. 218-19.

2 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 444, 449; *Annales de Terre Sainte.*, p. 451.

cos no ancoradouro, abandonando a cidade e a cidadela, que foram destruídas; os que lá permaneceram foram massacrados. O próprio Baibars, nesse meio tempo, atacou o grande castelo templário em Athlit. A aldeia fora dos muros foi incendiada, mas a fortaleza por si resistiu-lhe com sucesso. Em 21 de março, o sultão desistiu do cerco e marchou sobre Arsuf, que fora bem guarnecida e abastecida pelos hospitalários. Havia ali 270 cavaleiros, que lutaram com coragem soberba. A cidade baixa, entretanto, caiu em 26 de abril, depois de suas muralhas terem sido derrubadas pelas máquinas de assédio egípcias; três dias depois, o comandante da cidadela, que perdera um terço de seus cavaleiros, capitulou em troca da garantia de que os sobreviventes poderiam partir em liberdade. Baibars, porém, violou sua palavra e levou-os todos em cativeiro. A perda das duas grandes fortalezas aterrorizou os francos, e inspirou o trovador templário Ricaut Bonomel a redigir um poema amargurado, queixando-se de que Cristo parecia agora apreciar a humilhação de seus seguidores.[1]

Chegou a vez de Acre. Todavia, o regente, Hugo de Antióquia, até então em Chipre, já cruzara o mar com os homens que conseguira reunir na ilha. Quando Baibars deixou Arsuf na volta para o norte, descobriu que Hugo havia desembarcado em Acre em 25 de abril. O exército egípcio voltou para casa, deixando tropas para controlar o território recém-conquistado. A fronteira, agora, era visível da própria cidade de Acre.[2] Baibars apressou-se a enviar a notícia de suas vitórias a Manfredo, Rei da Sicília, com quem a corte egípcia mantivera a amizade forjada com seu pai, Frederico II.[3]

Fora um ano positivo para Baibars. Em 8 de fevereiro de 1265, Hulagu morreu no Azerbaijão. Seu irmão Kubilai tinha lhe concedido o título de ilcã e o governo hereditário das possessões mongóis no sudoeste da Ásia — e, conquanto suas dificuldades com a Horda Dourada e com os mongóis do Turquestão, também conversos para o Islã, tivessem-no impedido de retomar uma ofensiva de peso contra os mamelucos, ele ainda era formidável o suficiente para dissuadir os mamelucos de um ataque aos seus aliados. Em julho de 1264, Hulagu realizou sua última *kuriltay* em seu acampamento, perto de Tabriz. Seus vassalos compareceram em peso, inclusive o Rei Davi da Geórgia, o Rei Hethoum da Armênia e o Príncipe Boemundo da Antióquia. Hethoum e Boemundo haviam caído em desgraça com Hulagu por

1 *Gestes des Chiprois*, p. 171; *Estoire d'Eracles*, II, p. 450; *Annales de Terre Sainte*, pp. 451-2; al-Aïni, pp. 219-21; Abu'l Feda, p. 150; Maqrisi, *Sultans*, I, ii, pp. 7-8. O poema de Bonomel encontra-se em Bartholemaeis, *Poesie Provenziale*, II, pp. 222-4.
2 *Gestes des Chiprois, loc. cit.*; *Estoire d'Eracles, loc. cit.*
3 Maqrisi, *Sultans*, I, ii, p. 16. Al-Aïni refere-se a uma embaixada enviada a Baibars em 1264 por Carlos d'Anjou, que planejava atacar Manfredo (p. 219).

terem, no ano anterior, seqüestrado Eutímio, o patriarca ortodoxo de Antióquia — em cuja instalação Hulagu insistira em 1260 —, levando-o para a Armênia. O patriarca latino Opizon fora introduzido em Antióquia. Para Hulagu, a aliança dos bizantinos era crucial como um recurso para manter os turcos da Anatólia sob controle, e ele estava negociando para que uma dama da família imperial de Constantinopla fosse agregada ao conjunto de suas esposas. Quando o Imperador Miguel escolheu para a honraria sua filha bastarda Maria, ela foi escoltada até Tabriz pelo Patriarca Eutímio, que encontrara refúgio em Constantinopla e sem dúvida retornou para o Oriente por convite expresso de Hulagu. Não obstante, os mongóis mantinham sua mentalidade aberta e não permitiriam que querelas sectárias entre os cristãos interferissem em sua política geral. Ao que tudo indica, Boemundo logrou desculpar-se e Eutímio acabou não sendo readmitido em Antióquia.[1]

Como era inevitável, o desaparecimento de Hulagu debilitou os mongóis num momento crítico. A influência de sua viúva, Dokuz Khatun, assegurou a sucessão de seu filho favorito, Abaga, governador do Turquestão. Só em junho, porém, quatro meses após a morte de seu pai, Abaga foi oficialmente investido no cargo — e mais vários meses se passaram até que a redistribuição de feudos e governos fosse levada a cabo. A própria Dokuz Khatun faleceu no verão, longamente pranteada pelos cristãos. Nesse meio-tempo, Abaga sofria ameaças constantes de seus primos da Horda Dourada, que chegariam a invadir seu território na primavera seguinte. Era impossível, para o governo mongol, intervir por ora no oeste da Síria. Baibars, a cuja diplomacia devia-se a maior parte dos problemas do ilcã com seus vizinhos do norte, pôde retomar suas campanhas contra os cristãos sem receio de interferências.[2]

No princípio do verão de 1266, enquanto as forças de Abaga estavam ocupadas repelindo a invasão da Pérsia pelo Cã Berke, dois exércitos mamelucos partiram do Egito. Um, comandado pelo sultão em pessoa, surgiu diante de Acre em 1° de junho. Entrementes, o regimento ali mantido por S. Luís acabara de receber reforços da França. Ao deparar-se com a cidade tão fortemente defendida, Baibars desviou-se a fim de fazer uma demonstração diante da fortaleza teutônica de Montfort, avançando em seguida inopinadamente contra Safed, de cujo gigantesco castelo os templários dominavam o planalto galileu. As fortificações haviam sido reconstruídas por

1 Rashid ad-Din (trad. Quatremère), pp. 417-23; ver Howorth, *op. cit.* III, pp. 206-10. Vartan (ed. Emin), pp. 205-6, 211; Bar-Hebraeus, pp. 444-5. "Lettre a Charles d'Anjou", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. II, p. 213. Dokuz Khatun consultou Vartan acerca da propriedade de mandar rezar uma missa pela alma de Hulagu. Ele a desencorajou (Vartan, ed. Emin, p. 211).

2 Howorth, *op. cit.* III, pp. 218-25.

completo cerca de 25 anos antes, e a guarnição era numerosa — conquanto muitos dos soldados fossem cristãos nativos ou mestiços. O primeiro assalto do sultão, em 7 de julho, foi rechaçado; tampouco as tentativas seguintes foram mais bem-sucedidas, em 13 e 19 de julho. Baibars então mandou seus arautos anunciarem que ele oferecia anistia total a todos os soldados nativos que se rendessem. Não se sabe quantos destes teriam confiado em suas palavras, mas as suspeitas dos cavaleiros templários foram instantaneamente atiçadas. Surgiram recriminações, que degeneraram em conflitos, e os sírios começaram a desertar. Logo ficou impossível para os templários manter o domínio do castelo. No fim do mês, enviaram um sargento sírio que julgavam leal ao acampamento de Baibars para oferecer a capitulação. O sírio, de nome Leão, voltou com a promessa de que a guarnição seria autorizada a retirar-se ilesa para Acre. Quando, porém, os templários entregaram a fortaleza a Baibars naquelas condições, o sultão ordenou que fossem todos decapitados. Não é certo que Leão tenha sido um traidor consciente, mas sua pronta conversão ao Islã veio depor contra ele.[1]

A captura de Safed deu a Baibars o controle da Galiléia. Em seguida, atacou Toron, que caiu praticamente sem lutar. De lá, enviou uma tropa para destruir a aldeia cristã de Qara, entre Homs e Damasco, que ele desconfiava estar em contato com os francos. A população adulta foi massacrada e as crianças, escravizadas. Quando os cristãos de Acre enviaram uma delegação a fim de solicitar permissão para enterrar os mortos, Baibars recusou rudemente, dizendo que, se queriam corpos de mártires, iriam encontrá-los em casa. Para cumprir a ameaça, ele desceu a costa e assassinou todos os cristãos que lhe caíram nas mãos. Não obstante, mais uma vez ele não se arriscou a atacar o próprio Acre, aonde o Regente Hugo acabara de chegar, vindo de Chipre. Quando os mamelucos se retiraram, no outono, Hugo reuniu os cavaleiros das ordens e o regimento francês, sob Godofredo de Sargines, e realizou contra-ofensivas pela Galiléia. Em 28 de outubro, porém, a vanguarda caiu numa emboscada da guarnição de Safed, enquanto árabes locais atacavam o acampamento franco. Hugo foi obrigado a recuar, com graves perdas.[2]

Enquanto Baibars empreendia sua campanha na Galiléia, o segundo exército mameluco, comandado pelo mais hábil de seus emires, Qalawun, reuniu-se em Homs. Depois de um avanço-relâmpago na direção de Trípoli, durante o qual foram capturados os fortes de Qulaiat e Halba e a cidade de

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 179-81; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 484-5; Maqrisi, *Sultans*, I, ii, pp. 28-30; Abu'l Feda, p. 151; al-Aïni, pp. 222-3.
2 *Gestes des Chiprois*, pp. 180-1; *Estoire d'Eracles, loc. cit.*

Arqa — que controlava o acesso a Trípoli pela Buqaia, Qalawun correu para o norte, a fim de unir forças ao exército de al-Mansur de Hama. Suas tropas combinadas marcharam então para Alepo e deram uma guinada para oeste, adentrando a Cilícia.[1] O Rei Hethoum já esperava uma investida mameluca. Em 1263, ao tomar conhecimento da morte de Hulagu, ele tentara entrar em acordo com Baibars. A marinha egípcia dependia, para a construção de seus navios, da madeira do sul da Anatólia e do Líbano. Hethoum e seu genro Boemundo controlavam aquelas florestas e esperavam usar seu domínio como elemento de negociação. Entretanto, o bloqueio esboçado só serviu para espicaçar ainda mais Baibars para o confronto.[2] Na primavera de 1266, ciente da iminência de um ataque mameluco, Hethoum pôs-se a caminho da corte do ilcã, em Tabriz. Enquanto lá se encontrava, suplicando pelo socorro mongol, a tempestade abateu-se sobre a Cilícia. O exército armênio, liderado pelos dois filhos de Hethoum, Leão e Thoros, esperava junto ao Passo Sírio, com os templários em Baghras protegendo-lhe os flancos; os mamelucos, todavia, viraram para o norte para transpor os Montes Amano perto de Sarventikar. Os armênios precipitaram-se para interceptá-los enquanto desciam para a planície ciliciense. Em 24 de agosto, deu-se uma batalha decisiva. Os armênios, em inferioridade numérica, foram desbaratados. De seus dois príncipes, Thoros foi morto e Leão, feito prisioneiro. Os muçulmanos, vitoriosos, varreram a Cilícia. Enquanto Qalawun e seus mamelucos saqueavam Ayas, Adana e Tarso, al-Mansur seguia com seus homens por Mamistra rumo à capital armênia em Sis, onde saqueou o palácio, ateou fogo à catedral e massacrou alguns milhares de habitantes. No fim de setembro, os vencedores retiraram-se para Alepo com quase quarenta mil prisioneiros e grandes caravanas de butim. O Rei Hethoum acorreu da corte do ilcã com uma pequena companhia de mongóis, encontrando seu herdeiro cativo, sua capital em ruínas e todo o seu país devastado. O reino ciliciense nunca se recuperaria do desastre; não tinha mais condições de desempenhar nada além de um papel passivo na política asiática.[3]

Eliminados os armênios, Baibars enviou tropas, no outono de 1266, para atacarem Antióquia. Seus generais, contudo, estavam saturados de despojos

1 Abu'l Feda, *loc. cit.*, al-Aïni, p. 222.
2 Mas Latrie, *Histoire de Chypre*, I, p. 412.
3 Vartan (ed. Emin), pp. 213-15; Hethoum, p. 407; Vahram, *Crônica Rimada*, pp. 522-3; Rei Hethoum, poema, *R.H.C. Arm.* I, pp. 551-2; Balada sobre o Cativeiro do Príncipe Leão, *ibid.* pp. 539-40; Hayton, *Flor des Estoires*, pp. 177-8; Bar-Hebraeus, pp. 445-6; Maqrisi, *Sultans*, I, ii, p. 34; Abu'l Feda, p. 151; *Gestes des Chiprois*, p. 181; *Estoire d'Eracles*, II, p. 455.

e sem entusiasmo. Subornados por Boemundo e pela comuna, foram induzidos a abandonar a empreitada.[1]

Baibars, furioso com a debilidade de seus representantes, decidiu pessoalmente não dar descanso aos francos. Em maio de 1267, voltou a aparecer em Acre. Exibindo estandartes que capturara aos templários e hospitalários, conseguiu chegar bem perto dos muros até sua farsa ser desmascarada. Não obstante, seu assalto foi rechaçado, e ele se contentou em devastar o campo. Os corpos decapitados ficaram espalhados pelos jardins ao redor de Acre até que os cidadãos se aventurassem a enterrá-los. Quando os francos enviaram embaixadores para pedir uma trégua, o sultão recebeu-os em Safed, onde todo o castelo fora circundado pelos crânios dos prisioneiros cristãos assassinados.[2]

A vida em Acre não foi facilitada pela retomada do conflito entre venezianos e genoveses pelo controle do porto. Em 16 de agosto de 1267, o almirante genovês Luccheto Grimaldi forçou a entrada no porto com 28 galeras, depois de capturar a Torre das Moscas, que se erguia na extremidade do quebra-mar. Depois de doze dias, porém, ele levou quinze de seus navios a Tiro, para reparos. Durante sua ausência, surgiu uma frota veneziana de 26 galeras, que atacou os genoveses remanescentes. Cinco navios de Gênova foram perdidos no embate. Os demais tiveram de lutar para abrir caminho até Tiro.[3]

No início de 1268, Baibars mais uma vez deixou o Egito. As únicas possessões cristãs ao sul do próprio Acre eram o castelo templário de Athlit e a cidade de Jafa, pertencente ao jurista João de Ibelin. João, que sempre fora tratado com respeito pelos muçulmanos, morreu na primavera de 1266. Seu filho Guy não usufruía do mesmo prestígio, mas contava que o sultão honraria a trégua firmada com seu pai. Assim sendo, quando o exército egípcio assomou diante da cidade em 7 de março, ela não estava em condições de defender-se — e, ao cabo de doze horas de combate, caiu nas mãos do sultão. Muitos dos habitantes foram assassinados, mas a guarnição foi autorizada a retirar-se intacta para Acre. O castelo foi destruído, e sua madeira e mármore, remetidos para o Cairo, para a grande nova mesquita que lá estava sendo construída por Baibars.[4]

---

1 Cahen, *op. cit.* p. 716, citando manuscrito de Ibn Abdarrahîm (Muhi ad-Din).
2 *Gestes des Chiprois,* pp. 181-3; *Estoire d'Eracles,* II, p. 455; al-Aïni, p. 225.
3 *Gestes des Chiprois,* p. 186; *Estoire d'Eracles,* II, pp. 455-6; Heyd, *Histoire du Commerce du Levant,* I, p. 354.
4 *Gestes des Chiprois,* p. 190; *Estoire d'Eracles,* II, p. 456; Abu'l Feda, p. 152; Maqrisi, *Sultans,* I, ii, pp. 50-1; al-Aïni, pp. 226-7.

O objetivo seguinte do sultão era o castelo de Beaufort, de que o Templo recentemente destituíra Juliano de Sídon. Ao fim de dez dias de pesado bombardeio, a guarnição rendeu-se em 15 de abril. As mulheres e crianças foram enviadas em liberdade para Tiro, mas os homens foram todos mantidos como escravos. O castelo em si foi reparado por Baibars e munido de uma forte guarnição.[1] Em 1º de maio, o exército mameluco fez uma súbita aparição diante de Trípoli, mas, encontrando-a bem guarnecida, deu uma guinada igualmente repentina para o norte. Os templários de Tortosa e Safita enviaram uma mensagem ao sultão, rogando-lhe que poupasse seu território.[2] Baibars respeitou seus desejos e desceu rapidamente o vale do Orontes; em 14 de maio estava diante de Antióquia. Ali, dividiu suas forças em três partes. Um exército partiu para a captura de S. Simão, isolando assim Antióquia do mar. O segundo subiu até o Passo Sírio, a fim de impedir que um eventual socorro oriundo da Cilícia alcançasse a cidade. O grosso das tropas, sob o próprio Baibars, dispôs-se em cerco fechado ao redor da cidade.

O Príncipe Boemundo encontrava-se em Trípoli, e Antióquia estava sob o comando de seu comissário, Simon Mansel, cuja esposa era uma armênia da família da princesa de Boemundo. As muralhas estavam em bom estado, mas a guarnição mal bastava para ocupá-la em toda a sua grande extensão. O comissário apressara-se em liderar tropas para tentar impedir o bloqueio da cidade, e caíra prisioneiro dos mamelucos. Seus captores ordenaram-lhe que providenciasse a capitulação dos defensores, mas seus lugares-tenentes dentro dos muros recusaram-se a lhe dar ouvidos. A primeira ofensiva ocorreu no dia seguinte. Rechaçada, reabriram-se as negociações, sem maior êxito. Em 18 de maio, os mamelucos empreenderam um ataque geral a todas as seções da muralha. Após um embate intenso, abriu-se uma brecha onde as defesas subiam a encosta do Monte Sílpio, e os muçulmanos inundaram a cidade.

Até os cronistas islâmicos ficaram chocados com a carnificina que se seguiu. Por ordem dos emires do sultão, os portões da cidade permaneceram cerrados, a fim de impedir os habitantes de escapar. Quem foi encontrado nas ruas foi morto de imediato. Outros, acuados em suas casas, foram poupados tão-somente para terminar seus dias no cativeiro. Muitos milhares de cidadãos haviam fugido com suas famílias para o abrigo da imensa cidadela no topo da montanha. Suas vidas foram poupadas, mas eles foram divididos entre os emires. Em 19 de maio, o sultão ordenou a coleta e divisão do butim. Conquanto sua prosperidade viesse declinando havia algumas déca-

1 *Gestes des Chiprois, loc. cit.*; *Estoire d' Eracles, loc. cit.*; al-Aïni, pp. 227-8.
2 Al-Aïni, p. 228.

das, Antióquia fora durante muito tempo a mais próspera das cidades francas, e seus tesouros acumulados eram estupendos. Havia grandes montes de ornamentos de ouro e prata, e as moedas eram tão abundantes que foram distribuídas em tigelas. O número de cativos era enorme. Não houve um soldado sequer do exército do sultão que não tenha adquirido um escravo; a oferta era tamanha que o preço de um menino caiu para doze diréns e o de uma menina, para apenas cinco. Alguns dos cidadãos mais abastados receberam permissão para pagar seu próprio resgate. Simão Mansel foi libertado e refugiou-se na Armênia. Muitos dos principais dignitários do governo e da Igreja, contudo, foram mortos, ou nunca mais se ouviu falar deles.[1]

O principado de Antióquia, primeiro Estado fundado pelos francos em Outremer, perdurara por 171 anos. Sua destruição foi um golpe terrível para o prestígio cristão, e acarretou o rápido declínio do cristianismo no norte da Síria. Os francos se foram, e os cristãos nativos não ficaram em situação muito melhor: foi seu castigo por haverem apoiado não os francos, mas aqueles inimigos mais perigosos para o Islã, os mongóis. A cidade em si jamais se recuperou. Já havia perdido sua importância comercial, pois, com a fronteira entre os impérios mongol e mameluco correndo ao longo do Eufrates, o comércio entre o Iraque e o Extremo Oriente não passava mais por Alepo, mas permanecia em território mongol e desembocava no mar em Ayas, na Cilícia. Os conquistadores islâmicos não tinham, portanto, o menor interesse em repovoar a cidade. Sua única importância, agora, era como fortaleza de fronteira. Muitas das casas dentro de suas grandes muralhas não foram reconstruídas. Os hierarcas das igrejas locais mudaram-se para centros mais vibrantes. Não demorou para que os quartéis-generais das Igrejas Ortodoxa e Jacobita na Síria fossem transferidos para Damasco.[2]

Com a Armênia debilitada e Antióquia destruída, os templários chegaram à conclusão de que se tornara impossível manter seus castelos nos Montes Amano. Baghras e o castelo menor de La Roche de Russole foram abandonados sem nenhuma luta. Tudo o que restou do principado foi a cidade de Latáquia — que fora restituída a Boemundo pelos mongóis e constituía agora um enclave isolado — e o Castelo de Qusair, cujo senhor fizera ami-

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 190-1; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 456-7; Bar-Hebraeus, p. 448; Maqrisi, *Sultans*, I, ii, pp. 52-3; al-Aïni, pp. 229-34; Abu'l Feda, p. 152.

2 Antióquia ainda possuía uma população considerável quando Ibn Batuta lá esteve, em 1355 (Ibn Battutah, *Voyages*, ed. Defrémery, I, p. 162), mas Baibars destruíra suas fortificações. Bertrandon de la Broquière, que a visitou em 1432, conta que as muralhas ainda estavam de pé, mas havia apenas cerca de trezentas casas habitadas em seu interior — e a população era majoritariamente turcomana (*Voyage d'Outremer*, ed. Schefer, pp. 84-5).

zade com os muçulmanos da vizinhança e recebeu permissão para lá permanecer por mais sete anos, como vassalo do sultão.[1]

Depois de seu triunfo em Antióquia, Baibars descansou um pouco. Havia indícios de que os mongóis estavam prontos a exercer um papel um pouco mais ativo, e corriam rumores de que S. Luís preparava uma grande cruzada. Quando o Regente Hugo enviou-lhe um pedido de trégua, o sultão respondeu com uma embaixada a Acre, que levou uma proposta de cessação temporária das hostilidades. Hugo, na esperança de obter algumas concessões, tentou ameaçar o embaixador, Muhi ad-Din, exibindo-lhe suas tropas em formação de batalha, mas ele se limitou a replicar que o exército inteiro não era tão numeroso quanto a hoste de prisioneiros cristãos no Cairo. O Príncipe Boemundo pediu para ser incluído no acordo. Ficou ofendido quando o sultão, em sua resposta, tratou-o apenas como conde, por haver perdido seu principado; não obstante, aceitou de bom grado a pausa que lhe foi oferecida. Houve algumas incursões mamelucas pouco significativas nas terras cristãs na primavera de 1269 — mas, de modo geral, a trégua foi observada por um ano.[2]

Nesse meio-tempo, os francos tentaram colocar sua casa em ordem. Em dezembro de 1267, o Rei Hugo II de Chipre faleceu aos quatorze anos, e o Regente Hugo de Antióquia-Lusignan sucedeu-lhe no trono como Hugo III. Foi coroado no dia de Natal. Sua acessão conferiu-lhe uma autoridade mais sólida sobre seus vassalos, pois não havia mais perigo de que o governo fosse encerrado abruptamente quando seu pupilo atingisse a maioridade. Entretanto, nada podia fazer para superar seu argumento de que não eram obrigados a servir em seu exército fora dos limites do reino. Sempre que ele desejava levar tropas para o continente, dependia dos homens das propriedades reais e de voluntários. Em 29 de outubro de 1268, Conradino de Hohenstaufen foi decapitado em Nápoles por ordem de Carlos d'Anjou, de quem ele tentara inutilmente tomar de volta sua herança italiana. Seu desaparecimento implicou a extinção da linha mais antiga da casa real de Jerusalém, descendente da Rainha Maria, La Marquise. A seguinte na linha sucessória era a casa de Chipre, proveniente da meia-irmã de Maria, Alice de Champanhe. As pretensões do Rei Hugo III ao trono ganharam reconhecimento tácito por ocasião de sua nomeação para a regência — quando seu primo, Hugo de Brienne, cujos direitos hereditários eram juridicamente superiores aos seus, fora preterido. Hugo de Brienne partira em busca da fortuna no ducado franco de Atenas, cuja herdeira desposou. Não pretendia

1 *Gestes des Chiprois*, p. 191; *Estoire d'Eracles*, II, p. 457; Cahen, *La Syrie du Nord*, p. 717 n. 17.
2 Muhi ad-Din, em Reinaud, *Bibliothèque des Croisades*, pp. 513-15.

voltar a desafiar o primo. Antes que o Rei Hugo pudesse receber sua segunda coroa, no entanto, havia outro concorrente a considerar. A segunda meia-irmã da Rainha Maria, Melisende de Lusignan, casara-se como segunda esposa do Príncipe Boemundo IV de Antióquia, e sua filha Maria ainda vivia. Embora Hugo pudesse alegar que descendia de um casamento da Rainha Isabela anterior a Maria, esta estava uma geração mais perto de sua antecessora. Ela compareceu perante a Suprema Corte defendendo que a sucessão deveria ser decidida pelo grau de parentesco com a Rainha Isabela, a ancestral comum de Conradino, Hugo e ela mesma. Uma neta, argumentou, tinha precedência sobre um bisneto. Hugo replicou que sua avó, a Rainha Alice, fora nomeada regente por ser a herdeira seguinte; seu filho, o Rei Henrique de Chipre, fora aceito como regente após sua morte, e, depois dele, sua viúva e então o próprio Hugo, como guardiões do jovem Hugo II. Ele agora representava a linha de Alice. Maria contra-argumentou dizendo que tinha havido um engano: sua mãe, Melisende, deveria ter sucedido a Alice na regência. Ao cabo de alguma discussão, em que Maria foi apoiada pelos templários, os juristas de Outremer deram razão a Hugo — do contrário, seriam forçados a admitir que haviam incorrido em erro antes. A opinião pública estava ao seu lado, pois o vigoroso jovem Rei de Chipre era obviamente um candidato mais desejável que uma solteirona de meia-idade. Maria, inconformada com o veredicto, fez um protesto formal no dia da coroação de Hugo e precipitou-se para a Itália, a fim de submeter seu caso à Cúria Papal. Chegou a Roma durante um interregno, mas Gregório X, eleito em 1271, mostrou-se simpático e permitiu-lhe que expusesse a questão no Concílio de Lião, em 1274. Os representantes de Acre compareceram e alegaram que a Suprema Corte de Jerusalém era a única com jurisdição sobre a sucessão do reino, e o problema foi abandonado. Antes de morrer, em 1276, Gregório persuadiu Maria a vender seus direitos a Carlos d'Anjou. A transação foi concluída em março de 1277; a princesa recebeu mil libras de ouro e uma anuidade de quatro mil libras turonenses. A anuidade foi confirmada por Carlos II de Nápoles, mas não se sabe ao certo quanto Maria, que ainda vivia em 1307, recebeu de fato.[1]

Hugo foi coroado em 24 de setembro de 1269, pelo Bispo de Lida, em nome do patriarca. Sua primeira missão era tentar restaurar parte da unidade de seu novo reino. Já antes de sua coroação, conseguiu pôr fim à antiga querela entre Filipe de Montfort e o governo de Acre. O orgulho de Filipe fora abalado pela perda de Toron, e ele não se mostrava mais tão ávido pelo

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 190-3; *Assises*, II, pp. 415-19. Ver La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 77-9, e Hill, *History of Cyprus*, II, pp. 161-5.

isolamento. Quando Hugo propôs que sua própria irmã, Margarida de Antióquia-Lusignan, a mais adorável garota de sua geração, desposasse João, o primogênito de Filipe, este aceitou de bom grado a oferta. Assim, Hugo pôde ir a Tiro para ser coroado em sua catedral, desde a queda de Jerusalém o local tradicional da coroação dos reis. Logo em seguida, o filho mais moço de Filipe, Humberto, desposou Esquiva de Ibelin, a filha caçula de João II de Beirute. Essa reconciliação entre os Montfort e os Ibelins foi facilitada pelo fato de a geração mais antiga dos Ibelins estar extinta. João de Beirute morrera em 1264; João de Jafa, em 1266; e João de Arsuf, em 1268. Depois das recentes campanhas de Baibars, o único feudo Ibelin que restava no continente — e, com efeito, o único feudo leigo no reino além de Tiro — era o de Beirute, herdado pela filha mais velha de João, Isabela. Ela fora casada, quando criança, com o rei-menino de Chipre, Hugo II, que morrera antes da consumação do matrimônio. Hugo III esperava usá-la como uma herdeira qualificada para atrair algum cavaleiro distinto para o Oriente. Em Chipre, os Ibelins ainda eram a família mais poderosa. O Rei não tardou a conquistar-lhes a lealdade desposando outra Isabela de Ibelin, filha do Comissário Guy.[1]

Mesmo conseguindo fazer as pazes entre seus poucos vassalos leigos remanescentes, era menos fácil assegurar a cooperação das ordens militares, da comuna de Acre ou dos italianos. Veneza e Gênova não abdicariam de suas disputas a pedido de monarca algum; os templários e cavaleiros teutônicos ficaram ultrajados com a reconciliação de Hugo com Filipe de Montfort. A comuna de Acre sentia igual ciúme de qualquer favor demonstrado para com Tiro, e não via com bons olhos o fim da monarquia ausente sob a qual seu próprio poder florescera. Hugo tampouco podia convocar seus vassalos cipriotas para reforçar-lhe a autoridade. A tentativa de tornar efetivo seu governo estava fadada ao fracasso.[2]

As relações externas nada tinham de mais encorajadoras. A sombra funesta de Carlos d'Anjou pairava do outro lado do mundo mediterrâneo. Acalentaram-se grandes esperanças no Oriente em torno da iminente cruzada de S. Luís, mas, em 1270, Carlos desviou-a para atender a seus próprios interesses — e a morte de Luís em Túnis naquele ano libertou-o da única influência altruísta que ele respeitava. Tinha uma relação amistosa com o Sultão Baibars, mas era pessoalmente hostil ao Rei Hugo, contra quem apoiou as reivindicações de Hugo de Brienne ao trono de Chipre e de Maria

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 192-3. A Princesa Margarida mais tarde ficaria extremamente corpulenta e perderia a beleza. Já contava 24 anos quando se casou. Ver também *Lignages*, p. 462, e a árvore genealógica adiante, no Apêndice III.

2 Ver Grousset, *Histoire des Croisades*, III, pp. 645-6, exagerando a destreza de Hugo à luz do que se seguiu, e Hill, *op. cit.* p. 178.

de Antióquia ao de Jerusalém. Com efeito, foi uma sorte para Outremer que as maiores ambições de Carlos estivessem direcionadas contra Bizâncio, pois estava claro que qualquer cruzada de que ele fizesse parte seria modificada para atender a seus próprios objetivos egoístas.[1]

O espírito cruzado, entretanto, não estava inteiramente morto na Europa. Em 1º de setembro de 1269, o Rei Jaime I de Aragão fez-se à vela em Barcelona com uma poderosa esquadra para resgatar o Oriente. Infelizmente, depararam-se quase que de imediato com uma tempestade que causou tamanho estrago que o monarca e a maior parte de sua frota tiveram de voltar para casa. Somente uma pequena esquadra, sob os dois bastardos do rei, os Infantes Fernando Sanchez e Pedro Fernandez, prosseguiu a jornada. Chegaram a Acre no fim de dezembro, ansiosos por dar combate aos infiéis. No começo do mês, Baibars havia violado sua trégua com Hugo e surgira com três mil homens nos campos à frente de Acre, deixando outros escondidos nas colinas. Os infantes queriam sair imediatamente para confrontar o inimigo; foi necessária toda a diplomacia dos cavaleiros militares para contê-los. Suspeitava-se de uma emboscada. Ademais, as fileiras cristãs estavam desfalcadas, uma vez que o regimento francês, que fora comandado pelo Senescal Godofredo de Sargines até sua morte naquela primavera, partira com seu novo comandante, Oliver de Termes, e o novo senescal, Roberto de Crésèques, numa incursão além de Montfort. Ao retornar, o grupo avistou as forças islâmicas. Oliver de Termes queria insinuar-se em Acre às escondidas, pelos pomares; o Senescal Roberto, porém, insistiu em investir contra o inimigo — e os franceses caíram diretamente na armadilha preparada por Baibars. Bem poucos sobreviveram. Quando a tropa dentro de Acre clamou por sair em seu resgate, os infantes de Aragão, tendo aprendido a lição, contiveram-nos. Logo depois, voltaram para sua terra, sem nada terem conseguido.[2]

Apesar da inadequação do socorro ocidental, ainda havia esperança no Oriente. O ilcã da Pérsia, Abaga, era, como seu pai Hulagu, um xamanista eclético, com intensas simpatias cristãs. A morte de sua madrasta cristã, Dokuz Khatun, privara seus correligionários de todas as seitas de sua maior amiga; não obstante, eles ganharam uma nova protetora na princesa bizantina Maria. Ao chegar à corte do ilcã, esta encontrara Hulagu morto, mas foi imediatamente desposada por Abaga, que logo concebeu por ela um profundo respeito — e todos os seus súditos, por quem era conhecida como

---

1 Ver atrás, pp. 258-9.

2 *Gestes des Chiprois*, pp. 183-5 (datando erroneamente a campanha de 1267); *Estoire d'Eracles*, II, pp. 457-8; *Annales de Terre Sainte*, p. 454.

Despina Khatun, reverenciavam-na por sua brandura e sagacidade. As notícias da boa vontade do ilcã induziram o Rei de Aragão, junto com o Papa Clemente IV, a enviar Jaime Alarico de Perpignan numa missão à sua corte em 1267, a fim de anunciar a iminente cruzada dos aragonenses e do Rei Luís e propor uma aliança militar. Todavia, tudo o que Abaga, totalmente absorto em sua guerra contra a Horda Dourada, pôde fazer foram promessas vagas.[1] Sua impossibilidade de fazer mais foi demonstrada por sua falha em resgatar Antióquia aos mamelucos no ano seguinte. Ele não tardaria a enfrentar uma nova guerra, com seus primos da casa de Chagatai, que invadiram o setor leste de seus domínios em 1270 e só foram repelidos depois de uma batalha tremenda nas cercanias de Herat. Nos dois anos seguintes, a principal tarefa de Abaga foi reabrir as comunicações com seu tio e suserano, o Grande Cã Kubilai, na China.[2] Em 1270, porém, depois de sua vitória em Herat, ele escreveu ao Rei Luís comprometendo-se a prestar ajuda militar assim que a cruzada alcançasse a Palestina.[3] O soberano francês, contudo, dirigiu-se a Túnis, onde os mongóis nada podiam fazer para ajudá-lo. O único auxílio prático que o ilcã pôde oferecer aos cristãos foi entregar a Hethoum da Armênia um eminente cativo mameluco, Shams ad-Din Sonqor al-Ashkar, o Falcão Vermelho, que fora capturado pelos mongóis em Alepo. Em troca de sua libertação, Baibars consentiu em restituir o herdeiro de Hethoum, Leão, e firmar uma trégua com o monarca armênio, desde que este cedesse as fortalezas dos Montes Amano — Darbsaq, Behesni e Raban. O tratado foi assinado em agosto de 1268. No começo do ano seguinte, Leão, que recebera permissão para fazer uma peregrinação a Jerusalém, voltou para a Armênia. Seu pai imediatamente abdicou em seu favor e retirou-se para um monastério, onde morreu no ano seguinte. O título real de Leão foi confirmado por Abaga, perante quem compareceu em pessoa a fim de prestar-lhe homenagem.[4]

Durante todo o verão de 1270, Baibars adotou uma atitude discreta, temendo ter de defender o Egito do Rei da França. A fim de enfraquecer os francos, porém, tramou o assassinato de seu mais proeminente barão, Filipe de Montfort. Os assassinos da Síria eram gratos ao sultão, cujas conquistas haviam-nos livrado dos tributos que pagavam ao Hospital, e desaprovavam as negociações dos francos com os mongóis, que tinham destruí-

---

1 D'Ohsson, *Histoire des Mongols*, III, pp. 539-42; Howorth, *op. cit.* III, pp. 278-80. Para mais informações sobre a reputação de Maria, Bar-Hebraeus, p. 505.
2 D'Ohsson, *op. cit.* pp. 442 ss.
3 *Ibid.* pp. 458-9.
4 *Gestes des Chiprois*, p. 191; *Estoire d'Eracles*, pp. 457, 463; Bar-Hebraeus, pp. 446-9; Vahram, *Crônica Rimada*, pp. 523-4; Hayton, *Flor des Estoires*, p. 178. Ver Cahen, *op. cit.* p. 718.

do seu quartel-general na Pérsia. A pedido de Baibars, enviaram um de seus fanáticos a Tiro, onde, fingindo ser um cristão converso, penetrou no domingo, 17 de agosto de 1270, numa capela onde Filipe e seu filho João oravam, e os atacou de repente. Antes que pudesse chegar qualquer socorro, Filipe sofreu um ferimento mortal, sobrevivendo apenas o tempo suficiente para saber que o algoz fora capturado e o herdeiro estava em segurança. Sua morte foi um duro golpe para Outremer, pois João, embora permanecesse dedicado ao Rei Hugo, seu cunhado, não possuía a experiência e o prestígio do pai.[1]

A morte do Rei Luís diante de Túnis foi um grande alívio para o sultão, que estava pronto a correr em auxílio do emir tunisiano. Ele sabia que nada tinha a temer de Carlos d'Anjou. Em 1271, voltou a investir contra o território franco. Em fevereiro, atingiu Safita, o Castelo Branco dos templários. Após uma defesa aguerrida, a pequena guarnição foi aconselhada pelo grão-mestre a render-se. Os sobreviventes foram autorizados a retirar-se para Tortosa. O sultão em seguida marchou contra a gigantesca fortaleza hospitalária no Krak des Chevaliers, Qalat al-Hosn. Lá chegou em 3 de março; no dia seguinte, recebeu o reforço de contingentes dos assassinos e de al-Mansur de Hama e seu exército. A chuva pesada que se estendeu por alguns dias impediu-o de lançar mão de suas máquinas de cerco; todavia, em 15 de março, depois de um bombardeio breve, mas intenso, os muçulmanos forçaram a entrada na torre-portão da muralha externa. Quinze dias mais tarde, abriram caminho para a fortificação interna, eliminando os cavaleiros que lá encontraram e aprisionando os soldados nativos. Muitos defensores resistiram por mais de dez dias na grande torre na seção sul dos muros. Em 8 de abril, capitularam e foram remetidos, com um salvo-conduto, para Trípoli. A queda do Krak, que desafiara até mesmo Saladino, concedeu a Baibars o controle de todos os acessos a Trípoli. Foi seguida pela captura de Akkar, o castelo hospitalário ao sul da Buqaia, tomado em 1º de maio, depois de duas semanas de cerco.[2]

O Príncipe Boemundo encontrava-se em Trípoli. Receando que esta estivesse fadada a ter o mesmo fim de sua outra capital, Antióquia, ele implorou uma trégua a Baibars. O sultão zombou de sua falta de coragem e exigiu que ele arcasse com todas as despesas da última campanha mameluca. Boemundo ainda possuía suficiente hombridade para recusar termos tão ultrajantes. Baibars, nesse ínterim, empreendera um ataque malogrado

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 194-8; *Annales de Terre Sainte*, p. 454; Maqrisi, *Sultans*, I, ii, pp. 80-3.
2 Maqrisi, *Sultans*, I, ii, pp. 84-5; al-Aïni, pp. 237-9; Abu'l Feda, p. 154; *Gestes des Chiprois*, p. 199; *Estoire d'Eracles*, II, p. 460.

ao pequeno forte de Maraclea, erguido sobre uma rocha na costa entre Buluniyas e Tortosa. Seu senhor, Bartolomeu, fora buscar ajuda na corte mongol. Baibars ficou tão furioso com seu fracasso que tentou persuadir os assassinos a matar Bartolomeu no caminho.[1]

No final de maio, Baibars fez a Boemundo a inesperada oferta de uma trégua de dez anos, sem outra condição além da manutenção de suas conquistas recentes. Aceita a proposta, ele partiu para o Egito, parando apenas para sitiar a fortaleza teutônica de Montfort, que se rendeu em 12 de junho, ao cabo de uma semana de assédio.[2] Não restava mais nenhum castelo no interior nas mãos dos francos. Por volta da mesma época, o sultão lançou uma ofensiva contra Chipre com uma esquadra de dezessete navios, ao ser informado de que o Rei Hugo trocara a ilha por Acre. A frota surgiu de surpresa diante de Limassol, mas, devido a erros de navegação, onze das naves encalharam e suas tripulações caíram nas mãos dos cipriotas.[3]

A magnanimidade do sultão para com Boemundo deveu-se à chegada de uma nova cruzada. Henrique III da Inglaterra assumira a Cruz havia muito tempo, mas já estava velho, desgastado por uma sucessão de guerras civis. Em seu lugar, incentivou seu filho e herdeiro, o Príncipe Eduardo, a partir para o Oriente. Eduardo tinha trinta e poucos anos, e era um homem dotado de habilidade, vigor e sangue-frio, que já demonstrara seus dotes de estadista ao lidar com os rebeldes de seu pai. Decidiu-se pela cruzada ao tomar conhecimento da queda de Antióquia, mas planejou-a com cuidado e método. Infelizmente, embora inúmeros nobres ingleses tenham concordado em acompanhá-lo, um a um todos arranjaram alguma desculpa. Foi com apenas cerca de mil homens que o príncipe finalmente deixou a Inglaterra, no verão de 1271, junto com sua esposa, Eleonora de Castela. Seu irmão Edmundo de Lancaster, ex-candidato ao trono siciliano, seguiu-o com reforços alguns meses depois. Acompanhava-o também um pequeno contingente de bretões, liderados por seu conde, e outro dos Países Baixos, encabeçado por Tedaldo Visconti, Arcediago de Liége. A intenção de Eduardo era juntar-se ao Rei Luís em Túnis e de lá seguir com ele para a Terra Santa, mas ao chegar à África encontrou o rei morto e as tropas francesas prestes a retornar para casa. Passou o inverno na Sicília com o Rei Carlos, cuja primeira esposa fora sua tia, e fez-se à vela na primavera seguinte rumo a Chipre e

---

1 Maqrisi, *Sultans*, I, ii, pp. 86, 100; *Annales de Terre Sainte*, p. 455; Röhricht, "Derniers Temps" *in Archives d'Orient Latin*, II, pp. 400-3.
2 *Gestes des Chiprois*, pp. 199-200; *Estoire d'Eracles, loc. cit.*
3 Maqrisi, *Sultans*, I, ii, p. 88; Abu'l Feda, p. 154; al-Aïni, pp. 239-40; *Gestes des Chiprois*, p. 199; *Estoire d'Eracles, loc. cit.*; *Annales de Terre Sainte, loc. cit.*

dali para Acre, onde aportou em 9 de maio de 1271. Logo depois, foi alcançado pelo Rei Hugo e pelo Príncipe Boemundo.[1]

Eduardo ficou horrorizado com a situação de Outremer. Estava ciente do tamanho reduzido de seu próprio exército, mas esperava conseguir unir os cristãos do Oriente num único e formidável corpo e aproveitar a ajuda dos mongóis para lançar um ataque efetivo contra Baibars. Seu primeiro choque foi descobrir que os venezianos mantinham um comércio florescente com o sultão, munindo-o de toda a madeira e metal necessários para seus armamentos, enquanto os genoveses empenhavam-se ao máximo para se estabelecer nesse negócio lucrativo, e já controlavam o tráfico de escravos do Egito. Ao repreender os mercadores por assim porem em risco o futuro do Oriente cristão, porém, eles lhe mostraram as licenças que haviam recebido da Suprema Corte em Acre para tal fim. Ele nada podia fazer para impedi-los.[2] Em seguida, frustraram-se suas esperanças de que toda a cavalaria de Chipre seguisse seu soberano até o continente, pois os poucos feudatários a fazê-lo insistiam em sua condição de voluntários. Quando o Rei Hugo demandou que permanecessem na Síria enquanto ele lá estivesse, seu porta-voz, Jaime de Ibelin (primo de sua esposa), declarou com firmeza que só eram obrigados a servir na defesa da ilha — e acrescentou, de forma arrogante, que o rei não deveria tomar como precedente o fato de nobres cipriotas terem ido lutar no continente, pois haviam-no feito com mais freqüência por instância dos Ibelins do que a pedido do monarca. Não obstante, insinuou que, se Hugo tivesse feito seu pedido de maneira mais diplomática, talvez houvesse sido atendido. A discussão arrastou-se até 1273, quando, num raro espírito conciliador, os cipriotas consentiram em passar quatro meses no continente caso o rei ou seu herdeiro em pessoa estivessem presentes no exército. Àquela altura, entretanto, era tarde demais para os intentos de Eduardo.[3]

O príncipe inglês não logrou muito mais êxito junto aos mongóis. Assim que chegou a Acre, enviou uma embaixada ao ilcã, composta por três ingleses: Reginaldo Russell, Godofredo Welles e João Parker. Abaga, cujos exércitos principais estavam em combate no Turquestão, concordou em prestar-lhe a ajuda possível. Nesse meio-tempo, Eduardo contentou-se com algumas incursões de pouca monta junto à fronteira. Em meados de outubro de 1271, Abaga cumpriu sua promessa, destacando dez mil cavalarianos de suas guarnições na Anatólia, que desceram para a Síria por Aintab, derro-

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 199-200; *Estoire d'Eracles*, pp. 460-1. Para mais informações sobre a cruzada de Eduardo, ver Powicke, *King Henry III and the Lord Edward*, II, pp. 597 ss.

2 Dandolo, p. 380; Röhricht, "Derniers Temps", p. 622; Powicke, *op. cit.* II, pp. 604-5.

3 *Assises*, I, pp. 347, 626, II, pp. 427-34; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 462-4. Ver Hill, *History of Cyprus*, II, pp. 168-70.

tando as tropas turcomanas que protegiam Alepo. As guarnições mamelucas de Alepo fugiram para Hama antes de sua chegada. De Alepo, os mongóis seguiram seu caminho até Maarrat an-Numan e Apaméia. O pânico espalhou-se pelos muçulmanos locais, mas Baibars, que se encontrava em Damasco, não se deixou sobressaltar. Contava com um vasto exército consigo, e convocou reforços do Egito. Quando se pôs a caminho do norte, em 12 de novembro, os mongóis recuaram. Não tinham força suficiente para confrontar toda a hoste mameluca, e seus vassalos turcos na Anatólia estavam agitados. Retiraram-se para o outro lado do Eufrates, carregados de butim.[1]

Aproveitando que Baibars estava ocupado com os mongóis, Eduardo liderou os francos para o outro lado do Monte Carmelo, a fim de assaltarem a Planície de Sharon. Todavia, suas tropas eram demasiado reduzidas até para tentarem tomar a pequena fortaleza mameluca de Qaqun, que guardava a estrada através das montanhas. Para que se pudesse reconquistar qualquer território, havia necessidade de uma invasão mongol de maior porte e de uma cruzada mais ampla.[2]

Na primavera de 1272, o Príncipe Eduardo percebeu que estava perdendo seu tempo. Tudo o que podia fazer sem maior efetivo militar nem mais aliados era negociar uma trégua que preservasse Outremer por ora. Baibars, por seu lado, estava pronto para suspender as hostilidades. Os resquícios patéticos do reino franco estariam à sua mercê enquanto ele não fosse estorvado por complicações externas. A primeira missão de seu exército era repelir os mongóis, que precisavam ainda ser contidos por medidas diplomáticas na Anatólia e nas estepes. Enquanto o sultão não se sentisse seguro naquela frente, não valeria a pena envidar os esforços necessários para reduzir os últimos redutos francos. Nesse ínterim, ele tinha de prevenir-se contra intervenções do Ocidente; para tanto, devia manter boas relações com Carlos d'Anjou, o único potentado capaz de prestar um socorro considerável a Acre. O principal objetivo de Carlos, entretanto, era a conquista de Constantinopla. A Síria era, no momento, de interesse secundário para ele; como já tinha a vaga intenção de agregar Outremer ao seu império, desejava preservar sua existência — mas sem fazer nada que reforçasse o poder do Rei Hugo, cujo lugar ambicionava algum dia ocupar. Dispôs-se, assim, a servir de intermediário entre Baibars e Eduardo. Em 22 de maio de 1272, assinou-se em Cesaréia a paz entre o sultão e o governo de Acre. O reino teve garantida por dez anos e dez meses a posse de suas terras atuais, compostas basica-

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 461; Abu'l Feda, p. 154; D'Ohsson, *op. cit.* III, pp. 459-60; Powicke, *op. cit.* II, pp. 601-2.

2 *Gestes des Chiprois*, pp. 200-1; *Estoire d'Eracles*, II, p. 461.

mente pela estreita planície litorânea de Acre a Sídon, bem como o direito a utilizar, sem restrições, a estrada de peregrinação para Nazaré. O Condado de Trípoli já estava protegido pela trégua de 1271.[1]

Era público o desejo do Príncipe Eduardo de regressar ao Oriente à frente de uma cruzada maior. Portanto, apesar da trégua, Baibars decidiu eliminá-lo. Em 16 de junho de 1272, um assassino disfarçado de cristão nativo penetrou na câmara do príncipe e esfaqueou-o com uma adaga envenenada. A ferida não foi fatal, mas Eduardo ficou gravemente enfermo por alguns mescs. O sultão apressou-se em se dissociar do atentado enviando suas congratulações pela sobrevivência do rival. Assim que se recuperou, Eduardo preparou-se para voltar para casa. A maioria de seus companheiros já havia partido. Seu pai estava moribundo. Suas próprias condições de saúde eram precárias, e nada mais havia que ele pudesse fazer. Embarcou em Acre em 22 de setembro de 1272,[2] e alcançou a Inglaterra já como seu rei.

O Arcediago de Liège, que acompanhara Eduardo à Palestina, partira no inverno anterior, diante da inesperada notícia de que fora eleito papa. Como Gregório X, nunca perdeu seu interesse na Palestina, e arrogou-se como principal missão a descoberta de uma maneira de reviver o espírito cruzado. Seus apelos por homens que assumissem a Cruz e fossem lutar no Oriente circularam por toda a Europa, chegando à Finlândia e à Islândia. É possível que tenham chegado até a Groenlândia e o litoral da América do Norte.[3] Não obstante, não houve resposta. Nesse ínterim, coletava relatórios que tentavam explicar a hostilidade da opinião pública. Diplomáticos, nenhum desses documentos tocava no problema central: as cruzadas se haviam deteriorado. Agora que eram prometidas recompensas espirituais para quem lutasse contra os gregos, os albigenses e os Hohenstaufens, a guerra santa reduzira-se a mero instrumento de uma política pontifícia estreita e agressiva. Nem os mais fiéis sectários do papado viam motivos para empreender uma desconfortável viagem ao Oriente se havia tantas oportunidades de obter mérito espiritual em campanhas menos sacrificantes.

Por mais discretos que fossem os relatórios enviados ao papa em suas críticas à política pontifícia, apontavam com razoável franqueza as falhas da Igreja. Quatro desses documentos são dignos de nota. Primeiro, a *Collectio de Scandalis Ecclesiae*, de autoria provavelmente de um franciscano, Gilberto de

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 461-2; *Annales de Terre Sainte*, p. 455; Maqrisi, *Sultans*, I, ii, p. 102; al-Aïni, p. 247. Ver Delaville le Roulx, *Hospitaliers en Terre Sainte*, p. 225.

2 *Gestes des Chiprois*, p. 201; *Estoire d'Eracles*, II, p. 462; Sanuto, p. 225. A lenda sobre o episódio em que a esposa de Eduardo, Eleonora, teria sugado o veneno da ferida do marido foi narrada por Prolemy de Luca um século depois. Ver Powicke, *op. cit.* p. 603.

3 A. Riant, *Les Scandinaves en Terre Sainte*, pp. 361-4.

Tournay, embora assinalasse os danos causados às cruzadas pelas querelas entre reis e nobres, teve como temas centrais a corrupção do clero e os abusos cometidos com relação às indulgências. Enquanto os prelados gastavam seu dinheiro em cavalos extraordinários e macacos de estimação, seus agentes angariavam dinheiro com a liberação em massa dos votos cruzados. Eclesiástico algum queria contribuir para os impostos coletados para financiar as cruzadas, embora S. Luís, para sua indignação, lhes houvesse recusado isenção. Nesse meio-tempo, o público em geral pagava tributos sem fim por cruzadas que nunca se concretizavam.[1]

O relatório enviado por Bruno, Bispo de Olmütz, seguia outra linha de raciocínio. Bruno também mencionava os escândalos na Igreja, mas, como político que era, defendia a necessidade de paz na Europa e de uma reforma generalizada — o que, no entanto, só poderia ser levado a cabo por um imperador forte. Insinuava ainda que seu senhor, o Rei Ottocar da Boêmia, seria o candidato ideal para o cargo. As cruzadas no Oriente, sustentava ainda, haviam perdido o sentido e caído na obsolescência; deveriam ser dirigidas agora contra os pagãos nas fronteiras orientais do império. Os cavaleiros teutônicos vinham desvirtuando tais propósitos com sua ganância e avidez por poder; devidamente orientadas por um potentado certo, porém, elas proporcionariam vantagens tanto financeiras quanto religiosas.[2]

Guilherme de Trípoli, um dominicano que vivia em Acre, apresentou uma tese mais desinteressada e construtiva. Acalentava poucas esperanças de que os europeus conduzissem uma guerra santa no Oriente, mas estava impressionado com profecias de que o fim do Islã estava próximo e acreditava que os mongóis seriam seus carrascos. Era chegada a hora da atividade missionária. Como membro de uma ordem de pregadores, tinha fé no poder dos sermões. Estava convencido de que o Oriente seria conquistado por missões, não pela espada. Nessa opinião, contava com o apoio de um pensador muito mais notório, Roger Bacon.[3]

O relatório mais completo veio de outro dominicano, o ex-mestre-geral da ordem, Humberto de Romans. Sua *Opus Tripartitum* foi escrita com vistas a um concílio geral que discutiria a cruzada, o cisma grego e a reforma da Igreja. Era descrente com relação à possibilidade de converter os muçulma-

---

1 A *Collectio* foi publicada, editada por Stroick, no *Archivum Franciscanum Historicum*, vol. XXIV. Ver Throop, *op. cit.* pp. 69-104.

2 A dissertação de Bruno foi publicada por Hofler nos *Proceedings of the Bavarian Academy of Science*, 1846. Ver Throop, *op. cit.* pp. 105-14.

3 Ver Guilherme de Trípoli, *De Statu Saracenorum, passim*; também Roger Bacon, *Opus Majus*, III, pp. 120-2. Ele culpa os ocidentais por não se terem dado ao trabalho de aprender idiomas estrangeiros para seu trabalho missionário.

nos; por outro lado, a dos judeus era promessa divina e a dos pagãos do leste europeu talvez fosse exeqüível. A seu ver, era essencial realizar outra cruzada no Oriente. Citou os vícios que impediam os homens de rumar para a região — sua preguiça, avareza e covardia — e deplorou o amor ao torrão natal, que não os deixava viajar, e as influências femininas, que se empenhavam por mantê-los em casa. Pior de tudo, poucos agora acreditavam no mérito espiritual prometido ao cruzado. Tal incredulidade, relatada por Humberto com pesar, era sem dúvida disseminada. Um sem-número de poemas populares adotavam-na como tema, e não eram poucos os trovadores que declaravam que os cruzados não tinham mais serventia para Deus. As sugestões de Humberto para combatê-la e instigar uma nova onda de entusiasmo, contudo, não tiveram grande préstimo. Era inútil continuar insistindo em que derrotas e humilhações fariam bem para a alma, como acreditava S. Luís. Era tarde demais para tentar persuadir os homens de que a cruzada era a melhor penitência para seus pecados. A reforma do clero, energicamente advogada por Humberto, talvez fosse de alguma valia — no entanto, como guia prático para a reforma do sentimento público, seus conselhos de pouco serviriam. Por conseguinte, suas recomendações para a realização de uma cruzada eram prematuras. Deveria instituir-se um programa de orações, jejuns e cerimônias; havia que estudar a História e constituir-se um grupo de conselheiros piedosos e experientes; e deveria formar-se um exército permanente de cruzados de prontidão. Com relação às finanças, Humberto sugeria que os métodos de extorsão empregados pelos papas nem sempre haviam sido impopulares; ele acreditava que, se a Igreja vendesse parte de seu vasto tesouro e ornamentos supérfluos, alcançaria um bom resultado psicológico e material. Não obstante, os príncipes, tanto quanto a Igreja, teriam de cumprir sua parte.[1]

Munido desses conselhos, que não deviam tê-lo tranqüilizado muito, Gregório X convocou um concílio em Lião. Suas sessões foram abertas em maio de 1274. Houve uma presença considerável de eclesiásticos do Oriente, encabeçados por Paulo de Segni, Bispo de Trípoli. Guilherme de Beaujeu, recém-eleito grão-mestre do Templo, compareceu. Todavia, os convites prementes enviados aos reis da cristandade foram ignorados. Filipe III da França declinou de participar, e até Eduardo I, em quem Gregório depositava particulares esperanças, alegou problemas domésticos. O único a dar o ar de sua graça foi Jaime I de Aragão, um velho falastrão que, apesar de sua primeira tentativa de cruzada no Oriente ter sido infrutífera, ansiava genui-

1 Para mais informaçôcs sobre a questão dos textos do *Opus Tripartitum* ver Throop, *op. cit.* p. 147 n. 1. Throop fornece um sumário bastante completo do conteúdo, *ibid.* pp. 147-213.

namente — ainda que não sem uma boa dose de fanfarronice — por embarcar noutra aventura. No entanto, não tardou a entediar-se com as discussões e a correr de volta para os braços de sua amante, a Dama Berengária. Delegados do imperador bizantino Miguel prometeram a submissão da Igreja de Constantinopla, pois ele estava apavorado com a ambição de Carlos d'Anjou. Contudo, Miguel não poderia cumprir tal promessa, pois seus súditos não concordariam. A fracassada união das Igrejas foi o único êxito do concílio. Não se chegou a nada de valor no tocante à reforma da Igreja; e embora todos estivessem dispostos a discutir a cruzada, ninguém fez nenhuma oferta da ajuda material que seria necessária para lançá-la.

Não obstante, Gregório perseverou, esforçando-se por fazer com que os governantes da Europa levassem a cabo as resoluções pias do concílio. Em 1275, Filipe III assumiu a Cruz. Ainda naquele ano, Rodolfo de Habsburgo seguiria seu exemplo, em troca da promessa de ser coroado pelo pontífice em Roma. Nesse ínterim, Gregório tratou de preparar a Terra Santa para a chegada da cruzada. Ordenou o reparo de fortalezas e o envio de mercenários em maior número e de melhor qualidade. Com base em sua experiência pessoal no Oriente, ao que tudo indica ele havia chegado à conclusão de que nada se podia esperar do governo do Rei Hugo. Assim sendo, mostrou-se simpático às reivindicações de Maria de Antióquia, estimulando-a a vendê-las para Carlos d'Anjou, que desejava que adquirisse um interesse mais ativo em Outremer — não só para seu próprio bem, mas também para distraí-lo de suas ambições bizantinas.[1] Todas as maquinações do Papa Gregório, entretanto, foram por água abaixo. Quando ele morreu, em 10 de janeiro de 1276, nenhuma cruzada partira para o Oriente, e não havia sinal de que alguma partiria ainda.

O Rei Hugo III de Chipre tinha opiniões mais realistas. Não esperava nem desejava uma cruzada; tudo o que pretendia era preservar a trégua com Baibars. Todavia, esta pouco contribuiu para aliviar sua situação. Em 1273, perdeu o controle de seu mais importante feudo no continente, Beirute. Por ocasião do falecimento de João II de Ibelin, o senhorio fora legado à filha mais velha deste, Isabela, rainha-viúva de Chipre, que enviuvara, ainda virgem, em 1267. Sua virgindade, porém, teria vida curta. Sua notória falta de castidade e, acima de tudo, sua ligação com Juliano I de Sídon, provocaram uma bula papal que a instou a casar-se novamente com urgência. Em 1272, ela se entregou e entregou o seu domínio a um inglês, Hamo L'Estrange, ou o Estrangeiro, ao que parece um dos companheiros do Príncipe Eduardo. Sem confiar no Rei Hugo, em seu leito de morte no ano seguinte pôs sua

1 Ver Hefele-Leclercq, *op. cit.* VI, i, pp. 67-8, 153 ss.; Throop, *op. cit.* pp. 262-82.

esposa e seu feudo sob a proteção de Baibars. Quando Hugo tentou levar a viúva para Chipre, a fim de casá-la com um candidato de sua escolha, o sultão não vacilou em citar o pacto firmado com Hamo e exigiu que ela lhe fosse devolvida. A Suprema Corte não apoiou o rei, que não teve outra alternativa senão enviar Isabela de volta para Beirute, onde se instalou uma guarda mameluca para protegê-la.[1] Só muito depois da morte de Baibars, Hugo voltaria a assumir o controle do feudo. Isabela ainda se casaria mais duas vezes antes de morrer, por volta de 1282, quando Beirute passou para sua irmã Esquiva, esposa de Humberto de Montfort, amigo fiel do monarca.[2]

A derrota seguinte de Hugo foi com relação ao Condado de Trípoli. Boemundo VI, último Príncipe de Antióquia, morreu em 1275, deixando um filho, Boemundo, de quatorze anos, e uma filha mais moça, Lúcia. O Rei Hugo, como próximo herdeiro adulto da casa de Antióquia, reclamou a regência de Trípoli. Entretanto, a princesa-viúva, Sibila da Armênia, ocupou imediatamente o cargo, conforme os costumes da família a habilitavam a fazer. Quando foi a Trípoli para defender seus direitos, Hugo foi informado de que o jovem Boemundo VII fora enviado para a corte de seu tio, o Rei Leão III da Armênia, e encontrou a cidade administrada em nome de Sibila por Bartolomeu, Bispo de Tortosa, que parece ter pertencido à célebre família antioquense de Mansel. Ninguém em Trípoli deu sustentação a Hugo, dada a extrema popularidade de que o Bispo Bartolomeu gozava naquele momento, como feroz inimigo que era do bispo local, Paulo de Segni, tio de Boemundo VI por parte de mãe, e de todos os romanos que ele e Lucienne haviam instalado no condado. Com o aplauso da nobreza local, Sibila e Bartolomeu condenaram alguns dos romanos à morte e mandaram outros para o exílio. Infelizmente, o Bispo Paulo contava com o apoio do Templo, com cujo mestre se encontrara no Concílio de Lião. Quando Boemundo VII voltou da Armênia em 1277 para assumir o governo, teve de enfrentar a implacável hostilidade da ordem.[3]

Só mais ao norte, em Latáquia, o prestígio de Hugo obteve uma pequena vitória. Latáquia era tudo o que restava do Principado de Antióquia, e Baibars não a considerava incluída em seus tratados com Trípoli

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 462; Ibn al-Furat, em Reinaud, *Chroniqueurs Arabes*, p. 532. Powicke, *op. cit.* p. 606 n. 1, demonstra que o nome do marido de Isabela era Hamo, não Edmundo. Hill, *op. cit.* p. 137 n. 2, aceita a opinião de que sua ligação era com João de Jafa. No entanto, isso cria dificuldades de datação, uma vez que João de Jafa morreu em 1266. Ademais, João era altamente respeitável, ao passo que Juliano era um notório desregrado. A esposa de João era a irmã do Rei Hethoum, que faleceu em 1269, ao passo que a de Juliano era a irmã do sucessor de Hethoum. A Bula talvez tenha confundido a geração da princesa.

2 *Lignages*, p. 462; Ducange-Rey, *Familles d'Outremer*, pp. 235-6.

3 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 466-7, 481; *Gestes des Chiprois*, p. 202.

nem com Acre. Seus exércitos estavam fechando o cerco ao seu redor quando seus cidadãos fizeram um apelo direto ao Rei Hugo. Este logrou negociar uma trégua com o sultão, que chamou suas tropas de volta em troca de um tributo anual de vinte mil dinares e da libertação de vinte prisioneiros islâmicos.[1]

Não demoraria muito até que as dificuldades de Hugo se estendessem ao próprio Acre. A comuna da cidade sempre se incomodara com seu governo direto, ao passo que a Ordem do Templo, que desaprovara sua reconciliação com os Montforts e se opusera à sua acessão ao trono, mostrava-se cada vez mais hostil ao monarca. O Hospital, com cuja boa vontade ele talvez pudesse contar, perdera relevância depois da perda de seu quartel-general no Krak. O único grande castelo que lhes restava era Marqab, no topo da alta colina que dominava Buluniyas. Já em 1268, o grão-mestre, Hugo de Revel, escrevia que a ordem só podia então manter trezentos cavaleiros em Outremer, em lugar dos dez mil dos velhos tempos. O Templo, por sua vez, continuava de posse de seu quartel-general em Tortosa, além de Sídon e o gigantesco castelo de Athlit; ademais, seus vínculos bancários com todo o mundo levantino aumentavam-lhe o poder. Tomás Berard, grão-mestre entre 1256 e 1273, fora outrora leal aos regentes de Chipre e, embora acabasse se desagradando de Hugo, nunca o desafiou abertamente. No entanto, seu sucessor, Guilherme de Beaujeu, era de um outro calibre. Aparentado à casa real da França, era um sujeito orgulhoso, ambicioso e enérgico. Por ocasião de sua eleição, encontrava-se na Apúlia, em território de seu primo, Carlos d'Anjou. Ao chegar ao Oriente, dois anos depois, estava determinado a levar adiante os projetos de Carlos — opondo-se, portanto, desde o princípio ao Rei Hugo.

Em outubro de 1276, a Ordem do Templo comprou uma aldeia chamada La Fauconnerie, alguns quilômetros ao sul de Acre, de seu senhor, Tomás de Saint-Bertin, deixando deliberadamente de pedir o consentimento do rei para a transação. As queixas de Hugo foram ignoradas. Em sua exasperação com as ordens, a comuna e as colônias mercantes, ele decidiu deixar aquele reino ingrato. Sem que ninguém esperasse, fez suas malas e retirou-se para Tiro, tencionando de lá embarcar para Chipre. Deixou Acre sem nomear um *bailli*. Os templários e venezianos, seus aliados íntimos, ficaram encantados. Entretanto, o patriarca, Tomás de Lentino, os hospitalários e os cavaleiros teutônicos, bem como a comuna e os genoveses, ficaram chocados, e enviaram delegados a Tiro para lhe rogarem que pelo menos designasse um representante. Apesar de a princípio estar irritado demais para lhes dar ouvidos, Hugo

1 Maqrisi, *Sultans*, I, ii, p. 125; Muhi ad-Din *in* Michaud, *Bibliothèque des Croisades*, II, p. 685.

acabou — provavelmente por instância de João de Montfort — nomeando *bailli* Balian de Ibelin, filho de João de Arsuf, e designando juízes para os tribunais do reino. Logo em seguida, embarcou para Chipre, à noite, sem pedir licença a ninguém. Da ilha, escreveu ao papa para justificar seus atos.[1]

Balian tinha uma árdua missão pela frente. Grassavam nas ruas de Acre tumultos entre mercadores muçulmanos de Belém, sob a proteção dos templários, e mercadores nestorianos de Mosul, que tinham os hospitalários como patronos. Eclodiram também hostilidades entre venezianos e genoveses. Só com o auxílio do patriarca e do Hospital qualquer governo poderia manter-se.[2]

Em 1277, Maria de Antióquia concluiu a venda de seus direitos a Carlos d'Anjou — que sem hesitar adotou o título de Rei de Jerusalém e enviou Rogério de San Severino, Conde de Marsico, com uma força armada, para ser seu *bailli* em Acre. Graças à ajuda do Templo e dos venezianos, Rogério conseguiu desembarcar em Acre, onde apresentou credenciais assinadas por Carlos, por Maria e pelo papa, João XXI. Balian de Ibelin viu-se numa situação profundamente embaraçosa; não recebera nenhuma instrução do Rei Hugo, e sabia que os templários e venezianos estavam prontos a pegar em armas em nome de Rogério, ao passo que nem o patriarca nem o Hospital prometeriam intervir. A fim de evitar derramamento de sangue, decidiu entregar a cidadela aos angevinos. Rogério hasteou o estandarte de Carlos e proclamou-o Rei de Jerusalém e da Sicília, determinando em seguida que os barões do reino lhe prestassem homenagem como *bailli* do rei. Os nobres hesitaram, menos por amor a Hugo que por não desejarem legitimar uma transferência do trono sem o respaldo da Suprema Corte. Na tentativa de preservar alguma legalidade, enviaram delegados a Chipre para indagar de Hugo se ele os liberaria de seu voto de fidelidade. Hugo recusou-se a responder. Por fim, Rogério, firme no controle da situação, ameaçou confiscar as propriedades de todos os que não lhe prestassem homenagem — mas, ainda assim, concedeu tempo para mais um apelo a Hugo. Sendo este mais uma vez infrutífero, os barões submeteram-se a Rogério. Logo depois, Boemundo VII reconheceu-o como legítimo *bailli*. Rogério designou diversos franceses da corte de Carlos para os principais cargos de confiança: Odo Poilechien foi entronizado senescal, Ricardo de Neublans, comissário e Jaime Vidal, marechal.[3]

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, pp. 474-5; *Gestes des Chiprois*, p. 206 (situando o episódio em data posterior). Ver Delaville le Roulx, *op. cit.* pp. 210-29.
2 *Estoire d'Eracles, loc. cit.*; *Gestes des Chiprois, loc. cit.*
3 *Estoire d'Eracles*, pp. 478-9; *Gestes des Chiprois*, pp. 206-7; Amadi, p. 214; Sanudo, pp. 227-8; João de Ypres em Martène e Durand, *Thesaurus Novus Anecdotorum*, vol. III, col. 755.

A situação era muito conveniente para Baibars, que podia ter certeza de que o representante de Carlos nem provocaria uma nova cruzada nem faria intrigas com os mongóis. Com tamanha sensação de segurança, ele se disporia a proporcionar a Outremer mais alguns anos de existência. Nesse meio tempo, poderia tomar a ofensiva contra o ilcã. Abaga, ciente do perigo, ansiava por firmar uma aliança com o Ocidente. Em 1273, enviou uma carta ao Acre, endereçada a Eduardo da Inglaterra, indagando quando se daria sua nova cruzada. A missiva foi levada à Europa por um dominicano, Davi, capelão do patriarca Tomás de Lentino. Eduardo enviou uma resposta cordial, mas lamentou que nem ele, nem o papa houvessem decidido ainda quando seria possível enviar outra expedição ao Oriente. No ano seguinte, emissários mongóis compareceram ao Concílio de Lião, e dois deles receberam o batismo católico do Cardeal de Ostia, o futuro Inocêncio V. As respostas que obtivera, então do pontífice e sua cúria foram de novo amistosas, mas vagas. No outono de 1276, o ilcã empreendeu nova tentativa. Dois georgianos, os irmãos João e Jaime Vaseli, aportaram na Itália para visitar o papa, com ordem de seguir até as cortes da França e da Inglaterra. Eram portadores de uma carta pessoal de Abaga a Eduardo I, desculpando-se por sua ajuda não ter sido mais efetiva em 1271. Nenhuma de suas iniciativas diplomáticas produziu qualquer resultado. O Rei Eduardo acalentava sinceras esperanças de partir numa nova cruzada, mas nem ele nem Filipe III da França estavam prontos para tal. A cúria papal estava sob a sinistra influência de Carlos d'Anjou, que não via os mongóis com bons olhos, como amigos que eram de seus inimigos, os bizantinos e genoveses, e cuja política inteira baseava-se numa *entente* com Baibars. Os pontífices esperavam, otimistas, acolher os mongóis no seio da Igreja, mas não compreendiam que a promessa de recompensas nos céus não constituía estímulo suficiente para o ilcã. Nem as súplicas de Leão III da Armênia, que ao mesmo tempo era fiel vassalo do ilcã e estava em comunhão com Roma, lograram traduzir-se em algum auxílio prático do papado.[1]

Baibars pôde executar seus planos sem o perigo de intervenção ocidental. Na primavera de 1275, liderou pessoalmente uma incursão na Cilícia, durante a qual saqueou as cidades da planície, mas não conseguiu alcançar Sis. Dois anos mais tarde, resolveu invadir a Anatólia. O sultão seljúcida era uma criança ainda, Kaikhosrau III. Seu ministro, Suleimã, o *Pervana* — ou Guardião dos Selos —, era o maior poder da região; contudo, não tinha meios de controlar os emirados locais que se insurgiam, dos quais o mais importante era o de Karaman. O ilcã mantinha um frouxo protetorado sobre o sul-

1 Guilherme de Nangis, pp. 540, 564; D'Ohsson, *op. cit.* III, pp. 543-9; Powicke, *op. cit.* p. 602 n. 1; Howorth, *op. cit.* III, pp. 280-1.

tanato, sustentado pela presença de uma substancial guarnição mongol — que, em 18 de abril de 1277, foi desbaratada pelos mamelucos em Albistan. Cinco dias depois, Baibars entrava em Cesaréia-Mazacha. O ministro do sultão, Suleimã, e o emir de Karaman apressaram-se em saudar o vitorioso. Abaga, porém, açulado, conduziu em pessoa o exército mongol em marcha forçada através da Anatólia. Baibars, sem esperar por sua chegada, recuou para a Síria. Abaga logo recuperou o controle do sultanato seljúcida. O traiçoeiro Suleimã foi capturado e executado, e correram boatos de que sua carne foi servida num ensopado no banquete de Estado seguinte do ilcã.[1]

Baibars não sobreviveu por muito tempo à sua aventura anatólia. Há várias histórias acerca de sua morte. Segundo alguns cronistas, ele morreu em decorrência dos ferimentos recebidos em sua última campanha; para outros, bebeu *kumiz* demais, o leite de égua fermentado tão apreciado pelos turcos e mongóis. O boato predominante, porém, era de que ele havia preparado *kumiz* envenenado para o príncipe aiubita de Kerak, al-Qahir, filho de an-Nasir Dawud, que acompanhava seu exército e o ofendera, e depois, por descuido, bebeu da mesma taça antes que ela fosse limpa. Morreu em 1º de julho de 1277.[2]

Sua morte eliminou o maior inimigo da cristandade desde Saladino. Quando tornou-se sultão, os domínios francos estendiam-se pelo litoral de Gaza à Cilícia, com grandes fortalezas no interior para protegê-los de avanços pelo leste. Num reinado de dezessete anos, Baibars restringira-os a umas poucas cidades ao longo da costa — Acre, Tiro, Sídon, Trípoli, Jebail e Tortosa, além de Latáquia, isolada — e aos castelos de Athlit e Marqab. Não sobreviveu para presenciar a total eliminação de seus adversários, mas tornou-a inevitável. Particularmente, possuía poucas das qualidades que haviam angariado para Saladino o respeito até de seus inimigos. Era cruel, desleal e traiçoeiro, de modos rudes e discurso áspero. Seus súditos podiam não amá-lo, mas admiravam-no, com razão, pelo soldado brilhante, político sutil e administrador sábio que era — ágil e discreto em suas decisões e clarividente em seus objetivos. Apesar de sua origem escrava, foi um patrono das artes e ativo construtor, que muito fez para embelezar suas cidades e reerguer suas fortalezas. Como homem, era maléfico, mas como governante figurou entre os maiores de seu tempo.

---

1 Abu'l Feda, p. 165; Maqrisi, *Sultans*, I, ii, pp. 144-5; Bar-Hebraeus, pp. 456-9; D'Ohsson, *op. cit.* pp. 486-9. Ver Howorth, *op. cit.* III, pp. 252-6.

2 Maqrisi, *Sultans*, I, ii, p. 150; Abu'l Feda, pp. 165-6; *Gestes des Chiprois*, pp. 208-9; Hayton, *Flor des Estoires*, p. 193; Bar-Hebraeus, p. 458.

LIVRO IV

O FIM DE OUTREMER

Capitulo 1

O Comércio de Outremer

"Em virtude do teu comércio intenso te encheste de violência." EZEQUIEL, 28, 16

Durante toda a história de Outremer a contenda objetiva entre o cristianismo e o Islã foi com freqüência obscurecida ou desviada por questões de vantagem econômica. As colônias francas localizavam-se numa área reconhecidamente próspera, que sem dúvida controlava algumas das maiores rotas comerciais do mundo. As ambições comerciais e financeiras dos colonos e seus aliados por vezes iam de encontro ao patriotismo religioso, e havia ocasiões em que suas necessidades humanas básicas exigiam amizade com seus vizinhos muçulmanos.

Não houve uma força motriz de cunho comercial por trás do lançamento da Primeira Cruzada. As cidades marítimas italianas, cujos mercadores eram os mais astutos e bem-sucedidos negociantes da época, a princípio ficaram alarmadas com aquele movimento, que poderia arruinar as relações comerciais construídas com os muçulmanos do Levante. Só quando a cruzada logrou êxito e os povoamentos francos foram fundados na Síria é que os italianos ofereceram ajuda, dando-se conta de que poderiam empregar as novas colônias em benefício próprio. A razão econômica que motivava os cruzados era, isso sim, a ânsia por terras por parte dos pequenos nobres da França e dos Países Baixos e o desejo dos camponeses dessas regiões de trocarem seus lares sombrios e miseráveis e as enchentes e ondas de fome dos últimos anos por terras de lendária riqueza. Para muitos dos mais humildes, a distinção entre este mundo e o próximo era vaga. Confundiam a Jerusalém terrestre com a celestial, e esperavam encontrar uma cidade com ruas de ouro, onde jorravam o leite e o mel. Apesar de se terem deixado enganar por suas esperanças, a desilusão demorou a sobrevir. A civilização urbana do Oriente e seu padrão de vida mais alto criavam uma aparência de riqueza que os peregrinos, ao voltar, descreviam aos amigos. Com o passar do tempo, porém, os relatos foram tornando-se menos favoráveis. Depois da Segunda Cruzada, deixaram de ocorrer movimentos de massa entre os camponeses ocidentais com vistas a estabelecerem-se na Terra Santa. Ainda havia nobres aventureiros dispostos a partir para o Oriente para fazer fortuna,

mas um dos empecilhos à organização das cruzadas posteriores era a falta de incentivo econômico.[1]

De fato, as províncias francas de Outremer não eram dotadas de uma riqueza natural. Havia distritos férteis, tais como as planícies de Esdraelon, de Sharon e de Jericó, a estreita faixa litorânea entre os Montes Líbano e o mar, o Vale do Buqaia e a planície de Antióquia. Todavia, em comparação com o país além do Jordão, do Hauran e da Bekaa, a Palestina era árida e improdutiva. O valor da Oultrejourdain para os francos jazia tanto no trigo lá plantado quanto em seu comando da estrada entre Damasco e o Egito.[2] Sem a ajuda da Oultrejourdain, nem sempre era fácil para o reino de Jerusalém alimentar-se. Quando a safra era pequena, era necessário importar trigo da Síria islâmica.[3] Nas derradeiras décadas de Outremer, quando os francos estavam reduzidos às cidades da faixa costeira, o trigo precisava ser sempre importado.

Dos demais víveres havia uma provisão satisfatória. As colinas alimentavam grandes rebanhos de carneiros, cabras e porcos. Havia pomares e plantações de hortaliças ao redor de todas as cidades, e os olivais eram abundantes. Com efeito, é possível que o azeite fosse exportado em pequenas quantidades para o Ocidente, ao passo que frutas palestinas exóticas, como limas-da-pérsia ou granadinas, eram às vezes vistas nas mesas dos mais ricos na Itália.[4]

Não eram muitos, porém, os produtos que Outremer podia exportar em escala grande o bastante para proporcionar ao país uma receita apreciável. Destes, o mais importante era o açúcar. Quando os cruzados chegaram à Síria, descobriram que a cana-de-açúcar era cultivada em diversas áreas costeiras e no vale do Jordão. Continuaram a atividade e aprenderam com os nativos o processo de extração do açúcar da cana. Havia uma grande usina em Acre, e outras de menor porte na maioria das cidades do litoral. O princi-

---

1 A obra fundamental sobre a história comercial das cruzadas é Heyd, *Histoire du Commerce du Moyen Age*. Toda essa questão foi recentemente discutida num importante artigo de Cahen, "Notes sur l'histoire des Croisades et de l'Orient Latin, III", *in Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, maio-junho de 1951. Cahen fornece motivos para minimizar a importância comercial dos Estados cruzados.

2 Ver vol II, pp. 17-18. Apesar de não ser tão fértil quanto o Hauran, Moab, desde os tempos de Noêmia e Rute, abastecia de alimentos a Palestina nos tempos de escassez.

3 Por exemplo em 1185. Ver vol. II, pp. 381-2.

4 O Arcebispo de Tiro possuía 2.040 oliveiras só em uma aldeia (Tafel-Thomas, *Urkunden*, p. 299). Ver Cahen, "Notes sur l'Histoire des Croisades et de l'Orient Latin, II", *in Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg* (abril de 1951), p. 293. Rey, *Les Colonies Franques*, p. 245; Heyd, *op. cit.* pp. 177-8. Burchar do Monte Sião, *Description of the Holy Land*, revela que os pomares ao redor de Trípoli proporcionavam a seus proprietários uma renda de trezentos mil besantes de ouro anuais (ed. *P.P.T.S.* p. 16).

pal centro da indústria era Tiro. Quase todo o açúcar consumido na Europa durante os séculos XII e XIII era proveniente de Outremer.[1] Depois dele, os principais produtos de exportação eram os tecidos, de todos os tipos. O bicho-da-seda era cultivado na região de Beirute e Trípoli desde o fim do século VI, ao passo que o linho era cultivado nas planícies da Palestina. Artigos de seda eram vendidos para exportação. Manufaturava-se samito em Acre, Beirute e Latáquia; e Tiro era célebre pelo pano conhecido como soprilho ou cendal. O linho de Nablus gozava de reputação internacional. A tintura púrpura de Tiro ainda estava na moda para as roupas. Entretanto, os italianos também podiam comprar seda e linho nos mercados da Síria e do Egito, onde o suprimento era maior e os preços, com freqüência, mais baixos.[2] Ocorria o mesmo com o vidro; os judeus de várias cidades, sobretudo Tiro e Antióquia, fabricavam vidro para exportação, mas tinham de enfrentar a concorrência do vidro egípcio. Os curtumes provavelmente atendiam apenas à demanda local, mas a cerâmica era ocasionalmente exportada.[3]

O Egito era um mercado perene para madeira. Desde tempos primordiais a frota egípcia era construída com a madeira oriunda das florestas do Líbano e das colinas ao sul de Antióquia; os egípcios também consumiam grandes volumes de madeira para fins arquitetônicos. As guerras entre o Egito e os Estados cruzados raramente interrompiam esse tráfego por muito tempo.[4] Havia minas de ferro perto de Beirute, mas sua produção era provavelmente insuficiente para exportação.[5]

Certo número de ervas e especiarias era exportado. O mais importante era o bálsamo. Uma vez que seu principal uso na Europa era nos serviços da Igreja, o bálsamo da Terra Santa era particularmente popular. No século XII, havia grandes plantações nos arredores de Jerusalém. Não era, entretanto, um produto de fácil cultivo, pois necessitava de irrigação intensiva. Após a reconquista islâmica, no fim do século, seu cultivo entrou em declínio e não tardou a ser abandonado.[6]

Os governantes francos obtinham receitas muito maiores com as mercadorias que atravessavam o país. Havia uma demanda crescente na Europa

---

1 Heyd, *op. cit.* I, p. 179, II, pp. 680-6; Cahen, *op. cit.* II, p. 293; Rey, *op. cit.* pp. 248-9.
2 Heyd, *op. cit.* I, pp. 178-9, II, pp. 612, 696, 699, 705. O linho de Nablus era grosseiro se comparado ao do Egito *(ibid.* p. 632 n. 1). Rey, *op. cit.* pp. 214-21. Idrisi, *Geografia* (texto em árabe, ed. Guildermeister, p. 11), diz que determinado tipo de tecido branco era fabricado em Tiro.
3 Heyd, *op. cit.* I, p. 179; Rey, *op. cit.* pp. 211-12 (citando os *Assises*, II, p. 179), 224-5. Ver vol. II, pp. 254-6.
4 Ver Rey, *op. cit.* pp. 234-40, para obter mais informações sobre as florestas em Outremer.
5 Idrisi, p. 16, conta que o ferro de Beirute era enviado para toda a Síria.
6 Heyd, *op. cit.* II, pp. 577-8.

medieval por artigos orientais — especiarias, corantes, madeiras aromáticas, seda e porcelana — e dos países muçulmanos adjacentes a Outremer. Entretanto, esse fluxo era impreterivelmente dependente das circunstâncias políticas da Ásia. Quando as cruzadas tiveram início, o grosso do comércio do Extremo Oriente viajava por mar, cruzando o Índico e subindo o Mar Vermelho até o Egito, atraído pela prosperidade das cidades egípcias e pela segurança do governo fatímida — em detrimento da rota anterior, que tomava o Golfo Pérsico até Bagdá. Os portos sírios só serviam para escoar mais itens locais, tais como o índigo iraquiano ou os trabalhos em metal de Damasco, além das especiarias do sul da Arábia que eram transportadas por caravana em vez de barco. As pequenas guerras que se seguiram às invasões turcas no fim do século XVII não estimularam nem o comércio nem a indústria do interior sírio. Só quando Nur ed-Din e, depois dele, Saladino estabeleceram a unidade da Síria e do Egito islâmicos a prosperidade retornou à Síria. Aumentou o volume de produtos locais e os bens do Iraque e da Pérsia passaram a viajar em segurança a partir de Alepo, Homs ou Damasco, e dali até o mar. Os portos utilizados pelos mercadores de Alepo eram S. Simão, ao qual chegavam por intermédio de Antióquia e Latáquia; Tortosa e Trípoli serviam de portos para Homs, e Acre para Damasco.[1]

Muito embora os italianos tivessem auxiliado os cruzados na conquista desses portos, o principal alvo de suas atenções comerciais continuava a ser o Egito. A legislação comercial promulgada em Veneza durante o século XII menciona com muito mais freqüência Alexandria que Acre, sobretudo depois da expulsão dos venezianos de Constantinopla. Os registros do advogado internacional genovês Escriba entre os anos de 1156 e 1164 revelam que seus clientes interessavam-se duas vezes mais por Alexandria que pelo Oriente franco. Também é digno de nota o fato de que, no decorrer da primeira metade do século XII, a maioria dos viajantes que partiam da Europa com destino à Palestina ou dirigiam-se primeiro em navios venezianos ou genoveses a Constantinopla, de onde seguiam por terra ou em embarcações gregas de cabotagem até a Síria, ou embarcavam direto do sul da Itália em navios do reino siciliano. Ao que tudo indica, portanto, não eram muitas as naves dos portos mercantis italianos que empreendiam viagens regulares à Síria antes dos últimos anos do século.[2] Até então, a quantidade de bens que passavam pelos portos sírios não pode ter sido muito grande; visto que as tarifas alfandegárias sobre esses artigos em trânsito ficavam em apenas dez por cento de seu valor, é fácil compreender por que o tesouro de Outremer

1 Heyd, *op. cit.* I, pp. 168-77.
2 Cahen. *op. cit.* III, pp. 330-3, fornece estatísticas.

raramente estava cheio e por que os reis com tanta freqüência se sentiam tentados a dedicar-se a assaltos em épocas em que teria sido mais honorável e diplomático manter a paz.[1]

Também é fácil compreender por que as cidades marítimas italianas não se prontificaram a apoiar abertamente a cruzada desde o princípio. Podia ser seu dever cristão colaborar com os francos contra os muçulmanos, mas toda a sua prosperidade dependia da manutenção de suas boas relações com o mundo islâmico. Sempre que prestavam ajuda a uma empresa cristã, corriam o risco de perder seus direitos de comércio com Alexandria. Não obstante, sem sua cooperação os cruzados nunca teriam conquistado as cidades costeiras, e o fato de terem ajudado demonstra que seu problema nada tinha de simples, afinal. Os genoveses deram sua colaboração quando a Primeira Cruzada encontrava-se ainda em Antióquia. Uma esquadra pisana pôs-se a caminho antes que a notícia da captura de Jerusalém atingisse o Ocidente, e sua posterior indiferença com relação ao reino de Jerusalém deveu-se mais à querela entre Balduíno I e Dagoberto, que fora seu arcebispo, que a algum cálculo comercial. Mesmo os venezianos, detentores dos laços mais estreitos com o Egito, haviam oferecido ajuda a Godofredo de Lorena pouco antes de sua morte. Tal política não era tão arriscada quanto talvez parecesse à primeira vista. Comércio algum pode subsistir se não for benéfico para ambas as partes. As autoridades muçulmanas no Egito não desejavam mais que os italianos romper por muito tempo suas conexões comerciais. Por mais que, num acesso de fúria, pudessem fechar Alexandria aos navios cristãos, eles mesmos sofriam com a interrupção das atividades. Suas represálias, portanto, nunca eram levadas a cabo com demasiado rigor. Ademais, era muito proveitoso para os italianos assegurar uma parcela dos portos recém-conquistados. Nas cidades islâmicas, e até em Constantinopla, eles nunca podiam sentir-se em segurança: insurreições populares podiam destruir seus estabelecimentos, ou os caprichos dos governantes estrangeiros, interferir em seus negócios. Ainda que o volume total do comércio realizado por meio dos portos sírios cristãos fosse inferior ao de Constantinopla ou Alexandria, podiam contar com sua continuidade. As únicas vicissitudes eram decorrentes da rivalidade de seus compatriotas italianos, não da hostilidade dos governantes locais. Os portos francos proporcionavam também outra vantagem, de crescente relevo. A maior dificuldade dos italianos era encontrar na Europa produtos cuja venda pagasse pelos artigos orientais que desejavam comprar. Até os primeiros anos do século X, os escravos da Europa

1 Cahen, *op. cit.* III, pp. 330-3. Investidas como a de Balduíno III em 1157 visavam ao único e exclusivo objetivo de levantar fundos (ver vol. II, p. 296).

Central constituíam o principal item de exportação veneziano; contudo, a conversão dos eslavos e húngaros pusera fim a esse tráfico. Na segunda metade do século XIII, os genoveses retomaram o comércio de escravos, transportando cativos turcos e tártaros dos portos do Mar Negro para vender aos mamelucos no Egito; nesse intervalo, todavia, vigorou a escassez de mão-de-obra escrava. Os únicos produtos consideráveis de exportação do Ocidente eram o metal e a madeira. Uma vez que a principal aplicação dessas matérias-primas era na fabricação de armamentos, as autoridades eclesiásticas européias naturalmente viam com maus olhos sua venda para os muçulmanos. Entretanto, os italianos pouco a pouco deram-se conta de que o movimento cruzado e a existência de Outremer arrastava um grande número de soldados, diplomatas e, acima de tudo, peregrinos para o Oriente. Se se encarregassem de transportá-los, o dinheiro pago pelas passagens e despesas a bordo proporcionaria aos proprietários dos navios o caixa de que necessitavam para adquirir, nos portos sírios, artigos importados de plagas mais remotas no Oriente. Por fim, por mais cabeça-duras que fossem os mercadores italianos, os escrúpulos religiosos não eram inteiramente ignorados. Muitos homens, mesmo em Gênova ou Veneza, preferiam os portos cristãos aos muçulmanos para negociar. Além disso, havia a consideração prática de que a Igreja era absolutamente contrária ao comércio com os infiéis — e, como possuía vasto poder político na Itália, sua inimizade podia acarretar grave constrangimento.[1]

O comércio em Outremer atingiu o auge durante a década imediatamente anterior à reconquista de Jerusalém por Saladino e nas primeiras décadas do século XIII. O mundo islâmico era coeso e próspero, e os italianos haviam descoberto as vantagens do comércio por meio dos portos cristãos. Nesse meio-tempo, os colonos francos haviam aprendido a fazer amizade com seus vizinhos infiéis. O peregrino muçulmano Ibn Jubayr, que em 1184 viajou com uma caravana de comerciantes muçulmanos de Damasco a Acre, deixa claro que essas cáfilas eram freqüentes. Impressionaram-no os práticos esquemas para a coleta de tarifas alfandegárias.[2] Acre era o porto mais movimentado da costa. Como porto natural de Damasco, não só era utilizado para os produtos das fábricas damascenas e da próspera região rural de Hauran, como também servia aos mercadores do Iêmen que subiam a estrada dos peregrinos pelo litoral árabe. Era ainda a única enseada segura de toda a Palestina. Os que viajavam aos lugares santos preferiam desembar-

1 *Ibid.* e pp. 340-4. É possível que Cahen minimize um pouco a importância geral de Outremer para os italianos. As evidências históricas sugerem que eles eram muito menos indiferentes ao seu destino do que indica sua linha de argumentação.

2 Ibn Jubayr (ed. Wright), pp. 306-7.

car lá, em vez de Jafa, com sua angra aberta, que presenciara tantos acidentes antes de Acre ser capturada pelos cruzados. A única desvantagem de Acre era que seu ancoradouro interno era demasiado pequeno para as embarcações de maior porte da época, que precisavam ou fundear do lado de fora do molhe — onde ficavam expostas ao vento sudoeste — ou subir a costa até o porto maior e mais seguro de Tiro.[1] No norte da Síria, o melhor porto, em qualquer tempo, era Latáquia, muito embora S. Simão, a boca do Rio Orontes, fosse mais conveniente para Antióquia e Alepo e fosse usada para naves menores.[2]

Os *Assizes* de Jerusalém mencionam diversos produtos orientais que passavam pelas alfândegas de Outremer. Além da seda e outros tecidos, havia especiarias variadas, tais como canela, cardamomo, cravo-da-índia, macis, almíscar, gengibre e noz-moscada, além de índigo, garança e babosa e marfim.[3] Os próprios francos tinham uma participação muito pequena nesse fluxo. Os bens eram levados até a costa por mercadores do interior, muçulmanos ou cristãos nativos, e no norte da Síria também por gregos e armênios de Antióquia. Os mercadores visitantes eram tratados com cortesia. Os muçulmanos tinham autorização para realizar seus próprios cultos nas cidades cristãs. Com efeito, mesmo em Acre uma parte da Grande Mesquita, que fora convertida em igreja, era reservada para os ritos islâmicos. Havia caravançarás onde podiam hospedar-se, bem como casas cristãs que aceitavam inquilinos muçulmanos. Os mercadores italianos compravam diretamente dos importadores islâmicos. Além dos italianos, ao que tudo indica havia um certo número de muçulmanos que chegavam a Acre por mar a fim de comprar produtos do interior, sobretudo provenientes do Maghreb, no noroeste da África, que se dirigiam pessoalmente até Damasco ou outras cidades islâmicas do interior.[4]

A expansão do império mongol, no século XIII, alterou as principais rotas comerciais oriundas do Extremo Oriente. Depois de conquistarem o interior da Ásia, os mongóis encorajaram os mercadores a tomar a rota terrestre que começava na China, atravessava o Turquestão e tomava ou o norte do Mar Cáspio, até os portos do litoral norte do Mar Negro, tais como Cafa, ou o sul, atravessando

---

1 Ibn Jubayr, pp. 307-8. Ele observa que Tiro é um porto melhor que Acre para navios de grande porte.

2 Todos os geógrafos muçulmanos elogiam o porto de Latáquia como sendo particularmente bom (por exemplo, Idrisi, p. 23; Yakut, *Dicionário Geográfico*, ed. Wustenfeld, IV, p. 338; Dimashki, ed. Mehren, p. 209). S. Simão (as-Suwaidiyyah) parece ter sido muito menos usado, salvo para o comércio com a Antióquia. É possível que o porto já estivesse começando a assorear-se. Yakut, III p. 385, escrevendo antes da conquista de Baibars, refere-se a ele como o porto de Antióquia utilizado pelos francos.

3 *Assises*, II, pp. 174-6. Ver Heyd, *op. cit.* pp. 563 ss. Os *Assises* mencionam 111 artigos sujeitos a tarifação.

4 Ibn Jubayr, pp. 307-9.

o Irã até Trebizonda, no litoral sul do Mar Negro, ou Ayas, no reino ciliciense da Armênia. A perfeita ordem mantida pelos mongóis fazia com que esse itinerário fosse preferível à perigosa rota marítima pelo Oceano Índico.[1] No século XII, os juncos chineses zarpavam com freqüência do oeste do Ceilão com destino aos portos árabes. Agora, dificilmente valia a pena ir além do litoral leste da Índia.[2] A conquista do Iraque pelos mongóis possibilitou que parte do comércio indiano atingisse o Ocidente por mar, via Golfo Pérsico, uma fração do qual seguia por Damasco ou Alepo para os portos francos. Entretanto, a maioria dos mercadores preferia permanecer dentro da jurisdição mongol, de onde cortavam caminho até o Mediterrâneo em Ayas, ao passo que o grosso do comércio indiano era transportado por terra, através do Afeganistão e da Pérsia.[3] O Egito ainda era um rico mercado para os artigos orientais, mas já não se situava na rota mais barata entre o Extremo Oriente e a Europa.[4]

Enquanto isso, Veneza e Gênova, com Pisa ficando para trás, intensificavam cada vez mais suas atividades comerciais, e sua rivalidade exacerbava-se. A modificação das rotas acentuou a competição entre as duas. Veneza a princípio controlava o Mar Negro, graças ao seu domínio do Império Latino em Constantinopla. Assim sendo, não objetou à ascensão do poderio mongol. Quando, porém, os bizantinos recapturaram sua capital, em 1261, com a ajuda ativa de Gênova, esta logrou excluir os venezianos do Mar Negro e obter o monopólio do comércio da Ásia Central — e, como um lucrativo biscate, também do tráfico de escravos entre as estepes russas e o Egito. Uma vez que o governo mameluco dependia do fornecimento contínuo de escravos de tribos turcas como os kiptchaks e outros de seus vizinhos, os venezianos ficaram impossibilitados de excluir Gênova de Alexandria. Conquanto Veneza tivesse permissão do monarca armênio para compartilhar do comércio mongol que chegava a Ayas, era crucial que ela tentasse expulsar os genoveses dos portos francos — no que, com relação a Acre, foi bem-sucedida. Tiro, para onde os genoveses tiveram de retirar-se, era menos bem localizada. A política geral de Veneza, em seu ódio a Gênova, passou a ser de oposição aos mongóis, cujo império vinha proporcionando à sua rival tão grandes lucros. Daí os venezianos terem se valido de toda a sua influência em Acre para apoiar os mamelucos contra os mongóis.[5]

---

1 Heyd, *op. cit.* II, pp. 70-3.
2 Idrisi revela que, no século XII, os juncos chineses iam até Daybal, na boca do Indo, mas no século XIII não passavam de Sumatra. Os navios árabes passaram então a dominar o comércio no Oceano Índico, que ainda era próspero. Ver Heyd, *op. cit.* I, pp. 164-5.
3 Heyd, *op. cit.* pp. 73 ss.
4 *Ibid.* Os egípcios também cobravam tarifas alfandegárias mais altas (*ibid.* p. 78).
5 Ver atrás, pp. 244 ss.; também Bratianu, *Commerce Génois dans la Mer Noire*, esp. pp. 79 ss.

O desenvolvimento de Ayas como principal escoadouro mediterrâneo para o comércio mongol esvaziou naturalmente a importância dos portos francos. Por outro lado, a intensificação geral dos fluxos comerciais asiáticos sob os mongóis foi de tal magnitude que havia sempre um excedente, canalizado para as rotas antigas. Mercadores de Mosul visitavam Acre regularmente durante a segunda metade do século XIII. As guerras entre mamelucos e mongóis não perturbaram muito a travessia das caravanas do Iraque e Irã para a Palestina. Até seus derradeiros anos como capital cristã, Acre fervilhava de atividade comercial — enquanto, mais ao norte, Latáquia suportava um tráfico tão intenso de Alepo que os mercadores, principalmente desta última, suplicavam ao sultão mameluco que capturasse o porto, alegando que um local tão valioso não deveria permanecer em poder dos infiéis.[1]

Todo esse comércio florescente era, não obstante, pouco proveitoso para os francos em si. Na medida em que convertiam os portos marítimos num campo de batalha entre as colônias italianas, constituía uma fonte de substancial vulnerabilidade política; e, ainda que os italianos se mantivessem em paz, o montante que passava às mãos dos governos de Outremer não era muito. Oficialmente, o monarca tinha direito a cerca de dez por cento das tarifas alfandegárias, mas na realidade vendera gigantescas cotas dessa porcentagem para vassalos seus, para a Igreja ou para as ordens militares. Não lhe sobrava muito. Os Príncipes de Antióquia e Condes de Trípoli encontravam-se em situação ligeiramente melhor, por haverem criado menos feudos monetários. Contudo, não se poderia angariar vastas fortunas em Outremer. Havia nobres abastados o suficiente para levarem vidas luxuosas, tais como os Ibelins de Beirute, proprietários das minas de ferro locais, ou os Montforts de Tiro, com suas usinas de açúcar. Para os olhos destreinados dos viajantes ocidentais, os cidadãos de Outremer pareciam viver em fantástica prosperidade, mas esta não passava de aparência superficial. As cidades eram mais limpas e melhor construídas. Seus habitantes tinham condições de comprar trajes de seda e fazer uso de perfumes e especiarias por preços que somente os muito ricos poderiam pagar na Europa Ocidental. Tratava-se, porém, de produtos locais, e, portanto, relativamente baratos.[2]

---

1 Para obter mais informações sobre Ayas, denominada Lajazzo pelos italianos, ver Bratianu, *op. cit.* pp. 158-62. Para mais informações sobre a Síria, Heyd, *op. cit.* II, pp. 62-4. Para mais informações sobre Latáquia, ver adiante, p. 352.

2 Amadi avaliou em sessenta mil besantes sarracenos o valor do feudo de Toron, pertencente a Filipe de Montfort, em 1241 (p. 186). Todavia, Guy de Jebail foi capaz de emprestar cinqüenta mil besantes sarracenos a Leopoldo da Áustria e trinta mil a Frederico II (ver atrás, pp. 138, 166). Ver também La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 171-4.

Dispomos de muito poucas informações acerca das atividades das classes burguesas em Outremer. Ao que tudo indica, elas não tomavam parte no comércio internacional, restringindo-se às vendas nas lojas e à manufatura de bens para consumo local. Na esfera política, possuíam um certo poder. A comuna de Acre, composta pela burguesia franca, era um elemento significativo no Estado, mas parece ter permanecido distante das comunidades nativas — mesmo dos ortodoxos, que eram tratados como uma entidade à parte.[1] Em Antióquia, onde a comuna exercia influência ainda maior, as burguesias franca e grega operavam juntas. Provavelmente havia ali mais casamentos mistos, e os francos nunca foram tão numerosos quanto em Acre ou Trípoli — na qual aparentemente seguiu-se o padrão da capital.[2] As classes trabalhadoras eram compostas basicamente por nativos ou mestiços, e havia de modo geral um considerável número de escravos, prisioneiros de guerra muçulmanos, que trabalhavam nas minas, na construção de prédios públicos ou nas propriedades reais ou nobres.[3]

O governo estava sempre necessitado de dinheiro. Mesmo em tempos de paz, o país precisava estar pronto para a súbita irrupção de algum conflito armado, e as guerras costumavam redundar na devastação de vastas áreas rurais. A receita dos impostos e pedágios era insuficiente, e emergências imprevistas, tais como a captura do rei ou de seções inteiras do exército, não podiam ser atendidas sem auxílio externo. Felizmente, este se encontrava com freqüência disponível. Além do dinheiro obtido, em geral insensatamente, por incursões para pilhagens em território muçulmano, havia um influxo perene de presentes da Europa. A Palestina era a Terra Santa, e os cruzados e colonos costumavam ser vistos como soldados de Cristo. Os visitantes pagavam uma taxa ao chegarem, e não só os peregrinos levavam dinheiro consigo para o país, a fim de lá gastarem ou distribuírem em doações, mas muitos dos santuários e abadias locais eram brindados com terras no Ocidente, cujas receitas lhes eram remetidas. As ordens militares derivavam a maior parte de sua renda das propriedades que lhes haviam sido doadas no Ocidente, em tal medida que continuaram gozando de incalculável riqueza mesmo depois da perda de todas as suas possessões sírias. Cidadãos individuais de Outremer, do rei para baixo, recebiam presentes ocasionais de seus parentes ou simpatizantes ocidentais. Esses subsídios eram de grande ajuda para equilibrar as finanças de Outremer; assim, os luxos que os

---

1 Ver Cahen, *op. cit.* III, pp. 335-7; também Prawer, "L'Etablissement des Coutumes du Marché à Saint-Jean d'Acre", *in Revue Historique de Droit Français*, 1951.

2 Para obter mais informações sobre Antióquia, Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 549 ss., 153 ss. Para mais informações sobre Trípoli, Richard, *Le Comté de Tripoli*, pp. 71 ss.

3 Rey, *Les Colonies Franques*, pp. 105-8.

visitantes do Ocidente tanto admiravam nas cidades sírias eram em parte financiados por seus compatriotas na Europa.[1]

Outra fonte de poderio econômico, cujo efeito é mais difícil de estimar, era a cunhagem de Outremer. No início das cruzadas, não havia moedas de ouro na Europa ocidental, com exceção da Sicília e da Espanha islâmica. A prata era o metal mais precioso em uso. Os Estados muçulmanos sírios da época tampouco cunhavam moedas de ouro, ainda que os califas rivais de Bagdá e Cairo mantivessem essa prática. Entretanto, quase tão logo os Estados cruzados se estabeleceram, o Rei de Jerusalém, o Príncipe de Antióquia e o Conde de Trípoli puseram-se a emitir dinares de ouro, conhecidos pelo nome de besantes sarracenos; apesar de serem baseados nos dinares dos fatímidas, possuíam apenas um terço de seu conteúdo de ouro. Essas moedas, sobretudo as do reino de Jerusalém, conhecidas pelos muçulmanos como *souri* — dinares de Tiro — não tardaram a circular em vasta escala por todo o Oriente Médio. É difícil compreender onde os francos conseguiam o ouro. As pilhagens e resgates só podiam produzir volumes reduzidos e inconstantes. A principal fonte de ouro naqueles tempos era o Sudão, e é possível que uma certa quantidade do metal chegasse aos portos francos pelas mãos dos mercadores do Maghreb que lá iam comerciar. Não obstante, para explicar o surgimento da cunhagem local é preciso que houvesse um afluxo generalizado de ouro dos países islâmicos para os cristãos. Os colonos europeus deviam comprá-lo dos muçulmanos, sem dúvida a preços altíssimos, em troca de prata, abundante na Europa — e as emissões desse ouro degradado devem ter reforçado o ciclo como um todo. Grandes volumes de ouro devem ter assim alcançado o Ocidente, pois é notável que, durante o século XIII, tenham começado a surgir na Europa Ocidental moedas de ouro de excelente qualidade.[2]

O direito de cunhar moedas de ouro era mantido firmemente nas mãos dos governantes de Outremer. Nem as colônias italianas locais nem as ordens militares tinham autorização para infringir esse monopólio. Os lugares-tenentes só podiam fundir moedas de bronze, para necessidades locais.[3]

As ordens militares dispunham de uma outra fonte de riqueza, derivada de suas atividades bancárias. Com suas vastas propriedades espalhadas por toda a cristandade, encontravam-se elas em admiráveis condições de finan-

---

1 La Monte, *op. cit.* pp. 174 ss.

2 Cahen, *Notes sur l'Histoire des Croisades*, III, pp. 337-8 (discussão profundamente relevante do problema). Ver também Schlumberger, *Les Principautés Franques du Levant*, pp. 8-45. O besante sarraceno de Jerusalém possuía um valor de ouro correspondente a pouco mais de um terço de um soberano de ouro. O de Antióquia valia ligeiramente menos.

3 La Monte, *op. cit.* pp. 174-5.

ciar expedições cruzadas. A participação francesa na Segunda Cruzada só foi possível graças à ajuda dos templários, que emprestaram vastas somas a Luís VII no Oriente, restituídas na França. Em fins do século XII, os templários possuíam uma prática regular de crédito. Cobravam juros extorsivos, mas, por mais traiçoeiros que fossem em termos políticos, sua reputação financeira era tão elevada que eram objeto da confiança até dos muçulmanos, que faziam uso de seus serviços. Os hospitalários e cavaleiros teutônicos conduziam operações similares, porém em menor escala. Os governos de Outremer não derivavam dessas atividades nenhum ganho direto, que contribuíam para o poder e insubordinação das ordens — ainda que beneficiassem a economia do país como um todo.[1]

A história econômica das cruzadas é ainda muito obscura. As informações são inadequadas, e há muitos detalhes que não podem ser explicados por ora. Não obstante, é impossível compreender sua história política sem levar em consideração as necessidades comerciais e financeiras dos colonos e mercadores italianos — que não raro iam de encontro à motivação ideológica que havia deflagrado e mantinha o movimento cruzado. Outremer enfrentava um dilema permanente: fundava-se sobre um misto de fervor religioso e uma aventureira necessidade de terras; no entanto, para subsistir de forma saudável, não podia continuar dependente de uma provisão ininterrupta de homens e dinheiro do Ocidente. Era preciso dar-lhe uma justificativa econômica — o que só se conseguiria por meio da reconciliação com seus vizinhos. Se estes fossem afáveis e prósperos, também os francos prosperariam. Todavia, buscar a amizade dos muçulmanos parecia uma total traição aos ideais cruzados; e os islâmicos, por sua parte, jamais se habituaram de todo à presença de um Estado alienígena e intruso em terras que tinham como suas. Seu dilema era menos doloroso, pois a presença dos colonos cristãos não era necessária para seu comércio com a Europa, por mais conveniente que às vezes pudesse ser. A qualidade de suas relações era, pois, sempre precária. A segunda grande vicissitude enfrentada por Outremer era sua relação com as cidades mercantes italianas. Estas constituíam um elemento indispensável à sua existência, sem o qual teria sido praticamente impossível manter a comunicação com o Ocidente, exportar os produtos nacionais ou capturar o fluxo de comércio oriundo das regiões orientais mais remotas. Contudo, os italianos, com sua arrogância, suas rivalidades e o cinismo de sua política, causaram danos irremediáveis. Abstinham-se de participar de cam-

1 *Os* Assises *de Jerusalém* ignoram o setor bancário, embora os de Antióquia o admitam (ver Cahen, *op. cit.* p. 339). Ver Piquet, *Les Banquiers du Moyen Age, passim*; também Melville, *La Vie des Templiers*, pp. 75-83. A cruzada de Luís IX, como a de Luís VII, foi em grande parte financiada pela ordem (Piquet, *op. cit.* pp. 71-8).

panhas vitais e promoviam abertamente a desunião da cristandade. Abasteciam os muçulmanos de insumos bélicos de primeira necessidade. Insurgiam-se e digladiavam-se entre si pelas ruas das cidades. Os governantes de Outremer decerto deploravam com freqüência o próspero comércio que trazia tão perigosos e indisciplinados aliados para suas plagas; não obstante, sem tal comércio a história de Outremer teria sido mais curta e sombria. Nunca é fácil escolher entre as reivindicações antagônicas da prosperidade material e da fé ideológica. Tampouco um governo pode acalentar esperanças de agradar a gregos e troianos. O Homem não pode viver só de ideologia, ao passo que a prosperidade depende de questões mais amplas do que as que cabem numa estreita faixa de terra. Os cruzados cometeram inúmeros erros. Sua política foi com freqüência hesitante e volátil. Todavia, não podem ser inteiramente culpados por não conseguirem resolver um problema para o qual, na verdade, não existia solução.

Capítulo 11

Arquitetura e Artes em Outremer

"Reveste-te de glória e majestade; cobre-te de fausto e esplendor." JÓ 40, 10.

Os francos de Outremer permitiram que o comércio que deveria ter estabilizado seu país lhes fugisse ao controle. Em algumas das artes, porém, mantiveram o controle de suas produções. Suas realizações, nesse campo, foram extraordinárias, pois os colonos não eram numerosos e não muitos deviam ser artistas. Ademais, haviam chegado a uma terra cujas tradições artísticas eram mais arcaicas que as suas, nem tinham ao seu dispor lá os mesmos materiais a que estavam habituados. Não obstante, começaram a desenvolver um estilo que atendia de maneira satisfatória as suas necessidades.

A maioria de suas obras de arte menores pereceu. A turbulenta história da Síria e da Palestina não permitiu a sobrevivência de coisas delicadas e frágeis. Sua arquitetura era mais durável, embora ali, como na maioria dos países medievais, pouco tenha restado além de monumentos militares e eclesiásticos — e mesmo nestes as modificações e a decadência alteraram a forma original. Salvo pelos mais sagrados santuários da cristandade, que os muçulmanos foram demasiado escrupulosos para tocar mas os cristãos posteriores repararam, as igrejas sobreviventes foram preservadas por serem convertidas em mesquitas. Outras acabaram em ruínas. As fortificações e castelos francos sofreram danos tão severos no decorrer das guerras que os conquistadores islâmicos não tiveram outra alternativa, para poderem aproveitá-los, senão reconstruí-los em sua maior parte, sobretudo os muros e portões externos. O que os homens deixaram em paz a natureza ajudou a arruinar, naquela terra tão sujeita a terremotos. Mesmo onde os arqueólogos contribuíram com seus conhecimentos para os trabalhos de restauração, como no Krak des Chevaliers, nem sempre é possível distinguir claramente o que é cruzado do que é mameluco.

Os primeiros prédios que os cruzados precisaram erigir visavam à sua defesa. As igrejas e palácios teriam de esperar até que o país estivesse em segurança. As muralhas das cidades precisavam ser reparadas e castelos, construídos, a fim de guardar as fronteiras e servir de centros administrativos seguros para os vários distritos do país. As fortificações das principais

cidades só precisavam de remendos aqui e ali — exceto nos poucos casos em que os cruzados haviam apenas forçado a entrada abrindo uma brecha nos muros. Em Antióquia, o vasto sistema de defesa construído pelos bizantinos perto do fim do século X sofrera pouco prejuízo. Os príncipes latinos não tiveram necessidade de completá-lo. Analogamente, quase não houve necessidade de reparos nas muralhas fatímidas de Jerusalém, embora os cruzados, ao que parece, tenham quase de imediato implementado alterações e aprimoramentos na Torre de Davi. Não tardou, porém, para que começassem a erigir castelos e torres onde as fortificações já eram adequadas — sempre construídos nos limites da cidade, podendo ser defendidos de maneira independente. Seus senhores pretendiam ter condições não só de dar continuidade à resistência — mesmo que a cidade caísse perante o inimigo — mas também de impressionar a população, caso manifestasse rebeldia. O primeiro castelo que pode ser datado com precisão é o do Conde Raimundo, no Monte Peregrino, erigido em 1104 para servir-lhe de quartel-general durante o cerco de Trípoli. Situava-se fora da cidade, embora a Trípoli islâmica fosse mais tarde erguida aos seus pés. Da obra do próprio Raimundo, porém, pouco mais que a face oeste dos muros sobrevive ainda. Os castelos dos Príncipes da Galiléia, em Tiberíades e Toron, devem ter sido construídos por volta da mesma época. Todavia, a primeira grande onda de construção de fortalezas iniciou-se na segunda década do século XII, sob Balduíno II, e prosseguiu sob Fulco, quando castelos magníficos como Kerak de Moab, Beaufort e, mais ao norte, Sahyun, foram erigidos, além de fortes menores na Judéia, tais como Blanchegarde e Ibelin.[1]

Os cruzados descobriram que a arquitetura militar era muito mais desenvolvida no Oriente que no Ocidente, onde o castelo de pedra só então começava a aparecer. Os romanos haviam estudado defesa militar como uma ciência; os bizantinos, estimulados pelas infindáveis invasões estrangeiras que enfrentavam, adaptaram-na para satisfazer suas necessidades, e os árabes aprenderam com eles. Os problemas dos bizantinos, porém, não eram os mesmos dos cruzados, pois eles contavam com a perene disponibilidade de efetivo humano e podiam dispor de grandes guarnições. Envidavam esforços desmesurados para defender suas cidades: as muralhas de Constantinopla ainda eram funcionais, mil anos depois de serem erguidas, a ponto de desafiarem os melhores canhões otomanos; e as muralhas de Antióquia encheram os cruzados de admiração. Já o castelo bizantino não era muito mais que um acampamento fortificado. Visava ao enfrentamento de um inimigo cujos

1 Ver vol. II, pp. 60-1, 90-1, 200-2. Ver Deschamps, *La Défense du Royaume de Jérusalem*, pp. 5-19, e *Le Crac des Chevaliers*, pp. 43-4.

armamentos eram menos formidáveis que os dos bizantinos; afinal, os árabes, seus rivais mais perigosos, eram menos avançados em maquinaria de assédio. Seus muros não precisavam ser sólidos, já que o sistema de fortificações externas — das quais o elemento central era um fosso de largura considerável — impedia que o inimigo deles se acercasse com seus aríetes ou escadas. As torres eram construídas com uma ligeira saliência a intervalos regulares ao longo dos muros, menos para defendê-los que para conferir aos arqueiros e atiradores de piche da guarnição um maior alcance nas linhas inimigas. A torre de menagem no centro da fortaleza era projetada não como a última instância da defesa, mas, pelo contrário, para servir de depósito para armamentos e provisões. Salvo por alguns poucos exemplos na fronteira armênia, onde viviam barões semi-independentes, o castelo bizantino não tinha como objetivo servir de residência. O comandante era um soldado profissional, que deixava sua esposa e seus filhos em casa. Por fim, conquanto se procurasse tirar vantagem de defesas naturais, a inacessibilidade do lugar não era o primeiro aspecto a ser considerado. A principal finalidade do castelo era funcionar como caserna. Seria inconveniente forçar os soldados a subirem e descerem penosamente uma montanha a cada vez que se deslocassem.[1]

Os árabes tendiam a seguir os modelos bizantinos — muito embora, uma vez que seus exércitos eram em essência móveis e agressivos, se interessassem menos por problemas de defesa.[2]

Os cruzados estudaram a arquitetura militar que encontraram a caminho do Oriente e em boa parte a absorveram. Suas necessidades básicas, porém, eram outras. Enfrentavam uma permanente escassez de efetivo militar e não tinham condições de manter grandes guarnições. Seus castelos, portanto, precisavam ser muito mais fortes e fáceis de defender. O local precisava ser escolhido por suas qualidades defensivas. Cada encosta e outeiro devia ser explorado com o máximo de proveito, e, como raramente se podiam desperdiçar batedores para enviar mensagens, cada baluarte devia poder enxergar seu vizinho e enviar-lhe sinais. Os muros tinham de ser muito mais espessos e altos, a fim de suportarem ataques diretos, visto que a defesa de fortificações externas exigia homens demais. Ao mesmo tempo, o castelo precisava servir de residência para o senhor e escritório para sua administração. Os francos levaram seus métodos feudais consigo e aplicaram-nos ao governo de um povo estrangeiro. O castelo era a sede do governo

1 Deschamps, *Le Crac*, pp. 45-57; Ebersolt, *Monuments d'Architecture Byzantine*, pp. 101-6; Fedden, *Crusader Castles*, pp. 22-6.
2 Deschamps, *Le Crac*, p. 51; Fedden, *op. cit.* p. 26.

local. Seu círculo de defesas externas deveria também ser amplo o bastante para oferecer abrigo a rebanhos e manadas durante as freqüentes investidas inimigas. O castelo, de fato, desempenhava um papel muito mais relevante entre os francos do que jamais fizera entre bizantinos ou árabes.[1]

No Ocidente, o castelo até então não passava da torre de menagem quadrada, aperfeiçoada pelos normandos. Era um formato inadequado para as necessidades de Outremer. Os cruzados foram obrigados a inovar. Tomaram emprestadas muitas idéias dos bizantinos, com quem aprenderam o uso dos balestreiros e o valor da disposição de torres ao longo da cortina — embora aí eles logo tenham realizado uma melhoria, ao descobrirem que as torres redondas proporcionavam um alcance maior que as retangulares, preferidas pelos bizantinos. Seus castelos menores, construídos no princípio do século XII, como Belvoir, seguiam o padrão bizantino usual, com uma parede externa mais ou menos retangular, guarnecida de torres, cercando um espaço central onde se situava a torre de menagem. Sua localização, contudo, era escolhida com vistas a dispensar defesas externas elaboradas, e toda a construção era muito mais sólida. Elementos bizantinos eram incorporados com freqüência. Em Sahyun, os largos fossos bizantinos foram complementados por um canal estreito, entre 25 e 30 metros de profundidade, escavado na rocha sólida.[2] Os francos acrescentaram também as portas e pontes levadiças; as primeiras não eram empregadas no Oriente desde os tempos dos romanos, e as segundas começavam a ser favorecidas pelos árabes, mas eram usadas de raro em raro pelos bizantinos — provavelmente por serem inconvenientes para as máquinas pesadas que abrigavam dentro dos castelos.[3]

As fortalezas de maior porte eram, naturalmente, mais complexas. Um castelo como o de Kerak precisava resguardar não só o senhor e sua família, mas também os soldados e escriturários necessários à administração da província. Nesse tipo de fortaleza, durante o século XII, a torre de menagem, com os aposentos residenciais, em geral situava-se no canto mais remoto e fácil de defender das fortificações. Os depósitos e a capela costumavam ficar no vão central, ao passo que outras torres espalhadas pelas defesas eram grandes o bastante para conterem as casernas e escritórios. O projeto dependia do terreno sobre o qual o castelo se assentava. A torre de menagem ainda era uma torre retangular simples, segundo o modelo normando, habitual-

---

1 Deschamps, *Le Crac*, pp. 89-103; Smail, "Crusaders' Castles of the Twelfth Century", *in Cambridge Historical Journal*, vol. X, 2, uma excelente discussão das funções dos castelos.

2 Para uma planta de Belvoir, ver Deschamps, *La Défense*, p. 121, e, para um plano ainda mais simples de Chastel Rouge, *Le Crac*, p. 57. Os castelos gêmeos de Shoghr-Bakas foram reforçados com fossos artificiais, como Sahyun (*Le Crac*, pp. 80-1).

3 Deschamps, "Les Entrées des Chateaux des Croisés", *in Syria*, vol. XIII.

mente com uma única entrada. A alvenaria era sólida e sem atavios, mas já havia tentativas de ornamentar os aposentos residenciais e a capela. Infelizmente, nada sobreviveu da decoração dos castelos no século XII; aqueles que continuaram em poder dos cristãos depois da época de Saladino foram redecorados no século seguinte. Os sarracenos, por sua vez, modificaram aqueles que ocuparam, e os restantes caíram em ruínas.[1]

À medida que o século XII avançava, sobrevieram algumas mudanças nos projetos dos castelos. Passou-se a considerar mais lógico erigir a torre de menagem, a parte mais forte do castelo, na seção mais vulnerável das defesas; ademais, a torre de menagem em si passou a ser redonda, em vez de retangular, já que as superfícies redondas são mais resistentes a bombardeios. Surgiram mais portões e portas secretas; o tamanho dos castelos inclinou-se a aumentar, sobretudo quando as ordens militares começaram a construir seus próprios castelos ou assumiram as fortalezas da nobreza leiga. Em suas fortalezas, não havia damas a acomodar — e, por mais que os oficiais mais graduados pudessem ser instalados em aposentos elegantes, todos os residentes ali se encontravam com propósitos militares. As maiores fortalezas, tais como Krak ou Athlit, eram verdadeiras cidades militares, capazes de abrigar vários milhares de soldados e os servos necessários para tal comunidade. No entanto, raramente lotavam. As defesas passaram então a ser reforçadas mediante o uso de círculos de muralhas duplas e concêntricas. Os grandes castelos dos hospitalários, tais como Krak e Marqab, contavam com uma dessas cintas duplas. Os templários adotaram o mesmo esquema em Safita, ainda que de modo geral preferissem um muro único; seus principais castelos do século XIII, Tortosa e Athlit, ativeram-se ao padrão mais antigo — se bem que, nos dois casos, os trechos mais longos dos muros erguiam-se diretamente sobre o mar. Cruzando-se a península que ligava Athlit à terra, havia uma complexa linha dupla. O castelo teutônico de Montfort também possuía uma muralha simples. Apesar de o conceito de muralha dupla não ser novo — os muros de terra de Constantinopla foram construídos em linha dupla no século XV, e no VIII o Califa al-Mansur cercou sua cidade circular de Bagdá também com uma linha dupla —, os hospitalários foram os primeiros a aplicá-lo a um castelo exclusivamente, muito embora só pudesse ser aplicado a uma fortaleza de tamanho considerável.[2]

---

1 Ver, por exemplo, a minuciosa descrição e as plantas do Castelo de Kerak, em Moab, e Subeibah, em Banyas, em Deschamps, *La Défense*, pp. 80-93, 167-75 e ilustrações.

2 Rey, *Architecture Militaire des Croisés*, pp. 70 ss. (exagerando as diferenças entre o estilo dos templários e o dos hospitalários); Fedden, *op. cit.* pp. 28-9. Ver Deschamps, *Le Crac*, pp. 279 ss., para mais informações sobre os estágios e a transformação dos estilos. Ver também Melvin, *La Vie des Templiers*, pp. 136-42.

Outros aprimoramentos do século XIII foram o cuidadoso alisamento da superfície das cortinas, a fim de proporcionar menos pontos de apoio para as escadas dos invasores; a ampliação do uso dos balestreiros e seteiras para os arqueiros (agora com freqüência munidas de uma inclinação para baixo e, vez por outra, de um estribo na base); e o aumento da complexidade dos portões de entrada. No Krak, havia um longo acesso coberto, comandado por seteiras nas paredes laterais, seguido de três curvas em ângulo reto, uma porta levadiça e quatro portões diferentes. Havia portas secretas em lugares inesperados, dispositivo primeiro introduzido pelos bizantinos.[1]

Essas imensas fortalezas, com sua alvenaria sólida e localização estratégica em penhascos e cumes de montanhas, pareciam inexpugnáveis nos tempos anteriores ao uso da pólvora. O terreno costumava tornar impraticável o uso de escadas, assim como a aproximação de torres de assédio para dominar os muros só seria possível se o terreno ao redor fosse plano e não houvesse poço. Normalmente já era difícil o bastante para os agressores encontrar um ponto perto o suficiente onde instalar catapultas ou balistas para atirar pedras. A maior ameaça técnica era a do solapamento. Os engenheiros podiam comandar a abertura de um túnel sob as muralhas, escorando-o à medida que avançavam com postes de madeira, aos quais por fim se ateava fogo, provocando o desabamento da galeria — e, com ela, a estrutura de alvenaria sob a qual fora escavada. No entanto, esse recurso tornava-se inviável caso o castelo fosse erguido, como o Krak, sobre rocha sólida; assim, quando um castelo caía, habitualmente era por outros motivos. A despeito dos depósitos e cisternas, a fome e a sede eram perigos muito concretos. A falta de efetivo militar costumava implicar dificuldade para manter adequadamente as defesas. O reino não raro não podia dar-se ao luxo de enviar uma força de resgate, e o conhecimento desse fato introduzia o pessimismo no seio da guarnição. No auge dos triunfos de Saladino, o grande castelo de Sahyun, que tinha reputação de ser o mais forte de seu tempo, resistiu aos muçulmanos por apenas três dias.[2]

A importância dos castelos cruzados encontra-se na esfera mais da história militar que da estética. Os soldados da Cruz, ao voltarem para a Europa, levavam consigo as idéias que encontraram expressão no Oriente — e fortalezas como o Chateau Gaillard, de Ricardo Coração-de-Leão, apresentaram-nas ao mundo ocidental. Não obstante, os castelos orientais não eram desprovidos de valor estético. Suas capelas figuram entre os melhores exemplos de arquitetura eclesiástica de Outremer. Seus salões principais,

---

1 Fedden, *op. cit.* pp. 29-30.
2 Oman, *History of the Art of War in the Middle Ages*, II, pp. 29 ss.; Fedden, *op. cit.* pp. 34-40.

dos quais o mais belo é o do Krak, comparam-se aos melhores salões dos primórdios do gótico da Europa Ocidental. Os aposentos residenciais que sobreviveram — e dão-nos uma boa idéia dos palácios da nobreza de Outremer — demonstram delicadeza e gosto. A câmara do grão-mestre em Krak, no topo da torre sudoeste do círculo interno de defesa, com sua abóbada nervurada, suas pilastras esguias e seu decorativo friso ornamental — simples, mas bem entalhado — de flores de cinco pétalas, era talvez mais elegante que a maioria dos cômodos das grandes fortalezas, mas devia ter seus paralelos nos castelos e palácios mais ricos das cidades. Seu estilo é o gótico do século XIII do norte da França, ao passo que o salão nobre possui arabescos esculpidos em pedra similares a trabalhos existentes em Rheims, na contemporânea Igreja de S. Nicolau.[1]

Os castelos eram basicamente frutos do trabalho de engenheiros. Já as igrejas pretendiam ser obras de arte. Quando os cruzados chegaram ao Oriente, encontraram lá uma antiga tradição arquitetônica, adaptada ao país. A madeira era mercadoria rara. Tudo o que as florestas produziam era utilizado na indústria naval e de armamentos. Os arquitetos, pois, precisavam construir sem vigas. Seus telhados eram de pedra, em geral planos (a fim de servirem de terraços na fresca da noite) e sustentados por abóbadas. Já se fazia uso do arco ogival, com sua capacidade de suportar grandes pesos. O estilo nativo do construtor sírio era o árabe-bizantino, que fora aprimorado sob os califas omíadas; entretanto, ele tinha contato também com inovações abássidas posteriores e a arquitetura fatímida, com suas influências norte-africanas. Assistira recentemente aos trabalhos dos bizantinos nos Lugares Santos e em Antióquia, bem como ao influxo de armênios, artífices habilidosos, dotados de estilos próprios.

A primeira igreja erigida pelos cruzados no Oriente foi a Catedral de S. Paulo em Tarso, concluída antes de 1102. É um edifício tosco e deselegante, ao estilo das igrejas românicas do norte da França, mas dotado de ogivas. De formato retangular, possui duas naves laterais e uma nave ladeada por pilares e colunas alternados. As colunas são provenientes de alguma construção antiga. Seus capitéis são blocos simples, com triângulos recortados das quinas — uma forma de decoração encontrada na Renânia, mas também na Armênia, tendo sido neste caso provavelmente executada por operários armênios. Sua crueza, porém, já permite antever a arquitetura cruzada subseqüente.[2]

---

1 Deschamps, *Le Crac*, pp. 197-224; Enlart, *Les Monuments des Croisés*, II, pp. 96-9.
2 Enlart, *op. cit.* II, pp. 378-9.

Assim que os colonos viram-se instalados com segurança, sua primeira preocupação foi reparar os Lugares Santos e dotar as principais cidades de igrejas decentes. Dos santuários mais sagrados, a Igreja da Natividade, em Belém, construída por Constantino e reparada por Justiniano, ainda se encontrava em bom estado. Os únicos acréscimos arquitetônicos feitos pelos cruzados foram um claustro gótico simples, construído provavelmente por volta de 1240, e a entrada da Gruta da Natividade, erigida em torno de 1180 em estilo românico tardio, com um arco ogival e decorado com acantos nos capitéis — trabalho provavelmente sírio. Ergueram também instalações monásticas ao redor da igreja, hoje destruídas.[1] A mais venerada igreja de todas, porém, a do Santo Sepulcro em Jerusalém, pareceu-lhes inadequada. Depois de sua destruição pelo Califa Hakim, os bizantinos haviam reconstruído a rotunda que circundava a tumba em si, mas achataram a extremidade oriental, onde instalaram três absides. A capela de Santa Maria, a Virgem, fora anexada ao norte da rotunda e as três capelas de S. João, da Trindade e de S. Tiago, ao sul. O Gólgota fora reconstruído como uma capela à parte, bem como a capela de Sta. Helena, com a gruta da Invenção da Cruz. Os edifícios eram todos decorados com suntuosos mármores e mosaicos. Os cruzados decidiram reuni-los todos sob um só teto. A obra principal, ao que tudo indica, foi executada depois de um terremoto, em 1114, e antes de 1130, mas partes ainda foram arrematadas na época da morte de Balduíno II, em 1131, e o edifício novo, como um todo, só seria consagrado em 15 de julho de 1149, por ocasião do qüinquagésimo aniversário da captura da cidade. O campanário foi acrescentado aproximadamente em 1175.

Era inevitável que a planta do novo prédio fosse afetada por sua localização, limitada ao sul pela pedra do Gólgota e a leste pelo declive para a Capela de Sta. Helena, situada vários metros abaixo da rotunda. Os cruzados, portanto, demoliram a parede leste da rotunda bizantina, pondo abaixo suas absides, e substituíram o nicho central por um amplo arco, que conduzia a uma nova igreja. Esta era composta por um coro com um domo apoiado sobre pendentes em sua extremidade oeste, com uma nave lateral e um deambulatório ao seu redor, e uma extremidade leste curvada, com três absides. Entre a abside central e a sul, uma escada descia para a capela de Sta. Helena. A abside sul dava para a capela do Gólgota, que foi reconstruída, embora os mosaicos bizantinos fossem mantidos, junto com as colunas da entrada. A oeste do Gólgota e entre ele, a rotunda e a capela de S. João, abriu-se um novo átrio, contendo a Pedra da Unção e as tumbas de Godofredo e do Rei Balduíno I. Um vão, a atual entrada principal, levava do átrio a

1 Enlart, *op. cit.* II, pp. 66-8.

um pátio. Ao longo da abside norte havia outra, externa, de construção basicamente bizantina, que se abria para outro pátio, de onde uma passagem conduzia, através da capela de Sta. Maria, à Rua do Patriarca. Um terceiro pátio rodeava a capela de Sta. Helena, sendo por sua vez circundado por novos prédios, erigidos para alojar os priores agostinianos aos quais a igreja foi então confiada.

Os fragmentos do trabalho cruzado que sobreviveram ao saque dos homens de Khwarism em 1244, à passagem do tempo e ao desastroso incêndio de 1808 revelam um certo parentesco com as grandes igrejas de peregrinação clunisanas, principalmente a de Saint Sernin de Toulouse, consagrada pelo Papa Urbano II logo após o Concílio de Clermont. O deambulatório é muito semelhante ao da própria Cluny e ao de Saint Sernin. A diferença está nas proporções. Os arquitetos do Santo Sepulcro desenharam suas colunas mais atarracadas e robustas, a fim de que permanecessem em harmonia com as da rotunda bizantina, cujo projeto provavelmente visava a resistir a abalos sísmicos. Os detalhes ornamentais, exceto onde os mosaicos e capitéis bizantinos foram mantidos, são comparáveis a muitos do sul e sudoeste da França. Os entalhes, sobretudo as gravações figurativas nos lintéis, parecem ser, em sua maioria, produtos da escola de Toulouse, apesar de ser quase certo que tenham sido elaborados no próprio país. De modo geral, tudo indica que os arquitetos e artistas de todo o monumento eram franceses, provavelmente do sudoeste da França, formados na tradição clunisana. Sabe-se que o arquiteto do campanário chamava-se Jordão, nome com freqüência dado a crianças batizadas no rio sagrado, e devia ter nascido na Palestina.[1]

A Igreja do Santo Sepulcro foi o único santuário ancestral em que os cruzados implementaram amplas modificações. Repararam várias capelas pequenas, como a da Ascensão no Monte das Oliveiras e a do túmulo da Virgem, no Getsêmani. Ao Domo da Rocha, quando se tornou a igreja dos templários, limitaram-se a acrescentar mármores e trabalhos em ferro decorativos; a Mesquita de al-Aqsa permaneceu igualmente intacta, ainda que as fundações tenham sido recondicionadas, sendo munidas de estábulos e depósitos, e fossem instalados prédios ao seu redor para alojar a ordem, enquanto uma ala acrescentada a sudoeste passou a ser a residência favorita dos reis. Na maioria das cidades colonizadas, os cruzados encontraram igrejas em estado demasiado precário para que valesse a pena reformá-las, ou deixavam-nas para as seitas indígenas que já as utilizavam.

1 Enlart, *op. cit.* II, pp. 144-80; Duckworth, *The Church of the Holy Sepulchre*, pp. 203-58; Harvey, *Church of the Holy Sepulchre*, pp. ix-x.

Apoderaram-se de alguns monastérios antigos, mas de maneira geral preferiam erigir seus próprios edifícios. Houve vezes em que aproveitaram prédios e fundações preexistentes, como no caso da Basílica do Monte Sião; noutras, fizeram ligeiras mudanças na orientação da construção anterior, como no caso da igreja no Getsêmane. Com mais freqüência, escolheram outros locais, ou reconstruíram inteiramente igrejas erguidas em pontos tradicionais.[1]

Com exceção das igrejas dos templários, circulares, o desenho invariável das pequenas capelas era retangular, com uma abside por vezes incluída na face externa, na extremidade oriental. A alvenaria era sólida. Uma única abóbada de cruzaria de ogiva sustentava um telhado plano de pedra. Essas capelas existiam em todos os castelos, mesmo em fortalezas desoladas como a existente na colina de Wueira, junto às ruínas da antiga Petra.[2] As igrejas maiores também eram retangulares, com absides laterais ao longo de toda a extensão do prédio, separadas da nave por pilastras ou pilares. Quase sempre eram três absides, em geral ocultas do exterior pela espessura das paredes. A grande Catedral de Tiro e uma ou duas outras igrejas possuíam transeptos curtos, criando uma planta cruciforme, mas sem importância estrutural. A Catedral de Tortosa contava com um *diaconicon* e uma *prothesis* nos cantos sudeste e nordeste.[3] Algumas igrejas, tais como a de Sant'Ana em Jerusalém (e, ao que tudo indica, a Catedral de Cesaréia), possuíam domos com pendentes sobre o espaço antes do santuário; não obstante, o telhado em geral era plano ou em arco. As naves laterais eram quase invariavelmente cobertas por abóbadas de aresta. A nave ostentava ou outra abóbada de aresta ou uma longa de cruzaria de ogiva. Quando as naves laterais eram mais baixas que o restante da igreja, dispunham-se janelas ao longo do clerestório. As janelas, mesmo no lado oriental, eram sempre pequenas, para barrar a entrada do implacável sol sírio. Com muito poucas exceções, os arcos eram ogivais. As torres eram raras. A igreja abadia do Monte Tabor possuía duas torres, uma de cada lado da entrada oeste, ambas contendo uma pequena

1 Enlart, *op. cit.* II, pp. 207-11, 214-21, 233-6, 243-5, 247-9.

2 Restou à capela de Wueira pouco mais que sua abside. Há uma cornija levemente emboloradа, mas nenhum outro indício de decoração. As pedras usadas em sua construção parecem ser menores que o normal nas construções cruzadas. Ao que parece, ela possuía um pequeno nártex, além de uma cripta. A capela em Kerak era consideravelmente maior, com quatro janelas. Diz-se que possuía afrescos, mas não há mais nenhum hoje. A capela templária em Athlit não era circular, mas dodecagonal; é do século XIII.

3 O *diaconicon*, na Igreja Ortodoxa, era uma câmara, no sul da abside central, onde os utensílios sagrados da igreja eram guardados. O termo *prothesis*, no rito ortodoxo, refere-se à preparação do pão e do vinho para a Eucaristia — e, por extensão, à mesa da oblação. (N.T.)

capela absidal ao rés-do-chão. Por vezes agregavam-se torres de campanário à igreja, mas nunca como partes integrantes da estrutura.[1]

A decoração das igrejas do século XII era simples. Usavam-se com freqüência colunas de prédios antigos. Os capitéis variavam. Alguns eram antigos; outros, copiados dos estilos coríntios bizantino e árabe, executados talvez por pedreiros nativos ou por francos que houvessem observado os padrões locais; outros ainda eram no estilo românico ocidental.[2] Algumas igrejas, tais como a de Qariat el-Enab, possuíam afrescos à bizantina,[3] e havia mosaicos no Cenáculo do Monte Sião e na Capela da Dormição,[4] ao seu lado.[5] É possível que artistas bizantinos tenham trabalhado nessa igreja, como certamente fizeram na da Natividade, em Belém, para onde foram enviados, com seus materiais, pelo Imperador Manuel.[6] Não obstante, a ornamentação pictórica era rara. Os adornos mais comuns entalhados ao redor dos arcos eram as asnas ou dentículos. Sobreviveram muito poucas esculturas figurativas. As aduelas dos arcos eram em geral almofadadas. Outro ornamento dileto era a roseta simples.[7]

O efeito geral das igrejas do século XII era um tanto ou quanto pesado — quase atarracado, se comparado a obras contemporâneas no Ocidente —, em virtude da necessidade de evitar o uso de madeira e proteger-se contra terremotos; ainda assim, o resultado costumava ser harmonioso. Os cruzados sem dúvida levaram consigo seus arquitetos, imbuídos dos estilos franceses (sobretudo da Provença e de Toulouse); entretanto, é evidente que seguiram também as recomendações dos construtores locais. O uso dos arcos ogivais foi aprendido no Oriente. Os primeiros exemplos conhecidos no Ocidente são as duas igrejas construídas por volta do ano 1115 por Ida de Lorraine, mãe dos dois primeiros governantes francos de Jerusalém. Seu

---

1 Ver Enlart, *op. cit. passim.* Baseei-me em grande parte no meu conhecimento pessoal dessas construções.
2 Ver Enlart, *op. cit.* I, pp. 70-3.
3 Ver adiante, p. 334-5.
4 Os cristãos ortodoxos acreditam não na morte de Maria, mas em seu "sono" ou "*dormitio*". Para eles, Cristo teria vindo em pessoa buscar sua mãe, colocando-a para "dormir". Ela teria sido então enterrada no Monte das Oliveiras (onde, já no século IV, foi construída uma igrejinha); dias depois, quando os apóstolos foram visitar seu túmulo, encontraram-no vazio, com um perfume de flores que encheu o ar no local por vários dias. (N.T.)
5 Daniel, o Higúmeno (em Khitrowo, *Itinéraires Russes*, p. 36), viu mosaicos no Cenáculo em 1106; e, por volta de 1160, João de Würzburg lá descreve retratos em mosaico dos apóstolos, com uma inscrição em latim descrevendo a descida do Espírito Santo, além de um mosaico na própria Capela da Dormição com uma inscrição em latim, mas usando termos gregos (*P.P.T.S.* pp. 42-3).
6 Ver adiante, p. 334-5.
7 Enlart, *op. cit.* I, pp. 93 ss.

filho mais velho, Eustáquio de Bolonha, acabara de retornar da Palestina. É difícil não acreditar que os arquitetos que voltavam não tenham sido os responsáveis pela popularização do novo elemento no Ocidente, onde ele evoluiu de forma a atender às necessidades estruturais locais.[1]

É impossível fazer generalizações acerca das origens dos diversos detalhes arquitetônicos e ornamentais. O domo da Igreja de Sant'Ana, em Jerusalém, é muito similar aos domos construídos em Périgord pelos arquitetos franceses; contudo, podia-se encontrar o mesmo tipo de estrutura — erguida sobre pendentes, sem tambor — no Oriente.[2] Os relevos românicos também são com tanta freqüência semelhantes aos bizantinos e armênios que não é possível fazer com facilidade distinções claras. É provável que os entalhes figurativos e os capitéis mais elaborados fossem obra de artistas francos, mas a tradicional ornamentação com acantos ou folhas de videira tinha origem local. O padrão de asnas parece ter alcançado o sul, mesmo na Europa, vindo do norte, mas os dentículos já eram conhecidos no Oriente — figurando, como as aduelas almofadadas, no grande portão fatímida de Bab al-Futuh, no Cairo, por sua vez projetado por arquitetos armênios de Edessa, cidade onde os bizantinos, algumas décadas antes, haviam erguido um sem-número de novos prédios.[3]

Nas artes pictóricas, os exemplos remanescentes revelam tão intensa influência bizantina que parece duvidoso que algum artista franco tenha atuado no Oriente. Os mosaicos em Belém foram sem dúvida desenhados e executados por artistas de Constantinopla chamados Basílio e Efraim, muito embora tenham trabalhado em cooperação com as autoridades latinas locais. Retratam santos tanto ocidentais quanto orientais, e há inscrições em latim e em grego. O mosaico de Cristo na capela latina no Calvário provavelmente é da mesma autoria.[4] Os afrescos de Qariat el-Enab, em acentuada

---

1 Enlart, *op. cit.* I, pp. 3-4, 67-8. Parte da ornamentação nas igrejas de Ida em Wast e Saint Wimer, em Bolonha, tem óbvia influência árabe. Encontramos arcos ogivais praticamente da mesma época em Cluny. O papel desempenhado pelos arquitetos armênios na difusão do arco e da abóbada ogivais (desacreditado pelas teses exageradas de Strzygowski) deve ser levado em consideração. Ver Baltrusaitis, *Le Problème de l'Ogive et l'Arménie*, pp. 45 ss., esp. pp. 68-70. A questão do trabalho armênio no próprio Outremer pode ser ainda mais aprofundada. Ver também Clapham, *Romanesque Architecture*, pp. 107-12.

2 Clapham, *loc. cit.* O domo de Santa Sofia, em Constantinopla, não tem tambor — elemento raro na arquitetura persa.

3 Clapham, *op. cit.* pp. 110, 112-13. O autor hesita em reconhecer a relevância das comparações com os armênios por ter dúvidas quanto à datação. No entanto, a ornamentação das igrejas na Grande Armênia pode ser datada com certo grau de certeza. Ver Der Nersessian, *Armenia and the Byzantine Empire*, pp. 84-109 (que, incidentalmente, demonstra a dificuldade de traçar as origens dos padrões decorativos).

4 *Church of the Nativity in Bethlehem* (ed. Schultz), pp. 31-7, 65-6 (descrição de João Focas); Enlart, *op. cit.* I, p. 159, II, pp. 65-6; Dalton, *Byzantine Art and Archaeology*, pp. 414-15. Ver vol. II, pp. 337-8 e n. 1. O mosaico do Cristo em Glória da abóbada da capela latina do Cal-

decomposição, são de estilo bizantino; todavia, embora a escolha temática seja oriental, as inscrições são latinas.[1] Decerto havia artistas gregos atuantes na Palestina, patrocinados pelo Imperador Manuel, por volta de 1170 — autores de afrescos nos monastérios ortodoxos de Calamon e Sto. Eutímio. Sem dúvida, os padres latinos de Qariat contrataram-nos para decorar sua igreja.[2] A igrejinha de Amioun, não muito longe de Trípoli, é, em virtude de sua arquitetura, por vezes considerada um monumento cruzado; contudo, o fato de ser dedicada a um santo grego, Focas, aliado às suas inscrições gregas e seus afrescos bizantinos, revela que ela sempre foi um santuário ortodoxo. É um bom exemplo da dificuldade de uma diferenciação precisa entre os estilos franco e regional.[3] Diversas igrejas francas foram enriquecidas com mimos recebidos por seus prelados do imperador em Constantinopla. O grande Arcebispo Guilherme de Tiro contava ter ganhado do Imperador Manuel presentes suntuosos para sua catedral.[4] O corpo do Bispo Achardo de Nazaré, que foi à cidade imperial para negociar as bodas de Balduíno III e lá faleceu, retornou igualmente carregado de dádivas.[5] No decorrer de todo o século XII, sobretudo nos tempos de Manuel, quando era freqüente o intercurso entre Outremer e Bizâncio, a influência artística bizantina deve ter sido imensa — perdurando até o século seguinte. A descrição do palácio dos Ibelins em Beirute, com seus mosaicos e mármores, feita por Vilbrando de Oldenburgo sugere um trabalho bizantino. O Velho Senhor, João de Ibelin, que o construiu, era filho de uma princesa bizantina.[6]

O palácio em Beirute era uma exceção. A arquitetura de Outremer no século XIII ateve-se mais que no século XII às tradições francesas. Com a restrição do território franco a pouco mais que as cidades costeiras, os trabalhadores nativos e as tradições locais parecem ter desempenhado um papel secundário. A última igreja relevante concluída antes das conquistas de Saladino foi a catedral da Anunciação, em Nazaré. O edifício foi destruído por Baibars, mas a notável escultura figurativa remanescente segue o mais puro estilo francês. A grande entrada que a maioria delas adornava assemelhava-se, ao que tudo indica, às de muitas das catedrais francesas da época, e o prédio todo provavelmente estava mais próximo dos franceses que as cons-

---

vário é reproduzido como frontispício de Harvey, *op. cit.* Muito pouco se escreveu a seu respeito. Pode ser um trabalho bizantino do século anterior.

1 Enlart, *op. cit.* II, pp. 323-4.
2 Ver vol. II, p. 337, n. 3.
3 Enlart, *op. cit.* II, pp. 35-7.
4 Guilherme de Tiro, XXII, 4. p. 1068.
5 *Ibid.* XVIII, 22, p. 857.
6 Vilbrando de Oldenburgo em Laurent, *Peregrinatores Medii Aevi Quatuor*, pp. 166 ss. Ver vol. II, p. 274.

truções no estilo local anterior.[1] A principal igreja construída no século XIII, a de Sto. André em Acre, era um prédio gótico alto e gracioso. Restam dela hoje poucos vestígios, mas todas as descrições e desenhos de viajantes de outrora enfatizam sua altura. Suas naves laterais eram altas e iluminadas por janelas ogivais muito longas e estreitas, distribuídas sobre uma delicada abóbada alfeizada que corria em torno das paredes externas. Não sabemos como se dava a iluminação do clerestório ou da extremidade oriental, mas sobre a porta oeste havia três janelas mais largas, e acima das quais seguiam-se mais três em forma de olho-de-boi. Tudo que ainda resta da igreja é um pórtico, provavelmente do lado oeste, que foi transportado de camelo para o Cairo depois da conquista de Acre e instalado como entrada da mesquita erguida em memória do sultão conquistador, al-Ashraf. Suas proporções são altas e delicadas. Uma série de três pilastras delgadas, alternadas com duas ainda mais finas, sustenta a curvatura do arco de cada lado, e a moldura da curva corresponde às pilastras. O arco é trifoliado, perfurado por uma clarabóia. O estilo é o gótico primitivo do sul da França.[2]

O trabalho do século XIII no Krak des Chevaliers revela o mesmo gosto pelas alturas elevadas. A etérea câmara do grão-mestre e o amplo salão de banquetes ostentam um espírito absolutamente ocidental. Este último possui um pórtico cujas proporções são muito similares às do de Sto. André no Acre, conquanto suas pilastras sejam menos delicadas; em compensação, exibia uma sofisticada rosácea no centro do arco, onde Sto. André possuía seu olho-de-boi.[3]

Infelizmente, restam-nos muito poucos monumentos do século XIII; em geral, porém, o estilo de Outremer estava aproximando-se do padrão gótico francês contemporâneo da Chipre Lusignan e afastando-se do estilo mais indígena do século anterior. As obras remanescentes em Nazaré indicam que a arte cruzada estava em contato com o movimento gótico do Ocidente. As conquistas de Saladino induziram muitos artífices nativos a bandear-se para o lado dos muçulmanos. O colapso de Bizâncio, na virada do século, restringiu as influências bizantinas, como era inevitável, e a Terceira Cruzada trouxe uma onda de artistas e operários ocidentais para o Oriente. Ao mesmo tempo, a crescente hostilidade entre as igrejas latina e ortodoxa provavelmente inspirou uma distinção mais aguda entre seus estilos.

Sabe-se de apenas um manuscrito iluminado do século XII proveniente de Outremer. Trata-se do saltério conhecido como sendo da Rainha Meli-

1 Enlart, *op. cit.* pp. 298-310.
2 Enlart, *op. cit.* II, pp. 15-23.
3 Enlart, *op. cit.* I, pp. 134-7.

sende. Decerto pertenceu a uma mulher; e, como cita as mortes de Balduíno II e da Rainha Morfia, mas não a do Rei Fulco, presumiu-se que tenha sido de Melisende e escrito antes do desaparecimento de Fulco. Todavia, a obra poderia do mesmo modo ter sido elaborada para a irmã de Melisende, Joveta, Abadessa de Betânia; nesse caso, como qualquer referência a Fulco seria irrelevante, poderia datar de qualquer ano do período da vida de Joveta, isto é, até cerca de 1180. O texto foi escrito por um rematado escriba latino, e a ornamentação no alto das páginas parece mais latina que bizantina; não obstante, as ilustrações de página inteira são bizantinas, no estilo das províncias orientais do império. A assinatura de um pintor chamado Basílio é visível, e é possível que fosse o mesmo Basílio que assinara alguns dos mosaicos de Belém em 1169. As imagens guardam uma certa semelhança com as de um lecionário sírio decorado por José de Melitene na época do Bispo João — identificado como o bispo que lá reinou entre 1193 e 1220. É possível, portanto, que o artista do Saltério de Melisende fosse um sírio que estudou numa escola bizantina, e é provável que o trabalho tenha sido feito para a Abadessa Joveta, já no estágio final de sua longa vida.[1]

Existe uma interessante série de manuscritos, em geral considerados obra siciliana, que os estudos modernos comprovaram ter sido escritos em Acre mais ou menos na época da estada de S. Luís na cidade, de 1250 a 1254. São em estilo bizantino; Luís fizera vastas compras junto ao Imperador Balduíno II de Constantinopla, e talvez entre os objetos adquiridos figurassem manuscritos que lhe foram enviados para Acre e inspiraram os artistas que lá trabalhavam. É impossível dizer se a escola sobreviveu ao retorno do monarca para a França.[2]

Das artes menores, preservou-se muito pouco, e é inviável discernir o que é produto local e o que foi importado do Oriente ou do Ocidente. A mobília e os objetos de uso cotidiano eram sem dúvida fornecidos pelas lojas da região, mas a maioria dos artigos ornamentais provavelmente era de origem estrangeira, oriundos de Constantinopla ou das grandes cidades islâmicas, ou trazidos pelos visitantes da França ou Itália. Uma coleção de objetos des-

---

1 Boase, "The Arts in the Latin Kingdom of Jerusalem", *in Journal of the Warburg Institute*, vol. II, pp. 14-15. Dalton, *Byzantine Art and Archaeology*, pp. 471-3, crê que as ilustrações de página inteira sejam oriundas de províncias bizantinas e tenham sido feitas para outra obra. As ornamentações no alto das páginas são de outro artista, podendo seguir o estilo românico ocidental, mas com influências orientais (por exemplo: S. João Evangelista usa barba). O segundo artista é um artífice mais delicado que o primeiro, mas suas cores são mais desmaiadas. Em *East Christian Art*, p. 309, ele sugere que este era armênio. Ver Buchthal, "The Painting of Syrian Jacobites" *in Syria*, vol. XX, pp. 136 ss., esp. p. 138.

2 Qualquer julgamento desse conjunto de manuscritos terá de aguardar a publicação de um trabalho ainda inédito do Dr. H. Buchthal.

cobertos no século XIX nas fundações do complexo monástico de Belém incluía duas bacias de bronze, que pareciam pertencer à escola Mosana do século XII e gravadas com uma série de imagens ilustrativas da vida de S. Tomé Apóstolo; um par de castiçais de prata (aparentemente trabalho bizantino de fins do século XII), outro de esmalte de Limoges do fim do século XII e mais um maior; e uma cabuta de esmalte de Limoges do século XIII.[1] A grade de ferro instalada pelos cruzados no Domo da Rocha pode ser trabalho local, mas é extremamente parecido com os artigos em ferro românicos franceses.[2]

Embora os candelabros de ferro usados nas igrejas provavelmente fossem de fabricação local, seguem os parâmetros usuais da Europa Ocidental.[3] Nenhuma cerâmica ou vidraria identificável sobreviveu. Moedas e selos eram produzidos no próprio Outremer — as primeiras, dirigidas para o uso no Oriente, seguiam, portanto, os padrões islâmicos, exibindo até inscrições em árabe. Os selos do século XII são simples e crus, mas os do século seguinte são mais graciosos e sofisticados.[4] Um relicário de cristal encravado numa peça de prata em forma de estribo, incrustada de jóias, contendo um recipiente interno de madeira entalhada, ora preservado em Jerusalém, talvez seja indígena, embora o cristal e a ourivesaria provavelmente fossem oriundos da Europa Central.[5] Do trabalho em marfim da região há duas placas delicadamente esculpidas, que servem de capa para o Saltério da Rainha Melisende. Uma ostenta medalhões com a história de Davi, com a psicomaquia[6] representada nos cantos, e outra as Obras da Misericórdia, com animais fantásticos nos cantos. A iconografia é ocidental, não bizantina, conquanto os trajes reais sejam bizantinos, os animais, mouriscos e a decoração, de inspiração armênia. Parece improvável que houvesse algum eborário de tão alto calibre vivendo em Jerusalém. As placas devem ter sido um presente de outras plagas.[7]

A tenuidade das evidências não deve ser interpretada como indicação de que pouco era feito. Se a arquitetura florescia, é provável que também as demais artes prosperassem, traduzindo do mesmo modo a vida em Outremer. A arquitetura eclesiástica do século XII revela colonos prontos a se

---

1 Enlart, *op. cit.* I, pp. 172-201.
2 *Ibid.* II, pp. 310-11.
3 *Ibid.* I, pp. 175-9.
4 Ver Schlumberger, *Sigillographie de l'Orient Latin*, esp. a introdução de Blanchet.
5 Enlart, *op. cit.* I, pp. 197-8.
6 Psicomaquia: conflito entre a alma e o corpo. Do latim *psychomachia*. (N.T.)
7 Enlart, *op. cit.* I, pp. 199-200; Dalton, *Byzantine Art and Archaeology*, pp. 221-3, e *East Christian Art*, p. 218, assinala as afinidades orientais e crê que o escultor era local. Boase, *loc. cit.*

adaptarem à terra à qual haviam chegado, mesmo recebendo reforços contínuos do Ocidente. No entanto, os desastres do fim do século puseram termo ao antigo equilíbrio. No século XIII, restavam poucas das antigas grandes famílias de Outremer. Seu lugar foi ocupado pelas ordens militares, basicamente recrutadas no Ocidente e pouco sensíveis às tradições locais. Nas cidades, os elementos nativos passaram a ser discriminados. Acre voltou seus olhos para o Ocidente. A riqueza concentrava-se nas mãos dos italianos e o poder, geralmente nas mãos de potentados ocidentais ou seus representantes. Um número crescente de nobres retirava-se para Chipre, onde uma nova civilização gótica despontava. Ainda ressoavam, aqui e ali, ecos de Bizâncio e do Oriente, mas cada vez mais esmaecidos. Bizâncio estava em declínio. A ancestral cultura árabe foi extinta pelos mongóis, e a nova cultura do Egito mameluco manifestava uma agressiva hostilidade. Em Antióquia, a síntese talvez prosseguisse, mas as pilhagens, o terremoto e a decadência apagaram todos os indícios. Ao sul, o projeto de Outremer de desenvolver seu próprio estilo característico soçobrou no campo de batalha em Hattin. O modesto e vigoroso trabalho do Outremer do século XII foi um prelúdio que não levou a nada. O Outremer do século XIII não passava de uma província distante do mundo gótico mediterrâneo.

Capítulo III

A Queda de Acre

"O fim chegou! O fim para os quatro cantos da terra." EZEQUIEL 7, 2

Houve regozijo em Outremer quando correu a notícia da morte de Baibars. Seu sucessor foi o filho mais velho, Baraqa, um jovem fraco cujo tempo era empregado tentando controlar os emires mamelucos. A tarefa estava além de suas forças. Em agosto de 1279, o emir das tropas sírias, Qalawun, revoltou-se e marchou contra o Cairo. Baraqa abdicou em favor de seu irmão de dezessete anos, e Qalawun assumiu o governo. Quatro meses depois, Qalawun destronou o jovem e autoproclamou-se sultão. O governador de Damasco, Sonqor al-Ashqar, recusou-se a aceitar sua autoridade e proclamou-se sultão local em abril. Entretanto, não tinha condições de manter-se contra a vontade dos egípcios. Depois de uma batalha perto de Damasco em junho de 1280, ele se retirou para o norte da Síria e não demorou a fazer as pazes com Qalawun, que assim arrematou toda a herança de Baibars.[1]

Os francos não tiraram o menor proveito da folga. Debalde o Ilcã Abaga e seu vassalo, Leão III da Armênia, instaram uma aliança e uma cruzada. O único apoio à sua causa veio da Ordem do Hospital. Carlos d'Anjou, com ódio a Bizâncio e a seus aliados genoveses, determinou que o *bailli* em Acre, Rogério de San Severino, mantivesse uma aliança com os venezianos, templários e a corte mameluca. O papa, que recebera do Imperador Miguel uma promessa de submissão da Igreja Bizantina, fomentou os planos de Carlos para a Síria a fim de distrair suas atenções de uma investida contra Constantinopla. O Rei Eduardo I manifestou simpatia pelos mongóis; no entanto, encontrava-se na longínqua Inglaterra, e não dispunha nem do tempo nem do dinheiro necessários para a realização de uma nova cruzada.[2]

Em Outremer, Boemundo VII talvez até se dispusesse a cooperar com seu tio armênio; todavia, suas relações com os templários não eram nada boas, e em 1277 ele se desentendeu com o mais poderoso de seus vassalos,

---

1 Abu'l Feda, pp. 157-8; Maqrisi, *Sultans*, I, ii, p. 171, II, i, 26; d'Ohsson, *Histoire des Mongols*, pp. 519-22.

2 Hayton, *Flor des Estoires*, pp. 180-1.

Guy II Embriaco de Jebail. Guy, que era seu primo e amigo íntimo, recebera a promessa da mão de uma herdeira local da família alemã para seu irmão João. Contudo, o Bispo Bartolomeu de Tortosa, ambicionando a herança para seu próprio sobrinho, obteve o consentimento de Boemundo — em vista do que Guy raptou a moça, casando-a com João. Em seguida, temendo a vingança do primo, buscou refúgio junto aos templários. Boemundo respondeu destruindo os prédios destes em Trípoli e derrubando uma floresta que lhes pertencia nas proximidades de Montroque. O Grão-mestre do Templo, Guilherme de Beaujeu, avançou sem hesitar com seus cavaleiros contra Trípoli, fazendo uma demonstração de força diante das muralhas e ateando fogo ao castelo de Botrun ao retirar-se; entretanto, sua tentativa de tomar Nephin de assalto resultou na captura de uma dúzia de seus cavaleiros, devidamente aprisionados por Boemundo em Trípoli. Depois de os templários terem voltado para Acre, Boemundo decidiu atacar Jebail. Guy, com quem Guilherme de Beaujeu deixara um contingente da ordem, foi-lhe de encontro. Houve uma batalha encarniçada alguns quilômetros ao norte de Botrun; embora o número de combatentes de cada lado mal passasse dos duzentos, a carnificina foi tremenda. Boemundo sofreu uma severa derrota. Entre os cavaleiros que perdeu estava seu primo e cunhado de Guy, Balian de Sídon, derradeiro representante da grande casa de Garnier.[1]

Depois da derrota, Boemundo aceitou uma trégua de um ano, mas em 1278 Guy e os templários voltaram a atacá-lo. Mais uma vez Boemundo foi derrotado; entretanto, as doze galeras templárias que tentaram penetrar à força no porto de Trípoli foram dispersadas por uma tempestade. Os quinze vasos de guerra que Boemundo então lançou contra o castelo templário de Sídon lograram causar-lhe algum dano antes que o grão-mestre do Hospital, Nicolau Lorgne, interviesse — correndo a Trípoli e firmando uma nova trégua. Entrementes, Guy de Jebail ainda se mostrava truculento. Decidido a capturar a própria Trípoli, em janeiro de 1282, acompanhado de seus irmãos e alguns amigos, entrou disfarçado no quartel-general templário na cidade. Todavia, tinha havido um mal-entendido e o comandante templário, Reddecoeur, estava fora. Guy, suspeitando de traição, apavorou-se. Ao tentar refugiar-se na Casa dos Hospitalários, alguém alertou Boemundo. Os conspiradores fugiram para uma torre no Hospital, onde foram cercados pelas tropas de Boemundo. Ao cabo de algumas horas, concordaram, a pedido dos hospitalários, em render-se sob a condição de que suas vidas fossem poupadas. Boemundo, porém, quebrou sua palavra; todos os companheiros de Guy foram cegados, ao passo que ele mesmo, seus irmãos João e Balduíno e seu

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 481; *Gestes des Chiprois*, pp. 207, 210-13.

primo Guilherme, foram levados para Nephin, onde os enterraram até o pescoço numa vala, sendo abandonados para morrerem de fome.

O horrível destino dos rebeldes horrorizou todos os vassalos de Boemundo. Além de tudo, a família Embriaco jamais se esquecera de sua origem genovesa — e muitos genoveses haviam tomado parte no complô. Uma vez que os genoveses eram bons amigos dos armênios e partidários de uma aliança com os mongóis, Boemundo repudiou sua política. Nesse ínterim, João de Montfort, fervoroso aliado de Gênova, planejava deixar Tiro a fim de vingar seus amigos. Boemundo, contudo, alcançou Jebail antes dele — e apenas os pisanos, que abominavam os genoveses, sentiram um indescritível prazer com todo o episódio.

A política não ia melhor mais ao sul. O governo de Rogério de San Severino em Acre incomodava a nobreza local. Em 1277, Guilherme de Beaujeu tentou angariar o apoio de João de Montfort e logrou reconciliá-lo com os venezianos, que foram autorizados a retornar ao seu antigo bairro em Tiro. João, não obstante, não aderiu ao governo do Acre. Em 1279, o Rei Hugo aportou inopinadamente em Tiro, na esperança de congregar a baronia ao seu redor. João apoiou-o, mas mais ninguém levantou-se em seu favor. O período de quatro meses durante o qual teria o direito de requisitar a presença de seus vassalos cipriotas fora do reino transcorreu em total inação. Quando seus cavaleiros voltaram para Chipre, o monarca não teve outra saída senão segui-los — culpando os templários pelo malogro, e com razão, visto que fora Guilherme de Beaujeu quem sustivera a lealdade de Acre a Rogério de San Severino. Em represália, as propriedades dos templários em Chipre foram confiscadas, inclusive o castelo de Gastria. A ordem queixou-se ao papa, que escreveu a Hugo rogando-lhe que lhes restituísse os bens; ele, no entanto, ignorou o comando pontifício. Embora Hugo parecesse aprovar a aliança com os mongóis — basicamente porque Rogério de San Severino opunha-se a ele — não tinha a menor condição de tomar qualquer iniciativa no continente.[1]

O ilcã ansiava por arremeter contra os mamelucos antes que Qalawun conseguisse consolidar-se no poder. Sonqor, ex-emir de Damasco, ainda desafiava os egípcios no norte da Síria, quando, em fins de setembro de 1280, um exército mongol cruzou o Eufrates e ocupou Aintab, Baghras e Darbsaq. Em 20 de outubro, entrou em Alepo, onde pilhou os mercados e incendiou as mesquitas. A população islâmica dos distritos, aterrorizada, fugiu para o sul, rumo a Damasco. Ao mesmo tempo, os hospitalários de Marqab em-

1 *Gestes des Chiprois*, p. 207; *Annales de Terre Sainte*, p. 457; Amadi, p. 214; Mas Latrie, *Documents*, II, p. 109; Raynaldus, 1279, p. 488.

preenderam uma incursão muito lucrativa na Buqaia, penetrando até quase o Krak e, na volta, derrotando perto de Maracléia as tropas muçulmanas enviadas para detê-los. Os mongóis, entrementes, não possuíam força suficiente para reterem Alepo. Quando Qalawun reuniu suas forças em Damasco, retiraram-se para o outro lado do Eufrates. O sultão contentou-se em enviar um contingente para punir os hospitalários, que o derrotaram diante de Marqab.[1] Aproximadamente na mesma época, um embaixador mongol levou a Acre uma proposta do ilcã de enviar um exército de cem mil homens à Síria na primavera seguinte, instando-os a complementá-lo com soldados e munição. Os hospitalários encaminharam a mensagem ao Rei Eduardo, mas os francos do próprio Acre não deram resposta. A notícia da iminente invasão mongol assustou Qalawun. Este assinou a paz com Sonqor em junho de 1281, confiando-lhe Antióquia e Apaméia, e enviou uma mensagem a Acre sugerindo uma trégua de dez anos com as Ordens Militares. A trégua firmada com o governo do Acre em 1272 ainda se estenderia por mais de um ano; alguns dos emires da embaixada egípcia orientaram os francos a não entrarem em acordo com Qalawun, pois ele não tardaria a ser deposto. Ao tomar conhecimento de tais planos, Rogério de San Severino imediatamente avisou o sultão, que logrou prender os conspiradores a tempo. Nesse meio-tempo, as ordens em Acre consentiram no tratado, assinado em 3 de maio. Em 16 de julho, Boemundo firmou trégua similar. Foi um triunfo diplomático para Qalawun; uma frente franca unida em seu flanco, mesmo sem reforços ocidentais, teria causado graves prejuízos à sua campanha contra os mongóis.[2]

Em setembro de 1281, dois exércitos mongóis penetraram na Síria. O primeiro, comandado pelo ilcã em pessoa, foi uma a uma reduzindo as fortalezas muçulmanas ao longo da fronteira do Eufrates, ao passo que o segundo, comandado por seu irmão, Mangu Timur, entrou em contato com Leão III da Armênia, avançando em seguida pelo vale do Orontes, tendo passado por Aintab e Alepo. Qalawun já se dirigira a Damasco, onde congregou suas forças, e correu para o norte. Os francos não intervieram, salvo pelos hospitalários de Marqab, que se recusaram a se considerarem incluídos na trégua assinada pela ordem em Acre. Alguns de seus cavaleiros foram juntar-se ao Rei da Armênia. Em 30 de outubro, os exércitos mongol e mameluco reuniram-se diante de Homs. Mangu Timur liderava o centro da tropa mongol, com outros príncipes mongóis à sua esquerda e, à sua direita, seus

1 Maqrisi, *Sultans*, II, i, p. 26; Abu'l Feda, p. 158; Bar-Hebraeus, p. 463; *Gestes des Chiprois*, pp. 208-9.

2 Maqrisi, *Sultans*, II, i, pp. 28-34; Röhricht, *Regesta*, p. 374.

auxiliares georgianos, junto com o Rei Leão e os hospitalários. A ala direita islâmica era encabeçada por al-Mansur de Barna, e Qalawun em pessoa ia à frente dos egípcios no centro — tendo o exército de Damasco, sob o emir Lajin, ao seu lado, e à esquerda o ex-rebelde Sonqor, que comandava os sírios do norte e turcomanos.

Iniciada a batalha, os cristãos à direita dos mongóis logo derrotaram Sonqor, a quem perseguiram até seu acampamento em Homs, perdendo assim o contato com o centro. Nesse ínterim, conquanto a esquerda mongol resistisse, Mangu Timur foi ferido durante uma carga mameluca contra o centro. Acovardando-se, ele ordenou uma retirada precipitada. Leão da Armênia e seus companheiros viram-se isolados, e tiveram de abrir caminho à força para voltarem para o norte, sofrendo perdas pesadas. Qalawun, entretanto, também perdera homens demais para poder persegui-los. O exército mongol retornou para o outro lado do Eufrates sem maiores danos. O grande rio continuou servindo de fronteira entre os dois impérios, e Qalawun não se arriscou a castigar os armênios.

O prior dos hospitalários ingleses, José de Chauncy, que visitava o Oriente, presenciou a batalha e mais tarde a descreveria em carta a Eduardo I. Segundo ele, o Rei Hugo e o Príncipe Boemundo não conseguiram reunir-se aos mongóis a tempo — o que provavelmente não passou de uma tentativa de protegê-los da ira do soberano inglês, único monarca ocidental ainda interessado na Guerra Santa e ferrenho defensor da aliança mongol. A perspicácia de Eduardo, entretanto, não era partilhada por ninguém no Oriente. O Rei Hugo nada fizera; Boemundo firmara uma trégua com os muçulmanos; e Rogério de San Severino, o representante do Rei Carlos, viajou especialmente ao encontro de Qalawun para parabenizá-lo por sua vitória.[1]

Na noite de 30 de março de 1282, os sicilianos, exasperados com a arrogância de Carlos d'Anjou e seus soldados, insurgiram-se inesperadamente e massacraram todos os franceses que se encontravam na ilha. As Vésperas Sicilianas tiveram conseqüências muito mais amplas e profundas do que os furiosos ilhéus jamais poderiam imaginar. O vasto império mediterrâneo de Carlos revelou a precariedade de seus fundamentos. Ao longo das décadas seguintes, ele e seus sucessores tentariam em vão recuperar a Sicília dos príncipes aragonenses que foram eleitos para o seu trono. O reino angevino de Nápoles deixou de ser uma potência mundial, e o papado, que garantira

1 Maqrisi, *Sultans*, II, i, pp. 35-7; Abu'l Feda, pp. 158-60; Bar-Hebraeus, pp. 464-5; Hayton, *Flor des Estoires*, pp. 182-4; *Gestes des Chiprois*, p. 210; carta de José de Chauncy e resposta do Rei Eduardo (ed. Sanders), *P.P.T.S.* vol. V; Röhricht, *Regesta*, p. 375; d'Ohsson, *op. cit.* pp. 525-34.

aos angevinos seu reino siciliano, acabou sendo humilhado e arruinou-se financeiramente em suas tentativas de restaurar seus clientes. As pretensões angevinas para os Bálcãs e o Oriente foram abandonadas. Em Constantinopla, o imperador suspirou aliviado: não precisava mais enfurecer seu povo oferecendo a submissão de sua Igreja a Roma em troca de esta conter as ambições de Carlos.[1] Em Outremer, Rogério de San Severino viu-se de repente sem o menor suporte. Foi chamado de volta à Itália por seu senhor, deixando o Acre no fim do ano e confiando seu cargo de *bailli* ao seu senescal, Odo Poilechien.[2]

Para os mamelucos no Egito, o colapso do poderio de Carlos foi um choque, mas também um alívio. Tanto Baibars quanto Qalawun temiam-no e respeitavam-no, o que os impedira de atacar sua nova província de Outremer. Agora, não havia mais ninguém capaz de deter o sultão, desde que se impedissem os francos de se aliarem aos mongóis. Em junho de 1283, quando findou a trégua firmada em Cesaréia, Qalawun propôs a Odo Poilechien que a renovassem por mais dez anos. Odo de bom grado aceitou; no entanto, dada sua insegurança com relação à sua autoridade, o tratado foi assinado, do lado franco, em nome da Comuna do Acre e dos templários de Athlit e Sídon. Os termos garantiram aos francos a posse de seu território do Passo de Tiro, ao norte do Acre, até o Monte Carmelo e Athlit, além de Sídon. Tiro e Beirute, todavia, ficaram de fora. A liberdade de peregrinação a Nazaré foi mantida.[3]

Odo ficou feliz por preservar a paz, pois o Rei Hugo estava mais uma vez tentando recuperar seu reino no continente. A Senhora Isabela de Beirute acabara de morrer, e sua cidade fora legada à sua írmã Esquiva, esposa de Humberto de Montfort, irmão caçula do Senhor de Tiro. Certo de poder confiar nos Montforts, Hugo deixou Chipre no fim de julho, com dois de seus filhos, Henrique e Boemundo. Pretendia aportar no Acre, mas o vento empurrou-o para Beirute, aonde chegou em 1° de agosto, sendo bem recebido. Embarcou alguns dias depois para Tiro, enviando suas tropas por terra, pela costa. No caminho foram gravemente agredidos por assaltantes islâmicos — instigados, assim pensou Hugo, pelos templários de Sídon. Ao alcançar Tiro, os augúrios foram desfavoráveis. Seu estandarte caiu no mar. Quando o clero dirigiu-se em procissão ao seu encontro, a grande cruz que carregavam escorregou e quebrou o crânio do médico judeu da corte. Hugo

---

1 Amari, *La Guerra del Vespro Siciliano*, ainda é a melhor história geral das Vésperas e da guerra que se seguiu.

2 *Gestes des Chiprois*, p. 214; Sanudo, *Chronique de Romanie* em *Mas Latrie, Nouvelles Preuves*, I, pp. 39-40. Odo desposou a viúva de Balian Ibelin de Arsuf, Lúcia de Gouvain.

3 Maqrisi, *Sultans*, II, i, pp. 60, 179-85, 224-30. Ver Hill, *History of Cyprus*, II, p. 176.

aguardou em Tiro; no entanto, ninguém em Acre fez a menor menção de ir dar-lhe as boas-vindas. A comuna e os templários preferiam o inconspícuo governo de Odo Poilechien. Seus nobres cipriotas não pretendiam permanecer ao seu lado além dos quatro meses devidos. Em 3 de novembro, antes do fim desse prazo, o mais promissor de seus filhos, Boemundo, faleceu. Ainda mais grave para Hugo foi a morte de seu amigo e cunhado, João de Montfort. Uma vez que João não deixou filhos, o rei permitiu que Tiro passasse às mãos de seu irmão e herdeiro, Humberto, Senhor de Beirute — acrescentando uma cláusula, porém, de que, caso desejasse, poderia comprar a cidade de volta para a coroa por 150 besantes. Humberto, contudo, faleceu em fevereiro seguinte. Ao fim de um intervalo adequado, sua viúva foi casada com o filho mais novo de Hugo, Guy, para quem ela entregou Beirute como dote. Tiro permaneceu nesse ínterim sob o comando da viúva de João, Margarida.[1]

Mesmo depois que seus nobres o deixaram, Hugo permaneceu em Tiro, onde faleceria em 4 de março de 1284. Havia se empenhado ao máximo para restaurar a autoridade em Outremer, mas fora prejudicado por suas próprias características — pois, a despeito de sua bela aparência e todo o seu charme, era um sujeito mal-humorado e sem tato. Não obstante, seu fracasso deveu-se muito mais à hostilidade dos mercadores de Acre e das ordens militares, que preferiam um monarca ausente e distante, que não interferisse em seus negócios.[2]

Hugo foi sucedido por seu primogênito, João, um belo mas delicado rapaz de cerca de dezessete anos. Foi coroado Rei de Chipre em Nicósia em 11 de maio, de onde rumou imediatamente para Tiro, onde foi coroado Rei de Jerusalém. Salvo por Tiro e Beirute, todavia, sua autoridade não foi reconhecida no continente. Reinou apenas um ano, morrendo em Chipre em 20 de maio de 1285. Seu herdeiro foi seu irmão Henrique, de quatorze anos, que foi coroado Rei de Chipre em 24 de junho e, por ora, não se atreveu a ir até a Síria.[3]

Lá, Qalawun preparava-se para atacar os francos que não se encontravam sob a proteção da trégua de 1283. As viúvas que governavam Beirute e Tiro, Esquiva e Margarida, apressaram-se a pedir uma trégua, que lhes foi concedida.[4] O objetivo do sultão era o grande castelo do Hospital em Marqab, cujos moradores com tanta freqüência se haviam aliado aos mongóis. Em 17 de abril de 1285, o sultão assomou com um grande exército

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 214-16; Amadi, pp. 214-15.
2 *Gestes des Chiprois*, pp. 216-17; Amadi, p. 216. Ver Hill, *op. cit.* p. 178.
3 *Gestes des Chiprois*, p. 217; Amadi, *loc. cit.* Ver Hill. *op. cit.* p. 179, n. 2.
4 Maqrisi, *Sultans*, II, ii, pp. 212-13.

aos pés da montanha sobre a qual se erguia a fortaleza, trazendo consigo o maior número de catapultas que jamais se vira reunido antes. Seus homens empurraram-nas encosta acima e começaram a bombardear as muralhas. O castelo, entretanto, estava bem equipado, e suas próprias catapultas encontravam-se em posição mais vantajosa. Muitas das máquinas inimigas foram destruídas. Durante um mês, os muçulmanos não fizeram progressos. Por fim, os engenheiros do sultão lograram escavar um túnel sob a Torre da Esperança, que se erguia na saliência norte, e encheram-no de madeira inflamável. Em 23 de maio, o túnel foi incendiado, e a torre desabou. Seu colapso interrompeu a ofensiva dos muçulmanos, que foram rechaçados. A guarnição, entrementes, descobrira que o túnel avançava muito mais sob suas defesas. Reconhecendo que estavam perdidos, capitularam. Os 25 oficiais da ordem que estavam no castelo foram autorizados a retirarem-se levando os seus bens portáteis, a cavalo e com todos os armamentos. O restante da guarnição poderia partir em liberdade, mas sem levar nada. Retiraram-se para Tortosa, de onde seguiram para Trípoli. Qalawun fez sua entrada formal no castelo em 25 de maio.[1]

A perda de Marqab alarmou os cidadãos de Acre, que, por volta da mesma época, souberam da morte de Carlos d'Anjou. Seu filho, Carlos II de Nápoles, estava demasiado absorto na guerra siciliana para preocupar-se com Outremer — e a guerra ia paulatinamente envolvendo toda a Europa Ocidental. Chegara o momento de um governante mais próximo. Por conselho do Hospital, Henrique II enviou a Acre um emissário de Chipre, Juliano le Jaune, para negociar seu reconhecimento como rei. A comuna aquiesceu. O Hospital e a Ordem Teutônica simpatizavam com a idéia, e os templários, após alguma hesitação, concordaram em emprestar-lhe seu apoio. Odo Poilechien, contudo, recusou-se a abdicar do cargo de *bailli* — e o regimento francês, ainda sustentado pelo Rei da França, ficou do seu lado.

Em 4 de junho de 1286, Henrique desembarcou em Acre. A comuna recebeu-o com júbilo, embora os grão-mestres das três ordens julgassem mais prudente não tomar parte na recepção, alegando que sua profissão religiosa obrigava-os à neutralidade. Henrique foi levado como estava para a Igreja da Santa Cruz, onde anunciou que se instalaria no castelo, como haviam feito os monarcas anteriores. No entanto, Odo Poilechien recusou-se a deixar o edifício, que guarnecera com os franceses. O Bispo de Fama-

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 217-18; Amadi, *loc. cit.*; Maqrisi, *Sultans*, II, i, p. 80 (também na p. 86, mas datado do ano seguinte); Abu'l Feda, p. 161; vida de Qalawun em Reinaud, *Bibliothèque des Croisades*, II, pp. 548-52.

gusta e o Abade do Templum Domini em Acre foram ter com ele e, diante de sua recusa a ouvi-los, lavraram um protesto jurídico. O rei, temporariamente hospedado no palácio do finado Senhor de Tiro, proclamou três vezes que os franceses poderiam deixar o castelo em segurança com todos os seus pertences, que ninguém os prejudicaria. Nesse ínterim, os cidadãos, cada vez mais exasperados com Odo, preparavam-se para atacá-lo — diante do que os três grão-mestres, tendo-se assegurado de para onde pendia a balança do poder, persuadiram Odo a entregar-lhes o castelo e deram-no a Henrique, cuja entrada solene ocorreu em 29 de junho.[1]

Seis semanas mais tarde, em 15 de agosto, Henrique foi coroado em Tiro pelo arcebispo, Bonnacorso de Gloria, como vigário do patriarca. Depois da cerimônia a corte voltou para Acre, onde teve lugar uma quinzena de festividades. Houve jogos e torneios, e no salão principal do Hospital representaram-se eventos históricos. Houve cenas da história da Távola Redonda, com Lancelote, Tristão e Palamedes, e ainda da história da Rainha de Femenie, do Romance de Troy. Em um século não se vira tão alegre e esplêndido festival em Outremer. O lindo rei-menino encantava a todos — pois ainda não se sabia que ele era epilético. Por trás dele, a aconselhá-lo em tudo, estavam seus tios, Filipe e Balduíno de Ibelin, que gozavam do respeito geral. Seguindo suas recomendações, Henrique não prolongou muito sua estada em Acre, retornando para Chipre em poucas semanas e deixando Balduíno de Ibelin como *bailli*. Seus tios sabiam que um monarca residente não agradaria ao povo.[2]

O sultão no Cairo deve ter achado graça da frívola algazarra dos francos; para o cã mongol em Tabriz, porém, parecia chegada a hora de uma iniciativa mais ponderosa. Abaga falecera em 1º de abril de 1282, sendo sucedido pelo irmão, Tekuder, que na infância fora batizado no rito nestoriano com o nome de Nicolau. Seus gostos, todavia, pendiam para o islamismo. Mal fora entronizado quando anunciou sua conversão ao Islã e adotou o nome de Ahmed e o título de sultão. Ao mesmo tempo, enviou emissários ao Cairo para celebrarem um tratado de amizade com Qalawun. Sua política horrorizou os mongóis mais velhos de sua corte, que não hesitaram em queixar-se ao Grande Cã Kubilai — com cuja aprovação Arghun, filho de Abaga, liderou uma revolta em Curasão, onde era governador. A princípio, foi derrotado, mas Ahmed logo foi desertado por seus generais e assassinado num complô palaciano em 10 de agosto de 1284. Arghun assumiu o

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 218-20; Amadi, pp. 216-17; Sanudo, *Liber Secretorum*, p. 229; Machaeras (ed. Dawkins), p. 42; Mas Latrie, *Documents*, III, pp. 671-3.

2 *Gestes des Chiprois*, p. 221; *Annales de Terre Sainte*, p. 548; Amadi, p. 217.

trono de imediato.[1] Como seu pai, era eclético em termos religiosos; suas próprias simpatias eram pelo budismo, mas seu vizir, Sa'ad ad-Daulah, era judeu, e seu melhor amigo era o católico nestoriano, Mar Yahbhallaha. Esse homem notável, de origem turca, era um Ongute nascido na província chinesa de Shan-si, às margens do Rio Amarelo. Dirigira-se para oeste com seu compatriota, Rabban Sauma, na vã esperança de fazer uma peregrinação a Jerusalém. Durante sua estada no Iraque, em 1281, o catolicato vagou e ele foi eleito para o cargo. Mar Yahbhallaha exercia uma profunda influência sobre o novo cã, que ansiava por resgatar os Lugares Sagrados da cristandade das mãos islâmicas — embora sempre dissesse que nada faria, a menos que pudesse contar com a ajuda dos reis cristãos do Ocidente.[2]

Em 1285, Arghun escreveu ao Papa Honório IV a fim de sugerir algumas medidas conjuntas, mas não recebeu resposta.[3] Dois anos depois, resolveu enviar uma embaixada ao Ocidente, e escolheu para representá-lo o amigo de Mar Yahbhallaha, Rabban Sauma. O embaixador, que escreveu um vívido relato de sua missão, pôs-se a caminho no princípio de 1287. Içou âncora em Trebizonda, alcançando Constantinopla mais ou menos na Páscoa. Foi recebido com cordialidade pelo Imperador Andrônico e visitou Santa Sofia e os demais grandes santuários da cidade imperial. Andrônico já estabelecera uma excelente relação com os mongóis e estava disposto a ajudá-los na medida em que seus escassos recursos lhe permitissem. De Constantinopla Rabban Sauma seguiu para Nápoles, aonde chegou em fins de junho. Enquanto lá estava, assistiu a uma batalha marítima no porto entre as frotas aragonesa e napolitana. Foi seu primeiro indício de que a Europa Ocidental estava preocupada com suas próprias escaramuças. Dali ele seguiu para Roma, onde foi informado de que o Papa Honório acabara de falecer e o conclave que elegeria seu sucessor ainda não se reunira. Os doze cardeais residentes na cidade receberam-no, mas Rabban Sauma impressionou-se com sua ignorância e má vontade. Eles nada sabiam sobre a disseminação do cristianismo entre os mongóis, e ficaram chocados ao saber que ele servia a um senhor pagão. Quando tentou discutir política, retorquiram-lhe questionando-o acerca de sua fé e criticando suas divergências com as próprias crenças. No fim das contas, o embaixador mongol quase perdeu a paciência. Ele viera, disse, para prestar seus respeitos ao pontífice e fazer planos para o

1 Howorth, *History of the Mongols*, III, pp. 295-310; Abu'l Feda, p. 160, e outros escritores árabes referem-se a Ahmed (ver referências dadas por Howorth), mas os autores ocidentais ignoram-no. Bar-Hebraeus, pp. 467-71, discorre longamente a seu respeito.
2 Ver Budge, *The Monks of Kublai Khan*, introdução, pp. 42-61, 72-5.
3 O texto da carta de Arghun encontra-se em Chabot, "Relations du roi Argoun avec L'Occident", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. II, p. 571.

futuro, não para promover um debate sobre o Credo. Depois de orar nas principais igrejas de Roma, de bom grado rumou para Gênova, onde foi acolhido com grande cerimônia. A aliança mongol era crucial para os genoveses, que deram a devida atenção pelas propostas do embaixador.

No fim de agosto, Rabban Sauma seguiu para a França, chegando a Paris no início de setembro. Lá, sua recepção foi tudo o que ele podia desejar. Uma escolta conduziu-o à capital, e, ao ser recebido em audiência pelo jovem rei Filipe IV, foi objeto de honras de soberano. O monarca ergueu-se de seu trono para saudá-lo e ouviu sua mensagem com profunda atenção. Rabban Sauma saiu da audiência com a promessa de que, se fosse a vontade de Deus, Filipe lideraria pessoalmente um exército para resgatar Jerusalém. O embaixador ficou encantado com Paris. A universidade, então no apogeu de sua glória medieval, causou-lhe impressão particularmente viva. O próprio rei ciceroneou-o pela Sainte-Chapelle, mostrando-lhe as relíquias sagradas que S. Luís trouxera de Constantinopla. Ao deixar a cidade, o monarca nomeou um embaixador, Goberto de Helleville, que o acompanharia à corte do ilcã e combinaria outros detalhes da aliança.

Seu próximo anfitrião seria Eduardo I da Inglaterra, que se encontrava então em Bordéus, a capital de sua possessão francesa. Nele, que lutara no Oriente e havia muito advogava uma aliança com os mongóis, o embaixador do ilcã encontrou uma resposta inteligente e prática às suas propostas. O rei pareceu-lhe o mais hábil estadista que conheceu no Ocidente; e Rabban Sauma ficou particularmente lisonjeado com o convite para celebrar a missa perante a corte inglesa. No momento de marcar datas, porém, Eduardo prevaricou. Nem ele nem Filipe da França poderiam dizer quando exatamente estariam prontos para lançar a Cruzada. Rabban Sauma voltou para Roma um tanto preocupado. Detendo-se em Gênova para passar o Natal, por acaso encontrou-se com o Cardeal-Legado João de Tusculum, e revelou-lhe seus receios. Os mamelucos preparavam-se naquele exato momento para dar cabo dos derradeiros Estados cristãos na Síria, e ninguém no Ocidente levava o perigo a sério.

Em fevereiro de 1288, Nicolau IV foi eleito papa, e uma de suas primeiras providências foi receber o embaixador mongol. Suas relações pessoais foram excelentes. Rabban Sauma dirigiu-se ao papa chamando-o de Primeiro Bispo da Cristandade, e Nicolau enviou sua bênção ao católico nestoriano, reconhecendo-o como patriarca do Oriente. Durante a Semana Santa, o embaixador celebrou a missa perante todos os cardeais, e recebeu a comunhão das mãos do próprio pontífice. Deixou Roma, em companhia de Goberto de Helleville, no final da primavera de 1288, carregado de presentes e muitas relíquias preciosas para o ilcã e o católico, além de levar cartas para

ambos, para duas princesas cristãs da corte e para o bispo jacobita de Tabriz, Dênis. As missivas, entretanto, eram relativamente vagas; o papa não podia prometer uma iniciativa definida em nenhuma data determinada.[1]

Com efeito, como Rabban Sauma percebeu, os monarcas ocidentais já tinham seus próprios problemas. O funesto fantasma de Carlos d'Anjou aliou-se ao velho caráter vingativo do papado para impedir a realização de qualquer cruzada. O papa dera a Sicília aos angevinos; agora que os sicilianos haviam se rebelado contra a casa de Anjou, tanto o pontificado quanto a França viram-se obrigados, por uma questão de prestígio, a baterem-se contra as duas grandes potências marítimas do Mediterrâneo, Gênova e Aragão, pela reconquista da ilha. Enquanto o problema siciliano não fosse solucionado, nem Nicolau nem Filipe poderiam pensar numa cruzada. Eduardo da Inglaterra, reconhecendo o perigo, conseguiu em 1286 arranjar uma trégua entre a França e Aragão; todavia, o acordo foi precário, já que os embates prosseguiram na Itália e no mar. Ademais, Eduardo já tinha seus próprios problemas. Por mais ansioso que estivesse por salvar a Terra Santa, pareceu-lhe mais urgente conquistar o País de Gales e lançar-se à tomada da Escócia. Depois da morte de Alexandre III da Escócia, em 1286, seus olhos voltaram-se para o norte; ele planejava controlar o reino vizinho por intermédio da pessoa de sua herdeira-menina, Margarida, a Donzela da Noruega. O Oriente teria de esperar. Tampouco havia qualquer força na opinião pública que instigasse os monarcas. Como haviam demonstrado as investigações do Papa Gregório X, o espírito cruzado agonizava.[2]

Arghun mal pôde acreditar que os cristãos ocidentais, com todas as suas pias declarações de devoção à Terra Santa, fossem capazes de demonstrar tamanha indiferença ao perigo que a rondava. Recebeu Rabban Sauma de volta com as mais elevadas honras e tratou Goberto de Helleville com cordialidade, mas desejava uma precisão maior do que estava ao alcance deste lhe proporcionar. Logo após a Páscoa de 1289, o ilcã enviou um segundo emissário, um genovês chamado Buscarel de Gisolf, havia muito estabelecido em suas terras, com cartas para o papa e os reis da França e da Inglaterra. A carta destinada a Filipe — escrita no idioma mongol e usando a escrita uigur — sobrevive até hoje. Em nome do Grande Cã Kubilai, Arghun anunciou ao Rei da França que, com a ajuda de Deus, propôs-se a partir para a Síria no último mês de inverno do ano da pantera, ou seja, em janeiro de

---

1 A tradução completa do relato de Rabban Sauma de suas viagens pela Europa encontra-se em Budge, *op. cit.* pp. 164-97.

2 Para uma descrição geral da situação ver Grousset, *Histoire des Croisades*, III, pp. 711-21; ver também Lévis-Mirepoix. *Philippe Le Bel*, pp. 22 ss., para obter mais informações sobre as conseqüências da guerra siciliana para a política geral. Ver ainda atrás, pp. 297 ss.

1291, prevendo chegar a Damasco por volta de meados do primeiro mês da primavera, fevereiro. Se o monarca enviaria auxiliares e se os mongóis capturiam Jerusalém, ficava a seu critério. Caso ele não cooperasse, todavia, a campanha soçobraria. Anexada à missiva há uma nota de Buscarel, escrita em francês, cumprimentando diplomaticamente o soberano francês e acrescentando que Arghun levaria consigo os reis cristãos da Geórgia e vinte ou mesmo trinta mil cavaleiros, além de garantir que os ocidentais disporiam de amplas provisões. Uma epístola similar, hoje perdida, deve ter sido enviada ao Rei Eduardo, para quem o papa agregou uma nota de recomendação e encorajamento. A resposta de Filipe não chegou até nós, mas a de Eduardo ainda pode ser lida. Nela, o inglês parabeniza o cã por sua empresa cristã e cumprimenta-o amigavelmente, mas nada diz com relação a uma data exata nem nada promete. Sugere apenas que o cã remeta-se ao papa — que pouco podia fazer sem a cooperação dos monarcas.[1] Nesse ínterim, outro franco, cujo nome é desconhecido, publicou um tratado demonstrando como seria fácil desembarcar uma força de ocidentais em Ayas, na Armênia, cujo rei ficaria mais que feliz em ajudar, dali reunindo-se aos mongóis. Ninguém lhe deu ouvidos.[2]

A despeito das respostas desanimadoras com que Buscarel voltou, Arghun tornou a enviá-lo, dessa vez acompanhado de dois mongóis cristãos, André Zagan e Sahadin. Foram primeiro a Roma, onde o Papa Nicolau recebeu-os, dirigindo-se em seguida ao Rei da Inglaterra, munidos de cartas urgentes do papa, que ao que parece considerou-o um cruzado mais provável que o Rei Filipe. Alcançaram-no no começo de 1291; a Donzela da Noruega falecera no ano anterior, todavia, e Eduardo estava absorto nos problemas escoceses. Os emissários retornaram desolados a Roma, onde passaram todo o verão. Àquela altura, já era tarde demais. O destino de Outremer já fora selado, e o ilcã Arghun estava morto.[3] Caso o Ocidente tivesse firmado a aliança com os mongóis, implementando-a honestamente, é quase certo que a existência de Outremer teria sido prolongada. Os mamelucos teriam sofrido graves prejuízos, se não fossem dizimados, e o canato da Pérsia teria sobrevivido como uma potência amiga dos cristãos e do Ocidente. Da maneira como tudo se passou, entretanto, o império mameluco sobreviveu por quase três séculos, e, quatro anos após a morte de Arghun, os mongóis da Pérsia bandearam-se para o lado muçulmano. Não só a causa dos francos de Outremer foi perdida em virtude da negligência ocidental, mas também a

1 Chabot, *op. cit.* pp. 593-4, 604-16, fornece os textos das cartas.
2 Kohler, "Deux Projets de Croisade en Terre Sainte", texto e introdução, *Mélanges pour Servir a l'Histoire de l'Orient Latin*, pp. 516 ss.
3 Chabot, *op. cit.* pp. 617-19.

das miseráveis congregações da cristandade oriental. Tal negligência foi decorrência basicamente da guerra siciliana, por sua vez fruto da acrimônia pontifícia e do imperialismo francês.

Nesse meio tempo, Outremer dava a impressão de uma irresponsabilidade ainda mais desvairada. Mal o Rei Henrique voltou para Chipre depois das festividades em Acre, a guerra aberta entre pisanos e genoveses irrompeu no litoral sírio. Na primavera de 1287, os genoveses enviaram uma esquadra, sob o comando de seus almirantes Tomás Spinola e Orlando Ascheri, ao Levante. Enquanto Spinola visitava Alexandria a fim de granjear a neutralidade amistosa do sultão, Ascheri percorria a costa síria, pondo a pique ou capturando todos os navios que julgasse pertencer a pisanos ou francos de origem pisana. Só a intervenção dos templários impediu que os marinheiros capturados fossem vendidos como escravos. Ascheri retirou-se então para Tiro, para planejar um ataque ao porto do Acre. Os venezianos, com sua frota local, uniram forças aos pisanos a fim de resguardarem o porto, mas Ascheri obteve uma vitória diante do molhe em 31 de maio de 1287, conquanto não conseguisse penetrar no porto. Quando Spinola chegou de Alexandria, os genoveses lograram bloquear o litoral inteiro. Os grão-mestres do Templo e do Hospital, junto com representantes da nobreza local, por fim persuadiram-nos a voltar para Tiro e permitir o livre trânsito dos navios.[1]

Houve um porto marítimo poupado no conflito, já tendo encontrado destino pior. Havia algum tempo os mercadores de Alepo queixavam-se ao sultão do inconveniente de terem de enviar seus produtos para o porto cristão de Latáquia, última remanescente do Principado de Antióquia. A oportunidade de Qalawun chegou na primavera. Um terremoto em 22 de março causou graves danos aos muros da cidade. Alegando que Latáquia, como parte do antigo principado, não estava incluída na trégua com Trípoli, ele enviou seu emir, Husam ad-Din Turantai, para assumir seu controle. A cidade caiu-lhe facilmente nas mãos, mas os defensores retiraram-se para um forte na entrada do porto, ligado à terra por uma estrada elevada. Turantai alargou-a e logo induziu a guarnição a render-se, em 20 de abril. Não houve menção de socorrê-la.[2]

Seu antigo senhor, Boemundo VII, não sobreviveu por muito tempo à sua perda. Morreu em 19 de outubro de 1287, sem deixar filhos. Sua herdeira era sua irmã Lúcia, que desposara o ex-almirante de Carlos d'Anjou, Narjot de Toucy, e agora vivia na Apúlia. Os nobres e cidadãos de Trípoli não tinham o menor desejo de chamar ao Oriente uma princesa praticamente

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 220-30; *Annales Januenses*, p. 317.
2 *Gestes des Chiprois*, p. 230; Abu'l Feda, p. 162; Maqrisi em Reinaud, *op. cit.* pp. 561-2.

desconhecida, associada aos desacreditados angevinos. Em vez disso, ofereceram o condado à princesa-viúva, Sibila da Armênia. Assim que recebeu a oferta, ela escreveu ao seu velho amigo, o Bispo Bartolomeu de Tortosa, convidando-o para ser seu *bailli*. Sua carta, entretanto, foi interceptada, e os nobres do condado procuraram-na para comunicar-lhe que o bispo era inaceitável. Ela se recusou a ceder; depois de um acesso de fúria, os nobres reuniram-se e reuniram-se com os principais mercadores; juntos, proclamaram o destronamento da dinastia e o estabelecimento de uma comuna, que dali por diante seria a autoridade soberana. Seu prefeito era Bartolomeu Embriaco, cujo pai, Bertrando, fora o feroz inimigo de Boemundo VI e cujo irmão, Guilherme, fora condenado a uma morte cruel, junto com seu primo, o senhor de Jebail, por Boemundo VII.

A princesa-viúva retirou-se com o irmão para a Armênia. No início de 1288, porém, Lúcia chegou a Acre com o marido, tencionando ir a Trípoli para assumir sua herança. Foi bem recebida pelos hospitalários, velhos aliados da dinastia, que a escoltaram até Nephin, na fronteira do condado, onde ela emitiu uma proclamação em que asseverava seus direitos. A comuna retorquiu enumerando uma longa lista de injustiças e afrontas perpetradas por seu irmão, seu pai e seu avô, com suas atitudes cruéis e ditatoriais. A dinastia não seria mais tolerada. Em seu lugar, eles se colocariam sob a proteção da República de Gênova — para onde se enviou um mensageiro a fim de informar o doge, que por sua vez despachou imediatamente o almirante Benito Zaccaria, com cinco galeras, para firmar um pacto com a comuna. Nesse ínterim, os grão-mestres das três ordens, junto com o *bailli* dos venezianos em Acre, foram a Trípoli para defender a causa da herdeira — o hospitalário em nome da antiga amizade entre sua ordem e a família, o templário e o teutônico por apoiarem Veneza contra Gênova. Foram informados, porém, de que Lúcia teria de reconhecer a comuna como o governo do condado.

Ao chegar, Zaccaria insistiu num tratado que concedesse aos genoveses um número bem maior de ruas em Trípoli e o direito de indicar um podestade para governar a colônia, garantindo em contrapartida as liberdades e privilégios da comuna. No entanto, os cidadãos de Trípoli começaram a pôr em dúvida o desinteresse da amizade de Gênova. Bartolomeu Embriaco, que assegurara o controle de Jebail casando sua filha Inês com seu jovem primo Pedro, filho de Guy II, cobiçava o condado para si. Enviou uma mensagem ao Cairo para averiguar se poderia contar com o apoio de Qalawun caso se autoproclamasse conde. Desconfiando de suas ambições, a opinião pública de Trípoli deu uma guinada para a causa de Lúcia. Sem informar os genoveses, a comuna escreveu-lhe em Acre, oferecendo-se para aceitá-la caso ela lhe confirmasse a posição. Lúcia teve então a sagacidade de pôr Zaccaria a par

do que acontecera. O almirante, que se encontrava em Ayas firmando um tratado comercial com o rei da Armênia, correu a Acre para entrevistá-la. Ela consentiu em confirmar os privilégios tanto da comuna quanto de Gênova, e nessas condições foi reconhecida como Condessa de Trípoli.[1]

A situação não agradou nem aos venezianos nem a Bartolomeu Embriaco. Este já estava em contato com Qalawun, mas é impossível saber se foi ele ou se foram os venezianos do Acre que enviaram dois francos ao Cairo para pedir que o sultão interviesse. O secretário do grão-mestre do Templo sabia os nomes dos emissários, mas preferiu não revelá-los. Eles avisaram o sultão de que, se Gênova controlasse Trípoli, poderia vir a dominar todo o Levante, e o comércio de Alexandria ficaria à sua mercê.[2]

O sultão ficou encantado com o convite para intervir, pois justificaria a quebra de sua trégua com Trípoli. Em fevereiro de 1289, ele adentrou a Síria com todo o exército egípcio, sem revelar seu objetivo; um de seus emires, porém, Badr ad-Din Bektash al-Fakhri, estava a serviço dos templários e mandou avisar o grão-mestre, Guilherme de Beaujeu, de que era Trípoli o objetivo de Qalawun. Guilherme correu a alertar a cidade e instou-a a unir-se para cuidar de sua defesa. Ninguém acreditou. Guilherme era um notório praticante da intriga política, e suspeitou-se de que ele inventara a história em benefício próprio, na esperança de ser convidado a servir de intermediário. Nada foi feito, e as facções deram prosseguimento às suas querelas até que, no fim de março, o gigantesco hoste do sultão desceu a Buqaia e congregou-se diante das muralhas da cidade.[3]

Só então, por fim, o perigo foi levado a sério. Dentro da cidade, tanto a comuna quanto os nobres concordaram em conferir à Condessa Lúcia a autoridade suprema. Os templários enviaram uma força comandada por seu Marechal, Godofredo de Vendac, e os hospitalários outra, sob seu Marechal Mateus de Clermont. O regimento francês veio de Acre, encabeçado por João de Grailly. Havia quatro galeras genovesas e duas venezianas no porto, além de embarcações de menor porte, algumas delas pisanas. De Chipre, o Rei Henrique enviou seu jovem irmão Amalrico, que acabara de nomear Comissário de Jerusalém, com uma companhia de cavaleiros e quatro galeras. Nesse meio-tempo, boa parte dos cidadãos não-combatentes escapou para Chipre por mar. A Trípoli medieval situava-se no mar, na península baixa em que se localiza o moderno subúrbio de al-Mina. Ficava separada do

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 231-4; Amadi, pp. 217-18; Sanudo, p. 229; *Annales Januenses*, pp. 322-6.
2 *Gestes des Chiprois*, p. 234. Abu'l Muhasin em Reinaud, *op. cit.* p. 561, diz que Bartolomeu alertou Qalawun.
3 *Gestes des Chiprois*, pp. 234-5. Como Al-Fakhri tinha o título de *emirsilah*, o autor das *Gestes* chama-o de Salah. Ver Abu'l Feda, p. 159.

Castelo do Monte Peregrino, que, ao que parece, não se esboçou defender. Embora os cristãos dominassem o mar, porém, a esmagadora superioridade numérica dos muçulmanos e suas grandes máquinas de cerco provaram ser irresistíveis. Quando as Torres do Bispo, na extremidade sudeste dos muros em terra, e do Hospital, entre ela e o mar, caíram por terra diante do bombardeio, os venezianos chegaram à conclusão de que seria impensável insistir na defesa. Carregaram apressadamente seus navios com todos os seus pertences e deixaram o porto. Sua deserção alarmou os genoveses, cujo almirante, Zaccaria, suspeitava de que haviam tentado roubar-lhe alguns dos barcos. Também ele então reuniu seus homens e deixou a cidade, com tudo o que conseguiram levar. Sua partida mergulhou os cristãos em desordem, e naquela mesma manhã, 26 de abril de 1289, o sultão ordenou um assalto geral. Hordas de mamelucos lançaram-se contra a abalada muralha sudeste e penetraram na cidade.

Lá dentro, os cidadãos, tomados pelo pânico, lutavam por alcançar os navios no porto. A Condessa Lúcia, com Amalrico de Chipre e os dois marechais das ordens, partiram em segurança para Chipre. Todavia, o Comandante do Templo, Pedro de Moncada, foi morto, junto com Bartolomeu Embriaco. Todos os homens encontrados pelos muçulmanos foram imediatamente passados à espada, e as mulheres e crianças, escravizadas. Inúmeros refugiados lograram cruzar, em botes a remo, para a pequena ilha de S. Tomé, bem junto ao ponto. A cavalaria mameluca, contudo, atirou-se na água rasa e nadou até lá, onde se seguiram cenas similares de massacre. Quando o historiador Abu'l Feda, de Hama, tentou visitar a ilha alguns dias depois, foi mantido à distância pelo fedor dos cadáveres em putrefação.[1]

Findos o massacre e a pilhagem, Qalawun mandou reduzir Trípoli a pó, para evitar que os francos, com seu predomínio marítimo, tentassem recapturá-la — e determinou que se fundasse uma nova cidade, alguns quilômetros para o interior, aos pés do Monte Peregrino.[2]

As tropas mamelucas seguiram em frente, a fim de ocupar Botrun e Nephin. Não houve a menor tentativa de defesa. Pedro Embriaco, senhor de Jebail, ofereceu sua submissão ao sultão e foi autorizado a manter a cidade, sob severa vigilância, por mais uma década.[3]

A queda de Trípoli foi um choque para os habitantes de Acre — que se haviam convencido, no decorrer dos últimos anos, de que, desde que não fossem agressivos, o sultão não objetaria à permanência das cidades cristãs

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 235-7; Amadi, p. 218; *Annales Januenses, loc. cit.*; Auria, *Annales in M.G.H. Scriptores*, vol. XVIII, p. 324; Maqrisi, *Sultans*, II, i, pp. 101-3; Abu'l Feda, pp. 163-4.

2 *Gestes des Chiprois*, pp. 237-8.

3 Maqrisi, *Sultans*, II, i, pp. 103-4. Sanudo, p. 230. Ver Grousset, *op. cit.* p. 745 n. 3.

ao longo da costa. Ele talvez até atacasse seus castelos, que constituíam uma potencial ameaça; talvez se incomodasse com as ordens militares, cuja finalidade era baterem-se por sua fé, muito embora tanto muçulmanos quanto cristãos utilizassem os templários como banqueiros. Tudo o que os mercadores e comerciantes dos portos marítimos desejavam, porém, era a paz, e os barões de Outremer, tão amantes do luxo, evidentemente não tinham o menor interesse no embaraço de uma cruzada. Acre e seus portos irmãos constituíam uma conveniência comercial para os islâmicos tanto quanto para os cristãos, e seus cidadãos haviam-lhes demonstrado sua boa vontade ao recusarem a aliança com os mongóis. O inesperado ataque a Trípoli mostrou-lhes o quanto estavam equivocados. Não tiveram outra alternativa senão reconhecer que um destino análogo aguardava Acre.

Três dias depois da queda de Trípoli, o Rei Henrique chegou a Acre, onde encontrou um emissário de Qalawun — portador de uma queixa de seu senhor de que Henrique e as ordens militares haviam violado sua trégua com o sultão quando correram em socorro de Trípoli. Henrique replicou que a trégua aplicava-se somente ao reino de Jerusalém. Se Trípoli estava incluída, o sultão não deveria tê-la agredido. A desculpa foi aceita pelos muçulmanos e a trégua, renovada, cobrindo agora os reinos de Jerusalém e Chipre por mais dez anos, dez meses e dez dias. O Rei da Armênia e a Senhora de Tiro apressaram-se em seguir-lhes o exemplo.[1] Não obstante, Henrique agora depositava pouca fé na palavra do sultão. Não podia arriscar-se a apelar para os mongóis, pois Qalawun certamente o consideraria um rompimento da trégua. Antes de voltar para Chipre em setembro, contudo, deixando seu irmão como *bailli* em Acre, ele enviou João de Grailly à Europa, a fim de comunicar aos potentados ocidentais o desespero de sua situação.[2]

Os potentados ocidentais haviam ficado igualmente chocados com o destino de Trípoli. A questão siciliana, todavia, ainda os absorvia a todos, exceto Eduardo da Inglaterra — cujo problema na Escócia estava chegando ao apogeu. O Papa Nicolau IV recebeu João de Grailly com real simpatia, e escreveu com sincero pesar aos monarcas do Ocidente, suplicando-lhes que enviassem socorro. Ele mesmo, porém, imerso como estava na problemática siciliana, nada podia fazer além de redigir cartas e instar seu clero a pregar a cruzada. Os príncipes e senhores aos quais recorreu decidiram, entretanto, esperar por alguma iniciativa do Rei Eduardo. Afinal, ele já havia assumido a Cruz e tinha alguma experiência no Oriente.[3] Eduardo, porém, nada fez.

---

1 *Gestes des Chiprois*, p. 238; Amadi, *loc. cit.* Ver Stevenson, *Crusaders in the East*, p. 351 n. 3.
2 Reinaldo, 1288, p. 43, 1289, p. 72.
3 Röhricht, "Derniers Jours", p. 529. Para mais informações sobre a atitude de Eduardo, ver Powicke, *op. cit.* pp. 729 ss.

A república genovesa, que tanto perdera com o malogro de Trípoli, vingara-se capturando um grande navio mercante egípcio nas águas do sul da Anatólia e assolando o indefeso porto de Tineh, no Delta. Quando Qalawun fechou-lhes Alexandria, porém, trataram de reconciliar-se com o Egito. Quando seus emissários chegaram ao Cairo, encontraram embaixadas dos imperadores grego e germânico aguardando o sultão.[1]

Só no norte da Itália o apelo do sumo pontífice encontrou alguma resposta — e por parte não de algum nobre, mas de uma ralé de camponeses e citadinos desempregados da Lombardia e da Toscana, ávidos por alguma aventura que lhes proporcionasse mérito e salvação — e, provavelmente, algum butim. O papa não ficou exatamente feliz com sua ajuda, mas aceitou-a e colocou-os sob a liderança do Bispo de Trípoli, que fora refugiar-se em Roma. Esperava que, sob a mão pesada de um prelado que conhecia bem o Oriente, eles não cometeriam asneiras. Os venezianos, que não haviam absolutamente lamentado ver Gênova perder sua base em Trípoli mas acalentavam sentimentos muito diferentes em relação a Acre, onde detinham a hegemonia comercial, forneceram vinte galeras, comandadas pelo filho do doge, Nicolau Tiepolo — auxiliado, a pedido do pontífice, por João de Grailly e Roux de Sully. Cada um dos três recebeu mil peças de ouro do tesouro papal. Entretanto, faltava munição. Durante a viagem, juntaram-se à frota cinco galeras enviadas pelo Rei Jaime de Aragão — que, apesar de estar em guerra com o papado e Veneza, estava ansioso por ajudar.[2]

A trégua entre o Rei Henrique e o sultão havia restaurado alguma confiança em Acre. O comércio foi retomado. No verão de 1290, os mercadores de Damasco voltaram a enviar suas caravanas para a costa. A safra da Galiléia naquele ano foi boa, e os camponeses islâmicos lotaram os mercados de Acre com seus produtos. A cidade nunca vira tamanho vigor e atividade. Em agosto, em meio a toda essa prosperidade, chegaram os cruzados italianos. Desde o momento do desembarque, provaram ser um estorvo para as autoridades: eram desordeiros, bêbados e devassos. Seus comandantes, na impossibilidade de pagarem-nos de maneira regular, não tinham como controlá-los. Como pensavam ter vindo para combater os infiéis, puseram-se a atacar os pacíficos mercadores e camponeses muçulmanos. Certo dia, no fim de agosto, estourou uma revolta. Segundo alguns, tudo começou numa roda de bebida composta com participantes cristãos e muçulmanos; outros diziam que um mercador islâmico seduzira uma dama cristã, cujo marido reuniu os vizinhos para se vingarem. De repente, o populacho cruzado saiu cor-

1 Heyd, *op. cit.* I, pp. 416-18.
2 *Gestes des Chiprois*, p. 238; Dandolo, p. 402; Sanudo, p. 229; Amadi, pp. 218-19.

rendo pelas ruas em direção aos subúrbios, matando todos os muçulmanos que encontrava pelo caminho — e, como convencionou-se que todos os homens de barba deviam ser muçulmanos, muitos cristãos locais tiveram a mesma sorte. Os barões da cidade e cavaleiros das ordens ficaram horrorizados, mas tudo o que puderam fazer foi salvar alguns dos muçulmanos, abrigando-os na segurança do castelo, e prender alguns dos líderes mais evidentes do movimento.[1]

Não demorou muito para que a notícia do massacre chegasse aos ouvidos do sultão. Sua fúria foi perfeitamente justificável, e ele resolveu que chegara o momento de erradicar os francos do território sírio. O governo de Acre apressou-se a enviar-lhe suas desculpas e explicações, mas seus emissários enviados ao Acre insistiram em que os culpados pelo ultraje lhe fossem entregues para serem punidos. O Comissário Amalrico convocou um conselho, no qual o Grão-mestre do Templo ergueu-se para recomendar que todos os criminosos cristãos então nas prisões de Acre fossem entregues aos representantes do sultão como os perpetradores do crime. A opinião pública jamais consentiria no envio de cristãos para a morte certa nas mãos dos infiéis. Os embaixadores do sultão não receberam a menor satisfação — pelo contrário, houve uma seca tentativa de provar que alguns dos mercadores islâmicos haviam sido de fato os responsáveis pela deflagração do tumulto e de atribuir-lhes a culpa pelo ocorrido.[2]

A resposta de Qalawun foi pegar em armas. Um debate entre seus juristas tranqüilizou-o quanto ao seu direito legal de romper a trégua. Manteve seus planos em segredo; enquanto o exército egípcio era mobilizado, as tropas sírias, sob Rukn ad-Din Toqsu, Governador de Damasco, recebeu ordens para deslocar-se para o litoral palestino, perto de Cesaréia, e preparar suas máquinas de cerco. Oficialmente, o destino da expedição seria a África.[3] Mais uma vez, porém, o emir al-Fakhri alertou Guilherme de Beaujeu e os templários quanto às verdadeiras intenções do sultão. Guilherme transmitiu o aviso, mas, como em Trípoli, ninguém quis lhe dar ouvidos. Ele então enviou um emissário ao Cairo por conta própria. Qalawun ofereceu-se para poupar a cidade em troca de tantos sequins venezianos quantos fossem seus habitantes. Quando, porém, Guilherme apresentou a proposta à Suprema Corte, e esta a rejeitou com desdém, Guilherme foi acusado de traição e insultado pela multidão ao deixar a sala.[4]

---

1 *Gestes des Chiprois, loc. cit.*; Amadi, p. 219; Florio Bustron, p. 118; Maqrisi, *Sultans*, II, i, p. 109.
2 *Gestes des Chiprois*, pp. 239-40; Amadi, loc. cit.
3 *Gestes des Chiprois*, p. 240; Maqrisi, *Sultans*, II, i, p. 109; Muhi ad-Din, em Reynaud, *op. cit.* pp. 567-8.
4 *Gestes des Chiprois, loc. cit.*; Ludolfo de Suchem (trad. Stewart), *P.P.T.S.* vol. XII, p. 56.

A complacência do povo de Acre alcançou o auge no fim do ano, quando chegou do Cairo a notícia do falecimento de Qalawun. Ele desistira de todas as tentativas de disfarçar suas intenções de investir contra Acre. Numa carta ao rei da Armênia, falou sobre seu próprio voto de não deixar um só cristão vivo na cidade. Em 4 de novembro de 1290, Qalawun deixou o Cairo à frente de seu exército. Mal se pusera a caminho, contudo, caiu doente. Seis dias mais tarde, morreu em Marjat at-Tin, a apenas oito quilômetros de sua capital. No leito de morte, fez seu filho, al-Ashraf Khalil, jurar que daria continuidade à campanha. Ele fora um grande sultão, tão incansável e implacável quanto Baibars, mas dotado de um maior senso de lealdade e honra.[1]

Ao contrário de Baibars, Qalawun deixou um filho digno para sucedê-lo. Seu desaparecimento foi seguido pelo complô palaciano de sempre, mas al-Ashraf não foi pego desprevenido. Conseguiu prender o líder do conluio, o emir Turuntai, e assim consolidar-se firmemente no trono. O ano estava agora demasiado adiantado para uma ofensiva contra Acre. A campanha foi adiada para a primavera.[2]

O governo de Acre aproveitou a trégua para enviar mais uma embaixada ao Cairo, encabeçada por um notável, Filipe Mainboeuf, grande especialista em árabe. Foi acompanhado de um cavaleiro templário, Bartolomeu Pizan, um hospitalário e um secretário, chamado Jorge. O novo sultão recusou-se a recebê-los. Foram atirados à prisão, onde não sobreviveram muito tempo.[3]

O exército muçulmano pôs-se em movimento em março de 1291. Os preparativos de al-Ashraf foram minuciosos e completos. Reuniram-se máquinas de assédio provenientes de todos os cantos de seus domínios. Os homens partiram de Hama tão carregados que levaram um mês para empreenderem a travessia úmida e lamacenta do Krak — onde pararam para pegar uma gigantesca catapulta, conhecida como Vitoriosa — até Acre. Quase uma centena de outras máquinas fora construída em Damasco e no Egito. Havia uma segunda grande catapulta, chamada de Furiosa, e outras balistas mais leves, de um modelo particularmente eficiente, conhecidas como Bois Negros. Em 6 de março, al-Ashraf saiu do Cairo rumo a Damasco, onde deixou seu harém. No dia 5 de abril, assomou diante de Acre com as suas vastas hostes. Falava-se em 60 mil cavalarianos e 160 mil peões. Por mais exagerados que fossem esses números, sua tropa superava de longe as forças que os cristãos poderiam reunir.[4]

---

1 Maqrisi, *Sultans*, II, i, pp. 110-12; Abu'l Feda, p. 163; *Gestes des Chiprois*, pp. 240-1; Amadi, p. 219.
2 Abu'l Feda, *loc. cit.*; *Gestes des Chiprois*, p. 241.
3 *Gestes des Chiprois*, pp. 241-3; Maqrisi, *Sultans*, II, i, p. 120.
4 Al-Jazari (ed. Sauvaget), pp. 4-5; Maqrisi, *loc. cit.*; Abu'l Feda, p. 163.

A notícia dos preparativos do sultão haviam por fim levado a população de Acre a dar-se conta do perigo que corria. Apelos urgentes foram enviados à Europa durante todo o inverno, mas com pouquíssimos resultados. Alguns cavaleiros isolados haviam chegado durante o outono anterior. Entre eles figurava o suíço Oto de Grandson, com alguns ingleses enviados por Eduardo I. O Templo e o Hospital reuniram todos os homens de que dispunham. O grão-mestre da Ordem Teutônica, Burchardo de Schwanden, causou má impressão ao decidir renunciar naquele exato momento; não obstante, seu sucessor, Conrado de Feuchtwangen, convocou seus companheiros da Europa. Henrique de Chipre enviou tropas cipriotas e seu irmão, Amalrico, para comandar a defesa, e prometeu seguir em pessoa com reforços. Todos os cidadãos capazes de Acre foram arregimentados para desempenharem seu papel.[1] Ainda assim, o contingente cristão era muito reduzido. A população civil inteira de Acre totalizava trinta ou quarenta mil almas. Pior, havia menos de mil cavaleiros ou sargentos montados e cerca de quatorze mil peões, incluindo-se aí os peregrinos italianos. As fortificações da cidade encontravam-se em bom estado, tendo sido recentemente reforçadas por determinação do Rei Henrique; havia agora uma fileira dupla de muralhas a proteger a península onde se erguia a cidade e seu subúrbio norte, Montmusart, além de um muro simples que o separava de Acre. O castelo situava-se nesta última barreira, perto de seu ponto de encontro com a muralha dupla. Havia doze torres, dispostas a intervalos regulares ao longo tanto do muro externo quanto do interno. Muitas haviam sido erigidas à custa do financiamento de peregrinos ilustres, tal como a Torre dos Ingleses, construída por Eduardo I, e a Torre da Condessa de Blois, a seu lado. No ângulo onde a muralha que corria para o norte, proveniente da Baía de Acre, guinava para oeste, rumo ao mar, havia, no muro exterior, uma grande torre recém-reconstruída pelo Rei Henrique II, diante da Torre Maldita no muro interno. Em frente à Torre do Rei Henrique erguia-se uma barbacã construída pelo Rei Hugo.[2] Esse ângulo como um todo era considerado a parte mais vulnerável da defesa. Foi portanto confiada às tropas do próprio rei, lideradas por seu irmão Amalrico. À sua direita colocaram-se os cavaleiros franceses e ingleses, sob João de Grailly e Oto de Grandson, e depois as tropas de venezianos e pisanos e da Comuna de Acre. À sua esquerda, cobrindo os muros de Montmusart, vinham primeiro os hospitalários, seguidos pelos templários, comandados

1 *Gestes des Chiprois*, p. 241. Ver também Röhricht, *Geschichte*, pp. 1008 ss.

2 Ver atrás, p. 32, e mapa na p. 362. Ver também Rey, *Colonies Franques*, pp. 451 ss. Alice da Bretanha, Condessa-Viúva de Blois, estivera em Acre em 1287 e lá morrera (*Annales de Terre Sainte*, pp. 459-60; Sanudo, p. 229).

por seus respectivos grão-mestres. Os cavaleiros teutônicos complementavam os regimentos reais junto à Torre Maldita. Do lado islâmico, o exército de Hama, com o qual o historiador Abu'l Feda encontrava-se presente em pessoa, estava estacionado junto ao mar, confrontando os templários; a tropa de Damasco defrontava com os hospitalários e a egípcia estendia-se desde o fim da muralha de Montmusart até a Baía de Acre. A tenda do sultão fora armada não muito longe da costa, diante da Torre do Legado.[1]

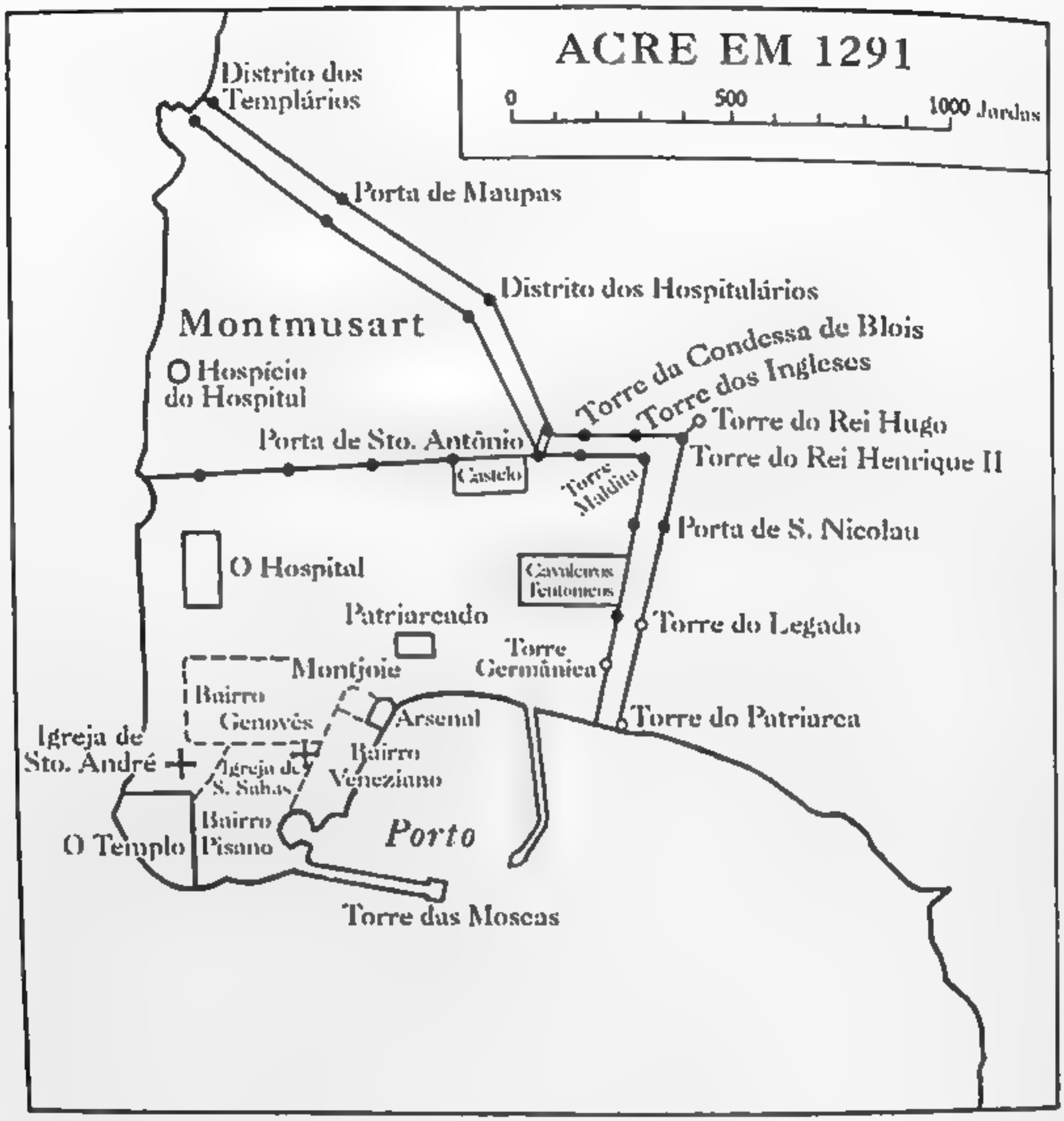
Mais tarde, quando tudo estava terminado e perdido, a raiva e o pesar deram origem a recriminações. Os cronistas cristãos foram pródigos em desferir acusações de covardia contra a guarnição.[2] Na verdade, porém, nesse momento supremo de seu destino, os defensores de Outremer demonstraram uma coragem e lealdade que fora tristemente inexistente nos últimos anos. É possível que, quando navios carregados de mulheres, velhos e crianças foram despachados para Chipre no início do cerco, alguns homens em idade de lutar tenham fugido com eles. É possível que alguns dos mercadores italianos tenham dado mostras de uma ansiedade egoísta com relação às suas próprias propriedades. Gênova, com efeito, não tomou parte no embate. Tendo sido praticamente excluída de Acre pelos venezianos, firmara seu próprio pacto com o sultão. Venezianos e pisanos, todavia, lutaram com bravura. Estes últimos foram responsáveis pela construção de uma grande catapulta, a mais eficaz de todas as máquinas dos cristãos.

O assédio teve início em 6 de abril. Dia após dia as catapultas e balistas do sultão despejaram suas pedras ou recipientes de cerâmica cheios de uma mistura explosiva sobre os muros ou diretamente na cidade e os arqueiros disparavam nuvens de flechas contra as galerias e plataformas das torres, enquanto seus engenheiros preparavam-se para solapar as defesas mais cruciais. Dizia-se que os mamelucos contavam com mil engenheiros para ocu-

---

1 Abu'l Feda, p. 164; *Gestes des Chiprois*, p. 243.

2 As principais crônicas francas a tratar da queda de Acre são: (1) *Gestes des Chiprois*, escritas pelo assim intitulado "templário de Tiro", que era secretário do grão-mestre da ordem. Foi testemunha ocular do ocorrido e, conquanto admirasse o líder templário, não pertencia pessoalmente à ordem; de modo geral, fez julgamentos bastante justos (ver adiante, p. 418). (2) Marino Sanudo, o presbítero, que não estava presente e baseou seu relato nas *Gestes*. (3) *De Excidio Urbis Acconis* (em Martene e Durand, *Amplissima Collectio*, vol. V), obra anônima cujo autor, apesar de contemporâneo, não foi testemunha ocular, e é absolutamente pródigo em suas acusações de covardia e traição. (4) Tadeu de Nápoles, *Hystoria de Desolacione Civitatis Acconensis* (ed. Riant), mostra-se quase igualmente abusivo. O relato de um monge grego, Arsênio (citado por Bartolomeu de Neocastro, ed. Paladino, em Muratori, *Rerum Italicarum Scriptores*, nova edição, XIII, iii, p. 132), acusa os francos de devassidão e inatividade, embora não de covardia. Quase todas as fontes referem-se em termos positivos ao Rei Henrique.



Mapa 5. Acre em 1291.

parem-se de cada torre. Os cristãos ainda comandavam os mares, e as provisões chegavam regularmente de Chipre; entretanto, faltavam armamentos, e eles começaram a dar-se conta de que o número de soldados era insuficiente para guarnecer adequadamente os muros contra a esmagadora superioridade do inimigo. Não obstante, não se falava em desistir. Um dos navios foi munido de uma catapulta que causou enormes danos ao acampamento do sultão. Na noite de 15 de abril, com a lua brilhando no céu, os templários, auxiliados por Oto de Grandson, fizeram uma incursão no coração do acampamento dos homens de Hama. Os muçulmanos foram pegos de surpresa, mas muitos templários tropeçaram nas cordas das tendas na meia-luz, caíram e foram capturados, ao passo que os demais foram rechaçados com pesadas perdas. Outra incursão, levada a cabo pelos hospitalários algumas noites

depois, foi um completo fracasso, já que os muçulmanos acenderam imediatamente suas tochas e fogueiras. Depois desse segundo malogro, decidiu-se que as incursões tinham um custo demasiado elevado em termos de efetivo. Todavia, o abandono de iniciativas ofensivas causaram considerável prejuízo ao moral cristão. O sentimento de desesperança disseminou-se em seu meio. O tempo favorecia os muçulmanos.

Em 4 de maio, quase um mês depois do início do cerco, o Rei Henrique chegou de Chipre com as tropas que conseguira arregimentar — cem cavalarianos e dois mil peões, em quarenta navios — e o Arcebispo de Nicósia, João Turco de Ancona. Fora provavelmente em virtude de problemas de saúde que ele não viera antes. Foi recebido com júbilo; assim que desembarcou, assumiu o comando e insuflou um vigor renovado na defesa. Logo ficou evidente, no entanto, que esses reforços seriam insuficientes para fazer qualquer diferença no resultado final.

Numa derradeira tentativa de restaurar a paz, o monarca enviou dois cavaleiros, os templários Guilherme de Cafran e Guilherme de Villiers, até o sultão para indagar-lhe por que ele rompera a trégua e prometer compensá-lo por eventuais afrontas cometidas. Al-Ashraf recebeu-os do lado de fora de sua tenda, mas, antes que pudessem transmitir-lhe sua mensagem, perguntou-lhes laconicamente se ali estavam para entregar-lhe as chaves da cidade. Diante da negativa dos cristãos, ele retorquiu que era apenas o lugar que desejava; não lhe interessava o destino de seus habitantes — e, como tributo à coragem do rei por ter vindo lutar sendo tão jovem e enfermo, pouparia suas vidas caso capitulassem. Os emissários mal haviam replicado que seriam considerados traidores se prometessem a rendição quando uma catapulta dos defensores atirou uma pedra junto ao grupo. Al-Ashraf, enfurecido, desembainhou a espada para dar cabo dos embaixadores mas foi contido pelo emir Shujai, que lhe rogou que não a maculasse com o sangue de porcos. Os cavaleiros foram autorizados a retornarem para junto de seu soberano.

Os engenheiros mamelucos já haviam começado a minar as torres. Em 8 de maio, os homens do rei chegaram à conclusão de que a defesa da barbacã do Rei Hugo tornara-se inviável; incendiaram-na e deixaram-na desabar. No decorrer da semana seguinte, as Torres dos Ingleses e da Condessa de Blois foram solapadas, e as muralhas junto à Porta de Sto. Antônio e à Torre de S. Nicolau começaram a ruir. A nova torre de Henrique II resistiu até 15 de maio, quando parte de seu muro externo caiu por terra. Na manhã seguinte, os mamelucos penetraram à força pelas ruínas, forçando os defensores a recuarem para a linha interna de muralhas. Naquele mesmo dia, lançou-se uma ofensiva concentrada contra a Porta de Sto. Antônio, e só a fidal-

guia dos templários e hospitalários impediu o inimigo de adentrar a cidade. O Marechal do Hospital, Mateus de Clermont, destacou-se por sua bravura.

No decorrer do dia seguinte, os muçulmanos reforçaram seu domínio da linha externa de defesa, e o sultão marcou o assalto geral para a manhã de sexta-feira, 18 de maio. O ataque foi lançado contra toda a extensão dos muros, da Porta de Sto. Antônio até a Torre do Patriarca, junto à baía, mas o maior esforço islâmico concentrou-se contra a Torre Maldita, no ângulo da saliência. O sultão valeu-se de todos os seus recursos na batalha. Suas balistas sustentaram um bombardeio incessante; as flechas de seus arqueiros choveram quase que numa massa sólida sobre a cidade; e os regimentos investiram contra as defesas um depois do outro, liderados por emires de turbantes brancos. O barulho era estarrecedor. Os assaltantes davam seus gritos de guerra, e as trombetas e címbalos e a percussão de trezentos tambores montados em camelos instigavam-nos a avançar.

Não demorou muito para que os mamelucos conseguissem forçar a entrada na Torre Maldita. Os cavaleiros sírios e cipriotas que compunham sua guarnição foram obrigados a recuar para oeste, na direção da Porta de Sto. Antônio — onde os templários e hospitalários correram em seu auxílio, lutando lado a lado como se os dois séculos de rivalidade entre eles nunca tivessem existido. Mateus de Clermont tentou desesperadamente conduzir um contra-ataque para recuperar a torre, mas, apesar de os dois grão-mestres o seguirem, não lograram causar o menor impacto. Ao longo da face leste dos muros da cidade, João de Grailly e Oto de Grandson resistiram durante algumas horas, mas, depois da queda da Torre Maldita, o inimigo conseguiu transpor as muralhas arruinadas e apoderar-se da Porta de S. Nicolau. A saliência foi perdida, e os muçulmanos instalaram-se com segurança na cidade.

A luta nas ruas foi feroz, mas nada se podia fazer para salvar o Acre. Guilherme de Beaujeu, grão-mestre do Templo, foi mortalmente ferido no infrutífero ataque contra a Torre Maldita. Seus seguidores carregaram-no para o edifício do Templo, onde ele sucumbiu. Mateus de Clermont estava com ele, mas voltou para a batalha e para a morte. O grão-mestre do Hospital, João de Villiers, foi atingido, mas seus homens o levaram para o porto e o embarcaram num navio, sob seus protestos. O jovem rei e seu irmão Amalrico já haviam embarcado. O Rei Henrique seria posteriormente acusado de covardia por ter abandonado a cidade; contudo, não havia nada que ele pudesse fazer e era seu dever, perante o reino, evitar a captura. No setor leste, João de Grailly foi ferido, mas Oto de Grandson assumiu o controle. Recrutando todos os navios venezianos que encontrou, embarcou João de Grailly e todos os soldados que conseguiu resgatar, sendo ele mesmo o último a juntar-se a eles. Imperava uma balbúrdia absurda no cais. Soldados

e civis, mulheres e crianças entre eles, acotovelavam-se em barcos a remo na tentativa de alcançar as galeras ancoradas no porto. O idoso patriarca, Nicolau de Hanape, que fora levemente ferido, foi embarcado por seus servos fiéis num pequeno esquife — mas, por caridade, deixou que tantos refugiados subissem a bordo que a embarcação afundou com o peso e todos se afogaram. Alguns homens tiveram a presença de espírito de seqüestrar um barco e cobrar tarifas exorbitantes dos mercadores e damas desesperados que se apinhavam no porto. O aventureiro catalão Rogério Flor, que lutara bravamente como templário durante o cerco, apoderou-se de uma galera da ordem e angariou as bases de sua grande fortuna no dinheiro que extorquiu das damas de Acre.[1]

As embarcações eram pouquíssimas para acolher os fugitivos. Os soldados islâmicos não tardaram a penetrar em cheio na cidade, assassinando todos — velhos, mulheres e crianças inclusive. Alguns cidadãos mais afortunados que permaneceram em suas casas foram levados vivos e vendidos como escravos, mas não muitos foram poupados. Ninguém podia precisar o número dos que pereceram. As ordens e as grandes casas mercantis subseqüentemente tentariam elaborar listas com os nomes dos sobreviventes, mas o destino da maioria de seus membros era desconhecido. Mais tarde, viajantes que fossem ao Oriente diriam ter visto templários renegados vivendo, esquálidos, no Cairo; mencionariam também outros templários trabalhando como lenhadores junto ao Mar Morto. Alguns prisioneiros foram libertados e voltaram à Europa ao cabo de nove ou dez anos de cativeiro. Dizia-se que os escravos que haviam sido cavaleiros e seus descendentes eram tratados com um certo respeito por seus senhores. Muitas mulheres e crianças desapareceram para sempre nos haréns dos emires mamelucos. A abundância era tanta que o preço das moças caiu para uma dracma cada nos mercados de escravos de Damasco. Não obstante, o número de cristãos mortos era ainda maior.[2]

Na noite de 8 de maio, todo o Acre estava nas mãos do sultão, exceto pelo grande prédio dos templários, que se projetava sobre o mar no extremo sudoeste da cidade. Os templários sobreviventes lá se haviam refugiado,

---

1 Esse relato foi extraído das *Gestes des Chiprois*, pp. 43-54; Sanudo, pp. 230-1; Amadi, pp. 220-5; *De Excidio*, cols. 760-82; Tadeu, pp. 18-23; Ludolfo de Suchem (*P.P.T.S.* pp. 54-61); al-Jazari, p. 5; Maqrisi, *Sultans*, II, i, pp. 125-6; Abu'l Feda, pp. 164-5; Abu'l Muhasin em Reinaud, *op. cit.* pp. 569-72. Há uma narrativa pitoresca (infelizmente desprovida de referências) em Schlumberger, *Byzance et Croisades*, pp. 207-79. Muntaner, *Cronica* (ed. Coroleu), p. 378, refere-se à conduta de Rogério de Flor.

2 *Gestes de Chiprois*, pp. 254-5; Maqrisi, *op. cit.* p. 126; carta de Sultan al-Ashruf para Hethoum da Armênia em Bartolomeu Cotton, p. 221. Ver Röhricht, *Geschichte*, p. 1021 n. 3.

junto com um grupo de cidadãos de ambos os sexos, e, durante vários dias, suas imensas paredes fizeram frente ao inimigo. Os navios que haviam desembarcado refugiados em Chipre voltaram para ajudá-los. Ao fim de quase uma semana, al-Ashraf propôs ao Marechal da Ordem, Pedro de Sevrey, autorizá-lo a embarcar para Chipre com todos os que se encontravam na fortaleza e seus pertences, caso o castelo lhe fosse entregue. Pedro aceitou a oferta, admitindo um emir e cem mamelucos no edifício para supervisionar os preparativos, enquanto a bandeira do sultão era hasteada sobre a torre. Os mamelucos, contudo, estavam refratários e puseram-se a molestar e apoderar-se das mulheres e meninos cristãos. Furiosos, os cavaleiros atiraram-se sobre os muçulmanos e massacraram-nos, desceram a bandeira inimiga e prepararam-se para resistir até a morte. Ao cair da noite, Pedro de Sevrey enviou o tesouro da ordem e seu comandante, Tibaldo Gaudin, com alguns não-combatentes, de barco para o castelo de Sídon. No dia seguinte, al-Ashraf, reconhecendo a força da edificação e a coragem desesperada de seus defensores, voltou a fazer a mesma proposta da véspera. Pedro e alguns companheiros saíram, sob salvo-conduto, para discutir a capitulação. Assim que chegaram à tenda do sultão, contudo, foram presos, amarrados e decapitados imediatamente. A guarnição, que a tudo assistia dos muros, voltou a cerrar o portão e continuou lutando. No entanto, não tinham como impedir os engenheiros muçulmanos de aproximarem-se furtivamente da muralha e escavar-lhe uma grande mina por debaixo, e, em 18 de maio, todo o lado do prédio voltado para a terra começou a ruir. Impaciente, al-Ashraf arremeteu dois mil mamelucos contra a brecha crescente. Seu peso, porém, estava além do que as frágeis fundações eram capazes de suportar; enquanto tentavam penetrar, o edifício inteiro veio abaixo, matando igualmente defensores e assaltantes no grande desabamento.[1]

Assim que se apoderou de Acre, o sultão deu início à sua destruição sistemática. Estava determinado a impedir que ela voltasse algum dia a servir de cabeça-de-ponte para agressões cristãs na Síria. As casas e bazares foram saqueados e incendiados; os prédios das ordens, assim como as torres e castelos fortificados, foram desmantelados; os muros da cidade desintegraram-se. Quando o peregrino germânico Ludolfo de Suchem ali esteve, cerca de quarenta anos depois, havia apenas um punhado de camponeses miseráveis vivendo em meio às ruínas da outrora esplêndida capital de Outremer. Restavam ainda uma ou duas igrejas de pé, que não haviam sido destruídas de todo; entretanto, o batente da porta da Igreja de Sto. André fora retirado

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 255-6; Bartolomeu Cotton, p. 432; Ludolfo de Suchem, *loc. cit.*; Sanudo, p. 231. A história também é contada por Bar-Hebraeus, p. 493 (datada de 1292).

para ornamentar a mesquita construída no Cairo em honra do sultão vitorioso — e, entre as paredes arruinadas da Igreja de S. Domingos, apenas a tumba do dominicano Jordão da Saxônia encontrava-se intacta, já que os muçulmanos, ao invadi-la, haviam se deparado com seu corpo incorrupto.[1]

As cidades francas remanescentes não tardaram a partilhar o mesmo destino de Acre. Em 19 de maio, quando a maior parte da capital franca já caíra em suas mãos, al-Ashraf enviou um grande contingente de tropas a Tiro. Era a cidade mais forte da costa, inexpugnável para o inimigo sem domínio dos mares. No passado, seus muros haviam por duas vezes frustrado o próprio Saladino. Alguns meses antes, a Princesa Margarida, a quem pertencia a cidade, confiara-a a seu sobrinho, irmão do rei, Amalrico. Sua guarnição, contudo, era pequena, e, à aproximação do inimigo, o *bailli* de Amalrico, Adão de Cafran, acovardou-se e partiu para Chipre, abandonando a cidade sem sequer lutar.[2] Em Sídon, os templários resolveram resistir. Tibaldo Gaudin lá estava, com o tesouro da ordem; os cavaleiros sobreviventes haviam-no eleito grão-mestre, ocupando o lugar de Guilherme de Beaujeu. Foram deixados em paz por um mês. Então, assomou um gigantesco exército mameluco, sob o emir Shujai. Sendo muito poucos para manter a cidade, os cavaleiros não tardaram a retirar-se, com muitos dos principais cidadãos, para o Castelo do Mar. Este se erguia sobre uma ilhota rochosa a cerca de cem metros da praia, tendo sido recentemente reforçado. Tibaldo partiu imediatamente para Chipre, a fim de reunir tropas para socorrerem o castelo; uma vez na ilha, porém, ele nada fez, fosse por covardia ou por desespero. Os templários no castelo resistiram bravamente, mas, quando os engenheiros mamelucos começaram a construir uma ponte sobre o braço de mar, perderam as esperanças e subiram a costa até Tortosa. Em 14 de julho, Shujai adentrou o castelo e ordenou sua destruição.[3]

Uma semana depois, Shujai alcançou Beirute. Seus cidadãos esperavam que o tratado firmado entre *Lady* Esquiva e o sultão os protegesse de ataques. Assim sendo, quando o emir conclamou os líderes da guarnição a saírem para lhe prestarem seus respeitos, aquiesceram ansiosamente, mas foram todos feitos prisioneiros. Sem seus chefes, os defensores não tinham condições de resistir, e fugiram em seus navios, levando consigo as relíquias da catedral. Os

---

1 Enlart, *Monuments des Croisés*, II, pp. 9-11; Etienne de Lusignan, *Histoire de Chypre*, fol. 90; Ludolfo de Suchem (*P.P.T.S.* p. 61).

2 *Gestes des Chiprois*, p. 254; Sanudo, *loc. cit.*; al-Jazari, p. 6; Abu'l Feda, p. 164; Maqrisi, *Sultans*, II, i, p. 126. Margarida ainda era Senhora de Tiro em 1289 (*Gestes*, p. 237), embora as *Gestes* (*ibid.*) se refiram a Amalrico como Senhor de Tiro em 1288. Ver Hill, *op. cit.* p. 182 n. 5.

3 *Gestes des Chiprois*, pp. 256-7; *Annales de Terre Sainte*, p. 460; al-Jazari, p. 7; Maqrisi, *Sultans*, II, i, p. 131; Abu'l Feda, *loc. cit.*

mamelucos entraram na cidade em 31 de julho. Seus muros e o castelo dos Ibelins foram demolidos, e a catedral, convertida em mesquita.[1]

Logo em seguida, o sultão ocupou Haifa sem oposição em 30 de julho, e seus homens atearam fogo aos monastérios do Monte Carmelo, assassinando seus monges. Restavam ainda os dois castelos templários de Tortosa e Athlit, mas a guarnição de nenhum dos dois era forte o bastante para fazer frente a um cerco. Tortosa foi evacuada em 3 de agosto e Athlit, no dia 14. Tudo o que restava aos templários, agora, era a fortaleza insular de Ruad, a cerca de três quilômetros da costa, defronte a Tortosa — onde ainda resistiriam por doze anos. A ilha só foi deixada em 1303, quando o futuro da ordem como um todo começou a ser posto em dúvida.[2]

Durante alguns meses, as tropas do sultão percorreram o litoral para cima e para baixo, dilapidando meticulosamente tudo o que pudesse ter alguma serventia para os francos caso algum dia ensaiassem outro desembarque. Pomares foram postos abaixo, desmantelaram-se os sistemas de irrigação. Os únicos castelos a permanecerem de pé foram os localizados longe da costa, como o do Monte Peregrino, em Trípoli, e Marqab, no alto de sua montanha. O litoral estava marcado pela desolação. Os camponeses das outrora ricas fazendas viram seu trabalho destruído e buscaram refúgio nas montanhas. Os de origem franca trataram de misturar-se aos nativos; os cristãos nativos passaram a ser tratados pouco melhor que escravos. A antiga tolerância fácil do Islã se extinguira. Endurecidos pelas longas guerras religiosas, os vencedores perderam toda e qualquer clemência para com os infiéis.[3]

Muitos dos cristãos que escaparam para Chipre não se viram em melhor situação. Durante uma geração inteira, levaram uma vida miserável de refugiados indesejados, pelos quais, com o passar dos anos, a simpatia esgarçou-se. Só serviam para recordar aos cipriotas o terrível desastre — e tudo que os ilhéus menos queriam era lembrar. Por todo o século seguinte, as grandes damas da ilha, ao saírem ao ar livre, envergavam mantos negros que as cobriam dos pés à cabeça. Era sua manifestação de luto pela morte de Outremer.[4]

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 257-8; al-Jazari, *loc. cit.*; Maqrisi, *loc. cit.*; Abu'l Feda, *loc. cit.*
2 *Gestes des Chiprois*, p. 259; *Annales de Terre Sainte*, *loc. cit.*; al-Jazari, p. 8; Maqrisi, *Sultans*, II, i, p. 126; Abu'l Feda, *loc. cit.*
3 Ver adiante, p. 410.
4 Sanudo, p. 232; Cobham, *Excerpta Cypria*, pp. 17-22.

LIVRO V

EPÍLOGO

Capitulo 1

As Últimas Cruzadas

"Os homens esclarecidos dentre o povo darão a compreensão a muitos; mas serão prostrados pela espada e pelo fogo, pelo cativeiro e pela pilhagem." DANIEL 9, 33

Com a queda de Acre e a expulsão dos francos da Síria, o movimento cruzado começou a escapar da esfera da política prática. Depois das reconquistas de Saladino, um século antes, os cristãos ainda retiveram grandes fortalezas no continente — Tiro, Trípoli e Antióquia. Um exército de resgate teria bases a partir de onde operar. Agora, não havia mais base nenhuma. A ilha de Ruad, pequena e sem água, não tinha serventia. Eventuais expedições teriam de ser organizadas e abastecidas do outro lado do mar, de Chipre. O único domínio cristão remanescente era o reino da Armênia, na Cilícia. Entretanto, a viagem da Cilícia para a Síria era penosa, e os armênios não eram inteiramente confiáveis. Se a perda de Jerusalém em 1187 constituíra um terrível choque para a cristandade, tão inesperado fora o colapso do reino, todos sabiam em 1291 que Outremer se estava esfacelando. Seu desaparecimento foi motivo de pesar e indignação, mas não de surpresa. A Europa Ocidental enfrentava agora problemas e conflitos mais graves dentro de casa. Não despontaria uma onda de fervor que impulsionasse seus potentados para o leste, como nos tempos da Terceira Cruzada. Era ainda menos viável lançar uma grande expedição popular como a Primeira Cruzada. Os povos ocidentais desfrutavam de novos confortos e prosperidade; jamais responderiam agora à pregação apocalíptica de um Pedro, o Eremita, com a mesma piedade simples e ignorante de seus antepassados, dois séculos antes. A promessa de indulgências não convencia mais ninguém, e a todos ultrajava o uso da Guerra Santa para finalidades políticas. Tampouco seria possível uma grande expedição militar, com o grande império de Bizâncio reduzido a uma sombra. A notícia do fim de Outremer, por mais aflitiva que fosse, não provocou nenhuma reação violenta.

Só o papa, Nicolau IV, esboçou alguma iniciativa que desse vazão ao seu pesar; todavia, ele não tinha ninguém a quem recorrer. O prestígio do pontificado fora abalado pelo malogro da guerra siciliana. Os reis já não se

preocupavam mais em atender às solicitações papais. O Imperador do Ocidente, cujo poder ecumênico fora dobrado pelos papas, estava totalmente absorto na Alemanha. Caso se manifestasse, seria tão-somente para alguma melancólica expedição na Itália. O Rei Filipe IV da França era habilidoso e ativo, mas, depois de desembaraçar seu reino da guerra siciliana, concentrou suas energias no fortalecimento da autoridade real. Eduardo da Inglaterra estava absorto na Escócia. Ademais, Inglaterra e França estavam entrando no estado de intensa rivalidade que logo engendraria a Guerra dos Cem Anos. O monarca dotado do maior poderio marítimo no Mediterrâneo, Jaime II de Aragão, junto com seu irmão Frederico, que reivindicava o trono siciliano, estava em guerra com o cliente do papa, Carlos II de Nápoles — que, por sua vez, em teoria dispunha-se a apoiar uma cruzada, mas precisava antes expulsar os aragoneses da Sicília. Mais a leste, o imperador bizantino já estava plenamente ocupado em rechaçar os turcos, de um lado, e as novas monarquias balcânicas da Bulgária e da Sérvia, do outro. Pior, os angevinos de Nápoles haviam começado a reclamar os direitos dos imperadores latinos destituídos. Seu patrono, o papa, não podia, portanto, esperar maiores simpatias por parte dos gregos. As cidades mercantis da Itália estavam muito atarefadas adaptando suas políticas às novas circunstâncias para fazerem qualquer promessa que talvez viesse a constrangê-las. Os reis de Chipre e da Armênia eram os mais pessoalmente preocupados com o problema, já que seus respectivos reinos estavam agora na linha de frente e, um ou outro, seriam eles a servir de base para qualquer nova cruzada. No entanto, ansiavam desesperadamente por não provocar o sultão. O Rei da Armênia ainda precisava enfrentar os turcos além dos egípcios, e o Rei de Chipre tinha a questão dos refugiados para resolver. Ademais, as duas casas reais, agora intimamente interligadas por laços matrimoniais, não tardaram a ser perturbadas por querelas familiares e guerras civis. O ilcã da Pérsia continuava sendo um aliado em potencial, mas o Ilcã Arghun sofrera uma atroz decepção com o fracasso de sua tentativa de incitar o Ocidente à ação antes da queda de Acre. Não faria mais nada. Em 1295, logo após a morte de Arghun, o Ilcã Ghazzan adotou o islamismo como a religião estatal do ilcanato, renegando sua fidelidade ao Grande Cã do Oriente. Ghazzan era um bom amigo dos cristãos, pois fora criado pela Despina Khatun, a graciosa esposa do Ilcã Abaga, reverenciado por todo o Oriente; sua conversão, pois, em nada reduziu seu ódio aos egípcios e turcos. Todavia, extinguiram-se as embaixadas mongóis a Roma e a esperança de que a Pérsia se convertesse numa potência cristã. Havia, é verdade, um emissário papal em Pequim, o Irmão João de Monte Corvino;

conquanto o Irmão João desfrutasse da amizade de Kubilai, contudo, o Grande Cã não tinha interesse agora nos problemas do Oriente Próximo.[1]

Restavam ainda as Ordens Militares; haviam sido fundadas para lutar pela cristandade na Terra Santa, e esse continuava sendo seu principal dever. Depois da queda de Acre a Ordem Teutônica abandonou o Oriente, preferindo cuidar de suas possessões no Báltico;[2] templários e hospitalários, porém, instalaram seus quartéis-generais em Chipre — onde, na impossibilidade de cumprirem a missão que lhes cabia, puseram-se a se imiscuir na política local. O papa provavelmente poderia contar com a sua ajuda numa eventual expedição, pois suas vastas propriedades, espalhadas por toda a Europa, despertavam uma inveja que poderia ter resultados perigosos caso não se provasse serem justificadas. Não obstante, o Templo e o Hospital não tinham condições de empreender uma cruzada sozinhos.[3]

O Papa Nicolau não fora capaz de despertar o Ocidente após a queda de Trípoli, e viu-se igualmente impotente depois do desastre ainda maior de Acre. Seus conselheiros não foram de grande valia. Carlos II de Nápoles era favorável à proposta, feita pela primeira vez alguns anos antes, de que, para pôr fim à sua rivalidade, as Ordens Militares fossem amalgamadas. Entretanto, julgava impossível uma iniciativa militar no Oriente no momento. Defendia um bloqueio econômico do Egito e da Síria, que seria fácil de manter e profundamente nocivo para o sultão.[4] Também essa alternativa, porém, era na verdade impraticável, na medida em que nem as cidades mercantis italianas, nem as provençais, nem as aragonesas concordariam em cooperar. Sua receita dependia do comércio oriental, que em sua maior parte passava pelos domínios do sultão. Com efeito, caso o tráfico fosse interrompido, elas não teriam mais como manter suas frotas e os muçulmanos talvez chegassem a dominar o Mar Mediterrâneo. Por uma infelicidade, os principais artigos de exportação com que os cristãos pagavam pelos bens orientais eram armamentos; contudo, valeria a pena privar a Europa dos benefícios de toda essa atividade comercial? A Igreja podia protestar à vontade contra esse nefasto intercâmbio de bens — mas agora os interesses comerciais eram mais poderosos que a Igreja. Nicolau IV faleceu em 1291, frustrado em seus esforços.[5]

---

1 Baluze, *Vitae Paparum Avenionensium* (ed. Mollat), III, p. 150; Atiya, *The Crusade in the Later Middle Ages*, pp. 34-6; Hill, *History of Cyprus*, II, pp. 193 ss.; Browne, *Literary History of Persia*, III, p. 40. Sobre João de Monte Corvino, ver Atiya, *op. cit.* pp. 248-52.

2 O quartel-general teutônico foi transferido para Veneza em 1291, e depois para Marienburg, na Prússia, em 1309. Para obter mais informações sobre a história subseqüente da ordem, ver o capítulo de Boswell *in Cambridge Medieval History*, vol. VII, pp. 248 ss.

3 Ver adiante, pp. 377 ss.

4 Atiya, *op. cit.* pp. 35-6.

5 *Ibid.*, p. 45.

Nenhum de seus sucessores alcançou resultados melhores. Não obstante, apesar da escassez de soldados para uma nova cruzada, o sentimento de que a cristandade fora envergonhada acarretou uma nova onda de propaganda. Seus autores não eram mais pregadores itinerantes, como no passado, mas homens de letras que escreviam livros e panfletos para demonstrar a necessidade de uma expedição santa, para cuja conduta cada autor fazia seus próprios planos. Em 1291, um frade franciscano, Fidenzio de Pádua, a quem o papa diversas vezes no passado empregara em missões diplomáticas e que já viajara muito pelo Oriente, publicou um tratado intitulado *Liber de Recuperatione Terre Saucte*, dedicado a Nicolau IV. Nele se encontra uma erudita história da Terra Santa, além de uma discussão do tipo de exército necessário para sua recuperação e das diversas rotas que essa tropa poderia tomar. Apesar de completo em suas informações e da boa argumentação, o trabalho de Fidenzio partia do princípio de que haveria um exército disponível e que caberia ao comandante a escolha final do trajeto a percorrer.[1] No ano seguinte, em 1292, um certo Tadeu de Nápoles publicou um relato da queda de Acre. Trata-se de uma narrativa vívida, ornamentada com acusações de covardias desferidas indistintamente contra praticamente todos os que lá estavam. O linguajar violento de Tadeu era intencional. Seu objetivo era envergonhar o Ocidente a ponto de provocar o lançamento da cruzada; o livro é concluído com um vasto apelo ao papa, aos príncipes e aos fiéis no sentido de que saíssem em socorro da Terra Santa, a herança dos cristãos.[2]

A obra de Tadeu sem dúvida influenciou o propagandista seguinte, um genovês de nome Galvano de Levanti, médico da corte pontifícia. Seu livro, publicado por volta de 1294 e dedicado ao Rei Filipe IV da França, é um misto de analogias extraídas do jogo de xadrez e exortações místicas, destituído de qualquer sentido prático.[3] Figura muito mais significativa foi o grande pregador espanhol Raimundo Lúlio, nascido em Majorca em 1232 e morto por apedrejamento em Bougie, no norte da África, em 1315. Embora gozasse de maior fama como místico, era ao mesmo tempo um político pragmático. Conhecia bem o árabe e viajara muito pelos países muçulmanos. Por volta de 1295, Lúlio apresentou ao papa um memorando sobre as providências necessárias para combater o Islã, e em 1305 publicou seu *Liber de Fine*, em que elaborava suas idéias e apresentava um programa viável. Tanto os muçulmanos quanto as Igrejas cristãs cismáticas e heréticas deviam ser conquistados até onde possível por pregadores cultos, mas ao mesmo tempo

1 *Ibid.* pp. 36-43. O *Liber* de Fidenzio (ed. por Golubovitch) foi publicado na *Bibliotca Bio-Bibliografica della Terra Sancta*, II, pp. 9 ss.
2 Atiya, *op. cit.* pp. 31-4; a *Hystoria de Desolacione* foi editada por Riant.
3 Atiya, *op. cit.* pp. 71-2.

fazia-se necessária uma expedição armada. Seu líder deveria ser um rei, o Rex Bellator, e todas as Ordens Militares deveriam unir-se sob seu comando numa nova instituição, que seria a espinha dorsal do exército. Sua sugestão era que a cruzada expulsasse os muçulmanos da Espanha, cruzando em seguida para a África e subindo a costa até Túnis, e dali para o Egito. Mais à frente, porém, ele também advogaria uma expedição naval, assinalando que Malta e Rodes, com seus excelentes portos, deveriam ser capturadas e usadas como bases. Mais adiante ainda, ele pareceria preferir que a expedição terrestre tomasse Constantinopla aos gregos e atravessasse a Anatólia. O trabalho é repleto de conselhos concretos acerca da organização do exército e da frota e do fornecimento de provisões e material bélico, bem como de instruções para os pregadores que acompanhariam a tropa. Prolixo, o texto por vezes cai em contradição, mas é obra de um homem de inteligência extraordinária e vasta experiência, conquanto sua atitude com relação aos cristãos orientais evidencie uma desagradável intolerância.[1]

Quando Raimundo Lúlio escreveu, parecia haver de fato uma cruzada em processo de gestação. O Rei Filipe da França anunciara seu desejo de lançar uma expedição, e tanto na Corte Pontifícia quanto em Paris os planos para sua consecução estavam sendo elaborados e estudados. A verdadeira motivação de Filipe — extorquir dinheiro da Igreja mediante esse pretexto admirável — ainda não ficara aparente. Ele recentemente saíra triunfante de sua contenda com o Papa Bonifácio VIII, que descobrira que a técnica utilizada para arruinar os Hohenstaufen era inútil contra as novas monarquias ocidentais. O Papa Clemente V, eleito em 1305, era francês. Instalou-se em Avignon, na fronteira dos domínios do soberano de seu país, e, em meio às suas constantes manifestações de deferência para com o rei, apressou-se em coletar memorandos para a orientação do rei e a sua própria.[2]

O mais interessante desses memorandos era destinado exclusivamente aos olhos de Filipe. Um jurista francês, Pedro Dubois, apresentou-lhe um panfleto do qual metade deveria ser enviada aos príncipes europeus, instando-os a ingressar no movimento sob o rei da França, e fazendo algumas recomendações acerca da rota a ser seguida e dos meios para financiar a expedição. O autor defendia que os templários fossem suprimidos e suas propriedades, anexadas, e se instituíssem penas de morte para o clero; acrescentou ainda algumas observações gerais acerca da conveniência de os sacerdotes receberem autorização para se casarem e de transformar os conventos em escolas para meninas. A segunda metade era composta por recomendações

1 Atiya, *op. cit.* pp. 74-94, discussão abrangente da vida e obra de Lúlio com relação à cruzada.
2 *Ibid.* p. 48.

particulares para o monarca, dizendo-lhe como assegurar o controle da Igreja montando a bancada de cardeais e instando-o a fundar um império no Oriente sob um de seus filhos.[1] Logo em seguida, em 1310, o principal conselheiro diplomático de Filipe, Guilherme Nogaret, remeteu ao papa uma dissertação sobre a cruzada. Suas sugestões estratégicas eram superficiais; a ênfase maior era no aspecto financeiro. A Igreja forneceria todo o financiamento, e a supressão dos templários era o primeiro item do programa.[2] Ao mesmo tempo, o papa solicitava conselhos. O príncipe armênio Hethoum, ou Hayton, de Córico, que se retirara para a França e tornara-se prior de uma abadia premonstratense próxima a Poitiers, foi convidado a enviar sua opinião. Seu livro, intitulado *Flos Historiarum Terre Orientis,* foi publicado em 1307 e imediatamente popularizou-se. Continha um breve sumário da história levantina, além de uma bem informada discussão sobre o estado do império mameluco. Hayton recomendava uma expedição dupla, que viajasse por mar e se baseasse em Chipre e na Armênia, cooperação com os armênios e uma estreita aliança com os mongóis.[3] Pouco depois o diplomata pontifício Guilherme Adão, que viajou por todo o Oriente e subseqüentemente alcançou a Índia, expressou posições similares e acrescentou a sugestão de que os cristãos deveriam manter uma esquadra no Oceano Índico, a fim de interceptar o comércio do Egito com o Oriente. Ele também defendeu que Constantinopla fosse recapturada pelos latinos.[4] Guilherme Durant, Bispo de Mende, enviou um tratado em 1312, recomendando a rota marítima e dando ênfase à composição da expedição, sobretudo no tocante aos seus aspectos morais.[5] O velho almirante genovês Benito Zaccaria, que já fora podestade de Trípoli, anotou suas idéias acerca das forças navais necessárias.[6]

Outras propostas práticas foram feitas por três potentados que teriam de ser protagonistas de qualquer cruzada. Em 1307, os grão-mestres do Templo e do Hospital encontravam-se ambos em Avignon, e o Papa Clemente pediu-lhes seus pareceres. O primeiro, Jaime de Molay, enviou-lhe um relatório imediatamente, recomendando uma limpeza preliminar dos mares por dez grandes galeras, a serem seguidas por um exército de pelo

1 *Ibid.* pp. 48-52; Hill, *op. cit.* II, p. 239.
2 Atiya, *op. cit.* pp. 53-5.
3 A *Flos* de Hayton foi publicada no *Recueil des Historiens des Croisades, Documents Arméniens,* vol. II. Ver Atiya, *op. cit.* pp. 62-4.
4 Atiya, *op. cit.* pp. 64-7. A obra de Adão foi publicada como um apêndice da de Hayton no *Recueil.*
5 Atiya, *op. cit.* pp. 67-71.
6 *Ibid.* pp. 60-1. Ver Mas Latrie, *Documents,* II, p. 129.

menos quinze mil cavalarianos e quarenta a cinqüenta mil peões. Os monarcas ocidentais não teriam dificuldade em reunir tal efetivo, e as repúblicas italianas deveriam ser induzidas a providenciar o transporte. Contrário ao desembarque na Cilícia, ele defendia que a expedição se reunisse em Chipre e aportasse no litoral sírio.[1] Quatro anos mais tarde, na época do Concílio de Viena, Fulco de Villaret, grão-mestre do Hospital, escreveu ao Rei Filipe para colocá-lo a par dos preparativos que sua ordem fizera e ainda podia fazer para a cruzada.[2] Entrementes, o Rei Henrique II de Chipre apresentou seu parecer ao concílio. Desejava um embargo econômico do império mameluco. Compreensivelmente, desconfiava das repúblicas italianas e insistia em que o transporte marítimo da cruzada não dependesse delas. Era favorável a uma arremetida contra o próprio Egito, sendo a parte mais vulnerável dos domínios do sultão.[3]

Depois de todos esses memorandos e todo esse entusiasmo, foi uma surpresa e uma decepção para todos — com exceção do Rei Filipe — que não houvesse cruzada alguma. Tendo atingido seu objetivo de encontrar uma desculpa para extorquir dinheiro da Igreja, Filipe não tardou a revelar sua verdadeira posição ao atacar uma grande organização cujo auxílio teria sido essencial para qualquer cruzada.[4]

A perda de Outremer mergulhou as ordens militares numa situação de incerteza. Os cavaleiros teutônicos resolveram seu problema concentrando todas as suas energias na conquista do Báltico.[5] O Templo e o Hospital, todavia, viram-se restritos e malvistos no Chipre. O segundo, mais sabiamente que o primeiro, pôs-se em busca de outro lar. Em 1306, um pirata genovês, Vignolo dei Vignoli, que arrendara as ilhas de Cos e Leros ao imperador bizantino Andrônico, foi a Chipre e sugeriu ao grão-mestre do Hospital, Fulco de Villaret, que ele e sua ordem conquistassem todo o arquipélago dodecanésio e o dividissem entre si — cabendo ao genovês um terço das ilhas. Enquanto Fulco viajava à Europa para obter a confirmação do papa para o plano, uma flotilha de hospitalários, auxiliados por algumas galeras genovesas, desembarcou em Rodes e deu início à paulatina redução da ilha. A guarnição grega resistiu bravamente, e só por traição o grande castelo de Filermo dobrou-se perante os invasores em novembro de 1306; a própria cidade de Rodes ainda resistiu por mais dois anos. Por fim, no verão de 1308, uma galera enviada de Constantinopla com reforços para a guarnição foi des-

1 Baluze, *op. cit.* II, pp. 145 ss.
2 Delaville le Roulx, *France en Orient*, II, pp. 3-6.
3 Mas Latrie, *Documents*, II, pp. 118-25; Atiya, *op. cit.* pp. 58-60.
4 Atiya, *op. cit.* pp. 53, 73.
5 Ver atrás, p. 255.

viada para Chipre pelo mau tempo e acabou capturada em Famagusta por um cavaleiro cipriota, Filipe le Jaune, que levou a nave e sua tripulação até os atacantes. Seu comandante, um rodiense, aquiesceu em negociar a rendição da cidade para salvar a vida, e os portões abriram-se para a ordem em 15 de agosto. O Hospital imediatamente instalou seu quartel-general na ilha e converteu a cidade, com seu porto, na mais poderosa fortaleza do Levante. A conquista, empreendida em detrimento dos cristãos gregos, foi saudada no Ocidente como um grande triunfo cruzado — e, com efeito, proporcionou ao Hospital um vigor renovado e os meios necessários para desincumbir-se de sua missão oficial. Os miseráveis ródios, contudo, teriam de esperar por mais de seis séculos para recuperarem a liberdade.[1]

O Templo, menos empreendedor, foi menos afortunado. Sempre despertara mais inimizades que o Hospital; era mais rico, e havia muito era o principal banqueiro e credor do Oriente, logrando grande êxito num ramo que não inspira afeição. Sempre adotara políticas notoriamente egoístas e irresponsáveis. Por maior que fosse a fidalguia com que lutavam seus cavaleiros nos tempos de guerra, suas atividades financeiras puseram-nos em contato íntimo com os muçulmanos. Muitos tinham amigos entre estes e interessavam-se pela religião e cultura islâmicas. Corriam rumores de que, por trás dos muros de seus castelos, a ordem estudava uma estranha filosofia esotérica e entregava-se a cerimônias maculadas com heresias. Falava-se de ritos de iniciação blasfemos e indecentes e murmurava-se sobre orgias em que se praticavam vícios contrários à natureza. Não seria sensato desprezar tais boatos como invenções infundadas de desafetos; provavelmente havia neles substância suficiente para indicar a linha mais convincente para atacar a ordem.[2]

Quando Jaime de Molay foi à França em 1306 para discutir com o Papa Clemente a cruzada planejada, soube das acusações que pendiam contra sua ordem e requisitou uma investigação pública. O pontífice hesitou. Estava ciente de que o Rei Filipe decidira extinguir a ordem, e não se atreveria a ofendê-lo. Em outubro de 1307, Filipe inesperadamente deu voz de prisão a todos os membros da ordem que se encontravam em solo francês e mandou

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 319-23; Delaville le Roulx, *Hospitaliers en Terre Sainte*, pp. 273-9; Amadi, pp. 254-9.

2 Há uma bem argumentada discussão sobre a má fama dos templários em Martin, *The Trial of the Templars*, pp. 18-24, 46-50. O escândalo de seu julgamento injusto tem inclinado os historiadores a eximi-los por completo de toda culpa, mas é evidente que as suspeitas levantadas sobre seus hábitos não eram inteiramente infundadas. Os documentos e fontes relevantes a esse respeito foram publicados por Lizerand, *Le Dossier de l'Affaire des Templiers*. Seu mais recente historiador, Mile Melvin, mostra-se sem dúvida demasiado indulgente para com eles (*La Vie des Templiers*, pp. 246 ss.).

julgá-los por heresia, com base nas acusações feitas por dois cavaleiros de má fama que haviam sido expulsos da organização. Os acusados fizeram suas confissões sob tortura — e, embora alguns poucos negassem com firmeza, a maioria de bom grado admitiu tudo o que lhe exigiram. Na primavera seguinte, a pedido de Filipe, o papa ordenou que todos os governantes em cujos domínios os templários tivessem propriedades os prendessem e promovessem julgamentos similares. Não sem antes uma certa hesitação, os vários monarcas europeus anuíram, exceto pelo português Dênis, que se recusou a envolver-se na lamentável iniciativa. No resto do mundo os templários tiveram seus bens seqüestrados e os cavaleiros foram arrastados para os tribunais. Embora nem sempre se empregasse a tortura, o interrogatório era pré-arranjado. Os acusados sabiam o que se esperava que confessassem, e muitos o fizeram de fato.[1]

Era particularmente importante para o papa que o governo cipriota cooperasse, uma vez que o quartel-general da ordem localizava-se na ilha. Todavia, o governante local então era o irmão de Henrique II, Amalrico, que destronara o rei temporariamente com o auxílio dos templários. O Prior Hayton chegou de Avignon em maio de 1308 com uma carta do papa, ordenando a imediata prisão dos cavaleiros, já que se chegara à conclusão que eram descrentes. Amalrico demorou a executar a ordem, e os cavaleiros, sob o comando de seu Marechal, Aymé de Oselier, tiveram tempo para preparar sua defesa. Ao cabo de um breve recurso às armas, contudo, eles se renderam em 1º de junho. Seu tesouro, salvo por uma grande parte que esconderam tão bem que nunca foi recuperada, foi levado de Limassol para a casa de Amalrico em Nicósia, e os próprios cavaleiros foram postos sob vigilância, primeiro em Khirokhitia e Yourmasoyia, e mais tarde em Lefkara, onde permaneceram por três anos. Em maio de 1310, depois de o Rei Henrique II ser reconduzido ao poder, os templários cipriotas foram por fim levados a julgamento, por urgente instância do papa. Na França, muitos da sua fraternidade já haviam encontrado a morte na fogueira, e por toda a Europa os membros da ordem vinham sendo aprisionados ou destituídos. O Rei Henrique, apesar de não acalentar o menor amor pelos cavaleiros, que lhe haviam traído a causa alguns anos antes, proporcionou-lhes um julgamento justo. Foram denunciados 76 deles; todos negaram as acusações. Testemunhas eminentes juraram que eram inocentes, e uma das poucas testemunhas hostis declarou só ter passado a suspeitar deles depois de receber do papa o relato de seus crimes. Foram inteiramente inocentados. Quando a notícia de sua remissão chegou a Avignon, o pontífice escreveu furioso ao Rei Henrique,

---

1 Martin, *op. cit.* pp. 28-46; Melvin, *op. cit.* pp. 249-57.

ordenando um segundo julgamento, e enviou um delegado pessoal, Domingo de Palestrina, para garantir que se faria justiça. Não há registros do resultado do novo julgamento, ocorrido em 1311. Clemente ordenara que, se houvesse o risco de nova absolvição, Domingo se valesse dos priores dos dominicanos e franciscanos para assegurar que a tortura fosse aplicada, e o legado papal no Oriente, Pedro, Bispo de Rodez, foi enviado a Chipre para complementar os esforços de Domingo. Ao que parece, o rei então reservou seu veredicto e manteve os acusados na prisão — onde ainda estavam em 1313, quando Pedro de Rodez leu perante todos os bispos e o alto clero da ilha o decreto pontifício de 12 de março de 1312 que suprimiu toda a ordem e transferiu a sua riqueza e propriedades para os hospitalários — não sem antes as autoridades civis se ressarcirem pelo prejuízo dos inúmeros julgamentos. Os reis de toda a Europa chegaram à conclusão de que os custos dos procedimentos jurídicos haviam sido excepcionalmente elevados. Pouco sobrou para o Hospital além das propriedades reais. Os oficiais do Templo em Chipre jamais foram libertados. Ainda assim, tiveram melhor sorte que seu grão-mestre, que, depois de anos de cativeiro e tortura e sucessivas confissões e retratações, morreu na fogueira em Paris, em março de 1314.[1]

Com a abolição dos templários e a migração dos hospitalários para Rodes, o reino cipriota tornou-se o único governo cristão com um interesse específico na Terra Santa. Seu soberano era, nominalmente, Rei de Jerusalém — e, por muitas gerações ainda, os monarcas, depois de receberem a coroa da ilha em Nicósia, iam receber a de Jerusalém em Famagusta, a cidade mais próxima de seu domínio perdido. O litoral sírio era, ademais, de grande importância estratégica para Chipre. Um inimigo agressivo ali poria em risco a existência do reino. Felizmente, o próprio sultão tinha demasiado receio de uma nova cruzada para fazer uso dos portos sírios. Preferia que eles permanecessem abandonados. Não obstante, o Egito representava uma ameaça permanente para Chipre. Acreditando que o ataque era sua melhor defesa, em 1292 o Rei Henrique enviara quinze galeras, auxiliadas por outras dez do pontífice, para um assalto a Alexandria. A empreitada, além de fútil, apenas levou al-Ashraf a determinar-se a conquistar Chipre. "Chipre, Chipre, Chipre", exclamou, ordenando a construção de cem galeras. Contudo, ele tinha outros planos, ainda mais grandiosos. Era preciso antes desbaratar os mongóis e ocupar Bagdá. Tamanha ambição alarmou seus emires, que o assassinaram em 13 de dezembro de 1293. Foi uma recompensa inglória para o

1 Hill, *op. cit.* II, pp. 232-6, 270-4.

jovem príncipe que levara a cabo a obra de Saladino e expulsara da Síria os últimos remanescentes dos francos.[1]

Al-Ashraf estava certo em lembrar-se dos mongóis. Em 1299, durante o muito interrompido reinado do sultão mameluco an-Nasir Mohammed, o governante mongol Ghazzan, que trocara seu título de ilcã pelo de sultão, invadiu a Síria e derrotou os defensores mamelucos em Salamia, perto de Homs, em 23 de dezembro. Em janeiro de 1300, Damasco rendeu-se-lhe e admitiu sua suserania. No mês seguinte, Ghazzan voltou para a Pérsia, anunciando que logo retornaria para cuidar da conquista do Egito. Apesar de muçulmano, teria de bom grado recebido aliados cristãos. Raimundo Lúlio correu para a Síria ao tomar conhecimento da invasão, mas chegou demasiado tarde para lá encontrar o mongol. Voltou a Chipre para solicitar a ajuda do rei numa missão evangélica junto aos governantes islâmicos; Henrique, que não acreditava que a melhor maneira de conquistar a amizade dos infiéis era apontando-lhes seus erros, ignorou o pedido. Uma abordagem mais diplomática talvez tivesse sido mais proveitosa, mas nada se tentou — e a oportunidade se perdeu em definitivo quando o exército mongol foi derrotado, em 1303, em Marj as-Saffar. Cinco anos depois, em 1308, Ghazzan voltou a entrar na Síria, dessa vez alcançando a própria Jerusalém. Murmurava-se que ele teria de bom grado entregue a Cidade Santa aos cristãos caso algum Estado cristão lhe tivesse proposto aliança. Não obstante, embora na época o papa e o Rei Filipe da França propalassem aos quatro ventos a cruzada que planejavam, não houve por parte dos ocidentais qualquer tentativa de aproximação dos mongóis, ao passo que Chipre encontrava-se reduzida à impotência pelas querelas entre o Rei Henrique e seu irmão. De qualquer modo, provavelmente teria sido difícil para Ghazzan, como bom convertido ao Islã, implementar tal promessa.[2] Quando ele morreu, em 1316, extinguiram-se as possibilidades de uma aliança mongol com os cristãos. Seu sobrinho e sucessor, Abu Said, numa guinada política buscou a reconciliação com o Egito. Foi o último grande governante mongol da Pérsia. Após sua morte, em 1335, o antigo ilcanato começou a desintegrar-se.[3]

Apesar de seu aparente isolamento, o Reino de Chipre ainda não corria nenhum perigo imediato. O sultão, mesmo quando já deixara de se preocu-

---

1 *Gestes des Chiprois*, pp. 61-2; Tadeu, p. 43; Sanudo, p. 283; Wiet, *L'Egypte Arabe*, p. 461.

2 *Gestes des Chiprois*, pp. 296-306; Hill, *op. cit.* II, pp. 112-15; Atiya, *op. cit.* pp. 90-1. Felix Fabri, escrevendo quase dois séculos mais tarde, apresenta um relato lendário sobre o bom imperador tártaro "Casano", que, segundo ele, era cristão e ofereceu Jerusalém de volta aos cristãos (trad. Stewart, *P.P.T.S.* vol. X, pp. 372-8).

3 Browne, *op. cit.* III, pp. 51-61.

par com os mongóis, não dispunha de suficiente poderio marítimo para arriscar uma expedição contra a ilha. Não pretendia ofender as repúblicas italianas, pois também ele derivava grandes benefícios de seu comércio; capturou Ruad aos templários em 1302 mas, a menos que Chipre viesse a servir de base para uma nova cruzada, preferia deixá-la em paz. O governo cipriota, de sua parte, na medida em que permitiam suas idiossincrasias pessoais e dinásticas, procurou manter laços estreitos com os soberanos armênios da Cilícia e com os reis de Aragão e da Sicília, cujas esquadras inspiravam respeito.[1]

Uma vez esmaecido todo o falatório sobre a cruzada instigado por Filipe da França, ninguém mais falou no assunto. Por volta de 1330, porém, o silêncio foi rompido por Filipe VI — cujas intenções, bem mais sinceras que as de seu tio, foram encorajadas pelo papa, João XXII. Mais uma vez, apresentaram-se memorandos às cortes pontifícia e real. O médico da Rainha da França, Guy de Vigevano, redigiu um breve levantamento dos armamentos necessários.[2] Um programa mais extenso e detalhado foi enviado ao monarca por um certo Burcardo, eclesiástico que trabalhara na Cilícia pela adesão da Igreja armênia a Roma. As sugestões de Burcardo, apesar de prolíficas, eram inúteis — pois, além de demonstrar muito mais hostilidade contra os cristãos heréticos que contra os muçulmanos, ele entendia que a conquista da Sérvia ortodoxa e de Bizâncio seria uma etapa essencial de qualquer cruzada. Todavia, seus planos não seriam postos em prática. Antes que se pudesse lançar qualquer cruzada, o rei da França envolveu-se na eclosão da Guerra dos Cem Anos com a Inglaterra.[3]

Um programa mais prático, que não exigia nenhuma grande expedição militar, fora nesse ínterim publicado pelo historiador Marino Sanudo. Membro da casa dos duques de Naxos e de sangue grego, era um agudo observador e pioneiro estatístico. Sua *Secreta Fidelium Crucis,* publicada por volta de 1321, continha uma história das cruzadas — com um certo colorido de finalidade propagandista, mas basicamente preocupada em discutir em minúcias a situação econômica levantina. A seu ver, a maneira mais eficiente de enfraquecer o Egito seria um bloqueio econômico, mas ele compreendia a impossibilidade de se interromper subitamente o comércio oriental. Era preciso encontrar rotas e fontes alternativas de abastecimento. Sua análise era profunda e suas sugestões, perspicazes e abrangentes. Infelizmente, só pode-

1 *Gestes des Chiprois*, p. 309, datando a captura de Ruad de 1303; Sanudo, p. 242, data-a de 1302. Ver Hill, *op. cit.* II, pp. 215-16.
2 Atiya, *op. cit.* p. 96.
3 *Ibid.* pp. 96-113.

riam ser levadas a cabo se todas as potências européias agissem juntas — o que, àquela altura, jamais se conseguiria.[1]

Com efeito, houve apenas mais uma tentativa de retomar a Terra Santa aos infiéis. Em 1359, Pedro I ascendeu ao trono de Chipre. Era o primeiro monarca, desde S. Luís da França, com um ardente anelo de empreender uma Guerra Santa. Na juventude, ele fundara uma nova ordem de cavalaria, os Cavaleiros da Espada, com o único propósito explícito de recuperar Jerusalém, e desafiara o desagrado de seu pai, o Rei Hugo IV, ao tentar viajar ao Ocidente para granjear recrutas para sua cruzada. Suas primeiras guerras como rei foram contra os turcos da Anatólia, onde ele estabelecera uma cabeça-de-ponte ao adquirir dos armênios a fortaleza de Córico. Em 1362, pôs-se a percorrer toda a cristandade com vistas ao aprofundamento de sua meta central. Depois de visitar Rodes, onde obteve promessas de ajuda do Hospital, seguiu para Veneza, onde ficou para o ano-novo de 1363. Oficialmente, os venezianos mostraram-se simpáticos aos seus planos.

Depois de uma visita a Milão, Pedro partiu para Gênova, onde cuidou de resolver as diferenças entre seu reino e a república e assegurar um vago apoio dos genoveses. Chegou a Avignon em 29 de março de 1363, alguns meses após a acessão do Papa Urbano V. Sua primeira incumbência era defender o direito ao trono contra seu sobrinho Hugo, Príncipe da Galiléia, filho de seu finado irmão mais velho. Hugo foi indenizado com uma pensão anual de cinqüenta mil besantes. Durante sua estada em Avignon, o Rei João II da França esteve na cidade e prometeu-lhe sua calorosa colaboração. Os dois monarcas assumiram a cruz em abril, junto com grande parte das nobrezas francesa e cipriota. Entrementes, o pontífice pregava a Guerra Santa e nomeou o Cardeal Talleyrand seu legado. Pedro, em seguida, percorreu o circuito de Flandres, Brabante e Renânia, voltando em agosto a Paris para ver o Rei João mais uma vez. Os dois decidiram que a cruzada seria lançada em março seguinte. De Paris Pedro seguiu para Rouen e Caen, cruzando dali para a Inglaterra. Passou cerca de um mês em Londres, onde se realizou um grande torneio em sua homenagem em Smithfield. O Rei Eduardo III presenteou-o com um belo navio, o *Catherine*, e com dinheiro para cobrir todas as suas despesas recentes — mas infelizmente o monarca cipriota foi roubado por bandoleiros na estrada de volta para a costa. Foi passar o Natal em Paris e dirigiu-se depois para a Aquitânia, ao sul, a fim de entrevistar o Príncipe Negro em Bordéus. Durante sua estada, tomou conhecimento, para seu pesar, dos falecimentos primeiro do Cardeal Talley-

1 *Ibid.* pp. 114-27; Hill, *op. cit.* III, p. 1144. A única edição de Sanudo é em Bongars, *Gesta Dei per Francos*, vol. II.

rand, em janeiro de 1364, e em seguida do Rei João, em maio. Assistiu ao funeral de João em Saint-Denis e à coroação de seu sucessor, Carlos V, em Rheims, e dali seguiu para a Alemanha. Os cavaleiros e burgueses de Esslingen e Erfurt ofereceram-se para fazer parte de sua cruzada, mas o Margrave de Francônia e Rodolfo II, Duque da Saxônia, embora o recebessem com honrarias, explicaram que sua decisão dependia do imperador. Assim sendo, Pedro foi, em companhia de Rodolfo, a Praga, onde residia o Imperador Carlos. Este se declarou entusiasmado e convidou Pedro a acompanhá-lo até Cracóvia, para uma reunião que agendara com os reis da Hungria e da Polônia. Lá se combinou que uma circular seria enviada para todos os príncipes do império, convidando-os a participarem da Guerra Santa. Depois de visitar Viena, onde Rodolfo IV, Duque da Áustria, prometeu ajuda, Pedro retornou a Veneza em novembro de 1364. Como suas tropas haviam recentemente ajudado os venezianos a suprimir uma revolta em Creta, o monarca foi recebido com as mais altas honras, lá permanecendo até o fim de junho de 1365. Enquanto estava na cidade, assinou com Gênova um tratado acomodando suas maiores divergências.[1]

Nesse ínterim, o Papa Urbano escrevia incansavelmente aos príncipes da Europa para instá-los a ingressarem na expedição. Seus esforços eram vigorosamente secundados pelo novo legado pontifício no Oriente, Pedro de Salignac de Tomás, patriarca nominal de Constantinopla — homem de férrea integridade, opositor igualmente de cismáticos, hereges e infiéis, mas dono de uma devoção respeitada mesmo pelos que perseguia. Trabalhava com ele seu pupilo, Filipe de Mézières, amigo íntimo do Rei Pedro, que o nomeara Chanceler de Chipre. Nem toda a sua faina reunida produziu o número de recrutas que o Rei Pedro esperava e que lhe haviam prometido; não se apresentou nenhum alemão, nem nenhum dos maiores nobres da França, Inglaterra ou das terras vizinhas — com exceção de Aymé, Conde de Genebra, Guilherme Rogério, Visconde de Turenne e o Conde de Hereford. Não obstante, havia inúmeros cavaleiros de menor monta, oriundos mesmo de plagas tão remotas quanto a Escócia; assim, mesmo antes de o Rei Pedro partir de Veneza, um vasto e formidável exército lá se reunira. A contribuição veneziana foi particularmente útil, mas os genoveses, por seu lado, recuaram.[2]

Decidiu-se que a cruzada se reuniria em Rodes em agosto de 1365, mas seu destino seguinte foi mantido em segredo. O risco de que algum comer-

1 Para obter mais informações sobre a viagem de Pedro, ver Atiya, *op. cit.* pp. 330-7; Hill, *op. cit.* II, pp. 324-7.

2 Atiya, *op. cit.* pp. 337-41.

ciante veneziano informasse os muçulmanos era imenso. O Rei Pedro chegou a Rodes no início do mês, e no dia 25 toda a frota cipriota adentrou no porto — 108 vasos no total, entre galeras, transportes, navios mercantes e esquifes leves. Com as grandes galeras venezianas e as fornecidas pelo Hospital, a armada totalizava 165 embarcações, que levavam um contingente completo de homens, com cavalos, provisões e armas em abundância. Desde a Terceira Cruzada não se via uma expedição daquelas proporções a caminho da Guerra Santa — e, apesar da decepção com o fato de nenhum dos grandes potentados ocidentais estar presente, havia em contrapartida a vantagem de que o Rei Pedro era o líder inconteste. Em outubro, ele escreveu para sua rainha, Eleonora de Aragão, contando que estava tudo pronto. Ao mesmo tempo, promulgou um decreto ordenando que todos os seus súditos na Síria voltassem para casa e proibindo-os de comerciarem no continente. Queria causar a impressão de que seu objetivo era a Síria.[1]

Em 4 de outubro, o Patriarca Pedro pregou um instigante sermão para os marinheiros reunidos da galera real, que gritaram em uníssono: "Vivat, vivat Petrus, Jerusalem et Cypri Rex, contra Saracenos infideles". Naquela noite, a frota fez-se à vela. Quando todos os navios estavam em alto-mar, anunciou-se que o destino era Alexandria, no Egito.

Uma vez tomada a decisão de atacar o sultão, a escolha de Alexandria como objetivo foi inteligente. Seria impraticável tentar invadir a Síria ou a Palestina sem uma base no litoral, e os portos da região, com exceção de Trípoli, haviam sido deliberadamente destruídos pelos egípcios. A experiência passada demonstrara, por outro lado, que, ao perder Damieta, o governante do Egito se prontificara a ceder Jerusalém em troca de sua recuperação. Ora, Alexandria era um prêmio muito mais valioso que Damieta; seus conquistadores poderiam fazer uma negociação ainda mais lucrativa. Seria também uma excelente base para avanços posteriores, por contar sem dúvida com amplas provisões e os canais facilitarem sua defesa em relação à terra. Ademais, era o porto de quase todo o comércio ultramarino do sultão. Sua perda submeteria seus domínios a uma forma drástica de bloqueio econômico. Também era improvável que ele esperasse uma investida contra uma cidade em que havia tantos interesses dos mercadores cristãos em jogo. O momento também foi bem escolhido; o sultão no poder, Sha'ban, era um menino de onze anos. O poder encontrava-se nas mãos do Emir Yalbogha, de quem nem os demais emires nem o povo gostavam. O governador de Alexandria, Khalil ibn Arram, estava fora, numa peregrinação a Meca. Seu representante, Janghara, era um funcionário de baixo escalão que fora deixado com uma

1 Atiya, *op. cit.* pp. 341-4; Hill, *op. cit.* II, pp. 329-31.

guarnição absolutamente inadequada. Por outro lado, os muros de Alexandria eram célebres por sua fortaleza. Mesmo que seus dois portos e a península de Faros, que os separava, fossem capturados, havia ainda uma linha de grandes fortificações ao longo de toda a sua frente.

A armada assomou diante de Alexandria no entardecer de 9 de outubro. Os cidadãos, a princípio acreditando tratar-se de uma grande esquadra mercante, prepararam-se para ir negociar. Só quando, na manhã seguinte, os navios adentraram o porto oeste em vez do leste, o único para o qual os cristãos tinham permissão, suas intenções ficaram claras. O governador interino, Janghara, apressou-se a concentrar seus homens no cais, a fim de impedir o desembarque; não obstante a fidalguia de alguns dos soldados do Maghreb, os cavaleiros cristãos forçaram a passagem até a terra firme. Enquanto os mercadores nativos precipitavam-se para as saídas da cidade do lado da terra, Janghara retirou-se por trás dos muros e reuniu sua pequena guarnição com vistas à defesa do setor oposto ao desembarque. O Rei Pedro pretendia fazer uma pausa em seu ataque, desembarcando todos os seus homens e cavalos para descansarem na península de Faros. Ao aconselhar-se com seus comandantes, porém, descobriu que muitos deles desaprovavam a escolha de Alexandria como alvo. Suas forças eram demasiado reduzidas, argumentaram, para manter uma fortaleza tão grande ou avançar dali até o Cairo. Queriam seguir para outro lugar, mas concordariam em ficar se a cidade fosse tomada de assalto já, antes que o sultão pudesse enviar uma força de resgate. Pedro não teve alternativa senão anuir aos seus desejos, e a arremetida teve início de imediato. Foi lançada contra a muralha oeste, como esperava Janghara; enquanto os defensores permaneciam ali detidos, todavia, os assaltantes deslocaram-se para a seção defronte ao porto oriental. Dentro dos muros, o acesso entre os dois setores passava pela grande alfândega, e um oficioso funcionário, temendo roubos, erguera uma barricada na porta. Janghara não pôde mover seus homens a tempo de fazer frente à nova investida. Acreditando que a cidade estava perdida, os soldados começaram a desertar seus postos e puseram-se em fuga pelas ruas, rumo aos portões do sul e à segurança. Ao meio-dia de sexta-feira, dia 10, os cruzados haviam fincado o pé dentro da cidade. Os embates prosseguiram pelas ruas. Durante a noite houve um feroz contra-ataque islâmico por um dos portões sul — ao qual os cristãos, em seu entusiasmo, haviam ateado fogo —, mas foi rechaçado. Na tarde de sábado, toda a Alexandria estava nas mãos dos cruzados.

A vitória foi celebrada com uma selvageria sem paralelo. Dois séculos e meio de Guerra Santa não haviam ensinado a menor humanidade aos cruzados. A carnificina só foi igualada pela de Jerusalém em 1099 e Constantinopla em 1204. Os muçulmanos não haviam sido tão ferozes em Antióquia

nem em Acre. A prosperidade de Alexandria era fenomenal, e os agressores ficaram ensandecidos à vista de tamanho butim. Ninguém foi poupado. Os cristãos nativos e judeus sofreram tanto quanto os islâmicos — e até os mercadores europeus instalados na cidade viram suas fábricas e armazéns implacavelmente despojados. Mesquitas e túmulos foram devastados e seus ornamentos, furtados ou destruídos; também as igrejas foram saqueadas, conquanto uma galante dama copta aleijada lograsse salvar parte dos tesouros de sua seita ao custo do sacrifício de sua fortuna pessoal. As casas foram invadidas, e aqueles que hesitaram em entregar todos os seus pertences foram massacrados junto com suas famílias. Cerca de cinco mil prisioneiros, tanto muçulmanos quanto cristãos e judeus, foram levados para serem vendidos como escravos. Uma longa fila de cavalos, jumentos e camelos carregou o butim para os navios no porto — onde, tendo cumprido sua tarefa, foram sacrificados. A cidade inteira fedia com o odor dos cadáveres de homens e animais.

O Rei Pedro tentou em vão restaurar a ordem. Esperava permanecer na cidade; como os cruzados haviam incendiado seus portões, demoliu a ponte por onde a estrada para o Cairo cruzava o grande canal. Entretanto, tudo o que os cruzados desejavam agora era levar seus despojos para casa o mais rápido possível. Um exército estava a caminho do Cairo, e eles não queriam correr o risco de uma batalha. O próprio irmão do rei disse-lhe que a cidade era indefensável, ao passo que o visconde de Turenne, com a maioria dos cavaleiros ingleses e franceses, declarou peremptoriamente que não permaneceria mais. Pedro e o legado protestaram em vão. Na quinta-feira, dia 16, restavam apenas algumas tropas cipriotas na cidade. O restante da expedição retornara para os navios, pronto para partir. Quando os egípcios já haviam alcançado os subúrbios, o próprio Pedro embarcou em sua galera e deu a ordem de evacuação. As embarcações iam tão carregadas que foi preciso desfazer-se de muitas das maiores peças do butim. Durante meses mergulhadores egípcios resgatariam objetos preciosos das águas rasas diante de Aboukir.[1]

Pedro e o legado acalentavam esperanças de que, quando seus ganhos estivessem guardados em segurança em Chipre, os cruzados empreendessem com ele uma nova expedição. Assim que atingiram Famagusta, no entanto, todos puseram-se a cuidar dos preparativos para a viagem de

1 A expedição a Alexandria é descrita em detalhes por Guilherme de Machaut, num épico extremamente prosaico (ed. Mas Latrie, esp. pp. 61 ss.). Machaut, ao que parece, nunca esteve no Oriente, mas suas informações, exceto acerca do nascimento e morte do Rei Pedro, são confiáveis. Para obter um relato completo da expedição, ver Atiya, *op. cit.* pp. 345-69, e também Hill, *op. cit.* II, pp. 331-4.

volta para o Ocidente. O legado preparou-se para segui-los, a fim de convocar novos recrutas em seu lugar, mas caiu mortalmente enfermo antes de conseguir deixar a ilha. O Rei Pedro mandou celebrar um serviço de ação de graças ao retornar a Nicósia, mas estava pesaroso. Em seu relatório para o papa, contou-lhe sobre seu triunfo, mas também sobre sua amarga decepção.[1]

A notícia do saque de Alexandria teve recepções variadas no Ocidente. A princípio, foi saudada como um triunfo militar e uma humilhação para o Islã. O papa ficou encantado, mas percebeu que Pedro necessitava de reforços imediatos para ocuparem o lugar dos desertores. O Rei Carlos da França prometeu enviar um exército. Seu mais célebre cavaleiro, Bertrando du Guesclin, assumiu a Cruz; e Amadeu, Conde de Sabóia, conhecido no romance como Cavaleiro Verde, que já se estava preparando para uma viagem ao Oriente, decidiu embarcar para Chipre. Quando, porém, os venezianos anunciaram que Pedro se reconciliara com o sultão, o Rei Carlos ordenou que seu exército recuasse, Du Guesclin foi lutar na Espanha e Amadeu seguiu para Constantinopla.[2] Os venezianos, ao contrário do pontífice, não haviam gostado nada do resultado da cruzada. Esperavam usá-la para reforçar seu domínio comercial do Levante, mas, em vez disso, sua ampla prosperidade em Alexandria fora destruída, e todo o seu comércio com o Egito foi interrompido. O saque de Alexandria chegou perto de arruiná-los como potência comercial, para delícia dos genoveses, cuja contenção fora recompensada. Não tardou para que todo o Ocidente sentisse os efeitos da cruzada. O preço das especiarias, sedas e outros artigos orientais aos quais o público já se habituara disparou à medida que os estoques esgotaram-se e não foram renovados.[3]

Pedro com efeito entabulara negociações com o Egito, mas os dois lados estavam demasiado irritados para desejarem a paz. Enquanto o Emir Yalbogha, estorvado por sua impopularidade em seu país, tentava ganhar tempo até conseguir construir uma frota para a invasão de Chipre, Pedro fazia exigências extravagantes para a cessão da Terra Santa, acompanhando-as de incursões na costa síria. Sua obsessão pela cruzada, entrementes, começara a alarmar seus súditos, que temiam que os recursos da ilha se esvaíssem por uma causa perdida. Quando um cavaleiro com quem Pedro se desentendera planejou seu assassinato em 1369, nenhum de seus irmãos ergueu um dedo sequer para salvá-lo. No ano seguinte à sua morte, assinou-se um tratado

1 Atiya, *op. cit.* p. 369.
2 Atiya, *op. cit.* p. 370; Hill, *op. cit.* II, pp, 335-6.
3 Machaut, pp. 115-16; Heyd, *Histoire du Commerce du Levant,* II, pp. 52-5.

com o sultão. Houve uma troca de prisioneiros e Chipre e Egito acomodaram-se numa paz desconfortável.[1]

O holocausto em Alexandria assinala o fim das cruzadas cujo objetivo imediato era a recuperação da Terra Santa. Ainda que todos os cruzados fossem tão devotados quanto o Rei Pedro, é questionável que a expedição fosse benéfica para a cristandade. Quando ocorreu, o Egito estava em paz com os francos havia mais de um século. Os mamelucos haviam começado a perder seu fanatismo inicial. Seus súditos cristãos vinham recebendo um tratamento melhor. Os peregrinos tinham livre acesso aos Lugares Santos. O comércio entre Oriente e Ocidente era florescente. Agora, o rancor islâmico foi reavivado. Os cristãos nativos, apesar de inocentes, foram submetidos a um novo período de perseguições. Igrejas foram destruídas. Até o Santo Sepulcro permaneceu fechado por três anos. A interrupção do comércio causou graves prejuízos em toda a parte, num mundo ainda não inteiramente recuperado da devastação da Peste Negra. O reino de Chipre, cuja existência os mamelucos se haviam mostrado dispostos a tolerar, tornou-se um inimigo a ser eliminado. O Egito esperaria sessenta anos por sua vingança, mas o aterrador assolamento da ilha em 1426 foi uma punição direta pelo saque de Alexandria.[2]

O único outro reino cristão do Levante encontrou antes sua perdição. Os armênios da Cilícia não haviam tomado partido na cruzada do Rei Pedro, mas sua casa real era franca agora, e muitos dos nobres tinham estreitas ligações com Chipre. Sua Igreja admitira o domínio de Roma. Durante todo o século XIV, os egípcios haviam-nos pressionado, lançando sobre os armênios acertadas suspeitas de serem amigos dos francos e mongóis e transidos de inveja da riqueza que passava por seu país pela rota comercial que desembocava no mar em Ayas. O colapso do ilcanato mongol privou-os de seu principal ponto de apoio. A maior parte de seu território foi anexada pelos turcos em 1337. Em 1375, enquanto os cipriotas estavam absortos numa feroz guerra com Gênova, invasores muçulmanos — mamelucos e turcos em aliança — levaram a cabo a sujeição do país. O derradeiro monarca armênio, Leão VI, fugiu para o Ocidente e morreu como um exilado em Paris, e a independência armênia chegou ao fim.[3]

Com efeito, uma cruzada como a planejada pelo Rei Pedro era agora um anacronismo. A cristandade não podia mais se dar a tais luxos. Uma

---

1 Atiya, *op. cit.* pp. 371-6; Hill, *op. cit.* II, pp. 345-67; Heyd, *op. cit.* pp. 55-7.

2 Atiya, *op. cit.* pp. 377-8.

3 Ver Tournebize, *Histoire Politique et Religieuse de l' Arménie*, pp. 644 ss., esp. pp. 654-5, 715-30. A obscura história do fim do reino armênio depende sobretudo da crônica do franciscano João Dardel (publicada em *R.H.C., Documents Arméniens*, vol. II).

ameaça muito mais ponderosa vinha do norte. Os arquitetos da Primeira Cruzada haviam percebido claramente que o resgate da Terra Santa dependia da manutenção do poder cristão na Anatólia. Desde o desaparecimento do Papa Urbano II, todavia, nenhum estadista ocidental tivera a sabedoria de reconhecer que a manutenção da Anatólia dependia de Bizâncio. Os movimentos cruzados do século XII haviam embaraçado o imperador bizantino, somando-se aos problemas enfrentados por Bizâncio e impedindo os imperadores de cuidarem como necessário da sujeição dos invasores turcos. A tarefa talvez fosse impossível, já que a técnica turca de invasão, com a destruição da agricultura e das comunicações, dificultava a reconquista — ao passo que as diversas ambições de imperadores como Manuel e Andrônico Comneno redundaram em ainda mais dispersão de energia. A derrocada em Manzikert em 1071 permitiu que os turcos penetrassem na Anatólia; o desastre em Miriocéfalo em 1176 assegurou sua permanência na região. Não obstante, foi a Quarta Cruzada e a destruição irreparável do sistema imperial bizantino por ela perpetrada que deu aos invasores a oportunidade de ir além. Durante o século XIII, a cristandade teve sua última chance de fazer frente aos turcos. Seu poderio na Anatólia até então dependera do sultanato seljúcida de Konya. As invasões mongóis, iniciadas em 1242, solaparam e por fim extinguiram o Estado seljúcida. Os imperadores bizantinos, vivendo no exílio em Nicéia, estavam conscientes da oportunidade, mas as preocupações com a Europa e o anseio por reaver sua antiga capital imperial em face da hostilidade do Ocidente latino malograram-lhes os esforços — ao passo que aos latinos faltavam a presciência e experiência necessárias para compreenderem a situação. Quando os bizantinos restabeleceram-se em Constantinopla, a ocasião passara. Os imperadores da casa de Paleólogo defrontaram-se com reinos jovens e vigorosos nos Bálcãs, com as demandas das repúblicas italianas e com o risco de uma reconquista latina — uma possibilidade perfeitamente concreta até a derrota de Carlos d'Anjou nas Vésperas Sicilianas. No fim do século XIII, era tarde demais. Os seljúcidas haviam desaparecido, mas em seu lugar despontou um sem-número de emirados diligentes e ambiciosos, reforçados pela imigração de tribos turcas submetidas aos mongóis. Seria necessário um esforço longo e coordenado para desalojá-los. O principal emir era o Grande Karaman, cujos territórios estendiam-se pelo interior da Filadélfia até o Antitauro. Havia outros emires estabelecidos na Atália, em Aydin (Tralles) e Manissa (Magnésia). O litoral norte ainda se encontrava nas mãos dos bizantinos e seu império-irmão de Trebizonda. Ao sul de Trebizonda, contudo, o país estava ocupado pelos turcomanos, e no noroeste

emergia um novo e vigoroso emirado, sob um príncipe empreendedor de nome Osmã.[1]

Os latinos só agora ganhavam consciência da importância da Anatólia, conquanto a vissem menos como uma base para agressões entre si do que como uma área em que necessitavam de bases para o controle do Mediterrâneo. A ocupação de Rodes pelos hospitalários deu-se essencialmente por acaso, mas ilustrou uma nova orientação. As repúblicas italianas havia muito se interessavam pelas ilhas do Egeu. Era natural que suas atenções, bem como as de todo o mundo latino, se expandissem para a porção de continente com que se defrontava. Quando o emir Omar de Aydin, que controlava o excelente porto de Esmirna, construiu uma frota para dedicar-se à pirataria nas águas do Egeu, os venezianos e os cavaleiros de Rodes decidiram tomar uma atitude. Em 1344, uma esquadra — para a qual venezianos e seus dependentes fizeram uma contribuição de cerca de vinte naves, os cavaleiros, seis, e o papa e o rei de Chipre, quatro cada — arremeteu contra Esmirna. O patriarca latino de Constantinopla, Henrique de Asti, estava no comando. O emir de Aydin foi derrotado numa batalha naval no dia da Ascensão, perto da entrada do golfo. Os aliados cristãos, a pedido do pontífice, recusaram o pedido do antigo senhor genovês de Quio, Martinho Zaccaria, que aderira à expedição, de restituir-lhe a ilha que os bizantinos lhe haviam recapturado; seguiram em vez disso para Esmirna — que, ao cabo de um breve combate, caiu em suas mãos em 24 de outubro, muito embora a cidadela ainda resistisse. A vitória fácil deveu-se basicamente ao despreparo do emir Omar e ao seu invejoso receio dos demais emires. Chegou tarde demais com seu exército para salvar a cidade. Os vencedores, porém, deixaram-se seduzir pela tentativa de invadir o interior, sofrendo uma severa derrota a alguns quilômetros da cidade — na qual pereceram Henrique de Asti e Martinho Zaccaria. Depois que os turcos não conseguiram retomar Esmirna, um tratado assinado em 1350 confiou-a aos hospitalários, conquanto a cidadela continuasse sob controle turco. Os cavaleiros dominaram a cidade até 1402, quando foi tomada de assalto por Tamerlão.[2]

Enquanto o destino de Esmirna ainda estava em suspenso, um nobre francês, Humberto II, Delfim de Vienne, anunciou seu desejo de partir para uma cruzada no Oriente. Era um homem fraco e frívolo, mas sinceramente piedoso e desprovido de ambição pessoal. Ao fim de algumas negociações com o papa, decidiu-se que ele iria complementar os esforços cristãos em

---

1 Ver Gibbons, *The Foundation of the Ottoman Empire*, pp. 15-34; Köprülü, *Les Origines de l'Empire Ottoman*, pp. 34-79; Wittek, *The Rise of the Ottoman Empire*, pp. 33-51.

2 Atiya, *op. cit.* pp. 290-300.

Esmirna. Humberto partiu de Marselha com uma companhia de cavaleiros e sacerdotes em maio de 1345, e durante a viagem recebeu os reforços de tropas do norte da Itália. Depois de uma sucessão de aventuras ineficazes, ele chegou a Esmirna em 1346, onde seu exército derrotou os turcos numa batalha junto aos muros, mas não permaneceu por lá muito tempo. No verão de 1347 ele já estava de volta à França. Toda a expedição fora de uma singular inutilidade. Sua importância residiu no fato de a Igreja estar agora pronta para considerar uma expedição à Anatólia como uma cruzada.[1]

Em 1361, Pedro de Chipre, que acabara de adquirir Córico dos armênios, convenceu os hospitalários a ajudarem-no num ataque ao porto turco de Atália — que, após uma breve batalha, caiu em 24 de agosto. Os emires vizinhos de Alaya, Monovgat e Tekke apressaram-se em oferecer-lhe sua fidelidade, pensando que sua amizade talvez fosse útil contra seu maior inimigo, o Grande Karaman. Todavia, não tardaram a voltar atrás em sua submissão e fazer diversas tentativas de recobrar Atália — que, não obstante, permaneceu por sessenta anos em poder dos cipriotas.[2]

Nesse ínterim, entretanto, os europeus foram obrigados a voltar suas atenções mais para o norte. As primeiras décadas do século XIV assistiram a uma explosão do poder do emirado turco fundado por Osmã, filho de Ertoghrul, e batizado de osmanli ou otomano em sua homenagem. Em 1300, Osmã não passava de um pequeno chefe local, com terras no sul da Bitínia. Ao morrer, em 1326, assenhoreara-se de Brusa e da maior parte do território entre Adramítio, Doriléia e o Mármora. Sua expansão deveu-se em parte à diplomacia hábil e flexível de que se valeu no trato com os demais emires e, acima de tudo, à vulnerabilidade de Bizâncio. Em 1302, o Imperador Andrônico II cometera a temeridade de contratar os serviços de uma companhia de catalães, encabeçada por Rogério Flor, o ex-templário que fizera fortuna graças ao seu vergonhoso comportamento durante o saque de Acre. Rogério lutou com êxito contra os turcos, mas mostrou-se ainda mais ativo contra seu senhor imperial. Foi assassinado em 1306, mas a companhia catalã permaneceu em território imperial, em hostilidades contra o império, até 1315. No decorrer dos conflitos, ela levou um regimento turco, antes empregado pelo imperador na Ásia, para a Europa.[3] Logo depois da partida dos catalães, estourou uma guerra civil no império entre Andrônico II e seu neto, Andrônico III, que só chegou ao fim com a morte daquele em 1328. Ambos os lados utilizaram os turcos como mercenários. Enquanto isso, o filho de

1 *Ibid.* pp. 300-18.
2 *Ibid.* pp. 323-30; Hill, *op. cit.* II, pp. 318-24.
3 Ver Vasiliev, *History of the Byzantine Empire*, pp. 605-8. A história da companhia catalã é narrada vividamente pelo cronista contemporâneo Muntaner.

Osmã, Orhan, dava prosseguimento à obra de seu pai. Estabeleceu uma vaga hegemonia sobre os emires ao sul de suas terras e continuou a conquista da Bitínia. Nicéia foi capturada em 1329 e Nicomédia, em 1337.[1] A guerra civil voltou a eclodir no império em 1341, dessa vez entre João V e seu sogro, João Cantacuzeno, enquanto o crescente poder de Estêvão da Sérvia desviava a atenção de todos os povos dos Bálcãs.[2]

Em 1354 Orhan, que assumira o título de sultão, enviou tropas para o outro lado de Dardanelos para tomar a cidade de Galípoli. Dois anos depois, transferiu vários milhares de súditos seus para além do estreito, instalando-os na Trácia. No ano seguinte, conseguiu penetrar ainda mais longe no interior e capturar a grande fortaleza de Adrianópolis, que se tornou sua segunda capital. Na época de sua morte, em 1359, quase toda a Trácia estava em seu poder, e Constantinopla ficara isolada de suas possessões européias. Seu filho e sucessor, Murad I, tinha talento suficiente para dar continuidade à obra de seu predecessor. Sua primeira providência foi fundar o corpo de janízaros, composto por crianças escravas cristãs convertidas à força, que lhe eram enviadas como tributo.[3]

A expansão dos turcos otomanos não passou despercebida no Ocidente. Até então, não parecia haver grande perigo para o continente europeu, já que o império sérvio parecia perfeitamente capaz de suprimir eventuais avanços. Não obstante, a própria Constantinopla estava sob evidente ameaça, e com ela os interesses comerciais dos italianos. Os gregos, entretanto, eram cismáticos. A política da Igreja Ocidental consistia em insistir em sua submissão a Roma antes que sequer se considerasse a possibilidade de enviar-lhes ajuda. Essa espécie de chantagem moral estava fadada ao fracasso; não só as convicções religiosas, mas o orgulho nacional e a lembrança de afrontas passadas tornavam impossível para o povo grego consentir na dominação eclesiástica latina, mesmo que seus governantes se dispusessem a submeter-se.[4]

Em 1365, Amadeu VI, Conde de Sabóia, assumiu a Cruz. O Papa Urbano VI vinha dedicando-se ativamente à pregação da cruzada em nome de Pedro de Chipre, e Amadeu tencionava sinceramente seguir para a Terra Santa. Todavia, era primo em primeiro grau do Imperador Bizantino João V, e desejava ajudá-lo. O pontífice autorizou-o a iniciar sua campanha combatendo os turcos, sob a condição de que ele obtivesse a submissão da Igreja Grega. Os venezianos empenharam-se ao máximo para frustrar sua cruzada,

---

1 Vasiliev, *op. cit.* pp. 608-9; Gibbons, *op. cit.* pp. 54-70.
2 Vasiliev, *op. cit.* pp. 609-13.
3 Gibbons, *op. cit.* pp. 100-3, 110-21.
4 Vasiliev, *op. cit.* pp. 670-2.

temendo que ela viesse a interferir em sua política comercial. Particularmente, não lhes interessava que ele se juntasse a Pedro de Chipre, e ficaram aliviados quando os boatos que espalharam acerca do tratado de Pedro com o Egito convenceram-no a concentrar-se em Bizâncio. Amadeu reuniu uma eminente companhia de cavaleiros, mas desde o princípio enfrentou problemas financeiros. A expedição alcançou os Dardanelos em agosto de 1366, iniciando imediatamente o sítio de Galípoli, que caiu em 23 de agosto. Contudo, em vez de aportar na Trácia e tentar varrer os turcos da província, Amadeu embarcou para Constantinopla. Lá, soube que o imperador fora capturado à traição pelo monarca búlgaro, Shishman III; assim, todas as suas energias foram devotadas ao resgate de seu primo, o que só se conseguiu mediante uma investida contra o porto de Varna, pertencente a Shishman. Quando João foi resgatado, Amadeu descobriu que havia gastado todo o seu dinheiro, além daquele que extorquira dos locais e tomara emprestado da imperatriz. Não teve alternativa senão voltar para casa. Antes, porém, fez o imperador prometer levar sua Igreja a submeter-se a Roma; quando o Patriarca de Constantinopla, Filoteu, foi à sua galera, acompanhado de um cavaleiro grego, para comunicar-lhe que o povo grego deporia o imperador caso ele anuísse, Amadeu seqüestrou-o e levou-o consigo para a Itália. Voltou para casa no fim de 1367. Sua cruzada não tivera serventia praticamente nenhuma. Os turcos recapturaram Galípoli logo após sua partida.[1]

Sob Murad, os turcos otomanos assistiram a uma explosão de seu poder. Ele sujeitou os emires do oeste da Anatólia e avançou contra a Europa. Depois de uma vitória sobre os sérvios no Maritsa, em 1371, a Bulgária tornou-se um Estado-vassalo, não tardando a ser anexada por completo. Em 1389, ocorreu uma batalha decisiva entre os sérvios e os turcos em Kossovo. Murad foi assassinado por um sérvio pouco antes da batalha, mas suas tropas, com esmagadora superioridade numérica sobre os inimigos, foram absolutamente triunfantes. Os turcos eram agora senhores dos Bálcãs.[2]

Embora a energia cruzada do Ocidente fosse desperdiçada em 1390 numa malograda expedição liderada por Luís II, Duque de Bourbon, contra al-Mahdiya, perto de Túnis,[3] ficou claro que, para a segurança da Europa cristã, os turcos otomanos precisavam ser derrotados. Quando, em 1390, o sultão Bayazid anexou a cidade búlgara de Vidin, no Danúbio — cujo príncipe reconhecera a soberania da Hungria — o monarca húngaro, Sigismundo de Luxemburgo, irmão do Imperador Wenzel, apelou para todos os demais

1 Atiya, *op. cit.* pp. 379-97.
2 Vasiliev, *op. cit.* p. 624; Gibbons, *op. cit.* pp. 174-8.
3 A expedição de Luís é descrita por completo em Atiya, *op. cit.* pp. 398-434.

monarcas. Tanto o papa romano, Bonifácio IX, quanto o de Avignon, Benedito XIII, emitiram bulas recomendando uma cruzada, ao passo que o idoso propagandista Filipe de Mezières escreveu uma carta aberta a Ricardo II da Inglaterra para rogar-lhe que cooperasse com Carlos VI da França na cruzada iminente. As conexões de Sigismundo na Alemanha permitiram-lhe encontrar apoio no país. Os príncipes da Valáquia e da Transilvânia estavam apavorados o bastante diante do avanço turco para unirem-se a ele, apesar de todo o seu ódio pelos húngaros. No Ocidente, os Duques da Burgúndia, Orleans e Lancaster anunciaram seu desejo de ajudar. Em março de 1395 uma embaixada húngara, encabeçada pelo Arcebispo de Gran, Nicolau de Kanizsay, foi a Veneza para obter do Doge a promessa de transporte. Os embaixadores dirigiram-se em seguida para Lião, onde foram generosamente recebidos pelo Duque da Burgúndia (Filipe, o Calvo), que lhes prometeu seu entusiástico apoio. Depois de passarem por Dijon, onde prestaram seus respeitos à duquesa Margarida de Flandres, seguiram para Bordéus a fim de encontrarem o tio do Rei da Inglaterra, João de Lancaster, que se comprometeu a providenciar um contingente inglês. Dali, os húngaros viajaram a Paris. O soberano francês, Carlos VI, estava sofrendo um acesso de loucura, mas seus regentes ofereceram-se para encorajar a nobreza francesa a ingressar na cruzada. Um vasto exército internacional para a salvação da cristandade começou a formar-se. Para financiá-lo, o duque burgúndio coletou tributos especiais que lhe proporcionaram a gigantesca soma de 700 mil francos de ouro. Nobres franceses individuais acrescentaram suas próprias contribuições pessoais. Guy VI, Conde de La Trémouille, colaborou com 24 mil francos. Os senhores franceses e burgúndios concordaram em aceitar a liderança do filho mais velho do Duque da Burgúndia, João, Conde de Nevers, um vigoroso jovem de 24 anos.[1]

Enquanto os embaixadores húngaros corriam de volta a Budapeste para colocar o Rei Sigismundo a par de seu êxito e aconselhá-lo a dar continuidade aos seus preparativos, o Duque da Burgúndia dava ordens cautelosas para a organização e comportamento das tropas franco-burgúndias, convocadas a reunir-se em Dijon em 20 de abril de 1396. João de Nevers é que deveria comandá-las, mas em vista de sua pouca idade formou-se um conselho composto por Filipe, filho do Duque de Bar, Guy de La Trémouille e seu irmão Guilherme, o Almirante João de Vienne e Odardo, senhor de Chasseron. No fim do mês, um exército de dez mil homens iniciou a marcha para Budapeste, via Alemanha. No caminho foi reforçado com seis mil alemães, liderados pelo Conde palatino Ruperto, filho de Ruperto III de Wittelsbach,

1 Atiya, *Crusade of Nicopolis*, pp. 1-34, relato repleto de referências.

e Eberardo, Conde de Katznellenbogen. Logo atrás seguiam mil combatentes ingleses, sob o meio-irmão do Rei Ricardo, João Holland, Conde de Huntingdon.[1]

As hostes ocidentais chegaram por volta do fim de julho a Budapeste, onde encontraram o Rei Sigismundo esperando com uma força de cerca de sessenta mil homens. Seu vassalo Mircea, voivoda da Valáquia, unira-se a ele com mais dez mil homens — e cerca de treze mil aventureiros vieram da Polônia, Boêmia, Itália e Espanha. O exército todo, com aproximadamente cem mil soldados, era o maior a se reunir contra os infiéis. Nesse meio-tempo, uma esquadra tripulada pelos cavaleiros do Hospital (comandados por seu grão-mestre, Filiberto de Naillac), venezianos e genoveses, penetrou no Mar Negro e ancorou na boca do Danúbio.

O sultão otomano, de seu lado, não ficara de braços cruzados. Bayazid tomou conhecimento da reunião da cruzada na Hungria quando assediava Constantinopla. Sem hesitar, recrutou todas as tropas disponíveis e marchou rumo ao Danúbio, ao norte. Segundo estimativas, seus homens eram mais de cem mil.

Os cavaleiros ocidentais nada haviam aprendido com três séculos de experiência. Ao discutirem os planos da campanha, em Budapeste, o Rei Sigismundo recomendou uma estratégia defensiva. Tinha consciência da força do inimigo. Seria melhor, pensava ele, atrair os turcos para a Hungria e atacá-los de posições preparadas. Como os imperadores bizantinos nas cruzadas anteriores, Sigismundo estava convencido de que a segurança da cristandade dependia da preservação de seu próprio reino; como os cruzados anteriores, porém, seus aliados anteviam uma grande ofensiva. Os turcos seriam esmagados e os exércitos cristãos avançariam triunfantes pela Anatólia até Síria e a própria Cidade Santa. Foram tão veementes que Sigismundo cedeu. No início de agosto, as hostes unidas começaram a descer a margem esquerda do Danúbio até Orsova, junto ao Passo de Ferro, e dali cruzaram para os domínios do sultão.

Foram necessários oito dias para transportar o exército para a outra margem. Os soldados então seguiram pela margem sul até a cidade de Vidin, cujo senhor era um príncipe búlgaro, João-Srachimir — que, no entanto, era vassalo do sultão, que ali mantinha uma pequena guarnição turca. Vendo a chegada dos cristãos, João-Srachimir juntou-se a eles e abriu os portões. Os turcos foram massacrados. A cidade seguinte descendo o rio era Rahova, sólida fortaleza dotada de um fosso e uma muralha dupla, onde fora instalada uma considerável guarnição turca. Os cavaleiros franceses mais veemen-

1 *Ibid.* pp. 41-8, 67-8, 184 nn.

tes, liderados por Filipe de Artois, Conde d'Eu, e João le Meingre, mais conhecido como Marechal Boucicaut, correram imediatamente para o ataque e teriam sido aniquilados se Sigismundo não acorresse com seus húngaros. A guarnição não tinha condições de resistir muito a todo o exército cristão. A cidade foi tomada de assalto e toda a população, da qual muitos eram cristãos búlgaros, foi passada à espada — exceto por mil mais abastados que permaneceram prisioneiros para pagamento de resgate.

De Rahova, o exército seguiu para Nicópolis, o principal baluarte turco no Danúbio, situada no ponto onde a estrada principal da Bulgária central descia até o rio. A cidade erguia-se junto ao Danúbio, num morro cujas encostas íngremes eram coroadas por duas linhas de muralhas formidáveis. Os cruzados estavam sem máquinas de cerco — os ocidentais não se haviam dado conta de sua necessidade, e Sigismundo preparara-se tão-somente para a ação defensiva. Quando as escadas precipitadamente erguidas pelos franceses e as minas escavadas pelos engenheiros húngaros demonstraram ser inadequadas, o exército decidiu esperar até que a fome forçasse a cidade a capitular — no que contou com o auxílio da chegada da esquadra hospitalária, que velejou Danúbio acima e baixou âncora junto aos muros em 10 de setembro. Nicópolis, entretanto, contava com um farto estoque de provisões, e o governador turco, Dogan Bey, que soubera aproveitar as lições dadas pelo destino de seus compatriotas em Vidin e Rahova, não tinha a menor intenção de render-se.

A demora foi fatal para o moral das tropas cristãs. Os cavaleiros ocidentais entregaram-se ao jogo, à bebida e a todas as formas de devassidão. Os poucos soldados que se atreveram a sugerir que os turcos eram inimigos formidáveis tiveram as orelhas decepadas, por ordem do Marechal Boucicaut, como castigo por seu derrotismo. Espocaram escaramuças entre os diversos contingentes, ao passo que os vassalos transilvanos e de Sigismundo e seus aliados valáquios começaram a falar em deserção.

Quando a cruzada encontrava-se havia quinze dias diante de Nicópolis, chegou a notícia da aproximação dos turcos. O exército do sultão vinha a passos largos da Trácia, portando armas leves; sua cavalaria possuía muito mais mobilidade que a franca, seus arqueiros estavam soberbamente bem treinados, e ele contava com a enorme vantagem de uma disciplina e obediência perfeitas ao comando único do sultão. Este, por sua vez, era um homem de excepcional habilidade. Havia enviado algumas tropas à frente, facilmente derrotadas nos desfiladeiros dos Bálcãs por um contingente francês comandado pelo Senhor de Coucy. No entanto, a inveja do Marechal Boucicaut, que acusou Coucy de tentar roubar de João de Nevers a honra

pela vitória, bloqueou qualquer outra tentativa de conter o avanço turco. Nesse ínterim, os cavaleiros decidiram eliminar os cativos de Rahova.

Na segunda-feira, 25 de setembro de 1396, a vanguarda do exército turco foi avistada e acampou nas colinas, a cerca de cinco quilômetros dos cristãos. Na manhã seguinte, antes do nascer do sol, Sigismundo visitou os demais comandantes um por um e implorou-lhes que permanecessem na defensiva. Embora lhes dissesse, com franqueza, que não podia confiar nem em seus transilvanos nem nos valáquios, só foi apoiado por Coucy e João de Vienne. Os demais estavam determinados a forçar o confronto imediatamente. Sigismundo, debilmente, voltou a ceder. Organizou seu exército em três divisões, com suas próprias tropas húngaras no centro, os valáquios à esquerda e os transilvanos à direita. A vanguarda foi composta por todos os ocidentais, comandados por João de Nevers.

Ao romper da aurora, tudo o que se podia avistar do exército turco era uma divisão irregular da cavalaria ligeira que assomava no cume da colina. Atrás dela, protegida por uma linha de estacas, estava a infantaria, com o regimento de arqueiros. O corpo principal da cavalaria *sipahi*,[1] comandada pelo sultão em pessoa, ficou escondido atrás do cume, com uma divisão da cavalaria sérvia — encabeçada pelo Príncipe Estêvão Lazarovic, um fiel vassalo do sultão — à sua esquerda.

A batalha, assim como a estratégia que a precedera, demonstrou que os cruzados nada haviam aprendido ao longo de tantos séculos. Os cavaleiros ocidentais da vanguarda não se deram ao trabalho de colocar Sigismundo a par de seus planos. Em seu profundo e confiante entusiasmo, precipitaram-se encosta acima, dispersando a cavalaria ligeira turca à sua frente. Enquanto os turcos se reagrupavam atrás de sua infantaria, os cavaleiros viram-se presos nas estacas. Sem hesitar, desmontaram e deram continuidade à carga a pé, arrancando as estacas na investida — avançando com tal ímpeto que também a infantaria turca se dispersou. Alguns turcos conseguiram retirar-se para trás da cavalaria reagrupada, mas a maioria foi morta ou impelida para a planície. Quando, porém, os cruzados — triunfantes, mas exaustos — seguiram em frente e chegaram ao topo da colina, depararam-se com os sérvios e os *sipahis* do sultão. O ataque dessas tropas descansadas pegou-os de surpresa; a pé, exaustos e sedentos, além de oprimidos pelo peso das armaduras, não tardaram a ser desbaratados e ver sua vitória converter-se numa debandada. Poucos escaparam ao massacre. Entre os que

1 Os *sipahi* eram cavaleiros feudais do exército otomano — do qual seriam a peça mais importante até o século XVI — e a eles se concediam feudos que podiam explorar em troca da prestação de serviços militares. (N.T.)

pereceram estavam Guilherme de La Trémouille e seu filho Filipe, João de Cadzaud, Almirante de Flandres, e o Grão-prior dos Cavaleiros Teutônicos. João de Vienne, Grão-almirante da França, caiu agarrado ao grande estandarte de Notre Dame que fora entregue aos seus cuidados. João de Nevers foi o único a ser poupado porque seus assistentes puseram-se a gritar quem ele era e persuadiram-no a entregar-se. Com ele foram aprisionados os Condes d'Eu e de La Marche, Guy de La Trémouille, Enguerrando de Coucy e o Marechal Boucicaut.

Quando os cavaleiros desmontaram, seus cavalos voltaram sozinhos para o acampamento, diante do que os contingentes valáquio e transilvano chegaram à conclusão de que a batalha estava perdida e trataram de bater em retirada, apoderando-se de todos os barcos que encontraram a fim de atravessar o rio. Sigismundo, porém, ordenou que suas tropas avançassem para resgatar os ocidentais. Na subida da encosta, mataram boa parte da infantaria turca que se espalhara em desordem, mas, ao se aproximarem do campo de batalha, descobriram que haviam chegado tarde demais. A cavalaria do sultão arremeteu contra eles e repeliu-os com pesadas perdas para as margens do rio.

Vendo seu exército desbaratado, o próprio Sigismundo foi convencido a abandonar o combate; refugiou-se numa das naves venezianas no Danúbio, que o levou para Constantinopla e dali para casa, passando pelo Egeu e pelo Adriático. Temia viajar por terra, suspeitando de traição dos valáquios. Seus soldados, junto com os poucos sobreviventes dos cruzados ocidentais, abriram caminho para seus próprios países como puderam, fustigados pelos nativos hostis, pelas feras selvagens e pelos rigores do inverno precoce. O Conde Palatino chegou em andrajos ao castelo do pai, falecendo ao cabo de alguns dias. Poucos dos demais refugiados tiveram melhor sorte.[1]

Bayazid conquistara uma grande vitória, mas também suas perdas foram muito pesadas. Em sua fúria, e tendo em mente também os massacres perpetrados pelos cruzados, ele ordenou que seus prisioneiros — que chegavam a três mil — fossem assassinados a sangue-frio, poupando-se apenas os poucos nobres pelos quais se poderia cobrar um grande resgate. Um cavaleiro francês que falava turco, Jaime de Helly, foi constrangido a identificá-los e, em seguida, recebeu permissão para viajar ao Ocidente para providenciar o dinheiro a ser levantado. Só em junho seguinte uma embaixada ocidental alcançou o sultão em Brusa e entregou-lhe a gigantesca quantia por ele exigida. Muitos simpatizantes de toda a cristandade haviam enviado suas contribuições, mas a maior parte foi paga pelo Rei Sigismundo e pelo Duque da

1 Atiya, *Crusade of Nicopolis*, pp. 50-99.

Burgúndia, que forneceram mais de um milhão de francos. Os cativos libertados alcançaram suas casas quase no fim de 1397.[1]

A cruzada de Nicópolis foi a maior e a derradeira das grandes cruzadas internacionais. O padrão de sua triste história repetiu com melancólica acurácia o das grandes cruzadas desastrosas do passado, com a diferença de que o campo de batalha situara-se dessa vez na Europa em vez de na Ásia. Os erros e asneiras haviam sido os mesmos. O mesmo entusiasmo fora dissipado em contendas, animosidades e impaciência. A única lição extraída pelo Ocidente desse fracasso final foi que a Guerra Santa tornara-se inviável.

Não haveria mais nenhuma cruzada, mas os infiéis ainda punham em risco o coração da cristandade. Haviam alcançado o Danúbio e as margens do Mar Adriático. Constantinopla ainda era cristã, mas estava isolada e só permaneceria a salvo enquanto o sultão não dispusesse de uma artilharia forte o bastante para superar suas muralhas maciças nem de navios em quantidade suficiente para interromper suas comunicações marítimas. Os hospitalários de Rodes e os senhores italianos do arquipélago do Egeu estavam agora na fronteira, e Chipre não passava de um remoto posto avançado. O Rei da Hungria, os voivodas da Valáquia e da Moldávia e os pequenos líderes locais albaneses suplicavam por ajuda para defenderem suas fronteiras; todavia, se as repúblicas italianas estavam ocupadas calculando que política melhor preservaria seus interesses comerciais, e o papa tinha perfeita consciência do perigo corrido pela cristandade, as potências ocidentais haviam perdido o interesse. A última experiência fora demasiado amarga, e seria impossível reviver o entusiasmo que a provocara após tamanho desastre. O próprio pontífice deixou-se absorver pelas intrigas na Hungria para que Ladislau de Nápoles ocupasse o lugar de Sigismundo, sem se importar com os danos causados pela guerra civil às defesas da Europa central.[2] O monarca francês, que foi suserano de Gênova entre 1396 e 1409, mostrou-se preocupado o bastante com o destino da colônia genovesa em Pera, defronte a Constantinopla, para enviar o Marechal Boucicaut e mais duzentos homens para o Bósforo em 1399. Sua presença evitou uma hesitante investida turca contra a cidade imperial, mas, como não havia ninguém disposto a pagá-lo nem aos seus homens, ele não tardou a retirar-se.[3] O imperador bizantino, Manuel II, viajou então cheio de esperanças ao Ocidente em busca de socorro. Os italianos ficaram chocados ao constatar a penúria em que se encontrava o herdeiro dos césares; o Duque de Milão brindou-o com presentes esplêndidos,

1 *Ibid.* pp. 102-11.
2 Atiya, *Crusade in the Later Middle Ages*, pp. 463-4; Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles*, VI, 2, pp. 1253-4.
3 Atiya, *op. cit.* pp. 465-6; Vasiliev, *op. cit.* pp. 632-3.

a fim de que ele se apresentasse num estado mais condizente com seu escalão; e ele foi acolhido com magnificência em Paris e em Londres. Ninguém, todavia, ofereceu-lhe qualquer ajuda material. O pontificado não teve interesse, pois Manuel foi demasiado honesto para prometer a submissão de sua Igreja a Roma, sabendo que seu povo não o toleraria. Em 1402, porém, ele correu de volta à sua capital, instigado por uma notícia que parecia prenunciar o declínio do Império Otomano.[1]

Timur, o Coxo,[2] um insignificante príncipe de origem turco-mongólica, nasceu perto de Samarcanda em 1336. Em 1369, já se assenhoreara de todas as terras que haviam pertencido ao ramo chagatai dos mongóis. Dali por diante, ampliou seus domínios por meio de uma impiedosa agressividade — devagar a princípio, mas depois com ímpeto crescente. Entre 1381 e 1386, varreu as terras do ilcanato mongol na Pérsia e, em 1386, conquistou Tabriz e Tíflis. Nos quatro anos seguintes, permaneceu ocupado em sua fronteira norte. Em 1392, capturou Bagdá. No decorrer dos anos subseqüentes, dedicou-se a uma campanha na Rússia contra os mongóis da Horda Dourada, penetrando até Moscou, e em 1395 apareceu na Anatólia Oriental, onde se apoderou de Erzinjan e Sivas. Em 1398, conquistou o norte da Índia, numa campanha brilhante cuja eficácia foi alimentada pelos tenebrosos massacres que perpetrava. Em 1400, voltou-se mais uma vez para o oeste e arremeteu contra a Síria, derrotando os exércitos mamelucos enviados para enfrentá-lo primeiro em Alepo e depois em Damasco, ocupando e saqueando todas as grandes cidades da província. Em 1401, puniu uma revolta em Bagdá com a total aniquilação da cidade, que mal se recuperara dos efeitos da conquista de Hulagu, um século e meio antes. Em 1402, voltou para a Anatólia, decidido a subjugar o sultão otomano, único potentado do Islã que ainda não humilhara. A batalha decisiva ocorreu em Ancara, em 20 de julho. Bayazid sofreu uma derrota arrasadora e foi feito prisioneiro, morrendo no cativeiro alguns meses mais tarde. Nesse meio-tempo, as cidades otomanas da Anatólia caíram em poder do conquistador, que, em dezembro de 1402, expulsou de Esmirna os cavaleiros do Hospital.[3]

O Imperador Manuel esperava que a derrocada de Bayazid pusesse fim à ameaça otomana, mas não estava forte o bastante para tomar qualquer iniciativa sem apoio. As repúblicas italianas procuraram ser prudentes. Os genoveses apressaram-se em firmar um tratado com Timur a fim de resguar-

---

1 Vasiliev, *op. cit.* pp. 631-4.

2 No idioma nativo, a alcunha "Timur, o Coxo" se dizia *Timur-i-Lenk*, de onde veio a forma latinizada "Tamerlão", pela qual o conquistador mongol é mais conhecido. (N.T.)

3 Para obter mais informações sobre a carreira de Timur, ver Bouvat, *L'Empire Mongol, 2ème phase*, *passim*, esp. pp. 58-63.

dar seu comércio asiático, mas, temendo pelo comércio nos Bálcãs e incertos quanto ao futuro, ajudaram a preservar o poder otomano transportando os remanescentes do exército de Bayazid para a Europa. Os venezianos optaram pela neutralidade.[1] Sua cautela era justificada. A invasão de Timur de fato impediu o ataque imediato do sultão a Constantinopla e manteve Bizâncio a salvo por mais meio século; se toda a Europa tivesse intervindo de imediato, poderia ter posto fim ao Império Otomano. Contudo, os turcos estavam muito bem estabelecidos na Anatólia, em termos raciais, e nos Bálcãs, em termos políticos, e não seriam desalojados com facilidade. Tampouco Timur possuía o mesmo gênio político de Gêngis Khan. Após sua morte, em 1405, seu império começou imediatamente a desintegrar-se. Os mamelucos não tardaram a recuperar a Síria. No Azerbaijão, emergiu a dinastia dos turcomanos Ovelhas Negras, que estabeleceram um domínio da Anatólia Oriental a Bagdá. Houve agitações de cunho nacionalista na Pérsia, onde logo surgiu a grande dinastia Safawi. Na Transoxiana, os descendentes de Timur perduraram por quase um século, mas só na Índia fundaram um império duradouro, como os Grandes Mogóis de Delhi.[2]

Na Anatólia, a única conseqüência da invasão de Timur, em última instância, foi a deflagração de um novo influxo de turcomanos — e, portanto, ao fim e ao cabo, o fortalecimento das raízes do poder otomano. Quando Timur morreu, os filhos de Bayazid assumiram a herança do pai, e durante seis anos lutaram entre si. Os conflitos civis proporcionaram às potências cristãs mais uma oportunidade de frustrarem a expansão subseqüente do poder otomano, mas elas não souberam aproveitá-la. O imperador bizantino recobrou, mediante diplomacia, algumas cidades litorâneas, e os cavaleiros de Rodes foram autorizados a construir um castelo no continente em frente à sua ilha, em Bodrun, a antiga Halicarnasso. Não se conseguiu nada além disso, porém. Quando, em 1413, Maomé I tornou-se sultão, o Império Otomano estava intacto. Maomé foi um governante pacífico, que evitou guerras agressivas, mas reorganizou seus domínios com firmeza. Ao morrer, em 1421, deixou seu povo ainda mais forte que antes.[3]

O sucessor de Maomé, Murad II, inaugurou seu reinado com uma investida contra Constantinopla. Contudo, como ainda lhe faltavam navios e uma artilharia pesada, diante da brava defesa da capital pelos gregos — sem nenhuma ajuda externa, entre junho e agosto de 1422 — ele abandonou o sítio e concentrou sua atenção em conquistas na península grega, na Ásia e

1 Heyd, *op. cit.* II, pp. 65-7.
2 Bouvat, *op. cit.* pp. 84 ss.
3 Hammer, *Histoire de l'Empire Ottoman* (trad. Helbert), II, pp. 120 ss.

do outro lado do Danúbio.[1] Em 1439, no Concílio de Florença, o Imperador João VIII, sucessor de Manuel, consentiu em desespero em sujeitar sua Igreja a Roma. Seu povo repudiou a união, e ele não recebeu quase nada por seu empenho.[2] Em 1440, o Papa Eugênio IV pregou uma nova cruzada. Quatro anos mais tarde, um chefe tribal albanês, Skanderbeg, declarou guerra aos turcos e recebeu o apoio de seu suserano, o Rei Jorge da Sérvia. O próprio papa e o Rei de Aragão prometeram enviar dez galeras cada ao Oriente. O exército húngaro, sob o filho bastardo de Sigismundo, João Corvino (alcunhado Hunyadi), Voivoda da Transilvânia para o Rei Vladislav, preparou-se para empreender uma incursão do outro lado do Danúbio — mas, ao cabo de algumas escaramuças, os aliados perderam o alento e aquiesceram a uma trégua de dez anos, assinada em Szegedin em junho de 1444.[3] Murad preparou-se então para levar seu exército para enfrentar inimigos na Anatólia — em vista do que o legado papal que acompanhava as forças aliadas, Cardeal Juliano Cesarini, persuadiu os líderes cristãos de que um juramento feito aos infiéis não tinha a menor validade, e instou-os a avançarem. O monarca ortodoxo da Sérvia, rejeitando tal casuística, não permitiu que Skanderbeg permanecesse com o exército. João Hunyadi protestou, mas permaneceu no comando, e liderou as tropas aliadas, compostas por cerca de vinte mil homens, a Varna, aonde chegaram em princípios de novembro de 1444. Entrementes, Murad, avisado de que a trégua fora violada, correu de encontro a eles com quase o triplo de soldados. A batalha deu-se em 10 de novembro. Os cristãos resistiram com fidalguia; no ápice da luta, o sultão, que levara para o embate o tratado violado junto com seu estandarte, bradou: "Cristo, se sois de fato Deus como dizem vossos seguidores, puni-os por sua perfídia". Sua oração e sua vantagem numérica prevaleceram. Os aliados cristãos foram praticamente aniquilados. O Rei Vladislav, que estava com suas tropas, pereceu, junto com o traiçoeiro cardeal. O próprio Hunyadi escapou com vida, junto com um insignificante resquício de seu exército.[4]

O galante empenho de Skanderbeg resguardou a independência albanesa por mais vinte anos, e João Hunyadi, apesar de desastrosa derrota numa batalha que se arrastou por três dias no ominoso campo de Kossovo, em 1448, impediu o sultão de transpor o Danúbio enquanto viveu.[5] Quando ele morreu, porém, em 1456, os turcos haviam concretizado a ambição que dominava o Islã desde os tempos do Profeta. Em 1451, Murad II foi suce-

---

1 *Ibid.* II, pp. 159 ss.
2 Vasiliev, *op. cit.* pp. 672-4.
3 Hammer, *op. cit.* II, pp. 288-302.
4 Ver Halecki, *The Crusade of Varna, passim.*
5 Hammer, *op. cit.* II, pp. 322-7.

dido por seu filho, Maomé II — um jovem de 21 anos de indomável vigor, ousadia e habilidade —, que adotou como primeiro objetivo a conquista de Constantinopla. Não cabe aqui contar a esplêndida e trágica história dos derradeiros dias de Bizâncio. Os gregos, divididos contra seus governantes, que lhes haviam vendido a Igreja para Roma, uniram-se com uma coragem soberba para enfrentar sua agonia final. A ajuda enviada pelo Ocidente era, a despeito de toda sua bravura, irremediavelmente precária. Era inevitável que os vastos recursos do sultão, seus preparativos meticulosos e vontade indômita o conduzissem ao triunfo. Tampouco sua vitória foi uma mera questão de prestígio; embora Bizâncio estivesse moribunda havia muito tempo, seu desaparecimento garantiu a permanência turca na Europa, concedendo-lhes o controle dos mares orientais. Foi o dobrar dos sinos dos impérios de Gênova e Veneza, do reino de Chipre e do Hospital em Rodes; e deixou o sultão livre para conduzir seus exércitos até os portões de Viena.[1]

Por toda a Europa, a queda de Constantinopla foi reconhecida como o marco do fim de uma era. A notícia, apesar de não ser inesperada, foi motivo de amargas auto-recriminações. Não obstante, exceto pelos príncipes que viram suas fronteiras sob ameaça imediata, ninguém se deu ao trabalho de tomar qualquer iniciativa. Só o Núncio Cardeal da Alemanha, o grande humanista Enéias Sílvio, tentou instigar o Ocidente a cumprir tardiamente seu dever. Seus discursos perante as dietas germânicas, no entanto, não tiveram qualquer resultado — e, em suas cartas para o papa, ele expressou sua desilusão. Em 1458, ele próprio foi entronizado papa, como Pio II; durante todo o seu pontificado, labutou por recriar uma cruzada como as promovidas por seus grandes predecessores. Em 1463, seu projeto pareceu perto de concretizar-se. A oportuna descoberta de minas de alume nos Estados Pontifícios proporcionou-lhe uma receita inesperada, e ameaçou quebrar o monopólio turco da pedra-ume. O novo Doge de Veneza parecia favorável à guerra. O Rei da Hungria, finalmente em paz com o Imperador, ansiava por uma aliança cristã. Filipe, Duque da Burgúndia, manifestou um bem-vindo interesse. A Bula *Ezechielis*, emitida em outubro, traduziu o otimismo papal. Com o passar dos meses, entretanto, o entusiasmo minguou; os húngaros, sobre os quais de qualquer modo pendia a ameaça de uma guerra com os turcos, foram os únicos a lhe oferecerem apoio material. Os venezianos hesitaram. Nenhuma das cidades italianas estava disposta a correr o risco de perder o comércio que a ruptura com o sultão acarretaria. Filipe da Burgúndia escreveu que estava impossibilitado de deixar suas terras

1 A melhor história da queda de Constantinopla ainda é a de Pears, *The Destruction of the Greek Empire*, pp. 237 ss. Ver também Vasiliev, *op. cit.* pp. 647-55.

pelos complôs do Rei da França. Valentemente, o papa decidiu que financiaria e lideraria a cruzada pessoalmente. Ordenou que seus agentes reunissem uma esquadra de galeras em Ancona e, em 18 de julho de 1464, apesar de exausto e com a saúde precária, assumiu a Cruz numa cerimônia solene na Basílica de S. Pedro.

Alguns dias depois, pôs-se a caminho do porto de embarque. Seus assessores, vendo que ele era um homem moribundo, esconderam-lhe a verdade de que nenhum dos príncipes da Europa seguira-lhe o exemplo e de que nenhum exército além do seu embarcaria em suas galeras rumo ao Oriente. Pelo contrário, ao aproximar-se de Ancona, fecharam as cortinas de sua liteira, para que ele nada visse do lado de fora — pois as estradas fervilhavam com a tripulação de sua esquadra, que haviam abandonado os navios e corriam de volta para casa. Chegando em Ancona ele expirou, em 14 de agosto. Por misericórdia, pouparam-no da notícia do absoluto colapso de sua cruzada.[1]

Quase quatro séculos antes, a pregação do Papa Urbano II induzira milhares de homens a arriscarem suas vidas na Guerra Santa. Agora, tudo que um papa que assumiu a Cruz conseguiu obter foi um punhado de mercenários que abandonaram a causa antes mesmo que a campanha tivesse início. O espírito cruzado chegara ao fim.

1 Para obter mais informações sobre Pio II, ver Atiya, *op. cit.* pp. 227-30; Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles*, VII, 2, pp. 1291-352.

Capítulo 11

Retrospectiva

"Quanto mais conhecimento, mais sofrimento." ECLESIASTES 1, 18

Quando as cruzadas foram lançadas, seu objetivo era salvar a cristandade oriental dos muçulmanos. Quando terminaram, toda a cristandade oriental estava sob o controle do Islã. Quando o Papa Urbano pregou seu grande sermão em Clermont, os turcos pareciam prestes a ameaçar o Bósforo. Quando o Papa Pio II pregou a última cruzada, os turcos estavam cruzando o Danúbio. Dentre os derradeiros frutos do movimento, Rodes caiu nas mãos dos turcos em 1523, e Chipre, arruinada por suas guerras com o Egito e Gênova e por fim anexada por Veneza, foi por eles conquistada em 1570. Tudo o que restou aos conquistadores ocidentais foi um punhado de ilhas gregas sobre as quais Veneza manteve um domínio precário. O avanço turco foi interrompido não por qualquer esforço conjunto da cristandade, mas pela intervenção dos Estados mais diretamente interessados: Veneza e o Império Habsburgo — com a França, antiga protagonista da Guerra Santa, dando um persistente apoio aos infiéis. O Império Otomano entrou em declínio em virtude de sua própria incapacidade de manter um governo eficiente para suas vastas possessões, até não conseguir mais resistir à ambição de seus vizinhos nem esmagar o espírito nacionalista de seus súditos cristãos, preservado pelas Igrejas cuja independência os cruzados tanto se haviam empenhado por destruir.

Visto sob a perspectiva da História, o movimento cruzado como um todo foi um grande fiasco. O êxito quase miraculoso da Primeira Cruzada estabeleceu os Estados francos em Outremer; um século depois, quando tudo parecia perdido, o galante esforço da Terceira Cruzada colocou-os a salvo por mais uma centena de anos. Entretanto, o tênue reino de Jerusalém e seus principados-irmãos eram um resultado insignificante de uma imensa energia e entusiasmo. Durante três séculos, praticamente nenhum potentado europeu deixou de fazer em algum momento o fervoroso voto de partir para a Guerra Santa. Nenhum país deixou de enviar soldados para lutarem pela cristandade no Oriente. Jerusalém ocupava os pensamentos de todos os homens e mulheres. Não obstante, as tentativas de reter ou recapturar a

Cidade Santa foram peculiarmente caprichosos e inaptos. Tampouco tais esforços exerceram sobre a história geral da Europa Ocidental o impacto que deles se poderia esperar. A era das cruzadas é uma das mais importantes da História da civilização ocidental. Quando começou, o oeste europeu mal emergira do longo período de invasões bárbaras que denominamos de Idade das Trevas; quando terminou, o grande desabrochar que chamamos de Renascença acabara de ter início. No entanto, não podemos atribuir aos cruzados em si nenhuma participação nesse processo. As cruzadas nada tiveram a ver com a nova segurança no Ocidente, que concedeu a mercadores e estudiosos liberdade para viajarem. Já havia acesso ao conhecimento acumulado pelo mundo islâmico por meio da Espanha; estudantes como Gerberto de Aurillac já haviam visitado os centros espanhóis de educação. Durante todo o período cruzado, era na Sicília, e não nas terras de Outremer, que as culturas árabe, grega e ocidental se encontravam. Em termos intelectuais, Outremer não acrescentou praticamente nada.[1] Era possível que um homem do calibre de S. Luís lá passasse muitos anos sem sofrer a mais leve alteração em seu perfil cultural. Se o Imperador Frederico II manifestou interesse pela civilização oriental, foi em virtude de ter sido criado na Sicília. Outremer tampouco contribuiu para o progresso da arte ocidental, exceto no campo da arquitetura militar e, talvez, na introdução do arco ogival. Na arte da guerra, exceto pela construção de castelos, o Ocidente demonstrou repetidas vezes nada ter aprendido com as cruzadas. Os mesmos equívocos foram cometidos por todas as expedições desde a Primeira Cruzada até a Cruzada de Nicópolis. As circunstâncias dos conflitos armados no Oriente eram tão diversas das da Europa Ocidental que os cavaleiros residentes em Outremer eram os únicos a se darem ao trabalho de recordar as experiências passadas.

É possível que o padrão de vida ocidental como um todo tenha sido elevado pelo desejo dos soldados e peregrinos de implementarem em suas terras natais, ao voltarem para casa, os confortos de Outremer. Contudo, a existência do comércio entre Oriente e Ocidente, conquanto este tenha sido intensificado pelas cruzadas, não dependia deles.

Só em alguns aspectos da evolução política da Europa Ocidental as cruzadas deixaram sua marca. Um dos objetivos expressos pelo Papa Urbano ao pregar as cruzadas era encontrar alguma ocupação útil para os turbulentos e belicosos barões que, do contrário, gastariam toda a sua energia em guerras civis na Europa. Ademais, a transferência de vastas seções desse elemento indisciplinado para o Oriente sem dúvida auxiliou a ascensão do poder

1 Para obter mais informações sobre a vida intelectual de Outremer, ver adiante, Apêndice II.

monárquico no Ocidente, para o prejuízo, em última instância, do papado. Nesse ínterim, todavia, o pontificado também se beneficiou. O pontífice lançara a cruzada como um movimento cristão internacional sob a sua liderança, e seu êxito inicial em muito ampliou seu poder e prestígio. Todos os cruzados pertenciam ao seu rebanho. Suas conquistas eram suas conquistas. À medida que, um a um, os antigos patriarcados de Antióquia, Jerusalém e Constantinopla caíam em suas mãos, parecia que sua pretensão de ser a cabeça da cristandade justificava-se. Nos assuntos da Igreja, seu domínio ampliou-se tremendamente. Congregações de todas as partes do mundo cristão reconheceram sua supremacia espiritual. Seus missionários viajaram até plagas remotas como a Etiópia e a China. O movimento como um todo estimulou a organização da chancelaria pontifícia em termos muito mais internacionais do que nunca — e a instituição desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do Direito Canônico.[1] Caso os papas tivessem se contentado em colher os frutos eclesiásticos apenas, teriam bons motivos para se congratularem. Entretanto, seu tempo ainda não estava pronto para uma divisão clara entre as políticas eclesiástica e leiga — e, nesta, o papado exagerou. A cruzada só inspirava respeito quando dirigida contra os infiéis. A Quarta Cruzada — direcionada, senão pregada, contra os cristãos do Oriente —, foi seguida por uma cruzada contra os hereges do sul da França e os nobres que lhes eram simpáticos; a isso se seguiram cruzadas pregadas contra os Hohenstaufen, até que por fim a cruzada passou a significar qualquer guerra contra os inimigos da política pontifícia — e toda a parafernália espiritual de indulgências e recompensas celestiais passou a ser usada para apoiar as ambições leigas da Santa Sé. O sucesso dos papas em arruinar os imperadores tanto do Oriente quanto do Ocidente impeliu-os às humilhações da guerra siciliana e do cativeiro em Avignon. A Guerra Santa degenerou-se numa farsa trágica.

Além da expansão do domínio espiritual de Roma, o maior benefício proporcionado pelas cruzadas à cristandade ocidental foi negativo. No princípio do movimento, os pilares centrais da civilização localizavam-se no Oriente, em Constantinopla e no Cairo. Quando ele terminou, a civilização deslocara sua sede para a Itália e os jovens países do Ocidente. As cruzadas não foram a única causa do declínio do mundo islâmico; as invasões turcas já haviam solapado o califado abássida de Bagdá e, mesmo sem as cruzadas, poderiam acabar derrubando o califado fatímida do Egito. Não fosse pela incessante fustigação dos conflitos com os francos, no entanto, os turcos talvez fossem integrados ao mundo árabe e lhe proporcionassem uma nova

1 Ver Ullmann, *Medieval Papalism*, pp. 120-1, 128-9.

vitalidade e força, sem destruir sua unidade fundamental. As invasões mongóis foram ainda mais nocivas para a civilização árabe, e seu advento não pode ser atribuído às cruzadas; se não fosse pelas cruzadas, porém, os árabes estariam muito melhor posicionados para reagir à agressão mongol. O intrusivo Estado franco era uma chaga purulenta que os muçulmanos não podiam ignorar. Enquanto ele os distraísse, eles jamais conseguiriam concentrar-se por completo em outros problemas.

O verdadeiro mal causado pelas cruzadas ao Islã, entretanto, foi mais sutil. O Estado islâmico era uma teocracia cujo bem-estar político dependia do califado, a linha de reis-sacerdotes aos quais o costume conferira o direito da sucessão hereditária. O ataque cruzado ocorreu num momento em que o califado abássida não tinha condições nem políticas, nem geográficas de liderar a reação do Islã — e os califas fatímidas, como hereges, não poderiam comandar uma coesão ampla o suficiente. Os líderes que surgiram para derrotar os cristãos — homens como Nur ed-Din e Saladino —, embora fossem figuras heróicas que foram alvos de respeito e devoção, não passavam de aventureiros. Os aiúbidas, a despeito de toda a sua destreza, jamais poderiam ser aceitos como os governantes supremos do Islã, por não serem califas; não eram sequer descendentes do profeta. Não havia para eles um lugar adequado na teocracia islâmica. A destruição de Bagdá pelos mongóis de certo modo facilitou as coisas para os muçulmanos; os mamelucos só fundaram um Estado duradouro no Egito porque não havia mais um califado legítimo em Bagdá — apenas uma linha obscura e espúria, mantida em honorável confinamento no Cairo. Os sultões otomanos solucionariam por fim o problema, assumindo pessoalmente o califado. Seu poder incomensurável levou o mundo islâmico a aceitá-los — mas nunca com total sinceridade, pois eram usurpadores, não da linhagem do profeta. O cristianismo possibilitou, desde o princípio, uma distinção entre as coisas que são de César e as coisas que são de Deus. Assim, quando ruiu a concepção política medieval da Cidade de Deus indivisa, sua vitalidade não foi abalada. O Islã, porém, era concebido como uma unidade política e religiosa. Tal unidade já fora avariada antes das cruzadas, mas os acontecimentos daqueles séculos aprofundaram demais as falhas para que pudessem ser remendadas. Os grandes sultões otomanos promoveram uma reparação superficial, mas provisória — e os problemas perduram até hoje.

Ainda mais daninho foi o impacto da Guerra Santa sobre o espírito do Islã. Toda religião que se baseie numa Revelação exclusiva está fadada a demonstrar algum desdém pelos pagãos. O Islã, entretanto, não era intolerante em seus primórdios. O próprio Maomé entendia que judeus e cristãos haviam recebido uma Revelação parcial, não devendo, pois, ser perseguidos.

Sob os primeiros califas, os cristãos desempenhavam um papel respeitável na sociedade árabe. Entre os primeiros pensadores e escritores árabes, um número notavelmente amplo era cristão, o que gerava um proveitoso estímulo intelectual, já que os muçulmanos — em sua confiança na Palavra de Deus dada de uma vez para sempre no Corão — tendiam a permanecer estáticos e a serem pouco empreendedores em seu pensamento. Tampouco a rivalidade entre o califado e a Bizâncio cristã era inteiramente inamistosa. Estudiosos e técnicos transitavam entre os dois impérios, para seu benefício mútuo. A Guerra Santa deflagrada pelos francos pôs a perder essas boas relações. A selvagem intolerância demonstrada pelos cruzados teve como resposta uma crescente intolerância por parte dos muçulmanos. A pródiga humanidade de Saladino e sua família logo se tornaria rara entre seus correligionários. Na época dos mamelucos, os muçulmanos eram tão estreitos quanto os francos. Seus súditos cristãos estavam entre os primeiros a sofrer as conseqüências; nunca mais recuperaram a velha e fácil camaradagem com seus vizinhos e senhores islâmicos. Sua própria vida intelectual minguou paulatinamente, e com ela a crescente influência que exerciam sobre o Islã. Exceto pela Pérsia, com suas próprias alarmantes tradições heréticas, os muçulmanos trancaram-se por trás do véu de sua fé — e uma fé intolerante é incapaz de progresso.

O mal causado pelas cruzadas ao Islã foi pífio se comparado ao que perpetraram contra a Cristandade Oriental. O Papa Urbano II instara os cruzados a irem socorrer e salvar os cristãos do Oriente. Foi um estranho resgate: quando seu trabalho chegou ao fim, a cristandade oriental fora subjugada pelos infiéis e os próprios cruzados haviam feito tudo o que estava ao seu alcance para impedir sua recuperação. Quando se instalaram no Oriente, não dispensaram aos seus súditos cristãos tratamento melhor que o que lhes dava o califa antes deles. Na realidade, eram ainda mais implacáveis, na medida em que interferiam nas práticas religiosas das Igrejas locais. Ao serem expulsos, deixaram os cristãos nativos expostos à ira dos conquistadores islâmicos. É verdade que eles fizeram por merecer tamanha fúria por sua crença desesperada na possibilidade de os islâmicos lhes proporcionarem a liberdade duradoura que não haviam obtido dos francos — mas seu castigo foi severo e absoluto. Oprimidos por cruéis restrições e humilhações, os cristãos locais definharam até a mais rematada insignificância. Até sua terra foi punida: o delicioso litoral sírio foi devastado e abandonado à desolação. A própria Cidade Santa mergulhou, negligenciada, num longo e tumultuado declínio.

Se a tragédia dos cristãos sírios foi incidental à derrocada das cruzadas, a destruição de Bizâncio foi fruto de uma malícia deliberada. O verdadeiro

desastre das cruzadas foi a incapacidade da cristandade ocidental de compreender Bizâncio. Ao longo das eras, sempre houve políticos esperançosos, que acreditam que, se os povos da Terra se unissem, iriam amar-se e compreender-se uns aos outros. Não há uma ilusão mais trágica. Enquanto Bizâncio e o Ocidente tiveram pouco a ver um com o outro, suas relações foram cordiais. Os peregrinos e aventureiros do oeste eram bem-vindos na cidade imperial e voltavam para casa com a descrição de seus esplendores — mas não eram em número suficiente para causar atritos. Havia um ou outro motivo de disputa entre o imperador bizantino e as potências ocidentais; contudo, ou o cabo-de-guerra era deixado de lado a tempo ou encontrava-se alguma fórmula diplomática para sua resolução. As controvérsias religiosas eram constantes, exacerbadas pelas reivindicações do hildebrandismo. Mesmo aí, com boa-vontade de ambas as partes, seria possível chegar a algum acordo. Com a determinação normanda de expandir-se para o Mediterrâneo Oriental, porém, teve início uma nova e inquietante era. Os interesses bizantinos entraram em agudo conflito com os de um povo ocidental. Os normandos foram frustrados e as cruzadas, lançadas como uma iniciativa reconciliadora. Desde o princípio, porém, houve mal-entendidos. O imperador entendia ser seu dever cristão restaurar suas fronteiras para servirem de baluarte contra os turcos, que considerava serem os inimigos. Os cruzados almejavam alcançar a Terra Santa. Tinham vindo lutar a Guerra Santa contra os infiéis de todas as raças. Enquanto seus líderes mostravam-se incapazes de apreciar a política do imperador, milhares de soldados e peregrinos viram-se numa terra cujo idioma, costumes e religião pareciam-lhes estranhos e incompreensíveis — e, portanto, errados. Esperavam que os camponeses e cidadãos cujos territórios atravessavam não só se parecessem com eles, mas também os acolhessem de braços abertos. Ficaram duplamente decepcionados. Incapazes de perceber que seus roubos e hábitos destrutivos não lhes conquistariam o afeto nem o respeito de suas vítimas, ficaram magoados, irritados, e deixaram-se dominar pela inveja. Se coubesse ao soldado cruzado comum decidir, Constantinopla teria sido atacada e saqueada muito antes. Os líderes da cruzada, porém, estavam a princípio bastante cientes de seu dever cristão e contiveram seus seguidores. Luís VII recusou-se a seguir os conselhos de alguns de seus nobres e bispos, que defendiam que ele pegasse em armas contra a cidade cristã; e Frederico Barbarossa, embora brincasse com a idéia, controlou sua raiva e seguiu em frente. Coube aos avarentos cínicos que dirigiam a Quarta Cruzada tirar proveito de uma momentânea vulnerabilidade do Estado Bizâncio para tramar e levar a cabo sua destruição.

O Império Latino de Constantinopla, concebido em pecado, foi um filho franzino por cujo bem-estar o Ocidente não hesitou em sacrificar as necessidades de seus filhos na Terra Santa. Os próprios papas mostraram-se muito mais interessados em manter os insubordinados gregos sob seu domínio eclesiástico que em resgatar Jerusalém. Quando os bizantinos recuperaram sua capital, políticos e pontífices ocidentais empenharam-se igualmente por recolocarem-nos sob seu controle. A cruzada tornara-se um movimento não pela proteção da cristandade, mas para a consolidação da autoridade da Igreja Romana.

A determinação ocidental de conquistar e colonizar as terras bizantinas foi desastrosa para os interesses de Outremer. Mais desastrosas ainda foram suas conseqüências para a civilização européia. Constantinopla ainda era o centro do mundo cristão civilizado. Nas páginas de Villehardouin, traduz-se a impressão por ela causada nos cavaleiros que vieram da França e da Itália para conquistá-la. Não podiam acreditar que tão soberba metrópole pudesse existir na Terra; de todas as cidades, era a soberana.[1] Como a maioria dos invasores bárbaros, os participantes da Quarta Cruzada não tencionavam destruir o tesouro encontrado, mas dividi-lo e dominá-lo. Sua ganância e falta de graça, contudo, levaram-nos a entregarem-se a uma destruição irreparável. Só os venezianos, com seu nível cultural mais elevado, sabiam que seria mais lucrativo salvá-lo. A Itália, de fato, tirou algum proveito do declínio e queda de Bizâncio. Estava além do alcance dos colonizadores francos das terras bizantinas, por mais que tenham levado uma vitalidade superficial e romântica às montanhas e vales da Grécia, compreender a ancestral tradição da cultura grega; já os italianos, cujos vínculos com a Grécia nunca permaneceram desfeitos por muito tempo, eram mais capazes de apreciar o valor daquilo de que se apropriavam. Assim, quando a decadência de Bizâncio acarretou a dispersão de seus eruditos, estes foram acolhidos pelos italianos. A disseminação do humanismo na Itália foi um resultado indireto da Quarta Cruzada.

A Renascença italiana é motivo de orgulho para a humanidade. Teria sido melhor, no entanto, se ela tivesse se dado sem a ruína da cristandade oriental. A cultura bizantina sobreviveu ao choque da Quarta Cruzada. No século XIV e início do XV, a arte bizantina floresceu em esplêndida profusão. A base política do império, todavia, perdera a solidez. Com efeito, desde 1204 não se tratava mais de um império, mas de um Estado entre muitos

---

1 "Or poez savoir que mult esgarderent Costantinople cil qui onques mais l'avoient veüe; que il ne pooient mie cuidier que si riche ville peüst estre en tot le monde. (...) Nuls nel poist croire se il ne le veïst a l'oil le lonc et lé de la ville, qui de totes les autres ere soveraine" (Villehardouin, ed. Faral, I, p. 110).

outros, de mesma ou maior força. Diante da hostilidade ocidental e da rivalidade de seus vizinhos balcânicos, ele deixaria de proteger a cristandade dos turcos. Foram os próprios cruzados que de bom grado derrubaram as defesas da cristandade, permitindo dessa forma que os infiéis transpusessem o estreito e penetrassem no coração da Europa. Os verdadeiros mártires da cruzada não foram os galantes cavaleiros que caíram em combate nos Cornos de Hattin ou diante das torres de Acre, mas os inocentes cristãos dos Bálcãs, da Anatólia e da Síria, abandonados como foram à perseguição e escravidão.

Para os próprios cruzados, seus fracassos pareciam inexplicáveis. Estavam batendo-se pela causa do Todo-Poderoso — e, se a fé e a lógica estavam certas, tal causa deveria ter triunfado. Na primeira onda de triunfos, intitularam suas crônicas *Gesta Dei per Francos,* a obra de Deus realizada pelas mãos dos francos. Depois da Primeira Cruzada, entretanto, seguiu-se uma longa sucessão de desastres, e mesmo as vitórias da Terceira Cruzada foram incompletas e frágeis. Havia forças malignas estorvando o trabalho de Deus. A princípio, a culpa podia ser despejada sobre Bizâncio, o imperador cismático e seu povo ímpio, que se recusavam a reconhecer a missão divina dos cruzados. Depois da Quarta Cruzada, todavia, quando essa desculpa não podia mais sustentar-se, as coisas só faziam piorar. Pregadores moralistas podiam asseverar que Deus estava zangado com Seus guerreiros em virtude de seus pecados. Não deixava de haver uma certa verdade nisso, mas como explicação rematada essa tese caiu por terra quando S. Luís liderou seu exército num dos maiores desastres ocorridos em toda a história das cruzadas — afinal, S. Luís era um homem, aos olhos do mundo medieval, sem pecado. Com efeito, não foi tanto a devassidão, mas a estupidez, que arruinou as Guerras Santas. No entanto, é da natureza humana ser mais fácil para um homem admitir que é um pecador do que um tolo. Nenhum dos cruzados jamais admitiria que seus verdadeiros crimes foram uma estreita e obstinada ignorância e uma irresponsável falta de previdência.

O principal motivo a impelir os exércitos cristãos para o Oriente foi a fé. A sinceridade e simplicidade de sua fé, contudo, conduziram-nos a certas armadilhas. Foi graças a ela que eles venceram as inacreditáveis dificuldades da Primeira Cruzada, cujo êxito pareceu milagroso. Os cruzados, portanto, esperavam que os milagres continuariam a salvá-los quando surgissem dificuldades. Sua confiança deixou-os imprudentes; mesmo já no fim, em Nicópolis e Antióquia, estavam certos de que podiam contar com o auxílio divino. Mais uma vez, a própria simplicidade de sua fé tornou-os intolerantes. Seu Deus era um Deus ciumento; eles jamais poderiam conceber a possibilidade de o Deus do Islã ser a mesma Potência. Os colonos instalados em Outremer podiam até alcançar uma visão mais ampla, mas os soldados do

Ocidente vinham bater-se pelo Deus cristão; para eles, todos os que demonstrassem qualquer tolerância para com os infiéis não passava de um traidor. Mesmo aqueles que cultuavam o Deus cristão por meio de um ritual diferente eram suspeitos e deploráveis.

Essa fé genuína em geral combinava-se à mais rematada cobiça. Poucos cristãos chegaram a imaginar ser incongruente combinar a obra de Deus com a aquisição de vantagens materiais. Era correto os soldados de Deus extorquirem territórios e riqueza dos infiéis. Era justificável também roubar os hereges e cismáticos. As ambições mundanas ajudaram a produzir o arrojo galante em que se baseou grande parte do sucesso inicial do movimento. Entretanto, a ganância e o anelo por poder são mestres perigosos. Semeiam a impaciência, pois a vida do homem é curta, e ele necessita de resultados rápidos. Semeiam a inveja e a deslealdade, pois os cargos e possessões são limitados e é impossível satisfazer todas as reivindicações. Os conflitos eram constantes entre os francos já estabelecidos no Oriente e os que vinham combater os infiéis e tentar a sorte. Cada grupo via a guerra de um ponto de vista diferente. Em meio a tal turbilhão de inveja, desconfiança e intriga, poucas campanhas teriam grandes possibilidades de êxito. As querelas e a ineficiência eram intensificadas pela ignorância. Os colonos adaptavam-se lentamente ao modo de vida e ao clima do Levante; começavam a aprender como lutavam seus inimigos e como conquistar sua amizade. O cruzado recém-chegado, no entanto, via-se exposto num mundo que lhe era totalmente estranho — e era em geral demasiado orgulhoso para admitir suas limitações. Não gostava de seus primos de Outremer, e não pretendia dar-lhes ouvidos. Assim, uma após a outra as expedições cometeram os mesmos erros e encontraram o mesmo lamentável fim.

Uma liderança poderosa e inteligente poderia ter salvado o movimento; contudo, o contexto feudal de onde vinham os cruzados dificultava a aceitação de um líder. Conquanto as cruzadas fossem obra do papa, seus legados raramente davam bons generais. Houve muitos homens competentes entre os reis de Jerusalém — mas exerciam uma autoridade limitada sobre seus próprios súditos e nenhuma sobre os aliados visitantes. As ordens militares, fornecedoras dos melhores e mais experientes soldados, eram independentes e hostis entre si. Os exércitos nacionais liderados por um rei pareciam constituir, de certo modo, uma arma melhor; todavia, embora Ricardo da Inglaterra, que era um soldado de gênio, fosse um dos poucos comandantes bem-sucedidos entre os cruzados, as demais expedições reais não passaram de rematados desastres. Era difícil para qualquer monarca sustentar por muito tempo campanhas em terras tão distantes das suas. As temporadas de Coração-de-Leão e S. Luís só foram possíveis em detrimento do bem-estar

da Inglaterra e da França. O custo financeiro, em particular, era assustadoramente alto. As cidades italianas podiam converter as cruzadas num negócio lucrativo, e os nobres independentes que esperavam fundar propriedades ou desposar herdeiras em Outremer talvez obtivessem retorno para seu investimento. Enviar o exército real para além-mar, porém, era uma empreitada dispendiosa, com reduzidíssimas esperanças de recompensa material. Era preciso coletar impostos especiais por todo o reino. Não era de admirar que os monarcas mais pragmáticos, tais como Filipe IV da França, preferissem cobrar os tributos e depois ficar em casa. O líder ideal, um grande soldado e diplomata, com tempo e dinheiro para gastar no Oriente e uma profunda compreensão do modo de vida oriental, não seria nunca encontrado. Com efeito, é menos extraordinário o fato de o movimento cruzado ter soçobrado paulatinamente, de fracasso em fracasso, do que o de ter chegado a lograr algum êxito e, sobretudo, por não merecer o crédito por praticamente nenhuma vitória depois de sua espetacular fundação, o de Outremer haver perdurado por duzentos anos.

Os triunfos da cruzada foram triunfos da fé. Entretanto, a fé sem sabedoria é perigosa. Pelas leis da História, o mundo inteiro paga pelos crimes e erros de seus cidadãos. Na longa seqüência de interações e fusões entre Oriente e Ocidente a partir da qual desenvolveu-se a nossa civilização, as cruzadas foram um episódio trágico e destrutivo. O historiador, ao remeter-se às histórias galantes de séculos passados, tem sua admiração toldada pelo pesar que sente por tal testemunho das limitações da natureza humana. Tanta coragem e tão pouca honra, tanta devoção e tão pouco entendimento. Os elevados ideais foram maculados pela crueldade e pela cobiça; empreendimento e resistência foram obscurecidos por um moralismo cego e estreito; e a própria Guerra Santa não passou de um longo ato de intolerância em nome de Deus — o grande pecado contra o Espírito Santo.

Apêndice I

Principais Fontes da História das Últimas Cruzadas

1. Gregas

As fontes gregas são importantes apenas para a história da Quarta Cruzada. Sob esse aspecto, o historiador mais proeminente é NICETAS CHONIATES.[1] JORGE ACROPOLITES[2] cobre a Quarta Cruzada e a época até a recaptura da cidade pelos bizantinos. Para o período seguinte, a história de maior relevo é a de JORGE PACHYMER.[3]

As duas histórias de Chipre em grego, de LEONTIUS MAKHAERAS[4] e JORGE BUSTRON,[5] pouco falam da fase anterior ao século XIV.[6]

2. Latinas e em Francês Antigo

O mais significativo grupo de histórias que tratam de Outremer desde a Terceira Cruzada até a queda de Acre é o das continuações de Guilherme de Tiro, em francês antigo. Até 1198, a fonte original parece ter sido uma obra perdida de ERNOUL, da qual o "ERNOUL" ou BERNARDO, O TESOUREIRO, e os manuscritos C e G da ESTOIRE D'ERACLES são as cópias mais fiéis, e os manuscritos A e B, semelhantes entre si, e D, ligeiramente diferente, são outros registros. De 1198 a 1205, todas as versões são praticamente idênticas. De 1205 em diante, "Ernoul" e C, G e D da *Estoire* são idênticos, até 1219, quando "Ernoul" termina. C, G e D seguem então, com pequenas variações, A e B da *Estoire*, que a partir de 1205 guarda pouca ligação com "Ernoul". A termina em 1248; B, C e D estendem-se até 1266, 1275 e 1277, respectivamente. Enquanto isso, outra continuação, conhecida como o manuscrito de ROTHEUN, cobre o período entre 1229 e 1261,

---

1 Ver vol. II, p. 425.
2 Editado por Meisenberg, na série Teubner.
3 Publicado no *Corpus* de Bonn.
4 *Recital concerning the Sweet Land of Cyprus*, editado com tradução para o inglês de Dawkins.
5 Χρονικὸν Κύπρου, editado em Sathas, Μεσαιωνικὴ Βιβλιοθήκη, vol. II.
6 A conquista de Chipre por Ricardo I é descrita por Neófito, *De Calamitatibus Cypri*, editado por Stubbs e publicado como um prefácio ao *Itinerarium* (ver vol. II, bibliografia).

tendo sem dúvida sido editado em algum lugar da França.[1] Os ANNALES DE TERRE SAINTE existentes parecem ser uma compilação abreviada de uma das fontes das *Continuations* de Guilherme. Os manuscritos para o período de 1248 em diante são praticamente idênticos a estas.[2]

A compilação de princípios do século XIV conhecida como GESTES DES CHIPROIS começa com uma breve CHRONIQUE DE TERRE SAINTE, de 1131 a 1222, baseada nos *Annales de Terre Sainte*. A segunda seção é uma história das guerras entre os Ibelins e os imperialistas, composta por volta de 1245 (com comentários autobiográficos) por FILIPE DE NOVARA, um italiano que morava em Chipre e escreveu em francês. Filipe escreve de modo vívido e com uma certa graça. Insere longos poemas de sua própria autoria na narrativa — dotados de um agradável frescor e finura, mas sem grande mérito poético. Filipe era apaixonadamente devotado aos Ibelins; não obstante, até onde sua lealdade lhe permite, é verdadeiro e acurado. A seção final das *Gestes* é uma história de Outremer de 1249 a 1309, escrita por um homem tradicionalmente conhecido como TEMPLÁRIO DE TIRO. Decerto não era um templário de fato, mas ao que parece trabalhou durante algum tempo como secretário do grão-mestre do Templo, Guilherme de Beaujeu. Aparentemente, conhecia a fonte em que se basearam as *Continuations* de Guilherme de Tiro. As *Gestes* provavelmente foram compiladas em torno de 1325, por um certo Gerard de Montreal.[3]

Cada uma das principais Cruzadas tem seu próprio grupo de historiadores. A Terceira é coberta por diversas crônicas anglo-normandas, das quais as mais significativas são as de BENEDITO DE PETERBOROUGH, RICARDO DE DEVIZES, RALPH DE DICETO e GUILHERME DE NEWBURGH.[4] Estas, junto com o *Libellus de Expugnatione*, são particularmente úteis para a primeira parte da Cruzada, antes da chegada de Coração-de-Leão ao Oriente. Contêm ainda cópias de cartas sobre problemas do Oriente Próximo. Sobre as próprias campanhas do Rei Ricardo, as duas fontes principais são o ITINERARIUM REGIS RICARDI (em latim), aparentemente escrito por um londrino, Ricardo da Santa Trindade, e o poema em francês antigo de AMBRÓSIO, *L'Estoire de la Guerre Sainte*.[5] Ambos são muito próximos, devendo ser derivados de um diário perdido escrito por algum soldado do exército inglês, apaixonadamente devotado ao seu rei e verdadeiro,

1 Ver vol. II, pp. 409-10 e Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 21-5.
2 Ver vol. II, p. 410 n. 3.
3 As *Gestes* foram publicadas numa edição de Gaston Raynaud. Ver Cahen, *op. cit.* pp. 25-6, e Hill, *History of Cyprus*, III, p. 1144.
4 Todas publicadas na Série Rolls. Ver bibliografia adiante, pp. 434-5, e no vol. II, pp. 425, 427.
5 Ver vol. II, bibliografia, pp. 425-6.

dentro de seus pontos de vista preconceituosos.[1] O ponto de vista francês é fornecido pelo breve relato de RIGORD, *Gesta Philippi Augusti.*[2] As crônicas germânicas que descrevem a Cruzada de Frederico I, tais como "ANSBERT", *Expeditio Friderici,* terminam com a morte do imperador.[3]

Para a Quarta Cruzada a principal fonte ocidental é a *Conquête de Constantinople,* de GODOFREDO DE VILLEHARDOUIN,[4] escrita por volta de 1209 por um cavaleiro que havia desempenhado um papel de destaque na Cruzada, tio do conquistador de Moréia. Villehardouin provavelmente baseou sua história em notas que tomara na época; exceto por seus acentuados preconceitos ocidentais, pode ser considerado uma testemunha confiável. A *Conquête de Constantinople* de ROBERTO DE CLARI é outro relato de uma testemunha ocular, embora seu autor fosse um homem muito mais simples e ignorante.[5]

Para a Quinta Cruzada, as fontes mais importantes, além das escritas em Outremer, são as cartas do Cardeal JAIME DE VITRY[6] e a *Historia Damiatana* de OLIVER DE PADERBORN, secretário do Cardeal Pelágio. A despeito de sua fidelidade ao seu senhor, o relato de Oliver é vívido e bastante objetivo.[7]

A Cruzada de Frederico II não inspirou nenhum escritor especializado; já para a Cruzada de S. Luís, temos a inestimável *Histoire de Saint Louis,* escrita por JOÃO, *Sieur* de JOINVILLE. Joinville tomou parte na Cruzada, e sua dedicada admiração pelo rei não o impede de escrever uma narrativa honesta, vívida e profundamente pessoal.[8]

---

1 Gaston Paris, no prefácio à sua edição de Ambrósio, acredita que de Ambrósio dependa o *Itinerarium*. A Srta. Norgate, "The *Itinerarium Peregrinorum* and the Song of Ambroise", *English Historical Review,* vol. XXV, defende que Ambrósio depende do *Itinerarium.* Edwards, "The *Itinerarium Regis Ricardi* and the *Estoire de la Guerre Sainte*" *in Essays in Honour of James Tait* (pp. 59-77), argumenta de modo convincente que ambos se baseiam em uma fonte comum perdida. Sua opinião é a mesma de Hubert e La Monte, tal como expressa no prefácio de sua tradução de Ambrósio.

2 Editada por Delaborde.

3 Editada por Chroust. Ver Cahen, *op. cit.* p. 19 n. 3.

4 A edição (com tradução para o francês moderno) de Faral é a mais conveniente. Possui uma introdução bastante útil.

5 Editado por Lauer. A tradução mais recente de Charlot para o francês moderno (*Poèmes et Récits de la Vieille France,* vol. XVI) é imprópria, sobretudo com relação às notas.

6 Editadas por Röhricht no *Zeitschrift für Kirchengeschichte*; ver bibliografia adiante.

7 Editado, com suas cartas, por Hooeweg. Os volumes dos *Scriptores Minores Quinti Belli Sacri,* editados por Röhricht, contêm todas as autoridades de menor monta que cobriram a Quinta Cruzada.

8 A melhor edição é a de de Wailly. O segundo historiador mais importante da Cruzada de Luís IX é Guilherme de Nangis, que escreveu algumas décadas mais tarde.

A queda final de Acre foi abordada por um sem-número de historiadores, mas nenhum deles, salvo pelo 'Templário de Tiro', esteve presente em pessoa. TADEU DE NÁPOLES e o autor anônimo do DE EXCIDIO URBIS ACCONIS claramente exageram seus relatos para fins de propaganda.[1]

Durante todo esse período, a correspondência papal é de suma importância, junto com as cartas que sobreviveram de membros das Ordens, dos reis e de seus ministros.[2]

Para as questões constitucionais, as duas fontes essenciais são o *Livre de Forme de Plait*, de FILIPE DE NOVARA, referente basicamente a procedimentos, e o *Livre de Jean d'Ibelin*, magnífico trabalho de jurisprudência elaborado pelo Conde de Jafa.[3] Os *Assises de la Cour des Bourgeois*, compilados entre 1240 e 1244, descrevem procedimentos comerciais.[4] Os *Assises d' Antioche* existem apenas numa tradução armênia feita por volta de 1260 por Sempad, irmão do Rei Hethoum I. Trata rapidamente dos procedimentos e costumes dos tribunais baroniais e burgueses do principado.[5]

Há várias obras significativas de viajantes contemporâneos, particularmente úteis na descrição das relações entre ocidentais e mongóis. Destas, as mais completas são os relatos de suas missões escritos por JOÃO PIAN DEL CARPINE e GUILHERME DE RUBRUCK.[6] A descrição da Terra Santa por Jaime de Vitry e as descrições posteriores de LUDOLFO DE SUCHEM e FELIX FABRI também fornecem informações valiosas.[7]

3. Árabes

Os cronistas árabes a tratarem das guerras de Saladino e das primeiras décadas do século XIII foram mencionados no Apêndice I do segundo volume

---

1 Ver atrás, p. 361 n. 2. O *De Excidio* foi publicado em Martene e Durand, *Amplissima Collectio*, vol. V. Ver também Kingsford *in Transactions of Royal Historical Society*, 3rd series, vol. III, p. 142 n. 2.

2 A correspondência de Inocêncio III foi publicada por Migne, *P.L.* vols. 214-16; as *Regesta* de Honório IV foram editadas por Pressutti; os *Registres* de Gregório IX, por Auvray; os *Registres* de Inocêncio IV, por Bergen; os de Alexandre IV, por Bourel de la Roncière; os de Urbano IV, por Guiraud; os de Clemente IV por Jordan; os de Gregório X, por Guiraud; os de Nicolau III, por Gay e Vitte; os de Honório IV, por Pron; e os de Nicolau IV, por Langlois, todos publicados na *Bibliothèque des Ecoles Franfaises d' Athènes et de Rome*.

3 Publicado no *Recueil des Historiens des Croisades, Lois*, vol. I.

4 Publicados no mesmo volume.

5 Publicados com uma tradução francesa pelos Padres Mequitaristas de Veneza.

6 Ambos traduzidos e editados por Rockhill *in Hakluyt Society Publications*, 2nd series, vol. 137.

7 Publicadas em traduções inglesas na *Palestine Pilgrims Text Society*. Nem sempre a tradução é impecável, e, para Ludolfo, deve-se usar o texto em latim dos *Archives de l'Orient Latin*, vol. II.

desta história. O valioso trabalho de BERA ED-DIN termina com a morte de Saladino, mas IBN AL-ATHIR, ABU SHAMA (que transcreve IMAD ED-DIN) e KEMAL AD-DIN avançam bastante pelo século XIII.[1] Sobre os anos restantes desse século há inúmeros cronistas contemporâneos; entretanto, muitos dos mais relevantes são ainda inéditos e só podem ser lidos em manuscritos. As obras de IBN WASIL, uma biografia de as-Salih que chega até 1250 e uma história dos aiúbidas que alcança 1263, existem em vários manuscritos, mas encontram-se publicadas apenas em alguns escassos fragmentos de Reinaud na *Bibliothéque des Croisades* de Michaud, vol. IV. Ibn Wasil, no entanto, foi usado livremente por cronistas posteriores, tais como Ibn Filrad e Maqrisi.[2] A biografia de Baybars escrita por IBN SHEDDAD, o Geógrafo, foi quase inteiramente perdida; a de Qalawun, escrita por BAIBARS MANSOURI, também é fragmentária, embora tenha sido utilizada por Ibn Furad.[3] Extratos das biografias de Baybars e Qalawun escritas por IBN ABDAZZAHIR são fornecidos por Reinaud (*op. cit.*).[4] A crônica do copta IBN AL-AMID fornece informações originais sobre o período até 1260,[5] e a história anônima dos Patriarcas de Alexandria, interrompida mais ou menos na mesma época, oferece mais informações de fontes coptas.[6] Toda a história de ABU'L FEDA[7] é uma compilação de autoridades anteriores até ele chegar aos eventos de sua própria época, de cerca de 1290 em diante.[8] A obra de YOUNINI só existe em manuscrito; chega até 1311, mas contêm basicamente as mesmas informações do trabalho contemporâneo de AL-JAZARI.[9]

Dos historiadores posteriores, salvo por IBN KHALDUN e o enciclopedista IBN KHALLIKAN,[10] a figura literária mais considerável é IBN FURAD, cuja história foi escrita no fim do século XIV. Trata-se em grande parte de uma compilação de obras anteriores, muitas das quais se perderam, mas composta com um verdadeiro senso historiográfico.[11] Falta a seu contempo-

---

1 Ver acima, vol. II, pp. 412-414.
2 Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 68-70.
3 Ver *ibid.* pp. 75, 78-9.
4 *Ibid.* p. 74.
5 Editado por Cheikho no *Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium*, vol. III. As traduções do século XVI, de Erpennius e Ecchelensius, só chegam a d.H. 512 (d.C. 1118).
6 O texto integral permanece inédito. Trechos referentes ao princípio do século XIII foram publicados numa tradução de Blochet para o francês, *Revue de l'Orient Latin*, vol. XI.
7 Foram publicados trechos no Recueil, *Historiens Orientaux*, vol. III.
8 Ver acima, vol. II, p. 414.
9 Um fragmento de al-Jazari, iniciado no ano de 689 d.H. (1290 d.C.), foi publicado numa tradução de Sauvaget para o francês.
10 Ver acima, vol. II, p. 414.
11 Os capítulos sobre o século XIII continuam inéditos. Ver Cahen, *op. cit.* pp. 85-6.

râneo MAQRISI a distinção de seu estilo literário. Fora algumas informações exclusivas sobre o Egito, suas histórias do Egito sob os aiúbidas são inteiramente derivadas de trabalhos anteriores; ainda assim, são obras completas, confiáveis e muito acessíveis.[1] Do mesmo modo, a crônica de AL-AINI, escrita perto de meados do século XV, não passa de uma compilação abundante, exceto pelos capítulos finais.[2]

4. Armênias

Os historiadores armênios do reino ciliciense já foram mencionados no Apêndice I do segundo volume desta história. O mais útil deles é VARTAN, sobretudo para as questões mongólicas, das quais ele possuía um íntimo conhecimento pessoal.[3] Entre as fontes armênias é preciso incluir a *Flor des Estoires de la Terre d'Orient*, do príncipe armênio HAYTON (Hethoum de Córico), escrita em francês após seu exílio para a França, no início do século XIV. É uma história preciosa de sua própria época. Ele também escreveu anais em armênio, dependentes tanto de fontes armênias quanto dos *Annales de Terre Sainte*.[4]

Sobre o século XIII, o único escrito histórico em siríaco é o de BAR-HEBRAEUS. Morto aos 60 anos, em 1286, ele faz um relato dos períodos anteriores repleto de fofocas e lendas indignas de confiança; ao escrever sobre os acontecimentos de sua própria época, porém, fornece uma grande quantidade de informações preciosas, não encontradas em outro lugar.[5] A história de RABBAN SAUMA sobre a vida do católico nestoriano Mar Yahbhallaha e sua própria carreira, escrita em uigur e vertida por um tradutor anônimo para o siríaco alguns anos mais tarde, é significativa por seu relato da vida dos nestorianos sob os mongóis e, acima de tudo, pela narração da embaixada de Rabban Sauma à Europa Ocidental.[6]

---

1 Ver vol. II, p. 414. Longos fragmentos da *História do Egito* de Maqrisi foram publicados por Blochet na *Revue de l'Orient Latin*, vols. VIII, IX e X (citados atrás como Maqrisi, VIII, IX e X), e sua *História dos Sultões Mamelucos* foi traduzida por Quatremère (2 vols.; citada atrás como Maqrisi; Sultões I e II).

2 Extratos publicados no *Recueil, Historiens Orientaux*, vol. II, p. 2.

3 Ver vol. II, pp. 415-6. O texto integral de Vartan em armênio, editado por Emin, foi publicado em Moscou em 1861.

4 A *Flor* foi publicada no *Recueil, Documents Arméniens*, vol. II. Os anais armênios foram publicados, numa edição de Aucher, em Veneza, em 1842. Podem ser encontrados fragmentos no *Recueil, Documents Arméniens*, vol. I.

5 Ver vol. II, p. 416.

6 A obra de Rabban Sauma foi traduzida por Budge em *The Monks of Kublâi Khân*. O texto em siríaco foi publicado por Bedjian.

5. PERSAS

A história dos seljúcidas de Rum escrita por IBN BIBI, embora adote um estilo excessivamente elaborado, é valiosa pela história anatoliana durante a primeira metade do século XIII.[1] A história do mundo de RASHID AD-DIN é de extrema importância para a história dos mongóis. Foi escrita em louvor dos ilcãs da Pérsia, cujo ponto de vista fornece de maneira consistente.[2]

6. OUTRAS FONTES

A *Crônica Georgiana* ainda tem grande serventia para as questões do Cáucaso.[3] Crônicas em russo antigo, sobretudo as versões da *Crônica de Novgorod*,[4] abordam temas bizantinos e são essenciais para o estudo dos mongóis. Há também diversas fontes mongólicas úteis, das quais a de maior destaque é a *Yuan Ch'ao Pi Shih*, a história oficial — ou secreta — desse povo.[5]

---

1 Tradução para o turco e resumos em persa publicados em Houtsma, *Textes Relatifs a l'histoire des Seldjoukides*, vols. III e IV.
2 A obra foi publicada na íntegra numa tradução russa de Berezin. A segunda parte da história dos Ilkhans foi publicada junto com uma tradução de Quatremère para o francês.
3 Ver vol. II, p. 416.
4 A melhor edição da *Crônica de Novgorod* é a de Nasonov (Moscou, 1950).
5 Ver atrás, p. 213 n. 1.

Apêndice II

A Vida Intelectual em Outremer[1]

Em comparação com a vida intelectual da Sicília ou da Espanha, a de Outremer é decepcionante. Seria de se esperar que, como em Palermo, o contato entre monges e orientais estimulasse a atividade intelectual; na realidade, porém, a sociedade de Outremer, composta quase que em sua totalidade por soldados e mercadores, não era adequada para a criação ou manutenção de um elevado padrão intelectual. Entre os príncipes e a nobreza, havia muitos homens cultos. Sabemos, por exemplo, que os reis Balduíno II e Amalrico I dedicavam-se ambos às letras. Reinaldo de Sídon celebrizou-se por seu interesse pela erudição islâmica, ao passo que Humberto IV de Toron era um grande conhecedor do idioma árabe.[2] Ademais, Outremer produziu um dos maiores historiadores medievais, Guilherme de Tiro.[3] Entretanto, sabe-se muito pouco a respeito da educação em Outremer. Como no Ocidente, sem dúvida havia escolas ligadas às principais catedrais; é significativo, porém, que quando garoto Guilherme de Tiro tenha sido enviado a Jerusalém para ser educado; e que, fora ele, todos os eclesiásticos que desempenharam papéis proeminentes na história de Outremer fossem homens nascidos e criados no Ocidente. Muitos desses prelados, tais como o Patriarca Aimery de Antióquia, interessavam-se por literatura,[4] ou, como Jaime de Vitry, bispo de Acre no século XIII, na vida científica que o cercava;[5] ademais, os diversos planos das últimas cruzadas fomentaram um interesse ativo na geografia oriental.[6] No geral, contudo, a cultura franca em

---

1 Ver vol. II, pp. 312, 318.
2 Ver vol. II, pp. 312, 314, 402, e vol. III, p. 52.
3 Ver vol. II, pp. 408-9.
4 Aimery de Limoges, pessoalmente, era semi-analfabeto, mas correspondia-se com homens de letras europeus como Hugo Aethenanus. As cartas encontram-se publicadas em Manene e Durand, *Thesaurus Anecdotorum*, vol. I.
5 A descrição da Terra Santa feita por Jaime de Vitry revela interesse nas teorias locais sobre terremotos (ed. *P.P.T.S.* pp. 91-2.). Entrementes, era demasiado preconceituoso em relação aos muçulmanos e cristãos locais para ter com eles qualquer contato direto.
6 Ver Rey, *Les Colonies Franques*, pp. 177-8.

Outremer nunca deixou de ser uma importação ocidental, com muito pouco contato com a cultura nativa, exceto nas artes. A medicina foi deixada por completo em mãos nativas. Ao que parece, os príncipes empregavam sempre médicos cristãos sírios. Quando Amalrico I rejeitou as recomendações de seu médico sírio e consultou um franco, pagou com a vida; e os exemplos dados por Usama da prática médica franca indicam sua notável crueza.[1] Os francos não parecem ter feito a menor tentativa, como no sul da Itália, de aprender com a medicina nativa — embora pareça que um certo Estêvão de Antióquia traduziu um tratado médico do árabe em 1227.[2] Não há registro de nenhum esforço dos francos, salvo por alguns nobres, de estudar a filosofia ou o conhecimento científico locais.

Os frutos literários do Outremer franco caem em três categorias. Primeiro, há as crônicas e histórias — as quais, com a grande exceção da história de Guilherme de Tiro e do trabalho de alguns de seus discípulos (como Ernoul), foram escritas por homens nascidos no Ocidente e seguem a tradição da crônica ocidental.[3] Em segundo lugar, há uma ampla gama de obras jurídicas. Os colonos e seus descendentes tinham profundo interesse em questões legais e constitucionais, e ansiavam por ver suas opiniões e descobertas registradas por escrito, numa medida sem paralelo no Ocidente. No entanto, a lei que reproduzem é exclusivamente ocidental, ainda que contendo certas adaptações necessárias.[4] Por fim, havia a poesia popular e romântica. Os colonos de Outremer adoravam os épicos românticos da época. Inúmeros trovadores e menestréis, tais como Rudel ou Alberto de Johansdorf, tomaram parte nas Cruzadas.[5] Raimundo, Príncipe de Antióquia, era filho do eminente poeta-trovador Guilherme IX da Aquitânia. Os instigantes acontecimentos das Cruzadas eram admiravelmente adequados para enriquecer os dilemas cantados pelos poetas. Godofredo de Lorena não

---

1 Ver vol. II, pp. 276, 342.

2 Leclerc, *La Médecine Arabe*, II, p. 38.

3 Ver vol. II, pp. 408-10; vol. III, pp. 418-419.

4 Os diversos Assises, bem como as obras de João de Ibelin e Filipe de Novara, são todos baseados na lei ocidental. Ver La Monte, *Feudal Monarchy, passim.*

5 É quase certo que Rudel tenha estado no Oriente, já que o trovador Marcabrun lhe dedica um poema com as palavras: "A Jaufre Rudel, no ultramar". Seu caso amoroso com *La Princesse Lointaine*, Melisende de Trípoli, todavia, deve ser considerado pelo menos semilegendário (ver Chaytor, *The Troubadours*, pp. 44-6). Diz-se que Pedro Vidal chegou até Chipre na Terceira Cruzada, mas lá desposou uma jovem grega e decidiu que ela seria herdeira de Constantinopla (*ibid.* p. 7). Raimbaldo de Vaqueiras acompanhou a Quarta Cruzada e faleceu na Bulgária. Sordello provavelmente tomou parte na primeira expedição de Luís IX (*ibid.* pp. 98-9, 102). Dos menestréis, Alberto de Johansdorf participou da Terceira Cruzada, assim como Frederico de Hausen, que, entretanto, morreu antes que o exército germânico alcançasse Konya.

tardou a tornar-se um herói lendário, cujas aventuras foram incorporadas ao ciclo do *Chevalier au Cygne*; já estavam em circulação no Oriente poemas sobre sua juventude e seus ancestrais quando Guilherme de Tiro escreveu sua história[1] — todavia, foram compostos no Ocidente. Do mesmo modo, é quase certo que os dois relatos em versos da Primeira Cruzada, a *Chanson d'Antioche* e a *Chanson de Jerusalem*, tenham sido compostos no Ocidente, com base em informações trazidas pelos cruzados ao retornarem para casa.[2] O único épico forjado em Outremer é a *Chanson des Chétifs*, uma curiosa narrativa dos cruzados capturados por "Corboran" (Kerbogha), em que as histórias da Primeira Cruzada e as Cruzadas de 1101 mesclam-se de maneira inextrincável. Tal poema foi composto por um autor de nome desconhecido, por desejo expresso do Príncipe Raimundo de Antióquia. Ainda não fora terminado quando este morreu, em 1149.[3] A confusão e falta de acurácia dos fundamentos históricos indicam que o autor devia ser um recém-chegado ao Oriente. Os francos tinham um romântico fascínio pelo destino dos cristãos que caíam prisioneiros dos muçulmanos. O tema dos *Chétifs* desfrutava, pois, de imensa popularidade, tanto em Outremer quanto na Europa.[4]

Outremer engendrou outras obras poéticas, mas nenhum dos autores conhecidos nasceu no Oriente. Filipe de Novara, estadista, cronista e jurista que escrevia em francês, apesar de ser italiano de nascimento, inseriu versos de sua própria lavra — vívidos, ainda que sem grande valor artístico — em sua crônica.[5] Filipe de Nanteuil, durante seu cativeiro no Cairo, escreveu poemas nostálgicos sobre sua terra natal francesa.[6] Entretanto, embora Filipe de Novara possa ser considerado um dos fundadores da cultura franca provinciana de Chipre, a literatura de Outremer não passa de uma ramificação da francesa. Não havia manifestações literárias indígenas entre os súditos nativos dos francos na Síria, muito embora em Chipre e na própria Grécia tenha florescido, sob o domínio franco, uma literatura semipopular em grego com fortes influências francas.

---

1 Ver Hatem, *Les Poèmes Epiques des Croisades*, pp. 395-400.
2 Ver Cahen, *op. cit.* pp. 12-16.
3 *Ibid.* pp. 569-76; Hatem, *op. cit.* pp. 375 ss.
4 Cf. as lendas da libertação de Boemundo do cativeiro (vol. II, p. 43 n. 2) e as histórias de que Ida, Margravina da Áustria, seria mãe de Zengi (vol. II, p. 36), e de que a irmã de Bertrando de Toulouse se teria casado com Nur ed-Din e seria mãe de seu herdeiro, as-Salih (*ibid.* p. 288 n. 1).
5 Ver atrás, pp. 176, 418, e Hill, *History of Cyprus*, III, pp. 1112-15. Ao que parece, Guilherme de Machaut, autor do épico em versos da expedição ao Egito de Pedro de Chipre, jamais esteve no Oriente (*ibid.* p. 1115).
6 Ver atrás, p. 194.

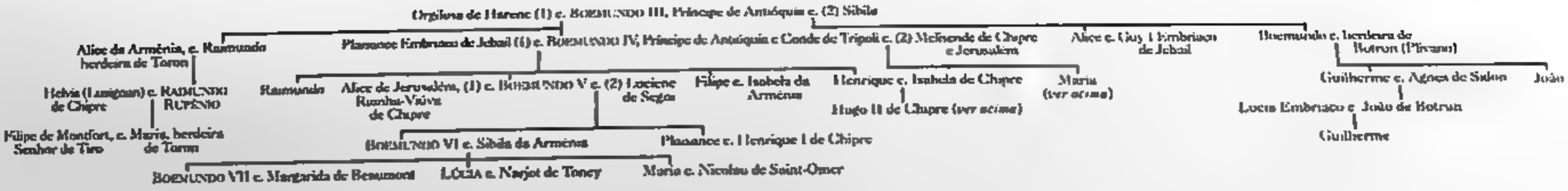
A ida intelectual de Outremer era, na realidade, a de uma colônia franca. As cortes dos reis e príncipes exibiam um certo glamour cosmopolita, mas o número de acadêmicos residentes em Outremer era reduzido, e as guerras e dificuldades financeiras impediam a instituição de verdadeiros centros de estudo onde as erudições nativa e vizinha pudessem ser absorvidas. Foi a inexistência de tais centros que fez com que a contribuição cultural das Cruzadas para a Europa Ocidental fosse tão desapontadoramente pequena.

APÊNDICE III: ÁRVORES GENEALÓGICAS

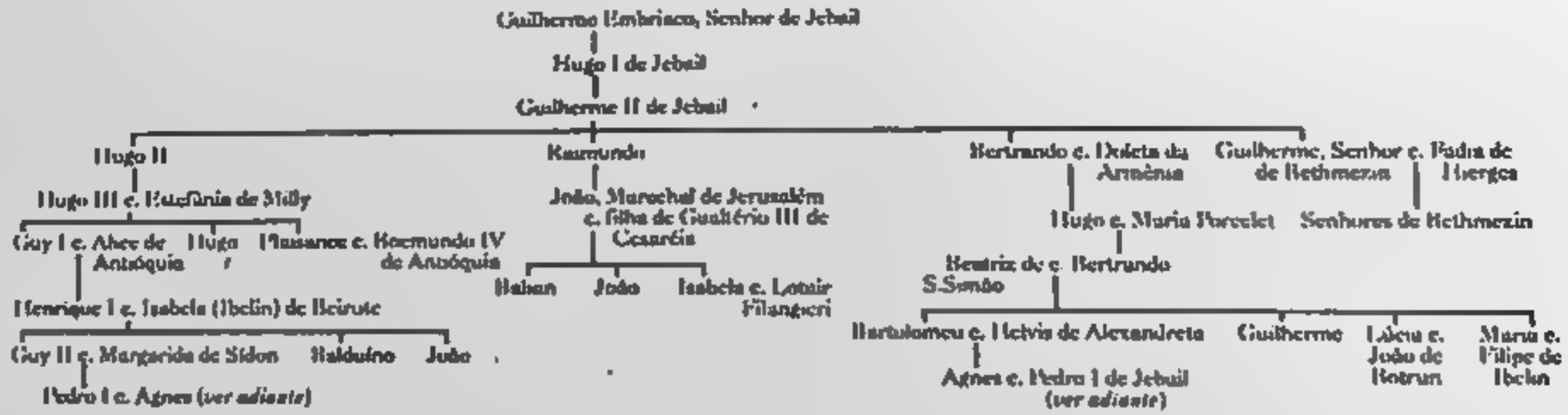
I. CASAS REAIS DE JERUSALÉM E CHIPRE, E CASA DE IBELIN

Agnes de Courtenay (1) e. AMALRIC I, Rei de Jerusalém e (2) Maria Comnena, e. (2) Balian de Ibelin
Henrique de Champanhe (3) e. ISABELA e. (4) AMALRIC II de Jerusalém (Amalrico I de Chipre) e (1) Esquiva de Ibelin
Humberto de Thann (1), Conrado de Montferrat (2),
Estefânia da Armênia (2) e. JOÃO de (1) e. MARIA,
Berenguera de Castela (3)
Brienne
a Marquesa e. (2) Bohemundo V de Antióquia e. (3) Ralph de Soissons
Alice e. Hugo I de Chipre (ver adiante)
Filipa e. Eduardo de Brienne
Sibila e. Leão II da Armênia
Melisende e. Bohemundo IV de Antióquia
Burgúndia e. Gualtério de Montbéliard
Hugo I
Maria, reclamante
Baldwino II, Imperador e. Maria de Constantinopla
Maria e. Gualtério de Brienne
Hugo de Brienne
Alice de Montferrat (1) e. Henrique I de Chipre e. (3) Plaisance de Antióquia
Estefânia de Lampron (2)
Isabela e. Henrique de Antióquia
Gualtério de Montagu (1) e. Raquel e. (2) Balian e Beirute
Alice e. João de Cesaréia (ver adiante)
João II de Beirute
Imperador FREDERICO II e. (IOLANDA (ISABELA II)
Isabela de Ibelin e. Hugo II
Isabela de Ibelin e. HENRIQUE I de Chipre e. III de Jerusalém
Margarida e. João de Montfort (ver adiante)
Elisabeth da e. CONRADO Baviera
CONRADINO
Bohemundo
João I de Jerusalém e Chipre
HENRIQUE I de Jerusalém e II de Chipre
Constança de Aragão
Amalrico, e. Isabela da Armênia, Senhor de Tiro
(ver Casa da Armênia)
Guy e. Raquel de Ibelin
Maria e. Jaime II de Aragão
Margarida e. Thoros III da Armênia
Alice e. Balian de Ibelin
Isabela e. Oshin da Armênia
Maria de Ibelin (1) e. HENRIQUE II de Jerusalém e (2) Alice de IV de Chipre
Isabela e. Eudes de Dampierre
Maria de Bourbon e. Guy, Príncipe da Galiléa
Hugo, Príncipe da Galiléa
Raquel de Montfort (1) e. Eleonora de Aragão (2)
PEDRO I de Jerusalém e Chipre
João, Príncipe de Antioquia
JAIME I de Jerusalém e Chipre
Helvis de Brunswick
PEDRO II
Margarida e. Jaime, Conde de Trípoli
Casa Real de Jerusalém e Chipre
João I, e. Melisende de Arsuf
Antigo Senhor de Beirute
Hugo I e. Alice de Jerusalém (Champanhe) (ver adiante)
Helvis e. Raimundo-Rupênio de Antioquia
Balian de Beirute
Hugo
Balduino, senescal de Chipre e. Alice de Beisan
João II de Arsuf e. Alice de Haifa
Guy, Comissário de Chipre
João II de Beirute e. Alice de la Roche de Atenas
Hugo e. Maria de Tiberíades
Isabela e. Henrique Embriaco de Jebail
João
Filipe, Comandante e. Simone de Tiberíades
Guy e. Maria da Arménia
Balian e Margarida, filha do Visconde de Trípoli
Hugo e Alice de Le Tur
Philippe de Antioquia
(1) e. Balian, e. bailli de Jerusalém
(2) Lúcia de Gauvain
Isabela e. (1) Hugo II de Chipre (2) Hamo l'Estrange (3) Nicolau l'Aleman (4) Guilherme Barlais
Esquiva e. Humberto de Montfort, Senhor de Tiro
Balian e. Alice de Chipre (ver adiante)
Maria e. Guy de Ibelin de Jafa (ver adiante)
Theoros e. Sibila de la Roche de Atenas
Isabela e. Hethoum da Arménia (o escritor Hayton)
João III de Arsuf
Isabela de Ibelin (ver adiante)
Joana e. Balduino de Stamboli
Nicola e. Tibaldo de Beisan
Tiago
Alice de Montbéliard e. Filipe, bailli de Chipre
Reinaldo Garnier, Senhor de Sidon (1) e. Helvis e. (2) Guy de Montfort
Hugo de (1) e. Tiberíades
Margarida e. (2) Gualtério III, Senhor de Cesaréia
Margarida de Brienne e. Balian I de Sidon
Filipe de Montfort, e. Senhor de Tiro
(1) Eleonora de Auxerre (2) Maria da Arménia, herdeira de Toron
João e. Alice de Montagu
Guy, Comissário de Chipre e. Filipa Barlais
João, Conde e. Maria da Arménia
Juliana e. Balduino da Arménia de Sidon
Agnes e. Guilherme de Botron
Margarida e. João l'Aleman herdeira de Cesaréia
Balian, senescal de Chipre
e. Alice de Lampron
Balduino, Comissário de Chipre
Filipe, bailli de Jerusalém
e. (1) Maria-Galeran (2) Maria Embriaco
Isabela e. Hugo III de Chipre (I de Jerusalém)
Alice e. Odo de Dampierre
Guy, Conde de Jafa
e. Maria de Ibelin, filha do Comissário Filipe
Sempad I e. Isabela da Arménia
Balian II de Sidon
Margarida e. Guy II de Jebail
João, Senhor de Tiro e Toron e. Margarida de Lusignan-Antioquia
Humberto, e. Senhor de Tiro e Beirute
Esquiva de Ibelin, herdeira de Beirute
Rupênio
Isabela de Ibelin, e herdeira de Beirute
Nicolau
Guy, senescal de Chipre
Isabela e. João III de Arsuf (ver adiante)
Alice e. Hugo IV de Chipre II de Jerusalém
Guy
Balian
Isabela e. Ferdinando de Maiorca, Príncipe da Morea

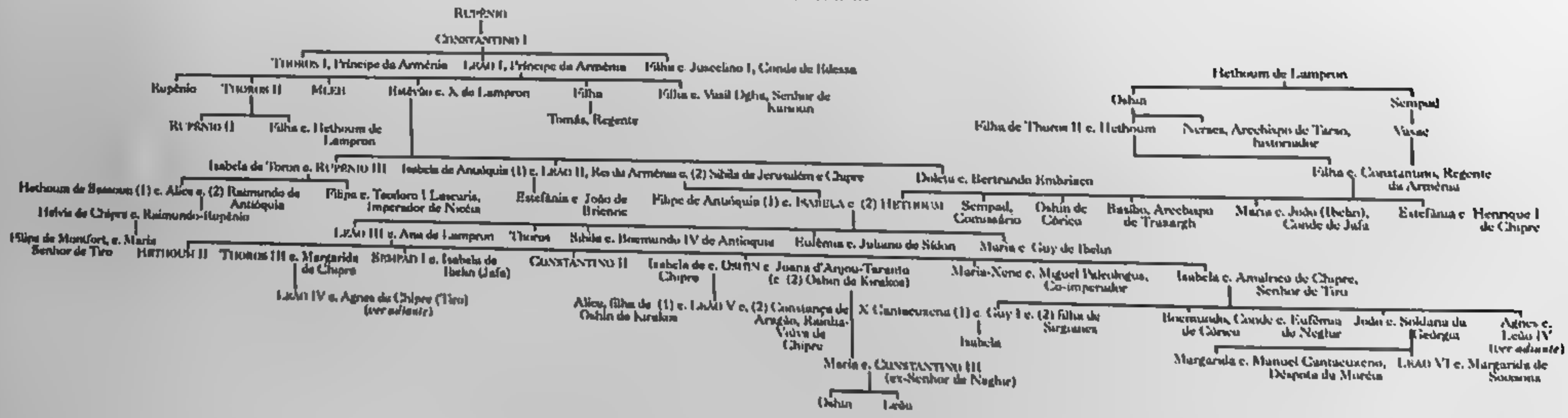
2. CASA DOS PRÍNCIPES DE ANTIÓQUIA


Orgilosa de Harenc (1) c. BOEMUNDO III, Príncipe de Antióquia c. (2) Sibila
Alice da Arménia, c. Raimundo herdeira de Toron
Plaisance Embriaco de Jebail (1) c. BOEMUNDO IV, Príncipe de Antióquia e Conde de Trípoli c. (2) Melisende de Chipre e Jerusalém
Alice c. Guy I Embriaco de Jebail
Boemundo c. herdeira de Botron (Pisano)
Helvis (Lusignan) de Chipre c. RAIMUNDO RUPÊNIO
Raimundo
Alice de Jerusalém, (1) c. BOEMUNDO V c. (2) Luciene de Segni
Filipe c. Isabela da Arménia
Henrique c. Isabela de Chipre
Maria (ver acima)
Guilherme c. Agnes de Sidon
João
Filipe de Montfort, c. Maria, herdeira de Toron
Senhor de Tiro
BOEMUNDO VI c. Sibila da Arménia
Plaisance c. Henrique I de Chipre
Hugo II de Chipre (ver acima)
Lucas Embriaco e João de Botrun
Guilherme
BOEMUNDO VII c. Margarida de Beaumont
LÚCIA c. Narjot de Toucy
Maria c. Nicolau de Saint-Omer

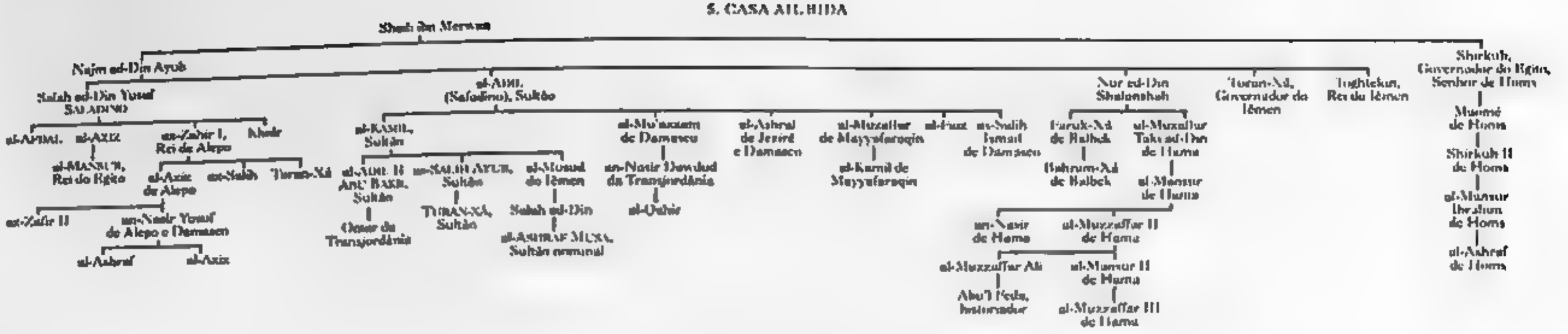
3. CASA DE EMBRIACO


Guilherme Embriaco, Senhor de Jebail
Hugo I de Jebail
Guilherme II de Jebail
Hugo II
Raimundo
Bertrando c. Doleta da Arménia
Guilherme, Senhor de Bethmezin c. Padia de Hiergea
Hugo III c. Eufrânia de Milly
João, Marechal de Jerusalém c. filha de Gualtério III de Cesaréia
Hugo e. Maria Porcelet
Senhores de Bethmezin
Guy I c. Alice de Antióquia
Hugo
Hasanoe c. Boemundo IV de Antióquia
Beatriz de c. Bertrando S.Simão
Henrique I c. Isabela (Ibelin) de Beirute
Balian
João
Isabela c. Lotair Filangeri
Guy II c. Margarida de Sidon
Balduino
João
Bartolomeu c. Helvis de Alexandreta
Guilherme
Lúcia c. João de Botrun
Maria c. Filipe de Ibelin
Pedro I c. Agnes (ver adiante)
Agnes c. Pedro I de Jebail (ver adiante)

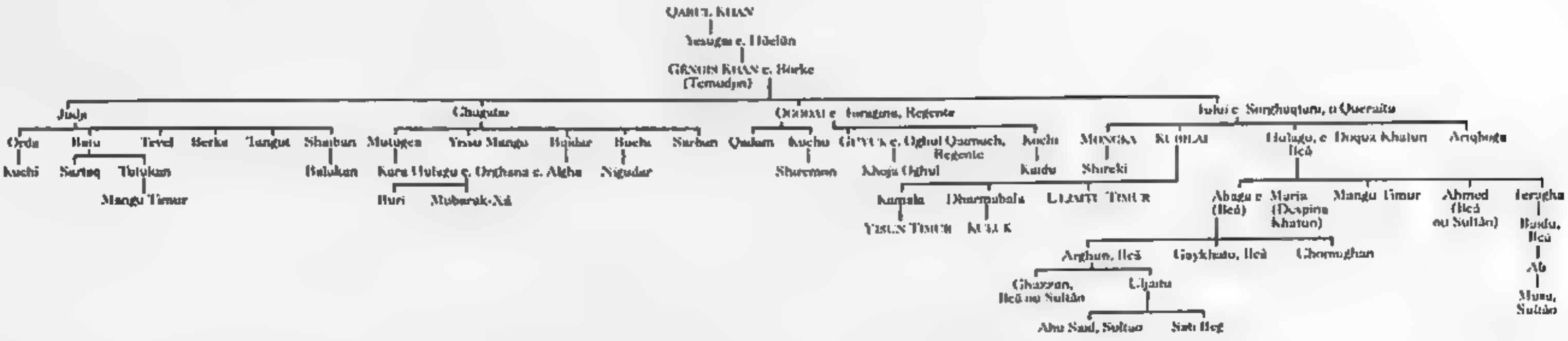
4. CASA REAL DA ARMÊNIA


RUPÊNIO
CONSTANTINO I
THOROS I, Príncipe da Arménia
LEÃO I, Príncipe da Arménia
Filha c. Joscelino I, Conde de Edessa
Rupênio
THOROS II
MLEH
Balduíno c. A de Lampron
Filha
Filha c. Vasil Dgha, Senhor de Kurcuan
RUPÊNIO II
Filha c. Hethoum de Lampron
Tomás, Regente
Isabela de Toron c. RUPÊNIO III
Isabela de Antaiquia (1) c. LEÃO II, Rei da Arménia c. (2) Sibila de Jerusalém e Chipre
Dolcia c. Bertrando Embriaco
Hethoum de Basscun (1) c. Alice c. (2) Raimundo de Antióquia
Filipa c. Teodoro I Lascaris, Imperador de Nicéia
Estefânia c. João de Brienne
Filipe de Antaiquia (1) c. ISABELA c. (2) HETHOUM
Sempad, Comissário
Oshin de Córico
Basílio, Arcebispo de Trasargh
Maria c. João (Ibelin), Conde de Jafa
Estefânia c. Henrique I de Chipre
Helvis de Chipre c. Raimundo-Rupênio
Filipa de Montfort, c. Maria Senhor de Tiro
LEÃO III c. Ana de Lampron
Thoros
Sibila c. Boemundo IV de Antioquia
Rubénia c. Juliano de Sidon
Maria c. Guy de Ibelin
HETHOUM II
THOROS III c. Margarida de Chipre
SEMPAD I c. Isabela de Ibelin (Jafa)
CONSTANTINO II
Isabela de c. OSHIN c. Joana d'Anjou-Tarento (c. (2) Oshin de Kurakos)
Maria-Xene c. Miguel Paleólogus, Co-imperador
Isabela c. Amalrico de Chipre, Senhor de Tiro
LEÃO IV c. Agnes de Chipre (Tiro) (ver adiante)
Alice, filha de Oshin de Kurakos
LEÃO V c. (2) Constança de Aragão, Rainha-Viúva de Chipre
X Gantacuzena (1) c.
Guy I c. (2) filha de Sargiannes
Isabela
Boemundo, Conde c. Rubénia de Córico
Rubénia do Neghar
João c. Sibilana da Georgia
Agnes c. Leão IV (ver adiante)
Maria c. CONSTANTINO III (ex-Senhor do Neghar)
Margarida c. Manuel Gantacuzeno, Déspota da Moréia
LEÃO VI c. Margarida de Soumena
Oshin
Leão
Hethoum de Lampron
Oshin
Sempad
Nerses, Arcebispo de Tarso, historiador
Vasac
Filha de Thoros II c. Hethoum
Filha c. Constantino, Regente da Arménia

5. CASA AIL HIDA



6. CASA DE GÊNGIS KHAN



Bibliografia

[OBSERVAÇÃO: A presente bibliografia é complementar às bibliografias fornecidas nos vols. I e II desta *História*, e não inclui as obras já mencionadas ali — exceto quando foram utilizadas outras edições. Empregamos as mesmas abreviações; algumas abreviações adicionais, usadas nas notas de rodapé e na bibliografia deste volume, são fornecidas ao fim de determinados itens.]

I. FONTES ORIGINAIS

1. COLEÇÕES DE FONTES

Acta Imperii Selecta (ed. J. F. Bohmer). Innsbruck, 1870.
Annales Monastici (ed. H. R. Luard), Rolls Series, 5 vols. Londres, 1864-9.
BALUZIUS, S. *Collectio Veterum Monumentorum*, 6 vols. Paris, 1678-1715.
BALUZIUS, S. *Vitae Paparum Avenionensium* (ed. Mollat), 4 vols. Paris, 1914-27.
BARTHOLOMAEIS, V. DE. *Poesie Provenziale Storiche relative all' Italia.* 2 vols. Istituto Storico Italiano, Roma, 1931.
BONGARS, J. *Gesta Dei per Francos*, 3 vols. Hanover, 1611.
Chronicles: Stephen, Henry II e Richard I (ed. Howlett), Rolls Series, 4 vols. Londres, 1885-90.
CHROUST, A. *Quellen zur Geschichte des Kreuzzüges Kaiser Friedrichs, M.G.H.Ss.*, série nova. Berlim, 1928.
COBHAM, C. D. *Excerpta Cypria.* Cambridge, 1908.
COTELERIUS, J. B. *Ecclesiae Graecae Monumenta*, 4 vols. Paris, 1677-92.
DELA VILLE LE ROULX, G. *Cartulaire générale de l'Ordre des Hospitaliers de St Jean de Jérusalem*, 4 vols. Paris, 1894-1904.
DU CHESNE, A. *Historiae Francorum Scriptores*, 5 vols. Paris, 1636-49.
GOLUBOVICH, G. *Biblioteca Bio-bibliografica della Terra Santa e dell'Oriente Francescano*, 5 vols. Florença, 1906-27.
HEISENBERG, A. *Neue Quellen zur Geschichte des lateinischen Kaisertums.* Munique, 1923.
Historia Diplomatica Friderici Secundi (ed. J. L. A. Huillard-Bréholles), 6 vols. Paris, 1852-61.
KOHLER, C. *Mélanges pour servir a l'Histoire de l'Orient Latin et des Croisades.* Paris, 1906.
MARTÈNE. E. e DURAND, U. *Thesaurus Novus Anecdotorum*, 5 vols. Paris, 1717.
MARTENE, E. e DURAND, U. *Veterum Scriptorum et Monumentorum Amplissima Collectio*, 9 vols. Paris, 1727-33.
MAS LATRIE, L. DE. *Documents*, ver Bibliografia II.
MAS LATRIE, L. DE. *Nouvelles Preuves de l'Histoire de Chypre, in Bibliothèque de l'Ecole des Chartes*, vols. XXXII, XXXIV e XXXV. Paris, 1871-4.
POTTHAST, A. *Regesta Pontificum Romanorum*, 2 vols. Berlim, 1874-5.
RAYNALDUS, O. *Annales Ecclesiastici*, 15 vols. Luca, 1747-56.

Regesta Honorii Papae III (ed. P. Pressutti), 2 vols. Roma, 1888-95.
Regestum Innocentii Papae super Negotio Romani Imperii (ed. F. Kempf), *Miscellanea Historiae Pontificiae*, vol. XII. Roma, 1947.
Registres des Papes, Bibliothèque des Ecoles Françaises d'Athènes et de Rome. Paris: Alexandre IV (ed. Bourel de la Roncière), 2 vols. 1902, 1917.
Gregório IX (ed. Auvray), 2 vols. 1896, 1907.
Gregório X (ed. Guiraud), 2 vols. 1892, 1906.
Inocêncio IV (ed. Berger), 4 vols. 1884-1921.
Nicolau III (ed. Gay e Vine), 2 vols. 1898, 1938.
Nicolau IV (ed. Langlois), 2 vols. 1886, 1905.
Urban IV (ed. Guiraud), 4 vols. 1892-1929.
RIANT, P. *Exuviae Sacrae Constantinopolitanae*, 2 vols. Genebra, 1877-8.
RÖHRICHT, R. *Scriptores Minores Quinti Belli Sacri*, Société de l'Orient Latin. Série Historique, II. Genebra, 1879. (Röhricht, *S.M.Q.B.S.*).
RÖHRICHT, R. *Testimonia Minora de Quinto Bello Sacro, ibid.* III. Genebra, 1882.
RYMER, T. *Foedera, Conventiones, Literae et Acta publica inter Reges Angliae*, 4 vols. em 7. Londres, 1816-69.
SCHWANDTNER, J. G. *Scriptores Rerum Hungaricarum*, 3 vols. Viena, 1746-8.
STREHLKE, E. *Tabulae Ordinis Teutonici.* Berlim, 1869.
TAFEL, G. L. e THOMAS, G. M. *Urkunden zur älteren Handels — und Staats — geschichte der Republik Venedig*, 3 vols. Viena, 1856-7.
THEINER, A. *Vetera Monumenta Historica Hungariam Sacram Illustrantia*, 2 vols. Roma, 1859-60.
WATTERICH, J. M. *Pontificum Romanorum qui fuerunt inde ab exeunte saeculo IX usque ad finem saeculi XII Vitae*, 2 vols. Leipzig, 1862.
WINKELMANN, E. *Acta Imperii Inedita Saeculi XIII*, 2 vols. Innsbruck, 1880-5.

2. FONTES OCIDENTAIS, EM LATIM, ALEMÃO E FRANCÊS ANTIGO

Adam, William. *De Modo Saracenos Extirpandi* (ed. Kohler), *R.H.C. Arm.* vol. II.
Alberic of Trois Fontaines. *Chronicon, in R.H.F.* vol. XVIII.
Amadi, Francesco. *Chroniques d'Amadi et de Strambaldi*, ed. Mas Latrie. Paris, 1891.
Annales Claustroneoburgenses, in M.G.H.Ss. vol. IX.
Annales de Dunstaplia, in Annales Monastici, vol. III.
Annales Januenses, in M.G.H.Ss. vol. XVIII.
Annales Marbacenses, in M.G.H.Ss. vol. XVII.
Annales Romani, in Watterich, *Pontificum Romanorum Vitae.*
Annales Stadenses, in M.G.H.Ss. vol. XVI.
Anonymus Halberstadensis. *De Peregrinatione in Greciam, in* Riant, *Exuviae*, vol. I.
Ansbert. *Expeditio Friderici Imperatoris, in* Chroust, *Quellen.*
Assises of Romania (ed. Recoura). Paris, 1930.
Auria, Jacobus. *Annales*, in *M.G.H.Ss.* vol. XVIII.
Bacon, Roger. *Opus Majus* (ed. Bridges), 3 vols. Oxford, 1900.
Balduíno I, Imperador de Constantinopla, carta, *in R.H.F.* vol. XVIII.
Bartolomeu de Neocastro. *Historia Sicula, in* Muratori, *Rerum Italicarum Scriptores*, nova edição, vol. XIII, 3.
Bonomel, Ricaud. Poemas, *in* Bartholemaeis, *Poesie Provenziale.*
Bruno, Bispo de Olmütz, *Bericht* (ed. Höfler), *Abhandlungen der historische Klasse der Bayerische Akademie der Wissenschaft*, series 3, IV, Munique, 1846.

Burcard (Brochard). *Directorium ad Philippum Regem, in R.H.C. Arm.* vol. II.
Bustron, Florio, *Chronique de l'Ile de Chypre,* cd. Mas Latrie. Paris, 1886.
Chronica Regia Coloniensis (ed. Waitz), *M.G.H.Ss. in usum scholarum,* 1880.
Chronicle of Mailros (ed. Stevenson). Londres, 1856.
Collectio de Scandalis Ecclesiae (ed. Stroick), *in Archivum Franciscanum Historicum,* vol. XXIV, Roma, 1931.
Cotton, Bartholomew, *Historia Anglicana* (ed. Luard), Rolls Series. Londres, 1859. Dardel, John. *Chronique d'Arménie, in R.H.C. Arm.* vol. II.
De Excidio Urbis Acconis, in Martène e Durand. *Amplissima Collectio,* vol. V.
De Itinere Frisonum, in Röhricht, *S.M.Q.B.S.*
Devastatio Constantinopolitana, in Annales Herpipolenses, M.G.H.Ss., vol. XVI.
Dubois, Peter. *De Recuperatione Terre Sancte* (ed. Langlois). Paris, 1891.
Durand, William. *Informatio brevis de Passagio futuro* (ed. Viollet), *Histoire Littéraire de la France,* vol. XXXV. Paris, 1921.
Eduardo I, Rei da Inglaterra. Carta a José de Chauncy, *in P.P.T.S.* vol. V.
Epistola de Morte Friderici Imperatoris, in Chroust, *Quellen.*
Epistolae Cantuarenses (ed. Stubbs), Rolls Series. Londres, 1865.
Fabri, Felix. *Book of the Wanderings,* trad. Stewart, 3 vols. *P.P.T.S.* vols. VII-IX. Fidenzio de Pádua. *Liber Recuperationis Terrae Sanctae, in* Golubovich, *Biblioteca Bio-bibliografica,* vol. II.
Figuera, Guillem. 'Dun Servientes Far', *in* Bartholomaeis, *Poesie Provenziale.*
Fragmentum de Captione Damiate, Provencialis textus, *in* Röhricht, *S.M.Q.B.S.*
Frederico II, imperador. Carta ao Rei Henrique, *in* Bohmer, *Ada Imperii Selecta.* Galvano. *Liber Sancti Passagii Christocolarum contra Saracenos,* fragmentos (ed. Kohler), *in Revue de l'Orient Latin,* vol. VI. Paris, 1898.
Gesta Crucigerorum Rhenanorum, in Röhricht, *S.M.Q.B.S.*
Gesta Innocentii III, in M.P.L. vol. CCXIV.
Gesta Obsidionis Damiete, in Röhricht, *S.M.Q.B.S.*
Gestes des Chiprois (ed. Raynaud). Genebra, 1887.
Gregório IX, papa. Cartas, *in M.G.H. Epistolae Saeculi,* XIII, vol. I.
Guilherme de Newburgh. *Historia Rerum Anglicarum, in Chronicles* (ed. Howiett), vol. II.
Guilherme de Rubruck (Rubruquis). *Itinerarium* (trad. Rockhill), Hakluyt Society, série II, vol. IV. Londres, 1900.
Guilherme de St Pathus. *Vie de Saint Louis* (ed. Delaborde). Paris, 1899.
Guilherme de Trípoli. *Tractatus de Statu Saracenorum, in* Protz, *Kulturgeschichte der Kreuzzüge* (ver Bibliografia II).
Guilherme, o Bretão. *Gesta Philippi Regis* e *Philippis* (ed. Delaborde), 2 vols. Paris, 1882, 1885.
Gunther de Pairis. *Historia Constantinopolitana, in* Riant, *Exuviae,* vol. I.
Guyot de Provins, *Oeuvres* (ed. Orr). Manchester, 1915.
Haymar Monachus. De *Expugnata Accone* (ed. Riant). Lião, 1876.
Hayton (Hethoum). *Flos Historiarum Terre Orientis, in R.H.C. Arm.* vol. II.
Hayton (Hethoum). *La Flor des Estoires de la Terre d'Orient, ibid.*
Henrique II, Rei de Chipre. *Informatio ex parte Nunciorum Regis Cypri, in* Mas Latrie, *Documents.*
Historia Peregrinorum, in Chroust, *Quellen.*
Humbert de Romans. *Opus Tripartitum, in E.* Brown, *Appendix ad fasciculum rerum expetendarum et fugiendarum.* Londres, 1690.
Inocêncio III, papa. *Epistolae, in M.P.L.* vols. CCXIV-CCXVII.

João de Ypres. *Chronicon Sythiense Sandi Bertini, in* Martene e Durand, *Thesaurus Anecdotorum*, vol. III.
João de Tulbia. *De Domino Johanne Rege Jerusalem, in* Röhricht, *S.M.Q.B.S.*
Joinville, João, *Sieur* de. *Histoire de Saint Louis* (ed. Wailly). Paris, 1874.
José de Chauncy. Carta a Eduardo I, *in P.P.T.S.* vol. V.
La Broquière, Bertrandon de. *Voyage d'Outremer* (ed. Schefer). Paris, 1891.
Lettre des Chrétiens de Terre Sainte a Charles d'Anjou (ed. Delaborde), *in Revue* de *l'Orient Latin*, vol. II. Paris, 1894.
Liber Duellii Christiani in Obsidione Damiate exacti, in Röhricht, *S.M.Q.B.S.*
Luís IX, Rei da França. Carta *in* Baluzius, *Collectio*, vol. IV.
Ludolfo de Suchem (Sudheim). *Description of the Holy Land* (trad. Stewart). *P.P.T.S.* vol. XII.
Lull, Ramon. *Liber de Fine, in* Gottron, *Ramon Lulls Kreuzzugsideen*, ver Bibliografia II.
Machaut, William. *La Prise d'Alexandrie* (ed. Mas Latrie). Genebra, 1877.
Manuscrit de Rothelin, in R.H.C. Occ. vol. II.
Mateus Paris. *Chronica Majora* (ed. Luard), Rolls Society, 7 vols. Londres, 1872-84.
Mateus Paris. *Historia Minora* (ed. Madden), Rolls Society, 3 vols. Londres, 1866-9.
Mateus de Westminster. *Flores Historiarum* (ed. Luard), Rolls Society, 3 vols. Londres, 1890.
Memoria Terre Sancte, in Kohler, *Mélanges*, vol. II.
Molay, Jaime de. Relatório a Clemente Y, *in* Baluzius, *Vitae Paparum*, vol. III.
Muntaner, Ramon. *Cronica* (ed. Caroleu). Barcelona, 1886.
Narratio Itineris Navalis ad Terram Sanctam (ed. da Silva Lopez). Lisboa. 1844.
Oliver Scholasticus. *Opera*, I. *Historia Damiatana;* II. *Epistolae* (ed. Hooewg), *Bibliothek des Litterarischen Vereins in Stuttgart*, vol. CCII. Tübingen, 1894.
Oto de Saint Blaise. *Chronica* (ed. Hofmeister), *M.G.H.Ss. in usum Scholarum*, 1912.
Filipe de Novara. *Le Livre de Forme de Plait, in R.H.C. Lois*, vol I.
Filipe de Novara. *Mémoires, in Gestes des Chiprois* (traduzido para o inglês por La Monte e Hubert, *The Wars of Frederick II against the Ibelins in* Syria *and Cyprus.* Nova York, 1936).
Pian del Carpine, João. *Historia Mongolorum* (ed. Pulle). Florença. 1913.
Ricardo de Devizes. *De Rebus Gestis Ricardi Primi, in Chronicles* (ed. Howlett), vol. III.
Ricardo de San Germano, *Chronicon* (ed. Pertz), *M.G.H.Ss.* vol. XIX.
Rigordo. *Gesta Philippi Augusti* (ed. Delaborde). Paris, 1882.
Robert de Monte (apêndice), *in R.H.F.* vol. XVIII.
Roberto de Clary. *La Conquête de Constantinople* (ed. Lauer). Paris, 1924.
Rogério de Wendover. *Chronica* (ed. Hewlett), Rolls Series, 3 vols. Londres, 1886-9.
Rutebeuf. *Onze Poèmes concernant la Croisade* (ed. Bastin e Faral). Paris, 1946.
Salimbene de Adam. *Cronica* (ed. Holder-Egger), *in M.G.H.Ss.* vol. XXXII.
Sanudo, Marino. *Chronique de* Romanie, *in* Mas Latrie. *Nouvelles Preuves.*
Sanudo, Marino. *Liber Secretorum Fidelium Crucis, in* Bongars, *Gesta Dei per Francos*, vol. II.
Sequentia Andegavensis, in Riant, *Exuviae*, vol. II.
Sicardo de Cremona. *Cronica* (ed. Holder-Egger), *M.G.H.Ss.* vol XXXI.
"Templário de Tiro". *Chronique, in Gestes des Chiprois.*
Tadeu de Nápoles. *Hystoria de Desolacione et Conculcacione Civitatis Acconensis et totius terre sancte* (ed. Riant). Genebra, 1873.
Tomas de Spalato. *Historia Salonitana, in* Schwandtner, *Scriptores Rerum Hungaricarum*, vol. III.
Thwrocz, Joannes de. *Illustrissima Hungariae Regum Chronica, in* Schwandtner, *Scriptores Rerum Hungaricarum*, vol. I.
Via ad Terram Sanctam, in Kohler, *Mélanges*, vol. II.
Villaret, Fulk. *Mémoire* (ed. Petit), *Bibliotheque de l'Ecole des Chartes.* Paris, 1889.

Villehardouin, Godofredo de. *La Conquête de Constantinople* (ed. Faral), 2 vols. Paris, 1938-9.
Vicente de Beauvais. *Speculum Historiale*. Douai, 1624.
Vitry, Jaime de. *Epistolae* (ed. Röhricht), *Zeitschrift für Kirchengeschichte*, vols. XIV-XVI. Gotha, 1894-6.
Vitry, Jaime de. *History of Jerusalem* (trad. Stewart), *P.P.T.S.* vol XI.
Vilbrando de Oldenburg. *Reise* (ed. Laurent). Hamburgo, 1859.
Zaccaria, Bénito. *Mémoire, in* Mas Latrie, *Documents*.

3. FONTES GREGAS

Acropolita, Jorge. *Opera* (ed. Heisenberg). Leipzig, 1903.
Bustron, Jorge. Χρονικὸν Κύπρου, *in* Sathas, Μεσαιωνικὴ Βιβλιοθήκη, vol II.
Germano, Patriarca de Constantinopla. Ἐπιστολαί, *in* Sathas, Μεσαιωνικὴ Βιβλιοθήκη, vol. II.
Carta do clero grego a Inocêncio III, *in* Cotelerius, *Ecclesiae Graecae Monumenta*, vol. III.
Makhaeras, Leontius. *Recital concerning the Sweet Lond of Cypros, entitled Chronicle* (ed. com tradução de Dawkins), 2 vols. Oxford, 1932.
Mesarites, Nicholas. *Opera, in* Heisenberg, *Neue Quellen*.
"Narrativa dos treze santos padres queimados pelos latinos", *in* Sathas, Μεσαιωνικὴ Βιβλιοθήκη, vol II.
Paquímero, Jorge. *De Michaele et Andronico Palaeologis*, 2 vols. *C.S.H.B.* Bonn, 1835.

4. FONTES ÁRABES E PERSAS

Al-Aini. *Perles d'Histoire*, fragmentos *in R.H.C.Or.* vol. II, 2.
Dimashki. *Geography* (ed. Mehren). S. Petersburgo, 1866.
Histoire des Patriarches d'Alexandrie, fragmentos (trad. Blochet), *Revue de l'Orient Latin*, vol. XI. Paris, 1908.
Ibn al-Amid. *Crônica* (ed. Cheikho), *Corpus Scriptorom Christianorom Orientalium*, vol. III, 1.
Ibn Batuta. *Voyages* (ed. com tradução para o francês de Defremery e Sanguinetti), 4 vols. Paris, 1879.
Ibn Bibi. *História dos Seljúcidas*, tradução para o turco (ed. Houtsma), *Textes relatifs à l'histoire des Seldjouqides*, vols. III, IV. Paris, 1902.
Ibn al-Furad. *Crônica* (em parte ed. Zouraiq). Beirute, 1935-7.
Ibn Khartikan, Ibn Shedad. *Geografia*, fragmentos (ed. por Cahen), *in Revue des Etudes Islamiques*. Paris, 1936.
Ibn Wasil. *História dos Aiúbidas*, seleções *in* Reinaud, *Extraits, in* Michaud, *Bibliothèque*.
Idrisi. *Geografia*, ed. Gildemeister, *Zeitschrift für Deutsche Palästina Verein*, vol. VIII. Leipzig, 1885.
Al-Jazari. *Chronique de Damas* (trad. Sauvaget). Paris, 1949.
Juwaïni, Sa'd ad-Din Ibn Hamawiya, fragmentos (trad. Cahen), "Une Source pour l'Histoire des Croisades", *in Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, 28e année, nº 7, 1950.
Maqrisi. *Histoire des Sultans Mamelouks* (trad. Quatremère).2 vols. Paris, 1837-45.
Muhi ad-Din Ibn Abdazzahir. *Vidas de Baybars e Qalawun*, seleções *in* Reynaud, *Extraits, in* Michaud, *Bibliothèque*.

Rashid ad-Din. *História dos Mongóis* (trad. para o russo por Berezin), 4 vols. S. Petersburgo, 1861-88: Parte IV, *História dos Mongóis da Pérsia* (ed. com trad. para o francês de Quatremère). Paris, 1836.
Yakut. *Dicionário Alfabético de Geografia* (ed. Wustenfeld). 6 vols. Leipzig. 1866-73.

5. FONTES ARMÊNIAS, SIRÍACAS, ESLAVÔNICAS E MONGÓIS

Balada sobre o cativeiro de Leão, filho do Rei Hethoum I, *in R.H.C.Arm.* vol. I.
Hayton (Hethoum de Córico). *Tabelas Cronológicas, in R.H.C.Arm.* vol. I.
Hethoum II, Rei da Armênia, *Poema, in R.H.C.Arm.* vol. I.
Kirakos de Gantzag. *História* (trad. Brosset). S. Petersburgo. 1870.
Orbeliano, Estêvão. *História de Siunia*, texto em armênio. Moscou, 1861.
Vartan. *História do Mundo*, texto em armênio. Moscou,1861.
Rabban Sauma. *História de Rabban Sawma e Mar Yahbhallaha* (trad. Budge), *in* Budge, *The Monks of Khublai Khan*, ver Bibliografia II.
Crônica de Novgorod (Novgorodskaya Pervaya Lietopis, ed. Nasonov), Academia de Ciências da URSS. Moscou/Leningrado, 1950.
Histoire Secrète des Mongols (Yuan Ch'ao Pi Shih), Texto em mongol transcrito em cartas em latim, com tradução parcial para o francês e ed. de Pelliot. Paris, 1949.

II. OBRAS MODERNAS

ALPHANDERY, P. "Les Croisades d'Enfants", *in Revue de l'Histoire des Religions*, vol. LXXIII. Paris, 1916.
AMARI, M. *La Guerra del Vespro Siciliano*, 3 vols. Milão, 1816.
ATIYA, A. S. *The Crusade in the Later Middle Ages.* Londres. 1938.
ATIYA, A. S. *The Crusade of Nicopolis.* Londres, 1934.
BALTRUŠAITIS, J. *Le Problème de l'Ogive et l'Arménie.* Paris, 1936.
BARTHOLD, W. Verbetes "Cingis Khan" e "Khwaresm", *in Encyclopaedia of Islam.*
BOASE, T. S. R. "The Arts in the Latin Kingdom of Jerusalem", *in Journal of the Warburg Institute*, vol. II. Londres, 1938-9.
BOUVAT, L. *L'Empire Mongol, 2me Phase*, vol. VIII, 3, pt. II de Cavaignac, *Histoire du Monde.* Paris, 1927.
BRATIANU, G. I. *Recherches sur le Commerce Génois dans la Mer Noire au XIIIe Siécle.* Paris, 1929.
BRETSCHNEIDER, E. *Mediaeval Researches from Eastern Asiatic Sources*, 2 vols. Londres, 1888.
BUCHTHAL, H. "The Painting of Syrian Jacobites in its relation to Byzantine and Islamic Art", *in Syria*, vol. XX. Beirute, 1929.
BUDGE, E. A. W. *The Monks of Kûblâi Khân, Emperor of China.* Londres, 1928.
CAHEN, C. "Notes sur l'Histoire des Croisades et de l'Orient Latin, III, Orient Latin et Commerce du Levant", *in Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, 9e année, nº 8, 1951.
CAHEN, C. "Turcomans de Roum", *in Byzantion*, vol. XIV. Bruxelas, 1939.
CARTELLIERI, A. *Philipp II August und der Zusammenbruch des angevinischen Reiches.* Leipzig, 1913.
CHABOT, J. B. "Relations du Roi Argoun avec l'Occident", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. II. Paris, 1894.
CHAYTOR, H. J. *The Troubadours.* Cambridge, 1912.

CLAPHAM. A. W. *Romanesque Architecture in Western Europe.* Oxford, 1936.
COGNASSO, F. *Un Imperatore Bizantino della Decadenza, in Bessarione,* vol. XXXI, Roma, 1915.
DALTON, O. M. *Byzantine Art and Archaeology.* Oxford, 1911.
DALTON, O. M. *East Christian Art.* Oxford, 1925.
DELAVILLE LA ROULX, J. *La France en Orient au XIVe Siècle,* Bibliothèque des Ecoles Françaises d'Athènes et de Rome. Paris, 1886.
DER NERSESSIAN, S. *Armenia and the Byzantine Empire.* Cambridge, Mass., 1945.
DESCHAMPS, P. *La Défense du Royaume de Jérusalem,* 2 vols. Paris, 1939.
DESCHAMPS, P. *Le Crac des Chevaliers,* 2 vols. Paris, 1934.
DIEHL, C. *Une République Patricienne, Venise.* Paris, 1915.
D'OHSSON, M. *Histoire des Mongols depuis Tchinguiz Khan jusqu'à Timur Bec.* 2 vols. Amsterdã. 1834-5.
DONOVAN, J. P. *Pelagius and the Fifth Crusade.* Filadélfia, 1950.
DUCKWORTH, H. T. F. *The Church of the Holy Sepulchre.* Londres, 1922.
EBERSOLT, J. *Monuments d'Architecture Byzantine.* Paris, 1934.
EDWARDS, J. G. "The *Itinerarium Regis Ricardi* and the *Estoire de la Guerre Sainte", in Essays in Honour of James Tait.* Manchester, 1933.
ENLART, C. *Les Monuments des Croisés dans le Royaume de Jérusalem,* 4 vols. Paris, 1925.
FEDDEN, R. *Crusader Castles.* Londres, 1950.
FLICHE, A. *La Chrétienté Romaine,* vol. X de Fliche e Martin, *Histoire de l'Eglise.* Paris, 1950.
FOREVILLE, R. e ROUSSET DE PINA, J. *Du Premier Concile du Latran à l'Avenement d'Innocent III,* vol. IX, 2, de Fliche e Martin, *Histoire de l'Eglise.* Paris, 1952.
GIBBONS, H. A. *The Foundation of the Ottoman Empire.* Oxford. 1916.
GOTTRON, A. "Ramon Lulls Kreuzzugsideen", *in Abhanalungen zur Mittleren und Neueren Geschichte,* vol. XXXIX. Berlim/Leipzig, 1912.
GREGOIRE, H. "The Question of the Diversion of the Fifth Cruzade", *in Byzantion,* vol. XV. Boston, 1941.
GREKOV, B. e IAKOUBOVSKI, A. *La Horde d'Or* (trad. para o francês por Thuret). Paris, 1939.
GREVEN, J. "Frankreich und der Fünfte Kreuzzug", *in Historisches Jahrbuch,* vol. XLII. Munique, 1923.
GROUSSET, R. *L'Empire des Steppes.* Paris,1941.
GROUSSET, R. *L'Empire Mongol, Ière Phase,* vol. VIII, 3, de Cavaignac. *Histoire du Monde.* Paris, 1941.
HAENISCH, E. "Die letzten Feldzüge Cingis Hans und sein Tod", *in Asia Major.* vol. IX. Leipzig, 1932.
HALECKI, O. *The Crusade of Varna.* Nova York, 1943.
HAMMER-PURGSTALL, J. VON. *Histoire de l'Empire Ottoman* (trad. para o francês por Hellert), 18 vols. Paris, 1843.
HILL, G. *History of Cyprus,* vols. II e III. Cambridge, 1948.
HOPF, K. *Geschichte Griechenlands vom Beginne des Mittelalters bis auf die neuere Zeit.* Leipzig, 1867.
HOWORTH, H. H. *History of the Mongols,* 5 vols. Londres, 1176-88.
IORGA, N. *Philippe de Mézières et la Croisade au XIVe Siècle.* Paris. 1896.
JORDAN, E. *Les Origines de la Domination Angevine en Italie.* Paris, 1909.
KANTOROWICZ, E. *Frederick the Second.* Londres, 1931.
KARAMZIN, N. M. *História do Império Russo* (em russo), 3 vols. S. Petersburgo, 1851.

KINGSFORD, C. L. "Otho de Grandison", *in Transactions of the Royal Historical Society*, 3rd series, vol. III. Londres, 1909.
KÖPRÜLÜ, M. F. *Les Origines de l'Empire Ottoman*. Paris, 1935.
LA MONTE, J. L. "John d'Ibelin", *in Byzantion*, vol. XII. Bruxelas, 1937.
LANGLOIS, C. V. *La Vie en France au Moyen Age*, 3 vols. Paris, 1927.
LECLERC, L. *La Médecine Arabe*. Paris, 1876.
LEVIS-MIREPOIX, DUC DE. *Philippe le Bel*. Paris, 1936.
LEVY, R. *A Baghdad Chronicle*. Cambridge, 1929.
LIZERAND, G. *Le Dossier de l' Affaire des Templiers*. Paris, 1928.
LONGNON, J. *L'Empire Latin de Constantinople*. Paris, 1949.
LONGNON, J. *Les Français d'Outremer au Moyen Age*. Paris. 1929.
LUCHAIRE, A. *Innorent III: La Question d'Orient*. Paris, 1911.
MAKHOULY, N. *Guide to Acre*. Jerusalém, 1941.
MARTIN, E. J. *The Trial of the Templars*. Londres, 1928.
MARTIN, H. D. *The Rise of Chingis Khan and his Conquest of North China*. Baltimore, 1950.
MAS LATRIE, L. *Histoire de l'Ile de Chypre sous le Règne de la Maison de Lusignan*, vol. I, *Histoire;* vols. II e III, *Documents*. Paris, 1852-61.
MELVIN, M. *La Vit des Templiers*. Paris, 1951.
MUNRO, D. C. "The Children's Crusade", *in American Historical Review*, vol. XIX. Nova York, 1914.
NORGATE, K. *Richard the Lion Heart*. Londres, 1924.
NORGATE, K. "The *Itinerarium Peregrinorum* and the *Song of Ambroise*", *in English Historical Review*, vol. XXV. Londres, 1910.
OMONT, H. "Peintures d'un Evangéliaire Syriaque", *in Monuments et Mémoires publiés par l'Academie des Inscriptions et Belles-Lettres*, vol. XIX. Paris, 1911.
PELLIOT, P. "Chrétiens d'Asie Centrale et de l'Extrême Orient", *in T'oung Pao*, vol. XI. Leiden, 1914.
PELLIOT, P. "Les Mongols et la Papauté", *in Revue de l'Orient Chrétien*, vols. XXIII, XXIV, XXVIII. Paris, 1922-32.
PIQUET, J. *Les Banquiers du Moyen Age: Les Templiers*. Paris, 1939.
POWICKE, F. M. *King Henry III and the Lord Edward*, 2 vols. Oxford, 1947.
PRAWER, J. "Etude de Quelques Problèmes Agraires et Sociaux d'une Seigneurie Croisée au XIIIe Siècle", *in Byzantion*, vol. XXII. Bruxelas, 1952.
PRAWER, J. "L'Etablissement des Coutumes du Marché a Saint-Jean d'Acre', *in Revue Historique de Droit Français et Etranger*. Paris, 1951.
PRUTZ, H. G. *Kaiser Friedrich I*, 3 vols. Danzig, 1871-4.
PRUTZ, H. G. *Kulturgeschichte der Kreuzzüge*. Berlim, 1883.
REY, E. G. *Les Monuments de l'Architecture Militaire des Croisés en Syrie et dans l'Ile de Chypre*. Paris, 1871.
RÖHRICHT, R. "Der Kinderkreuzzug 1212", *in Historische Zeitschrift*, vol. XXXVI. Munique, 1876.
RÖHRICHT, R. *Etudes sur les Derniers Temps du Royaume de Jérusalem, Archives de l'Orient Latin*, vol. II. Paris, 1884.
RÖHRICHT, R. *Studien zur Geschichte des Fünften Kreuzzüges*. Innsbruck, 1891.
SACERDOTEANU, A. *Marea Invazie Tatara şi Sud-estul European*. Bucareste, 1933.
SCHLUMBERGER, G. *Byzance et Croisades: Pages Médiévales*. Paris, 1927.
SMAIL, R. C. "Crusaders' Castles in the Twelfth Century", *in Cambridge Historical Journal*, vol. X, 2. Cambridge, 1951.
SOBERNHEIM, M. Verbete "Baibars", *in Encyclopaedia of Islam*.

STERNFELD, R. *Ludwigs des Heiligen Kreuzzug nach Tunis 1270.* Berlim, 1896.
STRAKOSCH-GROSSMANN, G. *Der Einfall der Mongolen in Mitteleuropa in den Jahrem 1241 und 1242.* Innsbruck, 1893.
THROOP, P. A. "Criticism of Papal Crusade Policy in Old French and Provençal", *in Speculum,* vol. XIII. Cambridge, Mass., 1938.
THROOP, P. A. *Criticism of the Crusades.* Amsterdã, 1940.
VAN ORTROY, F. "Saint François et son Voyage en Orient", *in Analecta Bollandiana,* vol. XXXI. Bruxelas, 1912.
VASILIEV, A. A. *History of.the Byzantine Empire,* nova edição. Madison, 1952.
VASILIEV, A. A. "The Foundation of the Empire of Trebizond", *in Speculum,* vol. XI. Cambridge, Mass., 1936.
VERNADSKY, G. *Kievan Russia,* vol. II of Vernadsky e Karpovitch, *History of Russia.* New-haven, 1948.
WINKELMANN, E. *Kaiser Friedrich II,* 2 vols. Leipzig, 1889-97.
WINKELMANN, E. *Philipp von Schwaben und Otto IV Von Braunschweig,* 2 vols. Leipzig, 1873-8.
WITTEK, P. *The Rise of the Ottoman Empire.* Londres, 1838.
YULE, H. *Cathay and the Way Thither,* 2 vols. Hakluyt Society, nº 37. Londres, 1866-7.

Índice

Abaga, ilcã da Pérsia, 282, 291-292, 295, 304-305, 339, 347, 372
Abássida, dinastia, 189, 266, 269, 279, 408; *ver* Bagdá
Abbasa, batalha de, 245
Abbassabad, 265
Abd ar-Rahman, vizir, 226
Abdul Muneim, fundador de seita almóada, 48
Abel, patriarca, 248
Abidos, 112
Aboukir, 387
Abraão, patriarca, 248
Absalão, príncipe da Judéia, 112
Abu-Bakr, camarista, 73
Abu'l Feda, príncipe de Hama, historiador, 355, 361, 421
Abu Said, sultão mongol de Pérsia, 381
Abu Shama, historiador, 421
Achardo, bispo de Nazaré, 334
Acerra, *ver* Tomás
Acre, 28, 31-32, 40, 49-50, 53-59, 61-62, 64, 69, 72, 75, 82-83, 91-92, 94-96, 97, 99, 108, 122, 125, 127, 135-139, 149, 150-151, 159, 160, 163, 167, 172-174, 176, 177-180, 187, 191, 194, 196, 198-201, 203, 204-205, 229, 233, 234, 242-254, 256-257, 263, 271, 275-276, 279, 281-283, 285, 289-291, 294-297, 302-304, 305, 311, 312, 314-318, 335-336, 338-342, 344-345, 346-347, 352-354, 355-361, 372-374, 387, 392, 413, 417, 420; bispos de, *ver* Florent, João
Acropolites, Jorge, historiador, 417
Adana, 284
Adão de Baghras, regente da Armênia, 157
Adão de Cafran, governador de Tiro, 367
Adão, Guilherme, emissário papal, 376
Adelardo, bispo de Verona, 56
Adolfo, conde de Holstein, 89
Adramítio, 392
Adrianópolis, 24, 117, 119, 393
Adriático, Mar, 76, 225, 399, 400
Afeganistão, 219, 316
Afonso da França, conde de Poitou, 239, 243
Agni, *ver* Tomás
Agostiniana, ordem, 330
Agridi, batalha de, 181
Ahmed, al-Hakim, califa, 279
Ahmed (Tekuder ou Nicolau), sultão mongol da Pérsia, 347
Aibeg, emissário mongol, 231
Aibeg, secretário, 266-267
Aibek, Izz ad-Din, sultão, 242, 245-246, 250, 274, 279
Aigues-Mortes, 191, 230, 258
Aimery de Limoges, patriarca de Antióquia, 87, 424
Ain Jalud, batalha de, 276-277, 279
Aintab, 295, 341-342
Aisne, rio, 103
Aiubita, dinastia, 82, 97, 142, 155, 167, 169, 190, 195, 201, 205, 223, 231, 236, 278, 421
Ajlun, castelo de, 137
Akhlat, 80, 168, 189
Akkar, castelo de, 127, 293
al-Adil, Saif ad-Din (Saphadin), sultão, 53, 59, 62-64, 74, 80-82, 90-91, 93-95, 97-100, 108, 121, 124-125, 126, 128-129, 133-135, 137, 139-140, 144, 188
al-Adil II, sultão, 190
al-Adiliya, 140, 144-145
al-Afdal, sultão, 78, 79-82, 139

al-Aïni, cronista, 422
Alamute, 226, 265-266
Alan, arcediago de Lida, 85
Alan de S.-Valéry, 37
Alanos, povo caucasiano, 221, 225
al-Aqsa, mesquita, Jerusalém, 170, 172, 330
al-Aziz, rei de Alepo, 189
al-Aziz, sultão, 79-81, 90, 94-95
al-Ashraf Khalil, sultão, 335, 359, 363, 366-367, 381
al-Ashraf Musa, príncipe de Homs, 231, 270, 277
al-Ashraf Musa, sultão, 242, 274
al-Ashraf, sultão, 82, 139, 147, 153, 167-168, 188-189
Alaya, 158, 392
al-Aziz, príncipe de Damasco, 269
Albânia, 403; *ver* Skanderbeg
Albano, bispo de, 18
Alberto de Johansdorf, menestrel, 425
Alberto de Rezzato, patriarca de Antióquia, 179, 208, 229
Alberto, patriarca de Jerusalém, 125, 128-129
Albigense, cruzada, 129, 185, 297
Albistan, 305
Aleixo I, Comneno, imperador de Trebizonda, 118
Aleixo II, Comneno, imperador, 48
Aleixo III, Ângelo, imperador, 89, 105, 107, 109, 112, 113, 119
Aleixo, IV, Ângelo, imperador, 113, 114
Aleixo V, Murzúfulo, imperador, 114-115
Alemã, família, 340
Alepo, 80, 97, 139, 187, 189-190, 205, 269-272, 277-279, 284, 292, 296, 312, 317, 341-341, 401
Alexandre III, rei da Escócia, 350
Alexandre IV, papa, 253
Alexandre, o Grande, rei da Macedônia, 24
Alexandria, 133, 139, 152, 155, 235, 312-313, 352, 354, 357, 380, 385-389
al-Faiz, príncipe aiubita, 145
al-Fakhri, Badr ad-Din Bekrash, emir mameluco, 354, 358
Alghuv, príncipe mongol, 273
al-Hakim, *ver* Ahmed
Alice da Bretanha, Condessa de Blois, 360, 363
Alice de Jerusalém-Champanhe, rainha de Chipre, regente de Jerusalém, 84, 100, 126, 138, 160, 164-166, 176, 200, 206
Alice de Montferrat, rainha de Chipre, 174, 182
Alice, princesa da Armênia, 88, 96, 157
Alice, princesa da França, 47
Alice, princesa de Jerusalém, 38 n-3
al-Jawad, príncipe aiubita, 189
al-Jazari, cronista, 421
Aljighidai, general mongol, 232
al-Kahf, castelo assassino, 88
al-Kamil, príncipe de Mayyafaraqin, 270
al-Kamil, sultão, 81, 133, 139-140, 147, 150, 159, 162, 167-170, 187-191
al-Mahdiya, 394
al-Mina, 354
al-Mansur Ibrahim, príncipe de Homs, 201, 203
al-Mansur, príncipe de Hama, 284, 293
al-Mansur, sultão, 81-2, 99
Almóada, seita, 129
al-Mu'azzam, rei aiubita de Damasco, 82, 125, 137, 142, 144-145, 147, 150-151, 167-168
al-Mustansir, califa, 266
al-Mustasim, califa, 246, 266-268
al-Muzaffar, príncipe de Mayyafaraqin, 82, 190
al-Muzaffar II, príncipe de Hama, 195
Alpes, 132
al-Qahir, príncipe de Kerak, 305
Alsacianos, 262
Alta Ripa, *ver* Ralph
Amadeu, conde de Sabóia, "O Cavaleiro Verde", 388, 393-394
Amalrico, *ver* Barlais
Amalrico de Beisan, 174, 182, 185
Amalrico de Chipre, senhor de Tiro, comissário, 355, 358, 360, 364, 367, 379
Amalrico de Lusignan, rei de Chipre, rei Amalrico II de Jerusalém, 83, 89, 90, 95, 97-100, 121, 124, 163
Amalrico de Montfort, 196
Amano, montes, 292
Amarelo, mar, 217
Amarelo, rio, 217; *ver* Hoang Ho
América do Norte, 297
Amioun, 334

Amur, rio, 213, 216, 223
Ana Angelina, imperatriz de Nicéia, 114, 119
Anagni, 163; *ver* João
Ana, Sta., igreja em Jerusalém, 331, 333
Anatólia, 24, 97, 106, 122, 189, 254, 261, 267, 279, 282, 284, 295-296, 375
Anbar, batalha de, 267
Ancara, 401
Ancona, 133, 405; *ver* João Turco
André II, rei da Hungria, 135
André, conde de Brienne, 34
André de Longjumeau, dominicano, 208, 232, 260
André, Sto., igreja em Acre, 335, 366
André Zagan, emissário mongol, 351
Andrônico I, Comneno, imperador, 22, 118, 390
Andrônico II, Paleólogo, imperador, 348, 377, 392
Andrônico III, Paleólogo, imperador, 392
Andros, 111
Ângelo, Angelina, família, 119; *ver* Aleixo, Ana, Eudóxia, Irene, Isaac, Teodoro
Angelocomites, rio, 24
Angers, bispo de, 143
Angoulême, *ver* Pedro
Anjou, *ver* Carlos
an-Nasir Dawud, príncipe de Kerak, 168, 189, 193, 194, 198, 201, 205, 278, 305
an-Nasir Mohammed, sultão, 381
an-Nasir, vizir almóada, 129
an-Nasir Yusuf, príncipe de Alepo, 190, 231, 244-246, 250, 269-271
Anno de Sangerhausen, grão-mestre da Ordem Teutônica, 274
"Ansbert", cronista, 419
Anselmo de Brie, 180-182
Antióquia, 20, 27, 30, 85-88, 95-98, 127-129, 137, 157-158, 166, 185-187, 207-209, 247, 270-271, 279, 281-282, 284, 292, 293, 294, 310-313, 315, 317, 323, 328, 338, 342, 371, 387, 408
Antióquia, lago de, 187
Anti-tauro, montes, 390
Apaméia, 342
Apúlia, 134, 163, 302, 352; *ver* Mateus
Aqsonqor, senhor de Akhlat, 80
Aqtai, comandante mameluco, 277
Aquéia, 118; *ver* Godofredo, Guilherme
Aquiléia, 76
Aquitânia, 383; *ver* Eleonora, Guilherme
Arábia, 312
Aragão, aragonense, 291, 348, 350, 372, 373, 382, 403; ver Jaime
Arbela, 170
Argélia, 133
Arghun, ilcã da Pérsia, 347-348, 350-351, 372
Ariqboga, príncipe mongol, 260-261, 273
Armando de Périgord, grão-mestre do Templo, 201
Arqa, 284
Arsuf, 59, 165, 280-281; *ver* João de Ibelin
Artois, *ver* Filipe, Roberto
Artur, duque da Bretanha, 47, 105
Arundel, conde de, 143
Ascalão, 29, 62, 65-67, 69, 71, 191, 196-197, 200, 204, 205
Ascelino da Lombardia, dominicano, 231
Ascheri, Orlando, almirante, 352
Asen, família, 119; *ver* Ivan, Kaloyan, Pedro
Ashmun Tannah, 234, 236
as-Saghir, Bahr, canal, 153, 236-238, 240
as-Salih, *ver* Ismail
Assassinos, seita dos, 67, 129, 187, 266, 292
Assir, 73
Asti, *ver* Henrique
as-Ziya, príncipe aiubita, 81
Ata al-Mulk, *ver* Juveni
Atália, 390
Atenas, 118, 288
Athlit, castelo de, 138, 139, 151, 173, 281, 285, 302, 305, 326, 331n-2, 344, 368
Aurillac, *ver* Gerberto
Áustria, 76; *ver* Henrique, Leopoldo
Autoreano, *ver* Miguel
Autun, *ver* Gualtério
Avesnes, *ver* Jaime
Avignon, 375, 379, 383, 408
Ayas, 284, 316-317, 351, 354
Aydin (Tralles), 391; *ver* Omar
Aymar, arcebispo de Cesaréia, patriarca de Jerusalém, 82, 92, 103
Aymar, senhor de Cesaréia, 124
Aymé, conde de Genebra, 384
Aymé de Oselier, marechal de Trípoli, 379

Ayub, as-Salih, sultão, 189-190, 195-198, 201, 203-206, 231, 233, 242
Azerbaijão, 150, 167, 221, 224, 268, 281, 402
Azov, mar de, 221
az-Zahir I, príncipe de Alepo, 79-81, 97-98, 126, 127, 139
az-Zahir II, príncipe de Alepo, 189

Babilônia, 48
Bacon, Roger, 298
Badr ad-Din, *ver* al-Fakhri
Badr ad-Din Lulu, atabegue de Mosul, 269
Bagdá, 26, 133, 145, 147, 167, 189, 231, 242, 263, 267-269, 272, 279, 312, 326, 380, 401-402, 408-409
Baghras, 86-87, 97, 127, 129, 187, 284, 287, 341; *ver* Adão
Bagnara, 45
Baibars, Rukn ad-Din, Bundukdari, sultão, início da carreira, 203, 237; assassina o sultão Turanshah, 242; desentendimentos com o sultão Aibek, 250; em Ain Jalud, 274; assassina o sultão Qutuz, 277; torna-se sultão, 277; conquistas na Palestina, 284; conquista Antióquia, 286; negociações com os francos, 290-297, 300; na Anatólia, 305; morte, 305, outras referências, 334, 339, 344, 359, 421
Baichu, general mongol, 226, 231, 267
Baidar, príncipe mongol, 225, 274
Baikal, lago, 214
Balkh, 219
Balbek, 189, 205, 275
Bálcãs, 22-24, 254, 344, 390, 393, 394, 402, 413
Balduíno I, rei de Jerusalém, 329
Balduíno II, imperador latino de Constantinopla, 161, 234
Balduíno II, rei de Jerusalém, 323, 329
Balduíno III, rei de Jerusalém, 334
Balduíno IV, rei de Jerusalém, 39
Balduíno XI, de Hainault, conde de Flandres, imperador latino de Constantinopla, 105, 117, 127
Balduíno, *ver* Carew
Balduíno, arcebispo de Cantuária, 17-19, 37, 39, 44
Balduíno de Ibelin, comissário de Chipre, 347
Balduíno de Ibelin, senescal de Chipre, 181, 185, 205
Balian de Ibelin, senhor de Nablus, senhor de Caymon, 29, 38, 66, 68, 75, 83, 85
Balduíno de Ibelin, senhor de Ramleh, 83
Balduíno Embriaco, 340
Balduíno, senhor de Beisan, 84
Balian I, Garnier, senhor de Sídon, 160, 166, 169, 173, 175, 176, 183, 185, 193
Balian II, Garnier, senhor de Sídon, 340
Balian de Ibelin, senhor de Arsuf, 247, 280, 303
Balian de Ibelin, senhor de Beirute, 176, 177, 179-181, 185, 206
Balikesir, 24
Báltico, mar, 255, 373, 377
Banyas, 145, 175, 246, 326n-1
Baramun, 236
Baraqa, sultão, 339
Barbarossa, *ver* Frederico I
Bar, conde de, 34, 190; duque de, 395; *ver* Filipe
Bardt, *ver* Hermann
Bar Hebraeus, historiador, 422
Barin, 187
Barlais, Amalrico, 164, 166, 174, 176, 178-180, 182, 185
Barlais, Reinaldo, 91
Bamian, 219
Bar-sur-Seine, *ver* Milo
Bartolomeu, *ver* Tirel
Bartolomeu, bispo de Tortosa, 301, 340, 353
Bartolomeu de Cremona, dominicano, 248
Bartolomeu Embriaco, prefeito de Trípoli, 353-354, 355
Bartolomeu Pizan, templário, 359
Bartolomeu, senhor de Maracléia, 294
Basiléia, 132
Basílio, inglês, 262n-3
Basílio, pintor, 333, 336
Batu, príncipe mongol, cã da Horda Dourada, 223, 224-226, 248, 260-261, 262-263, 265
Baviera, bávaros, 154; *ver* Luís, Ruperto
Bayazid I, sultão otomano, 394, 396, 401

Beatrice da Provença, rainha de Nápoles e Sicília, 257
Beaufort, castelo de, 32, 37, 63, 195-196, 272, 286
Beaujeu, *ver* Guilherme
Beauvais, bispo de, *ver* Filipe; *ver* Vincent
Beha ed-Din, biógrafo, 26
Behesni, castelo de, 292
Beirute, 36, 53, 56, 63, 66, 72, 77, 90, 93-95, 99, 136, 165, 177-179, 185, 198, 290, 301, 311, 317, 334, 344-345, 367; bispo de, *ver* Galeran
Beisan, 137, 168, 280; *ver* Amalrico, Balduíno
Beit Nuba, 64, 70-71
Bekaa, 137, 272, 310
Bektimur, senhor de Akhlat, 80
Bela III, rei da Hungria, 23
Bela IV, rei da Hungria, 225
Belém, 75, 148, 170, 303, 329, 332-333, 337; bispo de, *ver* Tomás Bilbeis, 81
Belgrado, 22
Belmont, abadia de, 209
Belus, rio, 32
Belvoir, castelo de, 197, 205, 325
Benedito XIII, papa, 395
Benedito de Peterborough, cronista, 418
Benevento, batalha de, 257
Benito, *ver* Zaccaria
Berardo de Manupello, 181
Berard, Tomás, grão-mestre do Templo, 302
Berengaria, amante do rei, 300
Berengaria de Navarra, rainha da Inglaterra, 48, 51, 63, 75
Berengaria, princesa de Castela, 160
Berke, príncipe mongol, cã da Horda Dourada, 223, 273-274, 279, 282
Bernardo o Tesoureiro, cronista, 417
Berry, 18
Bertrando du Guesclin, 388
Bertrando Embriaco, 255, 353
Bertrandon, *ver* La Broquière
Berwick-on-Tweed, 19
Besançon, arcebispo de, 37-38
Birejik, 270
Bitínia, 117, 393
Blachernae, palácio em Constantinopla, 114, 115
Blanche de Castela, rainha da França, 247-248
Blanche de Navarra, Condessa de Champanhe, 124
Blanchegarde, castelo de, 64, 70, 323
Blois, bispo de, 37; *ver* Alice, Henrique, Luís, Tibaldo
Bodrun (Halicarnasso), 402
Boêmia, 298, 396; *ver* Ottocar
Boemundo III, príncipe de Antióquia, 27, 30, 51, 77, 85, 95-96, 127
Boemundo IV, príncipe de Antióquia, conde de Trípoli, 87, 96-98, 126-127, 137, 157, 163, 166, 185, 289
Boemundo V, príncipe de Antióquia, conde de Trípoli, 176, 184, 186, 187, 200, 203, 206, 209, 233, 246
Boemundo VI, príncipe de Antióquia, conde de Trípoli, 247, 251, 264, 272, 279, 281, 286, 288, 293, 353
Boemundo VII, príncipe titular de Antióquia, conde de Trípoli, 301, 339, 343, 352-353
Boemundo, príncipe de Chipre, 344
Bolonha, 333n-1; *ver* Eustáquio Bourbon, *ver* Luís Boves, *ver* Enguerrando
Bonifácio VIII, papa, 375
Bonifácio IX, papa, 395
Bonifácio, Marquês de Montferrat, rei de Tessalônica, 105-107, 109, 117
Bonnacorso de Gloria, arcebispo de Tiro, 347
Bonomel, Ricaut, poeta templário, 281
Bordéus, 349, 383, 395; arcebispo de, *ver* Guilherme
Bósforo, 24, 112, 121, 400
Botrun, 178, 340, 355; *ver* João, Guilherme
Boucicaut, João Le Meingre, marechal, 397, 400
Bougie, 133
Brabante, brabanções, 93, 383; *ver* Henrique
Brêmen, 95
Brie, *ver* Anselmo
Brienne, conde de (João II), 238; *ver* André, Hugo, João, Maria, Gualtério
Brindisi, 48, 57, 133, 159-161, 163, 191; *ver* Margarido

Bretanha, bretões, 60, 294; conde de, 258; *ver* Artur, Pedro
Bruno, bispo de Olmütz, 298
Brusa, 392, 399
Bucara, 219
Budapeste, 395-396
Budismo, budistas, 214, 217, 261, 262, 264, 348
Buffavento, castelo de, 51, 179, 181
Bulgária, búlgaros, 23, 119, 254, 372, 394, 397; *ver* Kama
Buluniyas, 294, 302
Bundukdar, emir mameluco, 278
Buqaia, 284, 293, 310, 342, 354
Burcardo de Schwanden, grão-mestre da Ordem Teutônica, 360
Burcardo, propagandista, 382
Burgúndia, duque de (Odo III), 134; *ver* Hugo, João, Filipe
Burgúndia, princesa de Chipre, 99, 126
Buri, príncipe mongol, 225
Burlos, 151
Buscarel de Gisolf, emissário, 350
Bustron, Jorge, cronista, 417
Buza'a, 139

Cadzaud, *ver* João
Caen, 383
Cafa, 317
Cairo, 80-1, 90, 108, 133, 140, 150, 155, 161, 168, 195, 197, 233, 236, 239, 244-245, 250, 266, 277, 278, 285, 288, 333, 335, 339, 347, 353, 357, 359, 365, 367, 386, 426
Calábria, 45
Calamon, monastério de, 334
Calamo, rio, 24
Calcedônia, 112
Calicadno, rio, 25
Calvário, 333
Camatero, *ver* João
Camville, *ver* Ricardo
Canabus, *ver* Nicolau
Caná na Galiléia, 137
Cantacuzeno, *ver* Constantino, João
Cantuária, arcebispo de, *ver* Balduíno
Capua, *ver* Jaime, Pedro
Carew, Balduíno, 60
Caríntia, 76
Carlos I, Carlos Magno, imperador, 104
Carlos II, rei de Nápoles, 289, 346, 372, 373
Carlos V, rei da França, 384, 388
Carlos VI, rei da França, 395
Carlos da França, conde d'Anjou e Provença, rei de Nápoles e da Sicília, na cruzada de S. Luís, 230, 237, 239; conquista Nápoles e Sicília, 257; compra o direito ao Reino de Jerusalém, 290; envia um *bailli* a Acre, 302-303; amizade com os mamelucos, 339; expulso da Sicília, 343; morte, 346, outras referências, 249, 271, 294, 296, 350, 390
Carmelo, Mt., 59, 72, 85, 138, 280, 296, 344, 368
Cárpatos, montes, 225
Carran, *ver* Adão, Guilherme
Cartago, 258
Casal Imbert, 179, 186
Cáspio, mar, 219, 224, 315
Cáspio, passo, 221
Castela, 160
Catalães, 251, 392
Catânia, 48
Cáucaso, montes, 221, 225, 263
"Cavaleiro Verde", cavaleiro espanhol, 29; *ver* Amadeu
Caymon, *ver* Tel Kaimun
Cefalônia, 118
Ceilão, 316
Celestino III, papa, 49, 88, 104
Cesaréia, 59, 72-73, 138, 180, 198, 280, 296, 331, 344; arcebispos de, *ver* Aymar, Pedro; *ver* Aymar, João
Cesaréia-Mazacha, 226, 305
Cesarini, Juliano, cardeal, 403
Chagatai, príncipe mongol, 223, 224-225, 261, 265, 266, 273
Chakirmaut, batalha de, 216
Champanhe, 104, 124; *ver* Blanche, Henrique, Maria, Tibaldo
Champlitte, *ver* Guilherme
Chartres, *ver* Guilherme
Chasseron, *ver* Odardo
Château Gaillard, 327
Châteauneuf, *ver* Guilherme
Chauncy, *ver* José
Chenart, Filipe, 182
Chenichy, *ver* Gavin

Chernigov, 221, 225
Chester, conde de, 143
China, chineses, 168, 213, 216, 224, 261, 265, 315, 408
Jin, império, 217-218
Chipre, 16, 22, 49-52, 55, 62, 69, 77, 83-85, 90, 99, 103, 121, 126, 136, 152, 157, 163-166, 174, 175-180, 187, 191, 205, 230, 247, 249-250, 252-253, 256, 281, 283, 290, 294-295, 302-303, 335, 338, 341, 344, 347, 352, 360-361, 362, 366-368, 371-373, 376-378, 380-383, 384, 387-389, 391, 404, 406, 417, 425n-5, 426
Chomughar, príncipe mongol, 273
Choniates, *ver* Nicetas
Cilícia, 22, 50, 89, 95, 97, 128, 158, 176, 197, 261, 271, 286, 304-305, 371, 377, 383, 389
Cisterciense, ordem, 208-209
Clary, *ver* Roberto
Clemente III, papa, 21, 44, 49
Clemente IV, papa, 257, 292
Clemente V, papa, 375
Clermont, *ver* Mateus, Ralph; concílio de, 330
Cloyes, 130; *ver* Estêvão
Cluny, 330, 333n-1
Colchester, arcediago de, *ver* Ralph
Colônia, 131-132
Colossi, 50
Comneno, Comnena, *ver* Aleixo, Andrônico, Davi, Isaac, Manuel, Maria, Teodora
Conrado III, de Hohenstaufen, rei da Alemanha, 21
Conrado IV, de Hohenstaufen, rei da Alemanha, rei de Jerusalém, 162, 176, 199, 227, 229, 241, 244, 246, 248, 249
Conradino de Hohenstaufen, rei da Alemanha, rei de Jerusalém, 249, 252, 256, 257, 288-289
Conrado, arcebispo de Mainz, 89, 92, 96
Conrado, bispo de Hildesheim, chanceler imperial, 85, 89
Conrado de Feuchtwangen, grão-mestre da Ordem Teutônica, 360
Conrado, Marquês de Montferrat, salva Tiro, 15, 21, 27; recusa-se a reconhecer o Rei Guy, 30-31; junta-se ao exército em Acre, 34; desposa a Princesa Isabela, 38-39; e a Terceira Cruzada, 49, 53, 54, 55-56; negocia com Saladino, 63, 66; eleito rei, 67; assassinado, 67-68, outras referências, 76, 77, 86, 88, 92, 106
Constança de Aragão, imperatriz, 152
Constancia, rainha da Sicília, imperatriz, 44, 49, 104
Constância, imperatriz, 49
Constantino Cantacuzeno, embaixador, 23
Constantino, o Grande, imperador, 329
Constantino o Hethoumiano, regente da Armênia, 157-158
Constantinopla, 19, 23-24, 26, 28, 38, 75, 106-107, 109-112, 138, 143, 161, 163, 254, 269, 282, 296, 312-313, 316, 323, 326, 333-334, 336, 344, 348-349, 375-376, 377, 386-387, 388, 390, 391, 393, 399, 402, 408
Constantino, senhor de Lampron, 261
Coptas, 155, 387
Corazzo, *ver* Joaquim
Coréia, 218, 222
Corfu, 76, 111, 118
Córico, 383, 392; *ver* Hayton
Corno de Ouro, porto em Constantinopla, 112, 115
Cos, 117, 377
Coucy, conde de (Ralph II), 238; *ver* Enguerrando
Courçon, *ver* Roberto
Courtenay, família, 30; *ver* Pedro
Cracóvia, 225, 384
Cremona, *ver* Bartolomeu
Crésèques, *ver* Roberto
Creta, 49, 117-118, 384
Criméia, 221
Crisópolis, 112
Croton, 118
Cruz, Santa, *ver* Cruz Verdadeira
Cruz Verdadeira, Santa Cruz, 57, 63, 70, 146, 148, 154
Curasão, 219, 224, 347
Curdistão, curdos, 71, 72, 224, 262

Dagoberto, patriarca de Jerusalém, 313
Dalmácia, 98, 109, 136

Damasco, 31-32, 77-82, 90, 168-170, 187, 188-190, 191, 195-196, 201, 205, 233, 239, 244-245, 250, 266, 269, 271-272, 274-275, 277-278, 283, 287, 312, 314, 339, 341-342, 351, 357, 359, 361, 365, 381, 401
Damieta, 125, 138, 142-146, 148-151, 157, 233-237, 239-243, 259, 385
Dampierre, *ver* Reinaldo, Guilherme
Dan, 48
Dandolo, Enrico, Doge de Veneza, 109-111, 112
Daniel, eremita, 19
Danishmend, turcos, 97, 139
Danúbio, rio, 22, 394, 396-397, 403, 406
Darbsaq, castelo de, 187, 292, 341
Dardanelos, 24, 111, 393, 394
Dardel, João, cronista, 389n-3
Daron, 69
Davi IV, rei da Geórgia, 281
Davi Comneno, governante do Ponto, 118-119
Davi, dominicano, 304
Davi, nestoriano, 232
Davi, patriarca de Antióquia, 208
Davi, Rei da Judéia, 112, 337; Torre de, em Jerusalém, 171, 195, 323
Delhi 220
Demavend, 265
Dênis, bispo de Tabriz, 350
Dênis, católico jacobita, 208
Dênis, rei de Portugal, 379
Derby, conde de, 143
Despina Khatun, *ver* Maria Paleóloga
Devizes, *ver* Ricardo
Dhaifa, regente de Alepo, 189
Diarbekir, 239
Diceto, *ver* Ralph
Didymothichum, 24
Dietz, *ver* Henrique
Dieu d' Amour, castelo de, 166, 176, 179, 180-181; *ver* S. Hilarion
Dijon, 395
Dinamarca, dinamarqueses, 20, 33, 35, 112
Dmitri, príncipe de Kiev, 225
Dodecanesio, 377
Dogan Bey, governador de Nicópolis, 397
Dokuz Khatun, senhora dos mongóis, 265, 268-269, 282, 291
Domingos de Palestrina, legado pontifício, 380
Dominicana, ordem, 208, 232, 248, 298, 380
Domo da Rocha, em Jerusalém, 170, 330, 337
Don, rio, 221
Doriléia, 392
Dreux, conde de (Roberto II), 34
Dubois, Pedro, jurista, 375
Ducas, *ver* João
Dunbar, *ver* Patrício
Durant, Guilherme, bispo de Mende, 376
Durazzo, 111

Eberardo, conde de Katznellenbogen, 396
Ecri-sur-Aisne, 103
Edessa, 16, 80, 189, 201, 270, 333
Edmundo da Inglaterra, duque de Lancaster, 247n-2, 257, 294
Eduardo I, rei da Inglaterra, 294-297, 299, 304, 339, 342, 343, 349-351, 356, 360, 372
Eduardo III, rei da Inglaterra, 383
Eduardo, príncipe de Gales, o Príncipe Negro, 383
Egeu, Mar, 254, 391, 399, 400
Eleonora da Aquitânia, rainha da Inglaterra, 19, 37, 43, 47, 48
Eleonora de Aragão, rainha de Chipre, 385
Eleonora de Bretanha, 63
Eleonora de Castela, rainha da Inglaterra, 294, 297n-2
Ely, bispo de, *ver* Guilherme
Emaús, 70
Embriaco, família, 251, 255, 341; *ver* Inês, Bartolomeu, Bertrando, Guy, Henrique, Pedro, Plaisance, Guilherme
Enéias Sílvio, *ver* Pio II
Enguerrando, senhor de Boves, 105
Enguerrando, senhor de Coucy, 399
Enrico, *ver* Dandolo
Efraim, pintor, 333
Épiro, 23, 119
Erfurt, 384
Ernoul, cronista, 417
Ertoghrul, emir turco, 392
Erzerum, 226
Erzinjan, 189, 226, 401

Escandinávia, 134
Escarlate, anão, 91
Escócia, 18, 230, 350, 372, 384
Escriba, jurista, 312
Esdraelon, planície de, 310
Esmirna, 391-392, 401
Espanha, 388, 396, 407, 424
Esparta, 233
Spinola, Tomás, almirante, 352
Espoleto, *ver* Reginaldo
Esquiva de Ibelin, rainha de Chipre, 83, 92, 99
Esquiva de Ibelin, senhora de Beirute, 290, 301, 344, 345, 367
Esquiva de Montbéliard, senhora de Beirute, 179, 181
Esslingen, 384
Estefânia da Armênia, rainha de Chipre, 207
Estefânia da Armênia, rainha de Jerusalém, 125, 129, 151
Estefânia de Milly, senhora da Oultrejourdain, 29
Estefânia de Milly, senhora de Jebail, 90
Estêvão I, conde de Sancerre, 37, 40
Estêvão I, Nemania, rei da Sérvia, 23
Estêvão IV, Dushan, rei da Sérvia, 393
Estêvão, conde de Perche, 98
Estêvão de Cloyes, pregador-menino, 130, 133
Estêvão de Turnham, 66
Estêvão Lazarović, príncipe da Sérvia, 398
Estêvão, Sto., protomártir, 138
Etiópia, 149, 408
Eu, *ver* Filipe I
Eubéia, 117-118
Eudóxia Angelina, imperatriz, 114
Eufrates, rio, 188, 189, 270, 287, 296, 341, 342-343
Eufrosina, imperatriz, 107
Eugênio IV, papa, 403
Eustáquio, conde de Bolonha, 333
Eustórguio, arcebispo de Nicósia, 142
Eutímio, patriarca de Antióquia, 208, 271, 282
Evreux, bispo de, 51
Exeter, bispo de, *ver* Guilherme
Fabri, Félix, peregrino, 420
Fakhr ad-Din Ibn as-Shaikh, 168-170, 233-235
Falconberg, *ver* Hugo, Oto, Ralph
Famagusta, 51, 52, 85, 166, 176, 178, 180, 378, 380; bispo de, 346-347
Fariskur, 145, 147, 153, 236, 241-242
Faros, 386
Fatímida, dinastia, 75, 323, 409
Felix, *ver* Fabri
Femenie, rainha de, 347
Ferdinando III, rei de Castela, 160
Ferghana, 219
Fernando Sanchez, Infante de Aragão, 291
Feuchtwangen, *ver* Conrado
Fidenzio de Pádua, franciscano, 374
Fídias, escultor, 114
Fieschi, *ver* Opizon
Figuera, Guillem, poeta, 120
Filadélfia, 24, 390
Filangieri, Lothair, 200, 207
Filangieri, Ricardo, 167, 177-184, 186, 194, 197, 200
Filermo, 377
Filiberto de Naillac, grão-mestre do Hospital, 396
Filipa, princesa de Jerusalém, 91,100
Filipe II, Augusto, rei da França, planeja cruzada, 17; personalidade, 42-43; parte para o Oriente, 44; na Sicília, 46; chega em Acre, 49; na Palestina, 51, 53-54, 56; parte para a França, 56; escolhe um marido para a rainha Maria, 124; e a cruzada das crianças, 130: morte e doação testamentária para João de Brienne, 159, 161; outras referências, 30, 39, 66, 76, 103, 105, 106n-1
Filipe III, rei da França, 299-300, 304
Filipe IV, rei da França, 349-351, 372, 374-377, 378, 381, 415
Filipe VI, rei da França, 382
Filipe, *ver* Chenart
Filipe, bispo de Beauvais, 34, 39, 67, 68
Filipe da Alsácia, conde de Flandres, 17-18, 48, 54
Filipe de Antióquia, rei da Armênia, 158
Filipe de Artois, conde d'Eu, 397, 399
Filipe de Bar, 395

Filipe de Hohenstaufen, duque da Suábia, rei da Alemanha, 104, 106, 111, 114
Filipe de Ibelin, *bailli* de Chipre, 164, 180
Filipe de Ibelin, *bailli* de Jerusalém, 347
Filipe de La Trémouille, 399
Filipe de Le Plessiez, grão-mestre do Templo, 125
Filipe de Maugastel, 183
Filipe de Mézières, chanceler de Chipre, 384, 395
Filipe de Montfort, senhor de Toron e Tiro, 185, 198-200, 203-204, 206, 240, 251-253, 272, 280, 289-290, 292
Filipe de Nanteuil, poeta, 194
Filipe de Novara, jurista e historiador, 166n-1, 175-176, 182, 199, 418, 420, 426
Filipe de Troyes, emissário, 183
Filipe le Jaune, cavaleiro cipriota, 378
Filipe Mainboeuf, emissário, 359
Filipe, o Calvo, duque da Burgúndia, 395, 399-400, 404
Filipópolis, 24
Filomélio, 25
Filoteu, patriarca de Constantinopla, 394
Finlândia, 297
Fiore, *ver* Joaquim
Flandres, flamengos, 20, 35, 55, 60, 258, 383; *ver* Balduíno, Henrique, Filipe, Guilherme
Flor, *ver* Rogério
Florença, concílio de, 403
Florent, bispo de Acre, 124
Focas, S., 334
Fontigny, *ver* João
Francisco de Assis, S., 146
Francônia, 384
Frankfurt, 84
Frederico I, Barbarossa, de Hohenstaufen, imperador, 17, 20-21, 30, 40n-3, 44, 411, 419
Frederico II, de Hohenstaufen, imperador, rei de Jerusalém, e a Quinta Cruzada, 143, 149-152, 155; desposa a rainha Iolanda, 159; personalidade, 160; protela a partida para a cruzada, 162; em Chipre, 163; na Palestina, 167-170; volta para casa, 174; resultados de sua cruzada, 174-175; envia Filangieri à Palestina, 177-178; apoiado pelo papa, 183; e a cruzada do rei Tibaldo, 190-191; e a cruzada de Ricardo de Cornualha, 196; relações com S. Luís, 229, 241; morte, 254, outras referências, 104, 133, 159, 186, 188, 194, 207, 226, 233, 252, 281, 407, 419
Frederico de Aragão, rei da Sicília, 372
Frederico de Hausen, menestrel, 425n-5
Frederico de Hohenstaufen, duque da Suábia, 22, 24, 27, 37, 40, 85
Forez, conde de, 98
Frísia, frísios, 135, 142
Fulco de Neuilly, pregador, 103, 105
Fulco de Villaret, grão-mestre do Hospital, 377
Fulco, rei de Jerusalém, 323, 336
Fuwa, 99

Gaeta, 136
Gálata, 112, 114
Galeran, bispo de Beirute, 229
Gales, 350
Galich, 224
Galícia, 225
Galiléia, 90, 94, 98, 145, 148, 170, 175, 191, 195, 197, 202, 204, 273, 276, 279, 283, 357; mar da, 137, 275
Galípoli, 24, 117, 393, 394
Galvano de Levanti, médico, 374
Garnhi, batalha de, 223
Garnier, família, 30, 340; *ver* Balian, Juliano, Reinaldo
Garnier, o Germânico, 173, 175, 176, 179
Gástria, castelo de, 176, 341
Gaudin, Tibaldo, grão-mestre do Templo, 366, 367
Gavino de Chenichy, 164, 166, 174, 176
Gaza, 168, 191, 197, 202-204, 207, 229, 246, 272, 274, 305
Gelnhausen, 84
Genebra, 132; *ver* Aymé
Gêngis Khan, grande cã, 149, 213-223, 265, 402
Gênova, genoveses, 16, 31, 44, 54, 66, 72, 83, 132, 135, 136, 173, 179-180, 198, 221, 229, 232, 234, 241, 250-254, 272, 280, 285, 290, 316, 339, 341, 349, 353-354, 357, 361, 384, 389, 396, 400, 401, 404

Godofredo I, de Villehardouin, príncipe da Aquéia, 118
Godofredo III, conde de Perche, 105
Godofredo, *ver* Le Tor, Villehardouin
Godofredo, conde de Lusignan, 34, 51, 60, 83
Godofredo de Sargines, senescal, 240, 243, 250, 251, 253, 255-257, 280, 283, 291
Godofredo de Vendac, marechal do Templo, 354
Geórgia, georgianos, 149, 221, 223, 262n-3, 267, 270, 304, 351; *ver* Davi, Jorge, Russudan, Tamar
Gerardo, arcebispo de Ravena, 34
Gerardo de Montreal, cronista, 418
Gerardo de Ridfort, grão-mestre do Templo, 34
Gerberto de Aurillac (papa Silvestre II), 407
Geroldo de Lausanne, patriarca de Jerusalém, 163, 167, 170, 177, 186
Gervásio, abade de Prémontré, 134
Getsêmani, 330
Ghazzan, ilcã da Pérsia, 372, 381
Gibraltar, estreito de, 21, 98
Gilberto de Hoxton, templário, 18
Gilberto de Tournay, franciscano, 297-298
Giraut, poeta, 17n-1
Girdkuh, castelo de, 266
Gisolfo, *ver* Buscarel
Gisors, 17
Giustiniani, Marco, almirante, 251 Gloria, *ver* Bonnacorso
Goberto de Helleville, embaixador, 349-350
Godofredo, *ver* Welles
Godofredo de Lorena, governante de Jerusalém, 313, 329
Gólgota, 329
Golias, Piscinas de; *ver* Ain Jalud
Grailly, *ver* João
Gran, *ver* Nicolau
Grandson, *ver* Oto
Granico, rio, 24
Gregório VIII, papa, 16, 21, 31
Gregório IX, papa, 162, 184, 186, 190, 226
Gregório X, papa (Tedaldo Visconti, arcediago de Liège), 289, 294, 297, 299, 350
Gregório Abirad, católico armênio, 89
Grimaldi, Luccheto, almirante, 285
Groenlândia, 297
Gualtério, *ver* Pennenpié
Gualtério, bispo de Autun, 98, 105, 108
Gualtério, conde de Manupello, 183-184
Gualtério de Brienne, conde de Jafa, 124, 161n-2, 191, 196, 203-204, 256
Gualtério de Montaigu, 179
Gualtério de Montbéliard, regente de Chipre, 99, 126
Gualtério de Palear, 154
Gualtério, Huberto, bispo de Salisbury, 75
Guelders, conde de, 34
Guelfos, família, 46-47, 104; *ver* Henrique, Oto
Guerino de Montaigu, grão-mestre do Hospital, 125
Guienne, 30, 39, 47, 60
Guilherme I, o Leão, rei da Escócia, 18, 19
Guilherme II, arcebispo de Bordéus, 143
Guilherme II, rei da Sicília, 16, 20, 28, 33, 44
Guilherme IX, duque da Aquitânia, 425
Guilherme, *ver* Adão, Durant, Nogaret
Guilherme, arcebispo de Tiro, historiador, 334, 417, 424-425, 426
Guilherme Longchamp, bispo de Ely, 19, 67
Guilherme, bispo de Exeter, 162, 170
Guilherme, conde de Salisbury, 230, 237
Guilherme de Beaujeu, grão-mestre do Templo, 299, 302, 340-341, 354, 358, 364, 367, 418
Guilherme de Cafran, templário, 363
Guilherme de Champlitte, 118
Guilherme de Chartres, grão-mestre do Templo, 146
Guilherme de Châteauneuf, grão-mestre do Hospital, 203-204, 245
Guilherme de Conches, 198
Guilherme de Dampierre, conde de Flandres, 230, 244
Guilherme de La Trémouille, 395, 399
Guilherme de Montferrat, conde de Jafa, 106
Guilherme de Montferrat, preceptor do Templo, 189
Guilherme de Newburgh, cronista, 418
Guilherme de Preaux, 64

Guilherme de Rivet, 174, 176
Guilherme de Rubruck, embaixador, 248, 260, 262, 420
Guilherme de Sonnac, grão-mestre do Templo, 230, 239
Guilherme de Trípoli, dominicano, 298
Guilherme de Villehardouin, príncipe da Aquéia, 233, 254
Guilherme de Villiers, 363
Guilherme Embriaco, 353
Guilherme, Marquês de Montferrat, 29
Guilherme, o porco, mercador, 131
Guilherme, príncipe de Antióquia, 86
Guilherme Rogério, Visconde de Tureene, 384, 387
Guilherme, senhor de Botrun, 203
Guillem, *ver* Figuera
Gur Khan, governante dos Kara-Khitai, 217-218
Guy I, Embriaco, senhor de Jebail, 138, 166, 187, 317n-2
Guy II, Embriaco, senhor de Jebail, 340, 353
Guy III, conde de Saint Pol, 230, 258
Guy VI, conde de La Trémouille, 395, 399
Guy de Ibelin, comissário de Chipre, 290
Guy de Ibelin, conde de Jafa, 285
Guy de Lusignan, rei de Jerusalém, libertado do cativeiro, 29; não recebido em Tiro, 30; marcha contra Acre, 31; diante de Acre, 34-36; morte da esposa, 38; recusa-se a abdicar, 39; une-se ao rei Ricardo, 51, 52; com a Terceira Cruzada, 60, 62; perde o trono, 67; compensado com Chipre, 69; conspira contra o conde Henrique, 83; morte, 83, outras referências, 86, 92
Guy de Senlis, mordomo, 40n-1
Guy de Vigevano, médico, 382
Guyot de Provins, poeta, 120
Guy, príncipe de Chipre, 83
Guy, príncipe de Chipre, senhor de Beirute, 345
Guyuk, Grande Cã, 224-225, 232, 260, 261

Habsburgo, *ver* Rodolfo
Haifa, 32, 38, 59, 246, 280, 368; *ver* Reinaldo
Hainault, *ver* Balduíno
Hakim, califa fatímida, 329
Halba, forte, 283
Halberstadt, bispo de, 105
Halicarnasso, *ver* Bodrun
Ham, *ver* João
Hama, 99, 187, 190, 271, 277-278, 359, 361, 362
Hamadan, 221, 267, 268
Hamo L'Estrange, senhor de Beirute, 300
Hanapé, *ver* Nicolau
Haram as-Sherif, em Jerusalém, 172
Harenc, 270
Harran, 82, 201, 270
Hattin, batalha de, 15, 20, 29, 34, 42, 61, 203, 204, 338, 413
Hauran, 81, 205, 310, 314
Hauser, *ver* Frederico
Hayton (Hethoum), de Córico, historiador, 379, 422
Hebron, 71, 175, 198
Helleville, *ver* Goberto
Helly, *ver* Jaime
Helvis de Chipre, princesa da Armênia e Antióquia, 129
Helvis de Ibelin, senhora de Sídon, 185
Henrique I, rei de Chipre, 138, 164, 178-180, 186, 205, 230, 244, 247, 289
Henrique II, rei da Inglaterra, 17, 21, 45, 47, 230
Henrique II, rei de Chipre, rei de Jerusalém, 345, 352, 356, 357, 360, 363-364, 377, 379
Henrique III, rei da Inglaterra, 230, 243, 247, 257, 294
Henrique IV, duque de Limburgo, 163, 167
Henrique VI, de Hohenstaufen, imperador, 21, 44, 76, 84, 88, 94, 103-104, 106-107, 150
Henrique Asti, patriarca titular de Constantinopla, 391
Henrique, conde de Bar, 190, 193-194
Henrique, conde de Malta, 154, 160
Henrique de Champanhe, conde de Troyes, chega a Acre, 37; doença, 40; em Arsuf, 60; em Tiro, 67; desposa a princesa Isabela, 68; governa o reino, 69; em favor da paz, 74; administração, 82-85, 87, 88, 90; morte, 91. Outras referências, 94

Henrique de Dietz, embaixador, 22
Henrique de Flandres, imperador latino de Constantinopla, 105, 119, 135
Henrique de Hohenstaufen, rei da Alemanha, 150
Henrique de Nazaré, emissário, 183
Henrique, duque da Áustria, 40n-3
Henrique, duque de Brabante, 90, 93
Henrique, duque de Silésia, 225
Henrique Embriaco, senhor de Jebail, 251-252, 255
Henrique o Leão, Guelfo, duque da Saxônia, 21, 76
Henrique, príncipe de Antióquia, 179, 186, 187, 256
Heráclio, patriarca de Jerusalém, 39, 54, 82
Herat, 220, 292
Herbiya, 203
Hereford, conde de, 384; prior de, 67
Hermann de Bardt, grão-mestre da Ordem Teutônica, 125
Hermann de Salza, grão-mestre da Ordem Teutônica, 159, 167, 170, 171, 183
Hermon, monte, 74
Herodes, rei da Judéia, 48
Hervé, conde de Nevers, 142
Hethoum I, rei da Armênia, 158, 207, 226, 233, 247, 261, 263-264, 271-272, 275, 279, 281, 284, 292, 420
Hethoum II, rei da Armênia, 359, 372
Hethoum, *ver* Hayton
Hethoumiana, família, 157, 187
Hethoum, senhor de Sassoun, 86, 88
Hilário, Sto., 87
Hildesheim, bispo de, *ver* Conrado
Hindu Kush, montanhas do, 219
Hoang-Ho, rio, 348; *ver* Amarelo, rio
Hoelun, princesa mongol, 213-214, 216
Hohenstaufen, família, 44, 46, 89, 104, 150, 160, 252, 257; *ver* Conrado, Conradino, Frederico, Henrique, Manfredo, Filipe
Holland, João, conde de Huntingdon, 396
Holstein, *ver* Adolfo
Homs, 81, 190, 195, 203, 231, 233, 277-278, 283, 312, 343, 381
Honório III, papa, 135, 150, 162, 207
Honório IV, papa, 348
Horda Dourada, canato, 261, 265, 267, 273, 379, 282, 292, 401
Hospital, hospitalários, 60, 65, 75, 77, 83, 95, 99, 125, 126, 128, 151, 157-160, 167, 171, 176, 178, 180, 186-187, 195-196, 198, 200-203, 204, 205, 251, 252, 255, 280, 285, 292-293, 302-303, 320, 326, 339-342, 345-347, 353, 360-361, 362, 373, 377, 380, 385, 391, 396, 401
Hoxton, *ver* Gilberto
Hsia Hsi, reino, 217
Hugo I, rei de Chipre, 84, 99, 126, 137, 165
Hugo II, rei de Chipre, 247, 252, 256, 288, 289
Hugo III, duque da Burgúndia, 46, 53, 56, 58, 59, 65
Hugo III, rei de Chipre, rei de Jerusalém, regente de Chipre e Jerusalém, 256; salva Acre, 281, 283; rei de Chipre, 288; obtém o trono de Jerusalém, 288; guerra com Baibars, 291, 295; repudiado em Beirute e Trípoli, 301; querela com o Templo, 302; retira-se para Chipre, 303; tenta voltar para Acre, 341, 344; morte, 345. Outras referências, 296, 343, 360, 363
Hugo IV, duque da Burgúndia, 190, 193, 196, 205, 230, 237
Hugo IV, rei de Chipre, rei de Jerusalém, 383
Hugo XI, de Lusignan, conde de La Marche, 142, 146, 230
Hugo XII, de Lusignan, conde de La Marche, 258
Hugo, conde de Brienne, pretendente a Chipre, mais tarde regente de Atenas, 256, 288, 290
Hugo de Chipre, príncipe da Galiléia, 383
Hugo de Ibelin, 181
Hugo de Revel, grão-mestre do Hospital, 302
Hugo Embriaco de Jebail, 174, 182
Hugo Falconberg de Tiberíades, 90, 121
Hugo o Ferro, mercador, 131
Hulagu, ilcã da Pérsia, 260-261, 263-271, 273-274, 277, 281-282, 291, 401
Humberto II, Delfim de Vienne, 391
Humberto IV, senhor de Toron, 29, 38, 51, 62, 424

Humberto de Montfort, senhor de Beirute, 290, 301, 344
Humberto de Romans, dominicano, 298
Hungria, húngaros, 35, 109, 262, 314, 394, 403, 404; rei de (Luís I), 384; *ver* André, Bela, Sigismundo, Vladislav
'Hungria, Senhor da', 247
Husan ad-Din, *ver* Turantai

Ibelin, 65, 323; família, 30, 90, 173, 175-182, 193, 252, 255, 290, 295, 334; *ver* Balduíno, Balian, Esquiva, Guy, Helvis, Hugo, Isabela, João, Margarida, Filipe
Ibn Abdazzahir, cronista, 421
Ibn al-Amid, cronista, 421
Ibn al-Athir, historiador, 421
Ibn al-Mashtub, Imad ad-Din Ahmed, 145
Ibn Battuta, geógrafo, 287n-2
Ibn Bibi, cronista, 423
Ibn Furad, historiador, 421
Ibn Jubayr, peregrino, 314
Ibn Khaldun, historiador, 421
Ibn Khallikan, enciclopedista, 421
Ibn Sheddad, historiador, 421
Ibn Wasil, historiador, 421
Ibrahim, *ver* al-Mansur
Ida de Lorraine, Condessa de Bolonha, 332
Iêmen, 80, 145
Imad ed-Din, príncipe zêngida, 80
Imad ed-Din, historiador, 421
Inácio de Antióquia, católico jacobita, 208
Índia, 261, 316, 376, 401
Índico, Oceano, 222, 312, 316, 376
Indo, rio, 147, 167, 218
Inês Embriaco, senhora de Jebail, 353
Ingi II, rei da Noruega, 135
Inocêncio III, papa, 92, 96, 103-104, 120, 122, 125, 128-129, 132, 134-135, 150, 162, 186n-3
Inocêncio IV, papa, 207, 229, 231, 248
Inocêncio V, papa, 304
Iolanda (Isabela II), rainha de Jerusalém, 6, imperatriz, 125, 160-161, 163, 166, 199
Irã, 147, 316, 317
Iraque, 287, 312-316, 317, 348
Irene Angelina, rainha da Alemanha, 106
Irlanda, 134
Irtysh, rio, 219, 220

Isaac II, Ângelo, imperador, 16, 20, 22-23, 50, 75, 106, 109, 112-114, 117
Isaac Ducas Comneno, imperador de Chipre, 16, 22, 49
Isabela I, rainha de Jerusalém, rainha de Chipre, 38-39, 51, 56, 68-69, 82n-2, 83, 91, 125, 165, 289
Isabela II, rainha de Jerusalém, *ver* Iolanda
Isabela de Hainault, rainha da França, 20
Isabela de Ibelin, rainha de Chipre, 290
Isabela de Ibelin, senhora de Beirute, rainha de Chipre, 290, 300, 344
Isabela, rainha da Armênia, 151, 157-158
Isabel da Hungria, Sta., 163n-1
Isabella de Chipre, regente de Jerusalém, 186, 256
Islândia, 297
Ismail, as-Salih, príncipe aiubita de Damasco, 189-190, 195, 197, 201, 205
Ivan Asen, príncipe da Bulgária, 23
Izz ed-Din, príncipe zêngida, 80

Jabala 80, 85, 95, 98, 158, 187
Jacobitas, 89, 208, 269, 287
Jafa, 61-63, 65, 71-73, 77, 83, 91, 94-95, 99, 169-170, 173, 193, 198, 202, 246, 250, 285, 315; *ver* Hugo, João, Gualtério
Jaime I, rei de Aragão, 291, 292, 299
Jaime II, rei de Aragão, 357, 372
Jaime, *ver* Vaseli, Vidal
Jaime Alarico de Perpignan, emissário, 292
Jaime, arcebispo de Cápua, 160
Jaime de Avesnes, 20, 34, 37, 60, 61
Jaime de Helly, 399
Jaime de Ibelin, 295
Jaime de Molay, grão-mestre do Templo, 376, 378
Jaime de Vitry, bispo de Acre, 135, 148, 419, 424
Jaime Pantaleão, patriarca de Jerusalém, *ver* Urbano IV
Jamal ad-Din Mohsen, eunuco, 236
Janghara, governador interino de Alexandria, 385-386
Jaxartes, rio, 218, 220, 221
Jebail, 53, 90, 94, 95, 96n, 178, 251, 255, 305, 317n-2, 340, 353, 355; *ver* Embriaco, Rainier
Jebe, mongol general, 218-219

Jcjer Undur, batalha de, 216
Jelal ad-Din, rei de Khwarism, 147, 167, 169, 189, 201, 219, 223, 226
Jericó, 310
Jerusalém, cidade de, 15, 27-28, 31, 48, 58, 61-63, 65, 66-67, 70-72, 75, 77, 82, 94, 99, 130, 134-135, 145, 147-148, 152, 155, 168, 170-172, 175, 176, 194, 197-198, 200-203, 204, 206, 208, 213, 230, 235, 240, 245, 250, 263, 272, 292, 311, 314, 323, 329, 333, 337, 348-349, 351, 371, 381, 385, 386, 406, 412
Jeziré, 66, 80-82, 188, 190, 201, 226, 242, 262, 269
Joana da Inglaterra, rainha da Sicília, 43, 44-45, 47, 49-50, 63, 75
João I de Antióquia, senhor de Botrun, 203
João I, rei de Chipre e Jerusalém, 345
João II de Antióquia, senhor de Botrun, 255
João II de Ibelin, senhor de Beirute, 273, 279, 290, 300
João II, rei da França, 383
João V, Paleólogo, imperador, 393
João VI, Cantacuzeno, imperador, 393
João VIII, Paleólogo, imperador, 403
João XXI, papa, 303
João XXII, papa, 382
João, *ver* Boucicaut, Dardel, Holland, Joinville, Parker, Pian del Carpine, Valin, Vaseli
João, bispo jacobita de Melitene, 336
João Camatero, patriarca de Constantinopla, 119
João, cardeal de Anagni, 18
João, cardeal de Túsculum, 349
João, conde de Fontigny, 37
João, conde de Sarrebruck, 230
João Corvino Hunyadi, voivoda da Transilvânia, 403
João de Alepo, católico jacobita, 208
João de Brienne, rei de Jerusalém, imperador-regente de Constantinopla, desposa a rainha Maria, 124; regente em nome da filha, 126; desposa princesa armênia, 125, 129; e a Quinta Cruzada, 143, 146, 148; deixa o exército, 151; volta, 153; fim da Quinta Cruzada, 155; casamento da filha com Frederico II, 159; fim da carreira, 161, 173
João de Cadzaud, almirante de Flandres, 399
João de Gaunt, duque de Lancaster, 395
João de Grailly, 354, 356, 360, 364
João de Ham, comissário de Trípoli, 203
João de Ibelin, jurista, mais tarde conde de Jafa, 180, 185, 234, 249-250, 279, 290, 301n-1, 420
João de Ibelin, senhor de Arsuf, 185, 193, 205, 233, 244, 247, 249, 251, 252, 285, 290, 303
João de Ibelin, "Velho Senhor de Beirute", nomeado comissário, 83; recebe Beirute, 94; regente de Jerusalém, 100, 124; palácio em Beirute, 136, 334; líder do partido baronial, 164, 173-174; guerra com os imperialistas, 176-178; morte, 185; família, 185
João de Monte Corvino, emissário papal, 372
João de Montfort, senhor de Tiro, 293, 341, 344, 347
João de Nesle, castelão de Bruges, 98
João de Ronay, grão-mestre interino do Hospital, 230
João de Valenciennes, embaixador, 245
João de Vienne, grão-almirante da França, 395, 398
João de Villiers, grão-mestre do Hospital, 364
João Ducas, embaixador imperial, 23
João o Bom, conde de Nevers, duque da Burgúndia, 395, 398
João, Preste, 149, 216, 227
João, príncipe de Chipre, 84
João, rei da Inglaterra, 19, 67, 76, 105
João, senhor de Cesaréia, 179-181, 183, 185
João-Srachimir, príncipe de Vidin, 396
João Tristão, príncipe da França, 241, 258
João Turco, arcebispo de Nicósia, 363
Joaquim de Corazzo, abade de Fiore, 48
Johansdorf, *ver* Alberto
Joigny, conde de; 190
Joinville, João de; biógrafo, 230, 241, 243, 419
Jordão, arquiteto, 330
Jordão da Saxônia, dominicano, 367
Jordão, rio, 145, 188, 193, 205, 245, 275, 310, 330

Jorge IV, rei da Geórgia, 150, 221, 223
Jorge, *ver* Acropolita, Bustron, Pachymer
Jorge, rei da Sérvia, 403
Jorge, secretário, 359
José de Chauncy, hospitalário, 343
Josias, arcebispo de Tiro, 15-17, 83
Joveta, princesa de Jerusalém, abadessa de Betânia, 336
Jubin, *ver* S. Jorge
Judéia, 80, 323
Judeus, 19, 311, 348, 409
Judji, príncipe mongol, 214, 223, 224, 260
Juliano, *ver* Cesarini
Juliano Garnier, senhor de Sídon, 272, 286, 300
Juliano le Jaune, emissário, 346
Justiniano I, imperador, 329
Juveni, Ata al-Mulk, 266

Kaikaûs, sultão seljúcida, 129, 139
Kaikaûs II, sultão seljúcida, 269
Kaikhosrau II, sultão seljúcida, 190, 207, 226, 269
Kaikhosrau III, sultão seljúcida, 304
Kaikobad, sultão seljúcida, 158, 189
Kalka, rio, batalha de, 221
Kaloyan Asen, rei da Bulgária, 121
Kama, búlgaros, 221
Kantara, castelo de, 51, 176
Kara-Khitai, nação, 217-218, 223
Karakorum, 223, 225, 232, 260-263, 266, 273
Karaman, cidade, 25: emir (o Grande Karaman), 279, 305, 390
Kasvin, 221
Katznellenbogen, condes de, 105, 396; *ver* Eberhard
Kemal ad-Din, cronista, 421
Kerak, em Moab, 29, 188, 194, 203, 270, 323, 325, 331n-2; *ver* an-Nasir Dawud
Kerbogha, emir turco, 428
Kermanshah, 267
Khalakhaljit Elet, batalha de, 216
Khalil, *ver* al-Ashraf Khawabi, castelo de, 129
Khalil ibn Arram, governador de Alexandria, 385
Khidr, príncipe aiubita, 79
Khirokhitia, 379
Khiva, 219
Khotan, 217
Khunani, batalha de, 223
Khurshah, *ver* Rukn ad-Din
Khwarism, turcos, 147, 167, 168, 188-190, 201-205, 223-224, 226, 266, 274; *ver* Jelal ad-Din, Mohammed-Shah
Kiev, 221, 225
Kilani, 50
Kilij Arslan II, sultão seljúcida, 22, 25-26, 97, 107
Kilij Arslan IV, sultão seljúcida, 269, 279
Kinana, Banū, beduínos, 235
Kiptchak, turcos, 221, 225, 261, 278, 316
Kitbuqa, general mongol, 265, 267, 270, 272-277
Kiti, 177
Kolomna, 224
Konya, 25, 139, 279, 425n-5
Kosovo, primeira batalha de, 394; segunda batalha de, 403
Krak des Chevaliers, castelo de, 28, 77, 99, 187, 293, 302, 322, 327, 335, 342, 359
Kuchluk, príncipe mongol, 218-219
Kuchu, príncipe mongol, 226
Kur, rio, 223
Kutais, 223
Kutuktai, imperatriz mongol, 262
Kuwaifa, 71
Kyrenia, 51, 176, 180-182

La Broquière, Bertrandon de, 287n-2
Ladislau de Nápoles, pretendente à Hungria, 400
La Fauconnerie, aldeia, 302
La Forbie, 203
Lajin, emir, 343
La Marche, conde de (Jaime II), 399; *ver* Hugo
Lampron, *ver* Constantino
Lancaster, Duque de; *ver* João
Lancelote, cavaleiro, 349
Languedoc, 130
Laodicéia (na Frígia), 24
La Roche, *ver* Oto
Lascaris, *ver* Teodoro
Las Navas de Tolosa, batalha de, 130
Latão, concílio de, 134, 138

Latáquia (Laodicéia na Síria), 28n-2, 80, 85, 95, 98, 187, 271, 287, 301, 305, 311, 312, 315, 317, 352; arcediago de, 85
Lausanne, *ver* Geroldo
La Trémouille, *ver* Guy, Filipe, Guilherme
Latrun, 64, 70
Leão II, príncipe, mais tarde rei, da Armênia, 26, 86, 98n,125, 151
Leão III, rei da Armênia, 284, 292, 301, 304, 339, 343
Leão VI, rei da Armênia, 389
Leão, sargento, 283
Lecce, *ver* Tancredo
Lefkara, 379
Leicester, conde de, 64; ser Simão
Le Mans, 17
Lembeser, 266
Le Meingre, *ver* Boucicaut
Leôncio, *ver* Machaeras
Leopoldo V, duque da Áustria, 40, 56, 76
Leopoldo VI, duque de Áustria, 136, 140, 146, 166
Le Plessiez, *ver* Filipe
Leros, 377
Lesghians, povo caucasiano, 221
L'Estrange, *ver* Hamo
Le Tor, Godofredo, jurista, 184
Levanti, *ver* Galvano
Lião, 44, 131, 229, 231; concílio de, 208, 229, 299, 301,304
Líbano, montes, 137, 284, 310, 311
Lida, 62-63, 70-71; bispo de, 289; arcediago de, *ver* Alan
Liége, arcediago de, *ver* Gregório X
Liegnitz, batalha de, 225
Limassol, 49-51, 85, 152, 165, 174, 177, 230, 233, 294, 379
Limberg, *ver* Henrique
Limoges, limusino, 76, 337
Lisboa, 136, 138
Litani, rio, 32
Liu Po-Lin, engenheiro, 218
Livonianos, 255
Lizon, forte, 280
Lombardia, lombardos, 162, 178, 179, 181-182, 357
Londres, londrinos, 19, 21, 35, 383, 401, 418
Longchamps, *ver* Guilherme
Longjumeau, *ver* André
Lorena, duque de, 134
Lorenzo, *ver* Tiepolo
Lorenço de Orta, franciscano, 207
Lorgne, *ver* Nicolau
Lothair, *ver* Filangieri
Lübeck, 95
Lucchero, *ver* Grimaldi
Lucia de Antióquia, Condessa de Trípoli, 301, 352-355
Luciene de Segni, princesa de Antióquia, 186, 206-207, 247, 255, 301
Ludolf de Suchem, peregrino, 366, 420
Luís I, duque da Baviera, 152, 154
Luís II, duque de Bourbon, 394
Luís IV, landgrave da Turíngia, 34, 163
Luís VII, rei da França, 411
Luís VIII, rei da França, 160
Luís IX, rei da França, S., prepara-se para a cruzada, 228; parte da França, 230; em Chipre, 232-233; alcança o Egito, 233; captura Damieta, 234; batalha de Mansurá, 235-239; no cativeiro, 240-241; em Acre, 243-249; volta à França, 249; cruzada a Túnis e morte, 290, 292; mantém regimento na Palestina, 257, 280, 282; relações com os mongóis, 260, 262, 264, outras referências, 250, 294, 298, 299, 336, 349, 383, 407, 413, 419, 425n-5
Luís XI, rei da França, 405
Luís, conde de Blois, 105
Lúlio, Raimundo, 374-375, 381
Lusignan, família, 30; *ver* Amalrico, Godofredo, Guy, Hugo
Luxemburgo, *ver* Carlos, Sigismundo, Wenzel

Maarrat an-Numan, 296
Macedônia, 23, 117
Maghreb, 315, 319, 386
Magnésia, *ver* Manissa
Mahmud, *ver* Yalawach
Maina, 254
Mainboeuf; *ver* Filipe
Mainz, 21; arcebispo de; *ver* Conrado
Majorca, 374
Makhaeras, Leontius, cronista, 417

Makika, patriarca nestoriano, 269
Malta, 375; *ver* Henrique
Mamelucos, 203, 235, 238, 240, 242, 245, 250, 270, 271, 274, 276-277, 281-282, 286-287, 292, 293, 296, 305, 339, 341-342, 355, 364, 365, 367, 381, 389, 401, 410
Mamistra, 284
Manchúria, 218, 223
Manfredo de Hohenstaufen, rei da Sicília, 257, 281
Mangu Timur, príncipe mongol, 342-343
Maniqueus, 214
Manissa (Magnésia), 390
Mansel, Simão, governador de Antióquia, 286-287; família, 301
Mansurá, 153, 235-241, 247
Mansur ibn Nabil, cádi de Jabala, 85
Mantes, 159
Manuel I, Comneno, imperador, 22, 24, 52, 106, 112, 122, 332, 334, 390
Manuel II, Paleólogo, imperador, 400, 403
Manupello, *ver* Berardo, Gualtério
Manzaleh, lago, 140, 153, 236
Manzikert, batalha de, 390
Maomé, Profeta, 134, 172, 409
Maqrisi, historiador, 421
Maracléia, 294, 342
Maragha, 221, 269
Marco, *ver* Giustiniani
Marcos, nestoriano, 232
Marcos, S., igreja em Veneza, 109
Mardin, 80, 81
Mar Elias, convento de, 70
Margarida, a Donzela da Noruega, rainha da Escócia, 350
Margarida da Hungria, imperatriz, 23, 107, 117
Margarida de Antióquia-Lusignan, senhora de Tiro, 290, 345, 356, 367
Margarida de Flandres, duquesa da Burgúndia, 395
Margarida de Provença, rainha da França, 228, 241
Margarida de Ibelin, senhora de Cesaréia, 121, 185
Margaritus de Brindisi, almirante, 16, 28, 46-47
Maria Comnena, porfirogeneta, cesarina, 117
Maria Comnena, rainha de Jerusalém, 39, 100, 126
Maria de Antióquia, pretendente a Jerusalém, 289, 290-291, 300, 303
Maria de Antióquia, senhora de Toron, 185
Maria de Brienne, imperatriz latina de Constantinopla, 162, 233
Maria de Champanhe, imperatriz latina de Constantinopla, 127
Maria de Chipre, Condessa de Jafa, 256
Maria de Montferrat, "La Marquise", rainha de Jerusalém, 84, 91, 124, 288
Maria Paleóloga, "Despina Khatun", senhora dos mongóis, 292, 372
Maria, princesa de Jerusalém, 38n-3
Marino, *ver* Sanudo
Maritsa, rio, batalha de, 394
Marj as-Saffar, batalha de, 381
Marjat at-Tin, 359
Mármora, mar de, 115, 117, 392
Marqab, castelo de, 52, 99, 198, 302, 305, 341-342, 345-346, 368
Marrocos, 35, 44, 276
Marselha, marselheses, 44, 98, 131-132, 133, 191, 229, 251, 392
Marsico, *ver* Rogério
Martinho, *ver* Zaccaria
Martinho, abade de Paris, 105, 116n-2
Mar Yahbballaha, católico nestoriano, 348, 422
Mas'ud, *ver* Yalawach
Mategrifon, castelo de, 46, 53-54
Mateus, conde da Apúlia, 151
Mateus de Clermont, marechal do Hospital, 354, 364
Mauclerc, *ver* Pedro
Maugastel, *ver* Filipe, Simão
Mauléon, *ver* Sauvary
Mayyafaraqin, 82, 190, 269-270
Meca, 77, 385
Medina, 266
Megido, 280
Melisende de Jerusalém, princesa de Antióquia, 93, 138, 206, 289
Melisende de Trípoli, "La Princesse Loinuine", 425n-5

Melisende, rainha de Jerusalém, 335-336; saltério de, 336-337
Melitene, 336
"Melsemuth", 48
Mende, bispo de; *ver* Dubois
Meram, 25
Merencourt, *ver* Ralph
Merghus-Khan, cã queraíta, 214
Merquitas, turcos, 214
Merv, 220
Messina, 31, 44-49, 54, 104; arcebispo de; 46
Mézières, *ver* Filipe
Miguel VII, Paleólogo, imperador, 254, 282, 300, 339
Miguel Autoreano, patriarca de Constantinopla, 119
Milão, 383; duque de; 400; arcebispo de, 151
Mileto, 45
Milo III, conde de Bar-sur-Seine, 146
Mircea, voivoda da Valáquia, 396
Miriocéfalo, batalha de, 24, 390
Mísia, 117
Mistra, 254
Modon, 118
Maomé I, sultão otomano, 402
Maomé II, sultão otomano, 404
Mohammed-Xá, rei Khwarism, 218-219
Mohi, batalha de, 225
Mohsen, *ver* Jamal ad-Din
Moisés, Profeta, 130, 172
Molay, *ver* Jaime
Moldávia, 400
Moncada, *ver* Pedro
Monemvasia, 254
Mongka, grande cã, 224, 260-263, 266, 268, 273, 274
Mongóis, 150, 167, 188, 209, 213-227, 231, 246, 248, 254, 260-277, 280, 287, 292, 295-296, 305, 316, 338-339, 341-342, 347-348, 356, 376, 380-381
Mongólia, 213, 220, 225, 260, 264, 273, 274
Monovgat, 392
Montaigu, *ver* Guerin, Gualtério
Montbéliard, *ver* Esquiva, Odo, Gualtério
Mont Cenis, passo, 132
Monte Corvino, *ver* João
Monte Peregrino, castelo de, 323, 368
Montferrat, família, 106; *ver* Bonifácio, Conrado, Maria, Rainier, Guilherme
Montfort (Starkenberg), castelo de, 95, 170, 175, 282, 291, 294, 326
Montfort, família, 255, 290, 302, 344; *ver* Amalrico, Guy, Humberto, João, Filipe, Roberto, Simão
Montjoie, colina em Acre, 250
Montmirail, *ver* Reinaldo
Montmusart, subúrbio de Acre, 360-361
Montreal, castelo de, 29
Montroque, 340
Morávia, 225
Moréia, 233, 419
Morfia, rainha de Jerusalém, 336
Morosini, Tomás, patriarca latino de Constantinopla, 117
Morto, mar, 365
Moscou, 224, 401
Moscóvia, 122
Mosinópolis, 112, 115
Mosul, 54, 66, 70, 80, 139, 159, 232, 267, 303, 317
Mughan, 224
Muhi ad-Din, embaixador, 288
Muin ad-Din, mameluco, 205
Munyar al-Khols Abdallah, aldeia, 240
Murad I, sultão otomano, 393
Murad II, sultão otomano, 402-403
Murzúfulo, *ver* Aleixo V
Mustansir, emir de Túnis, 258
Mutugen, príncipe mongol, 220
Muwaiyad ad-Din, vizir, 266, 269

Nablus, 168-169, 171, 175, 197-198, 202, 272
Naillac, *ver* Filiberto
Naimans, turcos, 214, 216, 218, 226
Nanteuil, *ver* Filipe
Nápoles, 48, 343, 348; *ver* Tadeu
Naqu, príncipe mongol, 260
Naqura, promontório, 32
Narjot de Toucy, almirante de Nápoles, 352
Nasr, califa, 26, 147
Natividade, Igreja da, em Belém, 329, 332
Navarra, 47; *ver* Berengaria, Blanche, Tibaldo
Naxos, 117, 382

Nazaré, 58, 75, 99, 148, 170, 276, 280, 297, 334, 344; bispo de, *ver* Achardo; *ver* Henrique
Negro, mar, 119, 223, 254, 314, 315-316
Nemanya, *ver* Estêvão
Nephin, 127, 340-341, 353, 355
Nero, imperador, 48
Nestorianos, 213, 220, 232, 260, 262, 268, 303, 347
Neuilly, *ver* Fulco
Nevers, conde de (Guigues de Forez), 190, 196; *ver* Hervé, João
Newburgh, *ver* Guilherme
Nice, 44
Nicéia, cidade e império, 119, 122, 128, 139, 233, 254, 271, 390, 393
Nicetas Choniates, historiador, 23, 115, 116, 417
Nicolau IV, papa, 349, 351, 356, 371
Nicolau Canabus, 114
Nicolau de Hanapé, patriarca de Jerusalém, 365
Nicolau de Kanizsay, arcebispo de Gran, 395
Nicolau Lorgne, grão-mestre do Hospital, 340
Nicolau, pregador-menino, 131-132
Nicolau, S., igreja em Rheims, 328
Nicomédia, 393
Nicópolis, 397, 400
Nicósia, 51, 85, 166, 175, 179, 180, 182, 233, 345, 380, 388; arcebispo de, *ver* Eustórgio, João Turco
Nigudar, príncipe mongol, 265
Nilo, rio e delta, 99, 138-139, 143, 147, 149, 150, 234-235, 238, 239, 242
Nishapur, 220
Nisibin, 270
Noé, patriarca, 248
Nogai, general mongol, 274
Nogaret, Guilherme, 376
Normandia, 17, 20, 39
Noruega, 135
Nosairi, Montes, 88
Novara, *ver* Filipe
Novgorod, 225
Núbios, 154
Nur ed-Din Ali, sultão, 274
Nur ed-Din Arslan, príncipe zêngida, 80
Nur ed-Din, sultão, 61, 79, 312
Nuremberg, 22
Nymphaeum, 207

Odardo, senhor de Chasseron, 395
Odo de Montbéliard, 159, 164, 173-174, 183-185, 193, 197-198, 205
Oghul Qaimish, imperatriz-regente mongol, 232, 260
Ogodai, grande cã, 223, 224-225, 260
Oldenburg, *ver* Vilbrando
Olimpo, na Bitínia, monte, 117
Oliver de Paderborn, historiador, 140, 144, 419
Oliver de Termes, 291
Olmütz, bispo de, *ver* Bruno
Omar, emir de Aydin, 391
Omíada, dinastia, 328; grande mesquita em Damasco, 79, 195
Ongutes, turcos, 348
Onon, rio, 213
Opizon Fieschi, patriarca de Antióquia, 208
Orda, 223
Orghana, princesa mongol, regente do Turquestão, 273
Orhan, sultão otomano, 393
Orkhon, rio, 213
Orlando, *ver* Ascheri
Orléannais, 130
Orleans, duque de (Luís de Valois), 395
Orontes, rio, 85, 286, 315, 342
Orta, *ver* Lorenzo
Ortóquida, família, 80
Oselier, *ver* Aymé
Osman, emir turco, fundador da dinastia otomana, 122, 391-393
Óstia, 45
Oto de Grandson, 360, 362, 364
Oto de La Roche, duque de Atenas, 118
Oto, Guelfo, duque de Brunswick, 104
Oto Falconberg de Tiberíades, 127
Otomanos, turcos, 75, 277, 323, 392, 396, 401
Otranto, 163
Otrur, 218
Ottocar, rei da Boêmia, 298
Oultrejourdain, 29, 80, 148, 152, 155, 170, 310
Ovelhas negras, tribo turcomana, 402
Oxo, rio, 219, 264

Paderborn, *ver* Oliver
Pádua, *ver* Fidenzio
Pafos, 85, 180
Pains, *ver* Martinho
Palamedes, cavaleiro, 347
Palear, *ver* Gualtério
Paleólogo, Paleóloga, família, 390; *ver* Andrônico, João, Manuel, Maria, Miguel
Palermo, 162, 424; bispo de, 168
Palestrina, *ver* Domingos
Pamir, montanhas, 218
Pantaleão, *ver* Urbano IV
Paris, 134, 159, 230, 235, 349, 389, 395-401
Parker, João, 295
Parvan, 219
"Pastouraux", 247
Patrício, conde de Dunbar, 230
Paulo de Segni, bispo de Trípoli, 299, 301
Paulo, S., catedral em Tarso, 328
Pechenegues, 112
Pedro I, rei de Chipre e Jerusalém, 383-390, 393
Pedro, *ver* Dubois, Vidal
Pedro, arcebispo de Cesaréia, 173
Pedro Asen, príncipe da Bulgária, 23
Pedro, bispo de Rodez, 380
Pedro, bispo de Winchester, 162, 170
Pedro, cardeal de Cápua, 111n-2
Pedro de Angoulême, patriarca de Antióquia, 96, 127
Pedro de Courtenay, imperador latino de Constantinopla, 135
Pedro de Locedio, patriarca de Antióquia, 128
Pedro de Moncada, comandante do Templo, 355
Pedro de Saint-Marcel, legado, 121, 127
Pedro de Salignac de Tomás, patriarca titular de Constantinopla, 384, 387
Pedro de Sargines, arcebispo de Tiro, 191, 199, 204
Pedro de Sevrey, marechal do Templo, 366
Pedro de Vieille Bride, grão-mestre do Hospital, 198
Pedro Embriaco, senhor de Jebail, 353, 355
Pedro Fernandez, infante de Aragão, 291
Pedro Mauclerc, conde de Bretanha, 190, 230, 238
Pedro o Eremita, 130
Pedro, S., apóstolo, 248
Pedro, S., catedral em Antióquia, 87
Pedro, S., igreja em Roma, 405
Pequin, 217, 220, 372
Pelágio, cardeal de Sta. Lúcia, 142-147, 148-155, 164, 419
Pelagônia, batalha de, 254
Peloponeso, 111, 117, 254
Pennenpié, Gualtério, governador de Jerusalém, 197n-1
Pera, 400
Perche, *ver* Godofredo, Rotrudo, Estêvão
Pereislavl, 225
Pereslav, 224
Périgord, *ver* Armando
Perpignan, *ver* Jaime Alarico
Pérsia, persas, 119, 222, 224, 226, 261, 263, 265, 266, 282, 312, 316, 351, 372, 381, 401, 402
Pérsico, Golfo, 218, 271, 312, 316
Peste negra, 389
Peterborough, *ver* Benedito
Petra, 331
Pian del Carpine, João, embaixador, 231, 420
Pio II (Enéias Sílvio), papa, 404
Pirâmides, 81
Pisa, pisanos, 31, 41, 45, 55, 66, 83, 91, 96, 135, 136, 173, 199n-2, 232, 241, 251-252, 352, 354, 360; arcebispo de, *ver* Dagoberto, Ubaldo
Pizan, *ver* Bartolomeu
Plaisance de Antióquia, rainha de Chipre, regente de Jerusalém, 246, 249, 251-253, 255
Plaisance Embriaco, princesa de Antióquia, 246
Poilechien, Odo, 303, 344-345, 346
Poitiers, 376
Poitou, 18; *ver* Afonso
Polônia, 225, 396; rei de (Casemiro III), 384
Portugal, 20, 35, 44, 136; *ver* Dênis, Sancho
Pozzuoli, 163
Preaux, *ver* Guilherme
Premonstratense, ordem, 376
Prémontré, abade de; *ver* Gervásio
Provença, provençal, 120, 332, 373
Provins, *ver* Guyot

Prussianos, 255
Puy de Connétable, 178

Qabul Khan, príncipe mongol, 213
Qadan, 224
Qalat al-Hosn, *ver* Krak des Chevaliers
Qalawun, sultão, 284, 339, 342-344, 346, 347, 352, 353-359, 421
Qaqun, 296
Qara, 283
Qariat el-Enab, 332, 333
Qucha, príncipe mongol, 260
Queraítas, turcos, 213-214, 220, 260, 265
Qughu, príncipe mongol, 260
Quios, 117, 391
Qulaiat, 283
Qum, 221
Qurjakuz, cã queraíta, 214
Qusair, 287
Qutb ad-Din, príncipe seljúcida, 25
Qutuz, Saif ad-Din, sultão, 274-277

Raban, 292
Rabban Sauma, embaixador mongol, 348-350, 422
Radulfo II, patriarca de Antióquia, 87
Radulfo, patriarca de Jerusalém, 82
Rahova, 397
Raimbaldo de Vaqueiras, trovador, 425n-5
Raimundo III, conde de Trípoli, 30, 86, 90, 121
Raimundo VI, conde de Toulose, 323
Raimundo, *ver* Lúlio
Raimundo de Poitiers, príncipe de Antióquia, 425
Raimundo, príncipe de Antióquia, 51, 88, 95
Raimundo-Rupênio, príncipe de Antióquia e Armênia, 96-97, 126, 129, 157-158, 185-186
Rainier de Jebail, 84
Rainier de Montferrat, césar, 106, 117
Ralph, bispo de Ramleh, 203
Ralph, conde de Clermont, 37
Ralph, conde de Soissons, 193, 199-200
Ralph de Alta Ripa, arcediago de Colchester, 37
Ralph de Diceto, cronista, 418
Ralph de Merencourt, bispo de Sídon, patriarca de Jerusalém, 129, 159
Ralph Falconberg de Tiberíades, 93, 127
Ramleh, 62, 70, 99; bispo de, *ver* Ralph
Rashid ad-Din, historiador, 423
Ravena, arcebispo de; 183-184; *ver* Gerardo
Reddecoeur, templário, 340
Regensburg, 22
Reginaldo, *ver* Russell
Reinaldo, *ver* Barlais
Reinaldo, conde de Dampierre, 98, 105, 108
Reinaldo de Châtillon, príncipe de Antióquia, 30, 78
Reinaldo de Haifa, 175
Reinaldo de Montmirail, 98, 110
Reinaldo, duque de Espoleto, 167
Reinaldo Garnier, senhor de Sídon, 32, 64, 66, 90
Reiy, 221
Renoart, senhor de Nephin, 127
Reno, rio, Renânia, 89, 105, 131-132, 328, 383
Revel, *ver* Hugo
Rheims, 328
Riazan, 224
Ricardo I, Coração-de-Leão, rei da Inglaterra, prepara-se para a cruzada, 17-20; personalidade, 42; parte para o Oriente, 44; na Sicília, 46; conquista Chipre, 49-52; em Acre, 54-59; campanhas na Palestina, 60-66; reconcilia-se com Saladino, 74; viagem de volta para casa, 76. Outras referências, 30, 39, 85, 103, 104, 105, 106, 138, 327, 418
Ricardo II, rei da Inglaterra, 395
Ricardo, *ver* Filangieri
Ricardo, conde de Cornualha, rei de Romans, 196, 201
Ricardo da Santa Trindade, cronista, 418
Ricardo de Camville, justiciário de Chipre, 52, 62
Ricardo de Devizes, cronista, 418
Ricardo de Neublans, comissário, 303
Ricaut, *ver* Bonomel
Ridfort, *ver* Gerardo
Rigord, cronista, 419
Rivet, *ver* Guilherme
Roberto II, conde de Artois, 258

Roberto da França, conde de Artois, 230, 235, 237-238
Roberto de Clary, historiador, 419
Roberto de Courçon, cardeal, 134, 143-144
Roberto de Crésèques, senescal, 291
Roberto de Montfort, 98
Roberto de Turnham, justiciário de Chipre, 52, 62
Roberto, patriarca de Jerusalém, 202, 203, 229, 242
Ródano, rio, 44
Rodes, 49, 375, 377, 383, 385, 391, 400-402, 404
Rodez, bispo de, *ver* Pedro
Rogério de San Severino, conde de Marsico, 303, 339, 341-344
Rogério Flor, comandante catalão, 365, 392
Rogério, príncipe da Sicília, 106
Rogério, *ver* Bacon
Roma, cidade de, 16, 49, 82, 109, 132, 152, 159, 162, 184, 232, 289, 348-349
Romanos, *ver* Humberto
Ronay, *ver* João
Rosamunda, Bela, 230
Roseta, 99, 152
Rosso, *ver* Turca
Rostov, 224
Rotrudo, conde de Perche, 19
Rouen, 383; arcebispo de, 47
Roux, senhor de Sully, 357
Roxburgh, 19
Ruad, 29n-2, 368, 371, 382
Rubruck, *ver* Guilherme
Rudel, Jaufre, trovador, 425
Rodolfo II, duque da Saxônia, 384
Rodolfo IV de Habsburgo, duque da Áustria, 384
Rodolfo de Hapsburgo, rei dos Romanos, 300
Rukn ad-Din, *ver* Baibars, Toqsu
Rukn ad-Din, emir mameluco, 194
Rukn ad-Din Khurshah, grão-mestre dos Assassinos, 265
Rukn ad-Din Suleimã, príncipe de Tokat, 97
Rupênio III, príncipe da Armênia, 51, 86, 88
Ruperto III, conde palatino, rei dos Romanos, 395
Ruperto da Baviera, conde palatino, 395
Russell, Reginaldo, emissário, 295
Rússia, russos, 122, 221, 224, 226-227, 231, 261
Russudan, rainha da Geórgia, 223

Saad ad-Daulah, vizir, 348
Sadagh, batalha de, 226
Safawi, dinastia, 402
Safed, 145, 175, 195-196, 282-283, 285
Safita, castelo de, 286, 293, 326
Sahadin, emissário mongol, 351
Sahyun, castelo de, 323, 325, 327
Saif ad-Din, *ver* al-Adil, Qutuz
Saint-Bertin, *ver* Tomás
Saint-Denis, 130, 384
Saint-Marcel, *ver* Pedro
Saint-Pol, *ver* Guy
Saint-Valéry, *ver* Alan
Sajo, rio, 225
Saladino (Salah ad-Din Yusuf), sultão, não consegue tomar Tiro, 15, 28; aliança com Bizâncio, 19, 23; e a cruzada de Barbarossa, 27; liberta os prisioneiros francos, 29-30; diante de Acre, 31-37, 40; perde Acre, 54-55; campanha contra o rei Ricardo, 57-65, 69-75; morte, 77-80. Outras referências, 22, 48, 68, 85-86, 90, 142, 188, 196, 200, 204, 213, 244, 276, 312, 314, 326, 327, 334-335, 371, 381
Salah ad-Din, emir de Arbela, 170
Salamia, batalha de, 381
Salamun, 237
Salerno, 45
Salghan Khatun, princesa mongol, 266
Salignac de Tomás, *ver* Pedro
Salisbury, bispo de, *ver* Humberto Gualtério: conde de, *ver* Guilherme
Salkhad, 81
Salza, *ver* Hermann
Samarcanda, 219, 401
Samaria, 197
Samos, 117
Samosata, 82
Samotrácia, 117
Sancerre, conde de (Luís I), 190; *ver* Estêvão
Sancho I, rei de Portugal, 20, 44

Sandomir, 225
Sangerhausen, *ver* Anno
San Germano, 162, 177
San Niccolo di Lido, ilha, 109
San Pietro, ilha, 133
San Severino, *ver* Rogério
Santiago de Compostela; 160
Sto. Eutímio, monastério de, 334
Sto. Hilário, castelo de, 51; *ver* Dieu d'Amour
Sanuda, Marino, 382
S. Gotardo, passo de, 133
S. Jorge de Jubin, monastério de, 209
S. Sabas, monastério de e bairro em Acre, 250
S. Simão, 77, 85, 279, 312
S. Tomé, ilha, 355
S. Vicente, cabo, 21
Saphadin, *ver* al-Adil
Sardenha, 133
Sargines, *ver* Godofredo, Pedro
Sarrebruck, conde de; *ver* João, Simão
Sartaq, príncipe mongol, 248, 262
Saruj, 189, 270
Sarventikar, 284
Sauvary de Mauléon, 147
Sava, rio, 22n-4
Saxônia, *ver* Henrique, Rodolfo
Schwanden, *ver* Burchardo
Segni, *ver* Luciene, Paulo
Selêucia, 25, 26, 158
Seljúcidas, turcos, 22, 25, 88, 97, 107, 122, 126, 128, 138, 159, 189, 226, 261, 390
Sempad, comissário da Armênia, 261, 420
Sepulcro, Santo, em Jerusalém, 70, 75, 171, 202, 329-330
Serkis, emissário mongol, 232
Sernin, S., igreja em Toulouse, 330
Sérvia, sérvios, 23, 254, 372, 382, 394, 403; *ver* Jorge, Estêvão
Sevrey, *ver* Pedro
Sha'ban, sultão, 385
Shafr'amr, 55, 58
Shaha, castelo de, 268
Shaizar, 54
Shajar ad-Dur, sultana, 236, 242, 274
Shams ad-Din, *ver* Sonqor
Shams ad-Din, cádi de Nablus, 171
Shansi, 348
Shantung, 217
Sharimshah, 153, 240
Sharon, planície, 296, 310
Shiban, príncipe mongol, 223
Shiremon, príncipe mongol, 226, 260
Shirkuh, príncipe de Homs, 81
Shishman, rei da Bulgária, 394
Shoghr Bakas, castelo de, 325n-2
Shujai, emir mameluco, 363, 367
Sião, monte, 331, 332
Sibéria, 222
Sibila da Armênia, princesa de Antióquia, 301, 353
Sibila de Jerusalém, rainha da Armênia, 93, 100
Sibila, princesa de Antióquia, 86, 96
Sibila, rainha de Jerusalém, 29-30, 38, 106
Sicília, 16, 28, 33, 44, 106, 134, 136, 154, 165, 168, 191, 257, 294, 343, 350, 372, 382, 407, 424
Sídon, 36, 56, 63, 90, 93, 98-99, 170, 246, 272, 294, 305, 344, 367; bispo de, *ver* Ralph
Sigismundo de Luxemburgo, rei da Hungria, imperador, 394-400, 403
Silésia, 225
Sílpio, monte, 286
Silves, 20-21
Simão II, conde de Sarrebruck, 140
Simão III, patriarca de Antióquia, 127, 207
Simão IV, conde de Montfort, 105
Simão, *ver* Mansel
Simão de Maugastel, arcebispo de Tiro, 160
Simão de Montfort, conde de Leicester, 198, 230n-3
Sinan, xeque dos Assassinos, "Velho das Montanhas", 67-68, 76n, 87
Sinjar, 80, 145
Sinjar al-Halabi, emir mameluco, 278
Sírio, passo, 26, 286
Sis, 87, 96, 97, 158, 284, 304
Sitti, rio, batalha de, 225
Sivas, 401
Skanderbeg, príncipe da Albânia, 403
Smithfield, 383
Smolensk, 221
Sofia, Sta., catedral em Constantinopla, 113, 115-118, 333n-2, 348
Sofredo, cardeal de S. Praxedes, 127

Soissons, 106: conde de (João II), 258; *ver* Ralph
Soldaia, 221
Sonqor al-Ashkar, Shams ad-Din, emir mameluco, 292, 339, 341-343
Sordello, trovador, 425n-5
Sorghaqtani, a Queraíta, princesa mongol, 260, 262
Spalato, 136
Starkenberg, *ver* Montfort T,
Subeibah, 326n-1
Subotai, general mongol, 219, 225
Suchem, *ver* Ludolfo
Suez, 138
Suíça, 132
Suleimã o Pervana, 305
Sully, *ver* Roux
Sunjak, general mongol, 270
Suzdal, 224
Szegedin, 403

Tabriz, 221, 231, 281, 282, 284, 347, 401; bispo de; *ver* Dênis
Taki ed-Din, príncipe aiubita, 34, 36, 55
Tabor, Monte, 99, 125, 137-138, 197, 205, 280, 331
Tadeu de Nápoles, propagandista, 374
Tagliacozzo, batalha de, 257
Talkha, 150
Talleyrand, cardeal, 383
Tamar, rainha da Geórgia, 97, 119, 221
Tamerlão, *ver* Timur
Tâmisa, rio, 20
Tancredo de Lecce, rei da Sicília, 20, 44-49, 124
Tangutes, turcos, 215
Tânis, 149
Tarim, rio, 213, 216, 217, 218
Tarso, 26, 157, 284, 328: arcebispo de; 89
Tártaros, 213, 314
Tauro, montes, 25, 158
Tayichute, tribo mongol, 214
Tebas, 118
Tedaldo, *ver* Gregório X
Teerã, 221
Tekke, 392
Tekuder, *ver* Ahmed
Tel Ajul, 168
Tel al-Fukhkhar, *ver* Turon
Tel Kaimun (Caymon), 59, 85
Tel Keisan, 38
Tel Kharruba, 38
"Templário de Tiro", cronista, 418, 420
Templo, templários, 30, 34, 51, 56, 60, 62, 65, 75, 77, 86, 97, 96, 125, 138, 151, 155, 158, 167, 171, 173, 178, 187, 195-196, 201-204, 230, 236-237, 246, 251, 252, 272, 280, 283, 284, 290, 293, 302-303, 320, 331, 339-340, 344, 346, 352, 359, 360, 364-365, 373, 376-378
Templum Domini, abadia em Acre, 347
Temudjin, *ver* Gêngis Khan
Temughe Otichin, príncipe mongol, 216
Teodora Angelina, 40n-1
Teodora Comnena, duquesa da Áustria, 40n-3
Teodoro Lascaris, imperador de Nicéia, 114-119
Termes, *ver* Oliver
Tessalônica, 117, 119
Teutônicos, Ordem e Cavaleiros, 94, 125, 154, 167, 171, 175, 178, 197, 200, 203, 225, 251, 255, 275, 346, 360, 373
Thoros, príncipe armênio, 284
Tibaldo III, conde de Champanhe, 103-104, 105-106, 108
Tibaldo IV, conde de Champanhe, rei de Navarra, 190, 199
Tibaldo V, conde de Champanhe, rei de Navarra, 258
Tibaldo V, conde de Blois, 37, 40
Tibaldo, *ver* Gaudin
Tiberíades, 58, 197, 205, 323; *ver* Falconberg
Tibete, 217
Tiepolo, Lorenzo, almirante, 252
Tiepolo, Nicolau, 357
Tiflis, 223
Tigre, rio, 147, 267
Timur, o Coxo (Tamerlão), sultão, 391, 401
Tirel, Bartolomeu, marechal de Antióquia, 86
Tiro, 15-16, 20-21, 26-31, 34, 37, 39-40, 56-57, 66-68, 77, 83, 93, 94, 106, 136, 179-180, 182-183, 185, 194, 197, 198-200, 206, 251, 253, 272, 285, 290, 293, 302, 305, 311, 316-317, 331, 341, 344-345, 352, 371: arcebispos de, *ver*

Bonnacorso, Jonas, Pedro, Simão, Guilherme
Tiro, escada de; passo, 32, 95, 180
Toghril, eunuco, 139
Toghrul, Kerail Khan, o Wong Khan, 214, 265
Toghtekin, rei do Iêmen, 80
Toghutshar, príncipe mongol, 220
Tokat, 97
Tomás, *ver* Berardo, Morosini, Espínola
Tomás Agni de Lentino, bispo de Belém, patriarca de Jerusalém, 253, 302, 304
Tomás de Aquino, conde de Acerra, 163, 168, 169, 199, 207
Tomás de Saint-Bertin, senhor de La Fauconnerie, 302
Tomé, S., apóstolo, 337
Toqsu, Rukn ad-Din, governador de Damasco, 358
Toragina, imperatriz-regente dos mongóis, 226
Toron, 94, 145, 170, 175, 200, 283, 289, 317n-2, 323
Tortosa, 53, 77, 187, 286, 293, 302, 305, 312, 326, 331, 346, 367-368; bispo de, *ver* Bartolomeu
Torzhok, 225
Toscana, 357
Toucy, *ver* Narjot
Toul, bispo de, 37
Toulouse, 332; conde de, 18
Tournay, *ver* Gilberto
Tours, 18, 131
Trácia, 24, 112, 113, 117, 119, 393, 397
Tralles, *ver* Aydin
Transilvânia, 395; voivoda da, *ver* João Hunyadi
Transjordânia, 188
Transoxiana, 220, 402
Trebizonda, 119, 316, 348, 390
Tremithus, 51
Trípoli, cidade e condado, 16, 20, 28-30, 77, 85, 93, 96, 127, 129, 137, 164, 166, 178-179, 185-187, 195, 200, 207, 208-209, 253, 255, 286, 293, 297, 301, 305, 311, 312, 317-318, 323, 340, 346, 352-356, 368, 371, 373, 376, 385; bispo de, *ver* Paulo
Tristrão, cavaleiro, 347
Troodos, monte, 50
Troy, Romance de, 347
Troyes, 253; *ver* Henrique, Filipe
Tula, rio, 220
Tului, príncipe mongol, 220, 223, 260
Tunis, 258-259, 290, 292, 293, 294, 394
Turanshah ibn Ayub, rei do Iêmen, 80
Turanshah ibn az-Zahir, príncipe de Alepo, 270
Turanshah, sultão, 190, 236, 239, 242-243, 244
Turantai, Hasan ad-Din, emir mameluco, 352
Turca, Rosso della, almirante, 253
Turenne, *ver* Guilherme Rogério
Turfan, 214, 217
Turíngia, *ver* Luís
Turnham, *ver* Roberto, Estêvão
Turon, 32
Turquestão, 261, 264, 265, 281, 315
Tver, 225

Ubaldo, arcebispo de Pisa, 31
Ucrânia, 225
Uigures, turcos, 213, 217, 219, 223
Urbano II, papa, 330, 390, 405, 410
Urbano III, papa, 16, 21
Urbano IV, papa (Jaime Pantaleão, patriarca de Jerusalém), 253, 257
Urbano V, papa, 383
Urgenj, 219
Urmiah, lago, 269
Usama de Shaizar, autobiógrafo, 425
Usama, emir de Beirute, 90, 93

Valáquia, 395-396, 400
Valdai, montes, 225
Valenciennes, *ver* João
Valin, João, 198
Van, Lago, 189
Vaqueiras, *ver* Raimbaldo
Varangéville, 249
Varangiana, Guarda, 112, 116
Varna, 394, 403
Vartan, historiador, 282n-1, 422
Vaseli, Jaime, emissário mongol, 304
Vaseli, João, emissário mongol, 304
Vendac, *ver* Godofredo
Vendôme, 130

Veneza, venezianos, 40, 98, 107n-3, 108-110, 113, 115-117, 136, 139,173, 232, 234, 250-254, 271, 285, 290, 303, 312, 316, 341, 353, 357, 360, 383, 384, 388, 393, 396, 404, 406, 412
Vermelho, mar, 130, 271, 312
Verona, bispo de, *ver* Adelardo
Vezelay, 19, 20, 43
Vicente de Beauvais, 79
Vidal, Jaime, marechal, 303
Vidal, Pedro, trovador, 425n-5
Vidin, 394, 397
Vieille Bride, *ver* Pedro
Viena, 76, 384, 404
Viena, concílio de; 377; *ver* Humberto, João
Vigevano, *ver* Guy
Vignolo dei Vignoli, pirata, 377
Vilbrando de Oldenburgo, peregrino, 334
Villaret, *ver* Fulco
Villehardouin, Godofredo de; historiador, 105, 108, 419; *ver* Godofredo, Guilherme
Villiers, *ver* João, Guilherme
Visconti, *ver* Gregório X
Vitry, *ver* Jaime
Valachs, 107, 119
Vladimir, 224
Vladislav, rei da Hungria, 403
Volga, rio, 221, 223, 224, 262

Wahlstadt, batalha de, 225
Wang Khan, *ver* Toghrul
Wast, 333n-1
Welles, Godofredo, emissário, 295
Wenzel de Luxemburgo, imperador, 394
Westminster, 19
Winchester, conde de, 143: bispo de, *ver* Pedro
Windsor, 19
Wlmer, S., igreja em Bolonha, 333n-1
Wueira, castelo de, 331

Yalawach, Mahmud, de Khwarism, 220
Yalawach, Mas'ud, de Khwarism, 220
Yalbogha, emir mameluco, 385, 388
Yarkand, 217
Yaroslavl, 224
Yesugai, príncipe mongol, 213-214
York, 19
Younini, cronista, 421
Yourmasoyia, 379
Yuluk Arslan, príncipe ortóquida, 81
Yuri, grão-príncipe de Vladimir, 224
Yuriev, 224
Yves o Bretão, intérprete, 245, 248

Zaccaria, Benito, almirante, 353, 376
Zaccaria, Martinho, senhor de Quios, 391
Zagan, *ver* André
Zagazig, 243
Zara, 109-110, 111
Zenghi, 80
Zenjan, 221
Zirin, 279
Zoan, 22

des Cruzadas — todas as quais, depois da Terceira, acabaram desviando-se de seu objetivo inicial ou terminaram em desastre.

Na Europa, embora ainda fosse hábito de todos os potentados tecer loas da boca para fora ao movimento cruzado, nem a fervorosa piedade de S. Luís pôde impedir sua decadência, enquanto a crescente hostilidade entre a cristandade oriental e a ocidental chegou ao auge na maior tragédia da Idade Média, a destruição da Civilização Bizantina em nome de Cristo.

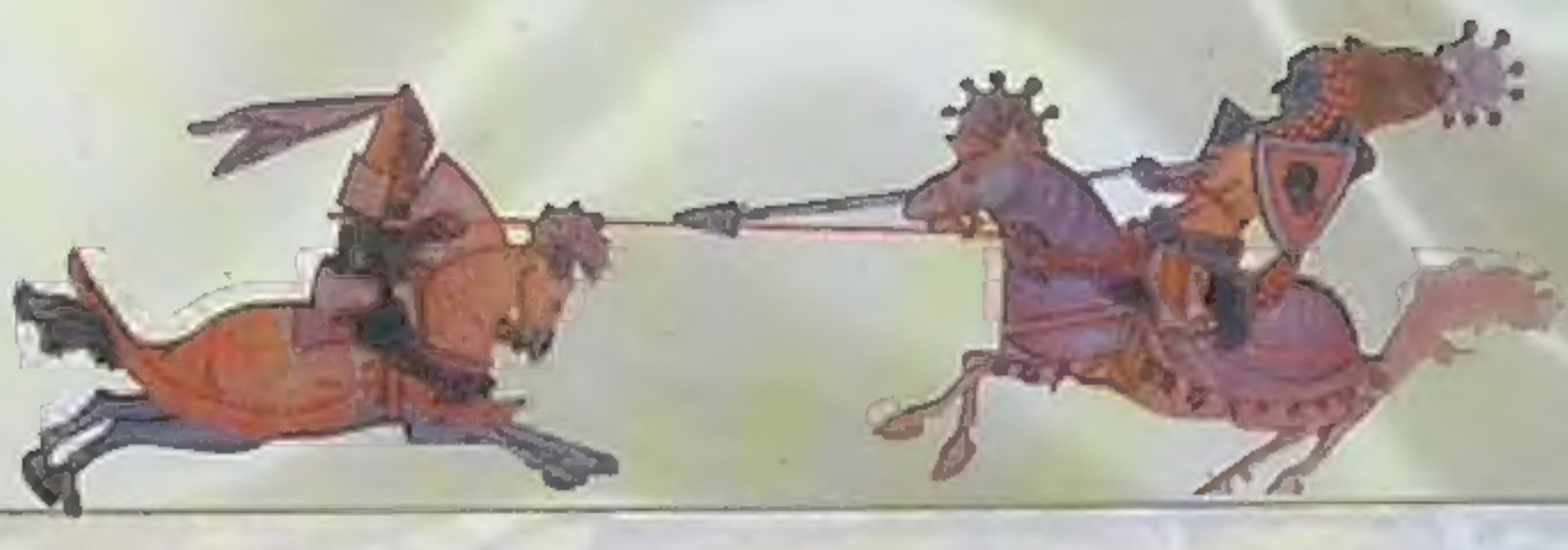
No mundo islâmico, o estímulo constante da Guerra Santa levou à substituição dos generosos e cultos aiúbidas pelos mais eficientes e menos simpáticos mamelucos, cujos sultões varreriam do mapa a Síria franca.

Por fim, houve a arbitrária irrupção dos mongóis, cuja chegada a princípio pareceu acenar com o resgate da cristandade oriental; sua influência, entretanto, acabou tendo efeitos apenas destrutivos, graças à falta de habilidade e aos mal-entendidos de seus potenciais aliados. No cômputo geral, trata-se de uma história de fé e tolice, coragem e cobiça, esperança e desilusão.

O livro de Steven Runciman HISTÓRIA DAS CRUZADAS foi aclamado como o mais completo e fascinante balanço da jornada histórica para salvar a Terra Santa dos infiéis.

O honorável *Sir* Steven Runciman foi um dos mais eminentes historiadores do mundo, com diplomas honorários das universidades de Oxford, Cambridge, Durham, Glasgow, St. Andrews, Birmingham, Londres, Chicago, Wabash e Salonica; foi sagrado cavaleiro em 1958 e, em 1984, nomeado *Companion of Honour.*

Entre as suas principais publicações figura A QUEDA DE CONSTANTINOPLA (Imago Editora).



HISTÓRIA DAS CRUZADAS procura, no seu primeiro volume, cobrir a história do movimento que chamamos de Cruzadas (desde seu nascimento, no século XI, até seu declínio, no XIV) e dos Estados por ele criados na Terra Santa e nos países vizinhos.

No segundo volume, STEVEN RUNCIMAN apresenta a história e a descrição do reino de Jerusalém e de suas relações com os povos do Oriente Próximo, bem como as Cruzadas do século XII, deixando para o terceiro e último volume a abordagem da história do reino de Acre e das últimas Cruzadas.

ISBN 85-312-0896-3

9 788531 208966